

A historical map of the Goyaz region in Brazil, featuring a central yellow oval with a decorative border. The map shows rivers, mountains, and settlements. The title is overlaid on the oval.

GOYAZ - GUIA
DE CARTOGRAFIA
HISTÓRICA

ÍS PADO

DO

PARAZNO BIS

TERRA DO GENTIO CHAVANTE

DEVI



NOVO DISTRITO

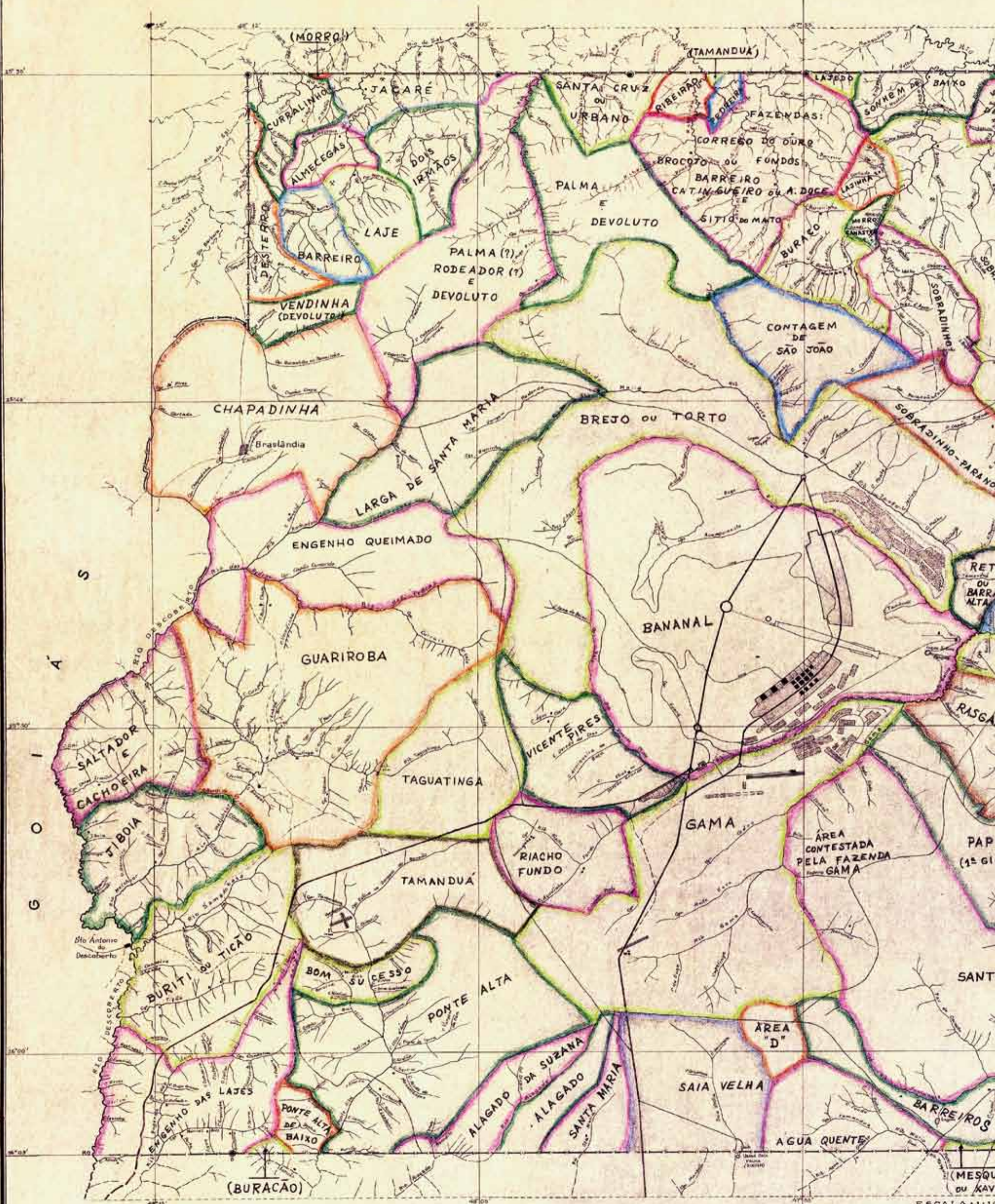
PLANTA INDICE

ELABORAÇÃO CARTOGRAFICA:

Janusz Gerulewicz,
Jeffre Mozart Parada

VISTO: *Wladimir...*
Dr. Altamiro de Moura Pacheco
Presidente.

COMISSÃO DE COOPERAÇÃO PARA MUDANÇAS



Todos direitos reservados.

ESCALA: 1:110

TO FEDERAL

CADASTRAL

ANÇA DA CAPITAL FEDERAL.

SEXTA EDIÇÃO - COMPLETADA E CORRIGIDA EM
SETEMBRO DE 1958, NA BASE DE FOTOGRAFIAS AEREAS.

VISTO: SECRETARIO DO DIRETORIO REGIONAL DE
GEOGRAFIA: *Zoraste Artiago*

VISTO: *Joffre Mozart Parada*
Eng. Joffre, Mozart Parada,
Encarregado dos Serviços Técnicos.



ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

Coordenação de Arquivo Permanente
Diretoria de Pesquisa, Difusão e Acesso

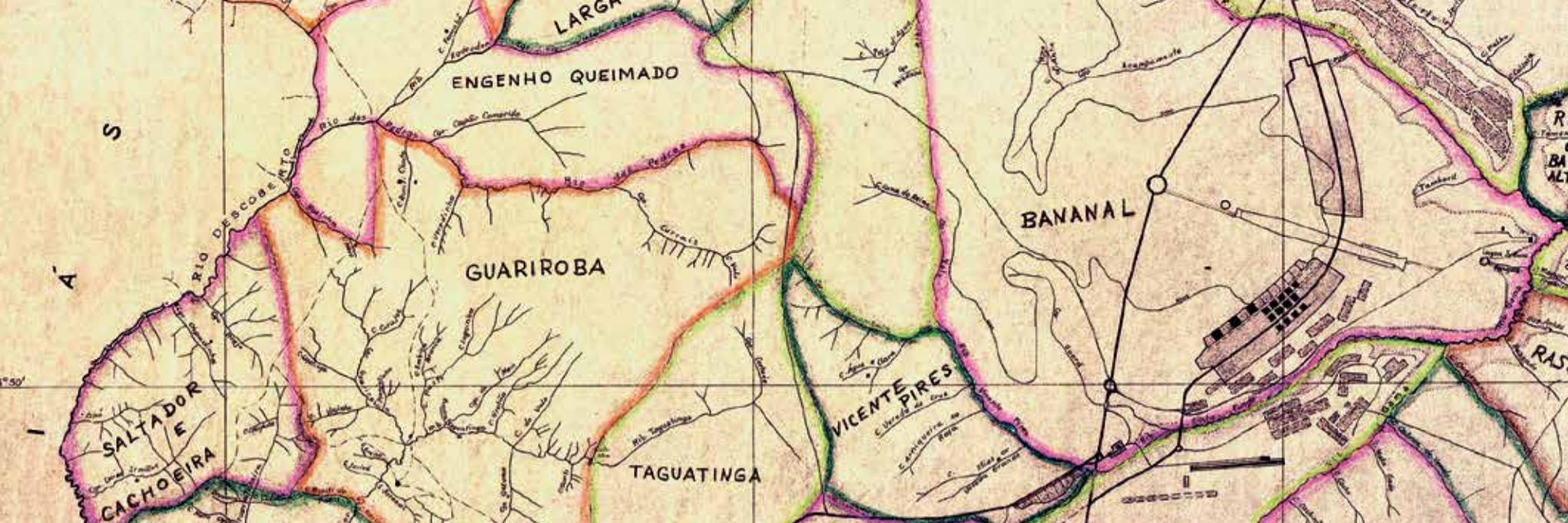
GOYAZ

**GUIA DE
CARTOGRAFIA
HISTÓRICA**

Organização

***ELIAS MANOEL DA SILVA
WILSON VIEIRA JÚNIOR***

**BRASÍLIA – DF – BRASIL
2018**



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Rodrigo Rollemberg
Governador

Renato Santana
Vice-Governador

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL,
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E SOCIAIS

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida
Secretário

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

Jomar Nickerson de Almeida
Superintendente

Marli Guedes da Costa
Coordenação de Arquivo Permanente

Cleice de Souza Menezes
Diretoria de Tratamento e Preservação

Elias Manoel da Silva
Diretoria de Pesquisa, Difusão e Acesso

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

SGO - Setor de Garagens e Oficinas

Quadra 5 - Lote 23

70610-650 – Brasília/DF – Brasil

Fone: +55 (61) 3361.7739

www.arquivopublico.df.gov.br

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO DA PESQUISA

Elias Manoel da Silva
Wilson Vieira Júnior

PESQUISA NOS ACERVOS

Elias Manoel da Silva
Jader Silva de Oliveira
José Lourenço de Sant'Anna Filho
Letícia Coelho Félix
Wilson Vieira Júnior

SELEÇÃO CARTOGRÁFICA

Elias Manoel da Silva
Wilson Vieira Júnior

DIGITALIZAÇÃO E FOTOGRAFIA

Jader Silva de Oliveira

REVISÃO TEXTUAL

Carmen Menezes

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Eron Castro

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Carlos Amaral Filho

IMPRESSÃO

Ace Comunicação e Editora
(61) 99695-5692

ILUSTRAÇÃO DA CAPA:

Montagem a partir do “Mapa dos Bispados” da Biblioteca Pública de Évora, Portugal. Cartela, com o título da publicação, retirada do mapa “Vila Boa de Goiás e tudo o que pertence ao seu termo”, custodiado pelo Arquivo Histórico Ultramarino. Contra-capa montada a partir de elementos retirados do “Mapa dos Bispados” da Biblioteca Pública de Évora, Portugal.



NOSSO AGRADECIMENTO ÀS INSTITUIÇÕES CUSTODIADORAS DOS MAPAS AQUI IMPRESSOS

AHex – Arquivo Histórico do Exército

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

AN – Arquivo Nacional

APM – Arquivo Público Mineiro

BN – Biblioteca Nacional

BPE – Biblioteca Pública de Évora - Portugal

Casa Altamiro de Moura Pacheco

Casa da Cultura de Luziânia

Casa da Ínsua - Portugal

**IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia
e Estatística**

**IPEHBC - Instituto de Pesquisas e
Estudos Históricos do Brasil Central**

MI – Mapoteca do Itamaraty

ARQUIVO PÚBLICO DO DF

SUPERINTENDENTE

Jomar Nickerson de Almeida

CHEFE DE GABINETE

Marco Aurélio de Lemos Santos

ASSESSORIA ESPECIAL

Denise Barros Pereira

ASSESSORIA TÉCNICA

Jessica de Jesus Cardoso

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Luana Rodrigues da Silva Sá

ASSESSORIA JURÍDICA

Lays Christine Fernandes

**UNIDADE DE GESTÃO DE DOCUMENTOS
E PROTOCOLO**

Deuzani Cândido Noletto, Carolina Cersósimo de
Souza Abdalla, Paulo César Gusmão.

UNIDADE DE TECNOLOGIA DA INFORMACÃO

Laércio Souza Costa

UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Marilene Helena Dias, Alexander Regis Batista,
Justino Moura de Sousa, Maria José de Souza Fernandes,
Valter Bernardino de Souza.

COORDENACÃO DO SISTEMA DE ARQUIVOS

José Adilson Dantas, Arkemi Maria Guimarães Guedes,
Claudelis Duarte de Sousa, Iraldo Antônio dos Santos,
Janderson Nunes Cardoso, Marcleiton Vilarouca Teixeira,
Rejane Soares Canuto, Taiama Mamede Barbosa Solecki,
Vanderlei Marcio de Oliveira.

COORDENACÃO DE ARQUIVO PERMANENTE

Marli Guedes da Costa, Cleice de Souza Menezes,
Elias Manoel da Silva, Ester Eiko Duarte Kimura,
Jader Silva de Oliveira, Luiz José Borges Neto,
Maria Angélica Lucchese Targhetta, Maria do Carmo
Pereira de Souza, Odson da Silva Araújo, Rita de Cássia
Alves da Rocha, Rosália Saldanha Barbosa,
Tereza Eleutério de Sousa, Valéria Colletti Sanches Silva.

G615g

GOYAZ - Guia de Cartografia Histórica / Elias Manoel da
Silva; Wilson Vieira Júnior, organizadores. - Brasília:
Arquivo Público do Distrito Federal, 2018.
271p. : il.

ISBN 978-85-61536-07-7

1. Cartografia - Brasil - Goiás - História - Séc. XVIII-
-XX. 2. Cartografia - Brasil 3. Cartografia História - Brasil.
4. Cartografia. I. Elias Manoel da Silva, org. II. Wilson Vieira
Júnior, org.

CDU - 912(81) (030) "18-20"

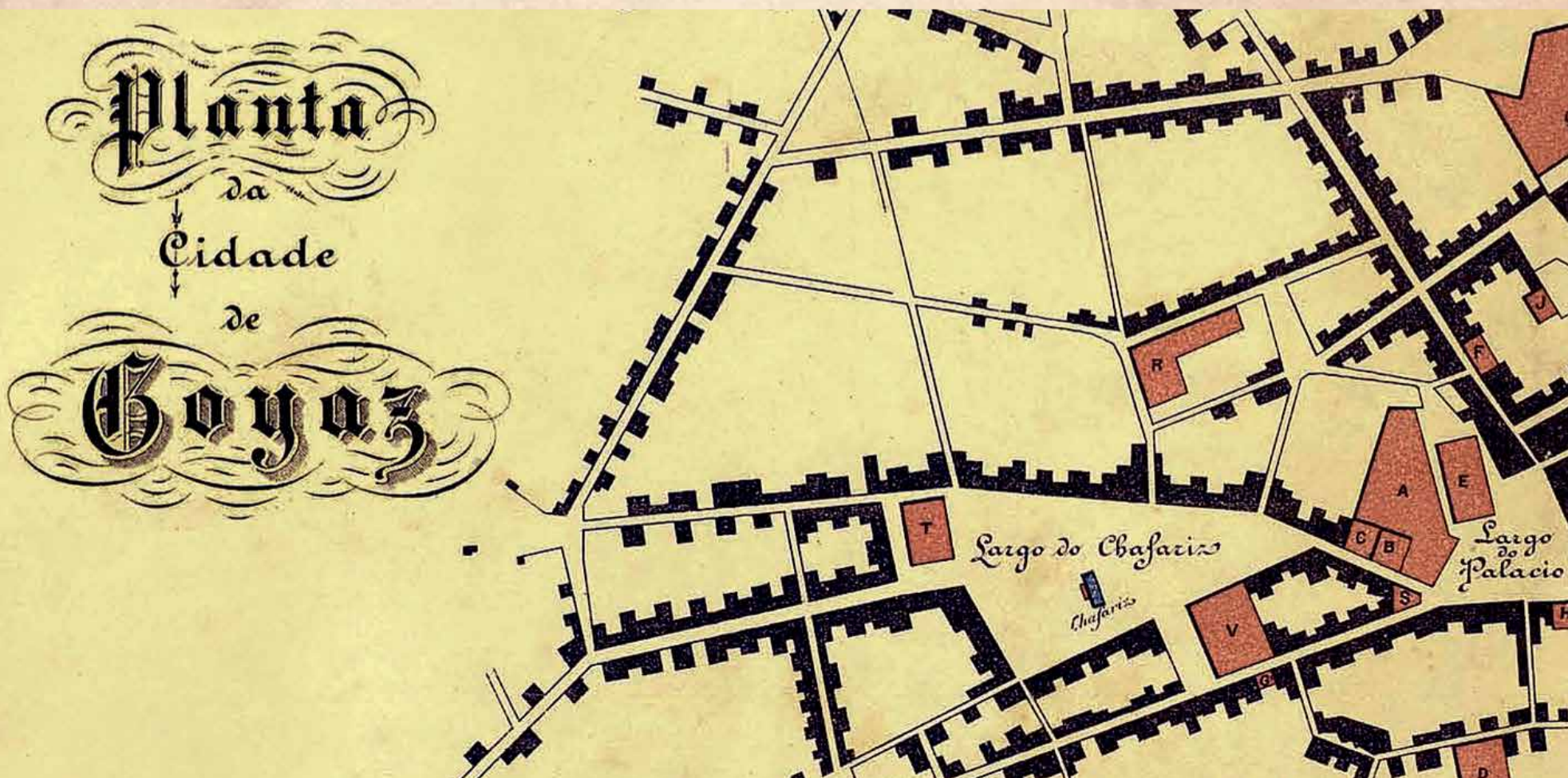
PREFÁCIO

Esta obra **Goyaz – Guia de Cartografia Histórica** é um dos produtos do “Projeto Documentos Goyaz”. Executado entre 2011 e 2014, o Projeto foi pensado com o objetivo de complementar o acervo do Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF) com reproduções digitais de documentos originais referentes a Goiás existentes em instituições públicas ou privadas, especialmente documentação relativa aos municípios de Luziânia, Formosa e Planaltina, que cederam parte de seus territórios para a formação do Distrito Federal.

Trata-se da primeira obra deste porte referente à antiga “Província de Goyaz” e atual Estado Federado do Centro-Oeste brasileiro. A produção deste **Guia de Cartografia**, que compreende mapas de Goiás e do Distrito Federal produzidos nos séculos XVIII a XX, tem por principais objetivos subsidiar o processo de ensino e pesquisa nas instituições educacionais do Distrito Federal e divulgar a cartografia histórica da região do Planalto Central.

Os mapas de Goiás possuem inestimável valor histórico e são de suma importância para a compreensão da formação das fronteiras do Estado e da dinâmica de formação de povoados, arraiais, vilas, administração civil e eclesiástica, que mais tarde viriam a ceder espaço à nova capital Federal.

Além de breve introdução na qual se contextualizam os aspectos políticos, econômicos e sociais que levaram à produção de cada mapa, o *Guia* apresenta a “Leitura Paleográfica”, por meio da qual se poderá apreciar o texto na forma original em que foi escrito, a riqueza estética do conjunto cartográfico e também informações complementares inseridas pelos “autores” dos mapas. Supera-se, assim, certa visão reducionista do discurso histórico na qual uma carta geográfica se restringia a servir de complemento estético aos textos. É o mapa apresentado como produtor e veiculador de informações.



Ressalte-se ainda que este *Guia* visa responder à demanda por “cartografia histórica”, em razão da carência de informações históricas sobre essa região em uma perspectiva espacial, em especial no que se refere ao território escolhido para a construção de Brasília, fortalecendo, assim, a concepção de que é necessário aprofundar o estudo da história do Distrito Federal, inclusive de seu passado goiano, em vez de pensá-la somente a partir da decisão de transferir a capital.

A publicação estará disponível também em meio digital na rede mundial de computadores, permitindo que todos os interessados, especialmente professores, estudantes e pesquisadores, conheçam o território dos povos que habitavam a região antes da chegada dos luso-brasileiros e os primeiros caminhos criados pelos colonizadores na dinâmica de conquista do Planalto Central do Brasil.

Finalmente, esta publicação é fruto do trabalho incansável e apaixonado de servidores e servidoras do Arquivo Público do Distrito Federal, que, a despeito das condições adversas, mergulharam no fazer inves-

tigativo e na busca por recursos financeiros para torná-la realidade. Por meio desta obra, o Arquivo Público cumpre mais uma de suas atribuições: a difusão da informação.

Agradecemos imensamente o apoio da Secretaria da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais, da Câmara Legislativa do DF e do Governo do Distrito Federal, que possibilitaram ao Arquivo Público do Distrito Federal a publicação desta significativa obra de valor informacional para a história do Centro-Oeste brasileiro.

Jomar Nickerson de Almeida

Superintendente
Arquivo Público do Distrito Federal



- J Igreja de S. Francisco
- K " do Rosario e Convent
- L Relação
- M Tesouro Estadual
- N Hospital Militar
- O Igreja de N.S. da Abadia
- P Hospital de Caridade
- Q Mercado
- R Seminario Episcopal
- S Igreja da B. Morte
- T Cadeia e Paço Municipal
- U Matadouro
- V Quartel de linha
- X Igreja de Sta Barbara
- Y Theatro

APRESENTAÇÃO

UM TESTEMUNHO DISFARÇADO DE APRESENTAÇÃO

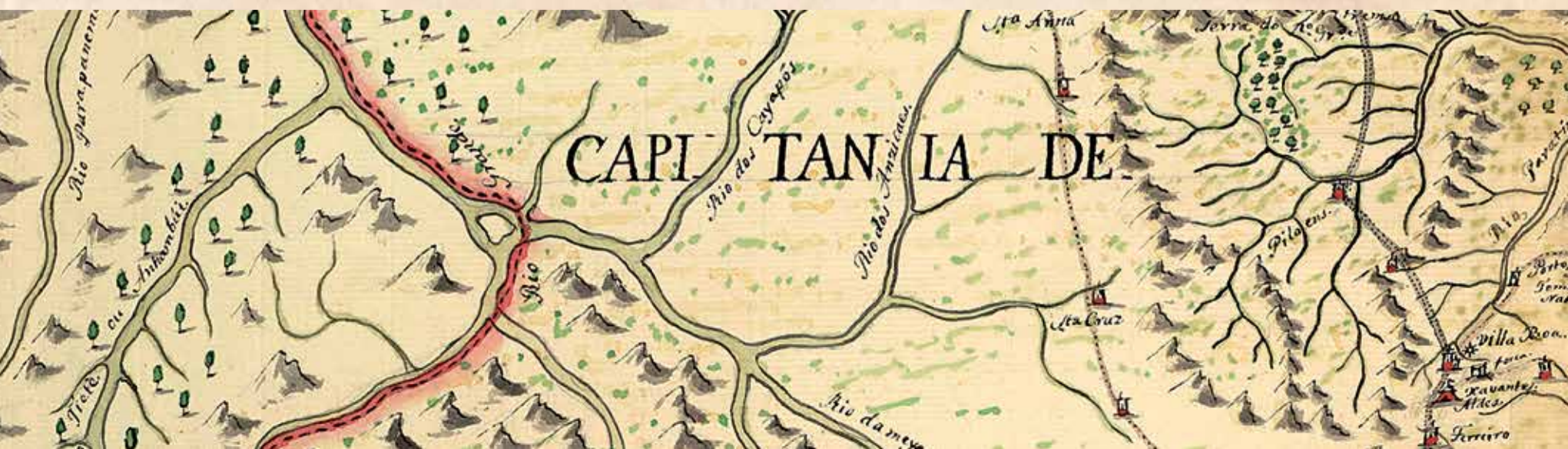
Minha relação com Brasília começou cedo. Ainda vivia no Rio Grande do Sul quando, estudando arquitetura, despertei para a Capital erguida no Planalto Central e creditada a Lucio Costa e a Oscar Niemeyer. Uma cidade, com quase a minha idade, que, imaginava, nasceu do zero... Morei em vários lugares. Tornei-me professor universitário. Mas a curiosidade pela Capital era tanta que realizei novo concurso público e, em 2002, fui transferido para a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de Brasília (UnB).

Foi na FAU que encontrei Sylvia Ficher, e nela descobri um gosto particular e sofisticado de compreender e questionar. Já colaborando no Programa de Pós-Graduação, e mais uma vez com Sylvia, comecei a trabalhar com a história de Brasília. Mas, pesquisa exige fontes. Implica sistematizar informações. Pede o cotejamento de documentos. Foi assim que, lentamente, descobri outras Brasília. Mais profundas e mais humanas. Menos monumentais e menos geniais. Uma Capital que não nasceu do zero e que veio a ocupar um território já conquistado. Uma Brasília que se fez (e se faz) muito além de um plano, desenho ou desígnio. Uma cidade com história... Boa parte dela com suas fontes, informações e documentos preservados no Arquivo Público do Distrito Federal. Aqui cabe um parêntese: é inacreditável que, com tantos problemas e deficiências, o DF conte

com uma instituição que funcione tão bem quanto o “nosso” Arquivo.

Mas voltando ao meu relato de vida, foi realizando ou orientando trabalhos acadêmicos que o Arquivo se mostrou competente, altamente respeitável e realmente público. Lá estão conservadas inesgotáveis fontes para a história da construção de Brasília (fala-se em seis milhões de itens...). Várias histórias podem ser contadas a partir de tamanho acervo. Primeiro descobri a sua espetacular coleção de imagens fotográficas. Milhares delas! Depois foram os fundos documentais, como o do Dr. Ernesto Silva (1914-2010) ou o do arquiteto Gladson da Rocha (1923-2007) – ambos doados pelos familiares ao Arquivo, em uma clara demonstração de confiança e espírito público. Lá também está o material do Brasília Palace Hotel, edifício “pioneiro”, de 1957. De Oscar Niemeyer há muito mais. Cerca de cem desenhos ou projetos assinados pelo arquiteto. Edifícios construídos ou não, conhecidos ou não, como o denominado “Rancho Pioneiro JK” ou o projeto de um motel...

Se não bastasse a quantidade e qualidade do acervo de documentos primários originais preservados, os servidores do Arquivo – eles também repletos de espírito público – têm sistematicamente procurado ampliar e complementar as informações sobre o DF, com a identificação, o resgate ou a reprodução de documentos preservados em outras localidades ou instituições. Foi o caso do acervo do médico Altamiro de Moura Pacheco (1896-1996), presidente da Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital



Federal, entre 1955 e 1958. Ao todo, foram digitalizados 6.154 itens sobre o DF, atualmente pertencentes à Academia Goiana de Letras. O mesmo esforço tem sido realizado em relação aos documentos cartográficos. Mapas e mais mapas foram localizados e, uma vez reproduzidos com alta resolução gráfica, incorporados ao acervo do Arquivo Público. Parte do resultado deste exemplar garimpo, e do “Projeto Documentos Goyaz”, pode ser apreciada na presente publicação: *Goyaz – Guia de Cartografia Histórica*, organizado por Elias Manoel da Silva e Wilson Vieira Júnior.

Elias e Wilson representam muito bem o que pode (e deve) ser uma instituição de memória (como é o Arquivo Público do Distrito Federal). Não satisfeitos em recolher e proteger documentos, sentiram a necessidade de torná-los públicos. Mais que isso, didaticamente, organizaram uma publicação cujo principal objetivo é, ao difundir o material cartográfico, construir consciência crítica sobre a história de determinada porção territorial do Brasil antes de Brasília. Para comprovar o que digo, basta verificar como o Guia foi estruturado. De um lado temos os mapas propriamente ditos e a indicação das respectivas instituições de origem (Mapoteca do Itamaraty, Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo Público Mineiro, Casa da Ínsua, Arquivo Histórico do Exército, Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, Casa de Cultura de Luziânia, Biblioteca Pública de Évora, Casa Altamiro de Moura Pacheco e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). De outro, mas de modo intercalado aos mapas, temos uma série de artigos especialmente elaborados, assinados por jovens e competentes pesquisadores: o

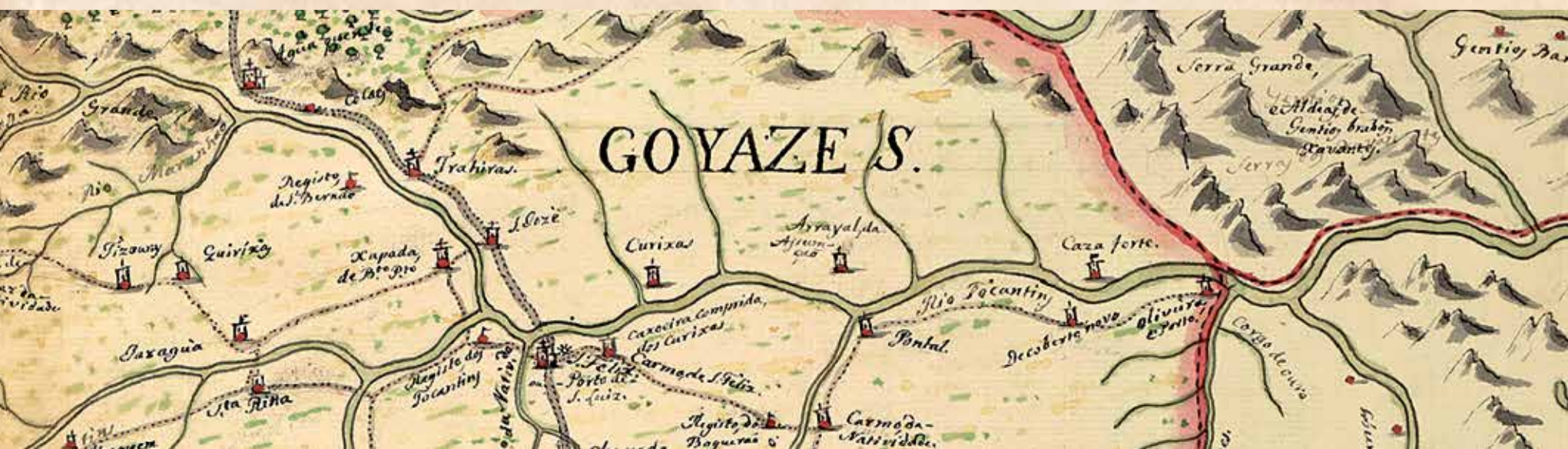
próprio historiador Wilson Vieira Júnior fala dos primeiros mapas da Capitania de Goiás e da Freguesia de Santa Luzia; a arquiteta Lenora de Castro Barbo viaja pelas estradas coloniais do Planalto Central; o geógrafo Rodrigo Martins dos Santos estuda os índios na cartografia; e o também historiador Elias Manoel da Silva explora a documentação produzida pelas “duas Comissões Cruls”. E não se engane o leitor: a Introdução não recebeu gratuitamente o título de “ensaio”. Nela, Elias Manoel da Silva, bem ao gosto dos nossos melhores ensaístas, lança uma série de teses sobre a cartografia, o território e a nação.

Para finalizar, mas de fato iniciar, quero recuperar uma fala da Sylvia Ficher, que certamente está no DNA do presente Guia de Cartografia Histórica:

A história de Brasília continua sendo escrita no registro do mito, mas não tão fortemente como quando reclamei disso, há mais de 15 anos. Naquele momento me incomodava aquela mágica que fazia com que a cidade fosse confundida com seu desenho, as pessoas falando sobre Brasília e na cabeça delas a representação era o desenho original, a borboleta de Lucio Costa... Não falavam da cidade real. Essa constatação quanto ao registro do mito se mantém, porém, cada vez menos aguda. Primeiro, era aquela coisa de um disco voador que pousou no meio do nada, como se ninguém entre os trabalhadores tivesse morrido, e pronto. A epopeia em si da construção ficava fora do mito, porque se via apenas a obra limpa, bem-feita, que saiu da prancheta do arquiteto. Felizmente, hoje se valoriza mais o processo de construção da cidade... Essa memória vem sendo recuperada.

Andrey Rosenthal Schlee

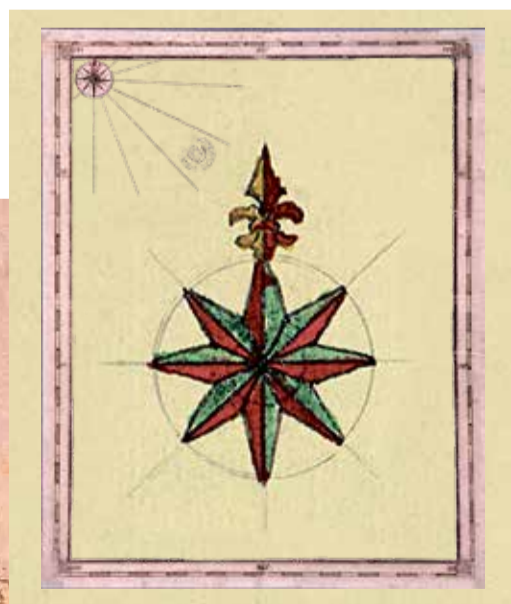
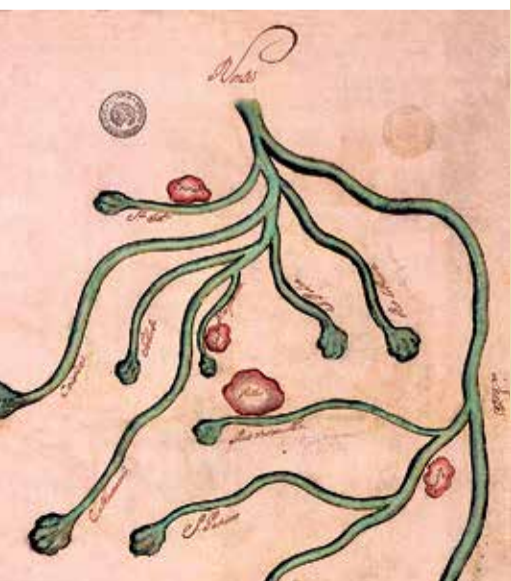
Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (IPHAN)





SUMÁRIO

- 10 Introdução: Ensaio sobre a cartografia dos “Sertões”
Elias Manoel da Silva
- 32 Primeiros mapas da Capitania de Goiás
Wilson Vieira Júnior
- 42 **MAPOTECA HISTÓRICA DO ITAMARATY**
- 56 **ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO**
- 75 **ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO**
- 78 **CASA DA ÍNSUA**
- 82 Estradas coloniais do Planalto Central na cartografia histórica
Lenora de Castro Barbo
- 116 **ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO**
- 152 Os índios na cartografia histórica de Goyaz
Rodrigo Martins dos Santos
- 186 **MAPAS ETNO-LINGUÍSTICO DO PLANALTO CENTRAL E ADJACÊNCIAS – 1700 A 1900**



- 16 15 14 13 12 11 10 9
- 191 ~~~~~ **BIBLIOTECA NACIONAL**
- 210 ~~~~~ **ARQUIVO NACIONAL**
- 216 ~~~~~ Trigant des Genettes e a carta da Freguesia de Santa Luzia de Goyaz (1883-1884)
Wilson Vieira Júnior
- 222 ~~~~~ **IPEHBC – INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS HISTÓRICOS DO BRASIL CENTRAL**
- 223 ~~~~~ **CASA DA CULTURA DE LUZIÂNIA**
- 226 ~~~~~ **BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA**
- 232 ~~~~~ A cartografia das duas Comissões Cruls para a construção da nova capital no Planalto Central
Elias Manoel da Silva
- 266 ~~~~~ **CASA ALTAMIRO DE MOURA PACHECO**
Academia Goiana de Letras
- 268 ~~~~~ **IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**





Elias
Manoel
da Silva

INTRODUÇÃO: Ensaio sobre a cartografia dos “Sertões”



1. Um roteiro didático...

“Theatrum Mundi”: assim começam a ser identificados os primeiros mapas mundi. De início, já podemos perceber que os cartógrafos entendiam o mundo como um grande teatro onde a história humana apresentava o longo drama épico de suas tragédias e comédias. A força da expressão “Theatrum Mundi” vai nos conduzir para o imenso teatro dos Sertões da América portuguesa, principalmente Goiás, para entender como foram, aos poucos, sendo produzidos os mapas dessa região.

No contexto da cartografia da América portuguesa, Goiás está nos Sertões. Portanto, para se entender adequadamente a história dos mapas de Goiás, devemos voltar ao passado para contextualizar como os luso-brasileiros e portugueses conquistaram os Sertões, pois é do processo de conquista dessas vastas regiões que nasce a necessidade de se cartografar. E, para isso, é necessário: contextualizar como Portugal iniciou pioneiramente a produção de mapas baseados em Astronomia e como essas técnicas influenciaram a cartografia dos Sertões, quando para cá vieram, a fim de resolverem os problemas de fronteira com a Espanha; contextualizar a descoberta de ouro nos Sertões e como essa nova realidade incidiu na produção de mapas; contextualizar as expedições dos sertanistas pelos “Certoens” e como produziram seus mapas e, finalmente, é necessário também reavaliar o quanto os ameríndios da América portuguesa, profundos conhecedores dos Sertões, influenciaram a produção dos mapas dos sertanistas. Portanto, para entender a produção dos mapas de Goiás, é fundamental termos, em perspectiva, um tempo mais longo, a fim de conhecermos os atores que, de uma forma ou de outra, entraram pelos Sertões e cartografaram esse espaço.

2. Cuidado com a cilada que pode nos confundir: a ideia de “território do Brasil”

Muito raramente, nesta introdução, usaremos a palavra “Brasil”. Para nos referir a esse território, usaremos a expressão “América portuguesa”. Por que esse preciosismo? Para fugirmos daquilo que chamo de cilada territorial, muito recorrente no modo de pensar da maioria das pessoas e que atrapalha uma adequada compreensão da história dos mapas do território hoje chamado “Brasil” e de suas regiões.

Estamos tão acostumados a ver o mapa do Brasil com os limites atuais que, inconscientemente, naturalizamos essas fronteiras, ou seja, acompanha-

mos o processo de formação do território brasileiro como se houvesse um destino tecendo a história para que chegasse ao formato do Brasil no tamanho que hoje conhecemos. Essa abordagem “finalística”, no sentido de uma finalidade – um objetivo a ser alcançado – e que no discurso histórico chamamos, tecnicamente, de perspectiva teleológica, contamina nosso olhar, pois inconscientemente nos leva a interpretar os sujeitos históricos em suas épocas, principalmente aqueles que produziram mapas, como possuidores de uma ideia de território do Brasil que deveriam construir. É como se houvesse um projeto de território previamente concebido, no qual apenas era necessário ir realizando.

A falta de cuidado, na hora de refletir a história da construção do território e os mapas produzidos nesse processo, chegou a um ponto na historiografia brasileira que se deu intencionalidade às expedições dos sertanistas, popularmente conhecidos como Bandeirantes. Quando nos referimos à intencionalidade, estamos afirmando uma vontade consciente de um objetivo específico a ser alcançado. Essa perspectiva colocava as expedições dos bandeirantes como intencionalmente voltadas para – como diziam meus professores de História na década de 1970/80 – “alargar as fronteiras do território brasileiro”. Um anacronismo, pois não havia a ideia de Brasil nesse período e os Bandeirantes não tinham, previamente, em suas mentes, um território a ser “conquistado para o Brasil”. É possível supor, no máximo, que tivessem uma ideia de “território português”, imaginário esse criado e socializado pela cartografia produzida segundo as razões de Estado do Império português.

O pior de tudo, nesse tipo de raciocínio, é que, dessa forma, em qualquer discussão sobre os limites da América portuguesa, no nosso caso, com a Espanha, pensamos, inconscientemente, que os Portugueses estão “com a razão” e os Espanhóis, tentando se apossar de território que pertence ao “Brasil”. Na verdade, do ponto de vista do Tratado de Tordesilhas, foi exatamente o contrário.

Como já naturalizamos em nossa mente consciente e subconsciente um mapa do Brasil, cujos limites nos acostumamos a ver desde a mais tenra idade, criamos “mocinhos” e “bandidos” na história da cartografia: “mocinhos” são os portugueses tentando construir o “Brasil” para chegar às fronteiras que, antecipadamente, já carregamos em nossa mente; e os “bandidos” são aqueles que atrapalham a construção desse futuro território. Influenciados por essa cilada territorial, naturalizamos as fronteiras e começamos a julgar as decisões, como certas ou não, a partir dos limites do território brasileiro de hoje,



cometendo sérios erros de anacronismo. Não podemos projetar no passado conceitos e compreensão de território que só vão existir após longo processo histórico do qual nós somos filhos e, por isso mesmo, pensamos dessa forma.

A ação dos atores históricos que se embrenharam pelos “Certoens” da América portuguesa só pode ser corretamente interpretada dentro dos limites de compreensão, das expectativas e dos valores do contexto histórico deles. A todo contexto histórico, cabe a sua consciência do possível, e é só dentro dela que as ações adquirem seu verdadeiro sentido.

A verdade é que nem portugueses nem espanhóis tinham em mente, desde o início da colonização, algum território específico chamado “Brasil” quando lutavam por alargar ou defender os limites territoriais de suas colônias.

A compreensão adequada da representação espacial do “Brasil” nos mapas produzidos desde a chegada dos portugueses é mais bem delineada se superarmos essa cilada que consiste em transpor para o passado os limites do Brasil atual, como se, de antemão, já se soubesse desde o desembarque de Cabral que aquele território se transformaria em um país independente, na nação que hoje conhecemos por Brasil.

Pode parecer estranho a nós, que aceitamos o atual desenho do território brasileiro como um fato consumado, mas o surgimento dessa configuração espacial não era um destino inescapável do Brasil. O problema é a dificuldade em refletir-se historicamente sobre um fato consumado: os limites do atual “território – Brasil”.

Na verdade, todos os trabalhos de cartografia feitos para os litígios de fronteira com a Espanha não podem ser considerados como os predecessores da história do atual território chamado Brasil, simplesmente porque não existia isso que chamamos de Brasil. Existia, sim, o território da América portuguesa e esta, por sua vez, não passava de um conjunto de ilhas-povoamento no imenso território colonial, escassamente habitadas, cujas capitânias estavam mais ligadas politicamente com Portugal do que entre si.

É claro que, nos mapas, a representação dessas diversas ilhas-povoamento da América portuguesa aparecia com o nome genérico de “Brasil”. Contudo, essa realidade sociopolítica chamada “Brasil” não era compreendida por eles da mesma forma como hoje a compreendemos, quando falamos da nação brasileira, do território brasileiro, do “país” chamado “Brasil”. O fato de usarmos hoje a mesma palavra “Brasil” para o território do período colonial brasileiro pode dar a falsa ideia de falarmos da mesma coisa. A falsa sensação de uma mesma compreensão, ou seja, uma espécie de solidariedade temporal que, de fato, não existe. Por ser histórico, o conteúdo das palavras humanas depende do tempo no qual são usadas, ou seja, a semântica de um vocábulo diferencia-se de acordo com o momento histórico.¹ Portanto, é necessário entrar no entendimento que as sociedades têm do seu tempo histórico. Infelizmente, fomos tão edu-

cados a pensar a História como “sucessão de fatos” que nos esquecemos de pensar a história como “mudança de compreensão” dos conceitos que usamos quando nos comunicamos. O “tempo histórico”, além do óbvio sentido cronológico, é um conceito antropológico. O tempo histórico não é apenas um elemento externo às pessoas, aquilo que nós chamamos de “fatos no tempo”. É também, e acima de tudo, aquilo que acontece dentro da cabeça das pessoas, que nós chamamos de conceitos, ideias, mentalidade, ou seja, o horizonte mental das pessoas.

Dessa forma, a configuração espacial das fronteiras do Brasil que desde criança vemos nos mapas socializou a falsa ideia de unidade territorial e ideológica, de um sentido coletivo de nacionalidade que de fato não existia naquele momento histórico. A população da América portuguesa não era o “Brasil”, porque não se sentia fazendo parte de uma pátria brasileira. O espaço territorial, naquele momento histórico, não tinha criado ainda um sentido coletivo, de uma sociedade que respira comunhão comunitária.

No máximo, o que podemos afirmar é que a percepção da “nacionalidade”, conceito extremamente complexo e bem mais próximo de nosso tempo do que pensamos – e aqui entendida como uma experiência de comunhão social – era sentida e percebida regionalmente. Há estudos interessantíssimos mostrando como os deputados da América portuguesa, quando foram para Lisboa a fim de elaborar a Constituição para o Reino de Portugal, exigência dos revoltosos da Revolução Liberal do Porto (1820), não se identificavam como brasileiros e, sim, como paulistas, mineiros, pernambucanos etc.

Não fosse a chegada à América portuguesa da família real lusitana, em 1808, gerando forte centralização política e econômica na cidade do Rio de Janeiro e, com isso, gerando um centro gravitacional de poder e, um pouco mais tarde, no processo de independência, a força dos comerciantes de escravos que tinham necessidade de um Estado forte e unificado para se contrapor aos interesses ingleses que exigiam o fim do comércio de pessoas humanas, hoje seríamos um conjunto de países independentes, tendo em comum a língua portuguesa, como de fato aconteceu com a área de colonização espanhola da América, que se fragmentou em diversos países.

É aqui, seguindo o raciocínio que vimos propondo, que queremos acrescentar mais uma variável que, acreditamos, contribuiu para que a imensa América portuguesa continuasse com sua unidade territorial, após a criação de um Estado a partir de 7 de setembro de 1822: a socialização, por meio da cartografia, de uma ideia de território “Brasil”.

Como não existia a ideia de uma nacionalidade brasileira, a cartografia dos limites do território da América portuguesa produzida por Portugal e socializada principalmente a partir dos Tratados de Madrid (1750) e de Santo Ildefonso (1777) – por sinal, muito parecidos com os limites do Brasil de hoje – transmitia certo poder de convencimento ao apresentar um território que antecipava a existência de uma nacionalidade, de um povo brasileiro. Os mapas passaram



a ideia de um território que antecedeu o povo. O imaginário de um “território brasileiro” apresentado pela cartografia gerava a falsa percepção de um coletivo social – de um povo – que só existia no traçado da cartografia. O mapa do “território brasileiro” criou uma ficção de identidade muito útil após a Independência (1822). Para o “Estado” Imperial, centralizado no Rio de Janeiro e consciente da fragilidade da unidade política interna, não interessava que nascessem outros “Estados” dentro desse território. Ora, a cartografia criada no contexto da colônia endossava essa perspectiva ao afirmar um “Brasil-território” como se fosse sinônimo de um “Brasil-povo”, uma nacionalidade. De certa forma, a cartografia antecipou a nacionalidade e a fundou. Aquilo que hoje chamamos de Brasil nasceu primeiro no mapa para, então, ser gerado nas pessoas.

É possível, portanto, afirmar que a cartografia colonial, enquanto socializou um imaginário de território, colonizou a mentalidade e naturalizou, no seu traçado de limites, a presença de uma nacionalidade que de fato não existia. A representação espacial dos mapas da América portuguesa era apresentada como a representação de uma comunidade unitária, o que enfraquecia as forças centrífugas que vinham de algumas regiões do território e que almejavam maior autonomia política diante do exagerado centralismo no Rio de Janeiro. Todas as revoltas regionais, desde a chegada da Família Real portuguesa, passando pelas revoltas do Período Regencial e Imperial, vão confirmar que o traçado do mapa “do Brasil” não era um consenso, mas foi útil em seu papel de convencimento para a criação de um projeto de nação brasileira. O Estado que surgiu a partir de 7 de setembro de 1822 soube usar muito bem a representação do “território brasileiro”. A cartografia, ao socializar uma ideia de território, virou uma arma política.

Alguém poderia questionar: poderia ser diferente? A América portuguesa poderia não ter se tornado o Brasil? Uma resposta poderia ser: “o território-Brasil está aí e ponto final!” Entretanto se, por um lado, a perspectiva de que outros caminhos poderiam ter sido escolhidos não muda o que está consumado, por outro, ao menos permite olhar de forma mais crítica para as possibilidades que ficaram latentes na história dessa colônia portuguesa dos Trópicos. Além disso, possibilita uma percepção mais complexa sobre a produção e os significados dos mapas desse território. O horizonte de expectativa de uma época pode ser alcançado pelo conhecimento investigativo do historiador, mesmo que não tenham sido realizadas todas as possibilidades históricas latentes.

Geralmente, pensamos que um povo, uma nacionalidade, cria a sua fronteira. Se na história de muitos países – no esfacelamento dos Impérios após a 1ª Guerra Mundial, por exemplo – as fronteiras territoriais foram, de fato, criadas por um povo e para um povo, no caso do Brasil as fronteiras territoriais, representadas nos mapas e construídas pelos interesses do Império português em sua colônia na América do Sul, nasceram antes da constituição do povo e tornaram-se elementos para fundar um povo. Aqui,

as fronteiras foram geradoras do povo brasileiro e os mapas foram importantes elementos para referendar esse processo.

Dessa forma, a cartografia do território da América portuguesa pode ser considerada a certidão de batismo do povo brasileiro. Como toda certidão de batismo – que vem antes de a criança ter consciência de uma identidade e história pessoal – aqui o mapa batizou um povo e influenciou seu crescimento, forma identitária e sua territorialidade. Na mesma linha do uso de metáforas religiosas, os mapas do território do “Brasil”, elaborados na dinâmica do período colonial, representavam e apresentavam uma espécie de vocação. Se, por um lado, aquele enorme território do mapa não representava um povo, no sentido de uma identidade coletiva nacional, fornecia, por outro lado, um forte apelo vocacional enquanto produzia uma ficção de identidade coletiva, de “um” povo em suas fronteiras. Dessa forma, os mapas do “território brasileiro” se tornavam a representação antecipada de um projeto histórico de povo e que, socializados, tiveram força de convencimento muito grande nesse processo. É possível afirmar que no caso brasileiro, a partir de uma leitura da cartografia, o território gerou o povo e não o contrário.

As reflexões propostas até aqui bastam para problematizar o que chamo de cilada territorial da cartografia do “Brasil”. Acredito que pouco se tem estudado sobre o poder da cartografia – produzida antes da independência da América portuguesa e no período Imperial – no processo de construção de uma “identidade brasileira”. Já se comentou à exaustão a importância dos mapas para as discussões nos tratados de fronteira com a Espanha. Já se estudou bastante, e corretamente, diga-se de passagem, a função do Estado como criador de uma nacionalidade. Mas a socialização da ideia de um território – divulgada pelos mapas – como uma força que de certa forma fortaleceu e justificou as ações daqueles que queriam uma unidade territorial da América portuguesa, nos parece que poderia ser também mais estudada.

O importante é estarmos conscientes da cilada conceitual de um “território brasileiro”. É o mapa confirmando um território e engendrando o imaginário de uma identidade nacional chamada “povo”, que de fato não existia e só foi construída após longo e complexo processo histórico, do qual nós hoje somos o resultado. Os mapas, principalmente os chamados “mapas históricos”, são muito mais do que a simples representação espacial de um território. Eles engendram mentalidades e geram povos.

Portanto, ao refletirmos sobre alguns aspectos da história da cartografia, procurando entender melhor a cartografia da região dos “Sertões” – entendido aqui como o território Centro-Oeste – vamos nos despir de qualquer pré-compreensão de território e, principalmente, evitar ver na América portuguesa aquilo que só mais tarde poderemos chamar de território brasileiro, o “Brasil”. A América portuguesa não é sinônimo de Brasil. Qualquer identificação direta entre essas duas realidades irá gerar erros na interpretação dos eventos históricos que nos legaram o



que hoje conhecemos por “Brasil” e empobreceria o estudo da cartografia desse território.

3. Os mapas como os “olhos do rei”

No período da colonização e, mais tarde, com a criação do Império brasileiro, “a representação cartográfica do espaço foi uma preocupação constante dos governantes. Os mapas eram considerados uma espécie de olhos do rei e, cada vez mais, eram vistos como instrumentos essenciais para conhecimento dos vastos espaços da colônia por parte da administração. Por meio dos mapas, o poder régio ampliava suas informações sobre o espaço de suas posses, o que auxiliava e garantia o processo de civilização e dominação das regiões do império”.² Como ressalta Bueno, “mapear significa conhecer, domesticar, submeter, conquistar, controlar, contradizer a ordem da natureza”.³

Desde muito cedo, Portugal estava consciente do potencial que a produção de bons mapas representava como meio de informação e poder. Como prova, podemos indicar: “o périplo africano e a descoberta – ou ‘achamento’ como os portugueses dizem – do Brasil. À medida que o tempo passava, e a importância do Brasil crescia para o reino português, tornava-se urgente a produção de informações que fizessem frente às necessidades da maior colônia de Portugal. E à medida que o Brasil tornava-se a principal fonte de recursos para a metrópole, a importância desse conhecimento crescia, frente às ameaças externas. As atividades de mapeamento, conduzidas em sua maioria por técnicos estrangeiros, visavam a dar o suporte de conhecimento do território colonial

brasileiro, buscando fornecer às administrações, tanto metropolitana

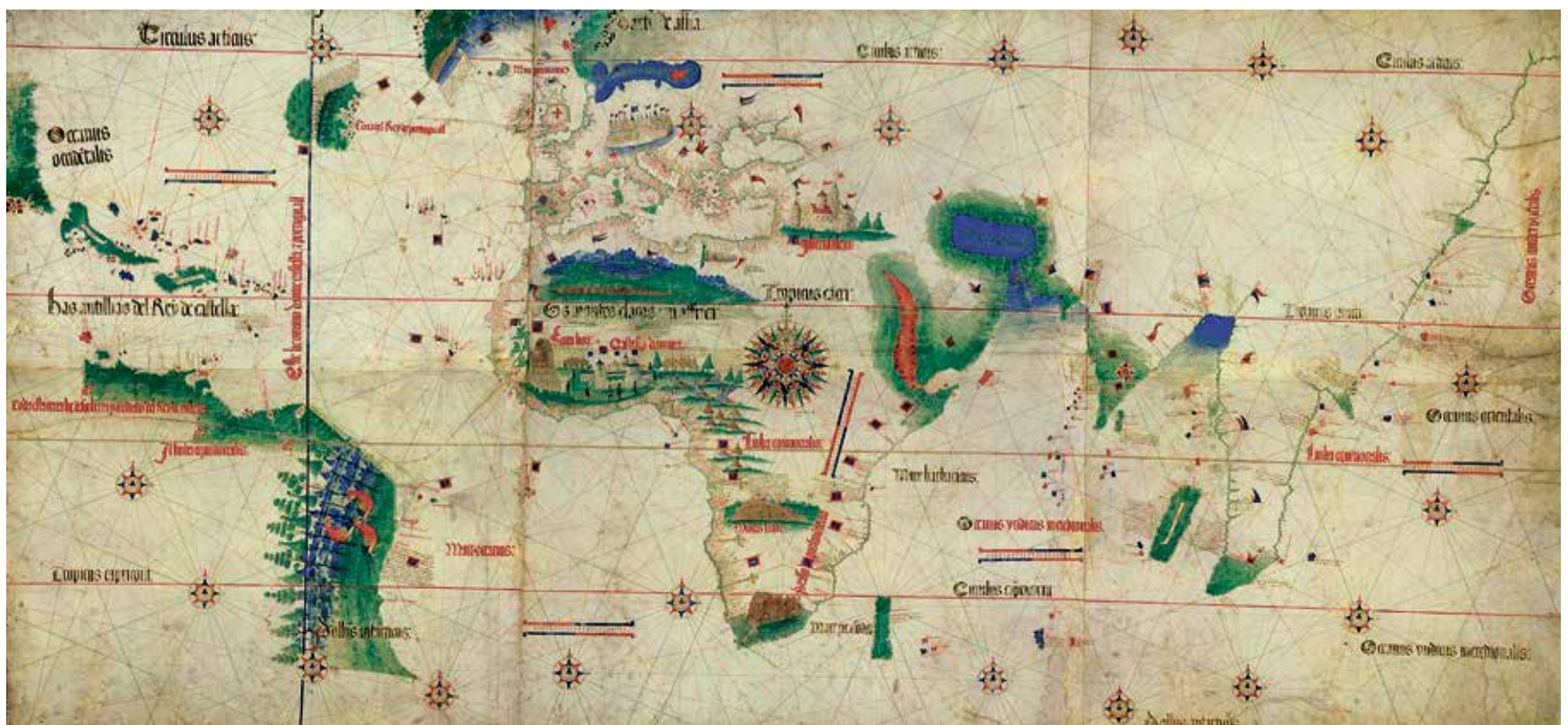
**Fig. 1 – “Planisfério de Cantino”
Biblioteca Estense - Módena, Itália**
Domínio público

como colonial, as informações necessárias para o planejamento, entre outros aspectos, de sistemas defensivos, bem como para as rotas de penetração e de ocupação daquele vazio geográfico de então”.⁴

O nível técnico da produção cartográfica, em relação aos outros Estados europeus daquele período, chegou a tal ponto que um dos mais importantes mapas portugueses, no início do século XVI (1502), fruto da chegada no sul do continente americano e do estudo do grande litoral desse continente, conhecido como “Planisfério de Cantino”, um enorme pergaminho de aproximadamente 2 m × 1 m, foi contrabandeado para a península italiana. (Figura 1)

Algumas repúblicas da península itálica tinham o interesse em conhecer as notícias que circulavam pela Europa a respeito das descobertas feitas pelos portugueses no Oceano Atlântico e no Índico. Curiosidade compreensível, tendo em vista que tais descobertas poderiam ameaçar o equilíbrio político das belicosas Repúblicas daquela península. “Um embaixador do Duque de Ferrara, Hércules d’Este, chamado Alberto Cantino, passou por Lisboa nos primeiros anos do século XVI, e terá conseguido comprar os favores de um (ou mais do que um) mestre cartógrafo que lhe fez uma cópia do padrão real existente na Casa da Índia, com as mais recentes descobertas geográficas portuguesas”.⁵

A correspondência trocada entre o embaixador e o duque, que por sinal permitiu datar esse importante mapa – 19 de novembro de 1502 –, revela que a cópia do mapa foi comprada com a enorme quantia de 12 ducados de ouro. Apenas para narrar os acasos que podem acontecer com documentos históricos importantes, esse mapa foi descoberto quando o Diretor da Biblioteca Estense de Módena, Giuseppe Boni, o encontrou sendo usado como cortina em um restaurante daquela cidade. Comprou a “cortina” e, a partir dos dados que estavam escritos, conseguiu rastrear sua origem e importância. Até hoje, não se sabe que cartógrafo português produziu o mapa. Contudo, a





posteridade deu a essa peça cartográfica o sobrenome daquele que o adquiriu clandestinamente: Alberto “CANTINO”. É um mapa que foi “extraído clandestinamente de Portugal, de cujos arquivos reais foi copiado, o que singularmente lhe aumenta o valor”.⁶

Neste mapa, temos a primeira representação cartográfica portuguesa de parte do território do que futuramente será o “Brasil”, ali identificado como “A Vera Cruz”. O território é representado por uma faixa litorânea, sugerindo que, diferentemente da Carta de Pero Vaz de Caminha que o indicava como uma ilha, o Mapa de Cantino já indicava que essa porção de terra era um novo continente. Não é, portanto, o extremo Oeste da Ásia, como Cristóvão Colombo morreu pensando ser.⁷ O perímetro do continente africano está representado com grande exatidão para a época. Fato compreensível porque os portugueses haviam chegado à Ásia, contornando aquele litoral. É a primeira vez que temos referência em mapas do meridiano de Tordesilhas, fruto de um tratado entre Portugal e Espanha, assinado em 1494 em uma cidade espanhola deste mesmo nome. É identificado com os seguintes dizeres: “Este he o marco dantre Castella e Portugal”. Pela primeira vez, em um mapa conhecido sobre esse território, aparece a palavra “brasil”, para indicar o “Rio de brasil”. Hoje esse rio está batizado com o nome de “Rio Buranhém”. Encontramos também os primeiros topônimos dados pelos portugueses, e que permanecem até hoje: “Porto Seguro”, “Baía de todos Sanctos”, “Rio de São Francisco” e “Cabo de Santa Marta”.

4. Pilotos e cosmógrafos: conflitos no início da moderna cartografia portuguesa...

A produção de mapas em Portugal, principalmente na dinâmica das aventuras náuticas portuguesas, a partir do século XV, está ligada diretamente às necessidades da “arte de marear”, para usar uma expressão cara ao período. Cartografia e Técnica de Navegação deram-se as mãos desde o início. Para evitar qualquer anacronismo, a palavra cartografia ainda não existia. Naquela época, a arte de confecção de mapas era designada por COSMOGRAFIA e os profissionais desse período que os produziam, os COSMÓGRAFOS; eram um resumido número de técnicos que “dirigiam ou aconselhavam a obra da expansão portuguesa através dos mares daqueles tempos”.⁸

Foi a preocupação em saber se localizar, ou simplesmente, saber voltar ao porto de origem que motivou a grande revolução cartográfica que os lusos implementaram. Não iremos descer às discussões técnicas do período em relação à cartografia, mas apenas narrar pontualmente o processo de passagem de uma cartografia prática, experiencial, para uma de caráter mais técnico, e institucionalizada pelo Estado português, a fim de entender melhor os mapas que serão feitos para representar os Sertões da América portuguesa.

Na verdade, “quando os mareantes da segunda armada da Índia avistaram, no dia 22 de abril de 1500, um grande monte mui alto e redondo ao qual



Fig. 2 - “O Mar Mediterrâneo” - Jehuda Cresques
Atlas Catalão - Biblioteca Nacional da França
Domínio público

o capitão-mor denominou Monte Pascoal, já a cartografia portuguesa tornara-se a mais aperfeiçoada da Europa, pois a necessidade de serem lançadas nos mapas náuticos, indispensáveis à continuada expansão exigida pelo comércio marítimo lusitano, assim o obrigava”.⁹

Simplificando um pouco a complexidade do processo, podemos afirmar que o início da modernização da produção de mapas em Portugal, a fim de se chegar à excelência técnica em cartografia, é acompanhado por conflitos advindos de dois modelos de conhecimentos. De um lado o conhecimento dos pilotos que praticavam a “arte de marear”, e de outro os cosmógrafos, que usavam a Matemática relacionando com a Astronomia.

Os pilotos eram profissionais práticos, ligados principalmente aos Armazéns da Guiné e Índias, de onde partiam as embarcações portuguesas. Não possuíam maiores conhecimentos teóricos, apesar dos profundos conhecimentos pela experiência prática acumulada e transmitida pelos mais experientes. Eram os que, na verdade, governavam o navio, sendo encarregados de “seguir os regimentos, traçar as rotas com apoio das cartas náuticas e das observações astronômicas e escrever o diário de bordo”.¹⁰ Em terra, essas anotações podiam ser estudadas pelos cosmógrafos.¹¹

Os cosmógrafos, por sua vez, elaboravam mapas usando conhecimentos matemáticos e astronômicos. No período em que as viagens tinham como foco o Mediterrâneo ou terras próximas, o conhecimento dos profissionais práticos em navegação, guiados essencialmente pela direção oferecida pelas bússolas e pela proximidade do litoral, permitia a criação de mapas que respondiam às necessidades de marear. Esse tipo de mapa, conhecido por “Carta Portulano” (Figura 2), era essencialmente descrição do litoral no qual a bússola indicava um rumo possível em direção aos portos e as distâncias eram estimadas. Tendo em vista a relativamente pequena área de cobertura desses mapas, os erros cometidos na navegação não



provocavam maiores consequências. A experiência dos pilotos era mais importante que o emaranhado de linhas daqueles mapas.

No entanto, a partir do momento que as navegações portuguesas se dirigiram para o Atlântico ao longo do litoral africano, “as distâncias percorridas no alto-mar, sem avistar terra para retificar a posição, foram sendo cada vez mais extensas. Os erros associados à determinação da direção e da distância percorrida vão-se acumulando ao longo do tempo. Assim, as posições obtidas recorrendo apenas ao rumo e estima eram afetadas por erros tanto maiores quanto maior fosse o intervalo de tempo decorrido para retificação da posição”.¹² Não havia saída a não ser adaptar novas técnicas astronômicas para serem usadas dentro dos navios. O problema é que isso exigia conhecimentos de Matemática e Astronomia muito acima das condições da maioria dos pilotos portugueses.

O conflito entre o saber dos pilotos e dos cosmógrafos contratados pela Corte Portuguesa para resolver esses problemas, pode ser percebido pelas críticas de um desses pilotos práticos: “A náutica é uma arte, e baseia-se principalmente na experiência, banindo e repudiando, muitas vezes e com razão, fantasias abstratas. [...] Mas os matemáticos pretendem arrogar-se o reconhecimento da ciência náutica, que é exercida principalmente na matéria. E homens que nem sequer podem agüentar os mais leves solavancos do mar, prometem explicá-la. São realmente temerários, porque desconhecendo a realidade, de modo algum poderão interpretá-la [...]. Os matemáticos [...] que não viram o mar, não andaram embarcados nem praticaram a arte de navegação, terão mau conhecimento dos temas náuticos e podem sustentar pior interpretação deles [...]. Não metam foice em seara alheia homens que, encerrados em seus gabinetes como tartarugas entorpecidas, desconhecem por completo navegações e viagens”.¹³

Nesse contexto conflituoso, o Estado português irá intervir. Para tanto, em 1420, por iniciativa do Infante Dom Henrique, é contratado o mestre cartógrafo Jaime de Maiorca, a fim de ensinar aos portugueses as mais avançadas técnicas cartográficas da época bem como construir instrumentos náuticos. Jaime nasceu na Ilha de Maiorca e fazia parte de uma família com tradição na produção de mapas. Some-se também, a essas iniciativas do Estado, a difusão de importantes obras de “Cosmografia”, “Astrologia”, “Tratado do Astrolábio”, “Tratado do Quadrante”, um conjunto de saberes que viria modernizar a prática de navegar dos portugueses, principalmente para as exigências das navegações oceânicas. Isso mostra que, no início do Quinhentos, os portugueses tornaram-se especialistas na navegação astronômica e na cartografia na Europa. Esse conhecimento foi construído a partir da recepção e transformação da herança cultural de saberes que circulavam. Foram as necessidades práticas de navegar que forçaram a sintetizar o que já se sabia e a construir novos saberes. Como resultado, os portugueses, além da própria experiência acumulada

pela prática dos pilotos, receberam a herança das escolas cartográficas e náuticas do Mediterrâneo.

Mas qual era a grande novidade que os cosmógrafos poderiam trazer para a cartografia, principalmente no apoio à sabedoria prática dos pilotos? A grande virada dada pelos portugueses foi o aperfeiçoamento da navegação por meio dos astros (Astronomia). A técnica de guiar-se a partir dos astros da abóbada celeste exigia profundos conhecimentos de Matemática e Astronomia. Tais conhecimentos teóricos necessitam de um organismo institucional especializado para uma formação continuada dos pilotos bem como para aqueles que fabricavam instrumentos de auxílio à navegação. O que o estado português intentava era a criação de um órgão de apoio científico encarregado de dar formação matemática, astronômica e geográfica necessária aos homens do mar. Havia muito investimento financeiro do Estado e de particulares em jogo nas expedições marítimas portuguesas, pois equipar navios e compor um grupo de marinheiros era extremamente caro. Portanto, ao preparar melhor os navegadores, intencionava-se garantir o retorno do financiamento das expedições marítimas do Estado português, profundamente unido à burguesia mercantil. Ora, o novo conhecimento náutico produzido incidirá diretamente no aperfeiçoamento da cartografia portuguesa.

Ressalte-se que o problema de localizar o navio na imensidão do mar, pelo menos para a medição das Latitudes, foi resolvido ainda durante o século XV, “adaptando técnicas astronômicas para o uso a bordo dos navios, técnicas essas que permitiam um conhecimento rigoroso da Latitude do navio. As cartas passaram a refletir este avanço que se verificou em nível da arte de navegar, passando a conter uma escala apropriada para determinação da Latitude dos diversos lugares nelas registrados”.¹⁴ Portanto, o problema eram as Longitudes.

Ademais, como afirmou o importante historiador da cartografia portuguesa, Jaime Cortesão – descontando seu entusiasmado lusitanismo – a invenção da navegação astronômica é um dos passos da história da ciência náutica e cartográfica quase exclusivamente portugueses.¹⁵

Na prática, a institucionalização de um ensino de caráter formal para a navegação, levando ao aperfeiçoamento da produção dos mapas, deu-se com a criação do cargo de cosmógrafo-Mor em meados de 1500. O primeiro a ser nomeado para a função, não por acaso, foi o matemático Pedro Nunes. As atribuições do cosmógrafo-Mor estavam delineadas nos “Regimento do cosmógrafo-Mor” de 1559 e 1592. Esses documentos nos permitem perceber o salto qualitativo que se produzirá na cartografia portuguesa. Segundo o grande estudioso dessa documentação, Teixeira Mota,¹⁶ os Regimentos regulam a função e atribuições do cosmógrafo-Mor: competia-lhe fazer exame para todos aqueles que pretendessem fazer cartas para navegação e fabricar instrumentos náuticos os quais receberiam uma certidão comprovando a competência; analisar e aprovar mapas, globos e outros instrumentos náuticos; dar seu parecer nos



conflitos sobre demarcação de terras descobertas e a descobrir; atualizar com as novas informações de acidentes geográficos, descrição de costas, as rotas entre os portos, enfim, todas as informações que os pilotos e navegadores registravam em suas viagens. Além disso, lecionar Matemática para todos os que estavam ligados às atividades náuticas.

O matemático Pedro Nunes “frente à sabedoria prática estabeleceu um *corpus* de conhecimentos, sistematizados em inúmeros tratados redigidos em língua vernácula, inaugurando uma nova fase da ciência náutica, que garantiu a supremacia portuguesa nos mares até fins do século XVI”,¹⁷ e repercutiu na qualidade dos mapas confeccionados em Portugal. Seus sucessores continuaram as mesmas atribuições.

Dessa forma, “essa constante atualização, uniformização e correção, numa época de averiguações permanentes, fez das cartas portuguesas, manuscritas e secretas, verdadeiras vedetes no período: disputadas, contrabandeadas e compiladas pelas inúmeras nações que, na sequência de Portugal, iniciaram seu processo de expansão ultramarina. Com notável

pioneirismo, coube a Portugal inaugurar a navegação astronômica para além das costas da Europa, bem como estabelecer uma série de novos procedimentos que orientavam a formação de quadros técnicos habilitados a descobrir e conquistar novos mares e novos mundos em nome da Coroa”.¹⁸

Mas, na prática, como eram elaborados os mapas lusitanos nesse período? Da seguinte forma: os navios possuíam pilotos e outros técnicos de navegação que anotavam importantes informações a partir das técnicas de localização aperfeiçoadas e outras criadas pelos portugueses. Essas informações eram, então, repassadas para os profissionais da produção de mapas que ficavam em Portugal, os cosmógrafos. Ali, havia uma espécie de “mapa-guia” que era atualizado com as informações recebidas e que servia para a confecção dos mapas de uso cotidiano.

Em cada viagem ao litoral brasileiro se acumulavam informações que permitiam aos cosmógrafos ir aos poucos revisando e delineando mais detalhadamente e com maior correção de localização e de proporção o imenso território da América que os portugueses queriam colonizar. Exemplo clássico dessa

metodologia foi a expedição colonizadora de Martin Afonso de Sousa. Das informações repassadas pelos profissionais dessa expedição nasceu o notável mapa “Carta Atlântica de Gaspar Viegas” e o roteiro de viagem Diário de Navegação de Pêro Lopes de Sousa “que pode ser considerado como primórdio da roteirística da costa brasileira”.¹⁹ Assim, da chegada dos portugueses à América até os anos 70 do 1500 “estavam os pilotos e mareantes na posse de um magnífico roteiro para a navegação ao longo da costa do Brasil e do restante do território hoje uruguaio e argentino”.²⁰

É importantíssimo ressaltar que essa cartografia do início das navegações portuguesas tinha como interesse principal a representação costeira: “era feita pelos próprios pilotos e revista por geógrafos [...]. Nem sempre é um documento estritamente científico e digno de fé, já que obedece, muitas vezes, a propósitos políticos, quer escondendo o conhecimento de territórios cuja soberania era disputada, quer viciando as respectivas coordenadas para alargamento desta soberania”.²¹

Além desses pilotos, outro personagem deu importante contribuição ao trabalho dos cosmógrafos: os roteiristas. Considerando que muitos roteiros de viagens foram feitos por cosmógrafos, a historiografia nem sempre deu o



Fig. 3 - “Terra Brasilis”
Biblioteca Nacional da França
Domínio público



devido valor aos roteiristas na confecção de mapas. Muitos roteiros foram vistos apenas como literatura de viagem sem fazerem a devida relação deles como apoio às atividades dos cosmógrafos e, portanto, como subsídios para a produção de mapas. Apenas para exemplificar, citemos o importante trabalho de Gabriel Soares, de 1587: “Roteiro geral com largas informações de toda a costa do Brasil e Memorial e declaração das grandezas da Bahia de Todos os Santos de sua fertilidade de das notáveis partes que tem” conhecido simplesmente como “Tratado descritivo do Brasil” em 1587. Constitui um dos mais detalhados relatos do início da colonização portuguesa na América do Sul, abrangendo informações de cunho geográfico, botânico, etnográfico e linguístico.

Devido ao alto grau de especialização exigido para a criação de mapas e a complexidade dos conhecimentos que o cosmógrafo deveria possuir, naturalmente muitos procedimentos eram passados de pais para filhos, ou parentes próximos, e aos poucos criaram-se famílias especializadas na manufatura de mapas, como a Família Reinel, Família Teixeira, Família Homem, Família Albernaz. É dos trabalhos dessas famílias de cartógrafos que vai nascer os primeiros mapas detalhados da costa da “Terra Nova”, o “Brasil”, e de todas as possessões portuguesas da época das “descobertas”.

Mapa notável para exemplificar o trabalho de duas dessas famílias de profissionais em cartografia, a Reinel e a Homem, é o mapa conhecido como “Terra Brasilis”, produzido por volta de 1519 e que atualmente está na Biblioteca Nacional da França (Figura 3).

Muito utilizado nos manuais de História do Ensino Fundamental e Médio, apresenta uma caixa de texto em língua latina com os seguintes dizeres: “Esta é a carta da região do grande Brasil, situado ao ocidente das Antilhas de Castela e que existe grande abundância de uma árvore, chamada brasil, com cuja madeira se tingem de vermelho as vestes”. Se compararmos com o mapa “de Cantino”, considerado a primeira representação de parte do que seria o “Brasil”, e que trazia alguns poucos nomes identificando acidentes geográficos do litoral, o mapa “Terra Brasilis” apresenta 146 nomes com os quais os portugueses “batizaram” rios, córregos e outros acidentes geográficos que podem ser percebidos do litoral. Apesar de poucos dados do litoral entre o Maranhão e a foz do Rio Amazonas, “a representação da região amazônica pode ser considerada como sendo a primeira que se conhece na cartografia dessa parte da América portuguesa”.²²

Note-se que temos neste mapa a primeira representação do “território” que mais tarde será identificado em outros mapas como os “Certoens”, ou seja, os Sertões. Naquele momento, não se tinha a mínima noção de quão extenso e diferente do ecossistema do litoral era aquele território. De fato, toda a representação contida no mapa “Terra Brasilis” faz referência aos elementos do litoral: “cenas envolvendo a extração da madeira com o emprego de instrumentos de corte fornecidos pelo homem branco, informações sobre a fauna, com representação de araras, papa-

gaios e macacos e sobre os hábitos, costumes e trajés dos indígenas”.²³

Chama a atenção como os autores esticaram a costa para a direita – Leste – a fim de poder colocar a maior parte possível de território do lado direito da linha do Tratado de Tordesilhas, criando a representação de um grande “Brasil” e, assim, garantir posse dessas terras aos portugueses conforme o estabelecido naquele tratado. Do ponto de vista técnico, diríamos que o mapa comete erros de demarcação da Longitude. Segundo Jaime Cortesão, importante historiador dos mapas deste período, é intencionalmente falsificado.²⁴ Este autor é o grande divulgador da tese do “falseamento político” da cartografia portuguesa desse período. De qualquer forma, “a carta de Lopo Homem [...] vai, nas suas linhas gerais, perdurar por mais de dois séculos”²⁵ influenciando a cartografia da América portuguesa e socializando a ideia que se tinha do território que pertencia a Portugal.

Em síntese, sobre os primórdios da cartografia moderna portuguesa, a partir de um olhar geral dos séculos 1400 e 1500, podemos concluir que os cosmógrafos foram os principais vetores de uma descrição das novas terras conquistadas pelos portugueses abaixo do Equador, legando uma cartografia preocupada com a demarcação da faixa litorânea. Prática compreensível se lembrarmos que, no mesmo período da chegada dos portugueses na América do Sul, as atenções estavam voltadas para o comércio nos entrepostos comerciais de algumas das cidades da Ásia, o qual trazia enormes lucros para a coroa portuguesa e aos comerciantes.

No horizonte desses interesses, os mapas produzidos, “encarregaram-se de retratar cidades ou as inúmeras fortalezas que garantiam os interesses comerciais de Portugal. Para o território da América portuguesa, totalmente desconhecido, predominou a produção de documentos cartográficos, mas apenas de suas extensas regiões costeiras”.²⁶

A fase de produção de mapas, marcada pelo trabalho dos cosmógrafos portugueses, teve o mérito de aperfeiçoar e estabelecer os parâmetros da nova cartografia dita científica por basear-se mais no levantamento de dados que no estabelecido pela tradição. “A introdução da escala das Latitudes e o recolhimento sistemático de elementos hidrográficos para inserir nas cartas levou a um aumento do rigor da informação contida nas mesmas. A representação do mundo herdada da obra de Ptolomeu foi completamente ultrapassada. As concepções do grande sábio grego, baseadas em elementos que em muitos casos não tinham sido confirmados por observações práticas, foram substituídas por outras que resultavam da observação direta realizada pelos portugueses que viajavam com uma frequência cada vez maior por quase todo o mundo”.²⁷

O pioneirismo dos portugueses na produção de mapas a partir de 1500, especialização que brotou da ousada navegação no Atlântico e abaixo do Equador, “conduziram a um despertar de interesses em outras nações europeias pelos documentos produzidos pelos mestres portugueses de então, sendo que alguns des-



ses passaram com o tempo a prestar serviços para outras casas reais”.²⁸

Mesmo no conjunto de todas essas mudanças na cartografia provenientes da confluência da experiência dos pilotos de navios e dos cálculos e conhecimentos astronômicos dos cosmógrafos, durante o 1500, principalmente em sua primeira metade, foram produzidos poucos mapas representando a América portuguesa. “Nesse período, a coroa portuguesa manteve uma política de resistência à produção de documentos cartográficos ou à impressão dos mesmos, sempre por motivos estratégicos, considerando que seus territórios, em especial o da América do Sul, constituíam alvos constantes da cobiça de outras nações”.²⁹

Dessa forma, a partir de 1500, a cartografia científica dá os primeiros passos, ainda que vacilantes, quando “os portugueses começaram a aplicar às suas cartas as observações das Latitudes com o astrolábio e as das Longitudes estimadas, mas corrigidas com o resultado daquele cálculo, e a relacionar uma e outras com o Equador e um primeiro meridiano graduados”.³⁰

5. Os engenheiros militares e a cartografia de ocupação e conquista...

Durante o 1600, a responsabilidade pela produção dos mapas portugueses vai aos poucos trocando de mãos: dos cosmógrafos para os engenheiros militares. Ressalte-se aqui que não há um rompimento abrupto, como se de uma hora para outra os cosmógrafos passassem a atribuição de elaborar mapas aos engenheiros militares. O que se afirma é que a partir do 1600 é possível perceber um longo e claro movimento em direção a um novo sujeito produtor de mapas, mas que vai se consolidar definitivamente a partir das reformas feitas sob a coordenação de Manuel de Azevedo Fortes. Mais adiante, contextualizaremos as atividades desse importante estudioso português para a cartografia.

Mas, por que damos tanta importância ao processo de surgimento dos engenheiros militares e à relação dos trabalhos destes com a cartografia? Porque como esse ensaio está voltado para entender o surgimento da cartografia dos Sertões, serão eles que, a partir de 1700, na dinâmica dos conflitos de fronteira com as terras da colônia espanhola na América, elaborarão importantes mapas dessas regiões. “Os engenheiros aqui enviados o foram em situações estratégicas e momentos chave da história [...] em um lento processo de dilatação de fronteiras e conversão de ‘Sertões’ em ‘Territórios’ colonizados pela coroa portuguesa. Os desenhos correspondem a projetos ou consolidam resultados destes. Nesse sentido, são ao mesmo tempo produtos e vetores de uma ação colonizadora”.³¹

Apesar de já começarem a interferir na produção de mapas durante o 1600, na verdade, neste período suas atividades ainda estão voltadas mais à arquitetura militar, civil e religiosa em obras públicas de

infraestrutura, como pontes, calçadas, cais, portos, obras hidráulicas, estradas, necessidades práticas do Império português que se expandia e que precisava se estruturar e defender-se, principalmente após a “Restauração” da monarquia portuguesa (1640). Quem eram esses engenheiros militares e por que foram, aos poucos, assumindo as funções dos cosmógrafos na confecção dos mapas?

Essa mudança está ligada diretamente aos novos interesses de Portugal para com suas possessões. O mapeamento do litoral não era mais prioridade. Dois novos interesses surgiram e direcionaram a cartografia portuguesa para uma nova fase: conhecer e proteger seus territórios na América do Sul.

De fato, diante dos conflitos de fronteira com a Espanha e da descoberta de ouro e pedras preciosas nos “Sertões” da América portuguesa, surgiu a necessidade urgente de se elaborar mapas para ajudar nas decisões administrativas do Estado português. A exploração do ouro já vinha sendo feita desde o final de 1600 na região de Minas Gerais. Nas primeiras décadas do 1700, somavam-se mais duas novas regiões para a exploração mineral. Primeiro, a partir de 1719, em Mato Grosso e a partir de 1722 no território de “Goyaz”, mais especificamente na região ao redor da atual Cidade de Goiás, naquela época conhecida como arraial de Santana e, a partir de 1739 quando se torna sede municipal, “Villa Boa” de Goiás. Na verdade, o decreto real é de 1736, contudo o Governador da Capitania de São Paulo, cujo território abarcava a região de Goiás e Mato Grosso, em viagem para os sertões, morreu em Traíras, e o arraial só foi elevado à condição de “Vila” em 1739.

Sem a consulta aos mapas, ficava extremamente difícil decidir assuntos tão complexos como os limites com a Espanha e todos os problemas advindos da enorme afluência de pessoas para os Sertões em busca de ouro, bem como do controle para a devida tributação. O Estado precisava responder a essas demandas e os mapas eram instrumentos indispensáveis diante das decisões a serem tomadas. Com os novos mapas, a coroa portuguesa vai poder opinar sobre a localização estratégica de novos assentamentos, principalmente nos Sertões da colônia, em regiões cujas fronteiras com a Espanha não tinham uma determinação clara de quais acidentes geográficos indicavam os limites territoriais. A adequada localização para a instalação de um novo povoado, que um mapa com as referências em Latitude e Longitude permite estabelecer, pode significar a posse para Portugal de enormes regiões, como de fato aconteceu, por meio do princípio do “Utis Possidetis”: princípio de direito que estabelece que aqueles que habitam um território possuem o direito de posse sobre este.

Esta postura portuguesa em relação às suas possessões irá dar nova direção à cartografia produzida sob a coordenação do Estado: a produção de mapas vai direcionar-se para a descrição das potencialidades econômicas, da geografia e da hidrografia das novas terras, além de uma preocupação estratégica com um olhar voltado para os sítios mais adequados à instalação de fortes militares, a fim de se evitarem



novas invasões. Como as exigências para a elaboração de mapas de navegação marítima são diferentes daquelas de mapas para terra firme, abriu-se a oportunidade para um novo tipo de profissional, o engenheiro militar, mais capacitado para serviços de ordem topográfica, geográfica e hidrográfica, trabalho necessário no interior das grandes extensões territoriais do Império português.

Foram inventariados “mais de duas centenas de engenheiros militares no Brasil entre os séculos XVI e primeiras décadas do XIX”.³² Contudo, sendo as colônias portuguesas dispersas em diversos continentes, o número estava aquém das reais necessidades, fazendo que os engenheiros militares viajassem muito pelo vasto Império português. De fato, com um Império tão pulverizado, não é de se estranhar a profunda importância dada à fazedura de mapas, a fim de assessorar as atividades administrativas do Estado.

6. A consolidação do engenheiro militar como cartógrafo e o início da cartografia dos “Sertões”...

A consolidação do engenheiro militar como ator principal na produção de mapas, principalmente dos Sertões, vai dar-se a partir de um acontecimento bem específico. Vamos contextualizar melhor.

Um dos grandes problemas na elaboração dos mapas era estabelecer o melhor método de como calcular a Longitude de uma posição para então representá-la no mapa. Vários países europeus ofereceram prêmios para quem resolvesse o problema. A solução final viria somente em meados de 1700, com a invenção de um cronômetro pelo relojoeiro inglês Harrison. De qualquer forma, antes dessa solução definitiva, Galileu Galilei, no início do 1600, havia proposto um método para calcular o tempo percorrido pelo navio em relação ao seu ponto de partida utilizando os eclipses das luas do Planeta Júpiter. Não entraremos nos complexos detalhes técnicos desse procedimento. Importa saber que, utilizando esses eclipses, foram criadas Tábuas de Longitude que, aos poucos, foram aperfeiçoando a localização de diversos pontos no globo terrestre de interesse das grandes nações europeias.

Com base nesse método, o rei da França Luiz XIV, a partir do final do 1600, solicitou à Academia de Ciências da França a observação das Longitudes na Europa, na África e na América. Isso permitiu, pela primeira vez, a correção de muitos erros grosseiros de Longitude, calculadas por estimativa e que alargavam os continentes para a direita e para a esquerda, do ponto de vista de quem olha um mapa plano. Foram as descobertas feitas pelos franceses, e publicadas em 27 de novembro de 1720 perante a Academia Real das Ciências de Paris, que irão gerar uma mudança radical na cartografia em Portugal.

O conjunto de novos cálculos de Longitude foi apresentado por Guillaume Delisle, Primeiro Geógrafo do Rei e “representava a primeira e gigantesca ten-

tativa para remodelar toda a carta da Terra, reunindo num só mapa, as modificações de posição, obtidas com as Longitudes observadas por meios astronômicos, desde a observação do eclipse da Lua de 23 de setembro de 1517 na América e na Europa, até às dos eclipses dos satélites de Júpiter, que numerosos astrônomos, havia meio século, observavam nos quatro grandes continentes”.³³

Esses novos cálculos de Longitude propostos pelos franceses revelaram, definitivamente, que os mapas portugueses haviam representado a linha do Tratado de Tordesilhas indevidamente e, portanto, tinha sérios erros de localização. Na prática, a cartografia portuguesa até ali produzida colocava vastas regiões que deveriam pertencer à Espanha como parte de seu território colonial.

Essas revelações tinham o poder de desencadear sérios problemas políticos entre Portugal e Espanha em relação à soberania sobre terras na América do Sul. O fato é que várias medições promovidas pelos franceses, a partir do 1700, haviam mostrado que a Colônia de Sacramento, na Foz do Rio da Prata, não pertenceria aos portugueses, pois se encontrava em território espanhol. A sobrevivência dessa colônia era estratégica como ponto de defesa da região sul da América portuguesa contra a expansão espanhola, além da potencialidade pecuária da região, vista como um complemento econômico às atividades do território das minas, pois a região era fonte de carne, couros e de mulas para o transporte.

Por último, mas não menos importante, a emboadura do Rio da Prata era a porta de entrada para os Sertões do Brasil por meio da riquíssima teia de rios daquela bacia hidrográfica. Na verdade, os poucos caminhos para o enorme território do interior da América portuguesa fazia com que a hidrografia e os Sertões se complementassem por meio da Bacia do Rio da Prata.

Em Portugal, o alarme soou. Iniciou-se uma corrida para atualizar a metodologia da produção de mapas, a fim de adaptá-los aos modernos processos que estavam surgindo, principalmente com o uso dos avançados métodos astronômicos usados pelos franceses. Diferente do início do Quinhentos, Portugal não tinha mais a liderança no campo do conhecimento cartográfico. Era necessário correr atrás do atraso. A corte portuguesa deu-se conta de que: “para obviar a futuras alegações do governo espanhol, fundadas na situação do meridiano de Tordesilhas, era indispensável renovar, por meio de novos métodos e, em especial da cultura astronômica, a cartografia portuguesa e dar base científica à sua diplomacia”.³⁴

O que estava em jogo era o desejo de afirmar a soberania sobre os vastos e ricos territórios que faziam parte do império português, principalmente na América do Sul onde já havia chegado importantes informações a respeito da descoberta de ouro nos Sertões, regiões estas que estavam ou nos limites ou totalmente dentro da região de domínio espanhol.

O grande coordenador dessa renovação da cartografia portuguesa foi Manuel de Azevedo Fortes. Sob sua coordenação, Portugal começou a atualizar



a cultura cartográfica “que entrava em decadência, transformando a cartografia portuguesa, que até então mediara entre uma arte e uma ciência, exclusivamente em ciência, obedecendo aos moldes e à inspiração racionalista dos franceses”.³⁵

Seu trabalho como Engenheiro-Mor foi voltado ao aperfeiçoamento das técnicas para os levantamentos topográficos, geográficos e arquitetônicos com o fim de, entre outros objetivos, produzir mapas mais aperfeiçoados. Para isso, criou cursos de formação voltados a esse fim, além de publicar importantes livros técnicos: “Tratado do modo o mais fácil e o mais exato de fazer as cartas geográficas, assim de terra como de mar, e tirar as plantas das praças, cidades e edifícios, com instrumentos e sem instrumentos, para servir de instrução à fábrica de cartas” (1722) e “O Engenheiro Português” (1728).

Além de contribuírem para a criação de um corpo de engenheiros militares portugueses, a importância dessas obras está no fato de que, pela primeira vez, se padronizou, segundo as convenções internacionais da época, as técnicas de como representar graficamente o desenho arquitetônico e de mapas e os cálculos de Geometria Prática e Trigonometria voltados para medição topográfica. Diferente da manualística técnica daquela época, geralmente escritas em Latim, as obras foram escritas em língua portuguesa.

Apesar de a motivação para toda essa mudança ter sido dada a partir das informações reveladas pelos mapas franceses, que colocavam em cheque a posse das terras nos Sertões fronteiriços da América portuguesa, toda essa renovação em Portugal também era reflexo do que estava acontecendo na cartografia em nível mundial, no horizonte das mudanças de mentalidade provocadas pelo Iluminismo.

Foram mudanças caracterizadas por um pensamento racionalista, experimental e matemático. “A linguagem dos mapas passou por um processo de uniformização, que se iniciou na Itália, na Holanda e na Inglaterra a partir do século XVI, culminando na França no século XVIII. Até então, ainda pouco padronizadas, as cartas manifestavam o estilo pessoal de cada cosmógrafo, já que se caracterizavam pelo predomínio das figuras livres e dos topônimos. Observamos a passagem gradual de um tipo de representação mais naturalista para um tipo de representação cada vez mais abstrato. [...] Essa esquematização simbólica pressupôs a uniformização das convenções para que os símbolos se tornassem inteligíveis nos diferentes locais culturalmente afins”.³⁶

Além disso, “mapear o território e integrá-lo se tornou necessidade premente em todos os Reinos europeus envolvidos com o modelo de Estado moderno iluminista”.³⁷

A fim de construir observatórios astronômicos e comprar instrumentos mais modernos, “entre os quais o relógio de Longitude, e as novas cartas de Longitudes observadas, Dom João V serviu-se largamente de sábios e construtores franceses e ingleses. Durante o ano de 1724 [...] entrava a serviço do governo português o novo astro da geografia e cartografia francesa, Jean Baptiste Bourguignon d’Anville”.³⁸

A sagacidade da escolha parece ter sido grande, pois mais tarde esse cartógrafo, historiador e geógrafo foi nomeado o “Primeiro Geógrafo” do Rei da França. O zelo na aquisição de instrumentos adequados às novas tarefas de topografia e cartografia levou à contratação de matemáticos da Academia de Ciências de Paris. “Não se desejava uma aparelhagem técnica perfeitamente moderna para os trabalhos de ordem topográfica, mas e principalmente, para a cartografia geral de vastas regiões, a debuxar nos acidentes mais notórios, por coordenadas – a Latitude e Longitude – observadas com exatidão”.³⁹

Dessa forma, na década de 1720, chegaram a Portugal Sextantes, Meio-círculos, Quartos-de-Círculos, Micrômetros, Telescópios e Relógios de Pêndulas. Esses dois últimos instrumentos eram voltados para o cálculo da Longitude, cuja determinação era o grande problema para a cartografia daquela época e “se destinavam em última análise, a definir cientificamente os problemas da formação territorial do Brasil”.⁴⁰

As reformas promovidas por Manuel da Azevedo Fortes não ficaram restritas a Portugal. Um de seus discípulos, José Fernandes Pinto Alpoim, vai fundar em 1740 a Academia Militar do Rio de Janeiro de onde saíram importantes engenheiros e cartógrafos que no Setecentos produzirão importantes trabalhos de cartografia da América portuguesa.⁴¹

Para os fins de uma compreensão da cartografia dos “Certoens”, lembremos que pelas Academias Militares “passaram alguns dos futuros governadores de regiões fronteiriças da América portuguesa, como Dom Antônio Rolim de Moura e Luís de Albuquerque Pereira e Cáceres que, além de governadores de Goiás e Mato Grosso, incentivaram expedições de exploração geográfica pelo interior do Brasil”.⁴³ No contexto dos influxos dessas reformas “as Academias Militares, sob o impulso do Engenheiro-mor e a proteção, ainda que inconstante, de Dom João V, tornaram-se viveiro de engenheiros, geógrafos, e cartógrafos”.⁴⁴

Assim, “graças às suas repetidas queixas e instâncias, Manuel de Azevedo Fortes conseguira reabilitar a profissão de engenheiro, até então menosprezada em Portugal, como ele próprio denunciava em 1720 da sua ‘Representação’; chamar para ela um grande número de aptidões inaproveitadas; fazer da engenharia militar uma escola de cartografia e, em particular, de cartografia topográfica; e criar, enfim, um escola de magníficos construtores e defensores da soberania portuguesa na América do Sul”.⁴⁵

Para além das atribuições de “Mestres de Fortificação”, consolida-se definitivamente, a partir do Setecentos, a atuação dos engenheiros militares como os mais importantes profissionais na produção de mapas no império português. Se antes a colonização que privilegiava as faixas litorâneas havia valorizado os pilotos e os cosmógrafos, agora, com uma colonização que se lança para o interior em uma dinâmica de expansão continental, vai sobressair o profissional



matemático e, mais especificamente, o engenheiro-cartógrafo.

A partir do trabalho dos engenheiros militares a imensa fachada da América portuguesa – o Litoral – deu as mãos com a profundidade dessas conquistas – os Sertões.

7. Os primeiros mapas dos “Sertões”...

Como vimos acima, a publicação dos novos cálculos de Longitude propostos pelos franceses – os quais irão assumir a precedência na produção de mapas – revelaram que os mapas portugueses apresentavam erros grosseiros de localização e colocavam indevidamente, na esfera da soberania lusitana, imensos territórios que de direito pertenciam à Espanha.

Nesse ambiente de contestação da legitimidade da expansão territorial portuguesa em direção aos Sertões, consolidou-se a proposta de um megaprojeto para a produção de mapas com o objetivo de se elaborar um “Atlas da América portuguesa”. Apoiado, como vimos, por novos instrumentos de medição e novos profissionais, formados principalmente nas Academias Militares, Portugal se antecipará à Espanha no processo de mapear as regiões onde já estavam instalados os luso-brasileiros na América do Sul.

Por isso, não causa estranheza o fato de que, diante de um projeto tão importante, tendo em vista as pretensões territoriais de Portugal, “quinze ou dez anos antes da celebração do Tratado de Madrid, todos os postos-chave do Brasil, ou são ocupados por engenheiros, ou por governadores que se fazem acompanhar de engenheiros e cartógrafos”.⁴⁶

Além disso, a própria mentalidade da época reforçava o projeto de criação de um Atlas para a América portuguesa. Segundo farta documentação dos séculos 1600 e 1700, os vastos Sertões sem fronteiras apareciam “quer como promessa de riquezas e de metais preciosos, quer como fonte de desassossego, como espaço da desordem, do vazio de autoridade. Impunha-se, portanto, por ambos os motivos, desbravá-los, incorporá-los, colonizá-los”,⁴⁷ ou seja, cartografá-los.

Podemos afirmar, portanto, que a cartografia oficial dos Sertões da América portuguesa vai iniciar-se num período em que “a fronteira entre os territórios dos países ibéricos na América era [...] ainda uma raia fluida, condicionada à progressiva ocupação do espaço”.⁴⁸ Era um território cuja indefinição da soberania fazia que a cartografia, no sentido de uma representação gráfica da presença de um Estado em uma região, fosse a expressão e “prova” de que aquele território desenhado no mapa tinha um dono.

Usamos intencionalmente a expressão “cartografia oficial” para separar da rica cartografia produzida pelos sertanistas e outros em suas atividades pelos Sertões, como veremos mais adiante. Para o contexto deste ensaio introdutório, entendemos por “cartografia oficial” os mapas produzidos por determinação ou sob a coordenação do Estado português ou de qual-

quer um de seus representantes no desempenho das atribuições de seu cargo.

Para dar início aos trabalhos de elaboração de novos mapas para a América portuguesa foram enviados dois padres jesuítas. Devido ao profundo conhecimento em Matemática e ao uso de instrumentos astronômicos que permitiam o cálculo de Latitude e Longitude, foram chamados de padres matemáticos: Pe. Domingos Capacci, italiano, e Pe. Diogo Soares, português. Partiram de Portugal em 1729. A tarefa dada pela Coroa aos padres jesuítas não poderia ser mais explícita em relação aos seus objetivos: “fazerem-se mapas das terras do dito Estado, não só pela marinha, mas pelos Sertões”,⁴⁹ a fim de “se evitarem as dúvidas e controvérsias que se tem originado dos novos descobrimentos que se tem feito nos Sertões daquele Estado de poucos anos a esta parte”.⁵⁰

A preocupação em mapear corretamente os Sertões fica mais evidente no ato de “Provisão” dos profissionais matemáticos. Nesse documento, em que se descrevem as instruções detalhadas para a confecção dos mapas, encontramos três vezes citada a palavra “Certões”, com as seguintes indicações: 1ª) “Convém muito que se façam mapas o mais que for possível dos vastos certões”; 2ª) “Deveis apresentar os limites que tem cada um dos governos entre si [...], porque se agora não tem havido divisa regular, principalmente pelos certões, ficando essa matéria ao arbítrio das gentes”; 3ª) “Também apontarei nos mapas os caminhos e estradas que há pelos certões, apontando com uma cor as que se praticam, e com outras as que vos parecerem mais cômodas e breves”.⁵¹

Portanto, consideramos que é a partir desse momento que podemos inserir o “Sertão” da América portuguesa na história da cartografia oficial, dirigida pelo Estado português. A maioria dos mapas, até os inícios do 1700, trazia muitas informações sobre o litoral e muito poucas sobre o interior. De agora em diante, no afã de se conhecer melhor esse território interior, vários mapas serão produzidos, dando início às primeiras representações cartográficas dos Sertões e, nessas representações, partes daquilo que mais tarde será a Capitania de Goiás começará a aparecer na cartografia.

A fim de servir de referência para os mapas a serem elaborados, os padres matemáticos determinaram a posição do Meridiano do Rio de Janeiro que passava pelo Morro do Castelo onde, mais tarde, os Jesuítas instalariam o primeiro Observatório Astronômico do Brasil.⁵² Dessa forma, “o cálculo das Longitudes, ao contrário do que determinava a razão, e de acordo com a precaução e a necessidade de se manter segredo, sobretudo em relação aos espanhóis, fora feito tomando como parâmetro não o Meridiano de Paris, como era então de praxe e procedimento reconhecido em toda a Europa, mas, ao contrário, o meridiano do Rio de Janeiro, dificultando assim a sua leitura e tradução”.⁵³

Tal postura era compreensível. Tratava-se da elaboração dos primeiros mapas do interior da América portuguesa. Esses mapas iriam revelar onde os portugueses estavam formando os primeiros núcleos



urbanos, os sistemas hidrográficos que naquele período eram essenciais para viagens de longa distância e os caminhos para os Sertões, todos esses, elementos estratégicos. Mas acima de tudo iriam revelar que os avanços portugueses em direção ao Oeste estavam acontecendo bem além da linha imaginária do Tratado de Tordesilhas e, portanto, em território considerado espanhol. Ao escolher o Meridiano do Rio de Janeiro os padres estavam de certa forma evitando revelar, para aqueles que não sabiam qual o cálculo desse Meridiano de referência, a posição dos portugueses e de outras estratégicas informações que um mapa poderia revelar.

Essa intenção de esconder é confirmada pelo fato de que, nesse período, em se tratando do ponto de partida para determinar a Longitude, “era frequente nas cartas topográficas, corográficas e geográficas feitas pelos engenheiros militares no Brasil o posicionamento das cidades em relação ao Meridiano da Ilha do Ferro ou ao Meridiano de Paris”.⁵⁴ Os trabalhos de localização de diversos pontos geográficos, cujas coordenadas deveriam mais tarde ser lançadas em um mapa, foram iniciados pelo Padre Diogo Soares, no Rio de Janeiro, dirigindo-se após ao Rio da Prata, São Paulo e finalmente aos Sertões.

A produção dos padres matemáticos “consistiu em 28 mapas, abrangendo a costa, desde a Capitania do Rio de Janeiro até o Rio da Prata e a Colônia do Sacramento, e o interior incluindo as Capitanias de Minas Gerais, São Paulo e Goiás; e nove plantas de fortificações do Rio de Janeiro”.⁵⁵ Portanto, são mapas cuja prioridade está voltada para a representação dos territórios no Sul e no Oeste da América portuguesa, atividade compreensível no contexto geopolítico dos conflitos de fronteira com a Espanha. Apesar de incompleta, a Revista do Instituto Histórico Brasileiro publicou uma lista das Latitudes e Longitudes observadas pelos padres matemáticos que nos oferecem uma ideia geral das regiões dos Sertões em que estiveram.⁵⁶

Desse trabalho de campo, chegou até nós “uma longa lista das Latitudes que os dois padres observaram e uma única Longitude, a da vila de Goiás. Entre as Latitudes desta lista, [...] 33 pertencem à [Capitania] de Goiás”.⁵⁷ Infelizmente, para os que produziam mapas de Goiás no século XVIII, as observações de Latitude e Longitude ficaram guardadas sob sigilo de Estado. Prova disto, é que Tosi Colombina, numa de suas longas legendas daquele que é considerado o segundo mapa de Goiás (1751), pede desculpas pelas inexatidões de sua carta na “incerditão do interior destes sertões” e comenta que estariam mais “aparente com a verdade” se ele pudesse contar com as informações do “Padre Diogo Soares da Companhia, matemático requerido expressamente desta Corte para isso”. Tosi Colombina lamenta, contudo, que “o pouco ou muito que [Padre Diogo Soares] tinha encontrado não o tinha comunicado nestas partes”. (Cf. neste GUIA p. 148-150)

Segundo a interpretação do historiador português Jaime Cortesão, que produziu importantes estudos sobre a cartografia do “território brasileiro”,

o trabalho desenvolvido durante 18 anos pelos padres matemáticos “foi a primeira expedição geográfica e cartográfica, enviada a qualquer das Américas por uma nação europeia, com fins sistemáticos de Estado, como estudo preparatório para delimitar a soberania política entre os domínios de nações confinantes”.⁵⁸

Definitivamente, nos Sertões do Brasil, dão-se as mãos, o poder e os mapas.

8. Os mapas e relatos dos sertanistas na produção dos mapas dos “Sertões”...

Antes de iniciar as medições para a produção dos mapas solicitados pela coroa portuguesa, os padres matemáticos procuraram se inteirar de informações que já havia sobre o território. Nesse momento, deu-se uma estratégia muito perspicaz e inteligente por parte desses fazedores de mapas. Segundo uma carta enviada pelo Pe. Diogo ao rei de Portugal é possível constatar que os primeiros mapas oficiais dos Sertões irão levar em conta os relatos de viagens e mapas dos sertanistas pelo interior da América portuguesa.

Mas por que o interesse por informações dos sertanistas? Porque a “Provisão” assinada pelo Conselho Ultramarino exigia que os mapas fossem representados levando em conta – além das exigências técnicas propostas pelas reformas de Manuel Azevedo Fortes – informações de caráter econômico, social e de limites entre capitanias. Nos mapas, deveriam constar assinalados: “as cidades, vilas, lugares e povoações dos portugueses e dos índios, e as catas do ouro”; “os rios, se são navegáveis, até onde, com que embarcações, em que parte se passam a vão ou em canoas, que gente habita as suas margens, se há neles algum pescado, se tem arvoredos em sua vizinhança”; “a distância em que estão as cidades e vilas umas das outras”.⁵⁹ Além disso, não bastava apenas indicar no mapa. Era necessário que esses dados fossem “historiados expondo-se neles por escrito e clareza que for possível, e em livro a parte por extenso tudo que houver mais digno de notar em cada uma das capitanias”.⁶⁰

Ora, esses dados seriam mais fáceis de serem coletados aproveitando a experiência dos sertanistas que há mais de século tinham acumulado informações sobre os Sertões, ou como o próprio documento sugere didaticamente aos padres, “tomando para isso notícia da gente prática da terra”.⁶¹ Para isso, consultaram mapas que, “na verdade não passavam de simples esboços cartográficos onde eram representados os mais recentes conhecimentos empíricos adquiridos por esses homens, desenhados, aliás, de forma grosseira e muito esquemática”.⁶²

O grande estudioso de mapas de Portugal e de suas colônias, Jaime Cortesão, já ressaltava que “lusos e luso-brasileiros, igualmente dotados dum agudo sentido do espaço, elaboraram muitas cartas, das quais a grande maioria se perdeu, cuja existência temos notícia apenas por documentos escritos. Co-



mandantes de tropas, a quem as obrigações militares forçavam a grandes deslocamentos, sertanistas, cujas atividades múltiplas alargavam a muito vastos territórios o raio e ação, e a mineradores nômades, por necessidade ou ambição, se entregaram a esta tarefa”.⁶³

É possível afirmar, portanto, que nos governos das capitanias, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, havia a presença de mapas dos Sertões produzidos pelos sertanistas, informações estas que transitavam na alta hierarquia do poder colonial e metropolitano. É verdadeira a objeção dos padres matemáticos de que esses mapas “andam erradíssimos [...] nas alturas e Longitudes”. Entretanto, até chegarem os mapas oficiais produzidos por mando do Estado português, eram esses mapas que davam conta do que estava acontecendo nos Sertões aos representantes da coroa portuguesa e os ajudavam em seus trabalhos administrativos.

Ao adentrar pelos Sertões a partir do final dos 1500, que consciência os sertanistas tinham desse território pertencente à América portuguesa? Novamente é a cartografia que vai nos ajudar a responder.

Desde o Mapa dito “de Cantino”, de 1502, e vários outros produzidos pelos portugueses até o início das atividades dos Bandeirantes pelos Sertões, os mapas do território português na América haviam divulgado uma representação que favorecia à coroa portuguesa. Ainda em 1533, com a chegada do primeiro Governador Geral, Tomé de Souza, acreditava-se que os espanhóis estavam invadindo território lusitano ao fundar a cidade de Assunção. Baseando-se nos mapas que conhecia, escreve uma carta a Dom João III, onde informa: “parece-nos a todos que esta povoação está na demarcação de Vossa Alteza”.⁶⁵

Também a legenda de um dos mapas do Atlas de 1627 de João Teixeira Albernaz confirma essa perspectiva: “pella parte do Norte comesa no grande rio Pará, cuja entrada fica debayxo da equinocial e acaba pella parte do Sul em 35 graos na boca do rio da Prata”. Ora, seguindo as informações do próprio mapa, se traçássemos o Meridiano de Tordesilhas, a linha divisória iria “assinalar a linha da soberania portuguesa com tamanha amplitude, que, dos atuais territórios da Argentina, do Paraguai e da própria Bolívia, não restava muito à Espanha”.⁶⁶

Era essa a representação geográfica – que colocava os Sertões dentro do território português – que alimentava a visão dos que moravam na colônia, principalmente dos paulistas cujo processo de construção de uma identidade própria encontra suas raízes na aliança da família luso-tupi. “E quando assim não fosse, os donatários interessados e na sua totalidade inimigos do domínio filipino que, mais de uma vez, ameaçara esbulhá-los dos seus direitos, se encarregariam de transmitir esse conceito aos seus loco-tenentes para que estes, por sua vez, o difundissem entre os moradores das capitanias”.⁶⁷

Portanto, é a partir desses mapas produzidos em uma representação que favorecia Portugal que os sertanistas construíram sua compreensão do espaço territorial da América portuguesa.

Só mais tarde, quando no começo do 1700 se “generalizou o processo da observação das Longitudes pelos eclipses dos satélites de Júpiter”⁶⁸ e foram enviados à América portuguesa os padres matemáticos que determinaram as primeiras Longitudes astromicamente observadas desse território é que “desapareceram todas as ilusões”.⁶⁹ Mas, mesmo diante da prova irrefutável de que o Meridiano de Tordesilhas representado até ali nos mapas portugueses estava alargando indevidamente o território português na América, “os resultados dessa missão cartográfica foram ciosamente guardados em segredo”.⁷⁰ Segundo Cortesão, “quando se escreve ou se fala das bandeiras paulistas nas suas relações com o meridiano de Tordesilhas, parte-se de um suposto inteiramente falso, o de que os bandeirantes tivessem uma noção mais ou menos exata da situação da linha divisória e a segura consciência de que, nas suas incursões, violavam a letra do Tratado. Não foi assim”.⁷¹

O terrível capítulo da história dos sertanistas que foi a destruição das Missões Jesuíticas era entendido como tomada de posse do que era território português. Destruir as missões, expulsar os jesuítas, aprisionar os índios, aventurar-se à procura de metais preciosos, estavam plenamente justificados pela visão que os sertanistas tinham dos Sertões a partir da cartografia portuguesa que conheciam. Ao buscarem a destruição das Missões Jesuíticas, “defendiam todos os caminhos da expansão para o Sul e Oeste, ameaçados como estavam de ser interceptados pelos jesuítas e os índios das reduções, que os padres começavam a armar e organizar militarmente”.⁷² E nesse sentido, pode-se afirmar que “a cartografia portuguesa de Seiscentos tem mais importância como causa de que como efeito das Bandeiras”.⁷³

São essas primeiras representações dos Sertões que irão subsidiar o trabalho dos padres matemáticos que chegaram em 1729. É o próprio cartógrafo Pe. Diogo Soares, um dos padres matemáticos, que confirma a importância das informações repassadas pelos sertanistas. Em carta à Corte Portuguesa, Pe. Diogo Soares comenta que recebeu “uma grande cópia de notícias, vários roteiros e mapas dos melhores sertanistas de São Paulo, e Cuiabá, Rio Grande, e da Prata, e vou procurando outras a fim de dar princípio a alguma carta, porque as estrangeiras andam erradíssimas, não só do que toca ao Sertão, mas ainda nas Alturas e Longitudes, de toda esta costa”.⁷⁴

Outro importante exemplo do uso de informações da “gente prática da terra”, para apoio à produção dos mapas, pode ser encontrado no célebre “Mapa das Cortes”, referência cartográfica para as discussões sobre as fronteiras entre Portugal e Espanha por ocasião do Tratado de Madrid de 1750. Após os sertanistas chegarem à região de Mato Grosso e iniciarem a mineração, sabe-se que os representantes portugueses ao fazerem referência às fontes cartográficas para a elaboração do “Mapa das Cortes” indicam que “O rio Guaporé, e Missões dos Moxos são delineados conforme as relações e riscos de alguns mineiros do Mato Grosso, que foram a eles por duas vezes, e conforme algumas notícias que lá recolheram”.⁷⁵



Portanto, o início dos trabalhos de produção da cartografia oficial dos Sertões é confrontado com enorme diversidade de outros mapas do interior, produzidos sem o rigor da mentalidade iluminista e dos parâmetros de cientificidade envolvidos da produção técnica de um mapa. Eram, entretanto, a primeira representação espacial daquelas áreas do interior do Brasil e que agora interessavam à coroa portuguesa. Eram mapas que não foram confeccionados para responder aos interesses da metrópole portuguesa e suas estratégias de domínio, mas por questões práticas das andanças dos sertanistas pelo interior da América portuguesa.

Em sentido estrito, as representações espaciais feitas pelos sertanistas em seus mapas, eram mais “Roteiros de Viagens” do que um mapa propriamente dito, com as graduações e escalas próprias da cartografia científica que se pautava pelo senso de proporção – por meio do uso de “Petipé” (1) – e sentido de localização – com uso da graduação em Latitude e Longitude. Os mapas dos sertanistas não eram um referenciamento objetivo do espaço para ser colocado sobre a mesa de discussões de fronteiras com os espanhóis, pretensão dos mapas elaborados pelos padres matemáticos e engenheiros militares.

Em um mapa, segundo as exigências científicas daquele momento histórico, a apresentação das graduações e escalas permitia ao pesquisador e ao Estado fazer uma representação abstrata do espaço. Nos “mapas” dos sertanistas, a função da representação estava ligada diretamente ao caminhar, ao viajar. A localização espacial que o mapa transmitia fazia referência ao espaço percorrido de fato e não por abstração. As referências tinham sentido enquanto o mapa e a realidade em campo pudessem ser percebidos concomitantemente, comprovando que se estava no caminho certo, indicado pelo mapa. O mapa e o caminho a ser percorrido se imbricavam essencialmente. Não eram mapas apenas para a contemplação, para o olhar racional, para ser visto em algum lugar fora do território que o próprio mapa representava, enfim, para ser usado por um Estado que, de longe, quer exercer seu papel administrativo. Eram mapas de caminhantes, para caminhantes, enquanto caminhavam.

Das primeiras representações, elaboradas para servir como roteiro de viajantes pelo Sertão, indicamos alguns mapas que estão na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. O “Mapa da região das monções de São Paulo a Cuiabá”⁷⁶ de 1720, sem identificação do sertanista que o traçou, apresenta “um esboço sem qualquer rigor científico onde representou os principais rios, indicou algumas distâncias em léguas e localizou as minas. A sua principal preocupação, no entanto, foi a de ilustrar a comunicação do sertão de Cuiabá com São Paulo. Para isso, assinalou uma das primitivas rotas do caminho fluvial que ligava a esta cidade e o porto de Ararituaba àquela região aurífera, ou seja, o célebre percurso das monções”.⁷⁷

É um exemplo típico da cartografia dos sertanistas onde encontramos a preocupação por representar o traçado dos caminhos em léguas ou dias de viagem entre os pontos escolhidos, sinalização de aciden-

(1) O “Petipé” é uma espécie de régua colocada ao pé dos mapas para informar as medidas de equivalência usada no mapa. Exemplificando: 1 cm no mapa é o equivalente a 3 léguas no terreno.

tes como serras, ilhas, morros e informações sobre a presença de aldeias indígenas. “Nestas primeiras representações o território do colonizador aparece perfeitamente delimitado, rodeado dos espaços ocupados e dominados por diversos grupos indígenas [...] A verdade é que durante diversas décadas a presença indígena, rodeando os povoados estabelecidos pelos colonizadores, condicionou de forma evidente a existência e o cotidiano destes”.⁷⁸

Não é de estranhar porque, em vários mapas dos sertanistas, aparecem referências às aldeias com a indicação de “destruídas”, principalmente na área onde estavam as “reduções” – aldeamentos indígenas organizados pelos padres jesuítas. Além disso, é bom lembrar que a referência às “Reduções Jesuíticas” também era feita porque, “aqueles homens, muitas deles fugidos aos seus credores, pretendiam, sobretudo, estabelecer comércio com as missões, uma vez que em Mato Grosso os preços eram muito elevados, sendo frequentes também as carências de muitas mercadorias”.⁷⁹

Outra característica dos mapas dos sertanistas pode ser percebida no mapa “Idea da topographia athe as novas minas de Cuiabá”:⁸⁰ a importância da descrição hidrográfica. Alguns mapas sertanistas representam o espaço apenas traçando a hidrografia. De fato, “representar esse caminho fluvial, então a única via de ligação daqueles Sertões com o litoral, e a rede hidrográfica que permitia o acesso àquela parte central da América do Sul foi uma característica que se manteve em quase todos os mapas deste período”.⁸¹

Por fim, os mapas dos sertanistas não tinham preocupação com a delimitação de fronteiras e muitos dos mapas representavam regiões relativamente pequenas. De fato, como vimos insistindo, o objetivo era fornecer informações dos caminhos para as regiões auríferas e para as localidades que, aos poucos, iam surgindo, ou seja, um roteiro de viagem.

Portanto, foram esses mapas, entre várias outras informações transmitidas por meios de “Relatos de Viagens”, que subsidiaram o primeiro contato dos padres matemáticos e dos engenheiros militares na preparação dos mapas, como também deram informações para que esses adentrassem aos Sertões da América portuguesa. Isso demonstra a importância dos sertanistas como vetores de informação do território dos Sertões e das terras da coroa espanhola na elaboração dos primeiros mapas “oficiais” e “científicos” do Sertão. “Mineiros, sertanistas e bandeirantes que deambulavam então pelas regiões de Cuiabá e Mato Grosso acabaram por funcionar muitas vezes como os olhos dos ‘desenhadores’ de mapas, dos cartógrafos e das autoridades da Coroa. Fossem eles ou não os autores daqueles trabalhos, eram os seus co-



nhecimentos geográficos, adquiridos no próprio terreno, que ali estavam representados e sintetizados”.⁸²

9. A consciência de espaço dos ameríndios e os mapas dos sertanistas...

A importância dos sertanistas estaria incompleta se não trouxéssemos a colaboração dos índios. A historiografia colonial é pródiga ao afirmar a importância dos caminhos dos índios para os sertanistas em suas incursões pelos Sertões. Segundo Orville Derby, os sertanistas em suas viagens pelos Sertões “apenas seguiam caminhos já existentes pelos quais se comunicavam entre si os índios de diversas tribos relacionadas, ou grupos de uma mesma tribo”.⁸³ Eram caminhos que não permitiriam, em sua largura, duas pessoas caminhando lado a lado ao mesmo tempo, razão pela qual ainda hoje se fala em “fila indiana” para referir-se a essas enormes filas imposta pela exiguidade das trilhas.

Contudo, bem pouca relação se faz entre os mapas produzidos pelos sertanistas e uma série de atributos da cultura dos Ameríndios, como, por exemplo, excepcional capacidade de orientação, a consciência do espaço, o uso do sol como orientação – revelando uma incipiente Astronomia – uma extraordinária memória visual e, finalmente, a facilidade de representar sob a forma plástica a espacialidade de seu habitat. Como ressalta Sérgio Buarque de Holanda – criticando certa visão preconceituosa para com a cultura dos povos que habitavam a colônia portuguesa – para a presença de tais atributos antropológicos “é indispensável a existência de uma verdadeira elaboração mental, de um poder de abstração, que não se concilia facilmente com certas generalizações ainda correntes acerca da mentalidade primitiva”.⁸⁴

Não se pretende aqui afirmar que os índios elaborassem representações do seu espaço para servir de orientação, aos moldes dos nossos mapas. Contudo, vários cronistas, padres e etnólogos nos legaram importantes informações que permitem afirmar que esses atributos foram úteis aos portugueses no processo complexo de inculturação na nova terra e que, certamente, repercutiram na forma com que os sertanistas elaboraram seus mapas.

Diferente dos portugueses em geral, os sertanistas paulistas se construíram em tal osmose com os índios que foram acusados, por um governador de capitania, de formarem uma república só para si, não levando em conta as leis divinas e humanas. Essa percepção dos portugueses revela os vínculos profundos de mestiçagem e troca cultural. Para efeito da compreensão da cartografia dos sertanistas, “de todos os traços da cultura do ameríndio do Brasil, os que mais interessam ao nosso caso são os conhecimentos topográficos, a capacidade de representar o espaço percorrido e, como consequência, a cultura geográfica inerente a essas faculdades excepcionais”.⁸⁵

Como, então, era vivida e representada essa consciência espacial dos ameríndios da América por-

tuguesa e que influenciou os sertanistas na produção de seus mapas?

O cronista Gabriel Soares que chegou em 1570, e mais tarde publicou o “Tratado Descritivo do Brasil” elogia o espetacular sentido de orientação que tornava os índios parceiros essenciais como guias nas caminhadas pelo Sertão. É o primeiro cronista a observar que os índios faziam o uso dos astros como orientação. Em relação aos índios Tupinambás, afirma que eles “têm grande conhecimento da terra, por onde andam pondo o rosto no sol, por que se governam, com o que atinam grandes caminhos pelo deserto, que nunca andaram”.⁸⁶

Como prova dessa capacidade, Soares cita o exemplo de dois índios Tupinambás que levados presos da Bahia para o Rio de Janeiro em navios, conseguiram fugir e voltaram pelo mato para sua aldeia, fazendo uma viagem de quase dois mil quilômetros: “durante a noite marcavam as horas, em alguns lugares, pela observação das estrelas e constelações. Durante o dia, pela sombra que o polegar deixa na mão”.⁸⁷

No início do 1600, o missionário francês Yves D’Euvreux relata que quando os índios narravam suas caminhadas ou atividades “traçavam na areia, com a ponta do dedo, uma geografia ou descrição natural, com a qual acompanhavam suas narrativas”.⁸⁸ É interessante perceber que esses fugazes mapas traçados na terra revelam a importância de situar geograficamente a experiência vivida permitindo aos outros voltar ao lugar indicado, um dos objetivos da cartografia.

O explorador e naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira foi enviado pelo governo português, entre 1783–1792, a fim de explorar a região da Amazônia e do Alto-Paraguai. De suas viagens, conta que, ao perguntar a um índio que morava no Rio Branco quantos e quais eram os afluentes desse rio, foi surpreendido com a seguinte cena: o índio tomou uma corda de piaçá e, com ela, formou o leito principal do rio, com suas curvas. Logo em seguida, de um e de outro lado da corda, foi esticando filamentos de cordas mais finos para indicar os afluentes. O explorador se surpreendeu, pois os filamentos eram colocados respeitando as curvaturas dos rios, em diferentes distâncias entre si, a fim de indicar o distanciamento dos rios a que se referiam. Alexandre Rodrigues Ferreira relata ainda que, em outra ocasião daquela mesma região, um índio Macuxi desenhou com um bastão, nas areias da beira do Rio Branco, todo o trajeto desse rio.⁸⁹

Com o intuito de ressaltar a importância das informações geográficas que os ameríndios poderiam ter transmitido aos portugueses, Jaime Cortesão cita um mapa que o Governador do Rio de Janeiro enviou para Lisboa em 1727, “feito pelo jesuíta Padre Luís de Albuquerque, representando a costa desde Santa Catarina até ao Rio da Prata, e na qual iam situadas as aldeias das Missões espanholas do Tape, conforme um mapa feito por um desses índios ao mesmo padre”.⁹⁰

Há outros relatos elucidativos deixados por etnólogos que, mesmo não se referindo diretamente



aos índios contemporâneos aos sertanistas, viviam afastados das influências exteriores e, portanto, carregavam a velha herança cultural destes povos, reavivadas na tradição oral da tribo. Von Den Steinen relata que toda a expedição em direção às nascentes do Rio Xingu, em 1887, foi feita a partir de um mapa desenhado por um índio. Theodor Koch-Grünberg relata que, em suas incursões pelo Norte do Brasil, presenciou um índio desenhar o curso completo do Rio Cuquenau com aproximadamente setenta afluentes, além de usar rabiscos específicos para indicar o perfil da serra de Roraima. Para Sérgio Buarque de Holanda, “entre povos que ignoravam a palavra escrita, esses meios de comunicação assumem um significado comparável ao dos roteiros e aranzéis”.⁹¹

Das pesquisas feitas por esses etnólogos, principalmente no que se refere aos esboços de representação espacial produzidos pelas tribos estudadas, Sérgio Buarque de Holanda concluiu que, “em alguns casos acentuam-se de preferência os acidentes que possam interferir nas atividades normais da tribo, ou por qualquer outro motivo, suscitem interesse. Assim, os saltos e as cachoeiras, que causam contratempos aos remadores, são indicados por meio de convenções; a extensão de cada afluente é, de certo modo, expressa na relação aproximada que guardam entre si no desenho; a forma de cada montanha aparece igualmente modelada na areia úmida. Até a maior ou a menor regularidade no curso de um rio encontra expressão nessa rústica geografia”.⁹²

Não há dúvida de que muitos aspectos da cosmovisão religiosa dos ameríndios também serviram para confundir a geografia da colônia portuguesa, produzindo uma cartografia mais mítica que objetiva. Mas, nesse caso, a moderna historiografia divide a responsabilidade com os europeus: “da confluência da obsessão aurífera europeia com os rituais indígenas compunha-se o mito do Eldorado, que logo se difundiu por todo o território da América portuguesa”.⁹³ No afã de se encontrarem riquezas, a cosmovisão dos ameríndios era interpretada em uma lógica monetária pelos europeus.

O cronista Gabriel Soares, que citamos acima e que nos relatou como os índios usavam o sol como meio de orientação, dá uma ideia de como a geografia pode ser criada a partir da fusão de mitos indígenas com mitos trazidos pelos europeus. Segundo relato de 1587, informa que ouviu dizer, por intermédio dos índios Tupinambás, Tupinaés, Tamoios e Tapuias que habitavam o sertão da Bahia e a Capitania de São Vicente, que “bem pelo sertão desta terra há serras de cristal finíssimo, que se enxerga o resplendor delas de muito longe”.⁹⁴ Informações como essas eram interpretadas como pistas que serviriam para novas incursões pelos Sertões.

Conta o explorador Hercule Florence em sua “Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829” que por volta de 1820 um padre chamado Lopes, na busca pela tão sonhada Serra dos Martírios, que desde a descoberta das minas de Goiás por Bartolomeu Bueno da Silva, aguçava o sonho de riqueza dos exploradores, foi conduzido pelos índios Apiacás

até esse imaginário lugar. Lá chegando, encontrou apenas enorme quantidade de malacacheta vermelha.⁹⁵ Não é de se estranhar porque, apenas seguindo as indicações de uma geografia fantástica, tantos se aventuraram pelos Sertões.

A nós, que fazemos parte de uma sociedade desmitologizada, causa estranheza o fato de que a partir de 1580 e durante um século, várias expedições foram realizadas à procura da Lagoa Dourada, Lagoa Eupana ou Paraupaba onde se encontrariam riquíssimas minas de metais preciosos. Esse sonho “levou os expedicionários portugueses e luso-brasileiros, em jornadas sucessivas, a devassar os sertões da Bahia, São Paulo, Minas, Goiás e Pará, transformando o mito em conhecimento geográfico”.⁹⁶

Contudo, mesmo levando em conta aspectos da geografia mítica e fantástica dos ameríndios, todos esses testemunhos nos permitem vislumbrar a riqueza de informações geográficas transmitidas pelos povos que habitavam a América do Sul aos portugueses quando ali aportaram, como também aos sertanistas quando começaram a explorar o interior da colônia. Como sintetiza muito bem Cortesão, “Astronomia incipiente, representação plástica ou cartográfica do território não passam de manifestações do mesmo e maravilhoso sentido de orientação. [...] Como outros povos nômades, os primitivos habitantes do Brasil foram verdadeiras bússolas e mapas vivos”.⁹⁷

Portanto, mesmo que não esteja claro o grau efetivo de participação de cada uma das influências, acreditamos ser possível afirmar que a cartografia, dita “científica”, dos “Certoens” iniciou-se pela imbricação de elementos advindos da reforma da cartografia portuguesa liderada por Manuel de Azevedo Fortes, dos mapas elaborados pelos sertanistas que, por sua vez, foram influenciados pela descrição do espaço dos “Certoens” comunicada pelos ameríndios. Como separar esses elementos no estudo desses mapas? Não o sabemos ainda. Mas admitir que na elaboração dos primeiros mapas “científicos” dos “Certoens” estavam presentes estes elementos é o primeiro passo para analisarmos mais profundamente seu conteúdo.

10. Uma hipótese final: “padrões cartográficos” para os mapas do Século XVIII e XIX do território de Goiás

Não fizemos, nesta introdução, nenhuma discussão sobre mapas específicos de Goiás. Os artigos produzidos para este GUIA, ao apresentarem suas pesquisas sobre diversos temas ligados à cartografia de Goiás, apresentam importantes informações sobre os mapas aqui impressos. Ressalte-se que todos os mapas apresentados possuem pequena introdução sobre o contexto no qual foram produzidos, seguido da leitura paleográfica.

Para terminar nossa introdução, queremos propor uma hipótese para a compreensão do conjunto da “cartografia de Goiás” dos séculos XVIII e XIX. Nos últimos anos, aqui e ali, aos poucos, estão sendo publicados artigos que estudam alguns mapas específi-



cos de Goiás. Vivemos aquela fase da cartografia em que a preocupação principal é procurar identificar o autor, a data e os motivos que levaram à produção de alguns mapas. Contudo, uma abordagem em que os mapas são estudados dentro de conjuntos abrangentes com características comuns, em um recorte temporal maior e delimitado, ainda não foi apresentada.

A proposta de uma abordagem, a partir de conjuntos de mapas, surgiu nas discussões dos organizadores desta publicação, Elias Manoel da Silva e Wilson Vieira Júnior, durante o trabalho de pesquisa e digitalização dos mapas e se aprofundou durante a leitura paleográfica.

No desenvolvimento dessas atividades, constatamos várias semelhanças na “forma geral” de alguns mapas como se fossem versões a partir de um mapa-modelo. Pareceu-nos encontrar, para um dado período, certa continuidade na representação dos mapas de Goiás. A ideia de que era possível encontrar grupos de mapas semelhantes solidificou-se definitivamente quando iniciamos a elaboração do artigo para este GUIA, “A cartografia das duas comissões Cruls para a construção da nova capital no Planalto Central”. Ali, nos deparamos com um dos mapas mais usados pela Comissão, a “Carta da Província de Goyaz” de Joaquim Moraes Jardim. Nesse mapa, os integrantes da Comissão encontraram diversos erros chegando à conclusão, no Relatório Final, de que os mapas de Goiás eram “grosseiramente mal figurados”.⁹⁸ Como tínhamos mapas anteriores àquele, uma simples comparação fez-nos perceber que o mapa de Moraes Jardim era semelhante, até nos “erros” encontrados pela Comissão, à “Carta Corográfica Plana da Província de Goyaz” de Raimundo José da Cunha Matos. A partir daí fomos comparando o conjunto de mapas que publicamos neste GUIA e concluímos que é possível, para os mapas de Goiás do século XVIII e XIX, apresentá-los a partir de conjuntos, os quais iremos designar por “padrão cartográfico”.

Cabe aqui ressaltar que a “hipótese dos padrões” se encontra aprofundada e melhor embasada na tese de doutorado do historiador Wilson Vieira Júnior: “Cartografia da Capitania de Goyaz no século XVIII: intenção e representação”, defendida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB), em 2015.

Em nossa hipótese, o conceito “padrão” se refere à compreensão da dinâmica de produção de novos mapas a partir de um mais antigo que serviu de referência. Da análise dos mapas publicados neste GUIA, o que podemos perceber é que, independentemente da intenção específica para o qual foram elaborados, nos mapas de Goiás dos séculos XVIII e XIX, encontramos conjuntos de mapas que seguem uma “forma geral”. Há uma espécie de força inercial a modelar novos mapas a partir de mapas anteriores dos quais, usando critério cronológico, é possível chegar a um primeiro que dá parâmetro ao conjunto.

Essas semelhanças se referem ao modo de representar o espaço de “Goyaz”, ou seja, à forma geral do “desenho” do mapa, cujas semelhanças nos seguintes passam a impressão de uma “cópia” melhorada.

Alguns elementos aqui e ali foram acrescentados ou atualizados, mas o escopo geral do mapa continua o mesmo, ou seja, as Latitudes e Longitudes são repetidas, resultando em enorme semelhança nos novos mapas elaborados. Por isso, afirmamos fazerem parte de um mesmo “padrão”, pois os acréscimos não foram suficientes para modificar radicalmente a forma.

Contudo, ao sugerir os “padrões cartográficos” longe estamos de querer colocar a rica cartografia goiana num “mesmo saco”, simplificando a compreensão das semelhanças quando, de fato, essa dinâmica envolve questões que ainda hoje precisam ser mais bem estudadas, pois envolvem variáveis de cunho econômico, social e administrativo, para as quais cada mapa foi elaborado, apesar de graficamente usarem o modelo geral de um mapa mais antigo.

Em nossa hipótese, daremos o nome a cada um dos “padrões” a partir daquele considerado o autor ou, no caso de não identificado, o organizador do primeiro mapa daquele conjunto com características afins. Assim, o responsável pela fazedura do mapa mais antigo nomeia o “padrão”. Exemplificando: o primeiro mapa de Goiás foi feito a partir da solicitação de Ângelo dos Santos Cardoso, secretário do primeiro governador de Goiás. O secretário não nomeou o autor, apenas afirma que esse primeiro mapa foi conseguido “de um sujeito capacíssimo na matéria de fazer mapas, que pessoalmente viajou quase toda a imensa extensão dos referidos caminhos e de propósito lavrou a meus rogos o [mapa] que remeti”.⁹⁹

Chamaremos, por isso, os mapas produzidos a partir desse primeiro como “Padrão Ângelo dos Santos Cardoso”.

Podemos nos perguntar: o que fazia surgir novos “padrões” na cartografia de “Goyaz” dos séculos XVIII e XIX? Ou sendo mais direto: quando um mapa se torna aquele que irá dar início a um novo “padrão” e, portanto, será usado como referência para mapas posteriores? Nossa pesquisa permite afirmar, baseada nos mapas deste GUIA, que um mapa se firma como referência para outros e, portanto, dá origem a um novo “padrão”, quando é produzido a partir de novos levantamentos feitos em campo – *in loco* – por pessoas com competência técnica, ligadas ao Estado e no exercício de atividades do poder público. Em todos os três mapas do século XVIII e XIX que dão origem aos três “padrões cartográficos” em Goiás desse período, pudemos constatar essas características em comum, ou seja, todos se encaixam perfeitamente nessa condição. Vejamos.

Para o “Padrão Ângelo dos Santos Cardoso” – o primeiro “padrão cartográfico” dos mapas de Goiás (1750-1778) – o secretário Ângelo dos Santos Cardoso é taxativo ao afirmar que o mapa enviado a Portugal foi elaborado em 1750 a partir de exaustivo trabalho em campo: “a força de diligência alcancei de um sujeito capacíssimo na matéria de fazer mapas, que pessoalmente viajou quase toda a imensa extensão dos referidos caminhos e de propósito lavrou a meus rogos o que remeti”.¹⁰⁰

Da mesma forma, para o mapa que dá início ao “Padrão Tomás de Souza” (1778-1826) – segundo “pa-



drão cartográfico” dos mapas de Goiás – encontramos o relato do Sargento Tomás de Souza, do regimento da Cavalaria Auxiliar da Capitania de Goiás, informando que elaborou o mapa em 1778, a partir dos levantamentos adquiridos em viagens do Governador José de Almeida de Vasconcelos Soveral e Carvalho, nas quais o autor do mapa acompanhou o governador. O trabalho de campo para a confecção desse mapa é confirmado por Alencastre, em clássica obra sobre Goiás, quando relata as atividades do Governador Soveral e Carvalho, “sendo o único governador que percorreu toda a capitania, tinha o mais exato conhecimento do seu território [...]. Esse conhecimento serviu-lhe, sobretudo, para levantamento da carta da capitania, e melhor divisão dos Julgados. No levantamento da carta teve o mais sério cuidado, não só pelo gosto de empregar-se em trabalhos desta natureza, de que era apaixonado, como pelas recomendações que a este respeito tinha recebido do presente do real erário, Marquês de Angeja”.¹⁰¹

Por fim, o mapa que inicia o “Padrão Raimundo José da Cunha Matos” – terceiro “padrão cartográfico” dos mapas de Goiás (1826-1902) – foi elaborado por Cunha Matos em 1826 a partir dos levantamentos feitos por ele mesmo em suas viagens como Governador das Armas de Goiás das quais escreveu volumoso relato, cujo extenso título é: “Itinerário ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiaz, seguido de huma descrição chorográfica de Goiaz, e dos roteiros desta província as de Mato Grosso e São Paulo”.

A respeito desse mapa que organizou “para acompanhar os seus Itinerários”, relata: “A maior parte do que escrevo foi por mim visto e examinado: fadigas extraordinárias, perigos iminentes são a moeda que me custou esta minha obra. Não afianço a perfeição dela, porque na mesma França e Inglaterra não há perfeição absoluta em matérias geográficas; eu fiz quanto pude, e ainda mais faria se tivesse quem me auxiliasse. [...] Os meus Itinerários e o Resumo Corográfico da Província de Goiás vão acompanhados do mapa geral dela, e dos Termos dos Julgados do Araxá, e Desemboque, da Província de Minas Gerais, em três grandes folhas, e da carta de marcha desde o Rio de Janeiro até a Serra da Marcella da dita Província de Minas Gerais”.¹⁰²

E conclui: “devo pedir aos Srs. que se acham à testa da Administração Pública de Goiás, que continuem e aperfeiçoem os meus escritos: eu emendei os antigos mapas da Província em mais de três mil pontos diferentes, por onde transitei, e daqueles de que recebi informações em que podia de certo modo confiar. Ninguém pense que os meus mapas são absolutamente exatos: eu o declaro nos Itinerários. Se eu fiz mais de três mil emendas nos antigos mapas manuscritos, agora pelos Itinerários e mapas impressos, proporciono os meios convenientes de se proceder a novos exames e às correções inumeráveis que será necessário praticar. Eu apenas transitei pelas estradas gerais de Goiás; não fiz explorações pelas terras desertas e ainda nas povoadas que ficavam fora de minha linha de marcha: só afianço aquilo que eu mesmo observei; e deixo a outros melhores do que eu, o mais que entenderem ainda faltar. A Província de Goiás não podia ser explorada em dois anos por um homem quase desacompanhado, e que, além dos entretenimentos geográficos, tinha muitas outras coisas em que cuidar”.¹⁰³

Portanto, não era qualquer mapa que, aos poucos, servia de referência para a produção de novos mapas de Goiás. Eram mapas cujo lastro técnico a partir de pesquisas feitas em campo, bem como a autoridade do produtor eram incontestáveis. Contudo, ressaltamos novamente que essa hipótese para a apresentação do conjunto de mapas que representam o território de Goiás dos séculos XVIII e XIX ainda exige muito mais pesquisas. Será que o conjunto de mapas apresentados neste GUIA é suficiente para confirmar a hipótese? Será que um novo mapa a ser encontrado não poderá ser aquele que deu início a um “padrão cartográfico” aqui sugerido ao invés daquele mapa que apresentamos? Será que há mais “padrões cartográficos” que os três aqui apresentados para o período sugerido? O que pode trazer de novo para o estudo da cartografia o estudo de conjuntos de mapas com semelhanças entre si? A abordagem por meio de “padrões cartográficos” é um caminho útil para uma melhor compreensão da cartografia goiana em particular, ou da cartografia brasileira em geral? Que essas reflexões e questionamentos sirvam para provocar novos estudos.



NOTAS

1. Cf. KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Contraponto Editora. 2010.
2. MUNDIN, Luis Gustavo Molinari. Sob o signo do moderno. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, Ano XLVI, n.2, jul.-dez. 2010, p.62.
3. BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Decifrando mapas: sobre o conceito de "território" e suas vinculações com a cartografia. Anais do Museu Paulista. São Paulo, V.12, n.1, p.230, jan.-dez. 2004.
4. MARTINS, Francisco José Corrêa. Arquivo Histórico do Exército. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 12.
5. MATOS, Luis Jorge Semedo de. Planisfério anônimo de 1502 (dito "de Cantino"). Cadeira de História da Marinha Portuguesa. In Navegações Portuguesas. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaport/b11.html>> Acesso em: 2 jul. 2012.
6. CORTESÃO, Jaime. História do Brasil nos velhos mapas, Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, Rio de Janeiro, 1957, Tomo I, p. 201.
7. Cf. _____. Rio de Janeiro, 1957, Tomo I, p. 223-225.
8. Cf. _____. Rio de Janeiro, 1957, Tomo I, p. 298.
9. GUEDES, Max Justo. Introdução. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 12.
10. DOMINGUES, Francisco Contente. Viagens e viajantes no Atlântico Quinhentista. Lisboa, Colibri, 1996. p. 207.
11. COELHO, Antonio Borges. Os argonautas portugueses e o seu velo de ouro. In: História de Portugal, São Paulo UNESP, 2000, p. 64.
12. CANAS, António Costa. Cartografia náutica portuguesa. Cadeira de História da Marinha Portuguesa. In Navegações Portuguesas. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaport/a39.html>>. Acesso em: 2 jul. 2012.
13. OLIVEIRA, Fernando. Arte de Guerra do Mar, apud BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 29.
14. CANAS, António Costa. Cartografia náutica portuguesa. Cadeira de História da Marinha Portuguesa. In: Navegações Portuguesas. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaport/a39.html>> Acesso em: 2 jul. 2012.
15. Cf. CORTESÃO, Armando, História da Cartografia Portuguesa, 2 vols., Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1969-1970.
16. Cf. MOTA, Avelino Teixeira da. Os Regimentos do cosmógrafo-Mor de 1559 e 1592 e as Origens do Ensino Náutico em Portugal, Coimbra, JIU-AECA (Sep. LI), 1970.
17. BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Desenhando o Brasil: o saber cartográfico dos cosmógrafos e engenheiros militares da Colônia e do Império. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 30.
18. _____. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 30.
19. GUEDES, Max Justo. Introdução. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 12.
20. Cf. _____. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 20.
21. RODRIGUES, José Honório. Teoria da História do Brasil: Introdução metodológica. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. p. 283.
22. COSTA, Antônio Gilberto. Dos Roteiros de todos os sinais da costa até a Carta Geral: um projeto de Cartografia e os mapas da América portuguesa e do Brasil Império. In COSTA, Antônio Gilberto (Org.). Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 87.
23. _____. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 87.
24. Cf. CORTESÃO, Jaime. História do Brasil nos velhos mapas, Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, Rio de Janeiro, 1957, Tomo I, p. 291.
25. _____. Rio de Janeiro, 1957, Tomo I, p. 291.
26. COSTA, Antônio Gilberto. Dos Roteiros de todos os sinais da costa até a Carta Geral: um projeto de Cartografia e os mapas da América portuguesa e do Brasil Império. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 84.
27. ANAS, António Costa. Cartografia náutica portuguesa. Cadeira de História da Marinha Portuguesa. In Navegações Portuguesas. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaport/a39.html>>. Acesso em: 2 jul. 2012.
28. COSTA, Antônio Gilberto. Dos Roteiros de todos os sinais da costa até a Carta Geral: um projeto de Cartografia e os mapas da América portuguesa e do Brasil Império. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 83.
29. _____. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 83.
30. CORTESÃO, Jaime. História do Brasil nos velhos mapas, Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, Rio de Janeiro, 1957, Tomo I, p. 416.
31. BUENO, Beatriz Piccolotto. Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da Capitania de São Paulo. Anais do Museu Paulista. São Paulo N. Ser. V. 17. n. 2. jul.-dez. 2009. p. 150.
32. BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Com as mãos sujas de cal e de tinta, homens de múltiplas habilidades: os engenheiros militares e a Cartografia na América portuguesa (séc. XVI-XIX). Revista Navigator. V. 7, n. 14, 2011. p. 9.
33. CORTESÃO, Jaime. História do Brasil nos velhos mapas, Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, Rio de Janeiro, 1957, Tomo II, p. 165.
34. _____. Rio de Janeiro, 1957, Tomo II, p. 169.
35. _____. Rio de Janeiro, 1957, Tomo II, p. 175.
36. BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Desenhando o Brasil: o saber cartográfico dos cosmógrafos e engenheiros militares da Colônia e do Império. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 39.
37. BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Com as mãos sujas de cal e de tinta, homens de múltiplas habilidades: os engenheiros militares e a Cartografia na América portuguesa (séc. XVI-XIX). Revista Navigator. V. 7, n. 14, 2011. p.14.
38. CORTESÃO, Jaime. História do Brasil nos velhos mapas, Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, Rio de Janeiro, 1957, Tomo I, p. 106.
39. _____. Rio de Janeiro, 1957, Tomo II, p. 182.
40. _____. Rio de Janeiro, 1957, Tomo II, p. 183.
41. _____. Rio de Janeiro, 1957, Tomo II, p. 180.
42. BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Com as mãos sujas de cal e de tinta, homens de múltiplas habilidades: os engenheiros militares e a Cartografia na América portuguesa (séc. XVI-XIX). Revista Navigator. V. 7, n. 14, 2011. p.11.
43. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Sertão de estrelas: a delimitação das Latitudes e das fronteiras na América Portuguesa. Varia História – Revista do Departamento de História da UFMG, Belo Horizonte, n. 21, julho de 1999. p. 78.
44. CORTESÃO, Jaime. História do Brasil nos velhos mapas, Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, Rio de Janeiro, 1957, Tomo II, p. 179.
45. _____. Rio de Janeiro, 1957, Tomo II, p. 179.
46. _____. Rio de Janeiro, 1957, Tomo II, p. 190.
47. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Sertão de estrelas: a delimitação das Latitudes e das fronteiras na América Portuguesa. Varia História – Revista do Departamento de História da UFMG, Belo Horizonte, n. 21, julho de 1999. p. 83.
48. _____. Belo Horizonte, n. 21, julho de 1999. p. 80.
49. Alvará de D. João V nomeando os matemáticos padres Diogo Soares e Domingos Capacci para se passarem ao Brasil. Reproduzido por CORTESÃO, Jaime. História do Brasil nos velhos mapas, Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, Rio de Janeiro, 1957, Tomo II, p. 213.
50. _____. Rio de Janeiro, 1957, Tomo II, p. 213.
51. Provisão de D. João V aos padres matemáticos, Diogo Soares e Domingos Capacci, com as instruções para seus trabalhos no Brasil. Reproduzido por CORTESÃO, Jaime. História do Brasil nos velhos mapas, Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, Rio de Janeiro, 1957, Tomo II, p. 215.
52. ALMEIDA, André Ferrand de. Os padres matemáticos e a Cartografia da Capitania do Rio de Janeiro no século XVIII. In IV Simpósio Lusobrasileiro de Cartografia Histórica. Disponível em: <<http://eventos.letras.up.pt/ivslbch/resumos/100.pdf>>. Acesso em: 9 jul. 2012.
53. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Sertão de estrelas: a delimitação das Latitudes e das fronteiras na América Portuguesa. Varia História. Revista do Departamento de História da UFMG, Belo Horizonte, n. 21, julho de 1999. p. 84.
54. BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Desenhando o Brasil: o saber cartográfico dos cosmógrafos e engenheiros militares da Colônia e do Império. In:



- COSTA, Antônio Gilberto (Org.). Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 40.
55. SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. Os relatos de reconhecimento de Quaresma Delgado. Revista Varia História, Belo Horizonte, vol. 24, n. 40, jul./dez. 2008. p. 691.
56. Cf. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XLV, 1ª parte, p. 125-146. Apud CORTESÃO, Jaime. História do Brasil nos velhos mapas, Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, Rio de Janeiro, 1957, Tomo II, p. 195.
57. CORTESÃO, Jaime. História do Brasil nos velhos mapas, Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, Rio de Janeiro, 1957, Tomo II, p. 195.
58. Cf. _____. Rio de Janeiro, 1957, Tomo II, p. 210.
59. Provisão de D. João V aos padres matemáticos, Diogo Soares e Domingos Capacci, com as instruções para seus trabalhos no Brasil. Reproduzido por CORTESÃO, Jaime. História do Brasil nos velhos mapas, Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, Rio de Janeiro, 1957, Tomo II, p. 215.
60. _____. Rio de Janeiro, 1957, Tomo II, p. 215.
61. _____. Rio de Janeiro, 1957, Tomo II, p. 215.
62. FERREIRA, Mário Clemente. Cartografar o Sertão: a representação de Mato Grosso no século XVIII. II Simpósio Luso-brasileiro de Cartografia Histórica, Lisboa, 25 e 26 de outubro de 2007. p. 2. Disponível em: <www.igeo.pt/servicos/CDI/PDF/022_MarioClementeFerreira.pdf> Acesso em: 16 jul. 2012.
63. CORTESÃO, Jaime. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, 1961. p. 492.
64. Cf. CORTESÃO, Jaime. História do Brasil nos velhos mapas, Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, Rio de Janeiro, 1957, Tomo II, p. 90-91.
65. Cf. História da Colônia Portuguesa do Brasil, Tomo III, p. 72. Apud CORTESÃO, Jaime. História do Brasil nos velhos mapas, Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, Rio de Janeiro, 1957, Tomo II, p. 100.
66. Cf. CORTESÃO, Jaime. História do Brasil nos velhos mapas, Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, Rio de Janeiro, 1957, Tomo II, p. 92.
67. _____. Rio de Janeiro, 1957, Tomo II, p. 92.
68. _____. Rio de Janeiro, 1957, Tomo II, p. 90.
69. _____. Rio Branco, Rio de Janeiro, 1957, Tomo II, p. 93.
70. _____. Rio de Janeiro, 1957, Tomo II, p. 93.
71. _____. Rio de Janeiro, 1957, Tomo II, p. 89.
72. CORTESÃO, Jaime. História do Brasil nos velhos mapas, Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, Rio de Janeiro, 1957, Tomo II, p. 106.
73. _____. Rio de Janeiro, 1957, Tomo II, p. 89.
74. Parecer do Conselho Ultramarino sobre uma informação do Padre Diogo Soares, Lisboa, 26-1-1731, pub. In: Jaime Cortesão, Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid, parte III, tomo 1, Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio-Branco, Rio de Janeiro, 1951, doc. LCIII, p. 272.
75. Cf. Carta de Marco Antonio de Azevedo Coutinho para Tomás da Silva Teles, Lisboa, 8-2-1749, pub. In Jaime Cortesão, Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid, parte IV, tomo 1, Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio-Branco, Rio de Janeiro, 1953, doc. LXV, p. 262.
76. Cf. ca.1720, B.N.R.J – Cartografia ARC. 030.03.0003.
77. FERREIRA, Mário Clemente. Cartografar o Sertão: a representação de Mato Grosso no século XVIII. II Simpósio Luso-brasileiro de Cartografia Histórica, Lisboa, 25 e 26 de outubro de 2007. p. 2. Disponível em: <www.igeo.pt/servicos/CDI/PDF/022_MarioClementeFerreira.pdf> Acesso em 16 jul. 2012.
78. _____. Lisboa, 25 e 26 de outubro de 2007. p. 3-4. Disponível em: <www.igeo.pt/servicos/CDI/PDF/022_MarioClementeFerreira.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2012.
79. _____. Lisboa, 25 e 26 de outubro de 2007. p. 4. Disponível em: <www.igeo.pt/servicos/CDI/PDF/022_MarioClementeFerreira.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2012.
80. Idea da topografia athe as novas minas de Cujaba, [17..], Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Cartografia, ARC.030.03.0003.
81. FERREIRA, Mário Clemente. Cartografar o Sertão: a representação de Mato Grosso no século XVIII. II Simpósio Luso-brasileiro de Cartografia Histórica, Lisboa, 25 e 26 de outubro de 2007. p.3. Disponível em: <www.igeo.pt/servicos/CDI/PDF/022_MarioClementeFerreira.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2012.
82. _____. Lisboa, 25 e 26 de outubro de 2007. p.6. Disponível em: <www.igeo.pt/servicos/CDI/PDF/022_MarioClementeFerreira.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2012.
83. DERBY, Orville. O roteiro de uma das primeiras bandeiras paulistas. Revista do Instituto Histórico de São Paulo, 1889, IV, p. 343. Apud HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e Fronteiras, São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 25.
84. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e Fronteiras, São Paulo, Companhia das Letras, 1994. p. 24.
85. CORTESÃO, Jaime. História do Brasil nos velhos mapas, Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, Rio de Janeiro, 1957, Tomo I, p. 23.
86. SOARES, Gabriel. Tratado Descritivo do Brasil em 1587. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1938, cap. CLXVI.
87. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e Fronteiras, São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 20.
88. CORTESÃO, Jaime. História do Brasil nos velhos mapas, Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, Rio de Janeiro, 1957, Tomo I, p. 27.
89. Cf. _____. Rio de Janeiro, 1957, Tomo I, p. 28.
90. Cf. _____. Rio de Janeiro, 1957, Tomo I, p. 27.
91. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e Fronteiras, São Paulo, Companhia das Letras, 1994, p. 24.
92. _____. São Paulo, Companhia das Letras, 1994, p. 23.
93. KOK, Glória Porto, O sertão itinerante: expedições da Capitania de São Paulo no século XVIII. São Paulo, Hucitec-Fapesp, 2004. p. 23
94. SOUZA, Gabriel Soares de. Tratado Descritivo do Brasil de 1587. 5. ed. São Paulo-Brasília: Nacional-INL, 1987. p. 350.
95. Cf. KOK, Glória Porto, O sertão itinerante: expedições da Capitania de São Paulo no século XVIII. São Paulo, Hucitec-Fapesp, 2004. p.25
96. Cf. CORTESÃO, Jaime. História do Brasil nos velhos mapas, Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, Rio de Janeiro, 1957, Tomo I, p. 396-397.
97. _____. Rio de Janeiro, 1957, Tomo I, p. 29.
98. CRULS, Luis. Relatório Cruls: Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, Brasília, DF: Senado Federal, 2003, 173.
99. Arquivo Histórico Ultramarino – AHU. Projeto Resgate. AHU_ACL_CU_008, Cx. 12, D. 740.
100. Arquivo Histórico Ultramarino – AHU. Projeto Resgate. AHU_ACL_CU_008, Cx. 12, D. 740.
101. ALENCASTRE, José Martins Pereira. Anais da Província de Goiás. Convênio SUDECO/Governo de Goiás, 1979, p. 215-216.
102. MATTOS, Raimundo José da Cunha. Itinerário ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiaz, seguido de huma descrição chorographica de Goiaz, e dos roteiros desta província as de Mato Grosso e São Paulo. Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Constitucional de J. Vilaleneuve E. C., Tomo I e II, 1836.
103. _____. Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Constitucional de J. Vilaleneuve E. C., Tomo I e II, 1836.



O acervo cartográfico da história de Goiás é consideravelmente rico como fonte documental. Contudo, nota-se, em vários estudos, a ausência de tais documentos. Em uma parcela dos trabalhos, utiliza-se de mapas atuais, ou feitos especificamente para resumirem, em imagem, o que foi abordado em texto. O mapa assume, assim, a função de ilustrar o trabalho. Um coadjuvante hierarquicamente subordinado ao texto escrito, causando estranheza para a pesquisa da história, pois tais documentos eram necessários como instrumentos de poder, dado aos conhecimentos que continham, estrategicamente relevantes para as ações de Estado, conforme destaca o historiador Peter Burke (2003, p. 122): o “surgimento da cartografia como instrumento de governo foi importante, fosse o propósito do mapa estabelecer fronteiras, defender o Estado contra seus inimigos ou facilitar o planejamento e assim racionalizar a administração”.

As preocupações acerca do uso da iconografia associada ao texto escrito há algum tempo, são objeto de análise. Estudos verificam a dificuldade em ler a imagem, decodificar sua narrativa, sendo forte barreira para considerar a iconografia como fonte capaz de fornecer informações, até porque a não compreensão do documento impossibilita realizar as perguntas necessárias à pesquisa. Assim, a opção pelo movimento contrário, ou seja, adaptar ou construir uma imagem ao argumento do texto escrito é um processo mais seguro.

Os textos visuais, associados com maior frequência ao contexto artístico e social, ficaram relegados à condição de ilustração dispensável ou superlativa. Muitas vezes são deixados de lado, pela ambiguidade e pelos obstáculos de suas leituras [...] embora habitualmente a linguagem visual seja considerada de transmissão direta, ela acaba tendo uma postura parasitária em relação à linguagem verbal. (BIANCO e LEITE, 1998, p. 37-49).

É importante considerar que a imagem, como, por exemplo, um mapa do século XVIII, pode criar dificuldades ao desenvolvimento do texto escrito, pois o conjunto de códigos e símbolos reunidos na iconografia possui sentidos muito particulares, destacando o fato de que a cartografia do período procurava sintetizar o que se sabia e o que se imaginava sobre o território e comunicar visualmente, muitas vezes de forma generalizada, o que interpretavam da realidade da época.

Os esforços dos autores do século XVIII foram o de legitimar a cartografia como imagem fiel do espaço representado e, por isso, são essas imagens que hoje podemos recorrer para estudar este período. Em outras palavras, por mais que seja difícil o estudo dos mapas setecentistas, é este o acervo que iconograficamente melhor representa o período. Portanto, é esse acervo

que merece estudo, para entender os códigos, signos, símbolos. Os mapas antigos são, nos seus devidos períodos, fontes importantes a serem consideradas como uma expressão otimizada da sua própria época.

Conforme proposto por Burke e observado por Costa (2007), alguns aspectos devem ser considerados ao se estudarem imagens. O conjunto oferece informações mais confiáveis que imagens isoladas. Deve-se considerar que as imagens acessam visões contemporâneas daquele mundo e, portanto, devem ser encaixadas em contextos próprios para, assim, permitirem análises de suas possibilidades como documentos. Sendo assim, é mister atentar-se para as entrelinhas, para leituras dos detalhes e das ausências.

Assim, em se tratando de mapas históricos, é importante compreendê-los como reflexo de uma época. Sua elaboração, naturalmente, é motivada por interesses e argumentos próprios do período. Os personagens, diretamente participantes na construção do documento, estão racionalmente cercados de motivações que os conduzem a expressar, com uso de técnicas aceitas e conhecidas, em imagem a mensagem destinada aos seus pares. Observa Furtado (2010, p. 25) que “todo mapa é um conjunto de signos, símbolos que só podem ser compreendidos e decodificados com base nos elementos da própria cultura na qual foi elaborado”.

Hoje, para aproximarmos da condição que permita realizar essas leituras, é fundamental formular a análise considerando o período, os ambientes físicos e sociais em que as informações foram registradas na iconografia, e os procedimentos adotados na confecção dos mapas por meio de normas, técnicas e métodos de feitura.

Em qualquer estudo iconográfico, só por meio do contexto se pode descobrir adequadamente o significado e a importância do objeto de análise. Tais contextos podem ser definidos como as circunstâncias em que se fizeram e usaram os mapas (HARLEY, 2005, p. 84).

Vejamos, então, a análise de quatro mapas do século XVIII, as primeiras representações conhecidas da Capitania de Goiás.

VOU por Letra aos pés de Vossa Excelência; ainda que a minha mayor furtu-na, e honra seria fazelo pessoalmente, estribado sempre porem naquele/profundo respeito, e acatamento, que á de tempo taõ antigo traz a origem, que/objectivamente tive, e devo à Sua Excelentíssima Pessoa; mas sempre com a Sustada, e duvi-/doza resolução, de que me seja contada por temeridade esta determinação; eu/ative quando soube a estimável, agustoza noticia, de dar a Vossa Excelência o parabéns/por carta, da acertadissima eleição que o nosso soberano fizera de nomear/a Vossa Excelência seo Secretário de Estado, emprego ainda que infeior aos altos mere-/cimentos de que Vossa Excelência se orna, sempre venturozo para a Monarchia, de ter/hum Ministro taõ destinto que a derija.



Assim, tem início o ofício que o secretário de governo da Capitania de Goiás, o português Ângelo dos Santos Cardoso enviou a Sebastião José de Carvalho e Mello, Secretário de Estado (1750), futuro Conde de Oeiras (1759) e Marquês de Pombal (1769). O documento que compõe o acervo documental referente a Goiás está guardado no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e trata-se de um relatório sobre a capitania, escrito em 1755 (AHU_ACL_CU_008, Cx. 12, D. 740). O texto apresenta a Carvalho e Mello os aspectos gerais da ocupação e formação territorial, os problemas existentes e comenta acerca da povoação e da participação eclesiástica.

A elaboração de relatório sobre a capitania cabia ao secretário de governo, funcionário nomeado pelo rei, obrigatoriamente pessoa letrada, limpo de sangue (1), homem de segredo e membro das classes sociais mais elevadas, que assessorava diretamente o governador, sendo responsável pelos trâmites burocráticos do governo, guarda

dião de toda a documentação emitida e recebida pela autoridade administrativa da capitania. Cabia também ao secretário informar à Coroa a atuação do governador no desempenho das ordens régias determinadas ao seu governo. Era determinado aos governadores comunicar: (i) as condições políticas e de negócios, (ii) o estado militar e (iii) as finanças e rendas reais.

A secretaria de governo polarizava as informações administrativas-jurídicas-militares sobre a capitania e as repassava à metrópole em listas regulares. Em virtude das incumbências do cargo,

os relatos do secretário reuniam um conjunto de dados fundamentais para a administração portuguesa (MELO, 2005).

Cardoso concorreu à seleção organizada pelo Conselho Ultramarino e divulgada em editais distribuídos pela corte. Aos interessados, exigiu-se a apresentação dos “seus papeis”, ou seja, que demonstrassem as credenciais e experiências que os qualificavam ao cargo.

No século XVIII, para os membros da aristocracia portuguesa, assumir cargos a serviço da Coroa, no governo, na administração e no corpo militar, contribuía para sustentar e reafirmar o título de nobreza ao indivíduo e por extensão à família perante a sociedade e ao Estado.

Socialmente, a participação da aristocracia sublinhava as virtudes nobres desta classe. Por isso, colocava-se como merecedora das nomeações para os altos cargos (MONTEIRO e CARDIM, 2011, p. 82-83).

Ao final do prazo estabelecido de 20 dias, havia o total de 13 candidatos, alguns com vivências profissionais na metrópole e nas colônias lusitanas, com importantes atuações como secretário, provedor e ouvidor nas administrações de São Paulo, Maranhão e Pará. Isso era uma grande vantagem, considerando toda a sorte de dificuldades enfrentadas durante o processo de ocupação em extenso território muito ainda por conhecer, que envolvia a montagem e condução da estrutura imposta pelo regime, controle sobre a mineração e caminhos de acesso, combate e dominação aos grupos indígenas, a contínua expansão do território conjugada com a constante disputa pela defesa dos interesses lusos nos limites.

A vivência de Cardoso era no reino, assumindo funções na contadoria geral de guerra (2), almoxarife das casas de Lisboa (3), posto que ocupou durante nove anos, e em serviços a real fazenda, atribuições essas relacionadas à importante tarefa de arrecadar e administrar os tributos e garantir o patrimônio financeiro da Coroa. Era funcionário de confiança. Com elogiados serviços prestados, seus conhecimentos acerca do sistema de arrecadação lusitano o qualificavam para assumir funções na administração de arraiais auríferos, o que justificou a escolha de Dom João V ao nomeá-lo secretário do governo em 14 de setembro de 1748 (AHU_ACL_CU_008, Cx. 6, D. 495).

O novo secretário dirigiu-se à Goiás no ano de 1749, acompanhando o governador Dom Marcos de Noronha (1749-1755), Conde dos Arcos, o primeiro a exercer o cargo na capitania recém criada em 1748 e com território independente de São Paulo. A comitiva do governador chegou à capital Vila Boa no dia 6 de novembro, e Ângelo Cardoso redigiu o termo de posse em cerimônia realizada dois dias depois.

Aos 8 dias do mês de Novembro de 1749, nesta vila Boa de Goiás, nas casas da câmara dela, na presença do senado da câmara da mesma vila e povo dela, sendo aí lida a patente real com que S. M. faz e nomeia governador e capitão-general destas minas ao Ilm.o Exm.o Sr. D. Marcos de Noronha, em virtude de que tomou posse do mes-

(2) Cabia à Contadoria Geral de Guerra a administração das finanças despendidas com as tropas, pagamento aos soldados e despesas em geral registrados em livros. Na Contadoria localizada na Corte, tomava-se a contabilidade do orçamento gasto, portanto existiam livros de armas destinadas aos capitães e suas companhias, livros dos cavalos entregues ao exército, livros de receita e despesas das unidades militares etc.

(1) No mundo português, havia normas segregadoras aplicadas aos novos convertidos à fé cristã (mourros, judeus e negros) e a seus descendentes. Ao cristão novo não era permitido assumir determinadas funções no Estado, muito menos os altos cargos, que somente eram reservados aos cristãos velhos e suas tradicionais famílias católicas, portanto “limpos de sangue”.

(3) Oficial régio que, em certo quadro territorial, o almoxarife, promove a arrecadação das rendas do patrimônio régio e das outras casas reais. Os almoxarifes eram juizes dos Direitos Reais e Executores das suas receitas (CAPELA, 2005).



mo governo. De que fiz este termo, em que assinaram o dito Ilm.o Exm.o Sr. governador e capitão-general e oficiais da câmara. – E eu Ângelo dos Santos Cardoso, secretário do governo, o escrevi e assinei. – D. Marcos de Noronha. – Ângelo dos Santos Cardoso. – Agostinho Luiz Ribeiro. – Manoel da Silva. – Inácio Barbosa da Silva. – João Ferreira Barros. (ALENCASTRE, 1979)

Ângelo Cardoso, quando escreveu o relatório de 1755, já se encontrava há seis anos no sertão goiano, tempo que já o credenciava como relator das condições das minas. Havia percorrido parte do território acompanhando o governador do Rio de Janeiro Gomes Freire de Andrade, que acumulava as funções de governador interino das Minas Gerais e São Paulo, homem poderoso e de plena confiança de Dom João V. Estava o governador em Goiás para demarcar as minas de diamantes dos rios Claro e Pilões. Durante a jornada, ambos visitaram o arraial de Paracatu, que Gomes Freire defendeu alguns anos antes, a posse

para Minas Gerais quando pretendia-se incluir no território de Goiás, e Santa Luzia, descoberto recente (1746) que naquele ano de 1749 foi elevado à categoria de Julgado (4).

Em seu relatório, menciona Cardoso que conheceu um especialista em cartografia, cujo nome não cita, que teria viajado pela capitania e elaborado a primeira representação cartográfica de Goiás, com os arraiais e os caminhos. Ângelo Cardoso atesta ainda que o mapa foi enviado em 12 de maio de 1750 ao diplomata Alexandre de Gusmão, provavelmente com o objetivo de fornecer informações sobre as ocupações ocidentais da colônia, principal-

mente àquelas situadas além do Tratado de Tordesilhas.

Alexandre de Gusmão, natural de Santos e com ascendente carreira em serviços dedicados à soberania de Portugal, era convicto da necessidade de conhecer a geografia, a história, a etnografia e as riquezas naturais das regiões de soberania incerta entre a América lusa e a espanhola. A ele parecia, acertadamente, que o domínio português e a formação territorial do Brasil não poderiam prescindir do amplo conhecimento da geografia e da história, em sua concepção. Sendo assim, Gusmão tomou a iniciativa de enviar cartas aos funcionários reais que tinham, por destino, o serviço no interior da colônia. A eles, solicitava inventário acurado do território, observando os aspectos naturais e sociais dos ambientes por onde transitariam.

O historiador Jaime Cortesão (2001, v. II, p. 150-153) descobriu dois desses documentos: um de 1743, endereçado a servidores em missão demarca-

tória a Minas Gerais, e outro ao governador de Maranhão-Pará. Em fins de 1746, este determinou ao secretário do governo, José Gonçalves da Fonseca, que reduzisse a um mapa a encomenda de Gusmão, ou seja, o desenho e informações do rio da Madeira e das minas do Mato Grosso, prontamente elaborado e enviado ao diplomata.

Provavelmente, Cardoso foi um dos correspondentes de Gusmão, pois deixa evidente na continuação do relatório de 1755 ao mencionar o envio de um mapa ao diplomata em 12 de maio de 1750.

Concidero, a Vossa Excelência já com algumas luzes não pe-/que-nas, da situação deste Continente, não só porque seria publico hum Ma/pa nese Ministerio, que eu remeti a Alexandre de Gusmaõ, que Deus haja./em 12 de Mayo de 1750, que foy o prim.ro mais ajustado, que lá apareceu até/aquele tempo, e o menos distante da verdade da destrebuiação desta Comarca,/e seos Arrayaes, mostrando o caminho, que vem da Vila de Santos a esta Capi-/tal, e daqui ao Cuyabá, Mato Groso, Rio da Madeira, té o das Amazonas./que à força de deligência alcancey de hum sugeito capacisimo, na materia de/fazer Mapas, que pesoalmente viagou quazi toda a imensa extensão dos/referidos caminhos, e de propozito lavorou a meos rogos o que remeti. (AHU_ACL_CU_008, Cx. 8, D. 740, fl. 2).

Os conhecimentos sobre a colônia apreendidos por Alexandre de Gusmão serviram à justificativa de posse portuguesa em território contestado pela Espanha durante as negociações para a revisão dos limites na América do Sul, que resultaram na assinatura do Tratado de Madrid em 1750.

Prosseguindo em seu relatório, Ângelo Cardoso menciona a presença na capitania do cartógrafo e geógrafo Francisco Tosi Colombina. De acordo com o historiador Paulo Bertran (2000), Tosi Colombina era um entre tantos outros italianos que trabalharam para Portugal com o objetivo de propor mudanças estruturais na colônia e que, oportunamente, passaram a tentar enriquecer no Brasil. Tal intenção levou os italianos a percorrerem as capitanias brasileiras e, assim, Tosi Colombina chegou em Goiás.

A serviço do Conde dos Arcos, o cartógrafo italiano foi encarregado de levantar informações sobre a capitania e as registrar em um mapa, tarefa que realizou e entregou ao governador em 6 de abril de 1751. Portanto, a autodenominada “Primeira carta da Capitania de Goiás pelo engenheiro italiano Francisco Tosi Colombina” (Cf. neste GUIA p. 135-136), foi elaborada um ano depois do mapa enviado por Ângelo Cardoso. Este, por sua vez, comenta que Tosi Colombina, sabendo da existência do mapa da Capitania de Goiás, solicitou uma cópia, pedido que foi prontamente atendido pelo secretário. Ou seja, foi feita uma reprodução do documento anteriormente enviado a Alexandre de Gusmão.

Na mesma conjuntura que eu cheguey a esta Vila/Em companhia do Senhor General Gomes Freire de Andrada, também veyo hum Italiano/Italiano, por nome Francisco Tosi Columbina, na cometi-va do ouvidor/novo Agostinho Luiz Vieira, que Vinha entãõ para esta Comarca; o qual/Columbina dahy a quazi hum anno, foy em companhia do mesmo Ouvidor correr/a Comarca; e levou ordem do Senhor Conde dos Arcos General desta Capitania, para hir ob-/



(5) A autoria de um mapa não resume o saber a um único personagem. Como ensina o geógrafo João Carlos Garcia (2002, p. 39), a produção de uma carta exigia um corpo de profissionais com conhecimentos em astronomia, topografia, desenho, engenharia e arquitetura. Nos confins da América Colonial, muitas dessas atribuições eram exercidas por funcionários ou pessoas contratadas com conhecimentos práticos. No século XVIII, foram poucos engenheiros com formação acadêmica que atuaram na capitania de Goiás.

servando as alturas dos Arrayaes, e situações da mesma Comarca; pela curiosidade que se lhe descobrio, de ser enfarinhado em Geografia; pedio-me o referido Colombina, a copia do Mapa, que eu já antecederamente/tinha na mão, de que havia remetido o original para a Corte a Alexandre/de Gusmaõ, e dele se vales para formar outro com pouca diferença, exce-/pto em alguma exacção das alturas dos graõs, em que ficavaõ os Arrayaes, e algum rio, ou citio que descobrio de novo; este Mapa que fez o tal/Italiano, seria vezivel a Vossa Excelência; o que talvez não escaparia à Sua penetrante prespicacia, se por acaso o conversou, que Colombina pe-/ca alguma coisa em visionário. (AHU_ACL_CU_008, Cx. 8, D. 740, fl. 2-3)

Imagina-se que, com base no mapa de Ângelo Cardoso, Tosi Colombina se lançou em viagem pela Capitania de Goiás, cotejando e coletando informações que colheu de viajantes e sertanistas, somadas às suas experi-

riências pessoais (BARBO & SCHLEE, 2009). O novo mapa, então elaborado, objetivava reforçar a intenção de Tosi Colombina (e sócios) de implementar uma estrada ligando Santos a Cuiabá, pelo qual solicitaram ao rei Dom José I (1750-1777) sesmarias e privilégios de exploração durante dez anos. (AHU_ACL_CU_008, Cx. 8, D. 554)

O mapa assinado por Tosi Colombina tem sido considerado pela historiografia como a primeira representação cartográfica de Goiás. Outros tantos documentos cartográficos com desenho semelhante ao de Colombina, porém sem assinatura, (encontrados em acervos documentais como da Biblioteca Nacional, do Ministério das Relações Exteriores e do Arquivo Histórico Ultramarino) são considerados cópias posteriores ou de autoria atribuída ao próprio cartógrafo italiano.

As evidências encontradas permitem inferir sobre os interesses que motivaram a feitura dos mapas. Cardoso, intencionado em atender ao governo português na consolidação da posse do território, e Colombina, ao atender o governador, buscava garantir o apoio para a implementação do empreendimento comercial.

Assim quer nos parecer que o relatório de 1755, elaborado por Ângelo dos Santos Cardoso, sugere a necessidade de um reexame das interpretações produzidas. O documento traz novas possibilidades, pontua novas descobertas e indica novos esclarecimentos.

O mapa organizado (5) por Cardoso consta do acervo da mapoteca do Ministério das Relações Exteriores brasileiro (6), cujo fac-símile foi publicado por Isa Adonias em 1960, na coletânea cartográfica intitulada “Mapas e Planos manuscritos relativos ao

Brasil Colonial (1500 – 1822)” organizada nos volumes I Texto e II Mapas.

Na obra, Adonias atribui a autoria do “Mapa da Capitania de Goiás e regiões circunvizinhas mostrando as comunicações entre as bacias do Prata e do Amazonas” (Cf. neste GUIA p. 42), a Francisco Tosi Colombina. Na análise da autora, o mapa é considerado uma variante do mapa original, elaborado por Colombina, portanto uma cópia em que, conforme observa, faltam “as duas legendas do original, a primeira contendo uma nota dirigida pelo autor a Dom Marcos de Noronha, e a segunda, uma explicação dos caminhos” (ADONIAS, 1960).

Similar ao mapa de Cardoso, no de Colombina consta os arraiais auríferos e os limites da capitania. A diferença está no fato de que Colombina traçou pelo rio Jangada, e no mapa de Cardoso os limites com o da Capitania do Mato Grosso foram traçados pelo rio das Mortes seguindo a proposta do Conde dos Arcos.

Conforme Alencastre (1979), Dom Marcos de Noronha sempre defendeu os limites com o Mato Grosso “pelo rio das Mortes, confluyente do Araguaia, por uma linha de suas cabeceiras até o rio Taquari, por ele abaixo até a barra do Cuxim, e por este acima até Camapuan até as cabeceiras do rio Pardo” (Figura 1), o que expôs em carta ao rei Dom João V, em 12 de janeiro de 1750 (AHU_ACL_CU_008, Cx. 6, D. 429). A diferença entre os dois mapas também é observável em outros detalhes: a) a referência no mapa de Colombina a um arraial da “Cambayuba”, próximo à Vila Boa, quando sabe-se, pelos documentos e pela historiografia, que a Cambaúba não era um arraial, mas uma parte da malha urbana de Vila Boa. Na Cambaúba, estabeleceram os pioneiros ranchos para minerar o rio Vermelho, e era o trecho da estrada que ligava o povoado a outras regiões da colônia. No decorrer do século XVIII, ali se instalaram pretos forros, soldados, casais de pardos, uma camada social mais pobre (COELHO, 2013, p. 33). É de se estranhar que Colombina, uma vez que esteve presente no povoado, tenha confundido uma região da vila com um arraial separado, em uma época que não mais se minerava ali e estavam consolidadas as moradias no tecido urbano; b) a grafia do termo sertão, com “S” no mapa de Colombina e com “C” no mapa de Cardoso; c) diferentes representações das cabeceiras do rio Maranhão e, um pouco mais abaixo, a presença do topônimo Sobradinho (Figura 2) no mapa de Cardoso, que deve ter

(6) O mapa consta das peças trocadas com o governo português no âmbito do Convênio Luso-Brasileiro de 1867 sobre Cartografia Portuguesa. O tratado sugerido pelo diplomata brasileiro, o barão Duarte da Ponte Ribeiro (1795-1878), teve como propósito remeter documentos cartográficos referentes ao Brasil encontrados em Lisboa em troca dos correspondentes a Portugal existente nos arquivos brasileiros (Ver: ADONIAS, 1984, p. 44-48; MANIQUE, 1949).

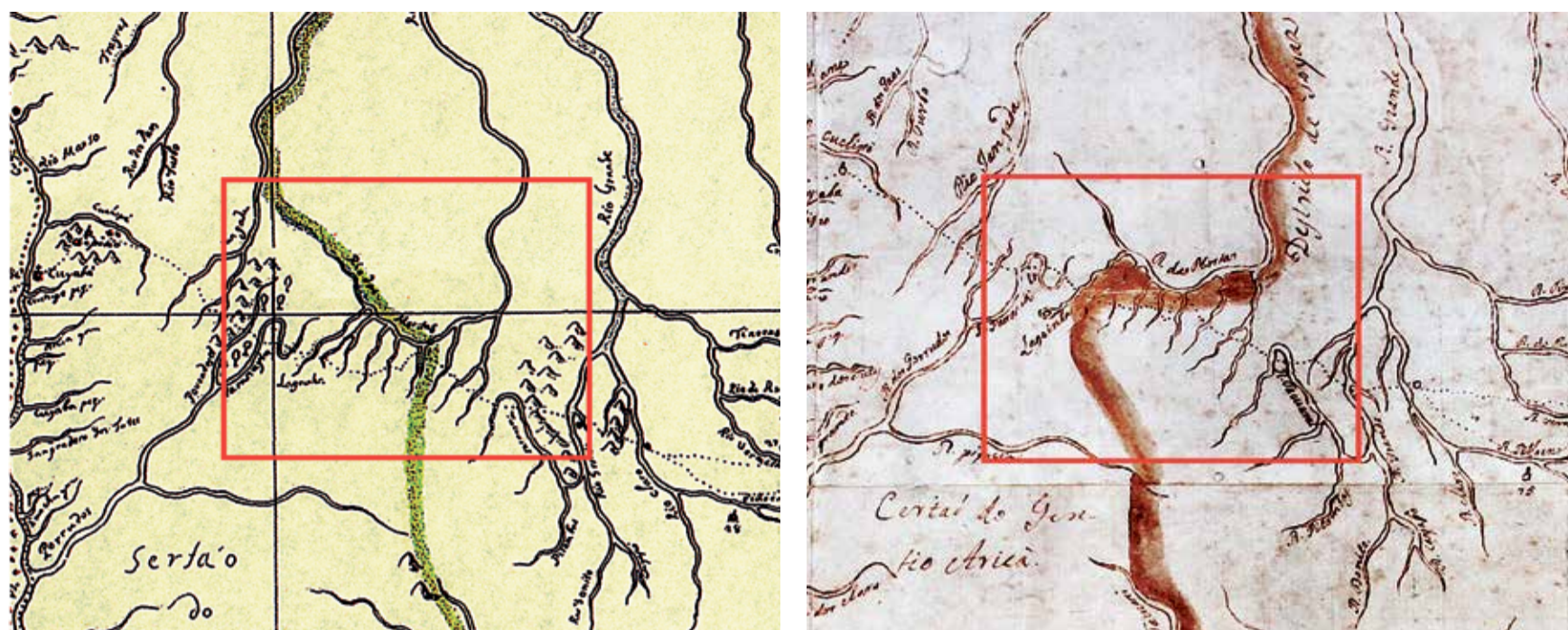


Figura 1 – Os limites ocidentais da capitania de Goiás pelo rio das Mortes. O mapa de Ângelo dos Santos Cardoso segue a preferência do governador Dom Marcos de Noronha.

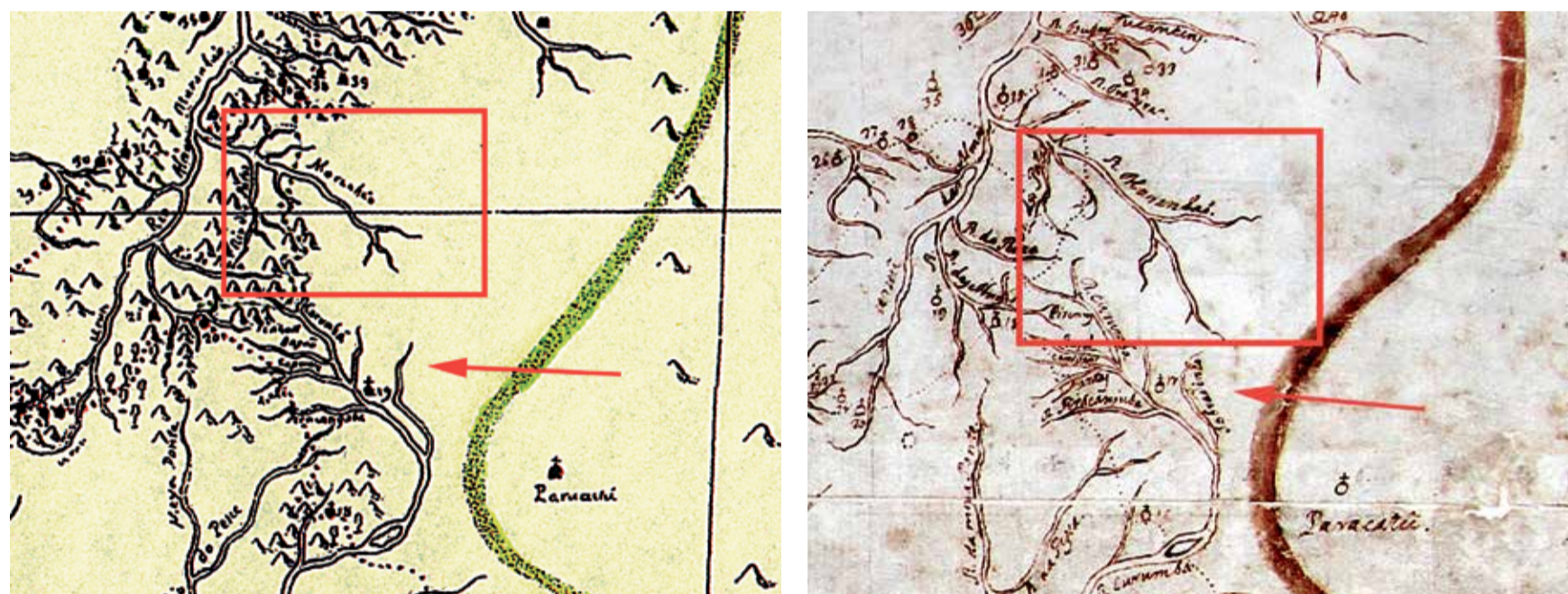


Figura 2 – Pormenores dos mapas de Tosi Colombina e Ângelo dos Santos Cardoso. No quadrado vermelho as diferentes representações das cabeceiras do rio Maranhão. A seta vermelha aponta as discrepâncias em relação ao topônimo Sobradinho.

conhecido na ocasião da viagem que fez com o governador Gomes Freire, e a ausência no mapa assinado por Tosi Colombina; e d) somente a representação do cartógrafo italiano menciona o relevo em cadeia, contudo não apresenta exatidão, parecendo mais referências às serras que compõe o cenário geológico das chapadas do Centro-Oeste.

Com tais discrepâncias, tudo indica que os mapas não teriam a mesma autoria. Sendo assim, a historiografia tem, ao longo dos anos, equivocadamente considerado o mapa de Cardoso como sendo o primeiro mapa de Colombina.

Em 12 de setembro de 1753, o Conde dos Arcos encaminhou ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real, uma carta em atendimento à ordem de Dom José I, que cobrava o fornecimento de informações claras e precisas sobre os arraiais, os caminhos e distâncias entre as minas, os postos fiscais e a arrecadação dos tributos.

O documento está relacionado no acervo do AHU com o número 603 (AHU_ACL_CU_008, Cx. 9, D. 603). Juntamente ao ofício seguiram dois mapas, sem assinatura, que, desmembrados do referido documento, estão catalogados na cartografia de Goiás como: AHU_CARTm_008, D. 0866 /D.867, neste GUIA p. 57 e 58.

Pelas características das atribuições de secretário de governo, é de se considerar que o documento 603 tenha sido redigido por Cardoso e assinado pelo Conde dos Arcos. Reforça a suspeita, a grafia e o estilo da redação, semelhante ao do documento que Cardoso enviou ao Marquês de Pombal. Nos mapas, encontram-se as mesmas características dos anteriores, os limites, o Sobradinho, as cabeceiras do rio Maranhão, a grafia de sertão (cabe a observação que em um dos mapas, “sertão” está grafado “Certam”).

Conde dos Arcos encontrava dificuldades em cumprir suas funções na capitania, o amplo território



rio e a distância entre os arraiais tornavam a administração uma tarefa de difícil execução. O controle sobre as finanças, a arrecadação do ouro e o policiamento para evitar o extravio e os impostos aplicados à população e, associado a tudo isso, o combate da corrupção com aplicação das leis, necessitava de aparato que o governo não possuía. Era fato que as informações sobre a capitania careciam de precisão. Naturalmente, não era fácil dar conta de 31 povoados, reduções de índios e fazendas interligando estradas e caminhos e as dificuldades em manter suas condições de trânsito, a presença da Igreja com o poder dos párocos e do bispado, funcionários e autoridades do governo que respondiam ao rei gerando conflitos com o poder do governador, o trânsito de mineradores e comerciantes e, para completar, os limites de fronteira constantemente contestados por Mato Grosso.

Os documentos cartográficos ajudariam Dom Marcos de Noronha a transmitir o cenário de tamanhos problemas. A iconografia representa o ambiente físico, composta pela legenda e o texto da carta ao reino que por sua vez procuram comunicar o ambiente social da Capitania de Goiás.

porem para de algum modo/dar cumprimento ao que o mesmo senhor me determina, ponho na sua/Real presença o mapa desta capitania que junto com esta [carta] remeto./Não o ofereço como o mais exacto; mas por ser feito conforme/as melhores, e mais exactas averiguações que atégora se tem/podido adquirir. Nele se mostra a cituação dos arrayaes/deste governo; e as distancias que medeão de huns a outros, as partes/em que presentemente se achão estabelecidos os registros do contra/das entradas, advertindo, que a cituação dos arrayaes hé das pro-/prias minas, dos seus respectivos nomes, porque não costum/haver arrayal, senão donde há minas, e com o próprio mapa/tenho dado a melhor informação que pude haver. (AHU_ACL_CU_008, Cx. 9, D. 603)

Eis que o texto procura informar o rei sobre o formato da ocupação e localiza, geograficamente, os povoados como espaços de fixação e de exploração, locais onde a vida se organiza na colônia.

Continua o texto por abordar a localização dos Registros (7), cujos contratadores reivindicavam a mudança dos postos fiscais para próximo dos arraiais ou para o seu interior, situação esta que alguns já se encontravam. Os contratadores não queriam que os Registros ficassem distantes dos povoados, locais que concentravam a captação do ouro e naturalmente o comércio vindo dos portos. Portanto, os arraiais eram os pontos mais rentáveis para o recolhimento pelos Registros dos impostos das Entradas, que era o tributo que incidia sobre as mercadorias importadas e as de origem local e que circulavam entre os povoados.

A coroa portuguesa considerava mais conveniente colocar em leilão a cobrança de um determinado tributo por meio de contratos em que se acordavam o tempo de duração e o valor que o contratador deveria pagar ao Estado. Se, ao final do período de vigência do acordo, o contratador conseguisse cobrar dos contribuintes um valor superior ao acordado com a Coroa, ele teria lucro. Se o valor arrecadado fosse infe-

rior, ou se parte importante da cobrança não pudesse ser feita, ele amargaria prejuízo (CARRARA, 2011).

A instalação de postos tributários distantes dos centros do comércio, no curso de estradas ou nas fronteiras da capitania, dificultaria o controle sobre o extravio do ouro e mercadorias, o que resultaria em menor arrecadação e o conseqüente prejuízo do contratador. Reclamavam, também, que os gêneros das fazendas do sertão não passariam pelos Registros instalados fora dos povoados, acarretando a não cobrança dos direitos.

Por outro lado, os comerciantes do sertão argumentavam que pagavam direitos outros, mesmo sem passar pelos Registros. Portanto, preferiam entrar “para dentro dos Registros”, ou seja, estar submetidos à tributação única dos postos fiscais.

Era nas fazendas localizadas do sertão do Paranã ao Sertão das Terras Novas que os fazendeiros, além da criação de gado *vacum* e cavalariço, produziam produtos como farinha, carne seca, milho e bananas, gêneros comercializados nas minas. Insatisfeitos com o excesso fiscal, os moradores do Sertão das Terras Novas encaminharam requerimento ao governador de São Paulo, Dom Luís Mascarenhas. Reivindicaram a isenção do imposto do quinto, pois entendiam, e com razão, que era cobrança indevida, pois deveria ser destinada somente aos mineradores. Já bastava a cobrança de uma oitava de ouro por cabeça de gado que entrava para o comércio nas minas (BERTRAN, 2000, p. 62-64). Vale mencionar que os fazendeiros paga-

vam à Igreja o imposto do dízimo, cobrado até o ano de 1751. Quando passou para o controle do Estado, a taxa era de 10% sobre produtos agropastoris.

Este documento é de 1740. O objeto do questionamento é o mesmo da discussão que contextualizou a carta do Conde dos Arcos e o da elaboração dos mapas 13 anos depois. O arrecadamento de tributos impostos pela Coroa era assunto espinhoso e demasiadamente injusto, pois novos tributos eram sistematicamente criados, sem considerar a capacidade de renda e pagamento dos moradores.

Dois campos sinalizados por traços coloridos informam, nos mapas, a localização das áreas onde se concentravam as fazendas de gado. As respectivas legendas fornecem informações semelhantes, cujo conteúdo procura descrever a região. Sinalizam que os

(7) Registros e Contagens eram postos fiscais em que o tributo de importação - Entradas - era cobrado sobre os gêneros que dessem “entrada”, como o nome indica, nas novas minas. E onde o ouro em pó obtido nas transações mercantis fosse substituído pelas barras já quintadas, isto é, aliadas em 20% de seu peso, a título do imposto do Quinto, de propriedade pessoal do rei de Portugal, pela graça de permitir aos súditos a lavra em terras minerais do Reino (BERTRAN, 2000, p. 82-83).

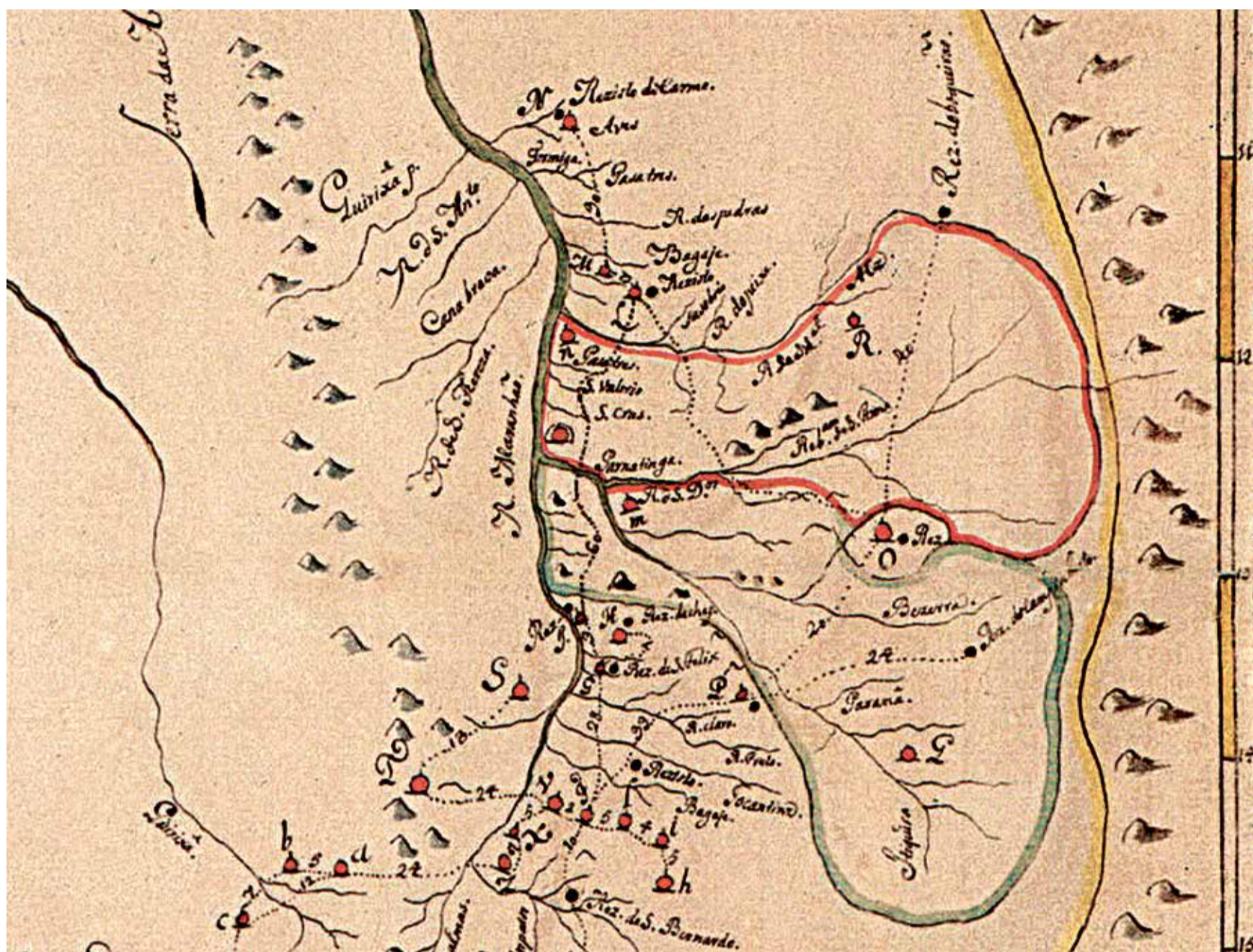


Figura 3 – Pormenor do mapa D. 866, onde se vê a delimitação da área que compreende as fazendas de gados.

“dous pequenos circulos, hum azul, e outro em carnado, não são terras mineraez e so nelas se achão fazendas de gados” (AHU_CARTm_008, D. 0866). Prossegue a explicação ao pontuar que o “certão de gados chamado Paranã, ou Itiquira que compreende todo o circullo azul”, o “certão de gados chamado Duro onde esta cituada a aldeia do gentio”, este dentro dos limites do anterior, e que a outra área delimitada é conhecida por “Barra da Palma, ou Terras Novas certão de gados [...], o qual territorio demarca o circulo em carnado”. Eis que as fazendas dividem o espaço com poucos arraiais e uma redução de índios, conforme representado no mapa. Entre os dois círculos, azul e carnado, localiza-se um arraial minerador, Arraias, representado em círculo menor e relacionado na legenda (Figura 3).

Havia, como pano de fundo nesse cenário, a reforma no método de cobrança dos impostos sobre a arrecadação do ouro e diamantes. A capitação era o sistema de tributação elaborado e defendido por Alexandre de Gusmão, como proposta para reduzir a quantidade de tributos pagos e permitir o controle eficaz diante da facilidade de se esconder e extraviar o ouro e diamante nas minas, resultando em prejuízos ao erário real. Este sistema vigorava desde 1735, quando foi extinto pela Lei de 3 de dezembro de 1750, a partir da revi-

são feita por Sebastião José de Carvalho e Mello restituindo o imposto do quinto. Era o início do governo de Dom José I, e os primeiros passos do Marquês de Pombal nas profundas reformas que pretendia aplicar em Portugal e nas colônias, principalmente no Brasil. O controle sobre a arrecadação, que passava pela vigilância e punição ao descaminho e a corrupção, era ponto focal na política de Carvalho e Mello.

As legendas nos mapas comunicam a existência de 15 Registros, indicados pela iconografia correspondente e observável nos desenhos. Também relacionados, estão os arraiais e a sede “Villa Boa de Goyaz”, com a iconografia diferente dos demais povoados, e conforme a legenda é a referência para “a qual servira de ponto fixo, ou centro para seguir-se aos mais arayaes”. A cartografia mostra os povoados, identificados por símbolos e letras que correspondem à legenda. As distâncias são identificadas em números em meio ao trajeto pontilhado, que correspondem à descrição dos Registros relatados no documento textual.

As Cartas de ornaõ muyto, e se/fazem mais distintas, assinalando/as povoaçoens com os seus sinaes/de Capital [...] /Estes sinaes se costu-/maõ pór nas grimpas dos campana-/rios, que representaõ hua povoa-/ção, sendo humas mais avultadas,/ que outras, confor-



me a grandeza/dos lugares, e sempre deve avultar/mais que todas a que for Capital; e/como estas occupaõ mais espaço no/papel, para se tomar a sua distancia/a qualquer outra, deve ter no meyo/huma cifra, e hum pontinho no/meyo dela para notar a sua justa/posição. (FORTES, 1722, p. 196)

Em se tratando de mapas portugueses do século XVIII, a análise iconográfica deve levar em conta as orientações do “Tratado do modo o mais fácil e exacto de fazer as cartas geográficas, assim de terra como de mar, e tirar as plantas das praças”, de 1722, trabalho de Manoel de Azevedo Fortes, Engenheiro-mor responsável pela reformulação do ensino cartográfico em Portugal. Os ensinamentos de Azevedo Fortes foram produzidos com base nas experiências profissionais do autor, e em conhecimentos difundidos por tratados surgidos na Itália, Holanda, França e Inglaterra desde o século XVI. Os padrões de uniformização da informação cartográfica, utilizando códigos, sinais, símbolos e cores, foram aplicados na produção do conhecimento sobre a América Colonial.

Nos setecentos, a produção cartográfica estava orientada à precisão científica, elaborada com base em técnicas, métodos e instrumentos. Os mapas das regiões das minas assumiram, nos séculos XVII e XVIII, a condição de importantes documentos para Portugal, sendo considerados segredos que deveriam ser protegidos. Naturalmente a padronização da comunicação facilitava a assimilação dos mapas (BUENO, 2011, p. 300-308). É perceptível, na cartografia aqui abordada, a articulação dos elementos, símbolos, cores e texto, com o propósito de comunicar o ambiente, atentando-se para a funcionalidade da informação.

Os limites estão traçados em aquarela nas cores ocre (1750) e amarelo (1751 e 1753). Os mapas organizados por Cardoso, 1750, e por Colombina, 1751, localizam a região no território do Brasil ao representar ao Norte o Maranhão, a Ilha de Joannes (atual Ilha de Marajó) e o rio Amazonas, grafado R das Amazonas (1750), e Rio das Amazonas (1751), e ao Sudeste as povoações da Capitania de São Paulo, entre elas Santos e São Paulo. A expressão “Destricto de Goyaz”(8), exposta no mapa de Cardoso, reforça os limites da capitania e a distribuição junto a outras em um mapa geral do Brasil.

A rede hidrográfica, bem salientada, era utilizada como caminhos fluviais de acesso à capitania já explorados à época dos mapas por sertanistas e demais viajantes. Um dos relatos mais antigos é o da viagem do tropeiro José da Costa Diogo, em 1734-1735, em busca de ouro pelo rio Tocantins até Belém do Pará (AHU_ACL_CU_008, Cx. 1, D. 12). Destaque para o rio Tocantins, grafado R. Tucantins (1750), e o rio Grande como os cursos mais caudalosos que a eles ligam-se canais secundários como ao primeiro, o R. Uruguaya e o R. Maranhão (1750 e 1753), Uruguaya e Rio Maranhão (1751), e ao segundo o R. Parnayba (1750), Parnayba (1751) e R. Parnahiba (1753). No limite setentrional, no curso do Tocantins está assinalado o Salto da Itaboca (1750 e 1751), Salto da Taboca (1753), queda d’água que oferecia desafio aos navegantes.

Ao Norte da capitania, observa-se a Ilha do Gentio Curumaré, cercada pelo rio Uruguai e a oeste tendo o rio das Mortes, disputado divisor natural entre Goiás e Mato Grosso. Complementa o cenário da cartografia, outras referências à presença indígena em espaços não ocupados pelo colonizador e, assim, denominados sertão, porém informados como posse portuguesa, uma vez que se encontram inseridos nos limites demarcados.

O relevo está representado por símbolos em meio aos arraiais auríferos, ao longo dos caminhos e entre as cabeceiras dos cursos d’água, com exceção do mapa de 1750 que não consta nenhuma simbologia deste aspecto. Sem a preocupação com a exatidão, mas parecendo querer informar ao leitor a existência das formações na região e a relação com a ocorrência dos achados minerais em meio a elas, nas margens dos cursos d’água que correm nos vales. No Nordeste da capitania, está assinalada a Serra dos Geraez, ou Geraes, formação geológica que, naturalmente, foi assumida como fronteira.

Assim, quer nos parecer que Ângelo dos Santos Cardoso, português, secretário do governo de Dom Marcos de Noronha, em suas atribuições, cumprindo o propósito de descrever a Capitania de Goiás, assessorando o governador e Coroa, organizou aquele que pode ser o primeiro mapa da Capitania de Goiás e dois outros, os primeiros a localizar os Registros e Contagens, e a demonstrar a espacialização territorial sinalizando as áreas de gado e plantio, e as terras minerais. Seu trabalho (relatórios e mapas) contribuiu para a administração do processo de ocupação na colônia e serviu de base documental ao governo de Portugal nas disputas diplomáticas pelo território.

Tudo indica que Paulo Bertran (2002) concluiu, acertadamente, que Ângelo dos Santos Cardoso “foi o primeiro cartógrafo do Brasil Central, o qual forneceu seu mapa pioneiro ao italiano Tosi Colombina, e para este ficou toda fama depois”.

Sem dúvida, a configuração dos mapas organizados por Cardoso resultou em um padrão cartográfico observável na cartografia de Goiás até final do século XVIII. Os mapas confeccionados após o período no qual Cardoso desempenhou as funções como secretário tomaram como base o conjunto organizado por ele, e contribuíram para fundamentar os argumentos do discurso da posse portuguesa no território. Na elaboração do historiador Elias Manoel da Silva, exposta na Introdução deste GUIA, criou-se o “Padrão Cartográfico”. O contínuo ato de mapear demonstrou-se como uma estratégia de posse. A produção ininterrupta do conhecimento sobre a região contribuiu para a estruturação do poder do Estado, que pode ser constatada na organização das divisões administrativas das capitanias, nas medidas adotadas em relação aos núcleos de povoamento e controle social, finanças, justiça, militar, logística de comércio e abastecimento de gêneros e mão de obra.

(8) Cf. Bluteu, “districto” significa espaço de terreno dentro de certos limites.



No intervalo de três anos, de 1750 a 1753, foram elaborados quatro mapas da Capitania de Goiás, comunicando “visualmente” ao poder central português, a governança no território colonial. Conforme Bellotto (1986, p. 265), na lógica do absolutismo instalado no século XVIII, o tempo administrativo era crucial para o exercício do bom controle das capitanias, ou seja, a administração centralizadora localizada em Lisboa preocupava-se com duração da tramitação das tomadas de decisões entre as autoridades e os súditos, em consequência das distâncias continentais e no imenso território do Brasil.

Abastecer a Coroa de informações era a exigência de Pombal como primeiro ministro de Dom José I, imposta aos mandatários que assumiam os governos das capitanias e, por extensão, a todo corpo burocrático de servidores do Estado. Estes, por sua vez, participavam a favor da nova conjuntura política, compreendiam que a colônia não poderia ter uma administração distanciada e sim mais presente. Considerados homens de confiança do primeiro ministro, intentavam e se esforçavam em cumprir as instruções conferidas pelo poder central.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADONIAS, Isa. Mapas e planos manuscritos relativos ao Brasil colonial: 1500-1822. Rio de Janeiro: MRE, 1960.

ALENCASTRE, José Martins Pereira. Anais da província de Goiás 1863. Brasília: Gráfica Ipiranga, 1979.

ALVES CARRARA, Angelo. A administração dos contratos da Capitania de Minas: o contratador João Rodrigues de Macedo, 1775-1807. *Am. Lat. Hist. Econ. México*, n.35, jun. 2011. Disponível em: <www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-22532011000100002>. Acesso em: 29 set. 2013.

BARBO, Lenora de Castro; SCHLEE, Andrey Rosenthal. A cartografia histórica e os caminhos de ocupação do atual Distrito Federal, In: Anais do III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Ouro Preto – MG, Brasil, 2009.

BERTRAN, Paulo. História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. Brasília: Verano, 2000.

BLUTEAU, Raphael. Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v.

BUENO, B. P. S. Desenhando o Brasil: o saber cartográfico dos cosmógrafos e engenheiros militares da colônia e do império. In: Roteiro prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Desenho e Desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2011.

BURKE, Peter. Testemunha ocular: história e imagem. São Paulo: EDUSC, 2004.

CAPELA, José Viriato (Coord.). As freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Casa Museu de Monção, 2005.

COELHO, Gustavo Neiva. Iconografia Vila-Boense. Goiânia: UFG, 2013.

CORTESÃO, Jaime. O Tratado de Madri. 2 v. Brasília: Senado Federal, 2001.

COSTA, Antônio Gilberto. Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil império. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

DANTAS, Bento Ribeiro. Ciência & Navegação: caminhos para o descobrimento do Brasil. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2007.

FARIA, Maria Dulce de. Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011.

FELDMAN-BIANCO, Bela; e MOREIRA LEITE, Miriam L. (Orgs.). Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. São Paulo: Papirus, 1998.

FORTES, Manoel de Azevedo. Tratado do modo mais fácil e exato de se fazer as cartas geográficas, assim de terra como de mar, e tirar as plantas das praças. Lisboa, 1722.

FURTADO, Junia Ferreira. Apresentação. Revista do Arquivo Público Mineiro, Ouro Preto, ano XLVI, n. 2, p. 24-25, julho/dezembro 2010.

GARCIA, João Carlos (Org.). A mais dilatada vista do mundo: inventário da coleção cartográfica da Casa da Índia. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2002.

HARLEY, J. B. La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografía. México: FCE, 2005.

MANIQUE, Luís de Pina. O convênio luso-brasileiro de 1867 sobre cartografia portuguesa. Trabalho apresentado ao IV Congresso de História Nacional, Bahia, 1949.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes; CARDIM, Pedro. Seleta de uma sociedade: hierarquias sociais nos documentos compilados por Diogo Barbosa Machado. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes et al. Raízes do privilégio: hierarquias sociais no mundo ibérico do Antigo Regime. Rio de Janeiro: Record, 2011.

MORAES, Antônio Carlos. Território e história no Brasil. São Paulo: Anna Blume, 2005.

RAMOS, Fábio Pestana. No tempo das especiarias: o império da pimenta e do açúcar. São Paulo: Contexto, 2004.

SALLES, Gilka V. Ferreira de. Economia e escravidão na Capitania de Goiás. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.

VIEIRA JÚNIOR, Wilson; SCHLEE, Andrey Rosenthal; BARBO, Lenora de Castro. Tosi Colombina, autor do primeiro mapa da Capitania de Goiás? In: Congresso Brasileiro de Cartografia: Cartografia, ferramenta para ordenamento e gestão territorial, XXIV, 2010, Aracaju. Anais. [S.l.]: Sociedade Brasileira de Cartografia, 2010.

Projeto Resgate Barão do Rio Branco, Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), cotas dos documentos avulsos referentes a Capitania de Goiás citados no texto:

AHU_ACL_CU_008, Cx. 1, D. 12

AHU_ACL_CU_008, Cx. 6, D. 495

AHU_ACL_CU_008, Cx. 6, D. 429

AHU_ACL_CU_008, Cx. 8, D. 554

AHU_ACL_CU_008, Cx. 8, D. 554

AHU_ACL_CU_008, Cx. 12, D. 740

AHU_CARTm_008, D. 866 /D.867

Documentos cartográficos

CARDOSO, Ângelo dos Santos. Mapa da Capitania de Goiaz. O prim.ro mais ajustado, que lá apareceu até aquele tempo, e o menos distante da verdade da destrebuiaçã desta Comarca, e seos Arrayaes, mostrando o cam.o, que vem da Vila de Santos a esta Capital, e daqui ao Cuyabá, Mato Grosos, Rio da Madeira, té o das Amazonas. 1750. Mapa, Escala [ca. 1:4.750.000]. Mapoteca do Itamaraty.

COLOMBINA, Francisco Tosi. Mapa geral da Capitania de Goyaz. 1751. Arquivo Histórico do Exército.

MAPA geral da Capitania de Goiás. 1753. Arquivo Histórico Ultramarino.

TRANSCRIÇÃO PALEOGRÁFICA

Transcrição dos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, feita por Wilson Vieira Júnior. Normas orientadoras: César Nardelli Cambraia, Heitor Megale et. al., 2005, Normas para Transcrição de Documentos Manuscritos para a História do Português do Brasil. In: MEGALE, Heitor, e TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida Toledo (Orgs.). Por Minha Letra e Sinal: documentos do ouro do século XVII. São Paulo: Ateliê Editorial, p. 145-148.



MAPOTECA HISTÓRICA DO ITAMARATY

MAPA DOS LIMITES DA CAPITANIA DE GOIÁS (1)



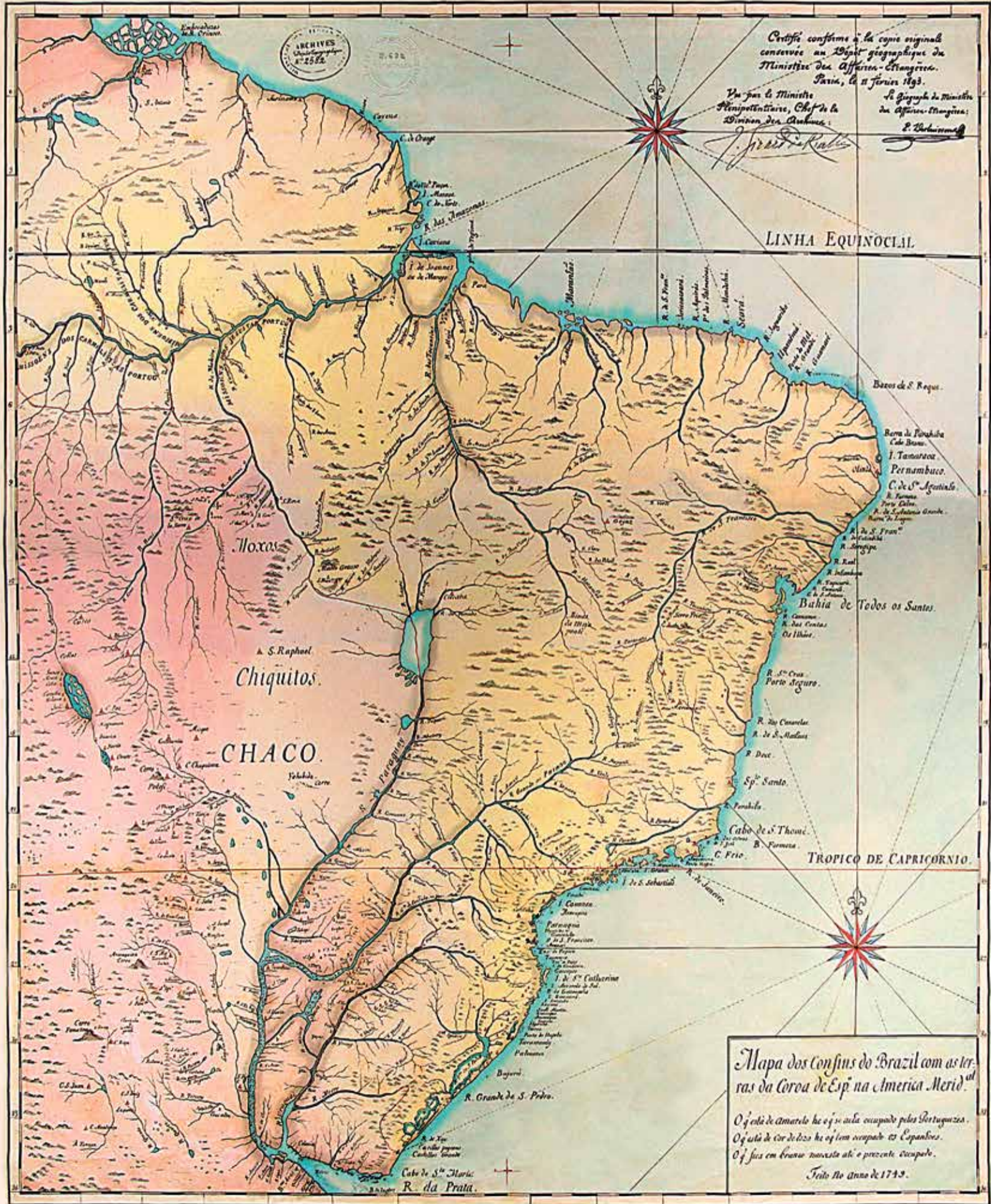


MAPA DOS CONFINS DO BRASIL COM AS TERRAS DA COROA DE ESPANHA NA AMÉRICA MERIDIONAL - "Mapa das Cortes"(6)

*América do Brasil N.º 11, 20 folhas
em N.º 2 e 3 do N.º 11 de 1763*

Mapa de Cortes

B



Y 209/2-123



MAPOTECA DO ITAMARATY Rio de Janeiro/RJ

MAPA DOS LIMITES DA CAPITANIA DE GOIÁS (1)

Primeiro mapa dos limites da Capitania de Goiás elaborado a pedido do Secretário da Capitania Ângelo dos Santos Cardoso. Abrange também a Capitania de Mato Grosso e parte da de São Paulo. Assinala os limites de Goiás que, do lado ocidental, estão traçados pelo Rio das Mortes, desde as suas cabeceiras até as proximidades da confluência com o Araguaia, e pelo divisor de águas até as nascentes do Itacaiúnas. Essa configuração das fronteiras de “Goyaz” era a proposta de Dom Marcos de Noronha, Conde dos Arcos, primeiro governador e Capitão-General da Capitania de Goiás (1749–1754), apresentada em ofício encaminhado em 12 de janeiro de 1750 ao Governo português. Mostra igualmente as comunicações entre as bacias do Prata e do Amazonas.¹

Lista 47 lugares representados no mapa. “Identificou os caminhos de Vila Boa para os arraiais, para Cuyabá, notificou com pontilhados os acessos entre os sítios, com indicação das léguas marcando as distâncias. Assim como todos os caminhos levavam a Roma no império antigo, todos os caminhos dos sertões partiam do arraial de Vila Boa. Esta representação reflete o interesse político de um discurso, que oportunamente, ilustrou o arraial como centro político e econômico em detrimento de outros, como Jaraguá e, principalmente, Meia Ponte”.²

Para maiores informações sobre o contexto político, econômico e social da elaboração deste mapa, o primeiro de “Goiáz”, bem como de outras especificidades sobre ele, consultar o artigo “Primeiros mapas da Capitania de Goiás”, do historiador Wilson Vieira Júnior. (Cf. neste GUIA p. 32)

Leitura paleográfica:

- 1 Sanctos.
- 2 S. Vicente.
- 3 Fortaleza da Barra Grande.
- 4 Forte da Bertioiga.
- 5 Conceição.
- 6 Iguapy.
- 7 Cananea.
- 8 S. Paulo.
- 9 Parnayba.
- 10 Ytú.
- 11 Araraytaguaba.
- 12 Sorocaba.
- 13 Jundiay.
- 14 Mogy.
- 15 Arrayal dos Bororos governados p.lo Cor.el An.to Pires de Campos.
- 16 Sancta Cruz.
- 17 S. Luzia.
- 18 Meya Ponte.
- 19 Jaraguá.
- 20 Ouro Fino.
- 21 Ferreiro.
- 22 Villa boa.

- 23 Barra.
- 24 Anta.
- 25 Pilloens.
- 26 Crixá.
- 27 Guarinos.
- 28 Pillar, ou Papoam.
- 29 Agoa quente.
- 30 Trayras.
- 31 S. José.
- 32 S. Rita.
- 33 Moquem.
- 34 Chapada de S. Gonçalo.
- 35 Morinhos ou Amaro Leite.
- 36 Corriola.
- 37 Carlos Marinho, ou S. Felix.
- 38 Chapada de S. Felix, ou de Carlos Marinho.
- 39 Cavalgante.
- 40 Paranã, ou Itiquira.
- 41 Arayas.
- 42 Barra da Palma ou [terras novas].
- 43 Duro.
- 44 Nativid.e.
- 45 Pontal.
- 46 Descuberto do Carmo.
- 47 Missão dos P.P da Comp.a.

Referências:

1. VIEIRA JÚNIOR, Wilson. SCHLEE, Andrey Rosenthal. BARBO, Lenora de Castro. Tosi Colombina, autor do primeiro mapa da Capitania de Goiás? XXIV Congresso Brasileiro de Cartografia, Aracaju/SE, Brasil, 16 a 20 de maio de 2010.
2. BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. Urbanização em Goiás no século XVIII. Tese de Doutorado apresentada na FAU-USP, 2007, p. 84-85.
3. ADONIAS, Isa. Mapas e planos manuscritos relativos ao Brasil colonial: 1500–1822, Rio de Janeiro: MRE, 1960.

Fonte – Mapoteca do Itamaraty

Medidas – 62cm × 50cm

Data – 1750

Localização – Ficha da Região Centro-Oeste

A DERROTA DAS CANOAS DE ARARATIGUABA ATÉ O CUIABÁ (2)

Mapa que contempla a Capitania de Goiás e a região meridional da América portuguesa até a foz do Rio da Prata. Ao sul, o traço preto assinala os limites segundo o Tratado de Madrid (1750) e o pontilhado assinala o Tratado de Santo Ildefonso (1777). Descreve as “derrotas”, ou seja, os roteiros de viagens, principalmente pelas vias fluviais partindo do porto de Araratiguaba, no mapa nomeado como “Araratiguaba”, no Rio Tietê, até Cuiabá e Mato Grosso, e também o roteiro fluvial de Cuiabá para o Grão Pará, além de outros trajetos.

As informações para a elaboração do mapa foram colhidas com os melhores pilotos. Por terra, apresenta a “derrota” de São Paulo para os campos de Viamão no sul e para Goiás em direção a “Cuyabá”.



Levando em consideração que este mapa apresenta, ao sul, os limites propostos no Tratado de Madrid de 1750 e o do Tratado de limites de Santo Ildefonso 1777, consideramos que esse exemplar foi elaborado a partir da data deste segundo Tratado. Contudo, vários elementos gráficos e informações indicam características de mapas anteriores e de informações novas:

- Os limites da Capitania de Goiás, indicado por linha pontilhada, segue o primeiro mapa de Goiás de Ângelo dos Santos Cardoso (Cf. neste GUIA p. 42), conforme a proposta de Dom Marcos de Noronha contida no ofício de 12 de janeiro de 1750, dirigido ao monarca português.
- A representação cartográfica na parte acima do “Trópico de Capricórnio” também é muito semelhante ao mapa de Ângelo dos Santos Cardoso de 1750, enviado a Portugal no contexto da preparação do Tratado de Madrid. Abrange, contudo, a região ao sul do Trópico de Capricórnio até o Rio da Prata.
- Os topônimos também são quase todos iguais aos de Ângelo dos Santos Cardoso. Este mapa, contudo, omite vários nomes de rios, apesar de indicar graficamente os seus cursos. A palavra “Certões” é grafada com “C”, característica dos mapas que seguem o padrão do mapa de Ângelo dos Santos Cardoso.
- A caixa de texto à direita, contudo, é quase cópia do mapa de Francisco Tosi Colombina de 1751, considerado o 2º mapa de Goiás e que traça os limites das fronteiras daquela capitania, diferente da proposta do Governador Dom Marcos de Noronha. (Cf. neste GUIA p. 135-136)
- Informação nova: a caixa de texto do lado esquerdo não consta nem no mapa de Ângelo dos Santos Cardoso de 1750, nem no mapa de Francisco Tosi Colombina de 1751. O texto, que apresenta a viagem dos cabos de expedição, João Rapozo e Antonio de Almeida Falcão, é detalhadamente descrito nas páginas 314 e 315 da GENEALOGIA PAULISTANA de Luiz Gonzaga da Silva Leme, publicada em 1904. Ali se afirma: “Em 1753, quando tinha 75 anos de idade, o mestre de campo Antonio de Almeida Falcão foi chamado para dirigir um empreendimento [...]: era preciso descobrir navegação que fosse dar ao sertão, que fica entre o Rio Grande e Vila de Corumatim da cidade de Paraguay, para que os marcos destinados a paragem de Sete-Quedas podessem para aí ser transportados”.¹ A mapoteca do Itamaraty possui mapa dessa viagem a mando de Gomes Freire de Andrade.

Concluimos que o mapa “A derrota das canoas de Araratiguaba até o Cuiyabá” foi originalmente elaborado no contexto dos trabalhos de fronteira e da colocação dos marcos definidos pelo Tratado de Madrid de 1750 a partir do padrão iniciado com o mapa de Ângelo dos Santos Cardoso, com acréscimos de texto do mapa de Francisco Tosi Colombina que também pertence a esse padrão.

Portanto, elementos desses dois mapas estão fundidos na presente carta.

Entretanto, o mapa apresentado neste GUIA é provavelmente uma cópia de algum mapa anterior e foi elaborado a partir de 1777 à luz das novas decisões de fronteiras entre Portugal e Espanha promovidas no Tratado de Santo Ildefonso, como pode ser percebido ao Sul, pela linha pontilhada ao lado da linha contínua, do Tratado de Madrid.²

OBJEÇÃO A ESSA DATAÇÃO:

Na elaboração da introdução deste mapa, fomos confrontados com a seguinte objeção: a linha identificada como sendo do “Tratado de Santo Ildefonso” é pontilhada, mesma técnica usada para a identificação dos roteiros de viagem no restante do mapa. Portanto, essa linha não se refere a esse Tratado. É apenas a identificação de um caminho.

Nossa resposta:

1 – De fato, todos os roteiros descritos nas duas caixas de texto possuem representação por meio de uma linha pontilhada. Contudo, essa linha pontilhada específica, que identificamos como relativa aos limites do Tratado de Santo Ildefonso, não é apresentada em nenhuma das duas caixas de texto, onde há a informação dos responsáveis pelo caminho. Nenhum dos roteiros descritos textualmente faz referência a essa linha pontilhada. Portanto, não deve ser entendida necessariamente como traçado de caminho, já que, se assim fosse, deveria vir descrita nas caixas de texto.

2 – Ressalte-se que, neste mapa, os limites da “Capitania de Goyaz” são identificados com uma linha pontilhada. Portanto, as linhas pontilhadas não são usadas pelo autor apenas para identificar os roteiros de viagem, mas também limites territoriais. Dessa forma, interpretarmos que a linha pontilhada mais ao sul do mapa seja referência ao Tratado de Santo Ildefonso está conforme o uso feito pelo autor do mapa quando usou a linha pontilhada para se referir aos limites territoriais de “Goyaz”.

3 – O Tratado de Santo Ildefonso determina: “*o dominio de Hespanha na referida margem Septentrional até á Linha divisoria, que se formará, principiando pela parte do mar no Arroyo de Chui, e Forte de S. Miguel inclusive, e seguindo as margens da lagoa Merim a tomar as cabeceiras, ou vertentes do Rio Negro, as quaes, como todas as outras dos Rios, que vão a desembocar nos referidos da Prata, e Uruguay, até a entrada neste ultimo Uruguay do dito Peperi-guaçú, ficarão privativas da mesma Coroa de Hespanha*”. Ora, a linha pontilhada indica exatamente, em suas extremidades, as referências indicadas pelo texto do Tratado. Inicia ao sul no Rio Chuí e Forte São Miguel, ou como grafado neste mapa, Rio “Xuy”, e vai a Oeste em direção às “Vertentes do Rio Negro”, seguindo para o Norte até o Rio Peperi-Guaçu ou, como grafado neste mapa, “Pequiri”. No mapa consta o desenho do Forte São Miguel a Oeste da foz do Rio “Xuy”.

Leitura paleográfica:

“A derrota das Canoas de Araratiguaba até o Cuyabá de pois ao Mato groço por rios como por terra he com informação dos milhores Pilotos. A Derrota que com Canoas fez João de Souza de Azevedo do Cuyabá até o Grão Pará voltando pelo R. Madeira ao Mato groço foi por informação de D.or Joze Matias, que mandou á Colombina. A Derrota q. vay de Villa Boa ao Cuyabá foi feita pelo Cap.am mor Diogo Joze Pereira como também a informação da nova Derrota para o Grão Pará com Canoas do Cuyabá, subindo o mesmo Rio e buscando outras vertentes do Rio Preto até dar na primeira Derrota do dito João de Souza que vão denotadas com pontinhos pretos pelas margens dos Rios. O Curço do rio das Amazonas até o Grão Pará he copiada da Navegação de M. de Condamine o qual se deve todo



o credito. A Derrota do Pontal da Nativid.e pelo Rio Tucantins e Canaes, chamados guarapes até o Grão Pará he informação do Capitão Francisco de Almeyda descobridor das Minas das Arrayaz que fez tal viagem: O mais he por outras informaçoes e o mais interior não se sabe senão muito confuzamente. Os pontinhos pretos da Villa Boa até o Cuyabá de Marcão a comunicação destas duas Villas, e continuão a mostrar até o Mato Groço, quando se vai por terra por que quando se vai em canoa se desce o Rio Cuyabá, e o dos Porrudos, se sobe o Paraguay, e o Jauru ate onde atraveço o Caminho de terra que se segue deixando as Canoas. Os pontinhos de Villa do Cuyabá quando descem pelas margens e alveos do mesmo Rio e o dos Porrudos, sobem o do Paraguay e Sapetiba, denotão o Caminho que fez João de Souza de Azevedo, quando passou por terra até o Rio Sumidouro, pela qual descendo, e pelos Rios Tapayos e Amazonas, foi a Grão Pará, e fez o seu regreço pelo de Amazonaz, e Madeira até Matto Groço. Os pontinhos da Villa de Cuyabá que sobem para a Margem do dito Rio e atraveção ate dar no Rio Preto, e no dos Arinos, denotão a Viagem de Canoas que novamente se descubrio, e faz comunicável a da Villa com o Grão Pará. Os Pontinhos no Rio Tucantins que principião onde são dous sinais de Sítios onde comença as Povoações do Grão Pará denotão a Viagem que agente da Natividade em Barcando-se em Canoas no Pontal, chegam em onze dias até as ditas rrossas, ou Povoações; e destas ate os Canaes, ou como chamão guarapes em dous dias, e por elles trez que fazem dezaseis dias ate o Grão Pará; porem asubida se reputa impossível; por que a descida so se faz em tempo de cheyas: mas fácil se supoem a comunicação de Villa Boa com o Grão Pará embarcando-se dous dias de Viagem abaixo do Rio Vermelho perto do Arrayal de Santa Anna no Rio Vermelho que entra no Rio Grande do Caminho do Cuyabá que com o nome de Araguaya entra no Rio Tucantins; por q já o defunto Coronel Antonio Pires de Campos com os seus Borores indo em busca do Gento bravo na Ilha do Curumaré navegou felis mente ate a ponta do morro da dita Ilha, tendo-se embarcado no dito Rio grande onde é a passagem no Caminho da Villa Boa para o Cuiaba; Alguns dos Primeiros descobridores dos Goayazes achando-se perdidos se embarcarão no Rio Uruú 6 legoas abaixo de Villa Boa e descendo por elle e pelos Rios das Almas, e Maranhão, e Tucantins forão ao Grão Pará”.

[segue legenda ilegível]

O Capitão João Rapozo, e o Mestre de Campo Antonio de Almeyda Falcão, Cabos da Espedição que por ordem do General o Senhor Gomes Freire de Andrade, foi fazer o Governador Ignacio Eloy de Madureira em S. Paulo para hir encontrar com o Thenente Coronel Joze Custodio quando hia continuando a demarcação da parte da America Meridional com os Cosmografos de Portugal, e Castella, puzerão de Araraytaguaba ao fim da Viagem no Rio que sepende(?) Yguary ou Ygatemí 1 que dizem são 15 Legoas a Villa [ilegível] 1 dous mezes e 27 dias. Na volta poz o dito Mestre de Campo 39 dias o Rio Grande ou Paraná tem de largo ao pé do Salto ou 7 quedas 1 Legoa, e 3 quartos.

- 1 Villa e Praça de Sanctos
- 2 Villa de S. Vicente
- 3 Fortaleza da Barra grande
- 4 Forte da Bertioga
- 5 Villa Conceição
- 6 Iguape
- 7 Curitiba
- 8 São Paulo
- 9 Paranaíba
- 10 Itú
- 11 Araritagubá
- 12 Sorocaba
- 13 Jundiáhy
- 14 Mogi-guassu
- 15 Arrayal dos Bororos
- 16 Sta. Cruz
- 17 Sta. Luzia
- 18 Meia Ponte
- 19 Jaraguá
- 20 Ouro Fino
- 21 Ferreiro
- 22 Villa Boa
- 23 Barra
- 24 Anta
- 25 Piloens
- 26 Crixá
- 27 Guarinos
- 28 Pillar ou Papoam
- 29 Agoa quente
- 30 Trayras
- 31 S. Joze
- 32 Sta. Ritta
- 33 Moquem
- 34 Chapada de S. Gonçalo
- 35 Morinhos ou Amaro Leite
- 36 Curriola
- 37 Carlos Marinho
- 38 Chapada de S. Felix ou de Carlos Marinho
- 39 Cavalgantes
- 40 Paraná ou Itiquira
- 41 Arrayaz
- 42 Barra da Palma ou Serras novas
- 43 Oiro
- 44 Pontal
- 45 Missõens dos P.es da Comp.a
- A. Mogi das Cruzes
- B. Aldeya da Escada
- C. Jacarahy
- D. Aldeya de S. Joze
- E. Taubaté
- F. Pindamonhangaba
- G. Goaratingueta
- H. Piedade
- I. Faão
- L. Ouro Fino
- M. S. Francisco de Paula
- N. S. Izabel
- O. Pedra
- P. Sta. Anna
- Q. S. Gonçalo
- R. Cambeyo
- S. Tajacara



Referências:

1. LEME, Luiz Gonzaga da Silva. Genealogia Paulistana. São Paulo, Duprat & Comp. 1904. Disponível em: <http://www.alfredo.com.br/arquivos/genea02.pdf>. Acesso em 9 set. 2013.
2. ADONIAS, Isa. Mapa – Imagens da formação territorial brasileira. Rio de Janeiro, Fundação Emílio Odebrecht, 1993, p. 340.
3. ADONIAS, Isa. Mapas e Planos Manuscritos relativos ao Brasil colonial conservados no Ministério das Relações Exteriores (1500-1822). Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação, Rio de Janeiro, 1960, p. 660-662.

Fonte – Mapoteca do Itamaraty

Medidas – 88cm × 48cm

Data – Século XVIII (não antes de 1750)

Localização – Ficha da Região Centro-Oeste. Este mapa está mencionado, sob o n. 186, no catálogo manuscrito de Luís da Ponte Ribeiro, que acompanhou a coleção que pertenceu a seu pai, Barão da Ponte Ribeiro, doada ao Itamaraty, em 1884. Figura também em outro catálogo manuscrito feito em continuação ao de 1876, com o n. 447.

CARTA DE TODA A PORÇÃO DA AMÉRICA MERIDIONAL (3)

O mapa apresenta a viagem que o governador da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, empreendeu em 1772 para Vila Bela da Santíssima Trindade, capital daquela capitania. Desta viagem elaborou minucioso “Diário de Viagem”, cujas anotações foram utilizadas na elaboração deste mapa.

Desprezando os caminhos até então conhecidos para atingir o Mato Grosso – dois, pelo sul, partindo de São Paulo, e o terceiro, da cidade de Belém, pelos rios Amazonas, Madeira, Mamoré e Guaporé – Luís de Albuquerque empreendeu o trajeto por vias desconhecidas, iniciando uma nova rota por terra, pelo centro do Brasil. Homem de iniciativa e de ação, não se intimidando com dificuldades nem com perigos, quis resolver o problema das comunicações diretas entre as capitanias do Brasil e do Mato Grosso, uma vez que pelos caminhos tradicionais, a demora era excessiva, não raro chegando as ordens régias às mãos do governador após quase dois anos. Mais de seis meses aguardou a ocasião de partir do Rio de Janeiro, pois, era necessário não só estudar o itinerário, preparar provisões, abrigos, construir barracas para utilizar no trajeto, adquirir mantimentos e animais para o transporte das bagagens, mas ainda esperar que abrandassem os rigores das chuvas.¹

Partiu do Rio de Janeiro em 17 de maio de 1772 e chegou em Vila Bela a 5 de dezembro de 1772. A viagem durou 203 dias. “Durante a viagem, Luís de Albuquerque elaborou um Mapa-Livro, no qual se encontram metodicamente dispostas, indicações dos dias de viagem, nomes das localidades percorridas, qualidades dos caminhos, informações sobre rios, riachos e ribeiros, e condições em que se podem passar, horas de chegada e partida e de descanso, distância de léguas, duma localidade à outra, Latitudes e Longitudes observadas em cada paragem”.¹ Em carta enviada ao Secretário de Estado do Ultramar em outubro de 1772, o Governador faz referência de um mapa que deseja

enviar para Portugal, provavelmente, o mapa que apresentamos neste GUIA: “[...] devia e desejava remeter a V. Ex.a nesta ocasião uma breve notícia, extraída do meu diário de viagem a qual não está ainda concluída pela falta de uma pequena Carta Geográfica, que devo juntar-lhe, e que estou formando, e na primeira conjuntura a enviarei a V.a. Ex.a para que, sendo informado das pequenas observações que fiz nos territórios por onde viajei, as possa V.a Ex.a fazer constar à real presença de Sua Magestade, se puderem ser dignas da augusta atenção do mesmo Senhor”.¹

Em caixa de texto, no canto inferior esquerdo, encontramos listados nomes de lugares onde a comitiva do governador fez pouso, com as léguas entre as paradas.

Leitura paleográfica:

Carta de toda a porção d’America Meridional, que pareceo necessaria a manifestar a viagem de 569 legoas commuas, que da escala e cidade do Rio de Janeiro executou por terra em 17 do mez de mayo de 1772, para Villa Bella da Santíssima Trindade o governador e capitão general do estado do MatoGrosso e Cuiabá, Luis d’Albuquerque de Mello Pereira e Caceres do Conselho de sua Magestade Fidelissima que Deos guarde.

[símbolo] Cidade Episcopal

[símbolo] Villa Capital

[símbolo] Villa

[símbolo] Arrayal

[símbolo] Registro

[símbolo] Destacamento

[símbolo] Registro e Destacamento

[símbolo] Sitio

[símbolo] Aldea

[símbolo] Campo

Dias	Nomes dos Lugares	Legoas
1	Paulo Pereira	12
2	Manoel Correia	5
3	Fagundes	5 1/2
4	Parahiba	4 1/2
5	Parahibuna	5
6	Mathias Barboza	5
7	Juis de Fora	4 1/2
8	Francisco Nunes	6
9	Francisco Gomes	3
10	Igreja nova	8 1/2
11	Abranches	4
12	Engenho do Campo	5
13	Bananeiras	4
14	Chiqueiro	6
15	Villa Rica	3
16	S. Antonio da Casa branca	3 1/2
17	Coronel Luis Jozé Souto	6 1/2
18	Sabará	5
19	Fidalgo	7
20	Pao de Cheiro	6
21	Mello	6
22	Maquinèz	6
23	Falcão	6 1/2
24	Bicudo	5 1/2
25	Pindaíbas	5 1/2



26	Andrè quice	6	88	Rio Manço	4
27	Spirito Santo	7	89	Lagoinha	6
28	Rio ibaitè	2 ½	90	Guimarens	5
29	Tres Barras	5	91	Lavras do Cristal	5
30	Capaõ	4	92	Cuiabá	4 ½
31	S. Antonio da Boa esperança	4 ½	93	Trahiras da Boa vista	6
32	Capaõ do Rio do Sonno	5	94	Felix Gonçalves	11
33	As Almas	5	95	O P. Fernando Vieira	4
34	S. Izabel	4 ½	96	O' Cunha	5
35	Vomitorio	3	97	Ribeirão do Lambari	6
36	Riacho das Almas	6	98	O Mello	6 ½
37	Corgo Rico	6	99	Frechas grandes	6
38	Paracatú	3	100	Cachoeirinha	6
39	Monjolos	3	101	Rio Paraguai	6
40	Carapinas	6	102	Coralinho	2
41	Caxoeirinha	6	103	Pouzo dos Bugres	4
42	Caveira	5	104	Lugar do Cervo	6 ½
43	Arrependedos	5	105	Ribeirão das Pitas	5 ½
44	Sitio novo	4	106	Rio Jaurú	3
45	Contage de S. Bartholomeo	5	107	Fazenda do Santíssimo	3 1/4
46	S. Lucia	6	108	Regato da Laje	4
47	Ponte alta	6	109	Boruti da Laje	4
48	Furriel mor	7	110	Lavrinha	6
49	Segunda Ponte alta	5	111	Rio Guaporé	3 1/4
50	Meia Ponte	7	112	Corgo do Morro	4
51	S. Antonio	4	113	Lagoa do Boruti	3 ½
52	Rio dos Patos	6	114	Lagoa do Chapeo	4 ½
53	Engenho do Narigaõ	5	115	Villa Bella	3 ½
54	Ponte do Uruù	4 3/4			
55	Villa Boa	7			
56	Antonio Ferreira Gomes	3			
57	Boruti	5			
58	Taquaral	4			
59	Mamoneiras	5			
60	Rio Piloens	2 ½			
61	Rio Claro	2			
62	Ribeirão do Guarda mor	4			
63	Possoens	5			
64	Varginha	5			
65	Ribeirão d'Area	6			
66	Boruti das Lagoas	3			
67	Rio Grande	5			
68	Lages	3			
69	Raizama piquena	5			
70	Taquaral piqueno	5 ½			
71	Lages da Serra	5 ½			
72	Taquaral grande	4 ½			
73	Pilatos	5			
74	Queimada das Perdizes	5			
75	Corgo d'Area	6			
76	Cotovelo do Rio das Mortes	3 ½			
77	Ribeirão Fundo	5 ½			
78	Sangradouro grande	5			
79	Campo da Lagoa grande	3 ½			
80	Ponte alta	4			
81	Ribeirão da Raizama	4 ½			
82	As tres barras	3			
83	Junto das Vertentes	5 ½			
84	Sucuriù	2			
85	Corgo entre as Parnaibas	4 ½			
86	Campo dos Porrudos	6			
87	Jatuba	3 ½			

Referências:

1. ADONIAS, Isa. Mapas e planos manuscritos relativos ao Brasil colonial: 1500-1822. Rio de Janeiro: MRE, 1960, p. 591-592.

Fonte - Mapoteca do Itamaraty

Medidas - 43cm × 85cm

Data - 1772

Localização - Ficha da Região Centro-Oeste - 779at-1772 - Ms - M:18 G:1

CARTA OU PLANO GEOGRÁFICO DA CAPITANIA DE GOIÁS "Mapa dos Julgados" (4)

O "Mapa dos Julgados" é um dos mapas de Goiás do qual há diversas cópias. "No Catálogo da Exposição de História do Brasil... 1881, à p. 317, sob o n. 3.211, estão relacionados dois originais, três cópias – uma das quais reduzida – pertencentes ao Arquivo Militar, bem como uma cópia feita por Francklin Antonio Costa Ferreira, pertencente à Biblioteca Nacional".¹ Por isso, em todos os "Mapas dos Julgados" que apresentarmos neste GUIA, iniciaremos com um comentário geral comum a todos, contextualizando o seu surgimento.

Este mapa possui pequenas variações de textos de um dos três mapas apresentados na coleção do Arquivo Histórico do Exército deste GUIA. A diferença maior se dá quanto ao título que naquele é mais completo: "[...] Sargento mór do Regimento da Cavalaria Auxiliar da mesma capitania. Sendo quase toda vista pello mesmo Ex.mo Sr. a quem o Auctor sempre o acompanhou, em tempo do seu governo".



Esta cópia do Itamaraty “foi trazida de Portugal pelo Barão da Ponte Ribeiro. Luis da Ponte Ribeiro menciona-a sob o n. 162, no seu catálogo manuscrito feito para acompanhar a coleção que pertenceu a seu pai, doado ao Itamaraty, em 1884”.¹

Em 1772 o governo português nomeava José de Almeida de Vasconcelos Soveral e Carvalho para governador da capitania de Goiás. José Martins Pereira de Alencastre, escritor, geógrafo e também governador de Goiás de abril de 1861 a junho de 1865, em seu clássico “Anais da Província de Goiás”, publicado em 1864, ao comentar o governo de José de Almeida, oferece algumas informações a respeito desse mapa: “sendo o único governador que percorreu toda a capitania, tinha o mais exato conhecimento do seu território, e também das suas necessidades. Esse conhecimento serviu-lhe, sobretudo para o levantamento da carta da capitania, e melhor divisão dos Julgados. No levantamento da carta, teve o mais sério cuidado, não só pelo gosto de empregar-se em trabalhos desta natureza, de que era apaixonado, como pelas recomendações que a este respeito tinha recebido do presidente do real erário, Marquês de Angeja. Sendo da atribuição dos ouvidores criar julgados nas povoações de 100 a 200 fogos, foram no tempo do governo de José de Vasconcelos criados pelo ouvidor Cabral os julgados de Crixás, S. Félix, Arraias, Couros, Cavalcante, Conceição e Natividade. D’ahi a necessidade de serem designados os novos limites dos antigos, entre cujos juizes ordinários apareciam sempre conflitos de jurisdição. Sobre a carta da capitania, e por ato de 20 de abril de 1778 marcaram-se os limites de Villa Boa, Pilar, Trahiras, S. Felix, Conceição, Natividade, Arrayas, Cavalcante, Santa Luzia, Meia Ponte, Santa Cruz e Rio das Velhas”.²

Segundo Paulo Bertran, “A ‘Carta ou Plano Geographico da Capitania de Goyas’ ou, simplesmente, ‘Mapa dos Julgados’, consagrado na historiografia clássica, terminou de fazer-se em maio de 1778, pelo Sargento-mor, Tomás de Souza, depois de longas viagens deste pela Capitania de Goiás, ou bem só ou acompanhando o Governador José de Almeida. O mapa de Tomás de Souza tinha a preocupação de delimitar o âmbito dos Julgados goianos, vale dizer, dos territórios municipais da época. Esses Julgados criaram-se em território goiano mais ou menos ao sabor das circunstâncias, dependendo de sua importância demográfica e econômica. Dessas divisas ficou incumbido o Ouvidor Cabral de Almeida. Não foram atos perfeitos, mas tendo repartido os territórios municipais a grosso modo, deu a tônica principal destes se irem ajustando, ao longo dos tempos, a territórios naturais, marcados por acidentes geográficos, sobretudo pelos rios e serras de maior envergadura”.³

O autor do mapa, Tomás de Souza, com formação na Escola de Oficiais do Rio de Janeiro, em 1774 se encontrava em serviço em Cuiabá, vindo em 1776 para Goiás. Este oficial engenheiro seria encarregado da cartografia oficial, do estudo e construção de uma fonte para o abastecimento de água potável em Vila Boa e de outro importante empreendimento, que foi o desvio das águas do Rio Maranhão em 1779, já no governo de Luiz da Cunha. [...] Durante um ano, o engenheiro militar percorreu toda a capitania. Fez o que chamou de “Caminho das Águas”, visitando toda a hidrografia goiana. Em janeiro de 1778, apresentou os mapas produzidos pela expedição militar ao Conselho Ultramarino. A construção cartográfica da Carta ou Plano da Capitania

de Goyaz de 1778, documento oficial da coroa portuguesa, reunia elementos da paisagem, representava o relevo e as bacias hidrográficas, as construções como intervenção no território e apropriação do espaço, as estradas que ligavam Goiás a Minas, a Cuiabá e a Salvador. Apresentava uma hierarquia para classificar os povoamentos conforme sua inserção na economia da mineração: Vila Boa, arraiais com freguesia, arraiais sem freguesia e as aldeias (estas por último, representando onde a sociedade mineira de Goiás enxergava o índio). O mapa de Tomás de Souza definiu as fronteiras de Goiás, estabelecendo limites identificados em coordenadas astronômicas, conhecimento técnico avançado à época. Seu trabalho foi tão preciso que em 1920 - quando houve um questionamento das fronteiras pelo Projeto do Ten. Cel. Eng. Oliveira Lobo de uma Igreja para o Presídio de Leopoldina, Mato Grosso - em uma discussão que foi levada ao Congresso Nacional, o preciosismo de Tomás de Souza foi decisivo para a manutenção da fronteira.⁴

Leitura paleográfica:

Carta ou Plano Geographico da Capitania de Goyas humada do centro da America Meridional, pertencente ao Reino de Portugal que mandou construir o Ill.mo e Exell.mo Snr. Jozé de Alm.da de Vasconcellos de Soveral e Carvalho, Gov.r e Cap. Gen.l da dita Capitania do dia 26 de Julho de 1777 até, Mayo 78, que a entregou. Por Thomas de Souza Sarg.to Mor do Regim.to da Cavallaria.

Adevertencias

Esta Capitania he demarcada da Barra do Rio Pardo, por elle acima até as suas Cabeceiras Buscão se as do Araguay por elle abaixo até fazer Barra no Tucantins acima até à Barra do Rio Manoel Alves Buscase a Ponta de Serra Cordilheira que avizinha nella, e segue-se pelo cume della até à Serra de Lorenço Castanho, Arrendidos, Escuro, Serro da Canastra, Marsella, até à barra do Sapucay, pelo Rio Grande abaixo, até que nelle faz barra o de Rio Pardo, o que tudo se persebe no Ambito das maiores Lettras, que dizem Capitania de Goyaz. Alguns Rios que se notão são Ribeirões ou fles. Os Arayaes que são Freguesias se notão, as Aldeas se notão Al. ou A. As Estradas de pontinhos. Tudo o mais o Letreiro o mostra. Advertese mais que esta Capitania tem 13 Julgados e que huns comprehendem pequeno Terreno por serem mais povoados, e outros muito grandes por terem muita Terra inteiramente despovoadada como hé Villa Boa, e Natividade. A Capital desta Capitania de Villa Boa situada em 16° e 20' ao sul da Linha Equinocial e em 329°10' de Longitude contado da Ilha de Ferro. Esta da Capitania, Além dos Arayaes que vão apontados com hum A antes, tem muitas Fasendas.

Referências:

1. ADONIAS, Isa. Mapas e Planos Manuscritos relativos ao Brasil colonial conservados no Ministério das Relações Exteriores (1500-1822). Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação, Rio de Janeiro, 1960, p. 663-664.



2. ALENCASTRE, José Martins Pereira. Anais da Província de Goiás. Convênio SUDECO/Governo de Goiás, 1979, p. 215-216.
3. BERTRAN, Paulo. Notícia geral da Capitania de Goiás em 1783, Goiânia, ICBC, 2010, p. 101.
4. A Engenharia em Goiás – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás. Goiânia. CREA-GO, 2012.

Fonte – Mapoteca do Itamaraty
Medidas – 88cm × 55cm
Data – 1865
Localização – s.i

MAPA DOS CONFINS DO BRASIL COM AS TERRAS DA COROA DE ESPANHA NA AMÉRICA MERIDIONAL

“Mapa das Cortes” (5)

Este mapa é conhecido popularmente como “MAPA DAS CORTES” porque foi utilizado pelos ministros plenipotenciários de Portugal e de Espanha durante as negociações dos termos do Tratado de Madrid, assinado em 14 de janeiro de 1750.

Em Portugal no ano de 1749, Alexandre de Gusmão, a partir de diferentes fontes cartográficas, relatórios e escritos que havia previamente mandado levantar do interior da América portuguesa, principalmente a partir de 1747 quando foi Secretário de Dom João V, mandou elaborar em 1749 um mapa para as discussões desse tratado. Desse primeiro mapa, foram feitas duas cópias as quais foram denominadas “Mapas Primitivos”. Essas duplicatas foram enviadas aos representantes portugueses e espanhóis.

As duas cópias elaboradas pelos portugueses para as discussões de fronteira com os espanhóis apresentavam erros propositais de Latitude e Longitude, dando a impressão de que o território português pouco avançava nas terras da colônia espanhola. Como exemplo grosseiro de “erro” na representação – até porque já naquele período se conhecia com bastante proximidade a localização devido aos trabalhos dos padres matemáticos – é o posicionamento da capital da Capitania de Goiaz, colocada na Latitude 10° Sul, quando devia estar por 16° Sul.

Em 1751, depois que portugueses e espanhóis chegaram ao consenso sobre as fronteiras entre suas colônias, a partir dessas duplicatas ou “mapas primitivos” enviados por Alexandre Gusmão, “foram elaboradas seis cópias, três em Lisboa e três em Madrid, a serem trocadas e entregues aos comissários das respectivas partidas espanholas e portuguesas, encarregadas de demarcar no terreno a linha divisória estabelecida sobre a carta. A partir dos trabalhos das comissões demarcadoras foi produzido um grande número de excelentes mapas parciais, bem mais precisos do que o famoso Mapa das Cortes”.¹

O texto, com a assinatura dos ministros plenipotenciários português e espanhol, indica que o mapa apresentado nesse catálogo – um exemplar impresso – foi feito a partir de um dos mapas trocados entre as coroas portuguesa e espanhola. Foi publicado pela editora francesa “Imprimerie Lahure”, para alguma publicação da qual desconhecemos.

Para garantir a autenticidade, a editora francesa publicou certificado assinado em Madrid, em 5 de agosto de 1899, concedido pelo chefe de Seção do Ministério do Estado espanhol, Luis del Arco y Mariátegui: “El presente mapa fotografiado es copia fiel y exacta sacada del original que se custodia em el Archivo de mi cargo”.

No mapa, há um texto manuscrito assinado pelo representante espanhol e português relativo às discussões de fronteira, com data de 12 de julho de 1751, apresentando alguns esclarecimentos aos profissionais que irão fazer as demarcações. O texto é uma declaração em forma de ressalva sobre o traçado da linha divisória entre o Brasil e as possessões espanholas, referindo-se ao engano do traçado em linha vermelha apresentado no presente mapa. Lembra que, conforme o Tratado de 1750, os limites devem procurar o Rio Ibicui e não o Rio Negro, erradamente apresentado pela linha vermelha do mapa.

Do ponto de vista da cartografia do Centro-Oeste, o “Mapa das Cortes” é importante porque se constitui “o primeiro no qual o território português apresentou a conhecida forma quase triangular do Brasil atual” descrevendo a fronteira Oeste.¹

A iniciativa de apresentar as pretensões territoriais por meio de mapas trouxe aos portugueses, vantagens na discussão das fronteiras. Mas, cabe ressaltar que seria errado afirmar que o acordo foi possível somente em decorrência do vício intencional dos mapas portugueses. Na verdade, tanto o trono português como o espanhol tinham interesse em resolver os conflitos de fronteira em suas colônias no sul da América.

Leitura paleográfica:

Mapa dos Confins do Brazil com as terras da Coroa de Esp.a na America Meridion.l

Oque esta de Cor Amarela he oque se acha ocupado pelos Portuguezes. Oque esta de Cor de Roza he oque tem ocupado os Espanhoes. Oque fica em Branco esta athe noprezente por ocupar.

Esta Carta geografica he copia fiel e exatta da primeira sobre que se firmou i e ajustou o Tratado dos Limites, assinado em 13 de janeiro de 1750; E porque na dita Carta se acha huma linha vermelha, que asinala, epasa pelos lugares poronde se há de fazer a demarcaçam, que por ser anterior ao Tratado dos Limites que se fes depois nam vae conforme com ele em pasar do pe do Monte de Castilhos grandes a buscar as Cabeceiras do rio Negro, e seguir por ele ate entrar no rio Uruguai, devendo buscar a origem principal do rio Ibicui conforme o dito Tratado, se declara que a dita linha se serve em quanto ela se conforma com o Tratado referido. E paraque atodo otempo asim conste nós abaixo asinados Ministros Plenipotenciarios de S.M.F e S.M.C lhe puzemos as nosas firmas e Celos de nosas Armas. Madrid 12 de julho de 1751.

[seguem as assinaturas]

Tomas da Silva Telles

Joseph de Carvajal y Lancaster.

Don Luis del Arco y Mariátegui, Conde de Arcentales, Ministro Residente, Jefe de Seccion en el Ministerio de Estado.



Certifico: Que el presente mapa fotografiado es copia fiel y exacta sacada del original que se custodia en el Archivo de mi cargo. Y para que se acredite donde convenga y en virtud de órden del Exemo. Sr. Ministro de Estado expido la presente certificacion sellada y firmada en Madrid a 5 de agosto de 1899.

El Conde de Arcentales

[segue carimbo com os seguintes dizeres]

Ministerio de Estado – Archivo y Biblioteca

COPIE DE LA CARTE PORTUGAISE

De 1749

Dont se sont servis les négociateurs du Traité de 1750 entre le Portugal et l'Espagne. Faite em 1751.

Le dessinateur de cette carte a copie, pour l'Amazone et la Guyane, celle de 1745 de LA CONDAMINE, comme le déclare une dépêche du 8 Février 1749 du Ministre des Affaires Étrangères de Portugal á l'Ambassadeur à Madrid: c'est pourquoi on y voit une fausse baie de Vincent Pinçon au Cap du Nord. La carte de 1749 et cette copie authentique de 1751 ont été faites pour servir á la délimitation des possessions portugaises et espagnoles, et non pour servir dans une négociation avec la France. On n'a donc pas attaché d'importance á la faute du dessinateur en ce qui concerne la prétendue Baie de Vincent Pinçon. D'ailleurs, cette même carte montre que la couleur jaune arrive à l'Yapoco (Oyapoc) et que, pour ce dessina...[?], comme pour le Gouvernement Portugais, la limite d'Utrecht était á l'Oyapoc.

Referências:

1. COSTA, Antônio Gilberto. Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2007, p. 131.
2. ADONIAS, Isa. Mapas e Planos Manuscritos relativos ao Brasil colonial conservados no Ministério das Relações Exteriores (1500-1822). Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação, Rio de Janeiro, 1960, p. 28-35.

Fonte – Mapoteca do Itamaraty

Medidas – 60cm × 54cm

Data – 1899

Localização – Coleção América e Brasil

MAPA DOS CONFINS DO BRASIL COM AS TERRAS DA COROA DE ESPANHA NA AMÉRICA MERIDIONAL “Mapa das Cortes” (6)

Introdução e contextualização – *vide* mapa anterior.

Exemplar impresso do “Mapa das Cortes” elaborado a partir de cópia autenticada em 1893 de carta que se encontra nos arquivos do Departamento Geográfico do Ministério das Relações Exteriores da França. A cópia autenticada foi provavelmente elaborada a partir do “Mapa Primitivo” de 1749, como indica a caixa de texto. Está “certificado” por

assinatura do Geógrafo e do Chefe da Divisão de Arquivos do Ministério das Relações Exteriores da França.

Leitura Paleográfica:

Mapa dos Confins do Brazil com as terras da Coroa de Esp.a na America Merid.al. O q' está de amarelo he o q' se acha occupado pelos Portuguezes. O q' está de cor de roza he o q' tem occupado os Espanhoes. O q' fica em branco não esta até o prezente occupado.
Feito no anno de 1749.

Certiifié conforme á la copie originale conservée au Dépôt géographique du Ministère des Affaires-Etrangères.
Paris, le 11 février 1893.

Vu pas le Ministre

Plénipotentiaire, chef de la Division des Archives:

[segue assinatura]

Le Géographe du Ministère des Affaires-Etrangères:

[Segue assinatura]

Fonte – Mapoteca do Itamaraty

Medidas – 60cm × 65cm

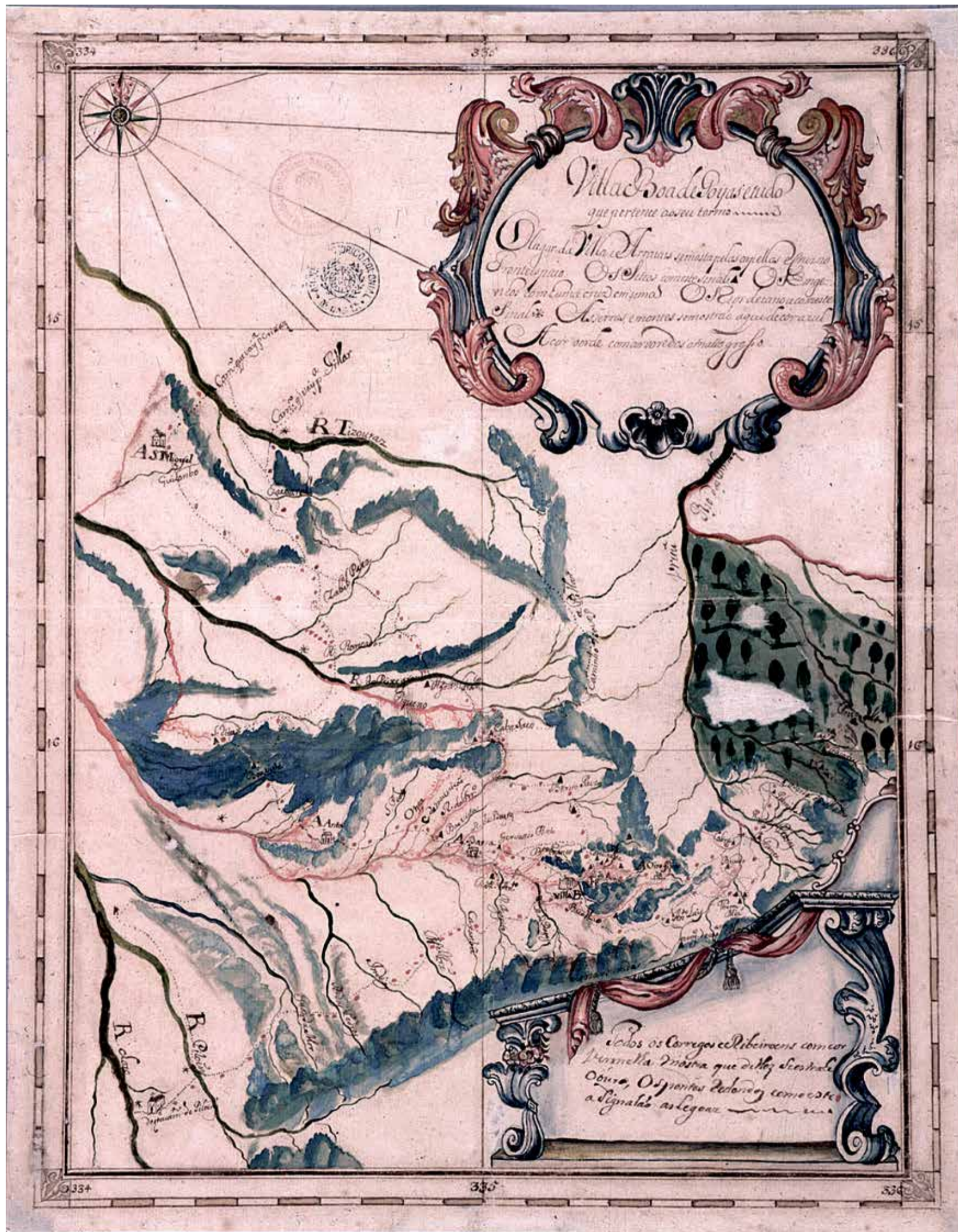
Data – 1893

Localização – Coleção América e Brasil



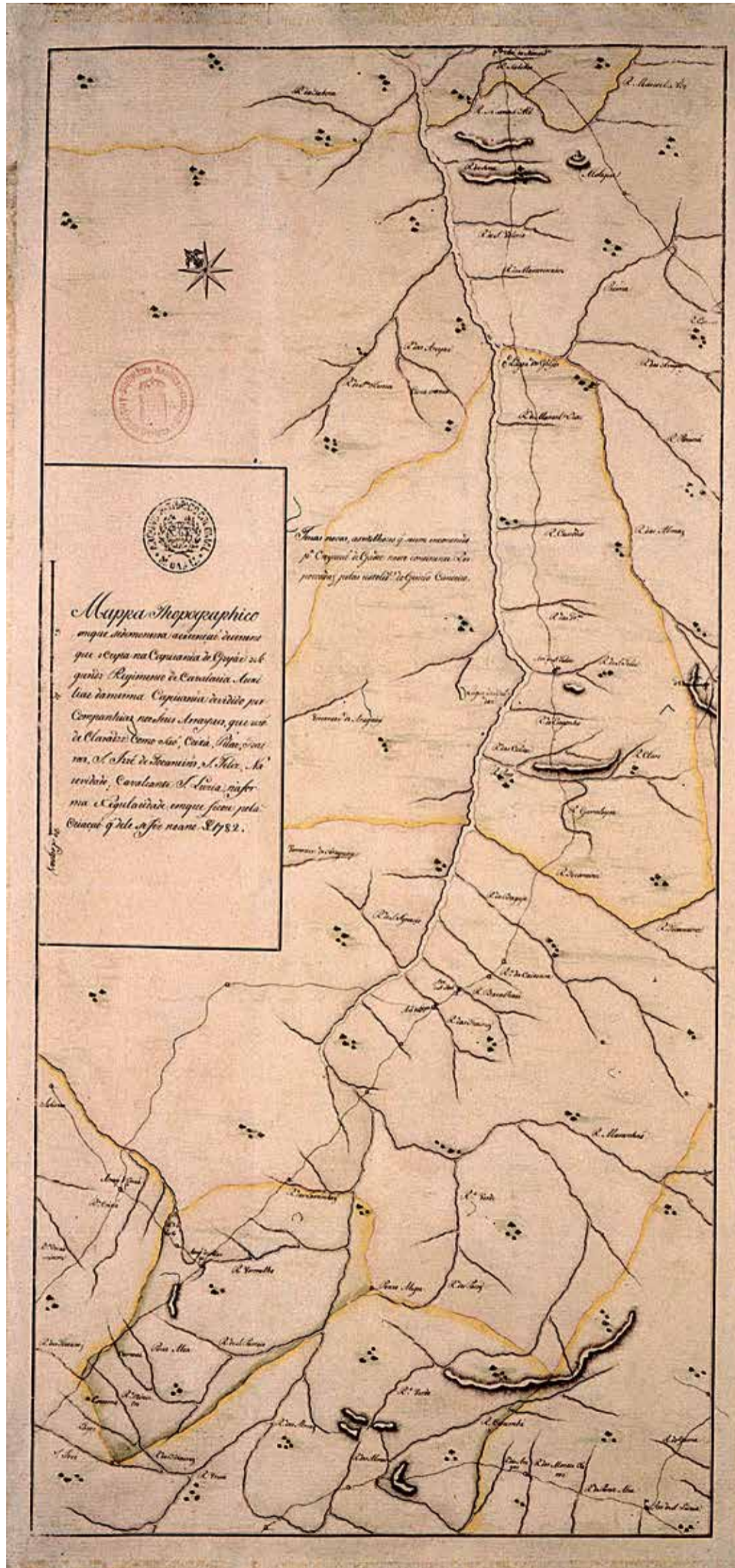
ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

VILA BOA DE GOIÁS E TUDO O QUE PERTENCE AO SEU TERMO (1)



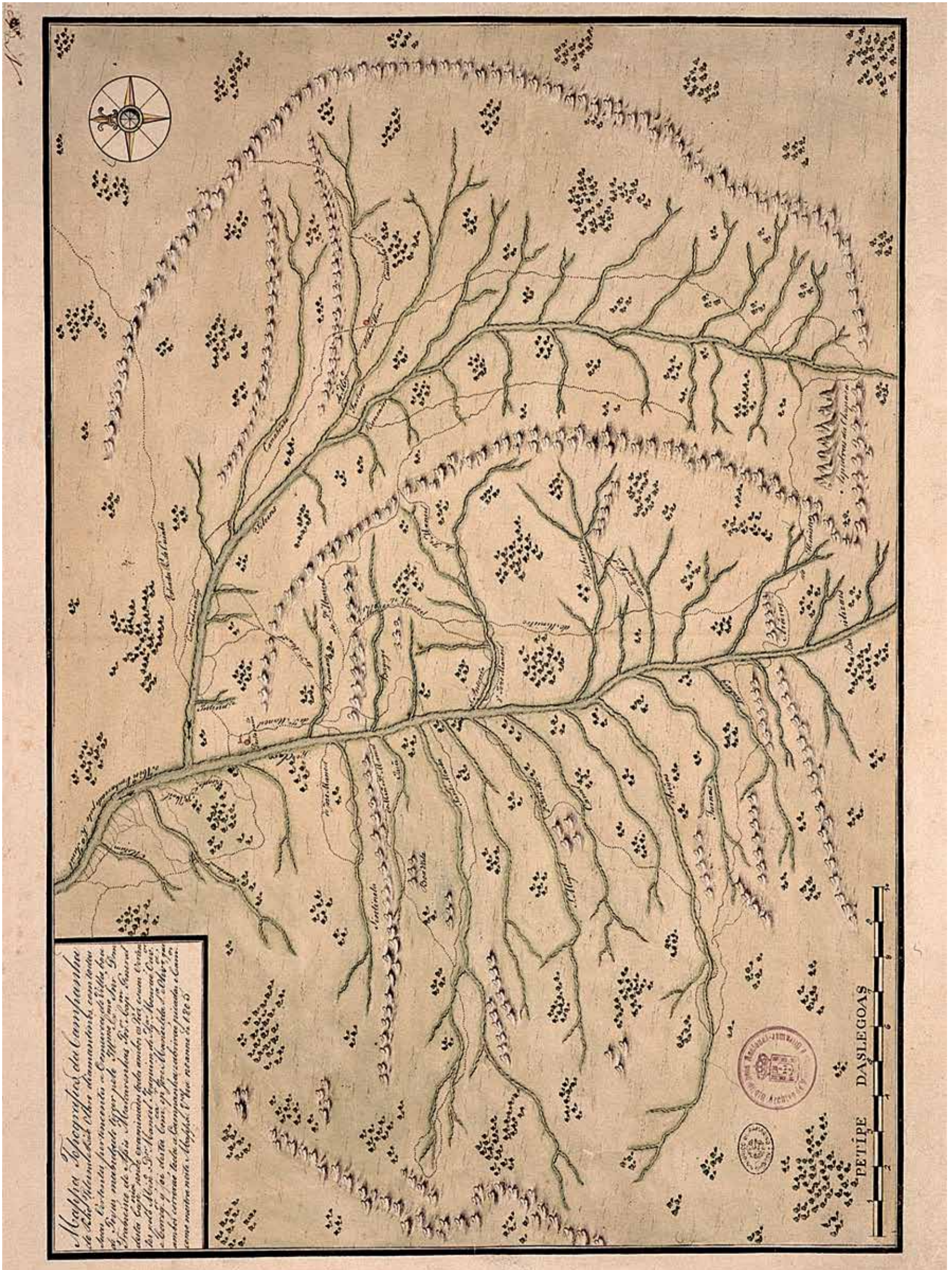


MAPA TOPOGRÁFICO EM QUE SE DEMONSTRA A EXTENÇÃO DE TERRENO QUE OCUPA NA CAPITANIA DE GOIÁS, O SEGUNDO REGIMENTO DE CAVALARIA AUXILIAR (7)



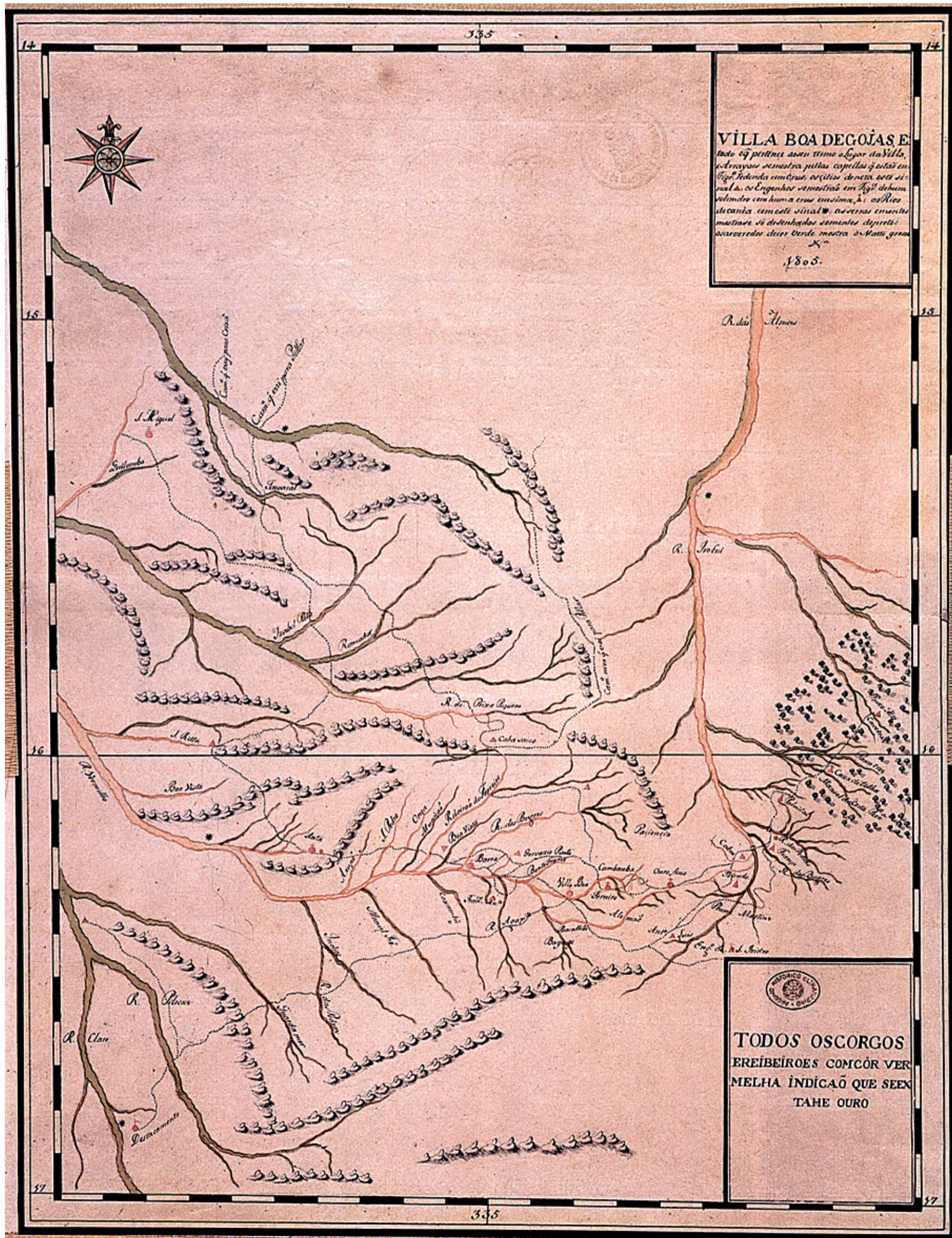


MAPA TOPOGRÁFICO DA CAMPANHA DO RIO PILOENS E RIO CLARO DIAMANTINOS (8)



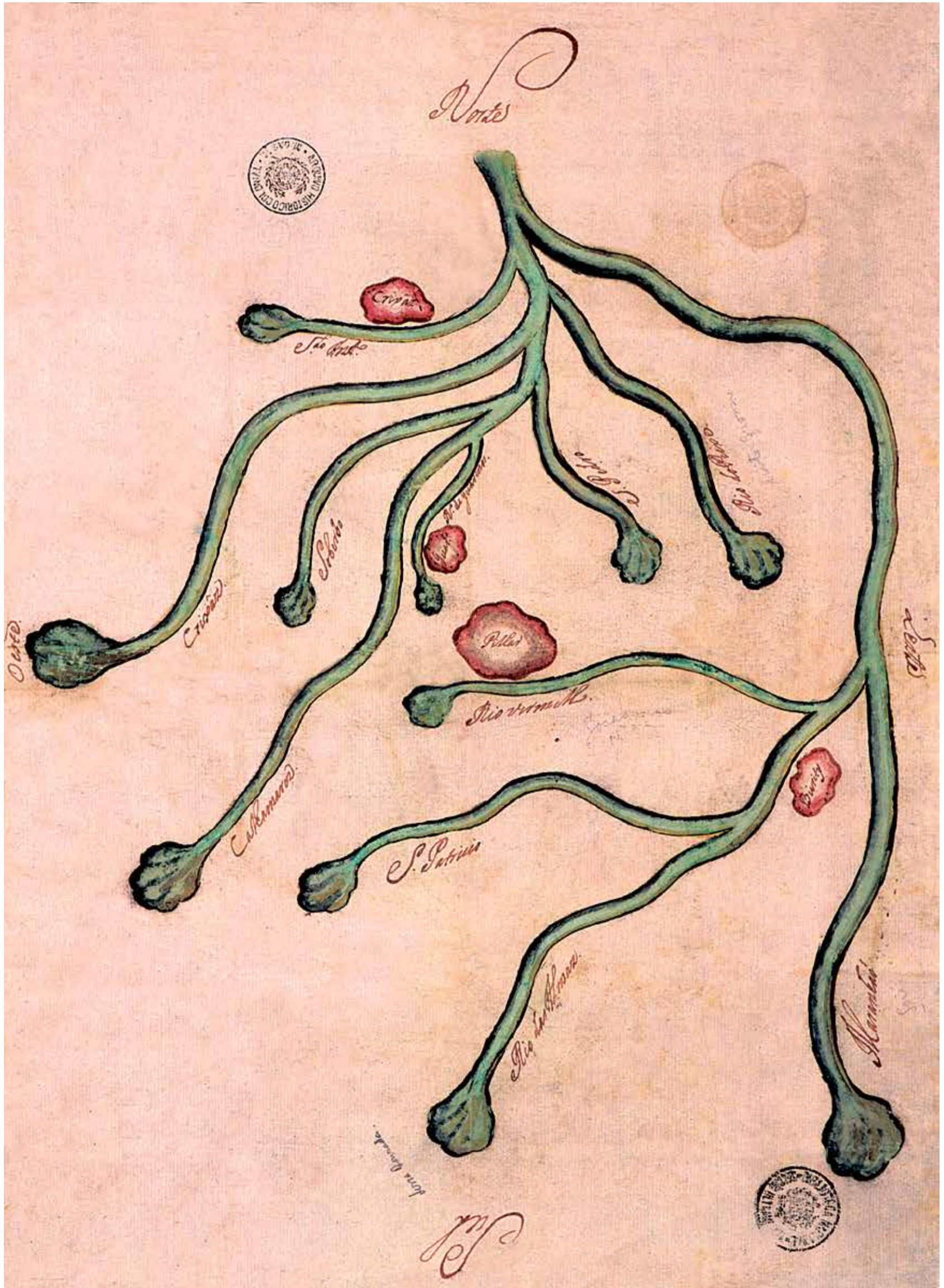


VILA BOA DE GOIÁS E TUDO O QUE PERTENCE AO SEU TERMO (9)





MAPA DOS RIOS DO PILAR (11)





ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO Lisboa - Portugal

VILA BOA DE GOIÁS E TUDO O QUE PERTENCE AO SEU TERMO (1)

O contexto da produção desse importante mapa, o primeiro a representar cartograficamente o distrito de “Villa Boa de Goyas e tudo que pertence ao seu termo”, está ligado às atividades desenvolvidas pelo “Ouvidor Geral” de Goiás, Antônio da Cunha Soutto Mayor [Souttomaior].¹ O “Ouvidor”, nomeado pela Corte portuguesa, era encarregado de administrar a justiça em uma Comarca específica, no caso deste “Ouvidor”, o território de Goiás. Naquele período, a Câmara Municipal dispunha de um “direito de justiça banal, de primeira instância, enquanto a justiça criminal, dita de segunda instância, é colocada nas mãos do Ouvidor”.²

Formado em Direito em Coimbra em 1744, tomou posse como Ouvidor Geral de Goiás em 20 de março de 1756, cargo que ocupou até 1758.³ Ficamos sabendo – por meio de uma carta-relatório escrita por Cunha Soutto Mayor, em 30 de abril de 1758,⁴ que ele foi encarregado pelo governo de Portugal para encaminhar o levantamento de informações para cada uma das Câmaras municipais de Goiás.¹ As Câmaras deveriam elaborar um relatório que constasse a relação de todos os arraiais dos termos de cada uma das vilas, bem como as distâncias entre esses núcleos urbanos medidas em léguas. Além disso, cada Câmara deveria também apresentar a descrição dos rios que cortam seus territórios, indicando onde cada rio nasce e se são navegáveis. O levantamento dessas informações topográficas tinha como fim, segundo essa correspondência, “formar uma carta geral de todo o Brasil, com individuação das terras, estabelecidas nos Sertões”.⁴ Ressalte-se que à Coroa interessava conhecer os acessos possíveis pelos rios, como vias de deslocamento às terras minerais. Em perspectiva mais abrangente, o projeto “formar uma carta geral de todo o Brasil”,⁴ provavelmente também se inseria no contexto do Tratado de Madrid de 1750, quando Portugal e Espanha haviam assinado um acordo de limites entre as terras das colônias desses dois países na América. À luz desse Tratado, era necessário elaborar um mapa da colônia, com descrição mais detalhada dos Sertões, região pouco conhecida.

Interessante observar que essa solicitação da Coroa tenha sido feita ao Ouvidor Geral de Goiás, portanto ao Poder Judiciário, e não ao Poder Executivo, representado pelo Governador-geral da capitania como o foi, por ocasião do primeiro mapa de Goiás, elaborado e enviado a Portugal em 1750, no governo de Dom Marcos de Noronha, primeiro governador de Goiás. É possível sugerir que o fato de as atribuições de seu cargo compreender visitas às cidades e vilas que integravam sua comarca, a fim de inspecionar como se dava a administração da Justiça, facilitasse o levantamento das informações solicitadas pela Corte.¹ De qualquer forma, as atribuições administrativas entre o Judiciário e o Executivo, neste período, sempre foram motivo de conflito e de muita fluidez. Não era raro extrapolar suas atribuições. Exemplo disso, foram os conflitos entre Cunha Soutto Mayor e o Governador Távora expostos ao rei por meio de diversas cartas.

Na execução dessa tarefa, Cunha Soutto Mayor expressa as dificuldades que encontrou: “E cuidando eu logo, em executar o que Vossa Majestade me ordena, achei grande dificuldade em o conseguir, pela imperícia de que são dotados os camaristas desta comarca. Pois, um sem mais atividades do que para mineiros, outros sem mais sabença que a de criar gados nos Sertões. Rústicos por nascimento e criação, ignorantes por natureza. Não sabem que coisa é o Levante [Leste] ou o Poente [Oeste], Norte ou Sul, nem tem inteligência alguma dos rumos para que com certeza se fizessem o mapa”.⁴ Portanto, em vista do pouco conhecimento técnico para a elaboração das informações solicitadas, Cunha Soutto Mayor teme que “algumas das descrições, principalmente a dos Sertões, irão menos verdadeiras no que respeita ao rumo em que nascem e correm os rios e a que partem os arraiais circunvizinhos”.⁴

Foi no contexto do levantamento dessas informações para “formar uma carta geral de todo o Brasil”⁴ que o Ouvidor Antônio da Cunha Soutto Mayor enviou, anexo a esta carta-relatório, o mapa que aqui apresentamos, “Vila Boa de Goiás e tudo o que pertence ao seu termo”.¹ Na carta-relatório faz ressalva quanto à qualidade dos trabalhos executados pelas Câmaras Municipais. Contudo, a respeito deste mapa específico enviado pela Câmara de Vila Boa, relata: “O mapa, porém, que a Câmara de Vila Boa de Goiás, cabeça da comarca me remeteu iluminado, é o próprio que a Vossa Majestade lhe envio”.⁴

Abrange o território da capital da Capitania de Goiás, atual cidade de Goiás. Indica a extração do ouro, o caminho novo para Pilar, caminhos entre os arraiais, para a capital e as outras localidades. A vegetação é representada em forma pictórica. Inclui rosa dos ventos. Meridiano de origem: Ilha do Ferro. Aquarelado na cor azul, vermelha, verde, preta e branca. Cartucho de título e da legenda ilustrados em estilo barroco. A moldura do mapa possui decoração barroca, em sépia, nos ângulos.

Leitura paleográfica:

“Villa Boa de Goyas e tudo que pertence ao seu termo. O lugar da Villa e Arraiais se mostra pelas capellas e cruz no frontespicio. Os Sítios com este sinal [triângulo na cor preta]. Os emgenhos com huma cruz em sima; Os Rios de canoa com este sinal [asterisco]. As serras e montes semostrão aqui de cor azul. A cor verde com arvoredos o matto grosso”.

“Todos os corregos e ribeiroens com cor vermelha mostra que delles se estrahe o ouro. Os pontos redondos como este [círculo vermelho] asignalão as legoaz”.

Referências:

- 1 – VIEIRA JÚNIOR, Wilson. Cartografia da Capitania de Goyaz do século XVIII: intenção e representação. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- 2 – VIDAL, Laurent. Sob a máscara do colonial. Nascimento e “decadência” de uma vila no Brasil moderno: Vila Boa de Goiás no século XVIII. Disponível



em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v28n1/10.pdf>>
Acesso em: 28 nov. 2014.

3 – Bacharéis Brasileiros: elementos biográficos 1635-1830. Revista do IHGB, v. 11, p. 209.

4 – Goiás – AHU_ACL_CU_008, Cx. 15, D. 892, de 30 de abril de 1758. Carta do ouvidor geral e corregedor de Goiás, Antônio da Cunha Soutomaior, atendendo à solicitação real por informações sobre os arraiais para a execução da Carta Geral do Brasil.

5 – FARIA, Maria Dulce de. Catálogo da Coleção cartográfica e iconográfica manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011, p. 366-367.

Fonte – Arquivo Histórico Ultramarino

Medidas – 39 cm × 30,4 cm em folha 40,3 cm × 32,2 cm

Data – 1758

Localização – AHU_CARTm_008, D.0868

Originalmente anexo ao documento AHU_ACL_CU_008, Cx.15, D.892 – 1758, abril, 30.

MAPA GERAL DA CAPITANIA DE GOIÁS – D-866 (2)

Os dois mapas – D-866 e D-867 – originalmente estavam anexados ao documento ACU_ACL_CU_008, Cx.9, D. 603, de 12 de Setembro de 1753. Estão relacionados ao Ofício encaminhado em 12 de setembro de 1753 pelo Governador de Goiás, Dom Marcos de Noronha, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real. O documento era um relatório da Capitania de Goiás, no qual o Governador informava a respeito dos arraiais, dos postos fiscais e dos caminhos e distâncias entre as minas, além de comentar sobre a arrecadação dos tributos. Anexo a esse Ofício, foram enviados estes dois mapas, sem assinatura e que, mais tarde, foram desmembrados do documento.

Autoria atribuída a Ângelo dos Santos Cardoso, retificando a autoria dada anteriormente a Francisco Tosi Colombina.¹

“Pelas características das atribuições de secretário de governo, é de se considerar que o Documento 603, onde os mapas estavam anexados, tenha sido redigido por Ângelo Cardoso, responsável pelo primeiro mapa da Goiás, e assinado pelo Conde dos Arcos. Reforça a suspeita a grafia e o estilo da redação, semelhante ao do documento que Cardoso enviou ao Marquês de Pombal”.¹ Neste mapa, podemos perceber as mesmas características do mapa de Ângelo dos Santos Cardoso: “os limites, o Sobradinho, as cabeceiras do rio Maranhão, a grafia de sertão (cabe a observação que em um dos mapas, sertão está grafado Certam). São mapas coloridos, com belas rosas dos ventos cada qual com suas cores e desenhos, legendas com textos semelhantes que referenciam as ilustrações dos arraiais, registros e caminhos, em pontos vermelhos o caminho de Vila Boa ao Mato Grosso, e as zonas de criação de gado sinalizadas. A quantidade de detalhes e semelhanças acaba por atribuir a Ângelo dos Santos Cardoso a autoria do ofício e dos mapas que o acompanha”.¹

A capitania está demarcada na cor amarela. Aquarelada nas cores amarela, vermelha, verde, cinza, azul, e branco. Relevo e vegetação representados em forma pictórica. In-

dica a capital de Vila Boa de Goiás, atual cidade de Goiás, representada na figura de uma casa, lugares de registro de mercadorias (15), tribos indígenas (Xavante, Kayapó, Acuruha), Ilha do Gentio Grumaree, atual Ilha do Bananal, sítios, arraiais e as suas distâncias em léguas entre si. Mostra os caminhos entre os arraiais e da cidade de Vila Boa de Goiás, atual cidade de Goiás, e Cuiabá. Contém demarcação das regiões minerais e criação de gado, nas cores vermelha e azul. Inclui coordenada geográfica. Meridiano de origem: Ilha do Ferro. Os principais rios assinalados são: Tocantins, Sono, Rio das Mortes, Pardo, Taquari, Coxim, Verde, Parnaíba, Arinos, Corumbá, Grande.

Leitura paleográfica:

O circullo amarello, representa a sircomferença desta Capitania de Goyaz.

Esta figura [residência com uma porta, uma janela e telhado vermelho] representa Villa Boa de Goyaz, aqual servirá de ponto fixo, ou Centro p.a seguir-ce aos mais arayaes, pellos pontinhos pretos, os quaes denotao o caminho e comunicação q. há dehunz p.a os outros; a sua figura he esta [circulo vermelho com traço vertical na parte superior]. Pelo A B C dario se darão os nomes q. eles tem; juntam.te as legoas que vam de hunz a outroz; como nesta coluna se mostra.

Esta figura [círculo preto pequeno] representa os lugares onde estão cituadas os rezistos, q. são 15. Os dous pequenos Circullos, num azul, outro encarnado, não são terras mineraez e so nestas se achão fazendas de gados.

A – Villa Boa Capital de Goyaz.

B – Arraial da Anta.

C – Piloes.

D – Quirixá.

E – Guarinos.

F – Pillar.

G – Agoa quente.

H – Trahiras.

I – S. José.

L – Sta. Rita.

M – Moquem.

N – Chapada de S. Gonçalo.

O – Morrinhos, ou Amaro Leite.

P – Corriola.

Q – Carllos Marinho, ou S. Felix.

R – Chapada do dito asima.

S – Cavalgante.

T – Certão de gado, chamado Paranã.

Y – Arrayaz terras mineraes.

X – Barra da palma, ou terras novas, Certaõ de gados.

Z – Duro, Certaõ onde esta cituada a Aldeya do gentio, por ordem de S. Mag.e.

a – Nativid.e

b – Pontal.

c – Descoberto do Carmo.

d – Ferreiro.

e – Ouro fino.

f – Meyra ponte.

g – Jaraguá.

h – S.ta Luzia.



i - S.ta Cruz.

l - Cocae, descoberto novo.

Esta figura [circulo contendo outro circulo em vermelho] representa os citios. Os pontinhos encarnados q. principia de V.a Boa caminhando p.a Oeste, he a estrada q. vay p.a o Cuyabá.

m - Arayal da Chapa de S. Felix.

n - Arayal da Chapada de S.ta Anna da Nativid.e

Foi mais conveniente afirmarce as Legoaos pelos mesmos pontinhos pretos q. servem de caminho, com o algarismo, pondo-lhe o n.o destas, o q. vay de hum arrayal a outro, ficando-lhe a conta em meyo: como se vê.

Referências:

1 - Catálogo de mapas, plantas, desenhos, gravuras e aguarellas/Castro e Almeida. N. 234/235.

2 - FARIA, Maria Dulce de. Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011, p. 366.

3 - VIEIRA JÚNIOR, Wilson, SCHLEE Andrey Rosenthal, BARBO, Lenora de Castro. Tosi Colombina, autor do primeiro mapa da Capitania de Goiás? Disponível em: <<http://www.altiplano.com.br/1010tosi.html>>. Acesso em: 14 fev. 2011.

Fonte - Arquivo Histórico Ultramarino

Medidas - 51,3 cm × 36,4 cm, em folha 51,6 cm × 36,5 cm.

Data - 1753

Localização - AHU_CARTm_008, D. 0866/D.867

Originalmente anexo ao documento AHU_ACL_CU_008, Cx.9, D. 603 - 1753, Setembro, 12.

MAPA GERAL DA CAPITANIA DE GOIÁS - Cópia D-867 (3)

Introdução e contexto - *vide* mapa anterior

Leitura paleográfica:

O sircullo amarello, reprezenta toda a Capitania de Goyaz. Esta figura [residência com uma porta, uma janela e telhado vermelho] representa Villa Boa de Goyaz, aqual serve de ponto fixo, ou Centro p.a seguim.to dos mais arayaes, pellos pontinhos pretos, os quaes denotao o caminho e comunicação q. ha de hunz p.a os outroz. No seguim.to dos o.os pontinhos, se achao varios algarismos, os quaes demarcao az leoaos; q. tem de hunz arayaes a outroz. Esta figura [circulo vermelho com traço vertical na parte superior] representa o lugar onde estão cituados os arrayaes. Esta he a figura [círculo preto] dos Rezistos q. são ~15~. Esta figura [três círculos lado a lado, sendo o do meio em vermelho] representa os citios. Os pontinhos encarnados q. principiao de V.a Boa de Goyaz, e correm p.a pr.te do Este, he o cam.o q. vay p.a o Cuyabá. Pelo A B C dario sedarão os nomes dos Arrayaes q. são os seg.tez.

A - Villa Boa Capital de Goyaz.

B - Ferreiro.

C - Ouro Fino.

D - Jaraguá.

E - Meya Ponte.

F - São Jozê _ou Tocantinz.

G - Carllos Marinho, ou São Felix.

H - Chapada de S. Felix.

I - Arrayal da chapada de S.Felix.

L - Natividade.

M - Arrayal de S.ta Anna da Nativid.e

N - Descoberto do Carmo.

O - Arrayaz aq. fica dentro do circullo pequeno são terras mineraes.

P - Cavalgante.

Q - Certão de gados chamado Paranã, ou Itiquira q. comprehende todo o circullo azul.

R - Certão de gados chamado Duro aonde está Cituada a Aldeya do gentio.

S - Corriola.

T - Morrinhos, ou Amaro Leite.

Y - Trahiras.

X - Cocae, descoberto novo.

Z - Agoa quente.

a - Pillar.

b - Guarinos.

c - Quirixâ.

d - Arrayal da Anta.

e - Piloéz.

f - S.ta Cruz.

g - S.ta Luzia.

h - Chapada de S. Gonçallo.

i - Moquem.

l - S.ta Rita.

m - Barra do palma, ou terras novas. Certão de gados aonde se acha fund.a a Aldeya ja asima declarada, oq.l terrantório demarca o sircullo encarnado.

n - Pontal.

Referências:

1 - FARIA, Maria Dulce de. Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011. p. 366.

2 - Catálogo de mapas, plantas, desenhos, gravuras e aguarellas/Castro e Almeida. N. 234/235.

3 - VIEIRA JÚNIOR, Wilson, SCHLEE Andrey Rosenthal, BARBO, Lenora de Castro Barbo. Tosi Colombina, autor do primeiro mapa da Capitania de Goiás? Disponível em: <<http://www.altiplano.com.br/1010tosi.html>>. Acesso em: 14 fev. 2011.

Fonte - Arquivo Histórico Ultramarino

Medidas - 51,3 cm × 36,4 cm, em folha 51,6 cm × 36,5 cm.

Data - 1753

Localização - AHU_CARTm_008, D. 0866/D.867

Originalmente anexo ao documento AHU_ACL_CU_008, Cx.9, D. 603 - 1753, Setembro, 12.



CARTA TOPOGRÁFICA DO PAÍS DOS RIOS CLARO E PILOENS (4)

O mapa indica os seis postos de guarda que fiscalizam a região de diamantes proibida de ser explorada pelos mineiros. Mostra, também, o roteiro seguido pela bandeira de Francisco Soares de Bulhões.

Segundo Isa Adonias, “promovendo os descobrimentos do ouro, em 1772, o Governador da Capitania de Goiás conseguiu que saísse de Jaraguá grande bandeira organizada às custas do Capitão Francisco Soares de Bulhões e por ele comandada, tendo por guia o ilhéu Urbano do Couto, que fora sócio do 2º Anhanguera em expedições anteriores. Tendo Urbano do Couto adoecido e não podendo seguir viagem, entregou a Bulhões um roteiro onde estavam localizadas as minas de ouro. Após 67 dias de marcha por meio de serras, matas e extensas campinas, a expedição chegou a um lugar denominado Fundão, nas paragens de um rio onde desaguavam diversos ribeirões. Escavações feitas ali revelaram a existência de ouro, conforme indicava o citado roteiro, porém o Capitão Bulhões suspeitando estar em região próxima das vertentes do rio Claro, portanto compreendida nas terras diamantinas proibidas, mandou, como fiel vassalo que era, suspender as escavações que tinham sido iniciadas. A expedição regressou, sem ter, assim logrado alcançar o fim desejado. Mais tarde, nova expedição foi organizada por determinação do Governador José de Almeida de Vasconcelos Soveral e Carvalho (1772-1778), a examinar se o lugar do Fundão estava ou não nas terras diamantinas proibidas. Incumbiu-se da missão, ainda, o Capitão Francisco Soares de Bulhões em companhia do ajudante Tomás de Souza”.¹

Inclui rosa dos ventos. Aquarelada nas cores verde, amarela e preta. Relevo representado em forma pictórica.

Leitura paleográfica:

Carta Topographica do País dos Rios Claro, e Piloens que o Il.mo e Ex.mo S.nr Jozé de Almeida de Vasconcellos Governador, e Cap.m Gn.al da Cap.ta de Goyas mandou fazer, depois de mandar averiguar aquelle continente, naqual semostra, os lugares ou cadeya das guardas q. demarcão as terras Diamantinas, proibidas de se minerar nelas. Compriende tambem ajornada que fes Fran.c Soares de Bulhoens em junho de prez.te anno de 1772 buscando o descuberto de Urbano do Coitto.

A Primeira Guarda, B Segunda, C Terceira, D Quarta, E Quinta, F Sesta. 1 Villa Boa, 2 Lagoa dos Pasmados, 3 Fundão ou lugar do prometido descuberto de Urbano do Coito de donde retrocedeu Fran.co Soares, 4 Morro de Santo Antonio, 5 Quartel da Guarda do R.o Claro, 6 Pasaje chamada do Cuiabá.

Referências:

1 – ADONIAS, Isa. Mapas e Planos Manuscritos relativos ao Brasil colonial conservados no Ministério das Relações Exteriores (1500-1822). Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação, Rio de Janeiro, 1960, p. 662.

2 – ADONIAS, Isa; Furrer, Bruno. Imagens da formação territorial brasileira, Fundação Emílio Odebrecht, Rio de Janeiro, 1993.

3 – FARIA, Maria Dulce de. Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011, p. 366.

4 – Catálogo de mappas, plantas, desenhos, gravuras e aguarellas / Castro e Almeida. N. 242.

Fonte – Arquivo Histórico Ultramarino

Medidas – 39,3 cm × 51,5 cm em folha 42,1 cm × 54,5 cm

Data – 1772

Localização – AHU_CARTm_008, D. 0872.

Anexo documento AHU_ACL_CU_008, Cx.027, D. 1715 – 1773, fevereiro, 12

A Mapoteca do Itamaraty e o Arquivo Histórico do Exército possuem uma cópia, com pequenas diferenças no título.

CARTA GEOGRÁFICA DE TODO O TERRENO CONHECIDO QUE MEDEIA ENTRE VILA BOA DE GOIÁS E VILA BELA DE MATO GROSSO (5)

Abrange os atuais estados de Mato Grosso, Rondônia e Goiás. Indica vilas, aldeias, arraiais, fazendas e destacamentos, como: Villa Bella de Matto Grosso, Vila de Cuyaba, Aldeya de Santa Anna, Arrayal Amaro Leite, Registo da Insua, Fazenda do Rio Grande, Destacamento do Rio Claro, Villa Boa de Goyas, Arrayal e Freguezia da Anta, Arraial de Santa Rita, Arrayal das Tizouras, Aldeya de São Joze de Mosamedes. Aquarelada de verde nos desenhos dos rios e vermelhos nos símbolos das vilas, aldeias e arraiais.

Leitura paleográfica:

Carta geographica de todo o terreno conhecido que medeya entre Villa Boa de Goyáz e Villa Bella de Matto Grosso, em q. se mostrão todos os rios, ribeiroens; e alguns corgos mais notaveis, con as distancias que a experiencia mais prudencial tem calculado athe 15 de dezembro 1774.

Notações

1 Villa Bella de Matto Grosso.

2 Villa do Cuyabá.

3 Aldeya de Santa Anna.

4 Arrayal de Amaro Leite.

5 Rezisto da Insua.

6 Fazenda do Rio Grande.

7 Destacam.to do Rio Claro.

8 Villa Boa de Goyás.

Referências:

1 – FARIA, Maria Dulce de. Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011. p. 369.



2 - Catálogo de mappas, plantas, desenhos, gravuras e aguarellas / Castro e Almeida. N. 236.

Fonte - Arquivo Histórico Ultramarino

Medidas - 24,4 cm × 76,4 cm em folha 27,4 cm × 79,4 cm

Data - 1774

Localização - AHU_CARTm_008, D. 0873.

Anexo ao Documento AHU_ACL_CU_008, Cx. 28, D.1825 - Ofício do Governador da Capitania de Goiás, José d'Almeida e Vasconcelos - 1775, agosto, 25.

PLANTA DE VILA BOA CAPITAL DA CAPITANIA GERAL DE GOIÁS (6)

Elaborada pelo soldado, dragão do Regimento da Cavalaria, Manuel Ribeiro Guimarães de ordem do Governador Luís da Cunha Menezes, governador de Goiás no período de outubro de 1778 até março de 1783, quando foi mandado para Minas Gerais, a fim de assumir o governo daquela capitania.

A planta, "primoroso desenho encomendado pelo governador Cunha Menezes, com o levantamento do que existia na Vila em 1782 e a proposta de ordenação do seu crescimento, caso o crescimento da população assim exigisse. Acompanhado de um Código de Posturas Urbanas, esse foi o primeiro documento iconográfico da capital goiana elaborado com a pretensão de dar uma ordem urbana ou um planejamento ao crescimento - e somente ao crescimento - da história de Goiás. Convém observar que, nesse caso, a intenção de se dar uma ordem à vila, partiu da forma própria com que Cunha Menezes entendia a estrutura de governo e seu relacionamento com a sede do poder administrativo, dentro de um direcionamento oficial pensado como um todo para a colônia dentro do pensamento político do Marquês de Pombal".¹

Além do direcionamento da expansão da vila, "o plano buscava também enquadrar a Praça do Chafariz, colocando-a mais centralizada dentro do tecido urbano e não mais na condição de um dos vértices, como se apresentava anteriormente. Valorizando a nova situação do lugar, foram criados elementos expressivos da modernidade, como uma alameda e um passeio. Dessa forma, o governador tentava transformar esse espaço no mais importante local público da vila".²

Por meio da planta ficamos a par "da situação de vila Boa, quase cinquenta anos após a sua fundação. Podemos observar um setor mais central, com traçado irregular, que corresponde certamente ao primitivo arraial de mineradores. Na parte urbanizada, ao seu redor, à direita e na parte de baixo do desenho, constata-se a existência de um traçado geométrico regular, com ruas retas de largura constante. O mesmo tipo de traçado se encontra no trecho urbanizado na outra margem do rio, do lado esquerdo do desenho, na qual apenas uma pequena parcela, mais ao alto, não evidencia regularidade. Nesses dois setores, são indicadas apenas algumas áreas edificadas, já consolidadas as práticas de adequado alinhamento, e as demais correspondem ao plano para expansão da área urbanizada decidido em 1778 pelo governador Menezes".³

Na parte inferior, são representados os uniformes da guarnição militar da vila, com suas respectivas graduações: Cavalaria auxiliar, Dragões pagos, Pedestres, Infantaria Auxiliar, Henriques e Ordenança.

Desenhado a nanquim. Apresenta uma extensa legenda que indica, por meio de números e letras: chácaras, edifícios públicos, igrejas, hospício, câmara, palácio da residência do governo, cadeia, ruas, travessas, becos, etc. Escala gráfica de 140 braças [= 6,6cm]. Inclui rosa dos ventos, decorada em estilo neoclássico. Meridiano de origem: Ilha do Ferro.

Leitura paleográfica:

Planta de Vila Boa Capital da Capitania geral de Goyás, levantada no ano de 1782, pelo Ill.mo e Ex.mo Snr. Luis da Cunha Menezes, Governador, e Capitão General da mesma Cap.ta, e copiada na latitude austal de 16 g.os. e 20 m., e 322 g.os, 30 m. de L. da Ilha do Ferro, na q. demonstra também além das declarações feitas no Ranvoã, que a dita Vila [tem] actualmente 554 moradas de cazas, abitadas por 3000 pessoas entrando o n.o da sua Goarnição, e q.l é 4 Comp.as do 1º Regim.to de Cavalaria Auxiliar, hua de Dragoens pagos, outra de Pedrestes pagos, 4 de Infantaria Auxiliar, hua de Henrriques, e 3 de Ordenanças.

Manoel Ribeiro Guim.es fes.

Na parte inferior, à esquerda possui dois desenhos técnicos com as seguintes legendas: Fachada ou frente principal de Palácio - Fachada de um dos lados da praça principal da V.a que fas frente para Palácio, e prospecto regular, p.a todas as mais ruas.

A - Igreja Matris.

B - Igreja de N. Snr.a da Boa Morte per.te a Irmand.e dos homens pardos.

C - Igreja de N.Snr.a da Lapa pertecente a Irmand.e dos Mercadores.

D - Igr.a do Rozario per.te a Irm.de dos pret.o

E - Capela de Santa Barbara.

F - Igreja de N. Snr.a do Carmo.

G - Igreja de S. Francisco de Paula.

H - Capela dos Pasos.

I - Palácio da Rezidencia do Governo.

L - Caza da Fund.am e do Intend.e do mesmo.

M - Caza da Camera, e seus adjaç.tes cadeyas Publicas.

N - Quarteis da tropa da sua guarnição, Armazens Reaes, e Ospit.

O - Caza da Contadoria dos Rendim.tos Reaes da Capitania.

P - Ospício de Jeruzalém

Q - Açougue publico e cazas para depozito dos mantimentos.

R - Praça do Palacio

S - Praça do Paceyo publico

T - Praça do Ajudante das Ordens

U - Praça de Jozé Moreira

X - Praça Nova

Z - Praça da Lage

Y - Praça detrás da Matris.

aa - Praça de S. Fran.co de Paula.

bb - Praça do Barrozo.

cc - Praça do Rozario.

dd - Fonte nova feita no ano de 1778.



- ee – Fonte velha da Cambaúba
ff – Ponte do Marinho.
gg – Cais novo do R. Verm. e construído no ano de 1782.
hh – Ponte do meyo.
ii – Ponte da Cambaúba edificada no ano de 1782, e proporcionada ao volume de agoas a q. vem chegando nas maiores enxentes do R.o
- 1 – Rua da Fundação
 - 2 – Rua do R.o da Praia
 - 3 – R. nova Luziana
 - 4 – R. nova do Beira
 - 5 – R. do medico
 - 6 – R. direita do Palácio
 - 7 – R. dos Mercad.es
 - 8 – R. da Camb.a
 - 9 – R. do Rosário
 - 10 – R. n.a do Barroz
 - 11 – R. nova do Theatro
 - 12 – R. do Pe. Salva.[dor]
 - 13 – Rua nova de S.ta Barbara
 - 14 – R. do Pintor
 - 15 – Rua nova
 - 16 – R. do Marinho
 - 17 – R. do j. da bola
 - 18 – R. do curtume
 - 19 – Rua ultima
 - 20 – R. do Nicolau
 - 21 – Trav. de Joaq.m Roiz
 - 22 – Travesa Bela
 - 23 – T. detrás da Mat.z
 - 24 – T. do Bento
 - 25 – Travessa do Cap.m Antonio de Souza Pereira
 - 26 – Travessa de entre muros
 - 27 – T. Amena
 - 28 – Trav. Auria
 - 29 – Trav. Argeraina
 - 30 – T. do Colégio
 - 31 – Trav. dos Quart.es
 - 32 – B.[eco] das medicas
 - 33 – Beco do D.or Ignacio
 - 34 – Beco de Manuel Pires Neves
 - 35 – Beco de D. Quiteria
 - 36 – Beco do Sarg.to mor Jozé de Pasos
 - 37 – Beco do Theatro
 - 38 – Chacara de Jozé Moreira
 - 39 – Chac. do Ajud.te das Ordens Jozé [?]
 - 40 – Chacara de Joaq.m Apolinário.
 - 41 – Chacara das Cordeiras
 - 42 – Chac. Peq. do Sarg.mor Lour.ço Ant.o da Neiva
 - 43 – Chac. grd.e [?] com um parreiral q. no ano de 82 produzio 50 Barris de vinho.
 - 44 – Chacara do Muinho
 - 45 – Chac. de João Lourenço Gomes
 - 46 – Chacara da Antonica
 - 47 – Chacara de Antonio Jozé de Arriaga
- [circulo na cor preta] – Estrada que segue para Piloéns.
[losango delineado em preto] – Estrada do Ouro Fino
[triângulo delineado em preto] – Estrada que vay para o Arrayal da Anta.
[flecha apontando para baixo delineada em preto] – Rio Vermelho.

Referências:

- 1 – Disponível em: <http://casaabalcoada.blogspot.com.br/2009_03_01_archive.html>. Acesso em: 15 ago. 2013.
- 2 – Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article>>. Acesso em: 15 ago. 2013.
- 3 – Disponível em: <<http://www.sudoestesp.com.br/file/colecao-imagens-periodo-colonial-goias/674/>>. Acesso em: 15 ago. 2013.
- 4 – FARIA, Maria Dulce de. Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011, p. 371-372.
- 5 – BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. Urbanização em Goiás no século XVIII. Tese de Doutorado apresentada na FAU-USP, 2007.

Fonte – Arquivo Histórico Ultramarino

Medidas – 45,7 cm × 51,6 cm em folha 53,5 cm × 59,5 cm

Data – 1782

Localização – AHU_CARTm_008, D. 0877

Anexo ao documento AHU_ACL_CU_008, Cx.35, D.2148.

A Casa da Insua (Portugal) possui uma cópia de época.

MAPA TOPOGRÁFICO EM QUE SE DEMONSTRA A EXTENÇÃO DE TERRENO QUE OCUPA NA CAPITANIA DE GOIÁS, O SEGUNDO REGIMENTO DE CAVALARIA AUXILIAR (7)

Indica área desocupada pela tribo indígena Canoeiro para a criação de gado. Atualmente, o povo Canoeiro é chamado de Rikbaktsa e está localizado no Mato Grosso, segundo Listagem dos nomes dos povos indígenas no Brasil por Maria Elizabeth Brêa Monteiro e Maria Irene Brasil, publicado no Boletim do Museu do Índio, n. 8. Relevo representado em hachuras e vegetação sob forma pictórica.

Estão assinalados: Salinas, Rio Crixá, Rio Crixá Mirim, Arrayal do Crixá, Rio das Tizouraz, São Jozé, Lages, Estrema, Rio Ministro, Rio Ururú, Rio das Almaz, Carretão, Ponte Alta, Rio de São Patricio, Rio Soberbo, Arrayal de Pilar, Rio Vermelho, Rio das Lavrinhas, Rio Verde, Rio Corumbá, Rio das Areyas, Rio dos Montes Claros, Rio da Ponte Alta, Arraial de Santa Luzia, Rio do Gama, Pouzo Alegre, Rio dos Patoz, Rio Maranhão, Arraial das Trairas, Rio das Trairaz, Arraial de São Jozé, Rio Bacalhau, Rio da Caxoeira, Rio Tocantinz, Rio da Bagaje, Rio de Santo Ignácio, Vertentes do Araguay, Rio Gameleyra, Rio Preto, Rio Claro, Rio do Engenho, Lagoa das Caldez, Rio Custodio, Rio Paraná, Terras novas, as milhores que se tem encontrado para creyção de gadoz neste continente. Despovoadaz pelas ostilidades do Gentio Canoeiro, Rio de Manuel Diaz, Rio de Santa Tereza, Cana Branca, Rio das Areyaz, Lagoa dos G[...].lfos, Rio das Arrayas Rio Escuro, Plama, Rio das Mantrinxa, Rio de São Valerio, Moleque, Rio da Serra, Rio Manuel Alves, Rio da Taboca, Rio Salobro, Arraial da Natividade.

Desenho a nanquim. Aquarelado nas cores amarela, nas linhas de extensão do terreno da capitania, e vermelha, nas indicações dos regimentos de cavalaria nos arraiais. Escala



gráfica de 20 léguas [= 9 cm]. Inclui rosa dos ventos com flor-de-lis. Abrange os atuais estados de Mato Grosso, Goiás e Tocantins.

Leitura paleográfica:

Mappa Thopographico em que se demonstra a extenção de terreno que ocupa na Capitania de Goyáz o segundo Regimento de Cavalaria Auxiliar da mesma Capitania devidido por Companhias nos seus Arrayaes, que vão declarados como são, Crixá, Pilar, Trairas, S. José de Tocantins, S. Feliz, Natevidade, Cavalcante, S. Luzia, na forma e Regularidade em que ficou pela criação q. dele se fez no ano de 1782.

Referências:

- 1 - FARIA, Maria Dulce de. Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011, p. 372.
- 2 - Catálogo de mappas, plantas, desenhos, gravuras e aguarellas / Castro e Almeida. N. 399.

Fonte - Arquivo Histórico Ultramarino

Medida - 49,8 cm × 23,4 cm em folha 52,8 cm × 26,9 cm

Data - 1782

Localização - AHU_CARTm_008, D. 0878

Anexo ao documento AHU_ACL_CU_008, Cx. 34, D.2082 - 1783, Fevereiro, 10.

MAPA TOPOGRÁFICO DA CAMPANHA DO RIO PILOENS E RIO CLARO DIAMANTINOS (8)

Mostra as trilhas abertas pelo Ministro Manuel Joaquim de Aguiar Mourão e José Manuel da Silva e Oliveira ao longo dos Rios Claro e Pilões, de ordem do Governador Dom Francisco de Assis Mascarenhas cujo governo de Goiás foi de 1804-1809. Estão assinalados: o Ministro embarcado pelo Rio Funil, Motôm, Destacamento, Guardamt., Sintinela, Serra Boa Vista, Rio Jacû, Rio Santa Maria, Santo Rio São Miguel, Canal, Areyas, Furnas, Lambary, Arâras, Buritzaes, Bagage e Brumado, Estrada Real do Cuiabá, Rio Fartura, Aldea Maria, Rio Roncador, Canabraba, Caminho da Vila, As pedras da Chapada.

Desenho a nanquim. Elaborado em escala gráfica de 10 léguas [= 11,1cm]. Inclui rosa dos ventos. Relevo e vegetação representados em forma pictórica. Aquarelada e aguada na cor verde.

Leitura paleográfica:

Mappa Topographico da Campanha do Rio Piloens e Rio Claro diamantinos, com todas suas vertentes pertencentes a Comarca de Villa Boa de Goyas mandado tirar pelo Ill.mo Ex.mo Snr. Dom Francisco de Assis Mascarenhas, Gov.or Cap.m General desta Cap.nia sendo examinados todos ambos os rios, e suas vertentes pelo

Min.o D.or Manoel Joaquim de Ag.ar Mourão Ouv.or e Correg.or q. foi desta Com.ca, e p.r Joze Manoel S.a e Oliv.ra, que ambos correrão a Campanha e abrirão picadas e cam.os como mostra neste Mappa. V.a Boa no anno de 1805.

Referências:

- 1 - FARIA, Maria Dulce de. Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011, p. 375.
- 2 - Catálogo de mappas, plantas, desenhos, gravuras e aguarellas / Castro e Almeida. N. 241.

Fonte - Arquivo Histórico Ultramarino

Medida - 30,4 cm x 40,9 cm em folha 33,7 cm x 43,3 cm

Data - 1805

Localização - AHU_CARTm_008, D. 0879.

Anexo ao documento AHU_ACL_CU_008, Cx. 49, D.2086 - 1805, Junho, 4.

VILA BOA DE GOIÁS E TUDO O QUE PERTENCE AO SEU TERMO (9)

Este mapa é uma cópia simplificada do mapa "Vila Boa de Goiás e tudo o que pertence ao seu termo". (Cf. neste GUIA p. 56)

Portanto, para a compreensão do mapa que serviu de referência a esta "cópia" consultar neste GUIA p. 67.

Mostra a extração de ouro nos Rios Vermelho, das Almas, Peixe Pequeno e outro afluente do Peixe. Indica a capital da Capitania de Goiás, Vila Boa de Goiás (atual cidade de Goiás), os arraiais de São Miguel, Anta, Barra, Ferreiro, Ouro Fino; os engenhos do Bicudo, Santo Isidoro, Palmital, Casa da Telha e França e os caminhos para Crixá e Pilar e um Quilombo, perto do Arraial de São Miguel.

Desenho a nanquim preto e bico de pena vermelha. Aguada de vermelho e verde. Inclui rosa dos ventos, com flor-de-lis. Relevo e vegetação representados em forma pictórica. Meridiano de origem: Ilha do Ferro.

Leitura paleográfica:

VILLA BOA DE GOIAS E: todo o q. pertence ao seu termo. O lugar da Villa e Arrayaes se mostra pellas capellas q. estão em figr.a redonda com crus; os çitios denota este sinal [desenho de um triângulo em cor vermelha]; os Engenhos se mostram em figr.a de hum selindro com huma crus em sima [desenho de um triângulo em cor vermelha com uma cruz em cima]. os Rios de canoa com este sinal [desenho de um asterisco]; as serras e montes mostrase só desenhadas somentes de preto; os arvoredos de cor verde mostra o matto grosso. 1805.

TODOS OS CORGOS e reibeiroes com côr vemelha indicaõ que se extahe ouro.

**Referências:**

1 - FARIA, Maria Dulce de. Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011, p. 374.

Fonte - Arquivo Histórico Ultramarino

Medida - 39,4 cm × 30,3 cm em folha 40,5 cm × 310 x 40,5 cm

Data - 1805

Localização - AHU_CARTm_008, D. 0880

MAPA DA REGIÃO DA COSTA DO BRASIL E INTERIOR (10)

Mapa da região da costa do Brasil e interior, desde a foz do rio Amazonas – Ilha Marajó – até Porto Alegre, atual cidade de Mucuripe, na Bahia, abrangendo a Capitania de Goiás e Mato Grosso. Enfatiza a configuração geográfica dos atuais estados do Tocantins e Goiás.

Reforça, também, as indicações do marco firmado no Rio Jauru, no período da demarcação de fronteiras entre as colônias portuguesa e espanhola (1752-1771), as fortificações do Príncipe da Beira, construída em 1776 – localizada nas margens do Rio Guaporé, no atual estado de Rondônia – e das Pedras, nas margens do Rio Guaporé, Forte do Rio Negro, nas margens do Rio Negro, Forte dos Tapajós e mais duas fortificações na beira do Rio Amazonas.

Relaciona alguns topônimos do norte de Minas Gerais, como a Vila de Paracatu, Rio das Velhas, Tejuco, atual Diamantina. Indica caminhos entre as cidades de Vila Bela, atual cidade de Mato Grosso, Cuiabá (estado de Mato Grosso), Vila Boa, atual cidade de Goiás (estado de Goiás), e Paracatu (estado de Minas Gerais).

Neles, estão assinalados: Rio Araguaia, Aldeia do Ximbioa, Grande Aldeya, Rio Tapiraperas, Rio das Vertentes, Rio Manuel Alvez, Rio de Santa Thereza. Ilha de Santa Anna abitada de Gentio Javaé e Caraja, Nova Beira Natividade. Rio das Areas, Rio São João, Rio das Mortes, Rio das Barreiras, Morro di Espeta, Serra do Campo, Estrondo Murrinas Caldas, Canabravam, Coriolo, Aldeia de São Joze, Bom Fim, Rio das Almas. Algumas vilas e arraiais dos atuais estados de Tocantins e Goiás estão indicados como: Natividade, Conceição, Arrayai, Corixás, Pillar, São Felix, Cavalcante, Trairas, Cocal, Agoaqueute, Anta, Bugres, Villa Boa, Corgo e Meya Ponte.

Referências:

1 - FARIA, Maria Dulce de. Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011, p. 374.

Fonte - Arquivo Histórico Ultramarino

Medida - 42,3 cm × 56,5 cm em folha 51cm × 64,7cm

Data - 1805

Localização - AHU_CARTm_008, D. 0881

MAPA DOS RIOS DO PILAR (11)

O contexto e as razões para elaboração do “MAPA DOS RIOS DO PILAR” são os mesmos descritos para o mapa “VILA BOA DE GOIÁS E TUDO O QUE PERTENCE AO SEU TERMO” do acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, apresentado neste GUIA na p. 67.

Como ali é apresentado, estes dois mapas foram enviados anexados à carta-relatório escrita pelo “Ouvidor Geral” de Goiás, Antônio da Cunha Soutto Mayor em 30 de abril de 1758.^{1,2}

A carta-relatório refere-se explicitamente a este mapa ao afirmar: “segue-se o mapa dos rios do Pillar”. Foi em função desta afirmação que o presente mapa que era identificado até o momento na cartografia como “REGIÃO ENTRE OS RIOS MARANHÃO E CRIXÁS”, é nomeado neste GUIA como “MAPA DOS RIOS DO PILAR”.¹

A carta-relatório também faz referência aos arraiais representados neste mapa: “há neste continente, quatro arraiais seguintes as justiças de Nossa Senhora do Pilar, a saber, este; o de Guarinos, o de Nossa Senhora da Conceição de Crixás, situados da parte do Norte, e o de São Sebastião do Bority, da parte do Leste”.¹

“O desenho simples, uma bela representação artística elaborado pelo juiz Antônio dos Santos Silva, com base nas experiências de viajantes, evidencia que o processo de construção da cartografia dos sertões não aconteceu somente por meio do saber técnico-acadêmico. Na representação, destaca-se a hidrografia em cor verde numa forma que lembra os tentáculos do polvo. Os povoados são representados em traços parecidos com nuvens na cor vermelha, diferente da simbologia adotada na época. Contém os pontos cardeais Norte, Sul, Oeste e Leste, sem cartela com legenda. Os rios que banham os arraiais do Distrito de Pilar, são: Santo Antônio, Crixaz, Soberbo, Calhamarez, Guarinos, São Pedro, do Peixe, Vermelho, São Patricio, das Almas, orientados pelos pontos cardeais, conforme descritos pelo juiz ao Ouvidor Geral.”²

Referências:

1 - Goiás - AHU_ACL_CU_008, Cx. 15, D. 892, de 30 de abril de 1758. Carta do ouvidor geral e corregedor de Goiás, Antônio da Cunha Souttomaior, atendendo à solicitação real por informações sobre os arraiais para a execução da Carta Geral do Brasil.

2 - VIEIRA JÚNIOR, Wilson. Cartografia da Capitania de Goyaz do século XVIII: intenção e representação. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

3 - FARIA, Maria Dulce de. Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011, p. 374.

Fonte - Arquivo Histórico Ultramarino

Medida - 42,4 cm × 30,8 cm

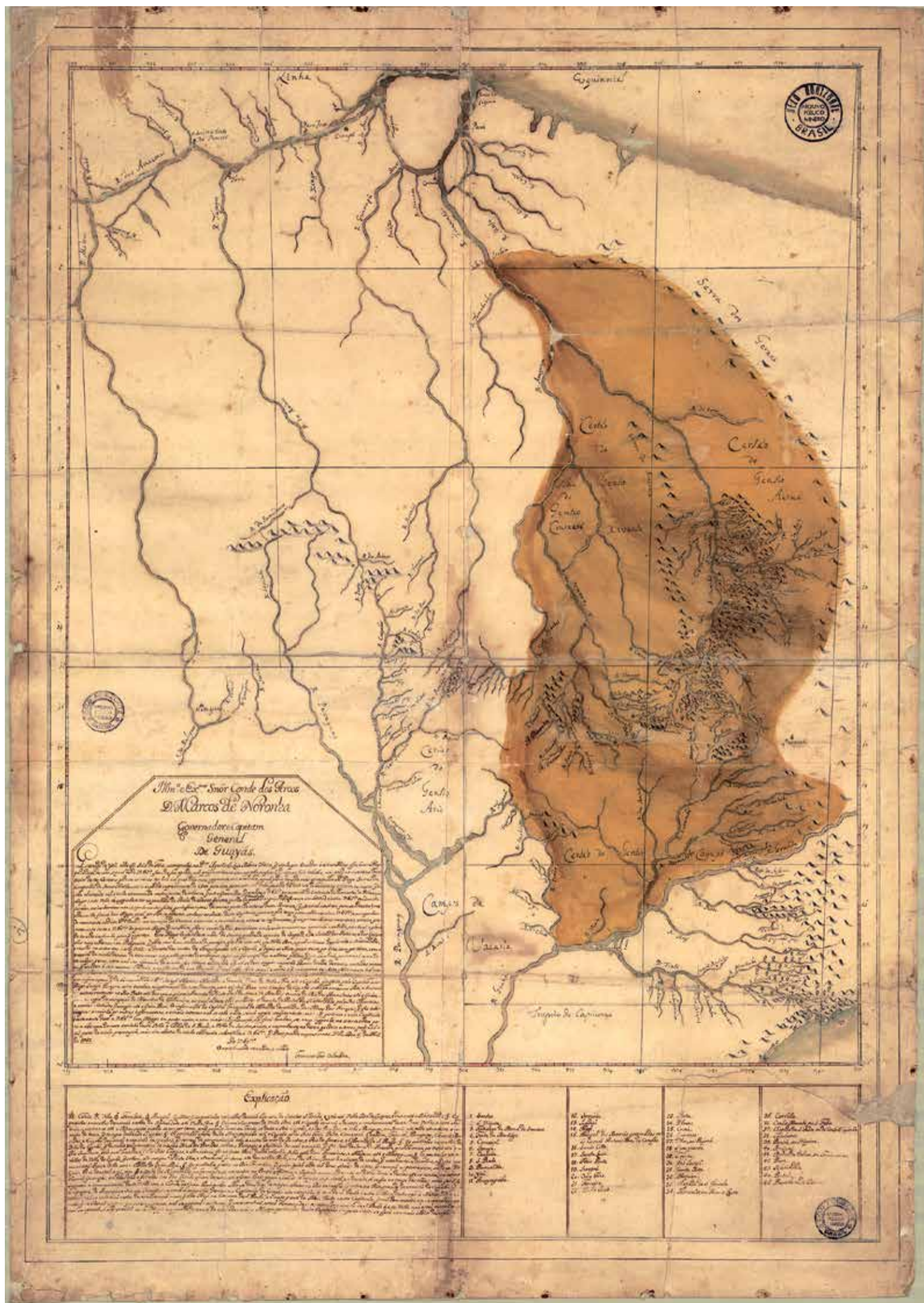
Data - Século XVIII

Localização - AHU_CARTm_008, D. 1254



ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

MAPA DOS LIMITES DE GOIÁS E MINAS GERAIS





ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO Belo Horizonte/MG

MAPA DOS LIMITES DE GOIÁS E MINAS GERAIS

Para a introdução geral deste mapa, consulte neste GUIA p. 48 e 148-150.

Para outras informações sobre o contexto político, econômico e social da elaboração deste mapa, o segundo de "Goiaz" e que serviu de base para a cópia aqui apresentada, consultar o artigo "Primeiros Mapas da Capitania de Goiás", do historiador Wilson Vieira Júnior, neste GUIA p. 32.

Leitura paleográfica:

Ilm.o e Ex.mo Sn.õr Conde dos Arcos / D. Marcos de Noronha / Governador, e Capitam / General / de Guayás / Quando de Ytu, onde foi juiz de fora, acompanhei ao D. or Agostinho Luiz Ribeiro Vieira, q vinha por Ouvidor a estas minas, fiz hum map / pa da dicta derrota, o qual vendo V. Ex.cia ficou do seo agrado, não porq o cenhecesse com aquella perfeição, q requer hua tal obra, más porq na incerteza do in / terior destes certoens pode se ao menos ter hua tal qual idea mais apparente com a verdade, a qual podia ter sido mais aproximado o P. Diogo Soares da / Companhia de Jesus Mathematico expedido expressamente da corte para isso; porem este não tinha passado do dictricto de Tocantins, e o pouco, ou muyto, q ti / nha alcançado, não o tinha communicado nestas partes, de tal sorte, q outro Governador, q precedeo a V. Ex.cia por occasião do contracto dos diamantes de Piloens, ao / chegar a esta villa se suppunha estar na parallela da Bahia de Todos os Sanctos, quando há mais da tres graos de differença em latitud, e assim V. Ex. cia, tendo visto / tambem varios borroens meos, e apontamentos feitos por informações de varias partes do interior desta America (q) serviraõ a outrem para se adiantar) me / ordenou lhe fizesse hum mappa geral, por onde se podessem conhecer os limites desta capitania; para isso pedi tempo para melhor servir a V. Ex.cia, e acompanhan / do novamente ao dicto D.or Ouvidor na correição da comarca, examinei-a pessoalmente, e tomei as informações, q me pareceraõ mais verosimeis, e assim pre / sentemente sirvo a V. Ex.cia do presente mappa q como disse, poderá servir de idea, [rasura] os curioso conhecendo os meos erros apontaraõ a verdade, e eu terei a gloria / de ter sido o estimulo para q ai pareça. Este mappa he feito deste modo: de Sanctos guardando os pontos de longitud, e da latitud dos roteiros, e dos geógra / phos mais modernos, com a diligencia, q pode usar hum viandante de passagem, fiz a derrota até esta Villa Boa, a qual continuei depois até a Natividade, / e recolhi-me outra vez a esta villa: a derrota das canoas de Ararytaguaba até o Cuyabá, e depois ao Mato-grosso tanto por rios, como por terra, com a / occasião da minha demora de onze mezes naquellas partes do embarque segui a informação dos melhores pilotos, q por lá andaõ, por isso não se me de / ve culpar o erro, como não me gloriaria do acerto se

o tivesse alcançado, e q só se deve suppor naquella pessoa dotada de tantas virtudes mora / es, q excedem a sua mesma sabedoria, e ao illustre da sua prosapia q não sabe obrar, senaõ acertos, e q se suppoem ter feito felixmente tal via / gem: a derrota, q [ilegível, pela dobra no mapa, deste ponto até o fim da linha] / por informações, q de lá me mandou o D.or Joseph Martins Machado: a derrota, q vai de Villa Boa ate o Cuyabá, foi feita pelo capitaõ mor / Diogo Joseph Pereyra, como tambem a informação da nossa derrota para o Gram Pará com canoas do Cuyabá subindo o mesmo rio, e buscar / outras vertentes no rio Preto até dar com a primeira derrota do dicto Joaõ de Sousa de Azevedo: o curso do rio das Amazõnas até o Gram / Pará [?] copia da navegação de monsieur de Condemine, ao qual de deve todo o credito: a derrota do Pontal da Natividade pelo rio Tocantins, e canaes chamados guarupés até o Gram Pará, he informação do capitaõ Francisco de Almeida descobridor das minas das Arrayas, q fez tal / viagem: o mais he por outras informações, e o mais interior não se sabe ainda, senaõ muyto confusamente; mas o q pertence a esta capitania / bravemente darei a V. Ex.cia hum mappa em ponto maior, e com amior individuação, o q farei tambem, se, como supponho, me vier, a ordem pa / ra a abertura do novo caminho desta villa a cidade de S. Paulo, e villa de Sanctos, e nisto, e naquelles se me devem perdoar os erros porq não / saõ partos da minha presemção, mas sim abortos da minha obediencia submettida a V. Ex.cia, q deos guarde muytos annos. Villa Boa 6 de abril / de 1751. / De V. Ex.cia / o mais humilde venerador, e criado / Francisco Tosi Colombina [assinatura]

Explicação / [símbolo] Cidade. [símbolo] Villa. [símbolo] Fortaleza. [símbolo] Arrayal. [símbolo] Sitio: § os pontinhos vermelhos denotaõ a derrota de sanctos, S. Paulo e Ytu até Villa Boa de Guayás, e desta até a Natividade: §. Os / pontinhos amarellos demarcaõ a volta da Natividade até Villa Boa: §. Os pontinhos pretos de Villa Boa até o Cuyabá demarcaõ a derrota, communicação destas duas villas, e esta con / tinua a mostrar-se até o Mato-grosso, quando se vai por terra, porq quando se vai em canoa, se desce o rio Cuyabá, e o dos Porrudos, se sobe o Paraguay, e o Jauru até onde atravessa o ca / minho de terra, q se segue deixando as canoas. §. Os pontinhos pretos desde Irarytaguaba até o Cuyabá pelos rios Tiaté, Pardo, Camapoaã, Cuchiim, Taquari, Paraguay, Cheene, Por / rudos, e Cuyabá demarcaõ o caminho das canoas, q servem de communicação com a costa do mar de Sanctos, e Rio de Janeiro, e o Povoado de S. Paulo. §. Os pontinhos vermelho da / villa de Cuyabá, q descendo pelas margens do mesmo rio, e dos Porrudos, sobem o Paraguay, e Sapituba denotaõ o caminho, q fez Joaõ de Sousa de Azevedo, quando varou por terra até o / rio Sumidouro, pelo qual descendo, e pelos rios Tapayos, e Amazonas, foi ao Gram Pará, donde voltando subio pelo dicto Amazonas, e Madeira até o Mato-grosso. §. Os pontinhos ama / rellos da villa de Cuyabá, q sobem pella margem do dicto rio, e atravessaõ por terra até dar no rio Preto, e no dos Arinos, denotaõ a viagem de canoas, q novamente se descobrio, e q faz com / municavel a dicta villa com a cidade do Gram Pará. §. Os pontinhos pretos no rio



Tocantins, q principiaõ onde saõ dous sinaes de sitios, q começaõ as povoaçoens, ou roça do / Gram Pará, denotaõ a viagem, q a gente da Natividade embarcando-se em canoas no Portal effeituou, e chegando em onze dias até as dictas roças, e destas até os canaes, ou como / chamaõ Guarupés, em dous dias, e por elles tres dias, q tudo fazem dezeseis até o Gram Pará; porem a subida se reputa impossivel, e a descida só se faz em tempo das cheas; mais facil se / suppoem a communicaçãõ desta villa com a cidade do Gram Pará embarcando-se dous dias de viagem abaixo no rio Vermelho, q entra no Rio-grande do caminho do Cuyabá, q / com o nome de Araguaya entra no Tocantins: a sombra amarella demarca a capitania de Guayás nos caminhos, q vem de S. Paulo a esta villa, e desta vaõ a Natividade e / voltaõ naõ se encontraõ matos de consideraçaõ mais, q o de Mogi na comarca de S. Paulo, e o mato grosso da Meia Ponte nesta capitania, q vaõ demarcados com arvoredos: os / mais, q se chamaõ capoens por serem pequenos, naõ se apontaõ: as terras, q se encontraõ, estaõ demarcadas: os sitios do caminho de S. Paulo a esta villa naõ estaõ marcados / mas se apontaõ só os q se achaõ neste mappa em grande distancia do alistado; mas o mappa particular desta capitania em ponto maior se fará com mais individuaçaõ.

Fonte - Arquivo Público Mineiro

Medidas - 78,2 cm × 53,7 cm

Data - 1751

Localização - Fundo Secretaria do Interior - SI-002



CASA DA ÍNSUA Penalva do Castelo – Portugal

TERRITÓRIOS ENTRE A FOZ DO RIO AMAZONAS E SÃO PAULO

O mapa está datado com o ano de 1769, o que nos traz certas dificuldades para determinar o período de qual governador foi elaborado. Isso porque o segundo governador de Mato Grosso, João Pedro da Câmara, termina seu mandato em janeiro de 1769 e, no mesmo mês, assume o terceiro governador, Luis Pinto de Sousa Coutinho. Como era comum o governador apresentar um relatório final de seu governo, muitas vezes acompanhado de mapas, poderíamos supor que o mapa teria sido produzido no final do governo de João Pedro da Câmara. Contudo, o fato de o presente mapa não ter o “cartucho” preenchido nos leva a supor que esse mapa foi elaborado no governo seguinte, o de Luis Pinto de Sousa Coutinho, pois seria muito improvável que um governador enviasse um mapa para Portugal com um “cartucho” vazio, espaço geralmente usado para colocar o título e fazer referência de quem e como o mapa foi produzido.

O presente mapa segue o padrão do de Ângelo dos Santos Cardoso, o primeiro mapa de Goiás. Para maiores informações sobre esse primeiro mapa, consultar o artigo “Primeiros mapas da Capitania de Goiás”, de Wilson Vieira Júnior, neste GUIA p. 32. Para uma melhor compreensão dos “Padrões Cartográficos” para os mapas de Goiás, consultar a parte final da INTRODUÇÃO. (Cf. neste GUIA p. 27)

Apesar de seguir o padrão de Ângelo dos Santos Cardoso, percebemos claramente que este mapa está voltado para a compreensão do território e das fronteiras da Capitania de Mato Grosso bastante estendidas para o Oeste, em direção ao território espanhol. De fato “após o descobrimento das jazidas de ouro nas adjacências do rio Cuiabá e o conseqüente início de uma colonização em senso estrito, nos primeiros momentos do Setecentos, desenvolveu-se no Conselho Ultramarino uma estratégia de ocupação do vale do rio Paraguai que tinha como pontos centrais os distritos mineradores de Cuiabá e do Mato Grosso, no vale do rio Guaporé, e que devia ser sustentada por um eixo de assentamentos e pousos consolidados que formaria uma faixa ao longo do curso dos principais rios que serviam de vias de penetração”.¹ Como o mapa data de 1769, portanto, há apenas 21 anos da criação da Capitania de Mato Grosso, é de supor o interesse em representá-la cartograficamente. Por isso, o autor procurou representar elementos do interior daquela capitania, como a hidrografia, o relevo e a vegetação não presentes no mapa padrão, nem no segundo mapa de Goiás de Francisco Tosi Colombina.

Como entender que um mapa, originalmente usado para o território de Goiás tenha sido usado para representar a Capitania de Mato Grosso? Se compararmos o “mapa padrão” utilizado, é possível perceber que esse compreendia o território de Mato Grosso sem, entretanto, apresentar maiores representações da hidrografia, do relevo e demais informações cartográficas dessa capitania. Na ausência de um mapa específico para Mato Grosso, não é de se estranhar o aproveitamento do mapa goiano. Além disso, o Governador

ao ser nomeado, geralmente procurava no Conselho Ultramarino informações a respeito do território que iria administrar. Ali era servido de documentos e mapas que estivessem à disposição. Portanto, é provável que algum governador, ou mesmo Luis Pinto de Sousa Coutinho, tenha levado para Mato Grosso uma cópia do mapa que seguia o “padrão” Ângelo dos Santos Cardoso e ia acrescentando elementos específicos da capitania.

O fato de este mapa se encontrar na Biblioteca da Casa da Ínsua, que foi a residência de Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, governador que sucedeu a Luis Pinto de Sousa Coutinho no governo de Mato Grosso, nos oferece outra hipótese. Sabe-se que o governador Luis Pinto de Sousa Coutinho “entregou ao capitão-general empossado as memórias que lhe pareceram mais importantes da vida daquela capitania, documento que submetia também à aprovação régia, enviando cópia para Lisboa. O objetivo era instruir o novo governador sobre a administração daquele território [...]. O extenso documento de 127 parágrafos faz o ponto da situação política, social, econômica, financeira, fiscal, judicial, militar, escolar etc., e aponta uma série de medidas para animar o comércio, fomentar a agricultura, entusiasmar o descobrimento de novas minas, promover casamentos e atrair novas famílias àquele distrito. Expõe igualmente os conhecimentos e as medidas que julga indispensáveis para se conseguir a melhor segurança e defesa dos povos. Recomenda, assim, o conhecimento topográfico do país [...]”²

Portanto, é bastante provável que o mapa elaborado no primeiro ano do governo de Luis Pinto de Sousa Coutinho tenha sido repassado ao governador seguinte, a fim de instruir Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres na administração da Capitania de Mato Grosso.

A administração de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres exigiu profundo apoio da cartografia. Além do fato de que seu governo coincidiu com os trabalhos demarcatórios do Tratado de Santo Ildefonso (1777) – o que lhe permitiu contar com técnicos em cartografia da corte portuguesa – seu longo governo à frente do Mato Grosso (1772-1789) “revelou uma administração inteligente da capitania, usando de cautelosa e prudente diplomacia em uma das mais difíceis questões da diplomacia externa pombalina – o limite entre as terras de Portugal e Espanha no Brasil – conseguiu mesmo estender as fronteiras para além dos limites estabelecidos, [...] tendo desenvolvido a agricultura e fomentado o comércio com as principais cidades do Brasil, como o Rio de Janeiro. Foi o grande promotor do povoamento das extensas terras do estado de Mato Grosso, fundando dezenas de povoações a que deu nomes como Ladário ou Ínsua, em homenagem às suas origens em Portugal. Mas na toponímia do estado ficaram também os nomes de “Estrela”, “Buçaco” ou “Lamego” que atribuiu às serras, mas sobretudo ficou a cidade de Albuquerque e o sumptuoso Forte do Príncipe da Beira, que assustou o Marques de Pombal pela sua grandiosidade e que no ano de 2009 fez parte das 25 maravilhas de Portugal no Mundo.”³

Curiosamente, este mapa traça as fronteiras de Mato Grosso com Goiás, diferentes da estabelecida pelo primeiro governador de Goiás, Conde dos Arcos, e representada no primeiro mapa de Goiás mandado fazer pelo seu Secretário, Ângelo dos Santos Cardoso em 1750 do qual, uma cópia foi



dada a Francisco Tosi Colombina. A respeito disso, conferir neste GUIA p. 48 e 148-150.

Sabe-se que:

[...] o primeiro levantamento geográfico daquela região [fronteira Oeste de Mato Grosso] aconteceria apenas algumas décadas depois, com os trabalhos demarcadores do Tratado de Madrid de 1750, o qual definiu precisamente o rio Paraguai como um dos limites entre as possessões ibéricas. As delimitações no terreno então efetuadas, constituíram a primeira intervenção sistemática e verdadeiramente científica das autoridades portuguesas e espanholas sobre o alto Paraguai. [...] Na verdade, a ocupação portuguesa do vale do Paraguai apenas começa a ser pensada nos últimos anos do governo de Luís Pinto de Sousa Coutinho na Capitania de Mato Grosso. E isso verificou-se depois de contatos com o Morgado de Mateus, Governador de São Paulo, após este ter fundado em 1767, junto ao rio Iguatemi, a fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres e São Francisco de Paula, curiosamente em território que pertenceria à Capitania de Mato Grosso, com o objetivo de garantir a navegação do percurso das monções. Em 1770, Sousa Coutinho propôs a instalação de um outro estabelecimento no Fecho dos Morros, nas margens do rio Paraguai, que apoiando-se na fortaleza do Iguatemi garantiria a navegação do rio Paraguai. No entanto, ressaltava que a sua capitania não dispunha de homens para tal empreendimento, sugerindo que a sua fundação coubesse à Capitania de São Paulo. Na verdade, este era um projeto então praticamente inexecutável.⁴

Portanto, a fronteira a Oeste, com os espanhóis, apesar da anulação do Tratado de Madrid em 1761 por meio do Tratado de El Pardo, estava relativamente estabelecida no Rio Paraguai, e de fato foi confirmada logo em seguida com o Tratado de Santo Ildefonso em 1777. A fronteira com Goiás, entretanto, será motivo de disputa por muitas décadas. Esse mapa, portanto, se reveste de relevância para a cartografia dos Sertões por indicar as pretensões da Capitania de Mato Grosso em sua fronteira com Goiás.

Leitura paleográfica

Explicação / [símbolo] Cidade. [símbolo] Villa. [símbolo] Fortaleza. [símbolo] Arrayal. [símbolo] Sitio: os pontinhos vermelhos denotam a derrota de Sanctos, S. Paulo e Ytu / até Villa Boa de Guayas, e desta até a Natividade: os pontinhos verdes demarcam a volta da Natividade a V.a Boa: o pontinho pretos de V.a Boa até o Cuyabá demarcam a derrota e comunicação destas duas villas, e esta continua a mostrar-se até o Mato-Grosso, quando se vai por terra, porq. quando se vai em canoa, se desce o rio Cuyabá codos dos porrudos, se sobe o Paraguay, e o Jaurú ate onde atravessa o ca / minho de terra, q. se segue deixando as canoas: os pontinhos pretos desde Ararytaguaba ate o Cuyaba pelo R. Tiaté, Pardo, Camapoaá, Cuchiim, Jaquari, Paraguay, Cheené, Pur / rudos, e Cuyabá demarcam o caminho das canoas, q. servem de comunicação. com a costa do mar de Sanctos, e R. de Janeiro, e o povuado de S. Paulo: os pontinhos vermelhos da / villa de Cuyabá, q. dessendo pelas margens do m.o R., e dos Porrudos, sobem o Paraguay, e Sapatúba denotam o caminho, q. fes João de Souza de Azevedo quando varou por terra

até o / R. Somidouro, pelo qual dessendo, e pelos rios Tapajos e Amazonas foi ao Gram Pará donde voltando sobio pelo dito Amazonas, e Madeira té o Mato Grosso: os pontinhos ama / rellos da villa do Cuyabá, q. sobem pela margem do d.o R. e atravessam por terra até dar no R. Preto e nos dos Arinos, denotam a viage de canoas q novamente se descobrio, e q., fas com / municavel a dita villa com a cidade do Gram Pará: os pontinhos pretos no R. Tocantins, q. principiam onde são dous senais de sitios q. comecam as povuações, ou rocas do / Gram Para, denotam a viagem, q. a gente da Natividade embarcando-se em canoas no Pontal, e chegados em onze dias até as ditas rocas, e destas até, os canais, ou cmmo / chamam Guarupes em dous dias, e por elles tres q., tudo fazem dezaceis dias ate o Gram Para; porem a subida, se reputa empossivel, e a descida so se fas em tempo das cheyas; mais facil se / suppem a communicação desta villa com a cidade do Gram Pará embarcando-se dous dias de viagem abaixo no rio Vermelho, q. emtra no Rio Grande do caminho do Cuyaba, q. / com o nome de Araguaya emtra no Tocantins: o q. veste o amarelo demarca a capitania de Guayas: nos caminhos, q. vem de S. Paulo a esta villa, e desta vao a Natividade, e voltaõ, / nao se emcomtraõ matos de consideração mais, q. o de Mogi na comarca de S. Paulo, e o mato grosso da Meia Ponte nesta capitania de Guayas, q. vaõ com destinto.s nos arvoredos; as terras q. se emcomtraõ. / estaõ demarcadas: os sitios do caminho de S. Paulo a V.a de Guayas naõ estaõ marcados, / mas se apontaõ só os q. se acham neste mappa em grande distancia do alistado: tudo o q. circula o vermelho demarca a cappitania do Mato Grosso.

1. Santos
2. S. Vicente
3. Fortaleza da Barra de Santos
4. Fortaleza da Bertioiga
5. Conceição
6. Iguape
7. Cananéa
8. S. Paulo
9. Parnahiba
10. Ytú
11. Ararytaguaba
12. Sorocaba
13. Jundiá
14. Mogi
15. Arraial dos Bororos governado pelo Coronel Antonio Pires de Campos
16. Santa Cruz
17. Santa Luzia
18. Meia Ponte
20. Ouro Fino
21. Ferreiro
22. Villa Boa
23. [Barra?]
24. Piloens
25. Crixá
26. [Guarinos?]
27. Pilar ou Papoã
28. Agua quente
29. Trayras
30. S. José



31. S. Rita
32. Moquem
33. Chapada de S. Gonçalo
34. Morinhos ou Amaro Leyte
35. Corriola
36. Carlos Marinho ou S. Felix
37. Chapada de S. Felix
38. Caval Cante
39. Paranã ou Itiquira
40. Arrayas
41. Barra da Palma ou Terras Novas
42. Duro
43. Natividade
44. Pontal
45. Descoberto do Carmo

Referências:

- 1 - NOGUEIRA, Carlo Eugênio. A conquista do Brasil Central: fronteiras e frentes pioneiras no século XIX. Scripta Nova. Revista Electronica de Geografia Y Ciencias Sociales. Vol. XVI, núm. 418 (9), 1 de novembro de 2012.
- 2 - GARCIA, João Carlos (Coord.). A mais dilatada vista do mundo - Inventário da coleção cartográfica da Casa da Ínsua. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2002.
- 3 - Monografia da Casa da Ínsua. Disponível em: <<http://www.casadaysua.pt/content-monografia.aspx?pid=2&cid=38&id=52>>. Acesso em: 27 jun. 2014.
- 4 - FERREIRA, Mário Clemente. A disputa ibérica pelo domínio do rio Paraguai na segunda metade do século XVIII e a sua representação cartográfica. Iº Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Paraty, 2001. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/ FERREIRA_MARIO_C.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2014.

Fonte - Casa da Ínsua - Portugal

Medidas - 74 cm × 53 cm

Data - 1759

Localização - Mapas de Itinerários A14



INTRODUÇÃO (1)

A história do povoamento do interior brasileiro está vinculada à abertura das rotas terrestres e à conquista das vias fluviais a partir do século XVI, quando expedições penetram no sertão brasileiro atrás de braços indígenas. A partir dos anos de 1700, a motivação foi a procura de materiais preciosos. Em 1719, foi descoberto ouro próximo a Cuiabá, no Mato Grosso, e, em 1725, Bartolomeu Bueno da Silva Filho, o Anhanguera, e seus companheiros descobriram ouro na cabeceira do rio Vermelho, em Goiás, dando início ao povoamento luso-brasileiro no Planalto Central.

(1) O presente artigo foi escrito a partir da monografia do Curso de Especialização Reabilita do LaSUS/UnB “A aplicação do geoprocessamento na reabilitação das Estradas Coloniais do Planalto Central nos limites do atual Distrito Federal” que, em 2009, recebeu Menção Honrosa no II Prêmio José Aparecido de Oliveira, concedido pela Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal a trabalhos e projetos desenvolvidos em prol da preservação de Brasília – Patrimônio da Humanidade.

Em razão das descobertas, já em 1730, a Coroa restringiu as vias de circulação, inicialmente, a um único caminho. Em 1732, os viajantes foram forçados a entrar em Goiás pelos registros mandados estabelecer no rio Jaguari, em São Paulo, e foi proibido circular pelas picadas para as Minas de Goiás, para melhor fiscalizar e cobrar o direito de entrada e cessar o extravio

de ouro. Não era sem razão a preocupação da Coroa, pois as numerosas picadas, já então abertas para Goiás, eram portas francas para a prevaricação e o contrabando, como comprova a seguinte citação:

Pela picada de Goiás ia ter aos denominados currais do rio S. Francisco, por onde entrava grande comércio de gados e fazendas, se escoava também o ouro em pó, quase que a única moeda então existente para toda a espécie de transações. Não tardou muito que viesse uma providência fiscal para fazer cessar o extravio do ouro que motivaram essas transações pelos currais do rio S. Francisco. [...] Aí se determinava ainda ao provedor que não deixasse entrar pessoa alguma para Goiás sem apresentar despacho ou licença do governador. (ALENCASTRE, 1979, p. 51).

As Estradas Reais foram os mais importantes eixos de povoamento da região do Planalto Central, durante todo o século XVIII e parte do século XIX:

Como que prenunciando o futuro, entroncavam-se no Distrito Federal, há dois séculos e meio, duas das mais importantes estradas da história da colonização brasileira, autênticas vigas mestras soldando por dentro a união do país e curiosamente ligando Brasília às capitais que a antecederam: Salvador e Rio de Janeiro. A estrada de Salvador vinha pelo sertão baiano e [...] prosseguia para [...] Vila Bela da Santíssima Trindade, primeira capital do Mato Grosso, aos pés do rio Guaporé, divisando a fronteira boliviana, a mais ocidental povoação portuguesa a confrontar os domínios de Espanha no século XVIII. Estendia-se por cerca de 2,8 mil quilômetros e, enquanto jorrou ouro em Goiás e Mato Grosso, constitui-se na principal estrada mercantil do país por léguas transpostas. Já a estrada do Rio Janeiro para São Luís e Belém do Pará dava entrada na capitania de Goiás pelo registro de Arrendidos, dirigindo-se a Luziânia. [...] Em Luziânia a Estrada Real do Rio Janeiro podia despejar diretamente para Oeste, para Pirenópolis, onde encontrava outra estrada importante pelo pioneirismo: a que ligava São Paulo às minas de Goiás. Se o viajante porém quisesse seguir para o Norte, de Luziânia dirigia-se, através do Plano Piloto de Brasília, para a Contagem de São João e depois para Planaltina, [...] atingindo Belém do Pará pela região bragantina. [...] esse ‘símile’ da futura Belém – Brasília media seus bons 3,5 mil quilômetros desde o Rio de Janeiro. (BERTRAN, 2000, p. 139)

A pesquisa teve por objetivo a reabilitação dessas importantes vias de comunicação da América portuguesa, nos limites do atual Distrito Federal, por meio da cartografia histórica, do período de 1750 a 1896. Aos documentos cartográficos desse período foram acrescentados mais dois mapas produzidos imediatamente antes da inauguração de Brasília, 1958 e 1960, por sua verossimilhança, já que esses dois, do século XX, também assinalam cartograficamente as antigas estradas que, até aquele momento, ainda cruzavam o território escolhido para sediar a Nova Capital.

Com o intuito de expandir as possibilidades metodológicas de investigação, utilizou-se o Sistema de Informações Geográficas (SIG) como ferramenta base para a busca do conhecimento do território e das dinâmicas das expedições que passaram pela região. O ArcGIS do Environmental Systems Research Institute - ESRI (2009) disponibiliza em um ambiente de SIG uma gama de ferramentas para utilização de forma integrada. Utilizamos o programa ArcGIS com a licença do Laboratório da FAU/UnB. Para ampliar o conhecimento do território do atual Distrito Federal, também foram utilizados dados sobre as paisagens extraídos dos relatos dos cronistas e viajantes que exploraram a região

Lenora de Castro Barbo – Doutora e Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília – FAU/UnB. Possui especialização em Reabilitação Ambiental, Sustentável, Arquitetônica e Urbanística pelo LaSUS/UnB e graduação em Arquitetura e Urbanismo pela PUC-Goiás. Após ter trabalhado na iniciativa privada e no Poder Executivo, ingressou no Poder Legislativo, por meio de concurso público, para exercer o cargo de Consultor Legislativo da Câmara Legislativa do Distrito Federal, na área de Desenvolvimento Urbano, Rural e Meio Ambiente. Tem experiência docente em Arquitetura e Urbanismo e participa de grupos de pesquisa reconhecidos pelo CNPq. Sua dissertação “Preexistências de Brasília: reconstruir o território para construir a memória” recebeu Menção Honrosa no Prêmio da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – ANPARQ 2010.

E-mail: lenorabarbo@gmail.com



e documentaram suas impressões por meio de diários, relatórios, literatura e iconografia.

A redescoberta dos caminhos reais no Planalto Central permitirá uma série de ações voltadas para a proteção do seu patrimônio cultural e a reafirmação da sua importância histórica.

1. ESTRADAS COLONIAIS NA CARTOGRAFIA HISTÓRICA

Desde épocas remotas, o ser humano vem utilizando-se da elaboração de mapas como meio de armazenamento de conhecimentos sobre a superfície terrestre, tendo como finalidade não só conhecer, mas, especialmente, administrar e racionalizar o uso do espaço geográfico envolvente (DUARTE, 2008). A ideia de fronteiras naturais – entidades geográficas prontamente compreendidas, em especial rios e montanhas – tornou-se aspecto estabelecido na descrição geográfica e discussão política, como nos afirma Jeremy Black:

Desde o início, os mapas históricos incluíam, em geral, características físicas, em grande parte rios e montanhas, a fim de localizar os lugares, principalmente cidades, que estavam mapeadas e, embora em menor proporção, porque tais características eram as que pareciam melhores para preencher mapas e para contribuir para as regiões ou países indicados. Os rios e as montanhas destacavam-se fortemente no sentido e na percepção que as pessoas tinham acerca do terreno antes da era do motor, e eram características importantes dos mapas dos itinerários medievais e do início da idade moderna. (BLACK, 2005, p. 143)

Os cartógrafos, conforme registrado nos relatos dos cronistas, faziam mapas tradicionalmente agregando informações a partir de documentos anteriores com suas próprias pesquisas de campo. Os mapas produzidos eram, muitas vezes, atos de interpretação. De toda forma, eles guardam informações geográficas que são fundamentais para a reconstrução de lugares do passado. Por diversas vezes, detêm informações não contidas em qualquer outra fonte escrita, tais como nomes de locais, fronteiras e aspectos físicos que podem ter sido modificados ou apagados pelo homem e pelo tempo. Mapas históricos capturam as atitudes daqueles que os fizeram e representam as “visões de mundo” de sua época. É o que nos explica John Brian Harley:

Os mapas, junto a qualquer cultura, sempre foram, são e serão formas de saber socialmente construído; portanto, uma forma manipulada do saber. São imagens carregadas de julgamentos de valor. Não há nada inerte e passivo em seus registros. (HARLEY apud MARTINELLI, 2008, p. 8)

A Cartografia de Portugal da época da política colonialista foi marcada pela expansão ultramarina e pela navegação, adquirindo caráter utilitário, com intensa produção de mapas marítimos mostrando a configuração das costas e o delineamento de continentes e ilhas. A Cartografia portuguesa influenciou profundamente o início do desenvolvimento dessa atividade

no Brasil. Posteriormente, tivemos outras influências, mas nos primórdios de nossa história colonial, a marca portuguesa é incontestável (DUARTE, 2008).

A vinda da família real para a América portuguesa, em 1808, foi responsável pelo surgimento de uma cartografia própria, mesmo que sob a influência das técnicas e do estilo europeu. O governo imperial adotou medidas, visando organizar-se administrativamente, e criou o Arquivo Militar, a Academia da Marinha e a Academia de Artilharia e Fortificação. Coube aos dois últimos a incumbência de preparar os técnicos especialistas que dariam andamento aos trabalhos de ordem geográfica e cartográfica (*idem*, 2008).

Segundo definição do IBGE (2009b), temos:

CARTA:

É a representação de uma porção da superfície terrestre no plano, geralmente em escala média ou grande, oferecendo-se a diversos usos, como, por exemplo, a avaliação precisa de distâncias, direções e localização geográfica dos aspectos naturais e artificiais, podendo ser subdividida em folhas, de forma sistemática em consonância a um plano nacional ou internacional.

CARTOGRAFIA:

É um conjunto de estudos e operações científicas, técnicas e artísticas que, tendo como base os resultados de observações diretas ou a análise de documentação já existente, visa à elaboração de mapas, cartas e outras formas de expressão gráfica ou representação de objetos, elementos, fenômenos e ambientes físicos e socioeconômicos, bem como sua utilização.

MAPA:

Representação no plano, normalmente em escala pequena, dos aspectos geográficos, naturais, culturais e artificiais de toda a superfície (Planisfério ou Mapa Múndi), de uma parte (Mapas dos Continentes) ou de uma superfície definida por uma dada divisão político-administrativa (Mapa do Brasil, dos estados, dos municípios) ou por uma dada divisão operacional ou setorial (bacias hidrográficas, áreas de proteção ambiental, setores censitários).





PLANTA:

É um caso particular de carta. A representação se restringe a uma área muito limitada e a escala é grande, conseqüentemente o número de detalhes é bem maior. (Cf. www.ibge.gov.br)






Nos documentos cartográficos analisados neste artigo, em que pese as estradas coloniais pontilhadas nos mapas serem referenciadas por diferentes nomes, no trecho em que atravessavam o atual território do Distrito Federal (DF), elas traçavam um percurso principal na sua porção norte, de onde partiam duas picadas que se encontravam em Santa Luzia (atual Luziânia), ao sul do DF.






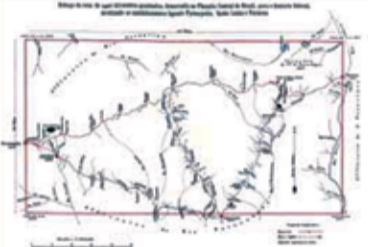

Quadro 1 – Quadro de sistematização dos documentos cartográficos

Item	Documento	Imagem	Data	Autor	Fonte Consultada
1	<i>O primeiro e mais ajustado, que lá apareceu até aquele tempo</i>		1750	Ângelo dos Santos Cardoso	ADONIAS, Isa. Mapas e Planos manuscritos relativos ao Brasil Colonial, 1500-1822. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação, 1960
2	<i>Mapa geral dos limites da Capitania de Goiás</i>		1751	Francisco Tosi Colombina	TELES, José Mendonça (Coord.). Catálogo de verbetes dos manuscritos avulsos da Capitania de Goiás existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa – Portugal. Brasília: MinC; Goiânia: SGC: IPEHBC, 2001
3	<i>Mapa Geral da Capitania de Goiás</i>		1753	Ângelo dos Santos Cardoso	Arquivo Histórico Ultramarino – AHU. Projeto Resgate. AHU_CARTm_008, D. 0867
4	<i>Mapa que mostra a Capitania de Goiás e a região ao sul até o rio da Prata</i>		1756	n / i*	ADONIAS, Isa. Mapas e Planos manuscritos relativos ao Brasil Colonial, 1500-1822. Vols. I e II. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação, 1960






5	<i>Carta de toda a porção da América Meridional</i>		1772	Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres	ADONIAS, Isa. Mapas e Planos manuscritos relativos ao Brasil Colonial, 1500-1822. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação, 1960
6	<i>Carta ou Plano Geográfico da Capitania de Goiás</i>		1778	Tomás de Souza	BERTRAN, Paulo; FAQUINI, Rui. Cidade de Goiás: Patrimônio da Humanidade: origens. Brasília: Ed. Verano; São Paulo: Takano, 2002
7	<i>Mapa dos Sertões, que se compreendem de Mar a Mar</i>		17--	n/i*	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Coleção Morgado de Mateus. www.bn.br/bndigital/pesquisa.htm
8	<i>Mapa da Capitania de S. Paulo e seu sertão</i>		17--	n/i*	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Coleção Morgado de Mateus. www.bn.br/bndigital/pesquisa.htm
9	<i>Mapa da Capitania de Goiases e de todo o sertão</i>		17--	n/i*	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Coleção Morgado de Mateus. www.bn.br/bndigital/pesquisa.htm



10	<i>Carta Corográfica Plana da Província de Goiás</i>		1836	Raimundo José da Cunha Mattos	Fundação Biblioteca Nacional. http://catalogos.bn.br/
11	<i>Carta da Província de Goiás</i>		1875	Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim	Fundação Biblioteca Nacional. http://catalogos.bn.br/
12	<i>Mapa do Brasil, mostrando a posição do Distrito Federal demarcado</i>		1893	Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil	Arquivo Público do Distrito Federal. Documentos da Comissão Cruls
13	<i>Esboço da zona de 14.400 quilômetros quadrados, demarcada no Planalto Central do Brasil</i>		1894	Antonio Martins de Azevedo Pimentel	PIMENTEL, Antônio Martins de Azevedo. A Nova Capital Federal e o Planalto Central do Brasil. 2. ed. fac-similada. Brasília: Thesaurus, 1985
14	<i>Mapa dos itinerários levantados, com a indicação da Zona demarcada e da constituição geológica da região explorada</i>		1895	Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil	Arquivo Público do Distrito Federal. Documentos da Comissão Cruls



15	<i>Planta do Distrito Federal</i>		1896	Henrique Morize	CRULS, Luiz. Relatório da Comissão de Estudos da Nova Capital da União. Relatório Parcial. Rio de Janeiro, Typ. Lith. C. Schmidt, 1896
16	<i>Novo Distrito Federal - Planta Índice Cadastral</i>		1958	Janusz Gerulewicz e Jofre Mozart Parada	FARIAS, Darcy Dornelas de. Terras no Distrito Federal: experiências com desapropriações em Goiás: 1955-1958. Dissertação (Mestrado). Departamento de História, UnB, 2006
17	<i>Novo Distrito Federal</i>		1960	Clóvis de Magalhães	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Atlas do Brasil: geral e regional. 2. ed. Lucas-RJ: IBGE, 1960

n/i * - Não identificado

Com o objetivo de mapear o percurso dessas importantes vias de comunicação da América portuguesa que passavam há mais de 250 anos pelo Planalto Central, nos limites do atual DF, procedemos à análise de 17 documentos cartográficos (Quadro 1).

2. CARTOGRAFIA HISTÓRICA DO SÉCULO XVIII

2.1 O primeiro e mais ajustado, que lá apareceu até aquele tempo (2)

Novas pesquisas no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino apontam que o documento cartográfico “O prim.ro mais ajustado, que lá apareceu até/aquele tempo, e o menos distante da verdade da destrebu-

(2) Nos títulos e nas legendas será adotada a grafia atualizada para os nomes dos documentos cartográficos.

ção desta Comarca, /e seos Arrayaes, mostrando o caminho, que vem da Vila de Santos a esta Capi-/tal, e daqui ao Cuyabá, Mato Grosso, Rio da madeira, té o das Amazonas” (Quadro 1, Item 1) é de autoria do português Ângelo dos Santos Cardoso (SCHLEE; VIEIRA JÚNIOR e BARBO, 2010), Secretário da Capi-

tania de Goiás no Governo de Dom Marcos de Noronha, e foi finalizado em 1750.

Diversamente, Isa Adonias (1960), no catálogo intitulado “Mapas e planos manuscritos relativos ao Brasil Colonial (1500-1822)”, o descreve como uma variante de outro mapa do italiano Tosi Colombina (Quadro 1, Item 2), pois a configuração da

região representada, a rede hidrográfica, os caminhos pontilhados e a nomenclatura são os mesmos nos dois mapas.

Ambos mostravam as rotas, tanto terrestres quanto fluviais, que ligavam a Vila de Santos, em São Paulo, a Cuiabá e à cidade do Mato Grosso, às margens do rio Madeira; e a rota terrestre que, subindo ao norte, chegava ao Descoberto do Carmo. Da mesma forma, os itinerários que assinalavam, nas proximidades do atual DF, cruzavam apenas o Arraial de Meia Ponte, não passando sequer por Santa Luzia. (Figuras 1 e 2)

Como diferença entre os dois, temos que apenas o primeiro mapa (Quadro 1, Item 1) apresentou a rota fluvial, que seguia até a confluência do rio Sumidouro com o rio dos Arinos. Nota-se, ainda, neste mapa a omissão das serras, o fato da letra não ser de Colombina e a grafia da palavra sertão ter sido assinalada com a letra “C” e no outro com a letra “S”. Faltam também, neste exemplar, as duas legendas do mapa do italiano, a primeira contendo uma nota dirigida pelo autor a Dom Marcos de Noronha e a segunda uma explicação dos caminhos. No canto inferior esquerdo, ocorre uma lista de 47 lugares, indicados por números, quando no mapa de Colombina estão listados 49 sítios.

Continuando na análise comparativa, não encontramos similitude na representação gráfica das cabeceiras do rio Maranhão em cada um dos documentos, na região correspondente ao atual Distrito Federal. Na mesma área, o mapa de Colombina (Quadro 1, Item 2) não registrou qualquer referência escrita, mas neste documento (Quadro 1, Item 1), entre os paralelos 16 e 17, estava grafado o nome Sobradinho, possivelmente o primeiro topônimo dessa região grafado em mapa, que se mantém até os dias de hoje.



Pela localização, tudo sugere se tratar do rio São Bartolomeu, do qual o Sobradinho é afluente.

Quanto aos limites da Capitania de Goiás, assinalados a traço grosso, constata Adonias (1960) serem os mesmos nos dois documentos, salvo no trecho confinante com a Capitania de Mato Grosso. Neste mapa, (Quadro 1, Item 1) os limites seguiam pelo “rio das Mortes, desde suas cabeceiras até as proximida-

des da confluência com o Araguaia, e daí pelo divisor de águas até as nascentes do rio Itacaiunas”. Esta representação cartográfica materializava a proposta do Conde dos Arcos para a divisão entre as duas capitanias, encaminhada ao rei de Portugal, em 1750.

Discrepâncias tão significativas reforçam a hipótese de que os mapas, apesar de semelhantes, não sejam de um único autor. Na verdade este mapa

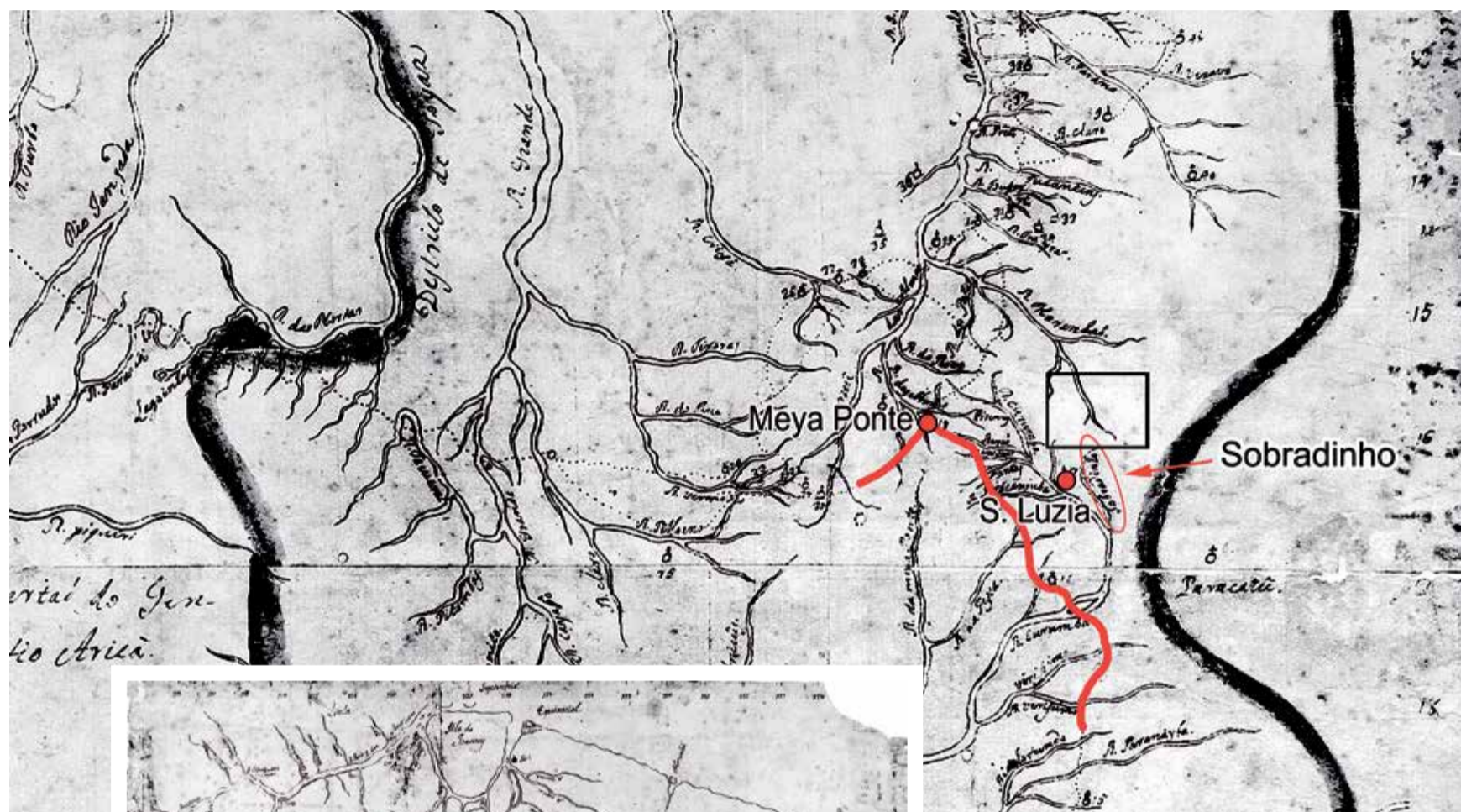


Figura 1 - Detalhe do “O primeiro e mais ajustado, que lá apareceu até aquele tempo”. Estrada em destaque vermelho.

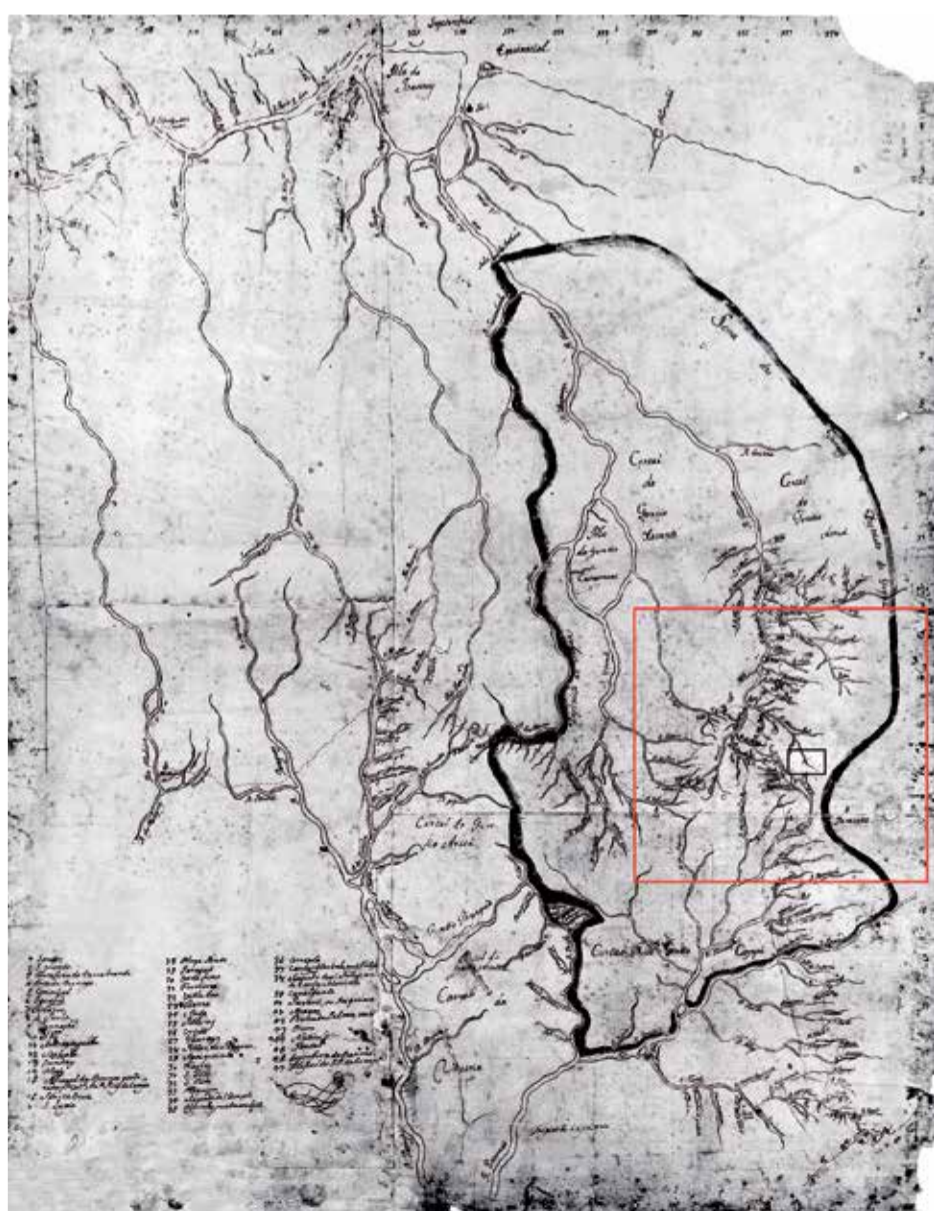


Figura 2 - Mapa “O primeiro e mais ajustado, que lá apareceu até aquele tempo”. Área de estudo destacada em vermelho.



(Quadro 1, Item 1) parece ser uma primeira versão, que antecedeu o documento de Colombina. Para o historiador Paulo Bertran, o português Ângelo Cardoso foi “[...] o primeiro cartógrafo do Brasil Central, o qual forneceu seu mapa pioneiro ao italiano Tosi Colombina, e para este ficou toda a fama depois” (BERTRAN, 2002, p. 55).

2.2 Mapa Geral dos Limites da Capitania de Goiás

O Mapa Geral dos Limites da Capitania de Goiás (Quadro 1, Item 2) foi elaborado pelo engenheiro italiano Francisco Tosi Colombina, em 1751, conforme Catálogo de verbetes dos manuscritos avulsos da Capitania de Goiás existentes no AHU. Tosi Colombina (3) “o medidor de terras e abridor de caminhos oficiais” foi escolhido para elaboração da Carta Geográfica da Capitania de Goiás, logo após o seu desmembramento da Capitania de São Paulo. Em texto manuscrito e assinado pelo autor no próprio mapa, o cartógrafo esclareceu que, na elaboração do documento, reuniu e organizou informações de viajantes e sertanistas, em complementação ao conhecimento adquirido em suas viagens e experiências pessoais. Citou as fontes de cada trecho desenhado, desculpou-se por erros que poderiam surgir e afirmou ter a intenção de fazer outro mapa com mais detalhes.

O mapa registrou informações e rotas, tanto terrestres quanto fluviais, que ligavam a Vila de Santos,

(3) **Colombina** e outros propuseram abrir uma estrada de São Paulo para Cuiabá, passando pela capital de Goiás, e requereram a concessão do privilégio do seu rendimento por espaço de 10 anos, e uma sesmaria de três em três léguas em toda a extensão da projetada via de comunicação. Foi essa pretensão deferida por provisão de 6 de dezembro de 1750. Era uma ideia gigantesca, para poder ser nessa época levada a efeito. O privilégio caducou por nunca terem os empresários podido organizar a companhia que se devia encarregar desses trabalhos e levantar os capitais que se faziam necessários para execução das obras (ALENCASTRE, 1979, p. 124).

em São Paulo, a Cuiabá e à cidade do Mato Grosso, às margens do rio Madeira; e a rota terrestre que, subindo ao norte, chegava ao Descoberto do Carmo. O texto trazia instruções para a leitura do documento cartográfico, descrevia cada itinerário ao longo dos caminhos e registrava cada cidade, vila, fortaleza, arraial, sítios e a capital, no total de quarenta e nove localidades. Assinalava, também, os rios, córregos e outros marcos naturais da região.

Nessa Carta, finalizada em 6 de abril de 1751, a área onde se encontra o atual DF corresponde a uma mancha em branco e os sítios mais próximos são Santa Luzia e Meia Ponte, sendo que o itinerário por terra pontilhado na região cruzava apenas o arraial de Meia Ponte. (Figuras 3 e 4)

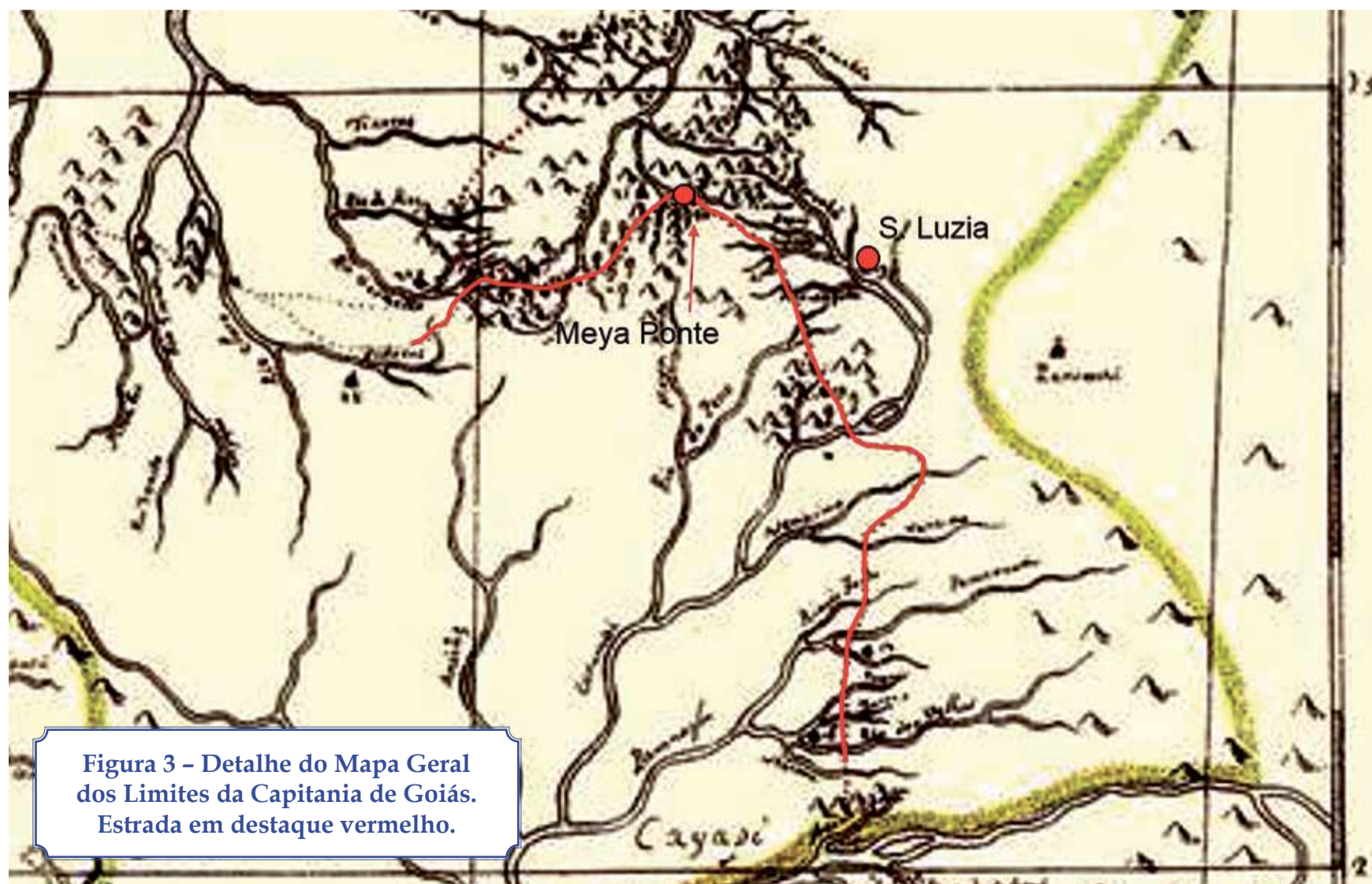


Figura 3 - Detalhe do Mapa Geral dos Limites da Capitania de Goiás. Estrada em destaque vermelho.

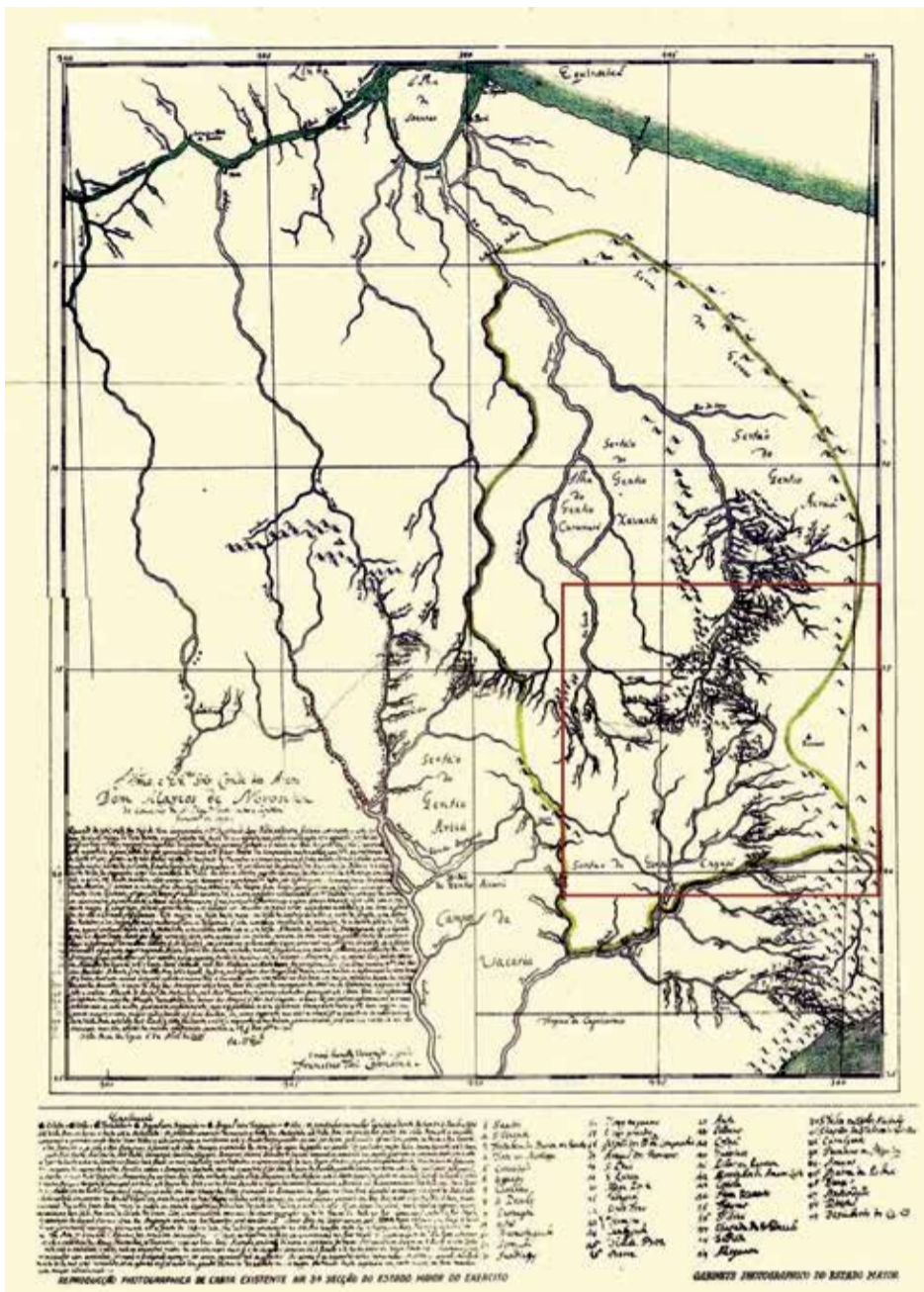


Figura 4 - Mapa geral dos limites da Capitania de Goiás. Área de estudo destacada em vermelho.

Quanto ao fato de ser consagrado por diversos historiadores como o primeiro mapa da Capitania de Goiás, não se pode desconsiderar o ofício do português Ângelo dos Santos Cardoso enviado ao Marquês de Pombal e que contradiz a versão usual. Cardoso informou ter repassado a Tosi Colombina, a pedido, cópia de seu mapa da Capitania de Goiás, cujo original havia anteriormente enviado a Alexandre de Gusmão (SCHLEE; VIEIRA JR. e BARBO, 2010).

2.3 Mapa Geral da Capitania de Goiás

O Mapa Geral da Capitania de Goiás (Quadro 1, Item 3) tem sido motivo de controvérsias por parte de historiadores, que o identificaram com nomes distintos, como produzido em datas diversas, que vão de 1749 a 1775, e por autores diferentes. Contudo, em todas as fontes consultadas, quanto à sua configuração, este documento cartográfico não apresentou diferenças significativas de representação.

No Arquivo Histórico Ultramarino (AHU_CARTm_008, D. 0866 e D. 0867) dois mapas similares foram catalogados como Mapa Geral da Capitania de Goiás, datados de 1753. Documentos do AHU indicaram o Secretário de Governo da Capitania de Goiás, Ângelo dos Santos Cardoso, como autor de ambos.

No documento cartográfico (Quadro 1, Item 3), o território da Capitania de Goiás foi delimitado por uma faixa de cor amarela e os pontilhados pretos indicam os caminhos utilizados para comunicação entre os sítios, contendo a indicação do número de léguas entre eles. O documento assinalou os rios, córregos e outros marcos naturais da região. Em texto manuscrito no mapa, o autor relacionou o nome dos arraiais, Registros, sítios, Vila Boa e representou cada um deles cartograficamente, por letras.

Corroborando a informação do Arquivo Histórico Ultramarino, este mapa tem muitas semelhanças com outro documento cartográfico analisado neste artigo, apresentado como de autoria de Ângelo dos Santos Cardoso: “O prim.ro mais ajustado, que lá apareceu até/aquele tempo, e o menos distante da verdade da destrebução desta Comarca,/e seos Arayaes, mostrando o caminho, que vem da Vila de Santos a esta Capi-/tal, e daqui ao Cuyabá, Mato Grosso, Rio da madeira, té o das Amazonas” (Quadro 1, Item 1).

Esses dois documentos mostravam a rota terrestre que ligava a Vila de Santos à Vila Boa e daí seguia rumo à Cuiabá e, também, a rota terrestre que, subindo ao norte, chegava ao Descoberto do Carmo. Temos, ainda, a palavra “sertão” grafada com a letra “C” e o nome “Sobradinho” assinalado na altura dos paralelos 16 e 17, registrando como já dito, ao que tudo indica, o rio São Bartolomeu.

Entretanto, este mapa (Quadro 1, Item 3) tem suas particularidades. Entre elas se destaca a diferença, em relação ao outro documento, quanto aos limites da Capitania de Goiás: no trecho confinante com a Capitania de Mato Grosso, acima das cabeceiras do rio das Mortes, quando seguiu pelas margens do rio Ara-

(4) Os “Registros” eram os pontos estratégicos estabelecidos pela Real Fazenda ou pelos contratadores das Entradas, onde os escravos, gados, cargas de secos e molhados e as pessoas que entram e saem dos povoados pagavam o respectivo imposto de quinto reais. [...] A linha de barreiras fiscais continuava ao longo da Capitania com as Contagens, postos fiscais estratégicos, destinados, como o próprio nome indica, à contagem do gado, transeuntes e outras mercadorias levadas ao comércio (SALLES, 1992, p. 158-160).



Descoberto do Carmo; e a rota fluvial que seguia até a confluência do rio Sumidouro com o rio dos Arinos. E quanto à região nas proximidades do atual DF, o itinerário que assinalavam cruzava, apenas, o Arraial de Meia Ponte, não passando sequer por Santa Luzia. (Figuras 7 e 8)

Da análise comparativa nota-se, também, que é a mesma letra e que a palavra “sertão” foi grafada nos dois com a letra “C”. O nome Sobradinho, novamente, apareceu na altura dos paralelos 16 e 17, registrando como dito, ao que tudo indica, o rio São Bartolomeu. Continuando, a representação gráfica das cabeceiras do rio Maranhão, na região correspondente ao atual DF, é exatamente a mesma. São os mesmos os limites da Capitania de Goiás nos dois documentos, inclusive no trecho confinante com a Capitania de Mato

Grosso, desde as cabeceiras do rio das Mortes até as proximidades da confluência com o rio Araguaia, conforme proposta do Conde dos Arcos.

Poucas são as diferenças encontradas entre os dois; na verdade, as mudanças gráficas não apontam contradições, muito mais sugerem tratar-se de complementações ao primeiro mapa. Assim, temos que este exemplar (Quadro 1, Item 4) apresentou, também, as rotas fluviais e terrestres pontilhadas que levavam até ao Pará. Legenda no canto inferior direito detalhou as explicações relativas às rotas para o interior da América portuguesa, principalmente as fluviais e, na lateral esquerda do documento, constam listados 62 lugares, que no mapa foram representados por números e letras. Por fim, este mapa, que contempla a Capitania de Goiás e a região meridional

Figura 7 - Detalhe do Mapa que mostra a Capitania de Goiás e a região ao sul até o rio da Prata. Estrada em destaque vermelho.

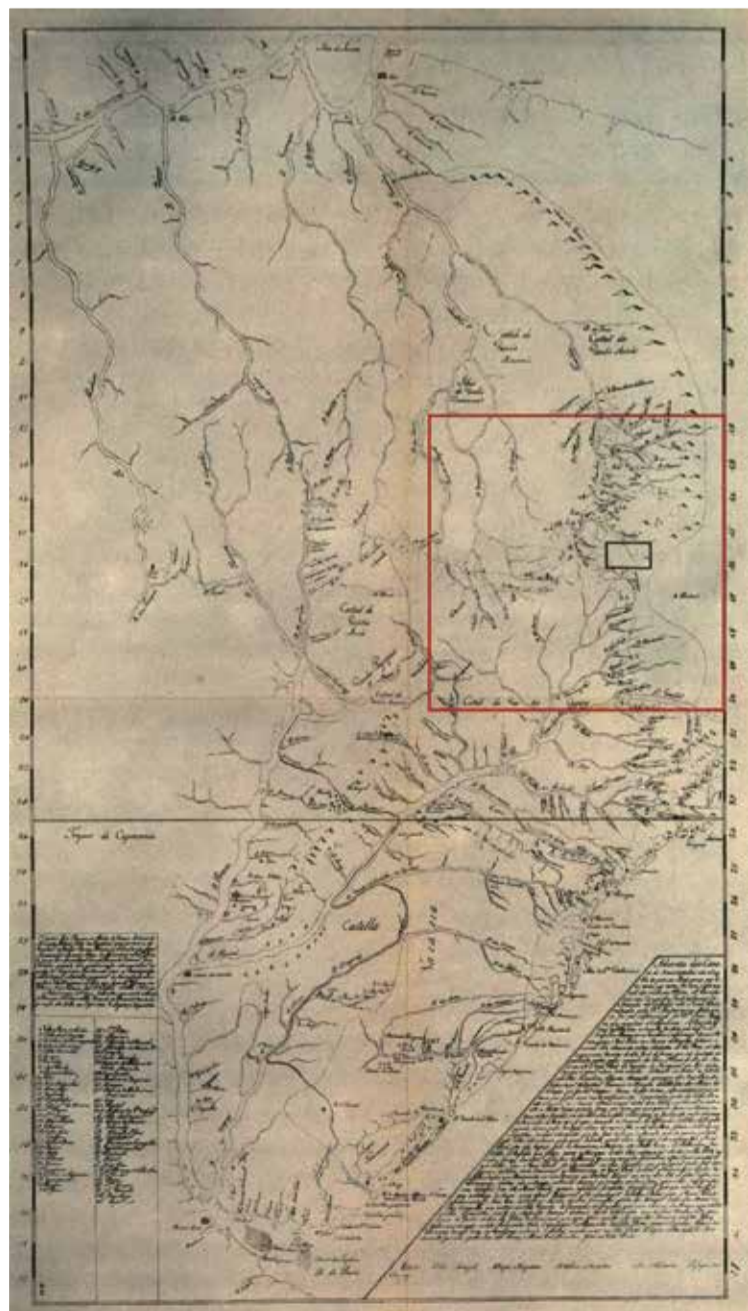
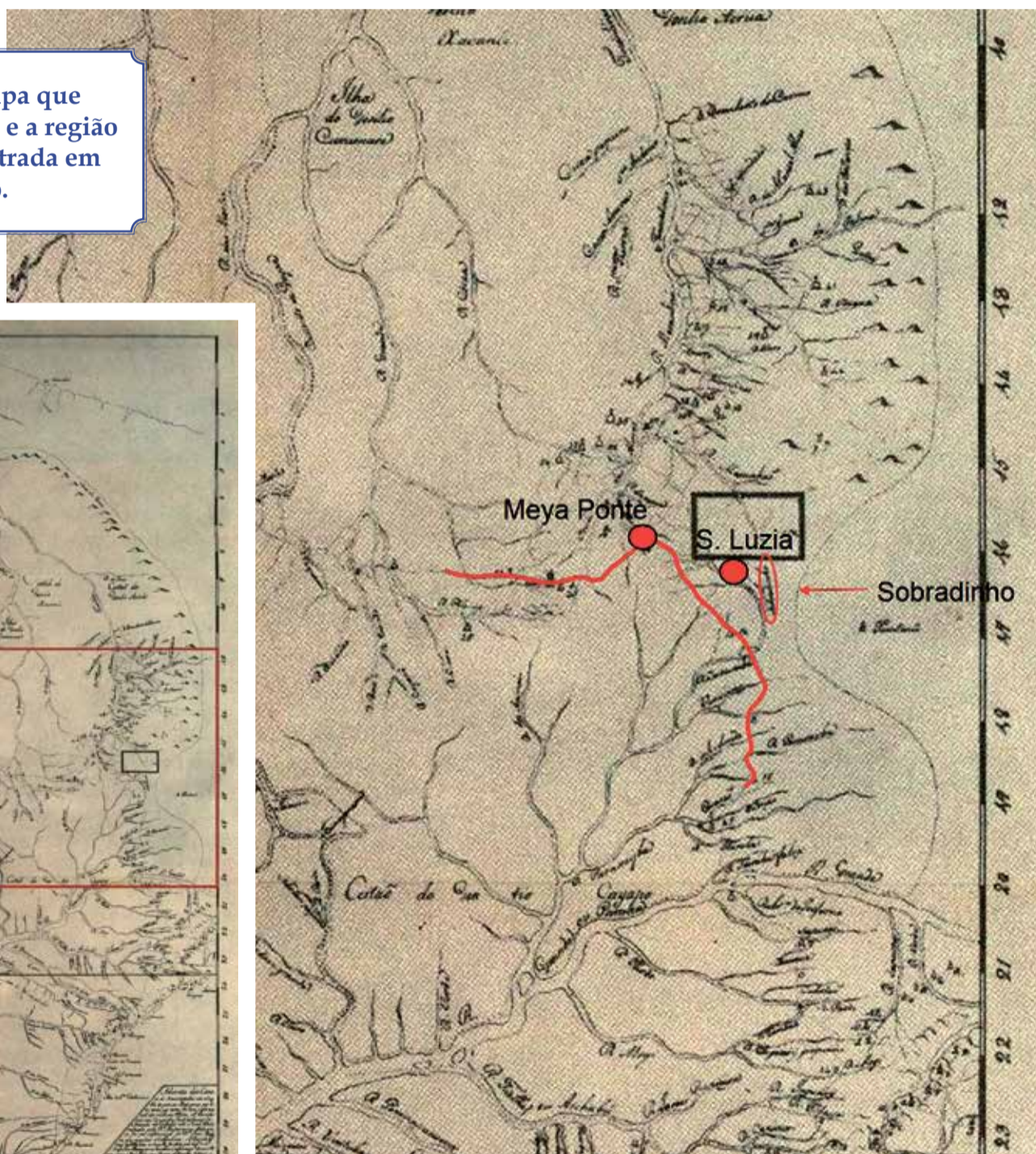


Figura 8 - Mapa que mostra a Capitania de Goiás e a região ao sul até o rio da Prata. Área de estudo destacada em vermelho.



da Colônia Portuguesa da América até a foz do rio da Prata, tem assinalado em traço preto a linha divisória, desde Castilhos Grandes até a confluência do rio Taquari com o rio Paraguai, demarcada pelos cosmógrafos de Portugal e Castella, segundo o Tratado de Madrid.

As principais características deste mapa remetem ao padrão cartográfico fundado por Ângelo dos Santos Cardoso durante o período que assumiu como Secretário da Capitania de Goiás – 1749 a 1755. Isso não quer dizer, necessariamente, que o documento tenha sido confeccionado por ele, mas, como bem afirma o historiador Elias Manoel (*vide p. 27-29*), Ângelo Cardoso criou o padrão e influenciou os documentos cartográficos elaborados na capitania a partir de então.

2.5 Carta de toda a porção da América Meridional

A “Carta de toda a porção d’América Meridional, que parece necessaria a manifestar a viagem de 569 legoascommuas, que da escala e cidade do Rio de Janeiro executou por terra, em 17 do mes de Mayo de 1772, para Villa Bella da Santissima Trindade, o Governador e Capitão General do Estado do Mato Grosso e Cuiabá, Luís d’Albuquerque de Mello Pereira e Caceres do Concelho de Sua MagestadeFidelissima que Deos o guarde” (Quadro 1, Item 5), catalogada por Isa Adonias (1960), foi produzida por Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (5), em 1772.

Esta Carta mostrou parte das Capitancias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Goiás e Mato Grosso, com os respectivos limites, sendo muito detalhada quanto à representação dos rios e seus afluentes, das serras, de alguns caminhos, cidades, vilas e arraiais.

O documento descreveu o caminho seguido por Luís de Albuquerque, do Rio de Janeiro até Vila Bela

(5) Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres foi escolhido Governador e Capitão-general do Mato Grosso em 1771, tendo à época pouco mais de 30 anos. Foi o quarto governador e capitão-general da capitania, tendo tomado posse em 13 de dezembro de 1772 e exercido o cargo até 1789. Ficou no Brasil por 17 anos e, du-



Fonte: Domínio público

durante a sua estadia, em uma das regiões mais remotas do Império português, realizou um trabalho extraordinário de construção de fortes, que delimitaram a fronteira ocidental do Brasil. Entre essas edificações, sobressai-se o Real Forte Príncipe da Beira, hoje localizado no estado de Rondônia (GARCIA, 2002).

Figura 9 - Detalhe da Carta de toda a porção da América Meridional. Estrada em destaque vermelho.

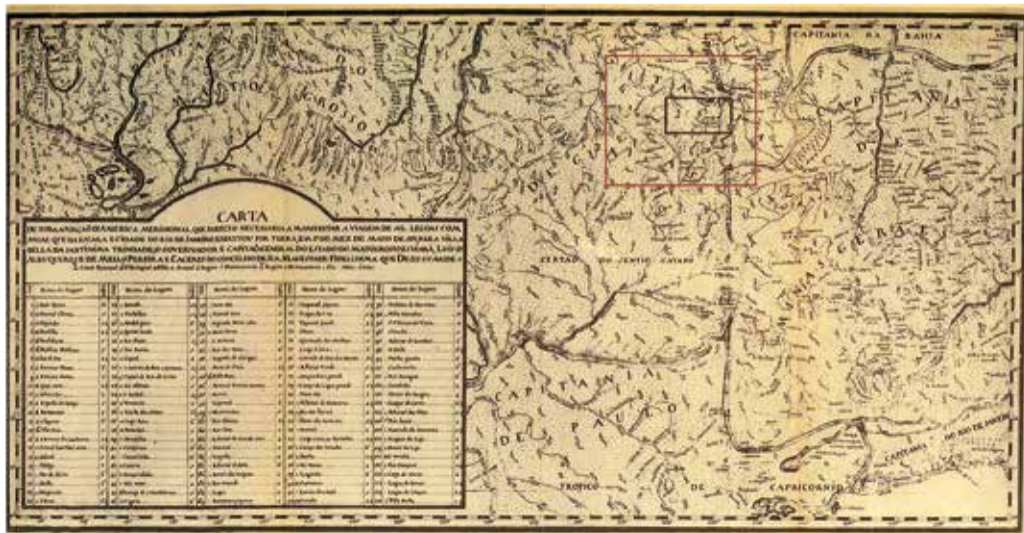
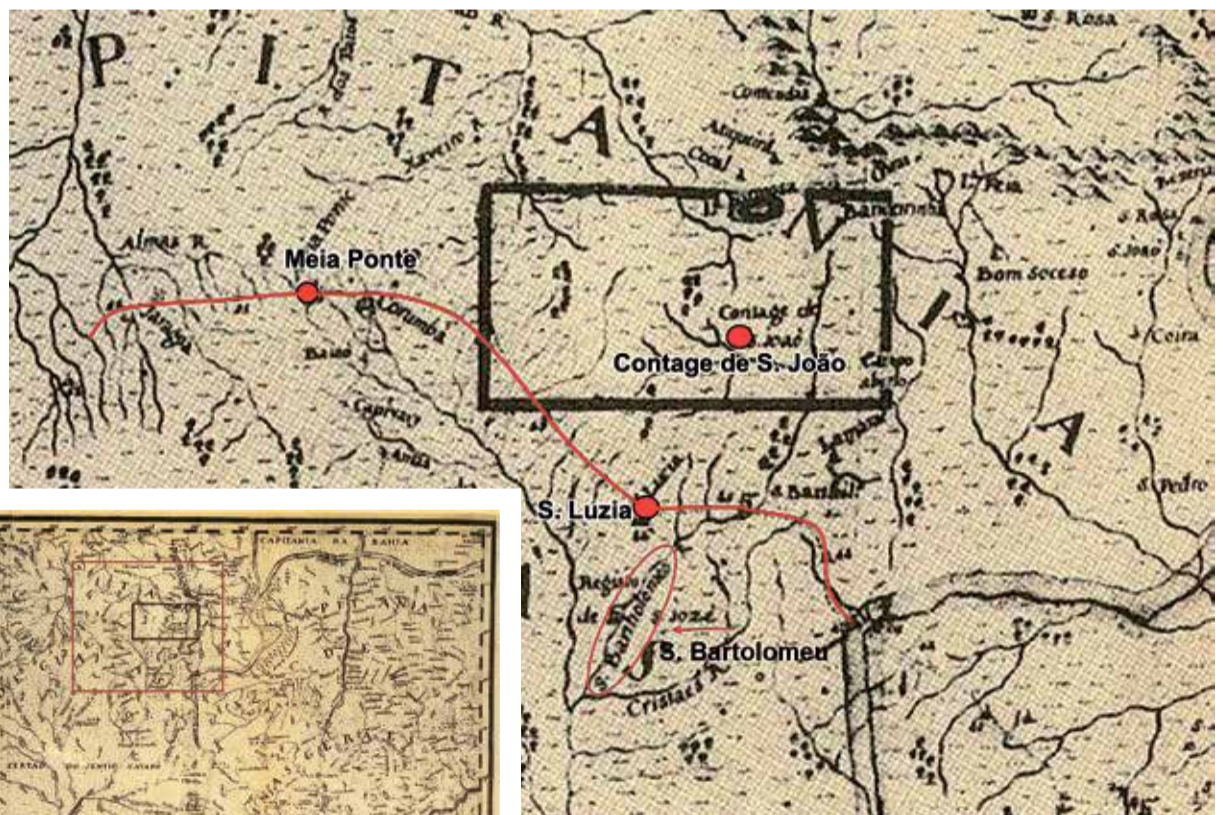


Figura 10 - Carta de toda a porção da América Meridional. Área de estudo destacada em vermelho.

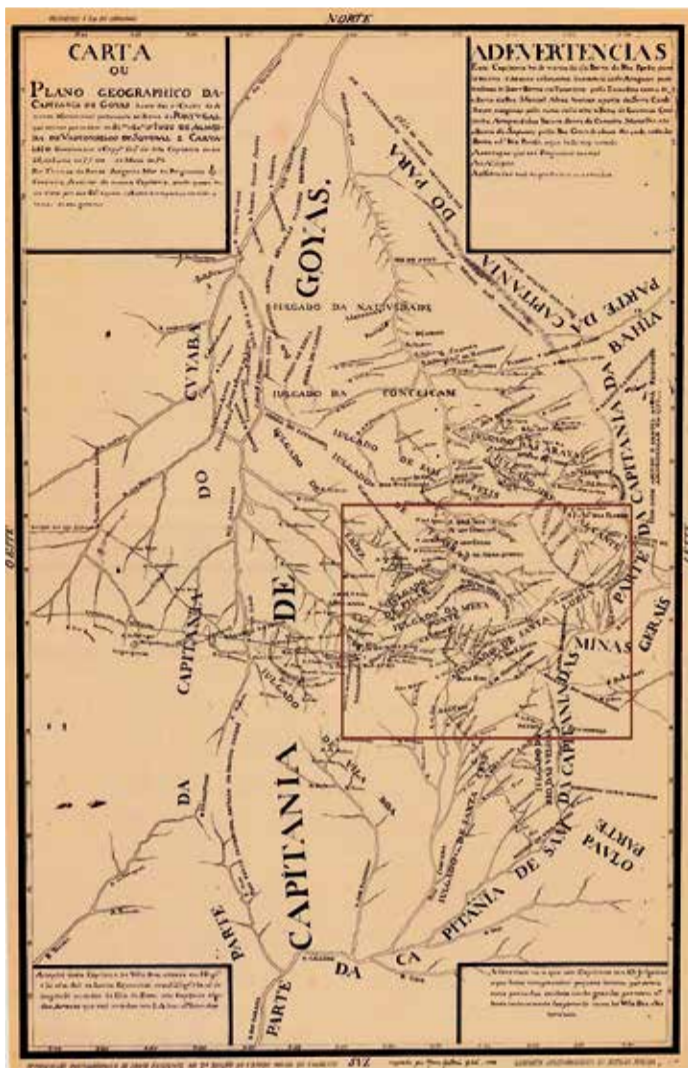
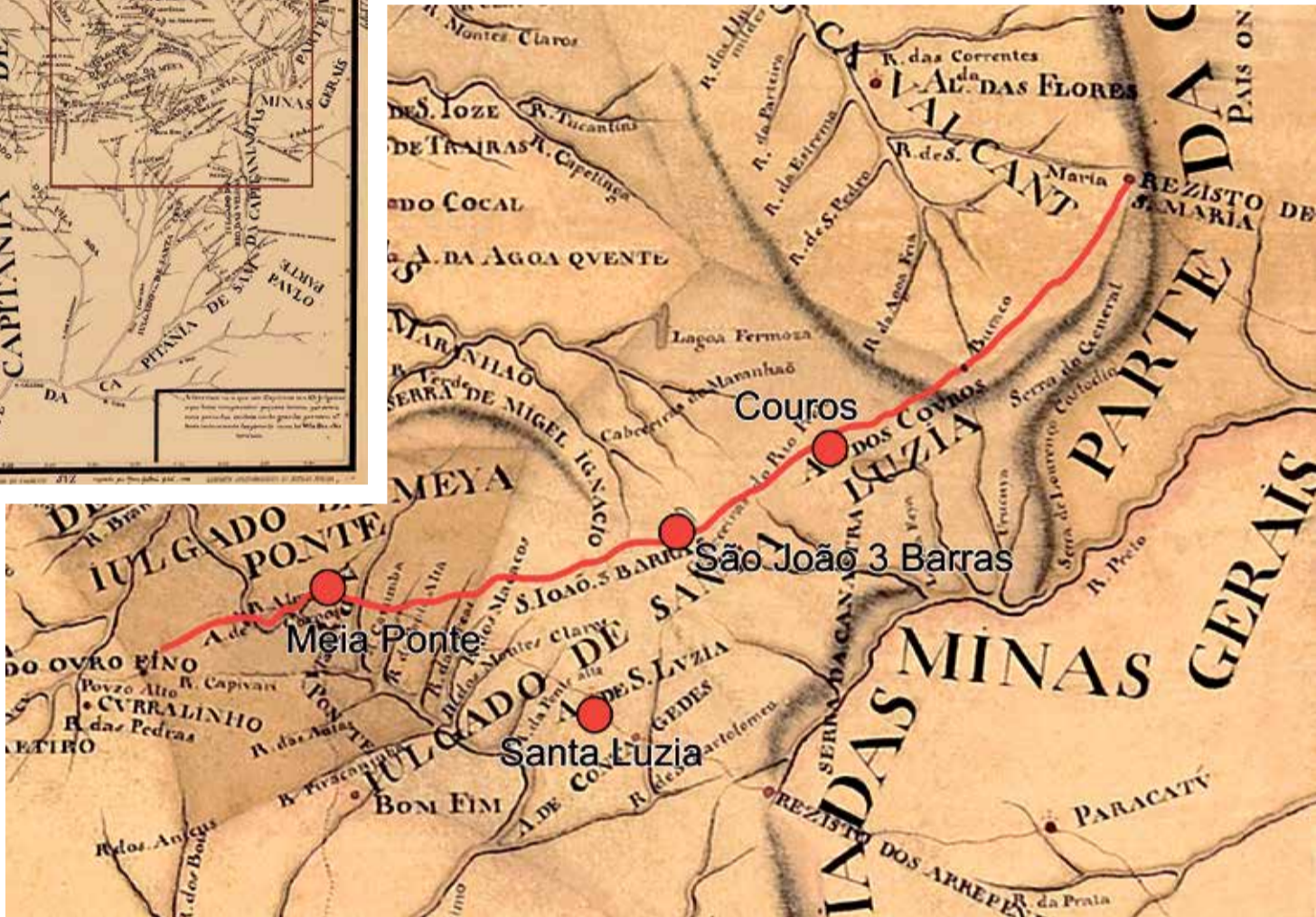


Figura 11 - Carta ou Plano Geográfico da Capitania de Goiás. Área de estudo destacada em vermelho.

Figura 12 - Detalhe da Carta ou Plano Geográfico da Capitania de Goiás. Estrada em destaque vermelho.



ângulo sudoeste do Distrito Federal –, Santo Antonio dos Montes Claros (hoje Santo Antonio do Descoberto), Macacos, Corumbá e, depois, Meia Ponte. A estrada que vinha da Bahia chegava ao Distrito Federal pelo extremo nordeste – Couros (hoje Formosa), cortava a região da Vila do Mestre d’Armas (atual Planaltina), seguia por Sobradinho, passava por São João das Três Barras, pela Chapada da Contagem até sair, a oeste, ao encontro de Meia Ponte. (Figuras 11 e 12)

No mesmo ano em que o Mapa dos Julgados foi concluído, o fidalgo português Luís da Cunha Menezes (7), saiu com sua comitiva de Salvador pela “Estrada Salineira da Bahia” e chegou a Vila Boa, capital da Capitania de Goiás, para se tornar, aos 35 anos, o quinto Governador e Capitão-General daquela capitania – de 1778 a 1783.

Tudo leva a crer que o itinerário que entrava no atual DF por Couros, registrado no mapa de Tomás de Souza, tenha sido o mesmo percorrido por Cunha Menezes.

2.7 Mapa dos Sertões, que se compreendem de Mar a Mar

O “Mappa dos Sertões, que se comprehendem de Mar a Mar entre as Capitancias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-grosso, e Pará” (Quadro 1, Item 7), catalogado pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, não traz a identificação de seu autor, nem a data exata, apenas a indicação do século: [17--].

Quando comparado com o mapa de Tosi Colombina, de 1751 (Quadro 1, Item 2), a apresentação gráfica surpreende pela similaridade: o colorido aquarelado, a letra, as bordas desenhadas, o aspecto de um mapa bem acabado. A diferença mais visível se dá pelo carimbo no canto inferior esquerdo, onde, no exemplar disponibilizado digitalmente pela Biblioteca Nacional (2008) (Quadro 1, Item 7), consta o nome do mapa e no documento de Colombina (Quadro 1, Item 2) consta texto do autor com instruções para leitura do mapa, descrição de itinerários e relação de localidades encontradas.



Entretanto, leitura mais acurada permite perceber que existem diferenças realmente significativas: a grafia da palavra “sertão” foi assinalada em um documento com a letra “C” e no outro com a letra “S”; assim como é diferente nos dois documentos a representação gráfica das cabeceiras do rio Maranhão, nos limites do território do atual DF.

Em uma comparação com os outros mapas, temos que o nome “Sobradinho” aparece grafado entre os paralelos 16 e 17, da mesma forma que no “O

prim.ro mais ajustado, que lá apareceu até/aquele tempo, e o menos distante da verdade da destrebução desta Comarca, /e seos Arrayaes, mostrando o caminho, que vem da Vila de Santos a esta Capi-/tal, e daqui ao Cuyabá, Mato Grosso, Rio da madeira, té o das Amazonas e no Mapa que mostra a Capitania de Goiás e a região ao sul até o rio da Prata” (Quadro 1, Itens 1 e 4, respectivamente).

Quanto aos caminhos pontilhados, a representação nos três documentos cartográficos (Quadro 1,

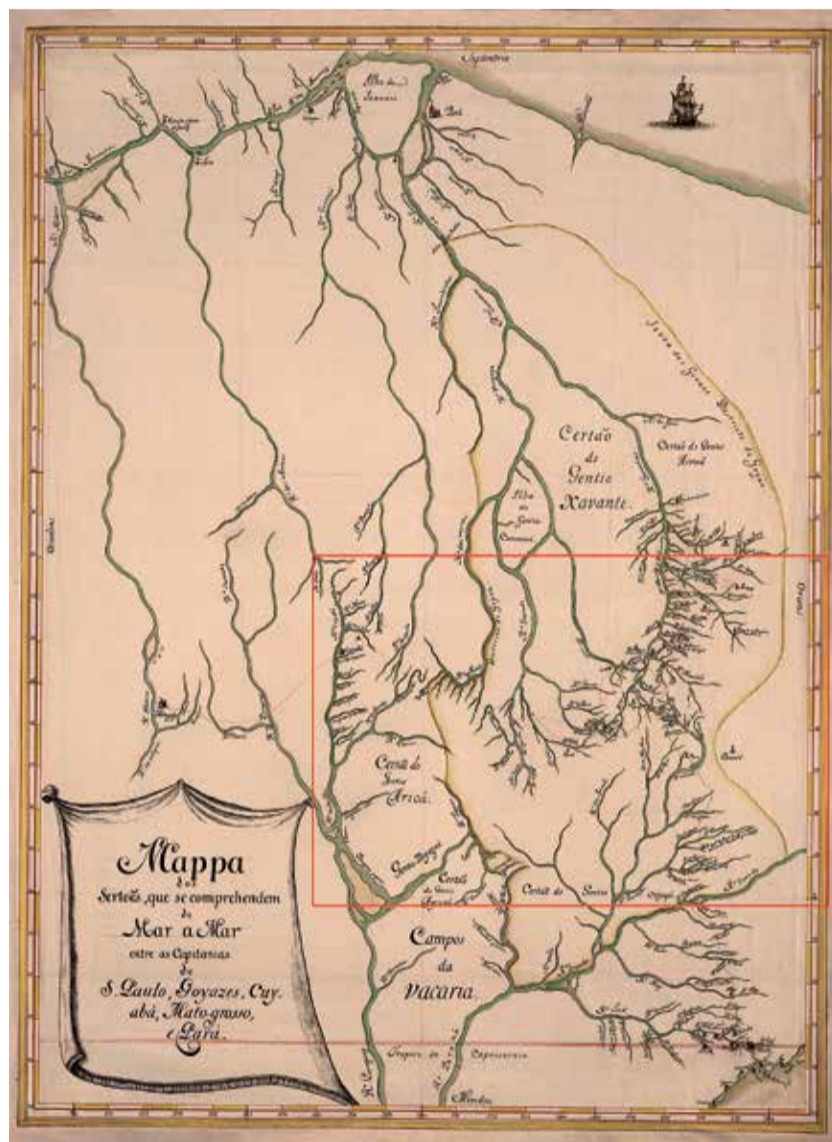
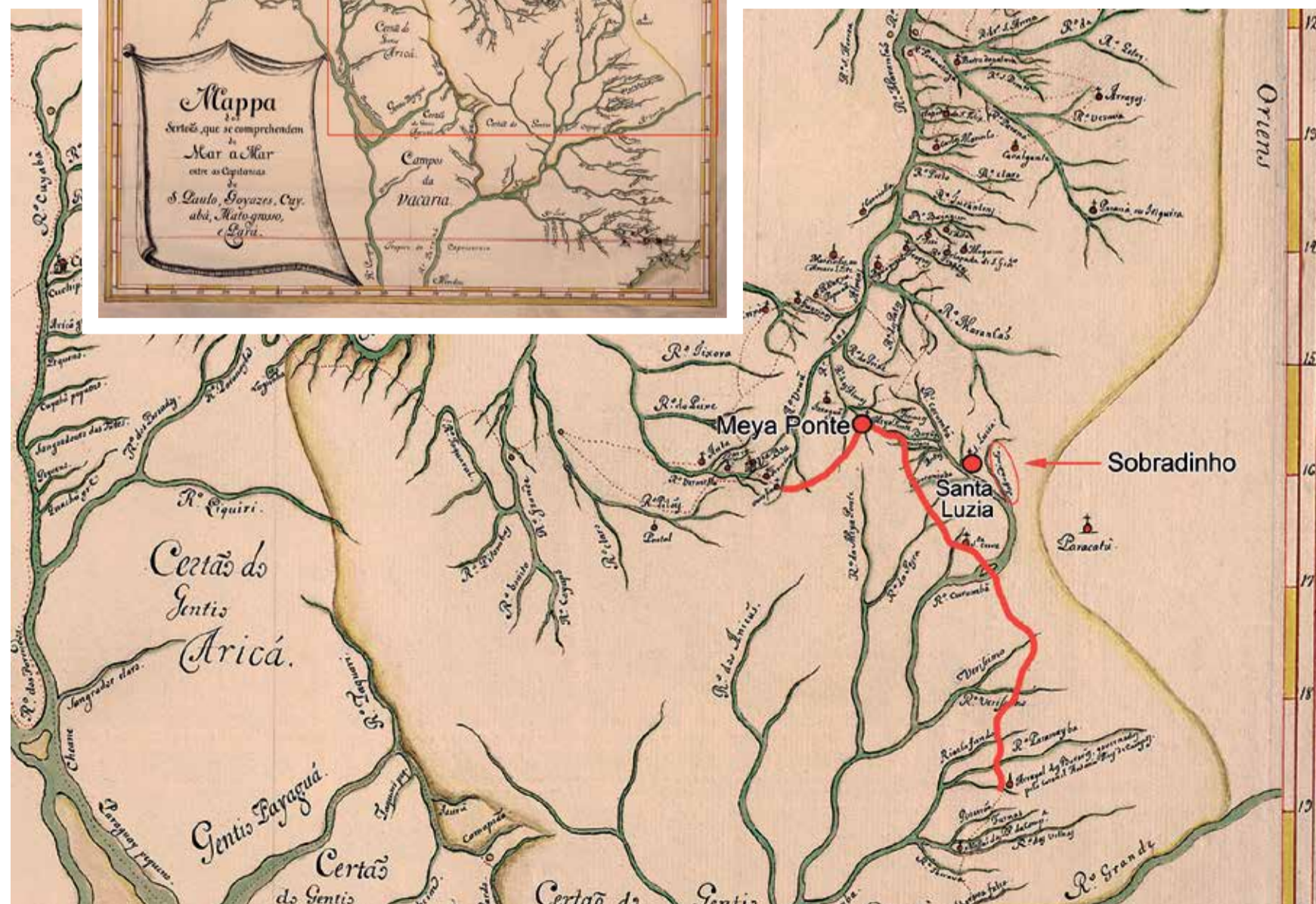


Figura 13 - Mapa dos Sertões, que se compreendem de Mar a Mar. Área de estudo destacada em vermelho.

Figura 14 - Detalhe do Mapa dos Sertões, que se compreendem de Mar a Mar. Estrada em destaque vermelho.





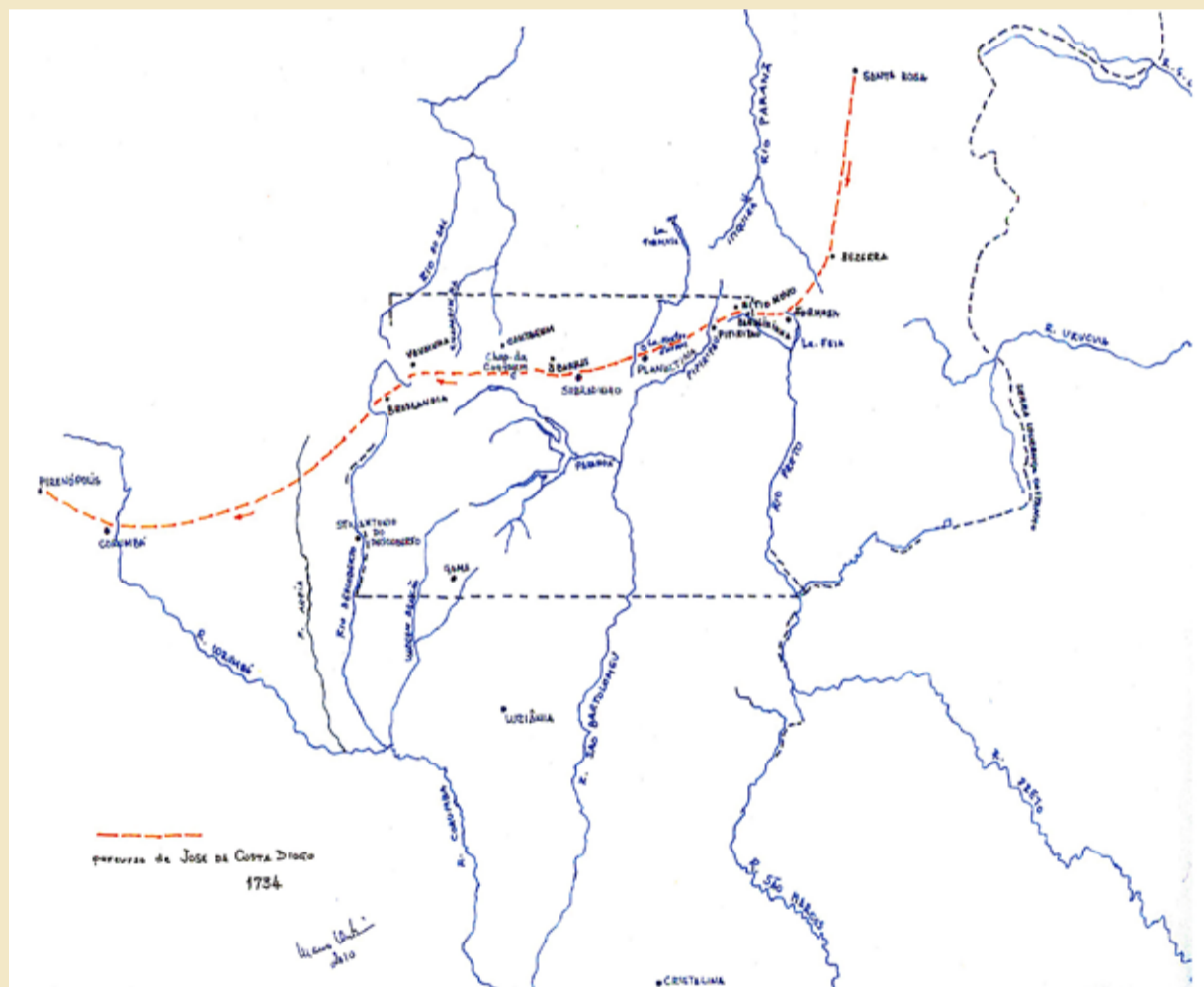
Itens 1, 4 e 7) também é semelhante: as rotas, tanto terrestres quanto fluviais, ligavam a Vila de Santos, em São Paulo, a Cuiabá e à cidade do Mato Grosso, às margens do rio Madeira; a rota terrestre, subindo ao norte, chegava ao Descoberto do Carmo; e a rota fluvial seguia até a confluência do rio Sumidouro com o rio dos Arinos. Da mesma forma, os limites da Capitania de Goiás são coincidentes, inclusive no trecho confinante com a Capitania de Mato Grosso, conforme proposta do Conde dos Arcos. Assim, novamente, nos termos do historiador Elias Manoel, podemos afirmar que as características deste mapa também seguem o padrão cartográfico criado pelo Secretário Ângelo dos Santos Cardoso. (Vide p. 27-29)

E, por fim, nesses mesmos três documentos cartográficos, a área onde se encontra o atual DF era

uma mancha em branco, e o itinerário que assinalaram nas proximidades cruzava apenas o Arraial de Meia Ponte, não passando sequer por Santa Luzia. (Figuras 13 e 14)

A omissão não significa que a região ainda não servisse de caminho de passagem para as minas do Goiás, visto que, em 1734, o tropeiro José da Costa Diogo (8), em diário manuscrito, relatou sua viagem e de seus companheiros, quando cruzou São João das Três Barras, ao norte do DF. Os viajantes entraram no DF pela porção nordeste do território, vindo da Bandeirinha, logo depois da Lagoa Feia, em Goiás. Seguiram em direção à Lagoa Mestre D'Armas; continuaram em direção ao oeste até chegar a Sobradinho, passaram pela Contagem de São João das Três Barras, acompanharam a Serra de São João (Chapada da Contagem)

ROTEIRO DE VIAGEM DE JOSÉ DA COSTA DIOGO - 1734



Desenho de Marco Antonio Galvão, 2010.

(8) Em 1734, o tropeiro José da Costa Diogo partiu da Fazenda do Acary, nas margens do Rio São Francisco, em busca das minas dos Goyazes.

seguindo sempre na direção oeste, saíram dos limites do DF pela Colina do Rodeador. Já então, o viajante anotava a existência do caminho para os Goyazes:

Nos 10 deste chegamos a lagoa Fea; he este lago muito grande, e se curva e verte a agoas para a estrada que vem de São Paulo; desta lagoa pequena distância as principais cabeceiras do Rio Tocantins, chamado lá Maranhão [...] Aquy nestas fazendas acabam as povoações antigas e principião as novas depois que se abriu o caminho para os Goyazes. (ROCHA JR.; VIEIRA JR.; CARDOSO, 2006, p. 39-41)

O tropeiro nos deixa a certeza de que essa região não era um deserto, mas uma passagem importante de ligação entre o litoral e as minas de Goiás e Mato Grosso. Graças ao seu relato, que cita nominalmente os pontos transpostos, podemos reconhecer, hoje, os sítios por onde andou, visto que muitos ainda conservam os mesmos topônimos e, também, confirmar que o caminho do ouro de Goiás cruzava o território do atual Distrito Federal.



2.8 Mapa da Capitania de São Paulo e seu sertão

O “Mappa da Capitania de S. Paulo e seu sertão, em que se vem os descobertos, que lhe forão tomados para Minas Geraes, como também o Caminho de Goyazes, com todos os seus pouzos, e passagens, deleniado por Francisco Tosi Colombina. Primeira Parte” (Quadro 1, Item 8) catalogado pela Biblioteca Nacional, na Coleção Morgado de Mateus, de autoria desconhecida, não traz a indicação precisa de sua data, apenas a do século: [17--]. Este mapa reproduziu o percurso do “Caminho dos Goyazes” assinalado por Tosi Colombina em documentos anteriores.

O documento apresenta a primeira parte do “Caminho de Goyazes”, que se iniciava na Vila de Santos, no paralelo 24 e, neste mapa, chegava até o paralelo 17.

Abrangia a região desde a serra do mar até o rio do Peixe, com destaque para a cidade de São Paulo, vilas, fortalezas, arraiais, rios e trilhas. A rede hidrográfica foi desenhada ao longo do caminho, e o relevo foi representado de forma pictórica. No carimbo, no canto superior direito, constava a explicação dos desenhos utilizados para assinalar cidade, vila, fortaleza, arraial e sítio. (Figura 15)

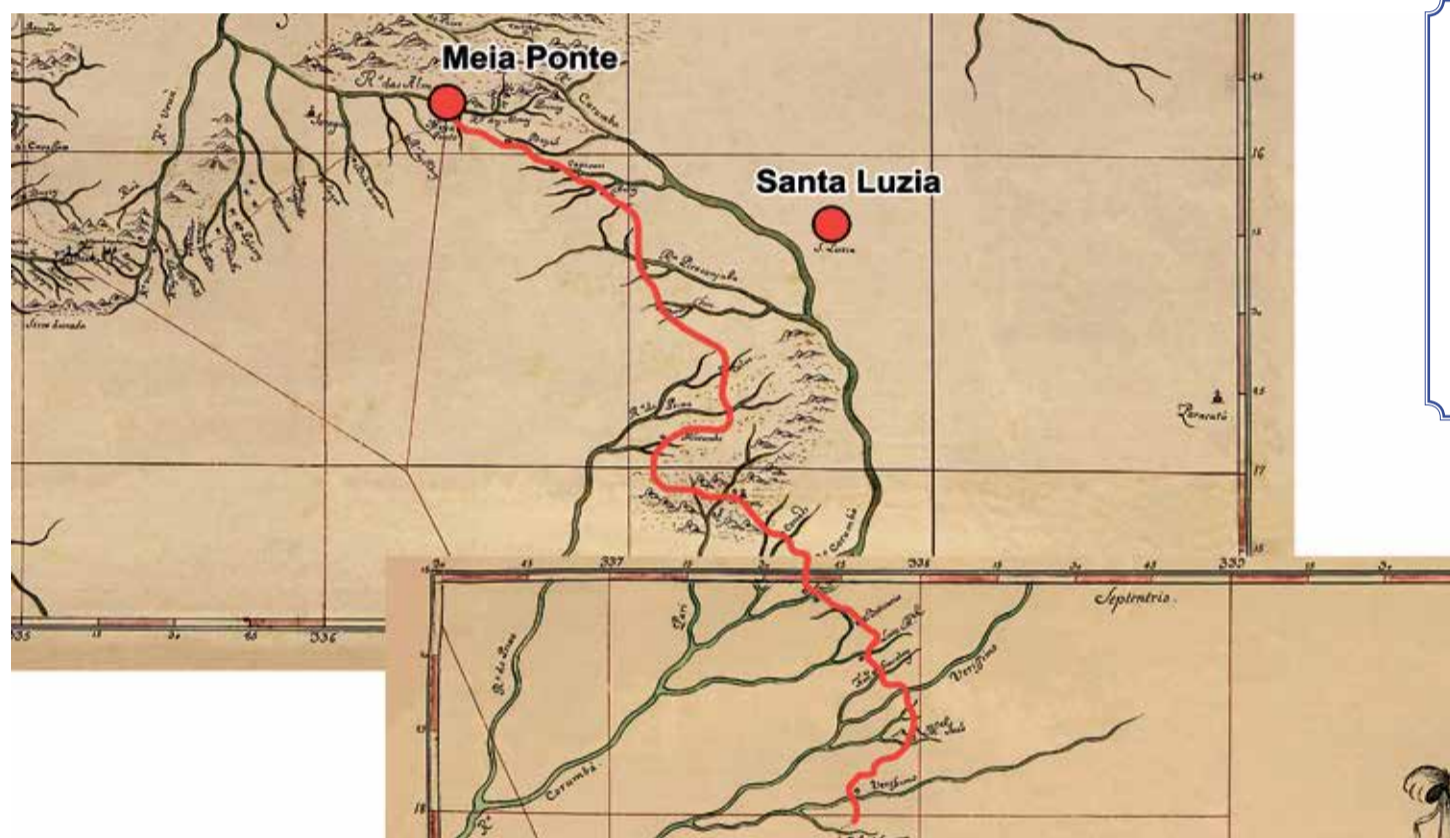


Figura 17 – Detalhe do Mapa da Capitania de São Paulo e seu sertão e do Mapa da Capitania de Goiás e de todo o sertão. Estrada em destaque vermelho.



Figura 15 – Mapa da Capitania de São Paulo e seu sertão. Área de estudo destacada em vermelho.



Figura 16 – Mapa da Capitania de Goiás e de todo o sertão. Área de estudo destacada em vermelho.



2.9 Mapa da Capitania de Goiás e de todo o sertão

O “Mappa da Capitania de Goyazes, e de todo o sertão por onde passa o Rio Maranhão, ou Tucantins [Segunda parte]” (Quadro 1, Item 9) catalogado pela Biblioteca Nacional, na Coleção Morgado de Mateus, não traz a identificação de seu autor, nem de sua data, apenas a indicação do século [17--].

Este documento cartográfico amolda-se perfeitamente ao documento anterior, que traz, em sua legenda, a expressão “primeira parte” (Quadro 1, Item 8), dando continuidade ao “Caminho de Goyazes”, a partir do paralelo 17 até o paralelo 11. (Figura 16) A representação gráfica é a mesma, permitindo aferir que os dois mapas (Quadro 1, Itens 8 e 9) são obras do mesmo autor.

Mais uma vez, a região onde se encontra hoje o Distrito Federal corresponde a uma mancha em branco e o itinerário assinalado nas proximidades cruzou apenas o Arraial de Meia Ponte, não passando sequer por Santa Luzia. (Figura 17)

3. CARTOGRAFIA HISTÓRICA DO SÉCULO XIX

3.1 Carta Corográfica Plana da Província de Goiás

A “Carta Corografica Plana da Província de Goyaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da Província de Minas Geraes organizado pelo Brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos Governador das Armas de Goyaz para acompanhar os seus itinerários escritos em 1826 e publicados no anno de 1836” (Quadro 1, Item 10) foi catalogada pela Fundação Biblioteca Na-

(9) O Brigadeiro **Raimundo José da Cunha Mattos** foi nomeado pelo Imperador Governador das Armas da Província de Goiás, tanto as militares quanto as civis, em 1823. Assumiu o cargo de Governador das Armas da Província de Goiás com a missão de reorganizá-las e defender o Império contra os insurgentes portugueses contrários à Independência. Durante a incumbência das missões militares, percorreu um vasto sertão até o extremo norte da Província de Goiás, reviu posições geográficas e corrigiu-as. Cunha Mattos foi eleito deputado por Goiás nas duas primeiras legislaturas do Império. Promovido a General e, a seguir, Marechal-de-Campo foi um dos fundadores e primeiro vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838 (MATOS, 2004).



Fonte: Domínio público

cional como sendo de 1836, a mesma data que consta no carimbo superior esquerdo do documento.

O português Cunha Matos (9) permaneceu em Goiás de 1823 a 1826, período em que produziu um dos documentos cartográficos mais detalhados da Província à época, onde emendou, em mais de três mil pontos diferentes, os antigos mapas manuscritos. O Governador das Armas não fez explorações por terras desertas. Transitou, apenas, pelas estradas gerais de Goiás e demonstrou ter conhecimento dos escritos e descrições da região produzidos por outros

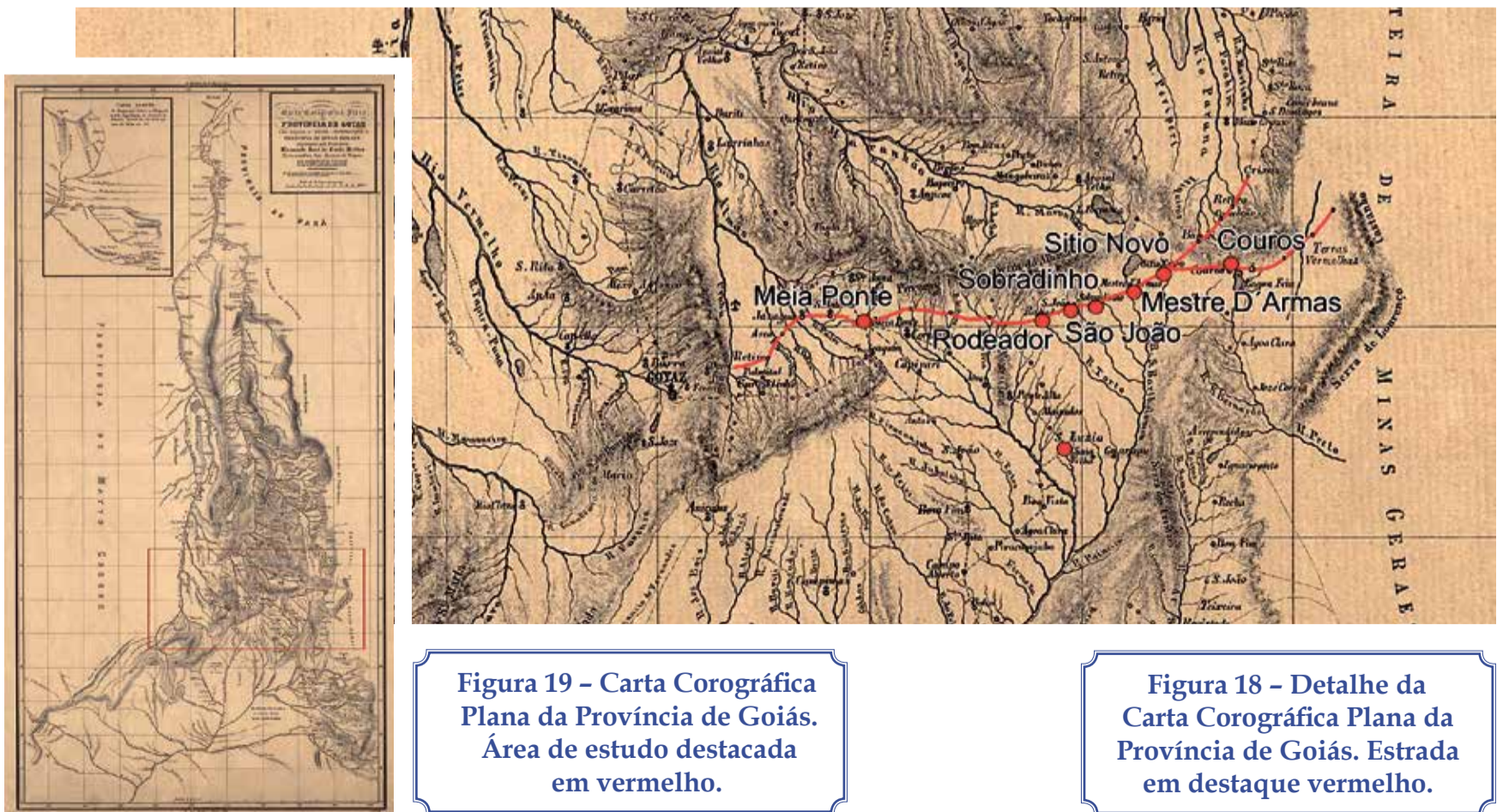


Figura 19 - Carta Corográfica Plana da Província de Goiás. Área de estudo destacada em vermelho.

Figura 18 - Detalhe da Carta Corográfica Plana da Província de Goiás. Estrada em destaque vermelho.



viajantes, entre eles o Barão de Eschwege, Saint-Hilaire, Pohl, Natterer e Spix e Martius (BARBO, 2010).

Na área correspondente ao atual Distrito Federal, a maioria dos topônimos dos sítios e dos marcos naturais registrados, tanto nos itinerários assinalados na sua Carta, quanto em sua Corografia da Província de Goiás (1979), se mantiveram até os dias de hoje: Ponte Alta, Guarioroba, Rodeador, rio Torto, rio São Bartolomeu, rio Corumbá, São João das Três Barras, Sobradinho, ribeirão Sobradinho, etc.; não deixando margem para dúvida quanto ao fato das estradas reais, que cruzavam o Planalto Central, atravessarem essa região.

Em 1826, especificamente ao longo da “Estrada da Bahia”, (10) os sítios inseridos nos limites do atual território do DF e assinalados na Carta elaborada por Cunha Matos eram: Sítio Novo, Mestre d’Armas, Sobradinho,

São João e Rodeador. (Figuras 18 e 19)

Esses nomes foram recorrentes nos relatos de cronistas e viajantes que o precederam: José da Costa Diogo, em 1734; o Barão de Mossâmedes, em 1773; e o Governador Cunha Menezes, em 1778; como também nos que o sucederam: Joaquim Jardim, em 1874; Varnhagen, em 1877; Oscar Leal, em 1889; e Cruls, em 1892 (BARBO, 2010).

3.2 Carta da Província de Goiás

A “Carta da Província de Goiás organizada em 1874 por ordem do Ministério d’Agricultura Commercio e Obras Públicas pelo Capitão d’Engenheiros Joaquim R. de M. Jardim, conforme as melhores cartas existentes e observações próprias. Reduzida e gravada por C. Lomelino de Carvalho. Rio de Janeiro, 1875” (Quadro 1, Item 11) foi catalogada pela Fundação Biblioteca

Tabella comparativa das distancias que pouco mais ou menos ha (por terra) desde Villa Bella e Coyaba até os portos da Bahia, Rio de Janeiro e Santos, e logares mais notaveis d'estas tres estradas.

NOMES DOS LOGARES D'ESTAS TRES ESTRADAS	DE	DE	DE	N. B.
	DE	DE	DE	
	DE	DE	DE	
De Villa Bella á Ponte do Guaperé	11	80	N. B. Não se pôde afiançar a exactidão das distancias pela variedade que ha na estimativa d'ellas, por não estarem medidas em nenhuma das capitães d'esta tabella. Houve só cuidado em se marcar a direção de cada uma das tres estradas.
Do arraial das Lavrinhas	3	17	77	
Do Rio Jaurú (no Registro)	19	26	58	
Do Rio Paraguay (ou Villa Maria)	19	55	29	
Do Rio Sangradouro	16	71	23	
Do Rio de Santa Anna da Chapala	8	94	8	
A Ponte do S. Lourenço	14 1/2	102	8	
Do Sangradouro	14 1/2	116 1/2	22 1/2	
Do Passariete	28	144 1/2	50 1/2	
Do registro que foi da Isua	29 1/2	171	80	
Do registro que agora é do Rio Grande, extrema da capitães de Mato-Grosso	11	185	91	
Do registro do Rio Grande ao registro do Rio Claro	7	192	98	
Do registro do Rio Grande ao registro do Rio Claro	27	219	125	
Do registro do Rio Grande ao registro do Rio Claro	21	240	146	
Do registro do Rio Grande ao registro do Rio Claro	18	258	164	
Do registro do Rio Grande ao registro do Rio Claro	7	265	171	

As distancias da 1ª casa das columnas seguintes se conta de Meia Ponte, Villa Bella, e Coyabá.

ESTRADA DA BAHIA				ESTRADA DO RIO DE JANEIRO				ESTRADA DE S. PAULO			
LOGARES	DISTANCIAS			LOGARES	DISTANCIAS			LOGARES	DISTANCIAS		
	De Meia Ponte	De Villa Bella	De Coyabá		De Meia Ponte	De Villa Bella	De Coyabá		De Meia Ponte	De Villa Bella	De Coyabá
A' Contagem de S. João	23	288	194	Do arraial do Corumbá	3	268	174	Do arraial do Bonfim	20	285	191
A' Lagoa-fria	13	301	207	Do registro dos Arrependedos	29	297	203	Do Corumbá, rio de casa	15 1/2	200 1/2	206 1/2
A' S. Domingos	18	319	225	A' villa do Paracatu	12	300	215	Do Verissimo, de casa	13 1/2	214	220
A's cabeceras do Rio Formoso	17	336	242	Do André Quicé	20	320	235	A' Paratyba, rio de e	15	320	235
Aos Canzidos	24	300	206	A' Babilonia	19	318	234	Do Rio das Velhas, Reg	15 1/2	314 1/2	230 1/2
Do Rio de S. Francisco	28	388	294	Do rego da Palestina	20	368	274	Do Rio Grande, extrema de Goyaz	23 1/2	308	214
A's Carmoães	26	414	320	Do arraial do Banho de Jhu	18	284	202	Do Sapucahy, r. de casa	20 1/2	288 1/2	204 1/2
A' Lagoa do Timotheo	18	432	338	Do arraial da Paranga	19	405	311	Do Rio Paró, de casa	14	402 1/2	308 1/2
A' possessão do Rio de Contas	15	447	353	Do arraial da Oliveira	18	423	329	Do Jaguary-mirim, rio de casa	15	417 1/2	323 1/2
Do Sincora	12	459	365	A' villa de Barbacena	25	418	334	A' Moey-Guassú, r. de e	9	426 1/2	332 1/2
A' Santa Maria	22	481	387	Do Juiú de Féra	20	468	374	A' Villa de Moey-mirim	1	427 1/2	333 1/2
A's Trombas	22	503	409	Do registro de Mathias Barbosa	6	474	380	A' Villa de Jundiahy	20 1/2	448	354
A' Salgada	18	523	427	A' Gidá da Paratyba	12	486	392	A' Ponte do Jaguary	7	455	361
A' villa da Cachoeira	7	538	434	Do Porto da Estrella	25	511	417	A' cidade de S. Paulo	3	458	364
A' cidade da Bahia	14	542	448	A' cidé do Rio de Janeiro	9	520	426	A' villa de Santos	10	468	374

(Revista IHGB - 1857, p.288-293)

(10) Roteiros das distâncias de Vila Bela da Santíssima Trindade ao arraial de Meia Ponte, e deste até a cidade da Bahia, cidade do Rio de Janeiro e Vila de Santos. Com destaque para a Estrada da Bahia.

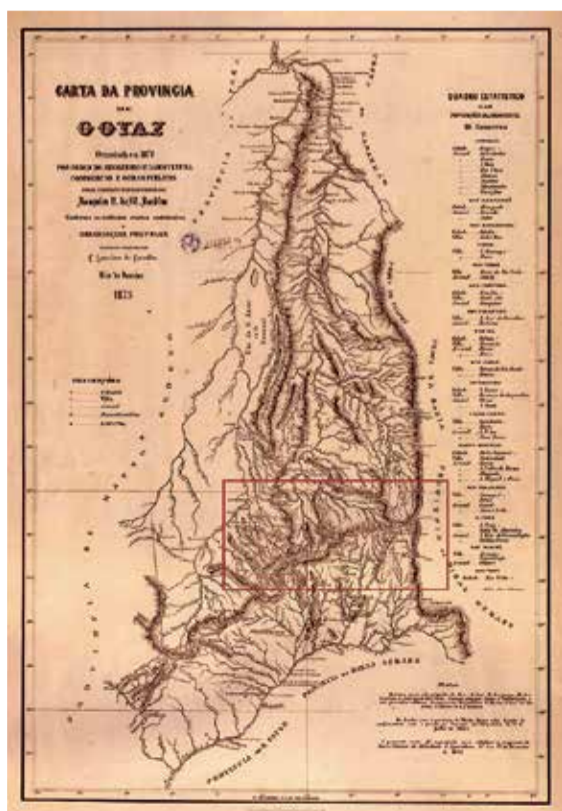


Figura 21 - Carta da Província de Goiás. Área de estudo destacada em vermelho.

Figura 20 - Detalhe da Carta da Província de Goiás. Estrada em destaque vermelho.



rem os grandes rios, seus itinerários deixaram, na maior parte, de cortar a região mais característica do planalto central do Brasil (CRULS, 1957, p.106).

Pela toponímia dos locais e marcos naturais levantados, podemos reconhecer diversos lugares ainda hoje existentes: Formosa (11), lagoa Mestre d'Armas, rio Saia Velha, rio Torto, ribeirão Sobradinho, lagoa Feia, rio Maranhão, rio Ponte Alta, etc.

Do mesmo modo como foram marcados no Mapa dos Julgados, um século antes, os caminhamentos reproduziam três caminhos distintos que se entroncavam em Pirenópolis e, unificados, continuavam até a cidade de Goiás, de lá seguindo rumo a Cuiabá. A primeira estrada, mais ao sul, vinha de São Paulo, passava por Catalão, Bonfim e chegava a Pirenópolis. A segunda, a sudeste, partia do Rio de Janeiro, passava por Santa Luzia, Corumbá e, depois, Pirenópolis. A terceira estrada vinha da Bahia e entrava no DF pelo extremo nordeste – Formosa (antiga Couros); cortava a região da Vila do Mestre d'Armas até sair, a oeste, ao encontro de Pirenópolis. Mais uma vez, este último itinerário reproduzia o percurso do Barão de Mossâmedes, em 1773,

gava a Pirenópolis. A segunda, a sudeste, partia do Rio de Janeiro, passava por Santa Luzia, Corumbá e, depois, Pirenópolis. A terceira estrada vinha da Bahia e entrava no DF pelo extremo nordeste – Formosa (antiga Couros); cortava a região da Vila do Mestre d'Armas até sair, a oeste, ao encontro de Pirenópolis. Mais uma vez, este último itinerário reproduzia o percurso do Barão de Mossâmedes, em 1773,

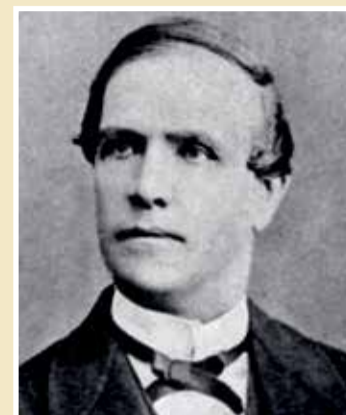
(12) Segundo o historiador Paulo Bertran, era chamada de Estrada Real por ser legalizada, por dispor de postos fiscais para arrecadação dos impostos reais (BERTRAN, 2000, p. 140).

e de Cunha Menezes, em 1778, pelo Planalto Central, nos limites do atual DF. (Figuras 22 e 23)

3.4 Esboço da zona de 14.400 quilômetros quadrados, demarcada no Planalto Central do Brasil

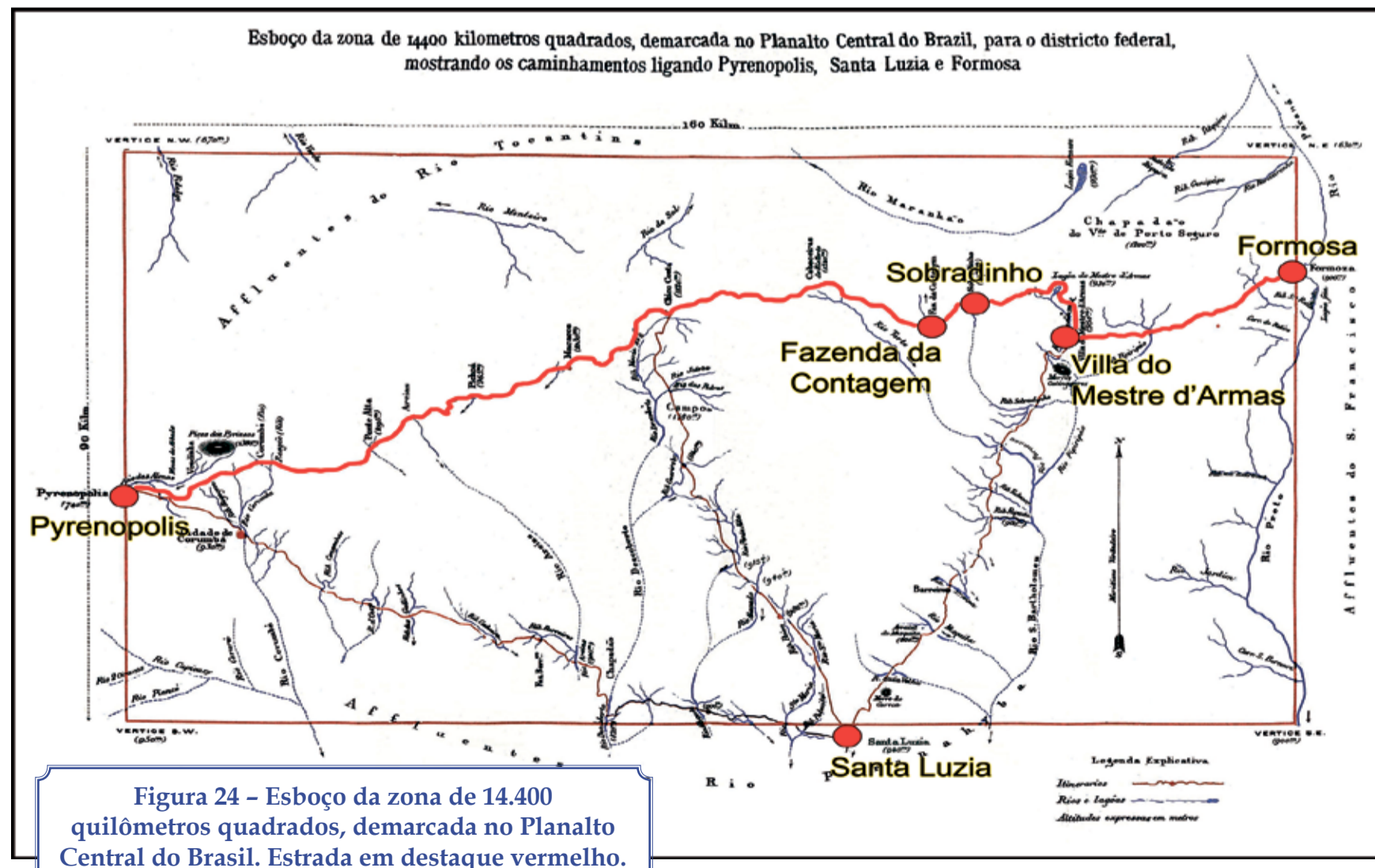
O “Esboço da zona de 14.400 quilômetros quadrados, demarcada no Planalto Central do Brasil, para o distrito federal, mostrando os caminhamentos ligando Pirenópolis, Santa Luzia e Formosa” (Quadro 1, Item 13) foi produzido por Antonio Pimentel, membro da Comissão Cruls, em 1894.

Antonio Pimentel publicou o livro *A Nova Capital Federal e o Planalto Central do Brasil*,



Fonte: Domínio público

(13) O historiador, engenheiro militar, matemático e diplomata Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, foi autor de extensa e bem documentada obra sobre a História do Brasil. Entusiasta da ideia da mudança da capital, Varnhagen defendeu a interiorização por cerca de quatro décadas e seus discursos ajudaram a consolidar no ideário político nacional a intenção de uma capital no interior.





em que gravou suas impressões das viagens realizadas pela região do Planalto Central e fez apaixonada defesa do ideal mudancista, ao qual se engajou de forma definitiva.

O livro reproduz o mapa “Esboço da zona de 14.400 quilômetros quadrados, demarcada no Planalto Central do Brasil”. Este mapa colorido, na escala de 1:500.000, registrou distintamente, conforme legenda, altitudes expressas em metros, itinerários, rios e lagoas inseridos no Quadrilátero Cruls. Nele é possível ver com clareza os três percursos principais que faziam os viajantes, nos séculos XVIII e XIX, ao cruzar o território do atual DF.

A “Estrada Real”(12), ou “Estrada da Bahia” entrava no DF a leste, por Formosa, seguia até a Vila do Mestre d’Armas, em Planaltina, atravessava Sobradinho, depois a Chapada da Contagem, até sair, a oeste, pela Região de Brazlândia, rumo a Pirenópolis. Existiam também duas picadas que levavam a Santa Luzia, hoje Luziânia. A primeira, na altura da Vila do Mestre d’Armas, descia para sudoeste, atravessando o ribeirão Pipiripau, ribeirão Sobradinho, rio Paranaua, ribeirão Taboca, ribeirão Papuda, rio Mesquita, rio Saia Velha, até encontrar Santa Luzia.

A outra, na altura do pouso do Chico Costa, porção oeste do Distrito Federal, região de Brazlândia, descia a sudeste, cortando o rio Jatobá, rio das Pedras, ribeirão Guariroba, rio Ponte Alta, rio Alagado, ribeirão Paiva, rio

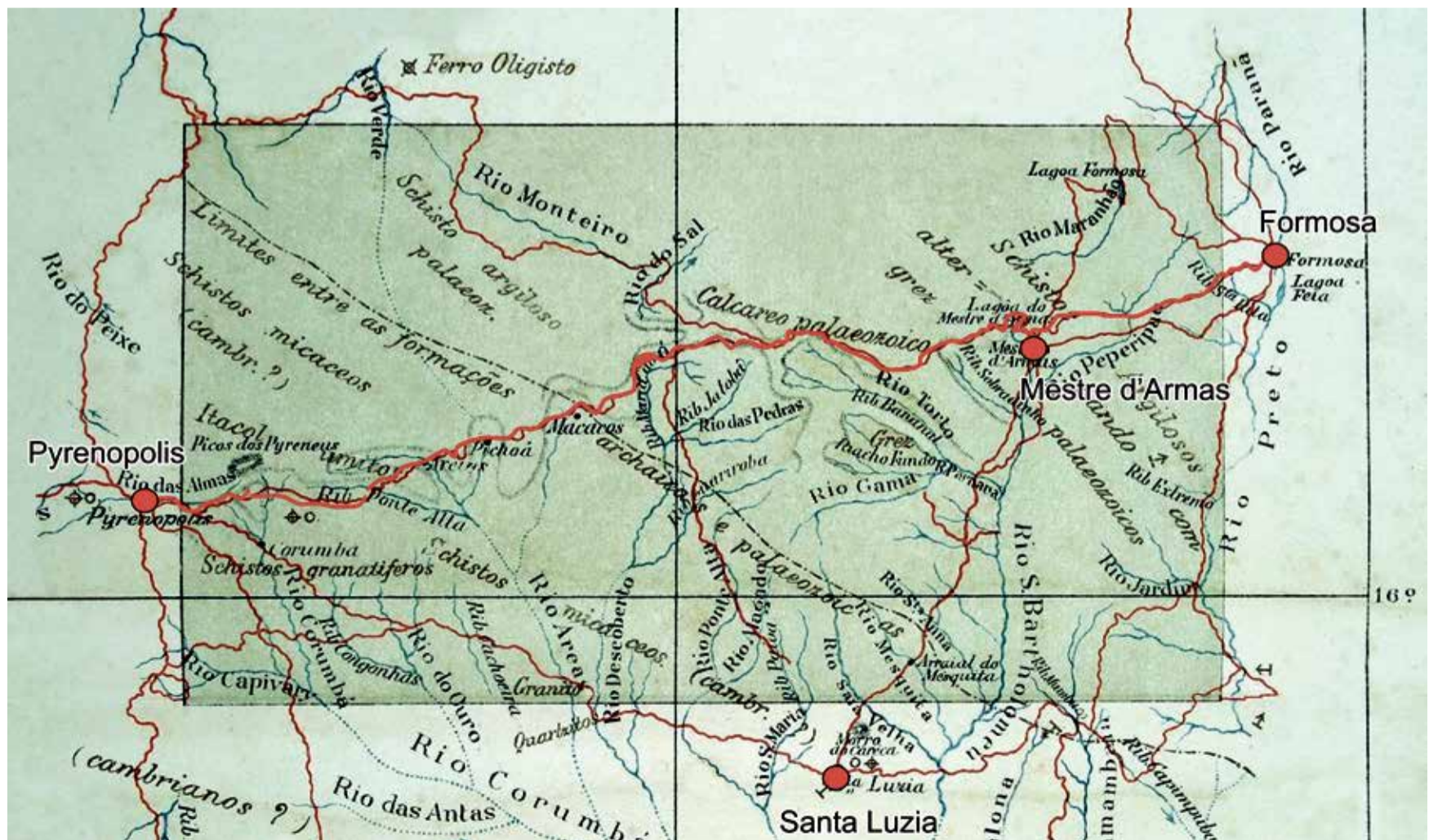
Santa Maria, para também chegar a Santa Luzia. (Figura 24)

O documento também registrou o Chapadão do Visconde do Porto Seguro(13), hoje Chapadão do Pipiripau, e indicou a presença de poucos assentamentos humanos e fazendas na região. No trajeto da “Estrada da Bahia” foram citados a Vila do Mestre d’Armas, Sobradinho, Fazenda da Contagem e pouso do Chico Costa. Ao longo da picada que descia a sudoeste, além da Vila do Mestre d’Armas só foram nomeados o pouso Barreiros, nas margens do ribeirão S. Anna e o Arraial do Mesquita.

Na outra picada, constou apenas o pouso do Chico Costa. Isso não significa a inexistência de outras fazendas dentro da área pesquisada, a se considerar que outro documento produzido pela Comissão Cruls, em 1896, de autoria de Henrique Morize (Quadro 1, Item 15), nomeou quantidade considerável de fazendas na mesma área.

A toponímia dos sítios e acidentes naturais assinalados, bem como o Esboço confeccionado, confirmam, novamente, que muitos dos viajantes que se aventuraram pelo Planalto Central, nos séculos XVIII e XIX, percorreram a “Estrada Real” que cortava ao norte o território do atual DF. Esse trajeto foi o mesmo percorrido por José da Costa Diogo, em 1734; foi explorado pelo Barão de Mossâmedes, em 1773, e depois assinalado por Tomás de Souza, no Mapa dos Julgados da Capitania de Goiás, em 1778; foi o caminho trilhado pelo Governador Cunha Menezes em sua jornada no Planalto Central, também em 1778; e, ainda, foi um dos itinerários registrados cartograficamente, em 1826, pelo Brigadeiro Cunha Matos.

Figura 25 - Detalhe do Mapa dos itinerários levantados, com a indicação da Zona demarcada e da constituição geológica da região explorada. Estrada em destaque vermelho.





3.5 Mapa dos itinerários levantados, com a indicação da zona demarcada e da constituição geológica da região explorada

O “Mapa dos itinerários levantados, com a indicação da Zona demarcada e da constituição geológica da região explorada. Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil” (Quadro 1, Item 14) catalogado pelo Arquivo Público do Distrito Federal, foi produzido em 1895. O documento cartográfico, em escala de 1:1.000.000, colorido, indicou no Planalto Central o Quadrilátero Cruls e, conforme legenda, a capital do estado de Goiás; cidades; vilas e povoados; jazidas de ouro, diamante e ferro; a rede hidrográfica e os itinerários percorridos na região.

Os caminhos tinham, como seus pontos extremos, as cidades de Uberaba e Goiás e a Chapada dos Veadeiros. Com base na cartografia produzida, é possível reconhecer os três principais caminhos dos viajantes dos séculos XVIII e XIX, nos limites do DF. Dois desses percursos cruzavam o território do DF e se encontravam em Santa Luzia: um itinerário partia da Vila do Mestre d’Armas e descia a sudoeste e o outro, saindo do pouso Chico Costa descia rumo ao sul.

O principal percurso era a “Estrada da Bahia”, que cortava a região em sua porção norte: vinha de

Formosa, a leste do DF, seguia até a Vila do Mestre d’Armas, em Planaltina, passava por Sobradinho, Chapada da Contagem até sair a oeste, pelo pouso do Chico Costa. (Figura 25)

O fato dos nomes de diversos sítios e acidentes naturais citados terem se repetido ao longo dos relatos de diferentes cronistas, que exploraram o Planalto Central em épocas distintas, reforça, mais uma vez, a veracidade dos caminhos registrados por esses viajantes.

3.6 Planta do Distrito Federal

A “Planta do Districto Federal mostrando o adiantamento dos trabalhos topographicos realizados até fins do anno 1895” (Quadro 1, Item 15) publicada no relatório da Comissão Cruls foi finalizada por Henrique Morize em 1896.

Esse documento, na escala de 1:250.000, compilou as informações de todos os membros da Comissão. Além de detalhar toda a rede hidrográfica, também identificou 49 fazendas, pousos ou arraiais, confirmando, mais uma vez, que a região era toda ocupada por fazendas.

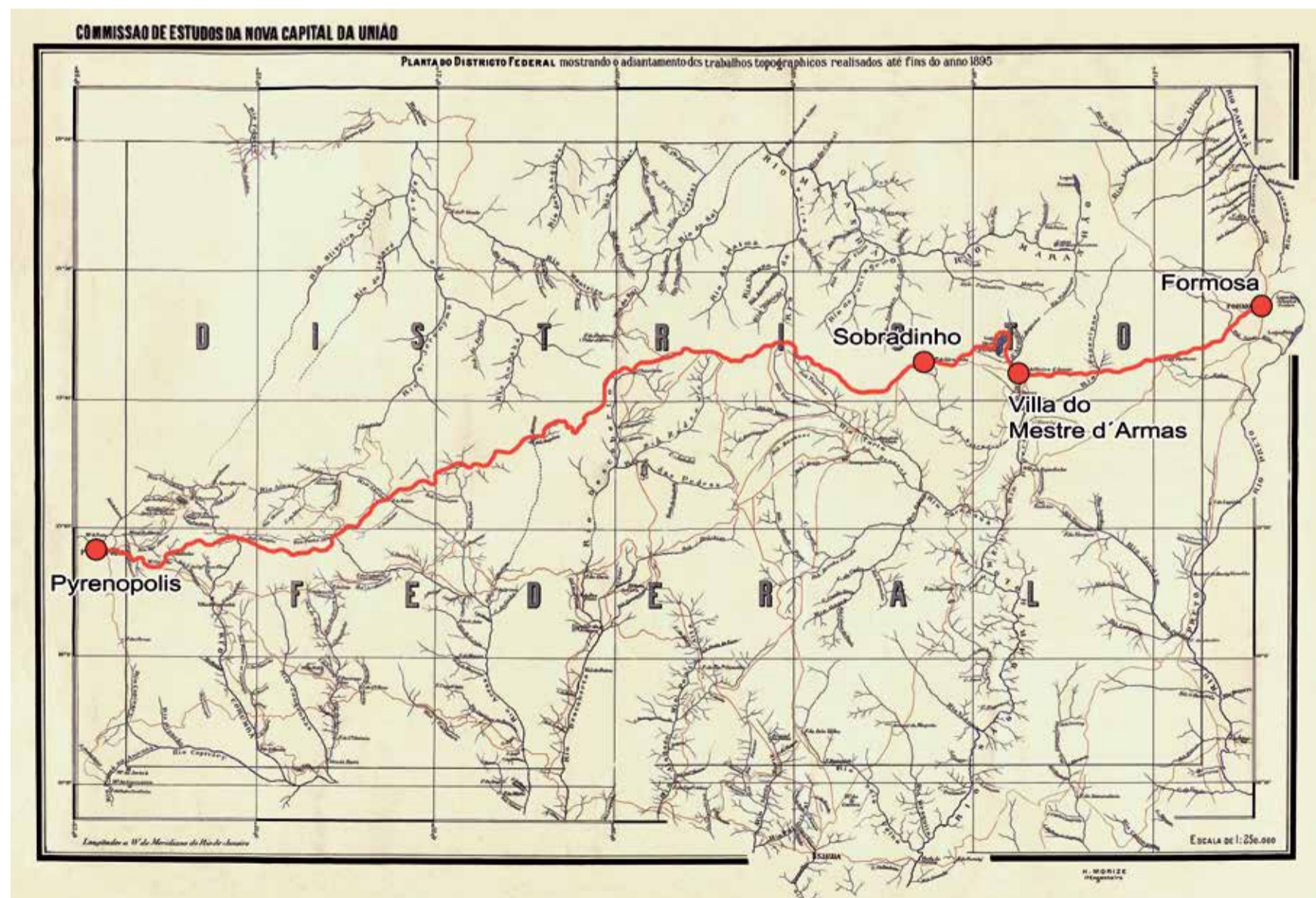


Figura 26 - Planta do Distrito Federal. Estrada em destaque vermelho



No perímetro do atual DF, foram expressamente citados 15 sítios: Fazenda Desterro, Chico Costa, Fazenda Glória, Fazenda Boa Vista, Fazenda Ten. Camello, Fazenda da Papuda, Benedito Cabeça, Fazenda Sobradinho, Fazenda Rajadinha, Fazenda da Vargem, Fazenda Jardim, Arraial Buriti Vermelho, Fazenda Lagoinha, Fazenda Fartura e Vila do Mestre d’Armas.

Destacam-se, também, no mapa os itinerários dos três percursos que cortavam a área do atual DF, da mesma forma como registrado em outros dois documentos produzidos ao longo dos trabalhos da Comissão Cruls: o “Esboço da zona de 14.400 kilometros quadrados, demarcada no Planalto Central do Brazil, para o districto federal, mostrando os caminhamentos ligando Pyrenopolis, Santa Luzia e Formosa, de 1894”, e o “Mappa dos itinerários levantados, com a indicação da Zona demarcada e da constituição geológica da região explorada. Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil, de 1895” (Quadro 1, Itens 13 e 14 respectivamente).

O percurso principal, ao norte, se inicia em Formosa e chega até Pirenópolis, passando pela Vila do Mestre D’Armas e Sobradinho. (Figura 26)

Os topônimos dos vários sítios e marcos naturais assinalados na base cartográfica produzida por Henrique Morize e registrada em seu relatório se assemelham àqueles reunidos nos dados coletados por diversos outros cronistas que exploraram o Planalto Central em épocas distintas, no período de 1734 a 1896, não permitindo dúvida quanto à veracidade dos itinerários apontados pelos diferentes viajantes.

4. CARTOGRAFIA HISTÓRICA DO SÉCULO XX

4.1 Novo Distrito Federal - Planta Índice Cadastral

Em outubro de 1955, o Governador de Goiás instituiu a Comissão de Cooperação para a Mudança da Nova Capital, que tinha como objetivo realizar o processo de desapropriação das terras do estado de Goiás. O médico e fazendeiro goiano Altamiro de Moura Pacheco foi o escolhido para representar o estado de Goiás nos atos de aquisição dos imóveis rurais situados dentro da área demarcada para o futuro

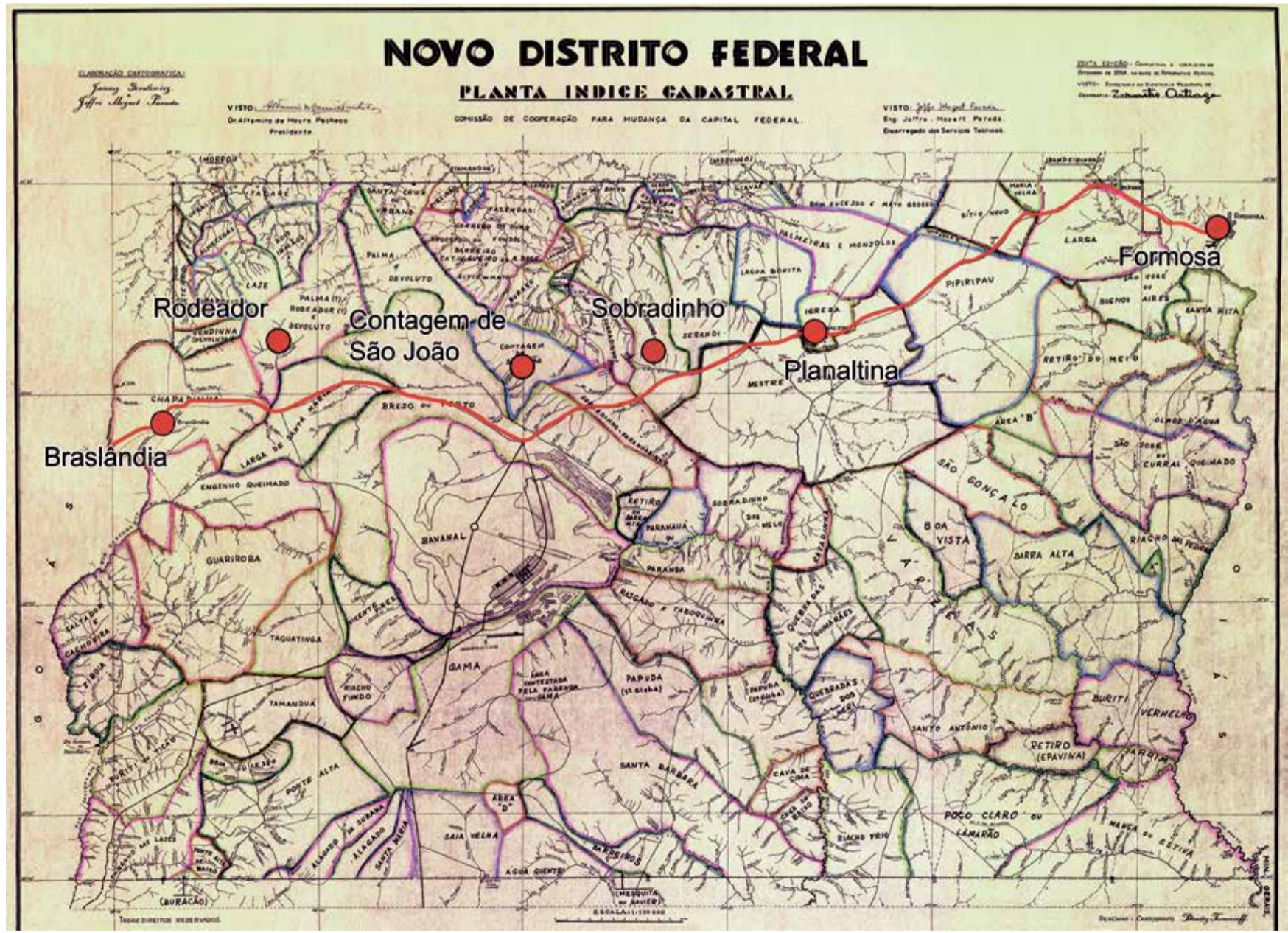


Figura 27 - Novo Distrito Federal - Planta Índice Cadastral. Estrada em destaque vermelho.



Distrito Federal, para posterior transferência ao domínio da União (PACHECO, 1975).

As terras que constituem o território do Distrito Federal foram desagregadas dos municípios de Luziânia, Formosa e Planaltina. Relatório produzido por Pacheco, presidente da Comissão, relacionou os imóveis abrangidos por Município, no todo ou em parte, pelo Distrito Federal.

Em 1958, o levantamento foi consolidado no mapa “Novo Distrito Federal – Planta Índice Cadastral” (Quadro 1, Item 16), obtida pelo lançamento das divisas de todos os imóveis situados dentro do Distrito Federal sobre folha cartográfica, elaborada pelos Eng.º Joffre Mozart Parada e Eng.º Janusz Gerulewicz, na escala de 1:100.000.

Os imóveis originários do Município de Luziânia eram em número de 45; os imóveis do Município de Planaltina em número de 38; e os imóveis do Município de Formosa em número de 25. Além de demarcar todos os imóveis, nos limites do atual DF, o mapa assinalou as casas de fazenda em cada um deles, assim como reproduziu toda a rede hídrica do território. As duas únicas cidades existentes à época na área destinada à Nova Capital estão registradas no mapa: Brazlândia e Planaltina. Pela primeira vez, o projeto de Lucio Costa para o Plano Piloto tem seu esboço lançado em mapa sobre as terras da fazenda Bananal, acrescido das penínsulas norte – implantada na fazenda Torto – e sul – implantada nas fazendas Gama, Papuda e Rasgado. A Lagoa Jaburu – hoje parte da residência do Vice-Presidente da República

– também é assinalada em terras da fazenda Bananal. Vê-se, ainda, a primeira pista de pouso do DF, localizada na fazenda Tamanduá, na confluência do córrego Tamanduá com o córrego Estiva ou Vargem da Benção.

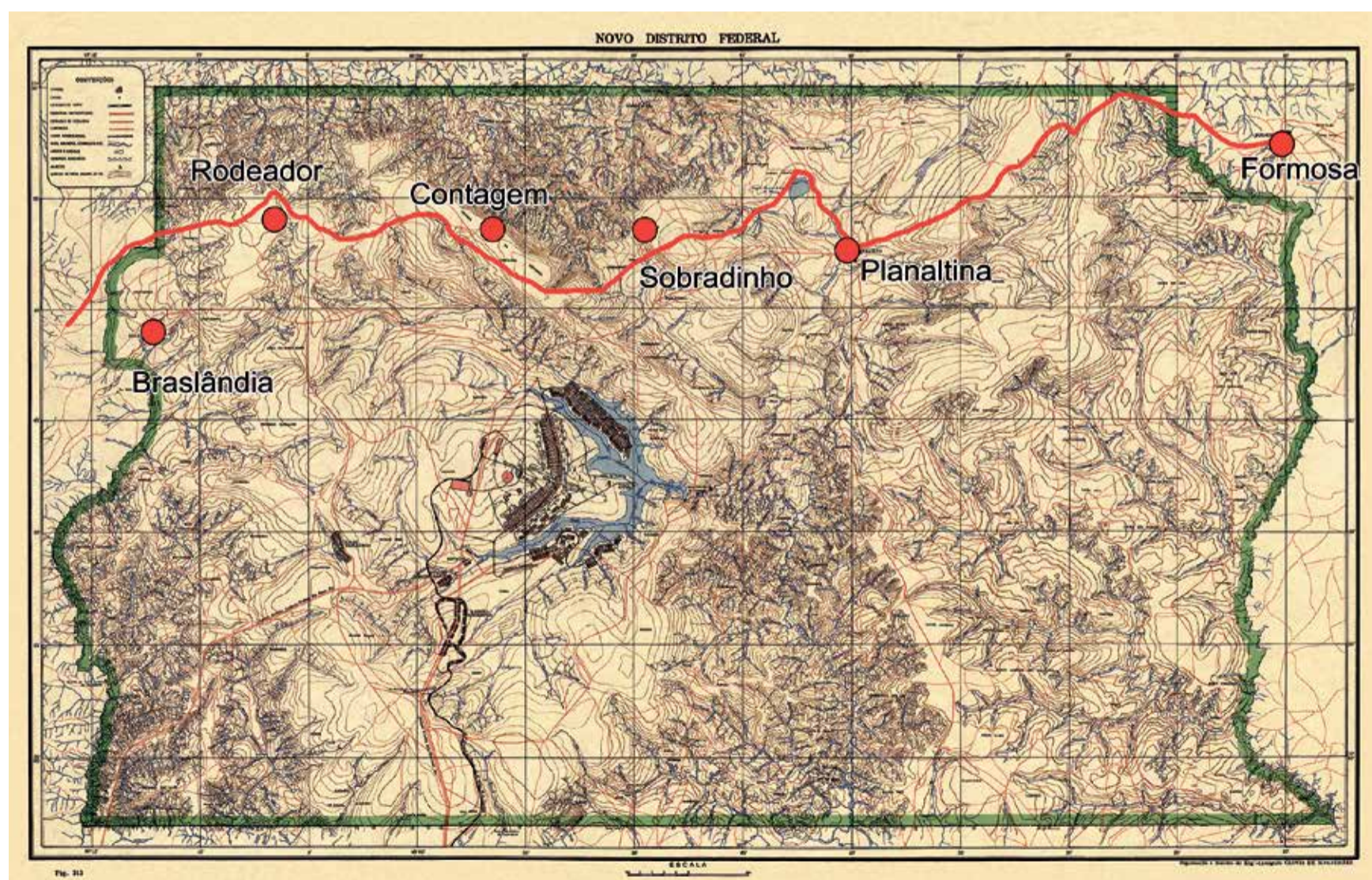
Neste levantamento, imediatamente antes da transferência da Capital, as estradas coloniais, registradas nos mapas dos séculos XVIII e XIX, em especial pela Comissão Cruls, ainda estão, da mesma forma, cruzando o território do atual Distrito Federal. (Figura 27)

4.2 Novo Distrito Federal

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Atlas do Brasil: geral e regional, de 1960, traz o mapa do Novo Distrito Federal, na escala de 1:125.000 (Quadro 1, Item 17). Tendo como responsável o Eng.º cartógrafo Clovis de Magalhães, este mapa lançou no território praticamente os mesmos imóveis fundiários do mapa Novo Distrito Federal – Planta Índice Cadastral, de 1958 (Quadro 1, Item 16).

O mapa assinalou, além dos imóveis fundiários, as casas de fazenda em cada um deles; as cidades; as

Figura 28 - Novo Distrito Federal. Estrada em destaque vermelho.





estradas de ferro e a estação rodoferroviária; as rodovias pavimentadas; as estradas de rodagem; os caminhos; o limite interestadual; os marcos; as curvas de nível e a rede hídrica do território, onde se sobressai, pela primeira vez, o Lago Paranoá, emoldurando o Plano Piloto.

Estão assinaladas: as cidades de Brazlândia e Planaltina, a Vila de Taguatinga, na fazenda Taguatinga e o Núcleo Bandeirante, na fazenda Vicente Pires. Na fazenda Bananal, está desenhado o Plano Piloto e, ainda, o cruzeiro da primeira missa de Brasília, o Palácio da Alvorada – no mesmo local onde se encontrava a casa-sede desta fazenda, o Hotel de Turismo – hoje Brasília Palace Hotel – e a Novacap.

A Usina Hidrelétrica do Paranoá e a Ermida Dom Bosco estão lançadas na fazenda Paranoá e a Pedra Fundamental na fazenda Sálvia. A fazenda Gama traz marcado o local da Residência Presidencial provisória – Catetinho; o aeroporto comercial no mesmo local onde hoje o conhecemos; as Mansões Suburbanas – atual Park Way; e parte da península sul, que se estende também pelas fazendas Papuda e Rasgado. A península norte se insere na fazenda Torto.

É o início da Nova Capital e o território encontra-se todo recortado por caminhos, assinalados no

mapa do IBGE. Além das estradas coloniais, já registradas nos mapas dos séculos XVIII e XIX, estão pontilhados os caminhos que fazem a comunicação das fazendas da região entre si. (Figura 28)

5. A RECONSTITUIÇÃO DOS CAMINHOS DE OCUPAÇÃO NO TERRITÓRIO

Um dos desafios do presente trabalho foi reconstituir do modo mais fidedigno possível o traçado original desses caminhos de ocupação por meio do estudo da cartografia histórica, do período entre 1750 e 1896, cujos percursos foram confrontados com as informações registradas em dois mapas da região produzidos em época imediatamente anterior à inauguração de Brasília – 1958 e 1960.

A reconstituição foi realizada em cinco etapas. A primeira consistiu no levantamento e na seleção dos documentos cartográficos a serem estudados. Depois, em uma segunda etapa, os mapas históricos foram convertidos em formato digital e georreferenciados. A digitalização individual em tela das estradas por mapa foi a terceira etapa. A quarta etapa consistiu na sobreposição do percurso das estradas registradas nos ma-



Figura 29 - Carta ou Plano Geográfico da Capitania de Goiás. Mapa georreferenciado.



Figura 30 - Carta Corográfica Plana da Província de Goiás. Mapa georreferenciado.



Figura 31 - Mapa do Brasil, mostrando a posição do Distrito Federal demarcado. Mapa georreferenciado.



Figura 32 - Esboço da zona de 14.400 quilômetros quadrados, demarcada no Planalto Central do Brasil. Mapa georreferenciado.



Figura 33 - Mapa dos itinerários levantados, com a indicação da Zona demarcada e da constituição geológica da região explorada. Mapa georreferenciado.



Figura 34 - Planta do Distrito Federal. Mapa georreferenciado.



Figura 35 - Novo Distrito Federal - Planta Índice Cadastral. Mapa georreferenciado.



Figura 36 - Novo Distrito Federal. Mapa georreferenciado.



pas históricos a uma imagem do satélite CBERS, para a reconstituição dos itinerários em bases cartográficas atuais, o que resultou em um novo mapa do DF, de 2009. Na quinta e última etapa, este novo mapa foi transformado num modelo tridimensional do território do DF, com a utilização das imagens, da tecnologia SIG e dos dados de topografia digital do SRTM.

5.1 1ª Etapa: levantamento e seleção de documentos cartográficos

Entre os 17 mapas estudados, foram selecionados oito mapas, em função da reconstituição do percurso principal – a “Estrada da Bahia” – e da não repetição de informações. Um mapa é do século XVIII, cinco mapas do século XIX e dois são do século XX (Quadro 1, Itens 6, 10, 12, 13, 14, 15, 16 e 17).

5.2 2ª Etapa: georreferenciamento individual dos documentos cartográficos

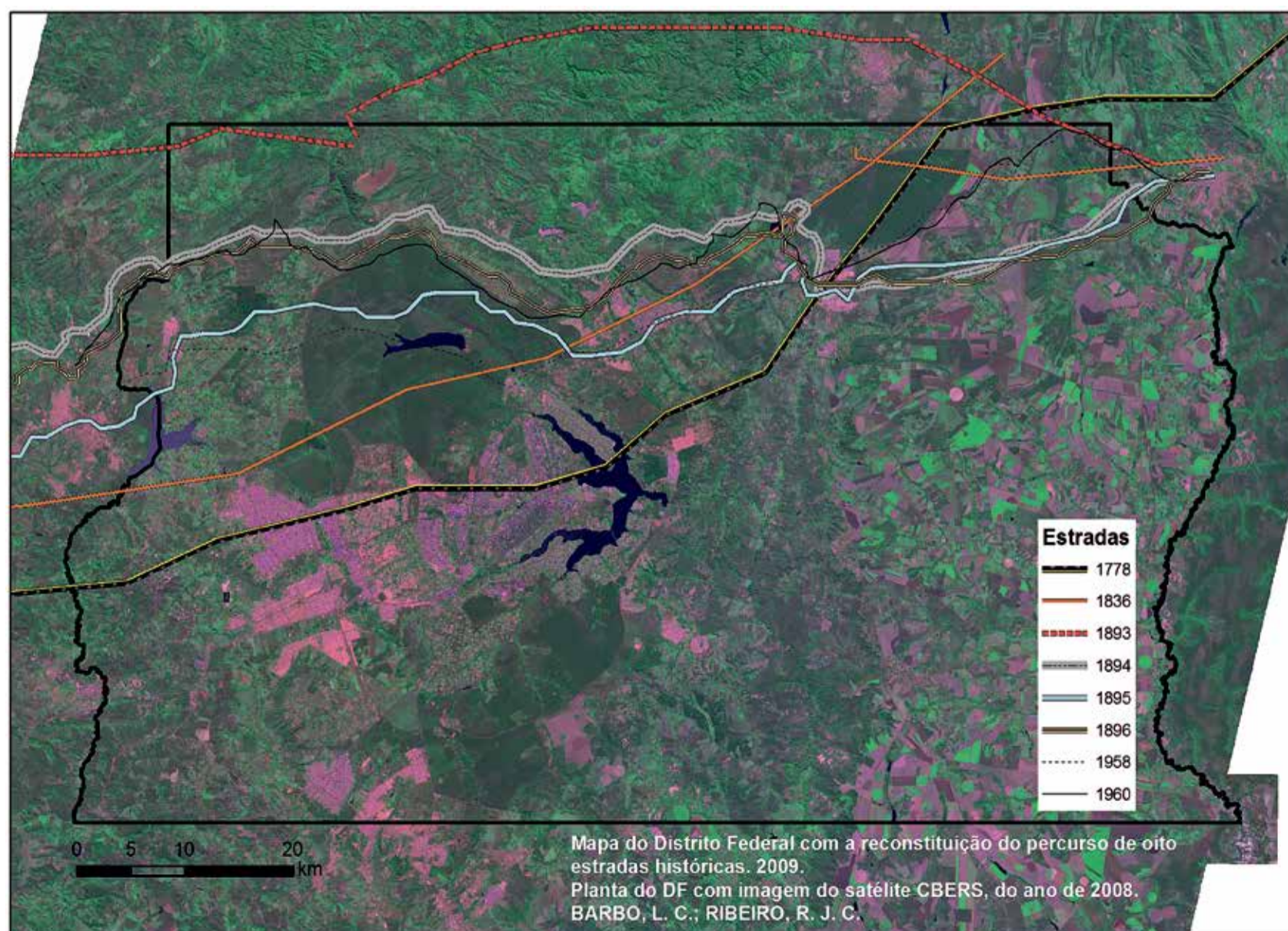
Os mapas selecionados foram digitalizados para levantamento pormenorizado do percurso das es-

tradas assinaladas cartograficamente. O geoprocessamento permitiu a comparação entre mapas históricos e mapas modernos pela sobreposição das imagens, mas, é preciso considerar a dificuldade de alinhar perfeitamente os dois, o que pode gerar erros residuais. Optamos por ilustrar o trabalho tanto com a imagem do mapa original digitalizado, quanto com a imagem modificada, ou seja, georreferenciada com os sistemas de coordenadas modernos. (Figuras de 29 a 36)

5.3 3ª Etapa: digitalização em tela das estradas históricas

Este processo envolveu a digitalização por meio de escâner do documento original e o uso desta imagem como pano de fundo em programas de tratamento de feições vetoriais, como, por exemplo, o AutoCAD, um *software* do tipo CAD (Computer Aided Design). Nos documentos históricos analisados, as antigas estradas eram referenciadas por nomes diversos, tais como Estrada Geral do Sertão, Estrada Real dos Goyazes, Estrada dos Currais, Estrada dos Couros, Estrada da Contagem de São João, Estrada

Figura 37 - Mapa do Distrito Federal com a reconstituição do percurso de oito estradas históricas (BARBO e RIBEIRO, 2010).





de Cavalleiros, Estrada da Bahia. No trecho em que cruzavam o atual território do DF, elas praticamente se sobrepunham, traçando um percurso principal na sua porção norte, de onde partiam duas picadas que se encontravam em Santa Luzia, ao sul do DF. O processo de reconstituição foi realizado em cima do itinerário principal. (Figuras 12, 18, 22, 24, 25, 26, 27 e 28)

5.4 4ª Etapa: sobreposição dos percursos das estradas históricas a uma imagem do satélite CBERS, de 2008

A partir do material organizado, foi construída planta do DF sobreposta com a imagem do CBERS (China Brazil Earth Resource Satellite), do ano de 2008 (INPE, 2009) e das oito estradas históricas. É possível perceber que praticamente todas as estradas, após entrarem no DF a partir de Formosa, atravessam a por-

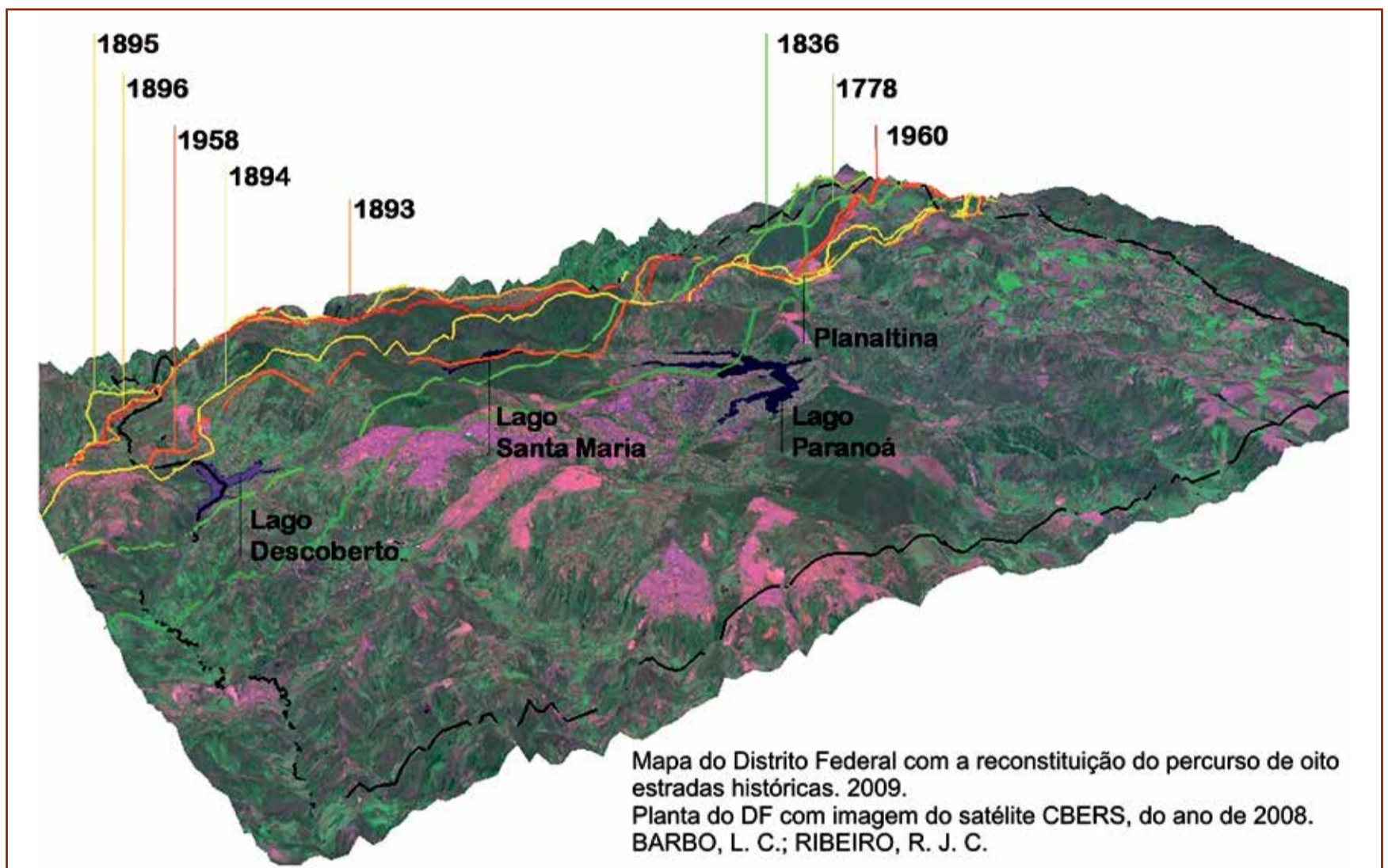


Figura 38 - Mapa tridimensional do Distrito Federal, com destaque dos percursos de cada uma das oito estradas históricas (BARBO e RIBEIRO, 2010).

ção norte do território e descem rumo a Pirenópolis. (Figura 37)

Embora muito próximas umas das outras, as estradas não são exatamente coincidentes. É preciso considerar que o uso de mapas distintos, em diferentes escalas, é um problema para análises espaciais, pois existem vários níveis de detalhamento, permitindo que um mesmo objeto sofra abordagens espaciais diversas. Este é um problema a ser considerado nos SIGs, pois mapas de um mesmo lugar com projeções diferentes podem implicar distorções nas formas dos objetos ou na área (LOCH, 2006, p. 82-83).

5.5 5ª Etapa: geração de modelo tridimensional do território do DF com a sobreposição das estradas históricas

A criação do modelo tridimensional do território do Distrito Federal com os dados de topografia digital SRTM - Shuttle Radar Topography Mission (2009), sobreposto à imagem de satélite CBERS e às oito estradas históricas, permitiu verificar se a topografia exerceu alguma influência no desenho dessas antigas estradas. Com o modelo tridimensional, percebemos melhor as características da paisagem e o grande movimento do relevo, que podem ter influenciado o direcionamento dos caminhos. Constatamos que



a maioria das estradas passava pelas regiões altas, isto é, pelas chapadas, o que coincide com o relato dos viajantes. O relevo sugere que, provavelmente, era mais fácil transitar pelas chapadas do que nas partes mais baixas e mais movimentadas ou irregulares. (Figura 38)

6. AS ESTRADAS HISTÓRICAS NOS LIMITES DO ATUAL DISTRITO FEDERAL

A historiografia regional pode recompor diversos aspectos da vida social, política e econômica de comunidades com base em pesquisa no acervo de arquivos e instituições culturais, na cartografia histórica e nos relatos de viajantes. De posse dos dados disponíveis

nos documentos cartográficos e nos relatos de cronistas e viajantes, o passo seguinte foi sobrepor e cotejar as informações. Para tanto, a aplicação das técnicas de geoprocessamento tornou possível a visualização georreferenciada da informação histórica e o cruzamento das imagens de satélite, com os mapas coloniais e as descrições das estradas pelos cronistas, dirimiu dúvidas relativas a trechos do traçado original e ajudou no mapeamento das rotas no Planalto Central; além de ter ampliado o entendimento de como se deu a ocupação do território do atual Distrito Federal nesse período.

Ao final, comprovou-se incontestavelmente que as estradas históricas cruzavam o território do atual Distrito Federal. Além de coincidir com o relato de cronistas e viajantes, dos séculos XVIII e XIX, que ex-

MAPA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS PRINCIPAIS DO BRASIL
E DIVISORES GERAIS DAS RESPECTIVAS ÁGUAS.
Planaltina de Goiás destacada com círculo vermelho.



Acervo: Diretoria de Serviço Geográfico do Exército

(14) Em 1946, o General **Djalma Polli Coelho**, então Diretor do Serviço Geográfico do Exército e que veio a ser presidente do IBGE, chamou a atenção para a significação geopolítica do “espigão mestre do Brasil”, divisor de águas das bacias do Amazonas e do Prata, nos Estados de Goiás e Mato Grosso. E dos “espigões secundários” que, da atual região de Planaltina de Goiás, seguem para o Norte e para o Sul, formando os limites das encostas ocidentais do Rio São Francisco (IBGE, 1948).



(Polli Coelho, 1948.)

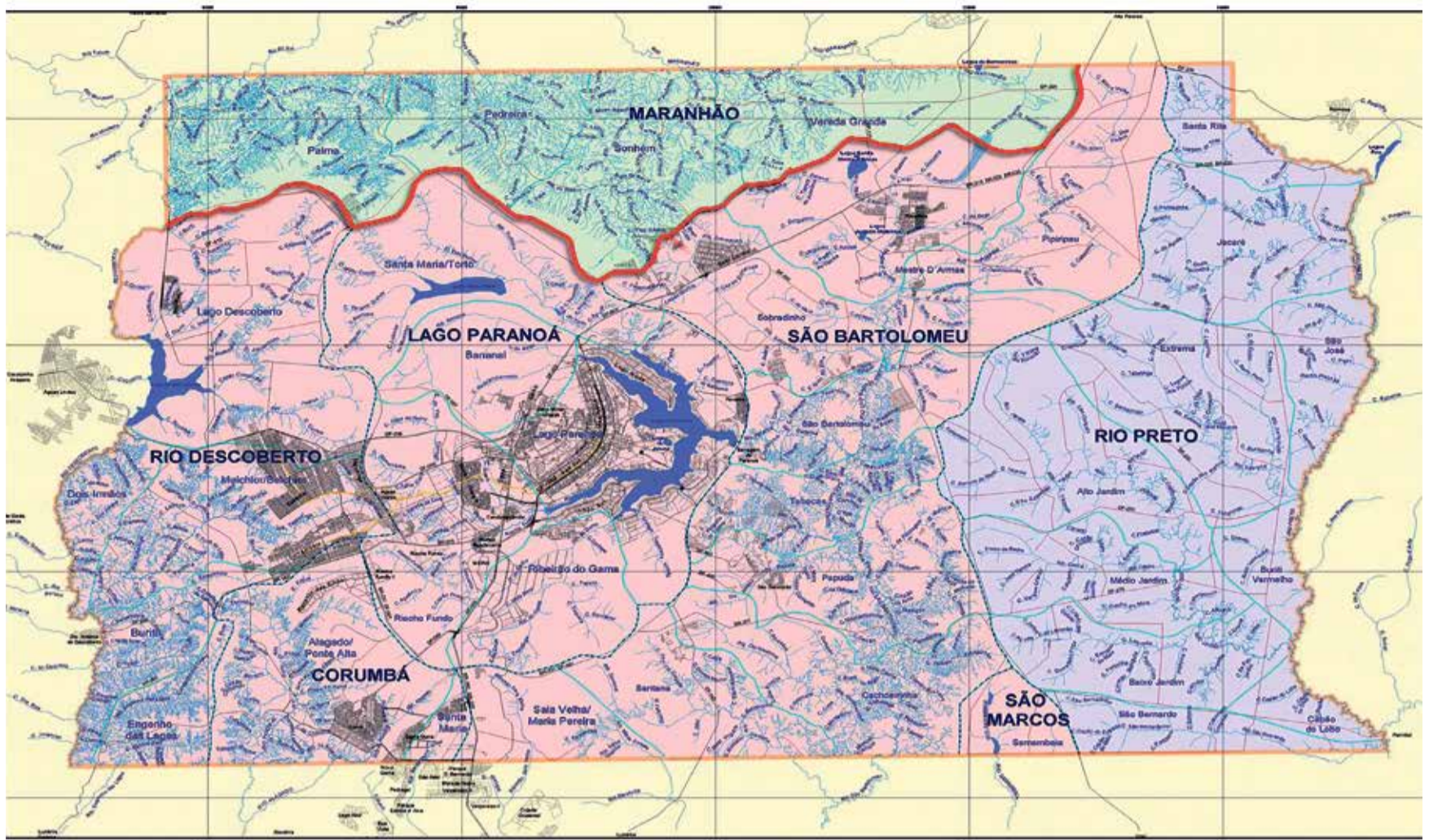


Figura 39 - Mapa Hidrográfico do Distrito Federal. CAESB, 2006.

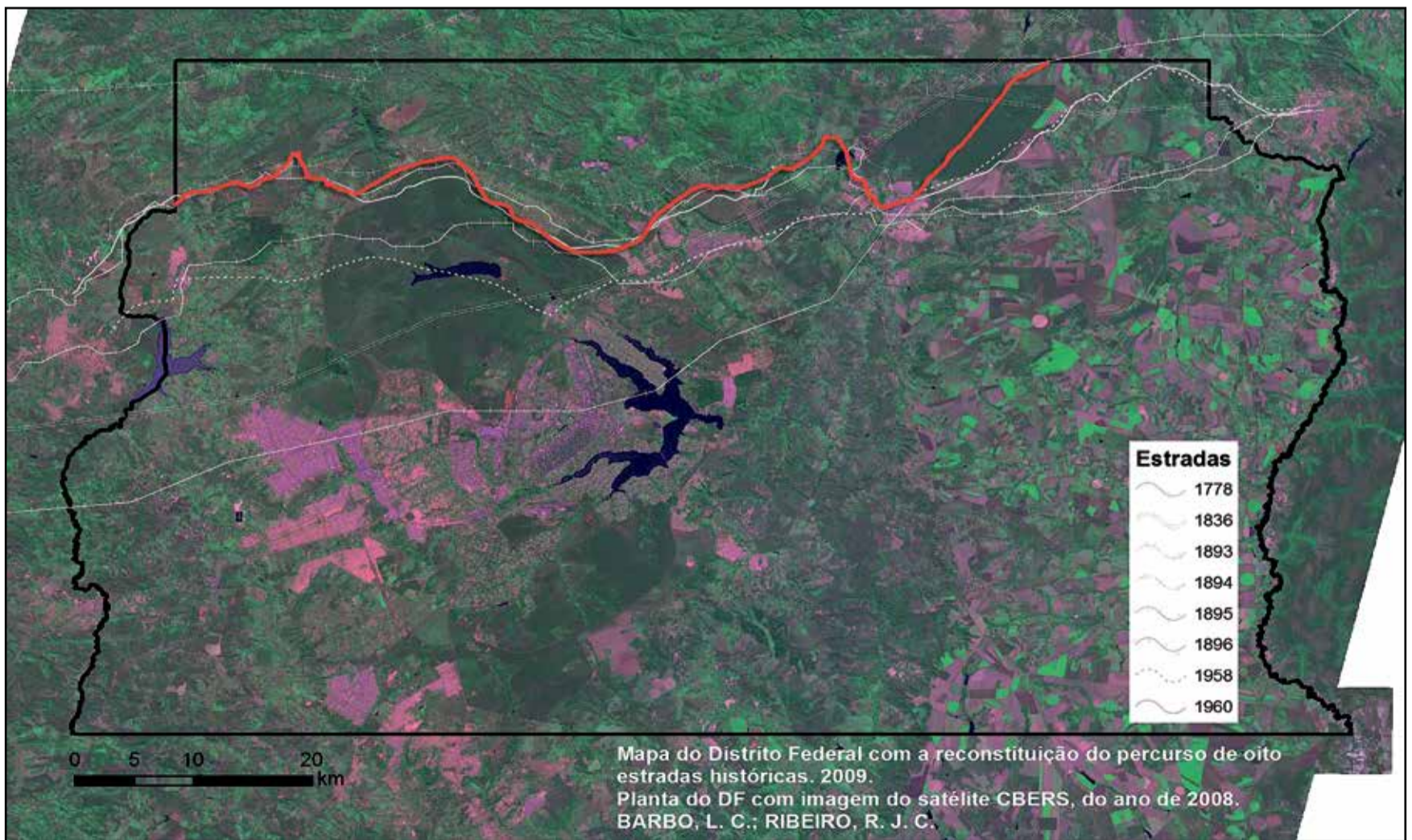


Figura 40 - Mapa do Distrito Federal com a reconstituição do percurso de oito estradas históricas, do período de 1778 até 1960 (BARBO e RIBEIRO, 2010).



ploraram a região e documentaram suas impressões por meio de diários e relatórios, tal conclusão é corroborada pelas feições morfológicas da região norte do território do DF.

As feições morfológicas da região são dadas essencialmente por planaltos medianamente elevados, sulcados por vales fluviais mais ou menos profundos. [...] O aspecto geral é de grandes planuras, cujas altitudes oscilam em torno de 1.000 metros, e por toda parte o observador tem diante de si, como constante obsessão, a dominância das linhas horizontais caracterizando o relevo. Impressão mais forte do relevo tem-se apenas quando se está num vale, limitado por encostas relativamente íngremes, com toda a aparência de serras. [...] Bastará entretanto galgar uma dessas encostas para verificar-se que as partes altas formam amplas superfícies planas, que se continuam por cima dos grandes sulcos abertos pelos rios. (Observe-se, desde já, que o velho hábito de tantos cartógrafos, de supor que os divisores de águas das diversas bacias sejam serras – como se fossem arestas cercando compartimentos fechados – não tem, em absoluto, aplicação no Planalto Central. Aí os divisores são ordinariamente achatados e é sobre eles – os chamados “espigões” – que se desenvolvem as estradas, em longuíssimas extensões). (GUIMARÃES, 2006, p. 72)

Ao que tudo indica, era sobre o “Espigão Mestre do Brasil” e os “espigões secundários”, tão bem descritos por Polli Coelho (14) (IBGE, 1948), que se estendiam os caminhos que cruzavam a região. Nesse mesmo sentido, a comparação entre o “Mapa Hidrográfico do Distrito Federal” (Figura 39) e o “Mapa do Distrito Federal com a reconstituição do percurso de oito estradas históricas, do período de 1778 até 1960”, (Figura 40) permite claramente perceber que o desenho natural dos divisores das Regiões Hidrográficas da Bacia Araguaia/Tocantins e da Bacia Paraná é bastante similar ao itinerário das antigas estradas, cujos vestígios, ainda hoje, é possível observar nos chapadões da Área de Proteção Ambiental (APA) do Cafuringa, na Região Administrativa de Sobradinho do Distrito Federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho busca lançar um olhar sobre os caminhos de ocupação no Planalto Central, particularmente nos limites do território do atual DF, por meio da análise e comparação de documentos cartográficos, tendo como recorte temporal o período que compreende do ano de 1750 até 1896, e somando-se à leitura atenta do relato de viajantes que cruzaram a região, nos séculos XVIII e XIX. Os mapas foram, também, confrontados e sobrepostos a outros dois produzidos imediatamente antes da inauguração de Brasília, em 1958 e 1960.

Para promover a reabilitação das Estradas Coloniais, se faz necessário construir uma base de dados com a cartografia histórica que reúna o maior número possível de referências sobre a região do Planalto Central, nos séculos XVIII e XIX e, por meio de vários cruzamentos de dados possíveis, produzir um instrumento de pesquisa que forneça um acesso organizado e amplo a pesquisadores que se interes-

sem por esse tema. O Planalto Central, nos limites do atual território do DF, também possui um rico material sobre viajantes com infinitas possibilidades de pesquisa, no entanto, não se tem notícia de uma base de dados especializada seja em cartografia histórica ou em viajantes dessa região.

O geoprocessamento está possibilitando novo nível de entendimento dos mapas históricos. Antes dessa metodologia, os mapas eram analisados principalmente com base em um olhar crítico e conhecimento *a priori*. A comparação entre dois ou mais mapas era possível, mas a confiabilidade de suas conclusões estava diretamente ligada à acurácia visual e habilidade de interpretação do leitor. Quando os mapas são convertidos para o meio digital, eles podem ser manipulados e combinados com outros dados espaciais, assim como modelos digitais de elevação (3D). A paisagem tridimensional é reconhecida mais rapidamente e conexões ligando mapas históricos aos mapas de hoje facilitam a comparação visual e o entendimento por parte dos usuários e leitores. Essa nova tecnologia está estimulando um novo interesse pela cartografia histórica.

A maior dificuldade encontrada no desenvolvimento da reconstituição foi compatibilizar diferentes mapas, confeccionados em escalas distintas. A ausência de padronização cartográfica criou grande distorção nos elementos, tais como curvatura dos rios ou localização dos sítios. Como exemplo, temos que o “Mappa do Brazil”, de 1893, embora elaborado pela Comissão Cruls, após o seu georreferenciamento, apresentou resultado totalmente desigual em relação aos outros três mapas produzidos pela mesma Comissão. Quando as estradas foram transpostas para a planta do DF, sobreposta a imagem CBERS, a distorção se fez perceber, ainda com maior clareza, porque sua estrada foi a única que ficou fora dos limites do atual DF. Outro fator de distorção foi o processo de digitalização de mapas históricos por meio de escâner, por se tratar de papéis antigos, o que pode deformar a estrutura do mapa.

De toda forma, podemos afirmar que as dificuldades não criam impossibilidades, pois, mesmo sem perfeita exatidão, o resultado trouxe confiabilidade, permitindo clara observação e entendimento dos percursos. Esses resultados podem ser refinados, ajustados com o cruzamento das informações disponíveis e, de qualquer modo, já se apresentam como norteadores para pesquisas de campo na procura por remanescentes, pois visualizamos com nitidez o trajeto que as antigas estradas percorriam ao norte do atual DF.

A cada dia, trechos dessas antigas vias são transformados para dar lugar a estradas asfaltadas. Matas nativas são substituídas pela monotonia dos eucaliptais e das pastagens e se apagam os últimos vestígios dos caminhos ancestrais, nos limites do atual Distrito Federal.



Assim, a pesquisa desenvolvida vem contribuir, principalmente, para a reconstituição e, por conseguinte, reabilitação desses caminhos de ocupação, o que irá possibilitar uma série de ações voltadas para

a proteção do seu patrimônio cultural, a sua exploração econômica e a reafirmação da sua importância histórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADONIAS, Isa. Mapas e Planos manuscritos relativos ao Brasil Colonial (1500-1822). Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação. 2 v, 1960.
- ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Anais da Província de Goiás: 1863. Brasília: Sudeco, Editora Gráfica Ipiranga Ltda.; Governo de Goiás, 1979.
- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Projeto Resgate. AHU_CARTm_008, D. 0866. AHU_CARTm_008, D. 0867. AHU_CARTm_008, D. 0877. Disponível em: <<http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html>>. Acesso em: 8 dez. 2009.
- ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL (ArPDF). Documentos da Comissão Cruls. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal.
- BARBO, Lenora de Castro. A aplicação do geoprocessamento na reabilitação das Estradas Coloniais do Planalto Central nos limites do atual Distrito Federal. Monografia (Especialização em Reabilitação Ambiental, Sustentável, Arquitetônica e Urbanística). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2009.
- BARBO, Lenora de Castro. Cartografia Histórica: território, caminhos e povoados em Goiás: 1722-1889. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2015.
- BARBO, Lenora de Castro. Preexistências de Brasília. Reconstruir o território para construir a memória. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2010.
- BARBO, Lenora de Castro; RIBEIRO, Rômulo José da Costa. El SIG como estrategia para la reconstitución de la carretera histórica. In: IV Congreso CIETA, 2010, Mérida, España, 2010.
- BERTRAN, Paulo. História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. Brasília: Verano, 2000.
- BERTRAN, Paulo (Org.). Notícia geral da Capitania de Goiás em 1783. Goiânia: Universidade Católica de Goiás; Universidade Federal de Goiás; Brasília: Solo Editores, 1996. t. 1 e 2.
- BERTRAN, Paulo; FAQUINI, Rui. Cidade de Goiás: Patrimônio da Humanidade: origens. Brasília: Verano; São Paulo: Takano, 2002.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Coleção Morgado de Mateus. Disponível em: <<http://www.bn.br/bndigital/pesquisa.htm>>. Acesso em: 22 nov. 2008.
- BLACK, Jeremy. Mapas e história: construindo imagens do passado. Trad. Cleide Rapucci. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- BRANDÃO, Antonio José da Costa. Almanach da Província de Goyaz: para o anno de 1886. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1978.
- CÂMARA, Gilberto; DAVIS, Clodoveu; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira (Orgs.). Introdução à Ciência da Geoinformação. Capítulo 7. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/cap7-mnt.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2009.
- COLOMBINA, Tosi. Ilmo. E Exmo. Snh. Conde dos Arcos Dom Marcos de Noronha do Conselho de S. Mag. Governador e Capitan General de Goyaz: 1751. In: ARQUIVO HISTÓRICO ESTADUAL. Revista do Arquivo Histórico Estadual, n. 3. Goiânia: Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco); Secretaria da Educação e Cultura do Estado de Goiás, dezembro, 1981.p. 160-162.
- COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL (CAESB). Mapa Hidrográfico do Distrito Federal. Brasília, 2006. 1 mapa, color. Escala 1:120.000.
- COSTA, Antonio Gilberto (Org.). Roteiro prático de cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- CRULS, Luiz. Planalto Central do Brasil. 3. ed. Coleção Documentos Brasileiros, 91. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1957.
- CRULS, Luiz. Relatório Parcial apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires. Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schimidt, 1896.
- DUARTE, Paulo Araújo. Fundamentos de cartografia. 3. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.
- ENVIRONMENTAL SYSTEMS RESEARCH INSTITUTE (ESRI). GIS software that gives you the geographic advantage. Disponível em: <http://www.esri.com/about_esri.html>. Acesso em: 16 ago. 2009.
- FARIA, Maria Dulce de. Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011.
- FARIAS, Darcy Dornelas de. Terras no Distrito Federal – experiências com desapropriações em Goiás: 1955-1958. Dissertação de Mestrado em História. Departamento de História, Universidade de Brasília, 2006.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Catálogos, Cartografia. Disponível em: <<http://catalogos.bn.br/>>. Acesso em: 28 jan. 2010.
- GARCIA, João Carlos (Coord.). A mais dilatada vista do mundo: inventário da coleção cartográfica da Casa da Ínsua. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002.
- GUIMARÃES, Fabio de Macedo Soares. O Pensamento de Fábio Macedo Soares Guimarães: uma seleção de textos. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS – INPE. CBERS – Satélite sino-brasileiro de recursos terrestres. Disponível em: <<http://cbers.inpe.br/?content=recepcao/>>. Acesso em 16 ago. 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). A Localização da Nova Capital da República. Rio de Janeiro: IBGE, 1948.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Atlas do Brasil: geral e regional. Organizado pela Divisão de Geografia do Conselho Nacional de Geografia. Segunda Tiragem. Lucas-RJ: IBGE, 1960.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cartografia. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoas/representacao.html>. Acesso em: 26 ago. 2009a.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Glossário cartográfico. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/glossario/glossario_cartografico.shtm>. Acesso em: 26 ago. 2009b.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN); FUNDAÇÃO CULTURAL PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA (FUNPEL). Dossiê de Goiás. Brasília: IPHAN;Goiânia: FUNPEL, 2000.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, n. 10. Goiânia: Gráfica Editora Líder, abril, 1982.
- LOCH, Ruth E. Nogueira. Cartografia: representação, comunicação e visualização de dados espaciais. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.
- MATOS, Raimundo José da Cunha. Chorographia Histórica da Província de Goyaz. Goiânia: Sudeco, Gráfica Editora Líder, 1979.
- MATOS, Raimundo José da Cunha. Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás, seguido de uma descrição corográfica de Goiás, e dos roteiros desta província às do Mato Grosso e São Paulo. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amílcar Martins, 2004.
- MARTINELLI, Marcello. Mapas de geografia e cartografia temática. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008.



MOREIRA, Maurício Alves. Fundamentos do sensoriamento remoto e metodologias de aplicação. 3. ed. atual. e ampl. Viçosa: Ed. UFV, 2005.

PACHECO, Altamiro de Moura. Primórdios de Brasília. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, n. 4, ano 1. Goiânia: Gráfica Editora Oriente, dezembro, 1975. p. 83-175.

PIMENTEL, Antonio Martins de Azevedo. A Nova Capital Federal e o Planalto Central do Brasil. 2. ed. fac-similada. Brasília: Thesaurus, 1985.

PINHEIRO, Antônio César Caldas; COELHO, Gustavo Neiva (Orgs.). O diário de viagem do Barão de Mossâmedes: 1771-1773. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRAZILEIRO. Roteiros das distâncias de Villa Bella ao arraial de Meia Ponte, e d'este até a cidade da Bahia, cidade do Rio de Janeiro e Villa de Santos. Rio de Janeiro: KrausReprint, v. 20, segundo trimestre, p. 288-293, 1857. Tomo XX.

ROCHA JÚNIOR, Deusdedith Alves; VIEIRA JÚNIOR, Wilson; CARDOSO, Rafael Carvalho C. Viagem pela Estrada Real dos Goyazes. Brasília: Paralelo 15, 2006.

RUMSEY, David; WILLIAMS, Meredith. Historical Maps in GIS. In: KNOWLES, Anne Kelly (org.). Past Time, Past Place: GIS for History. California: ESRI, 2002, p. 1-18.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. Economia e escravidão na Capitania de Goiás. Goiânia: CEGRAF/UFV, 1992. (Coleção Documentos Goianos, 24).

SCHLEE, Andrey Rosenthal; VIEIRA JÚNIOR, Wilson; BARBO, Lenora de Castro. Dois verbetes e um mapa. Questões relacionadas com Goiás do século XVIII. In: Da Baixa Pombalina a Brasília: Iluminismo e Contemporaneidade em Países e Espaços de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2010, v.1, p. 381-402.

SHUTTLE RADAR TOPOGRAPHY MISSION (SRTM). Mission Summary. Disponível em: <<http://srtm.usgs.gov>>. Acesso em: 16 ago. 2009.

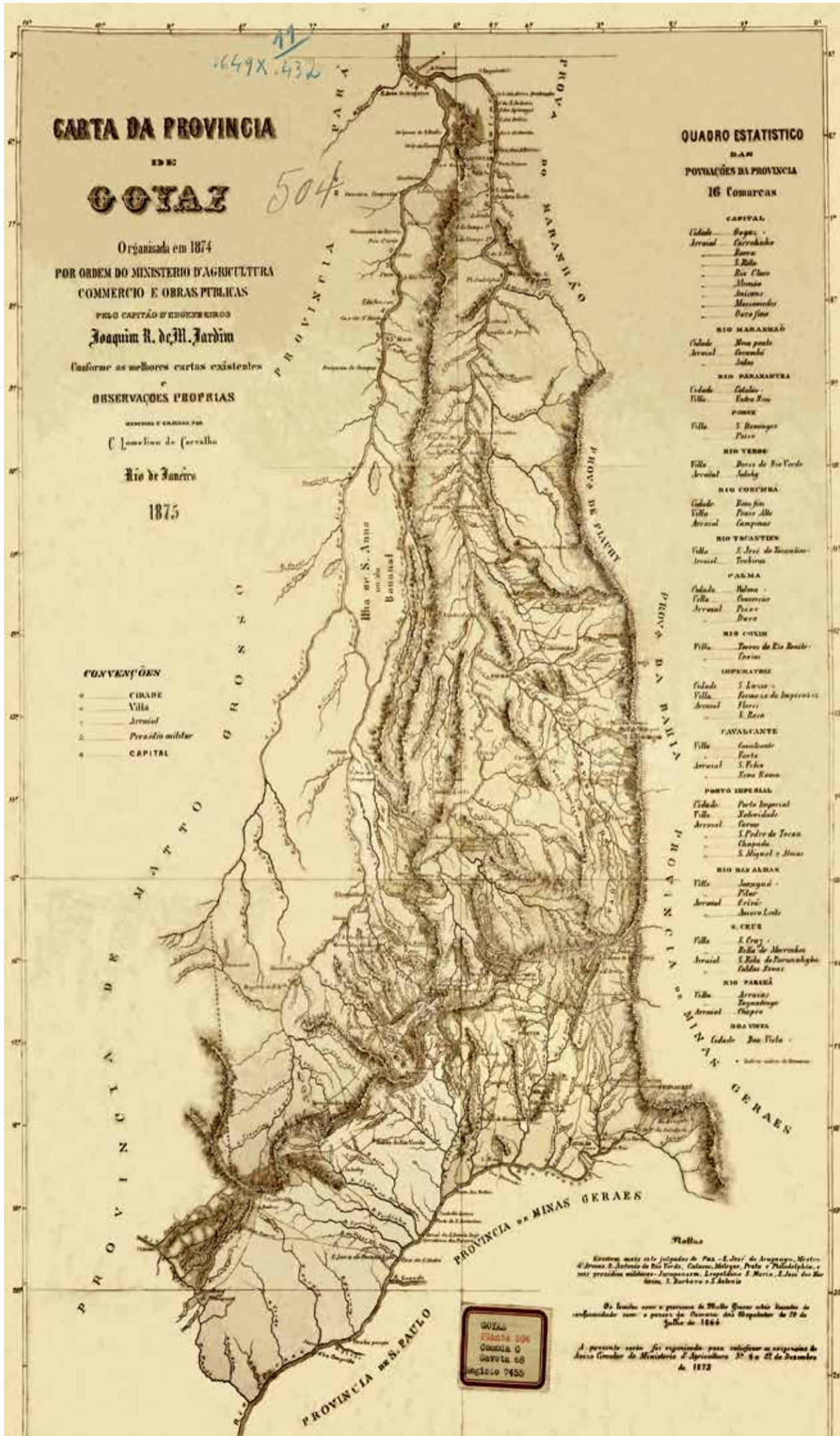
TAUNAY, Visconde de. Goyáz. São Paulo: Editora Comp. Melhoramentos de S. Paulo, 1931.

TELES, José Mendonça (Coord). Catálogo de verbetes dos manuscritos avulsos da Capitania de Goiás existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa – Portugal. Brasília: Ministério da Cultura; Goiânia: Sociedade Goiana de Cultura; Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil-Central, 2001.



ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO

CARTA DA PROVÍNCIA DE GOIÁS (1)



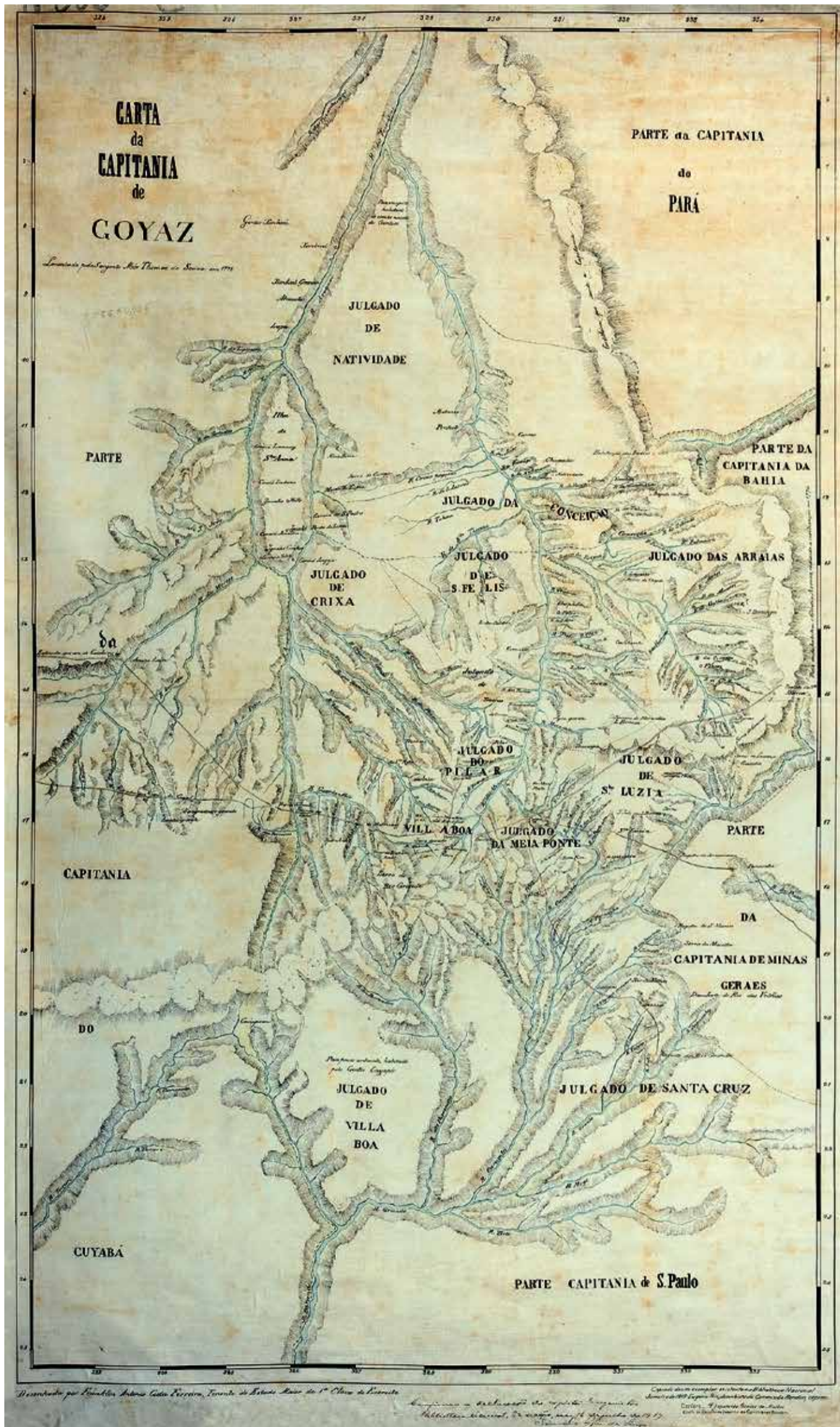


PLANTA DE UMA ESTRADA DE RODAGEM DE GOIÁS AO COXIM (2)



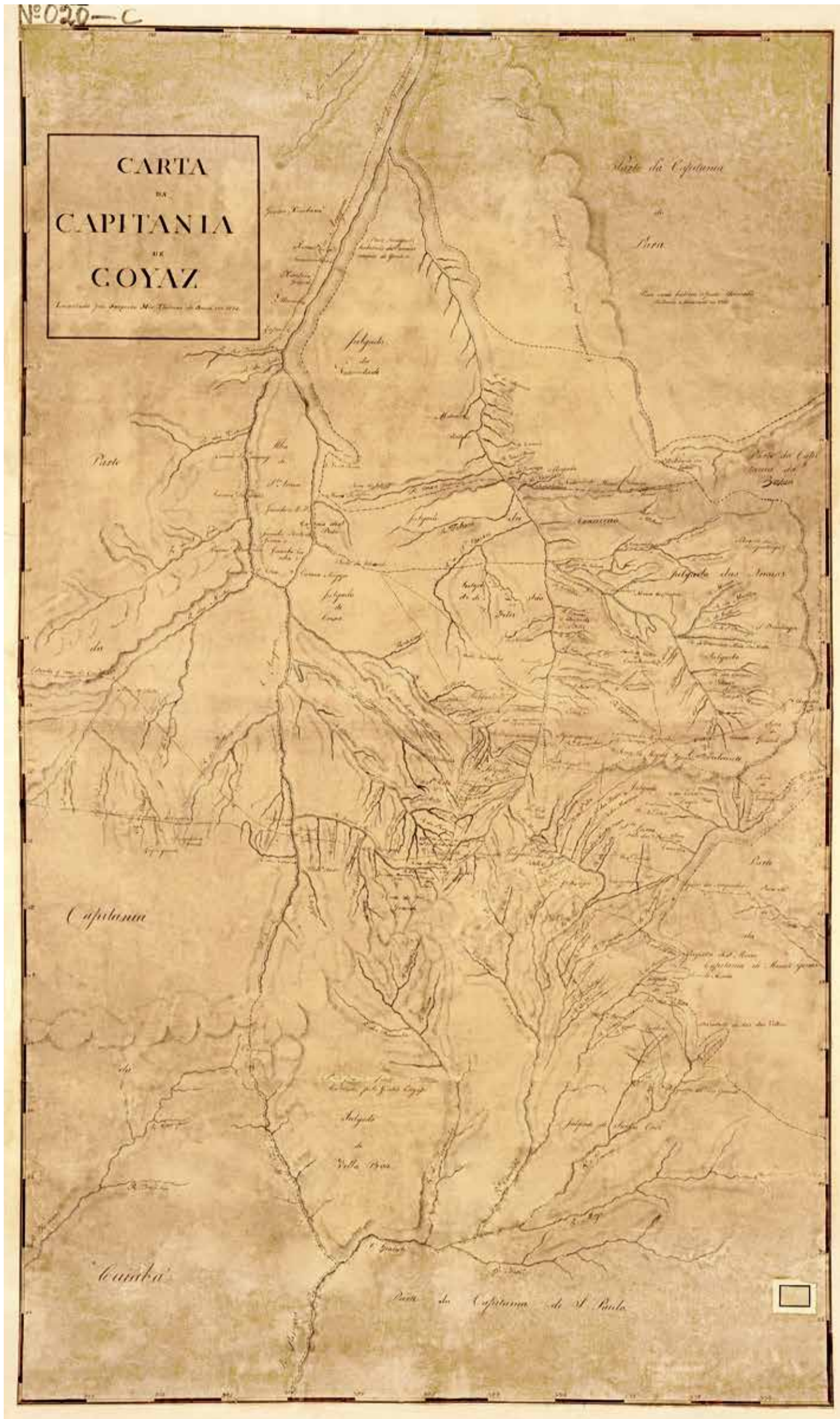


CARTA DA CAPITANIA DE GOIÁS - "Mapa dos Julgados" (4)



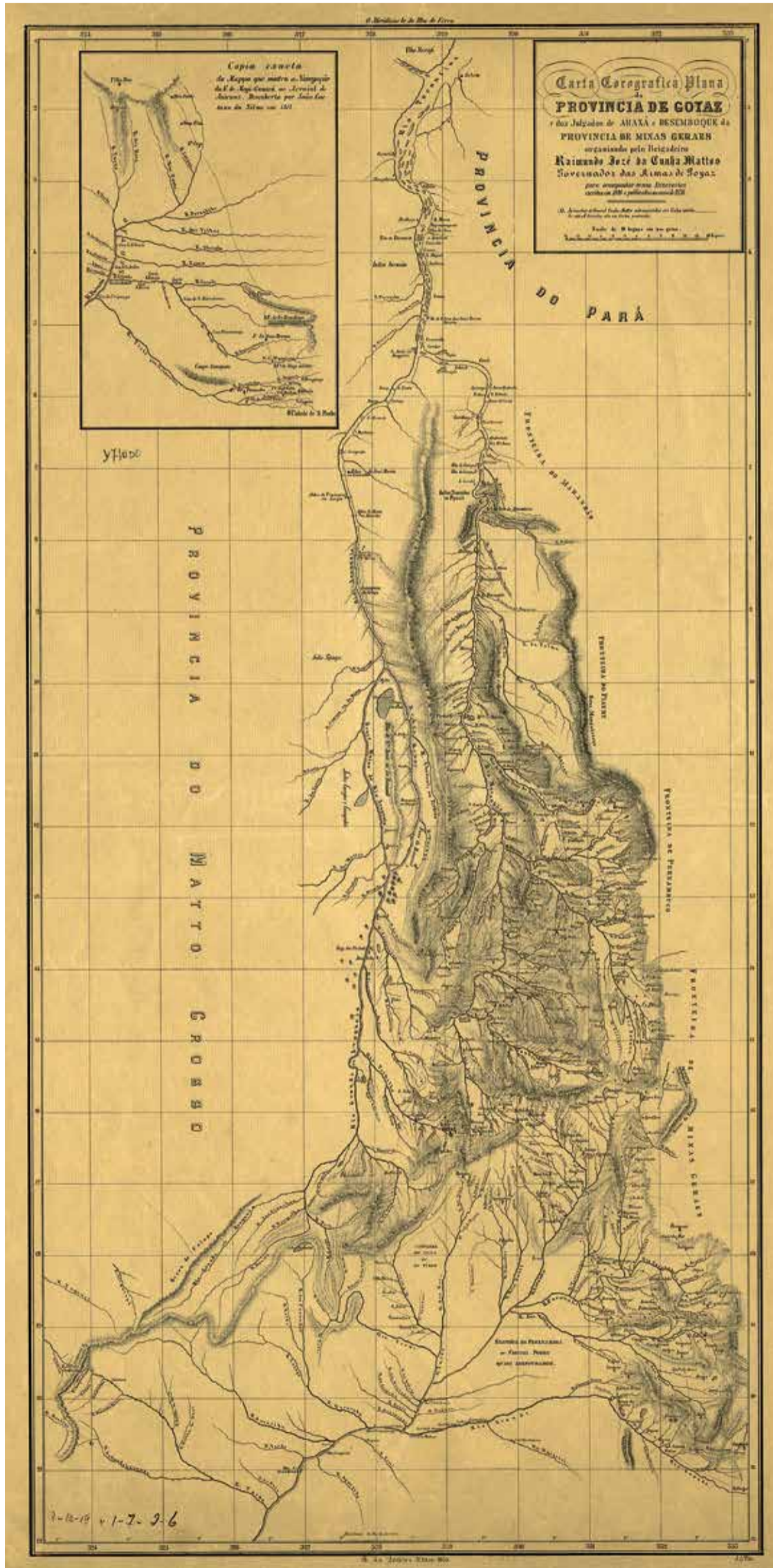


CARTA DA CAPITANIA DE GOIÁS - "Mapa dos Julgados" (5)



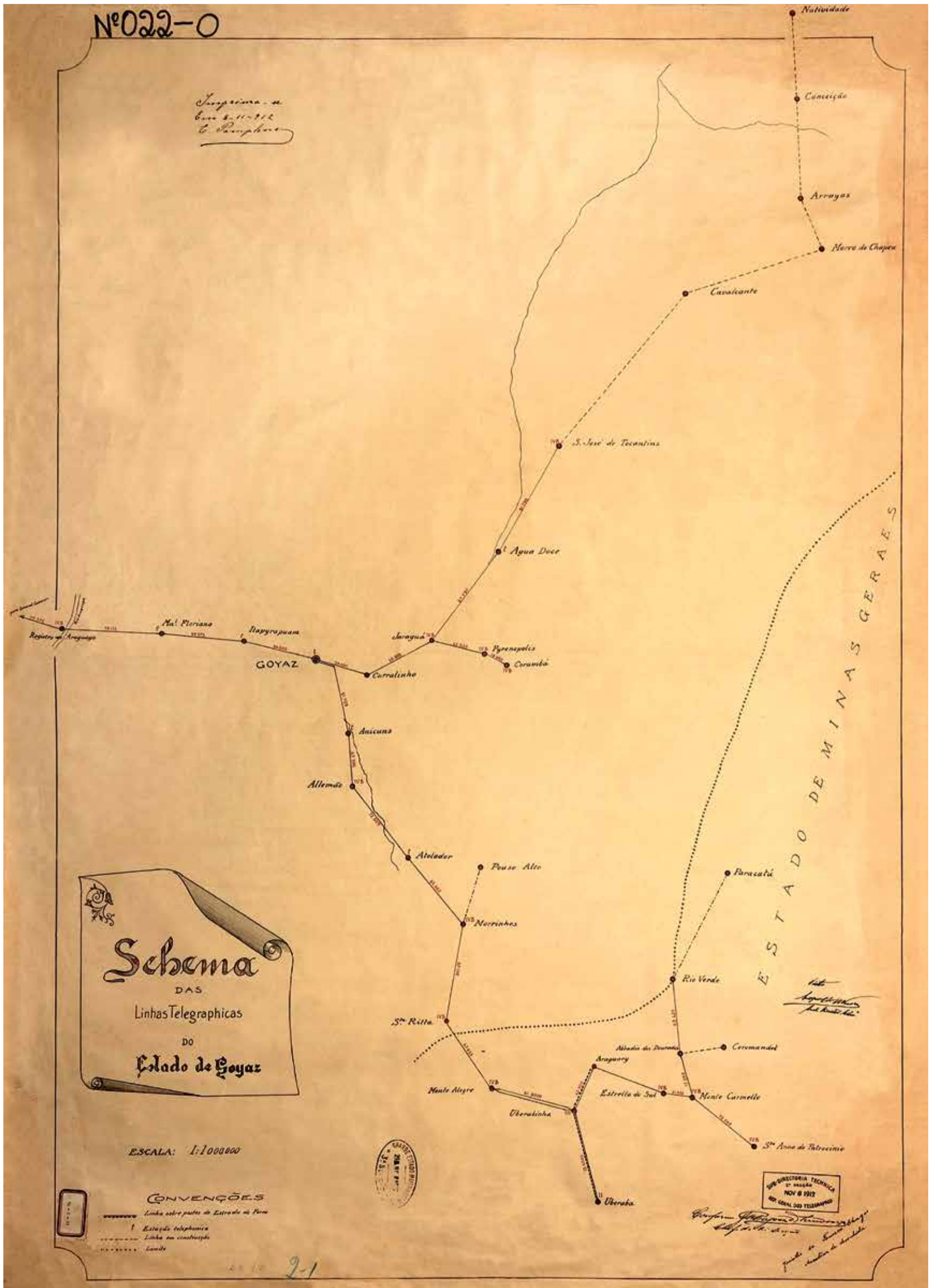


CARTA COROGRÁFICA PLANA DA PROVÍNCIA DE GOIÁS E DOS JULGADOS DE ARAXÁ E DESEMBOQUE DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS (6)



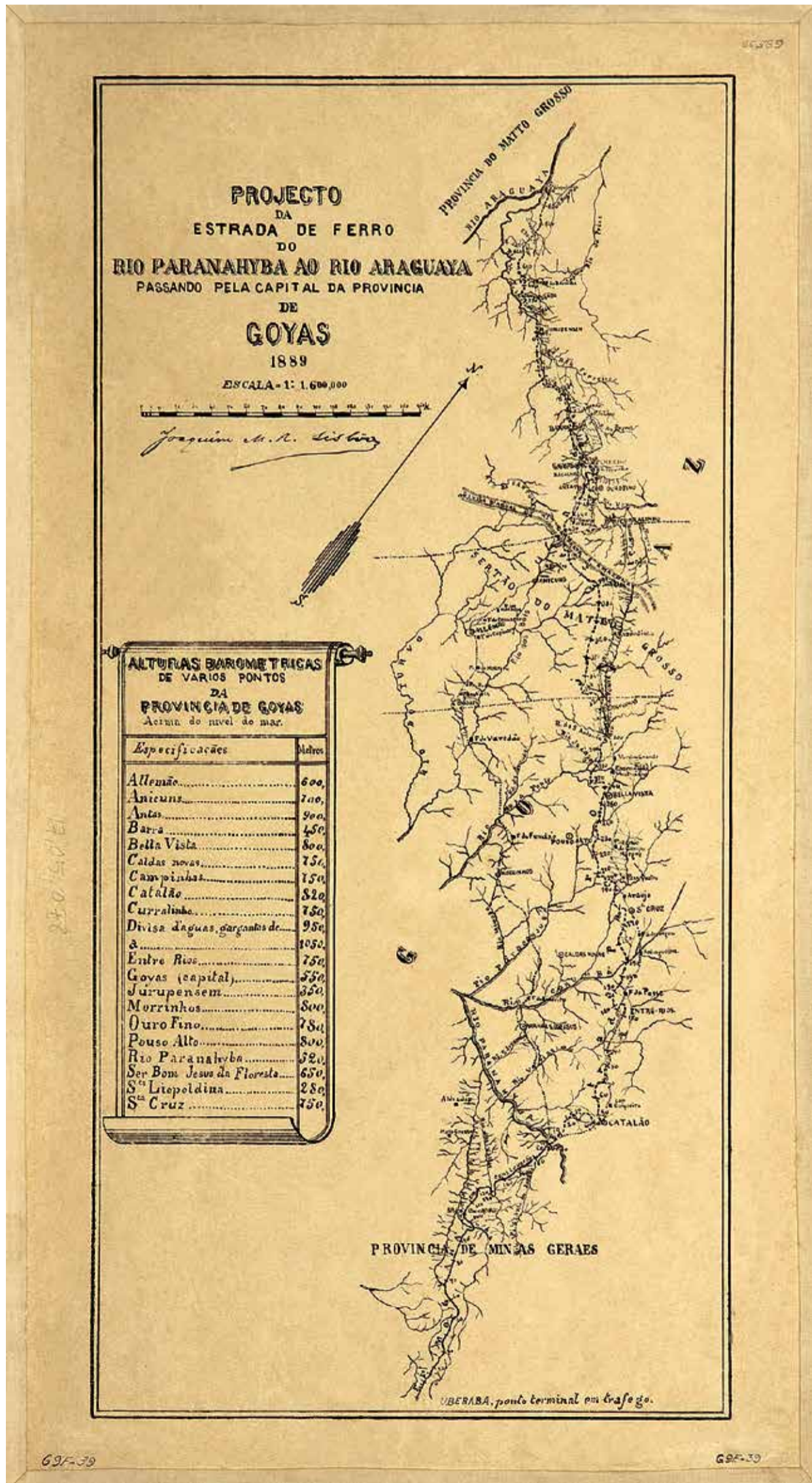


ESQUEMA DAS LINHAS TELEGRÁFICAS DO ESTADO DE GOIÁS (10)



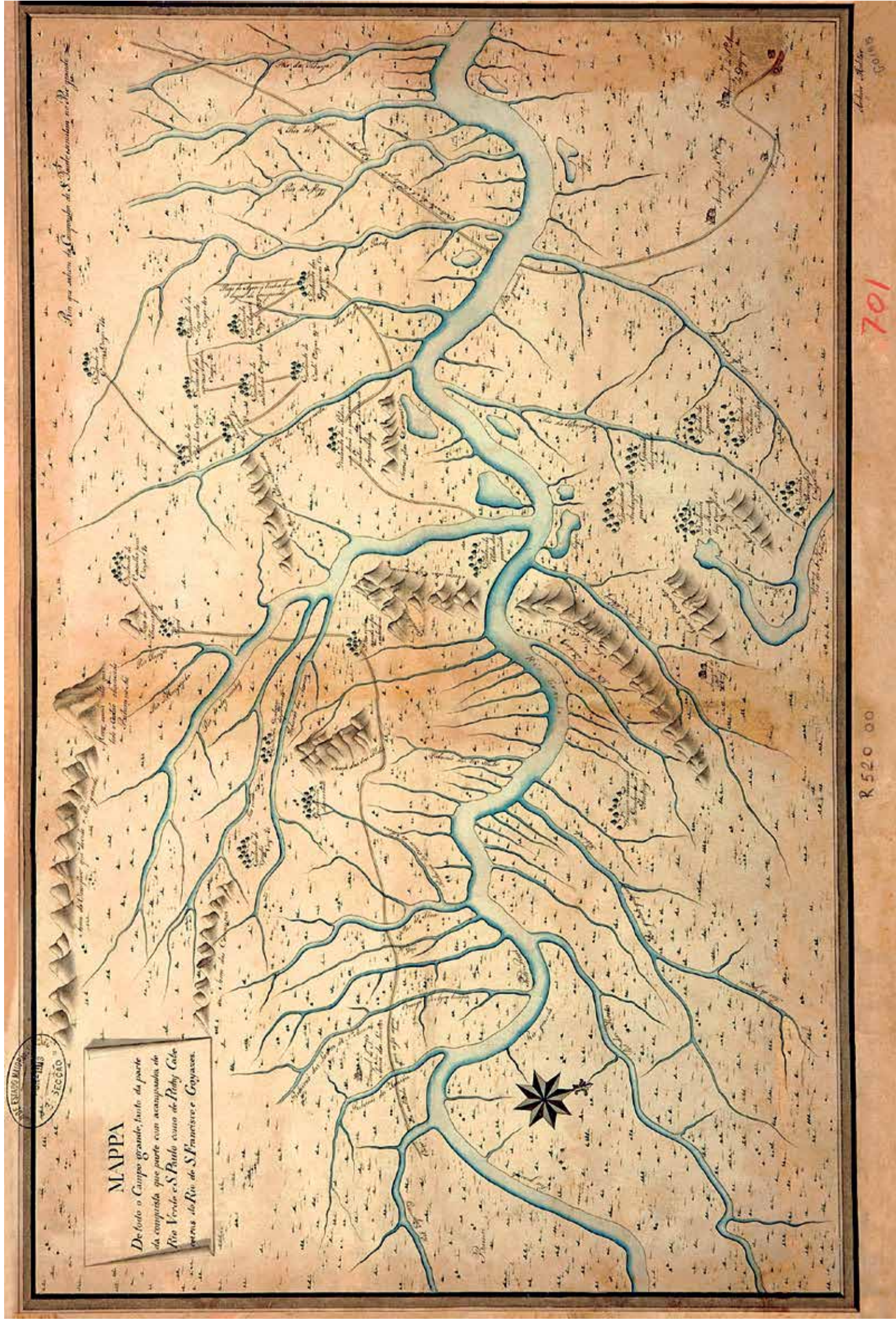


PROJECTO DA ESTRADA DE FERRO DO RIO PARANAHYBA AO RIO ARAGUAYA, PASSANDO PELA CAPITAL DA PROVINCIA DE GOIÁS (11)





MAPA DE TODO O CAMPO GRANDE, CABECEIRAS DO RIO DE SÃO FRANCISCO E GOIAZES (12)



SECCAO 3

MAPPA
De todo o Campo grande, tudo da parte da companhia que parte com a companhia do Rio Verde e S. Paulo como de Pityy Cabeceiras do Rio de S. Francisco e Goiazes.

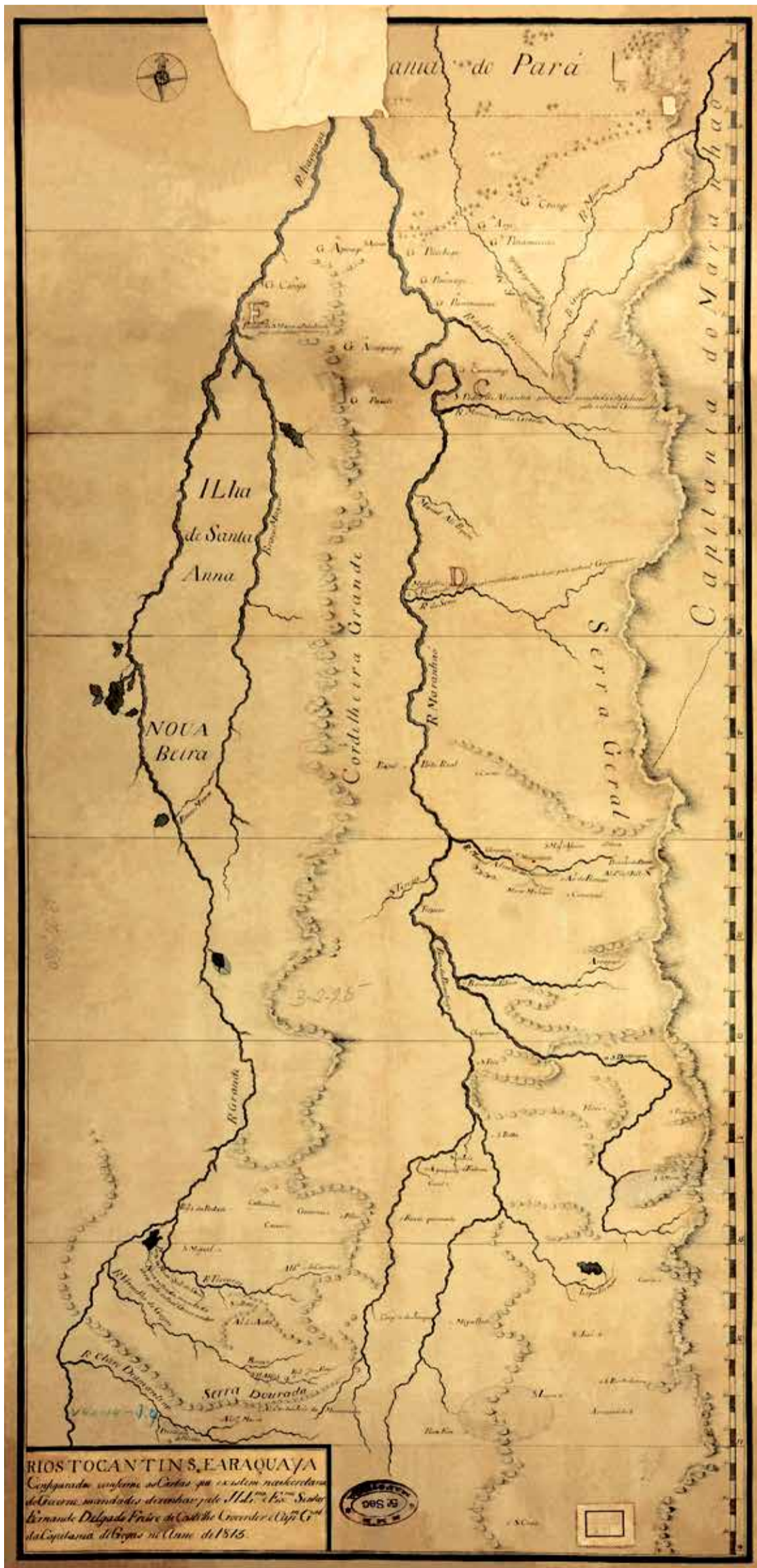
701

R.520 00

Atlas de 1700



RIOS TOCANTINS E ARAGUAYA (13)

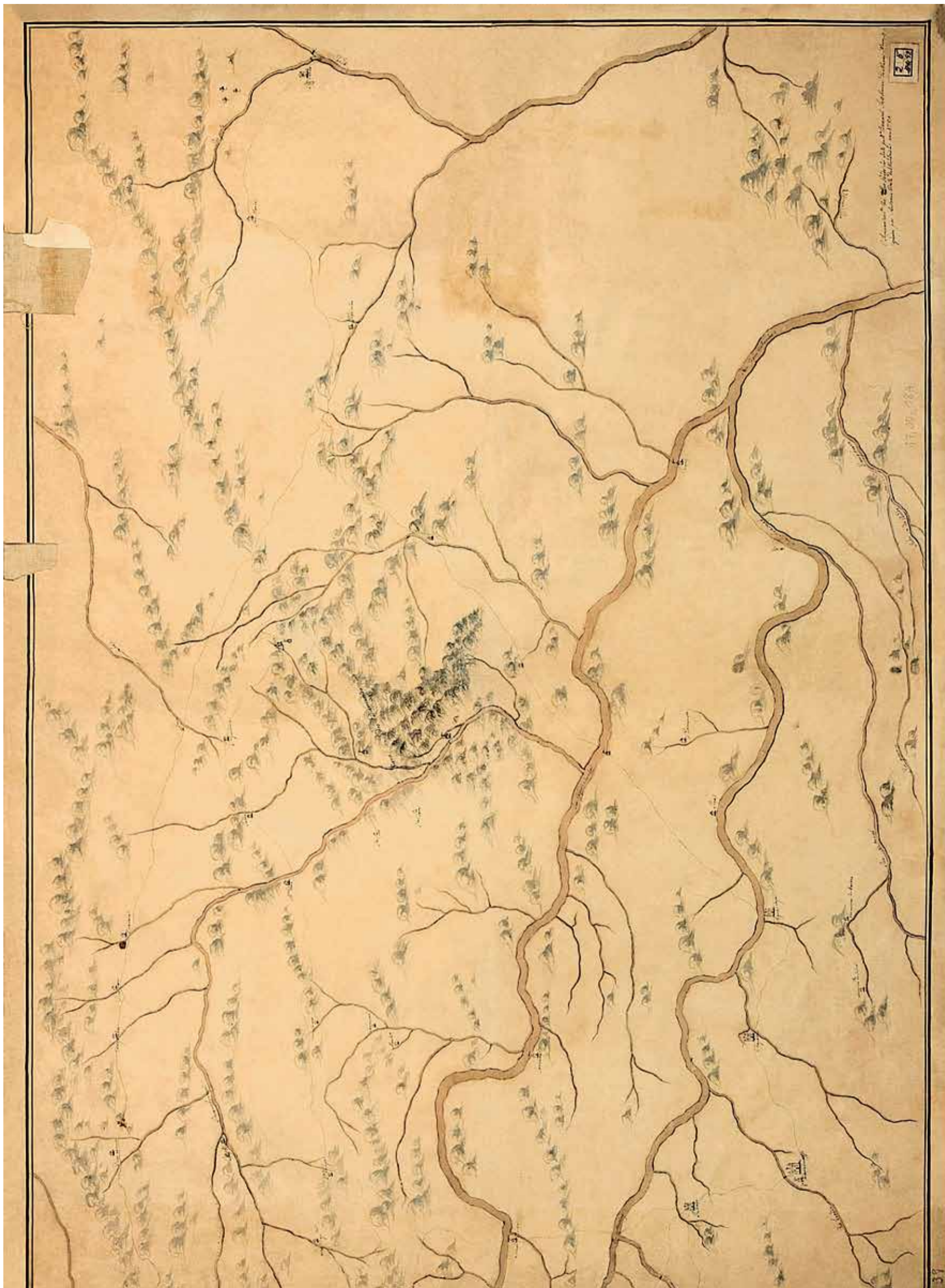


RIOS TOCANTINS E ARAGUAYA
 Copiada de um mapa de Carlos de Orléans por ordem do Sr. Governador
 da Capitania do Maranhão de 1715. O Sr. Governador
 da Capitania do Maranhão de 1715. O Sr. Governador
 da Capitania do Maranhão de 1715.



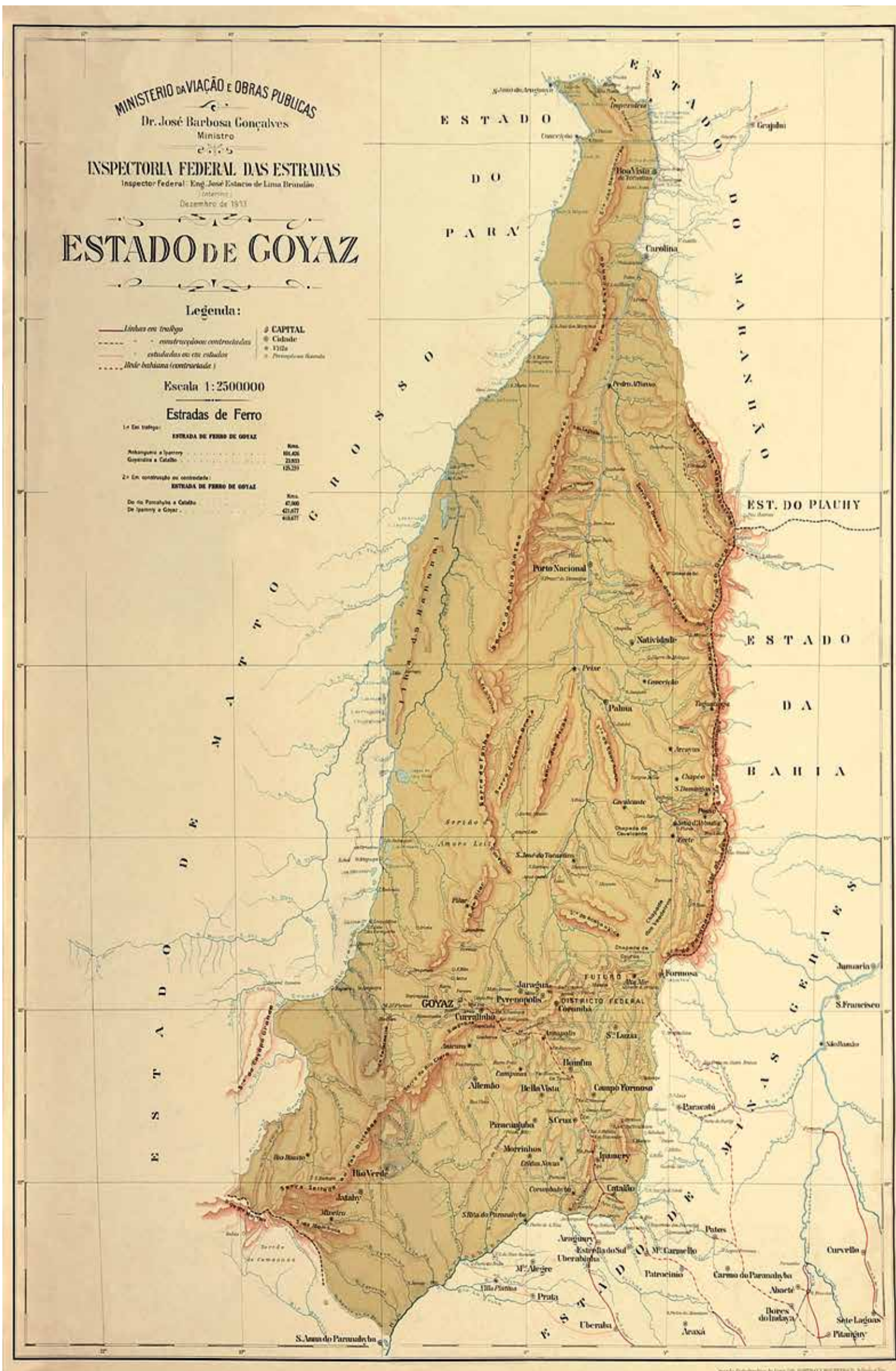


MAPA DA DEMARCAÇÃO DIAMANTINA, ACRESCENTADO ATÉ O RIO PARDO (15)





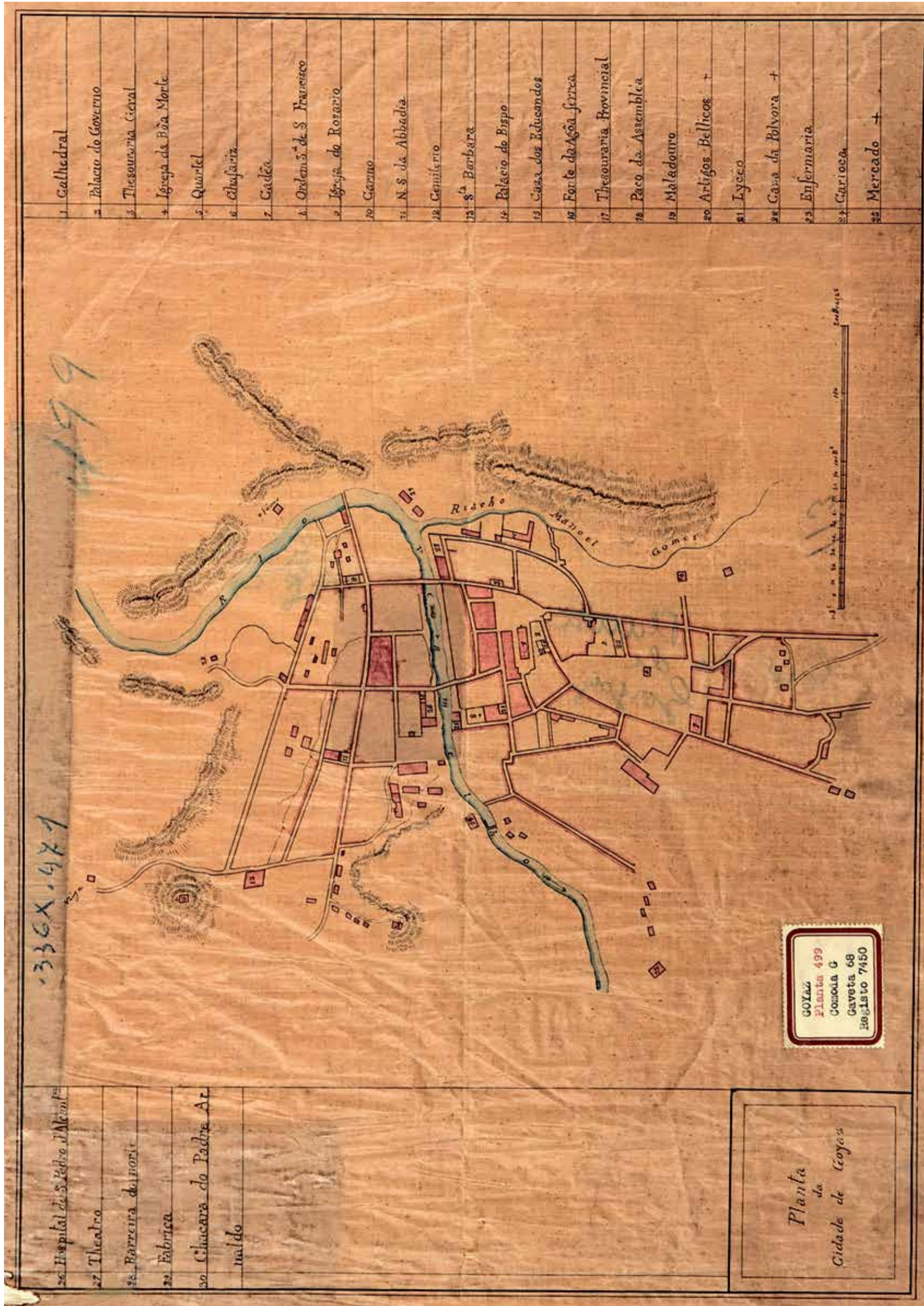
ESTADO DE GOIÁS (16)



Service Cartographico do Exército, 1933, O.C. 100.000.000, 1:250.000 e 1:500.000



PLANTA DA CIDADE DE GOIÁS (19)





ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO Rio de Janeiro/RJ

CARTA DA PROVÍNCIA DE GOIÁS (1)

Em 1875, era realizada a “Exposição Nacional do Rio de Janeiro”, preparatória à exposição que o Brasil apresentaria na Feira Universal da Filadélfia no ano seguinte. “As feiras universais foram uma constante entre os séculos XIX e XX. Em um mundo cada vez mais integrado, evento dessa natureza e magnitude era a oportunidade para cada nação se mostrar; para cada povo exibir o melhor de si, emergindo do anonimato no caldeirão efervescente em que se transformava o globo”.¹

Para a “Exposição Nacional do Rio de Janeiro”, sediada no Palácio do Ministério da Agricultura, várias Províncias do Império brasileiro foram convidadas a montarem suas exposições. “Ali se reuniram todos os produtos enviados por cada uma das vinte províncias do Império, a fim de serem sujeitos a rigoroso exame e irem depois conjuntamente representar o Brasil no que tem de importante, de útil, curioso e interessante, no que patenteia o seu incremento e justifica as fagueiras esperanças do futuro”.¹

Foi neste contexto que o capitão de engenheiros, Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim, organizou a “Carta da Província de Goyaz” para a área de exposições dedicada àquela província. Foi reduzida e gravada no Rio de Janeiro por C. Lomelino de Carvalho. Alfredo d’ Escagnolle Taunay em sua obra “A Província de Goyaz na Exposição Nacional de 1875”, confirma a indicação de Moraes Jardim que afirma em seu mapa, ter usado “as melhores cartas existentes e observações próprias”. Em seu trabalho, Taunay comenta: “refundindo diversos mapas corográficos, cujo mais importante e copioso em informações é incontestavelmente a Carta Plana da Província de Goyaz e dos julgados do Araxá e Desemboque, levantada pelo eminente marechal Cunha Matos e publicada em 1830. Aproveitando o conhecimento exato que tinha das distâncias e povoados, retificando posições astronômicas, consultando todas as fontes de séria indicação, corrigiu o Dr. Jardim muitos erros, preencheu muitas lacunas e apresentou documento consciencioso, digno de si e de grande valor para os que se aplicam à geografia do Brasil”.¹

Essa carta teve ainda destacada influência na “Carta do Império do Brasil” publicada em 1883, como resultado dos trabalhos da Comissão da Carta-Arquivo criada em 1876 e cuja determinação era “basear-se exclusivamente em documentos dignos de crédito”.²

Cabe destacar ainda a importância que essa carta teve para os trabalhos da Comissão Exploradora do Brasil Central e da Comissão de Estudos da Nova Capital da União, conforme artigo “A cartografia das duas Comissões Cruls para a construção da nova capital no Planalto Central”. (Cf. neste GUIA p. 232)

Leitura paleográfica:

Carta da Província de Goyaz. Organizada em 1874 por ordem do Ministério da Agricultura Commercio e Obras Publicas pelo capitão d’engenheiros JOAQUIM R. DE M. JARDIM. Conforme as melhores cartas existentes

e observações próprias. Reduzida e gravada por C. Lomelino de Carvalho. Rio de Janeiro. 1875.

QUADRO ESTATÍSTICO das povoações da província.
16 Comarcas.

CAPITAL

Cidade.....	Goyaz
Arraial.....	Curralinho
„.....	Barra
„.....	S.Rita
„.....	Rio Claro
„.....	Alemão
„.....	Anicuns
„.....	Mossamedes
„.....	Ouro Fino

RIO MARANHÃO

Cidade.....	Meia ponte
Arraial.....	Corumbá
„.....	Antas

RIO PARANAHYBA

Cidade.....	Catalão
Villa.....	Entre Rios

POSSE

Villa.....	S. Domingos
„.....	Posse

RIO VERDE

Villa.....	Dores do Rio Verde
Arraial.....	Jatahy

RIO CORUMBÁ

Cidade.....	Bom Fim
Villa.....	Pouso Alto
Arraial.....	Campinas

RIO TOCANTINS

Villa.....	S. José do Tocantins
Arraial.....	Trahiras

PALMA

Cidade.....	Palma
Villa.....	Conceição
Arraial.....	Peixe
„.....	Duro

RIO CONXIM

Villa.....	Torres do Rio Bonito
„.....	Coxim

**IMPERATRIZ**

Cidade.....S. Luzia
 VillaFormosa da Imperatriz
 Arraial.....Flores
 „..... S. Rosa

CAVALCANTE

VillaCavalcante
 „.....Forte
 Arraial S. Felix
 „.....Nova Roma

PORTO IMPERIAL

Cidade.....Porto Imperial
 VillaNatevidade
 Arraial.....Carmo
 „.....S. Pedro do Tocantins
 „.....Chapada
 „.....S. Miguel e Almas

RIO DAS ALMAS

Villa Jaraguá
 „.....Pilar
 Arraial Crixás
 „.....Amaro Leite

S. CRUZ

VillaS. Cruz
 „.....Bella de Morrinhos
 Arraial.....S. Rita do Paranahyba
 „.....Caldas Novas

RIO PARANÁ

VillaArraias
 „.....Taguatinga
 Arraial.....Chapéu

BOA VISTA

Cidade.....Boa Vista

[circulo preto] Indica cabeça de Comarca.

Nottas

Existem mais sete julgados de Paz – S. José do Araguaia, Mestre d’Armas, S. Antonio do Rio Verde, Calacas, Moleque, Prata e Philadelphia; e seis prezídios militares – Jurupensem, Leopoldina, S. Maria, S. José dos Martirios, S. Barbara e S. Antonio.

Os limites com a província de Matto Grosso estão traçados de conformidade com o parecer da Camara dos Deputados de 20 de Julho de 1864.

A presente carta foi organizada para satisfazer as exigencias do Avizo Circular do Ministerio d’Agricultura Nº 4 a 22 de Dezembro de 1873.

Referências:

1 – TAUNAY, Visconde de. Goyaz. Instituto Centro-Brasileiro de Cultura. Goiânia, 2004.
 2 – RODRIGUES, José Honório. Teoria da História do Brasil. Volume II. 4. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, s/d, p. 290-291.

Fonte - Arquivo Histórico do Exército

Medidas - 43 cm x 73 cm

Data - 1875

Localização - CO-GO-10.01.3700

PLANTA DE UMA ESTRADA DE RODAGEM DE GOIÁS AO COXIM (2)**Leitura paleográfica:**

Planta de uma estrada de rodagem de Goyaz ao Coxim. Pelo 1º Tenente de Engenheiros, Joaquim R. de M. Jardim. 1866.

Explicação:

[linha pontilhada] Rumo da estrada projectada explorada

[linha ondulada] Estrada projectada

[linha pontilhada] Caminho existente

Copiada pelo Cap. D. do Araújo e Silva[?]

Arquivo Militar, 14 de novembro de 1868

Fonte - Arquivo Histórico do Exército

Medidas - 83 cm x 45 cm

Data - 1866

Localização - CO-GO-10.01.2060

CARTA OU PLANO GEOGRÁFICO DA CAPITANIA DE GOIÁS**“Mapa dos Julgados” (3)**

O “Mapa dos Julgados” é um dos mapas de Goiás de que há diversas cópias. “No Catálogo da Exposição de História do Brasil 1881, à p. 317, sob o n. 3.211, estão relacionados dois originais, três cópias – uma das quais reduzida – pertencentes ao Arquivo Militar, bem como uma cópia feita por Francklin Antonio Costa Ferreira, pertencente à Biblioteca Nacional”.¹ Por isso, em todos os “Mapas dos Julgados” que apresentarmos neste GUIA, iniciaremos com um comentário geral comum a todos, contextualizando o seu surgimento.

Em 1772, o governo português nomeava José de Almeida de Vasconcelos Soveral e Carvalho para governador da Capitania de Goiás. José Martins Pereira de Alencastre, escritor, geógrafo e também governador de Goiás de abril de 1861 a junho de 1865, em seu clássico “Anais da Província de Goiás”, publicado em 1864, ao comentar o governo de José de Almeida, oferece algumas informações a respeito desse mapa: “sendo o único governador que percorreu toda a capitania, tinha o mais exato conhecimento do seu território, e também das suas necessidades. Esse conhecimento serviu-lhe, sobretudo, para o levantamento da carta da capitania e melhor divisão dos Julgados. No levantamento da carta, teve o mais sério cuidado não só pelo



gosto de empregar-se em trabalhos desta natureza, de que era apaixonado, como pelas recomendações que a este respeito tinha recebido do presidente do real erário, Marquês de Angeja. Sendo da atribuição dos ouvidores criar julgados nas povoações de 100 a 200 fogos, foram no tempo do governo de José de Vasconcelos criados pelo ouvidor Cabral os julgados de Crixás, S. Félix, Arraias, Couros, Cavalcante, Conceição e Natividade. D'ahi a necessidade de serem designados os novos limites dos antigos, entre cujos juizes ordinários apareciam sempre conflitos de jurisdição. Sobre a carta da capitania, e por ato de 20 de abril de 1778 marcaram-se os limites de Villa Boa, Pilar, Trahiras, S. Felix, Conceição, Natividade, Arrayas, Cavalcante, Santa Luzia, Meia Ponte, Santa Cruz e Rio das Velhas".²

Segundo Paulo Bertran, "A 'Carta ou Plano Geographico da Capitania de Goyas' ou, simplesmente, 'Mapa dos Julgados', consagrado na historiografia clássica, terminou de fazer-se em maio de 1778, pelo Sargento-mor, Tomás de Souza, depois de longas viagens deste pela Capitania de Goiás, ou bem só ou acompanhando o Governador José de Almeida. O mapa de Tomás de Souza tinha a preocupação de delimitar o âmbito dos Julgados goianos, vale dizer, dos territórios municipais da época. Esses Julgados criaram-se em território goiano mais ou menos ao sabor das circunstâncias, dependendo de sua importância demográfica e econômica. Dessas divisas, ficou incumbido o Ouvidor Cabral de Almeida. Não foram atos perfeitos, mas tendo repartido os territórios municipais, a grosso modo, deu a tônica principal destes irem se ajustando, ao longo dos tempos, a territórios naturais marcados por acidentes geográficos, sobretudo pelos rios e serras de maior envergadura".³

O autor do mapa, Tomás de Souza, "era carioca, com formação na Escola de Oficiais do Rio de Janeiro e em 1774 se encontrava em serviço em Cuiabá, vindo em 1776 para Goiás. Este oficial engenheiro seria encarregado da cartografia oficial, do estudo e construção de uma fonte para o abastecimento de água potável em Vila Boa e de outro importante empreendimento, que foi o desvio das águas do Rio Maranhão em 1779, já no governo de Luiz da Cunha. [...] Durante um ano, o engenheiro militar percorreu toda a capitania. Fez o que chamou de "Caminho das Águas", visitando toda a hidrografia goiana. Em janeiro de 1778, apresentou os mapas produzidos pela expedição militar ao Conselho Ultramarino. A construção cartográfica da Carta ou Plano da Capitania de Goyaz de 1778, documento oficial da coroa portuguesa, reunia elementos da paisagem, representava o relevo e as bacias hidrográficas, as construções como intervenção no território e apropriação do espaço, as estradas que ligavam Goiás a Minas, a Cuiabá e a Salvador. Apresentava uma hierarquia para classificar os povoamentos conforme sua inserção na economia da mineração: Vila Boa, arraiais com freguesia, arraiais sem freguesia e as aldeias (estas por último, representando onde a sociedade mineira de Goiás enxergava o índio). O mapa de Tomás de Souza definiu as fronteiras de Goiás, estabelecendo limites identificados em coordenadas astronômicas, conhecimento técnico avançado à época. Seu trabalho foi tão preciso que, em 1920, quando houve um questionamento das fronteiras pelo Projeto do Ten. Cel. Eng. Oliveira Lobo de uma Igreja para o Presídio de Leopoldina governador de Mato Grosso, em uma discussão que foi levada ao

Congresso Nacional, o preciosismo de Tomás de Souza foi decisivo para a manutenção da fronteira".⁴

Leitura paleográfica:

Carta ou Plano Geographico da Capitania de Goyas huma das do centro da America Meredional pertencente ao Reino de Portugal que se tirou por ordem do Ill.mo e Ex.mo S.r JOZE DE ALMEIDA DE VASCONSELOS DE SOVERAL E CARVALHO. Governador e Capp.m Gn.al da dita Capitania do dia 26 de Julho de 77. the de Mayo de 78. Por Thomas de Souza Sargento Mor do Regimento da Cavalaria Auciliar da mesma Capitania, sendo quaze toda vista por sua Ex.a a quem o autor acompanhou em todo o tempo do seu governo.

Adevertencias

Esta Capitania he de marcada da Barra do Rio Pardo, por ele asima té as suas cabeceiras, buscamçe as do Araguay por ele abaxo té fazer Barra no Tocantins pello Tocantins asima té a Barra do Rio Manoel Alves: buscaçe a ponta da Serra Cordilheira e segueçe pello cume della athe a Serra de Lourenço Castanho. Arrendidos, Escuro, Serra da Canastra, Marçelha, até a Barra do Sapucay, pello Rio Grande abaxo the onde nelle faz barra od.o Rio Pardo, o que tudo vay notado.

As arrayas que são Freguezias se notaõ [circulo vermelho com cruz em cima]

As Aldeyas [circulo vermelho]

As Estradas vão de pontinhos emcarnados

A capital desta Capitania he Villa Boa, situada em 16.gr. os e 20.m.s ao Sul da Linha Equinocial. com 329.gr.os e 10 m.s de Longitude contados da Ilha do Ferro. Esta Capitania alem das Arrayas que vão notados em 1.A em m.tas fazendas.

A deverteçe mais que esta Capitania tem 13. Julgados e que huns compriendem pequeno terreno, por serem mais povoados, e outros muito grandes, porterem m.ta terra imteiramente despovoada como he Villa Boa e Natevidade.

Referências:

- 1 - ADONIAS, Isa. Mapas e Planos Manuscritos relativos ao Brasil colonial conservados no Ministério das Relações Exteriores (1500-1822). Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação, Rio de Janeiro, 1960, p. 663-664.
- 2 - ALENCASTRE, José Martins Pereira. Anais da Província de Goiás. Convênio SUDECO/Governo de Goiás, 1979, p. 215-216.
- 3 - BERTRAN, Paulo. Notícia geral da Capitania de Goiás em 1783, Goiânia, ICBC, 2010, p. 101.
- 4 - A Engenharia em Goiás - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás. Goiânia. CREA-GO, 2012.



Fonte – Arquivo Histórico do Exército
Medidas – 57,5 cm × 89 cm
Data – 1778
Localização – CO-GO-10.01.2063

CARTA DA CAPITANIA DE GOIÁS **“Mapa dos Julgados” (4)**

Introdução e contexto, *vide* o mapa: CARTA OU PLANO GEOGRÁFICO DA CAPITANIA DE GOIÁS – “Mapa dos Julgados” do acervo do AHEX. (Cf. neste GUIA p. 138)

Esta é uma cópia sem os textos do original do “Mapa dos Julgados”. As informações a respeito dessa cópia são fornecidas na “Leitura Paleográfica”.

Leitura paleográfica:

Carta da Capitania de Goyaz
Levantada pelo Sargento Mór Thomaz de Souza: em 1778.
Desenhada por Franklin Antonio Costa Ferreira, Tenente do Estado Maior de 1ª Classe do Exército.
Copiado de um exemplar existente na Bibliotheca Nacional. Janeiro de 1919 – Eugenio Rio, desenhista da Comissão Rondon, copiou.
Confere – F. Jaguaribe Gomes de Mattos
Chefe da Secção de Desenho da Comissão Rondon.
Confirmando a declaração do copista Eugenio Rio.
Biblioteca Nacional, 3ª Secção em 16 de julho de 1919
[segue assinatura]

Referências:

- 1 – ADONIAS, Isa. Mapas e Planos Manuscritos relativos ao Brasil colonial conservados no Ministério das Relações Exteriores (1500-1822). Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação, Rio de Janeiro, 1960, p. 663-664.
- 2 – ALENCASTRE, José Martins Pereira. Anais da Província de Goiás. Convênio SUDECO/Governo de Goiás, 1979, p. 215-216.
- 3 – BERTRAN, Paulo. Notícia geral da Capitania de Goiás em 1783, Goiânia, ICBC, 2010, p. 101.
- 4 – A Engenharia em Goiás – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás. Goiânia. CREA-GO, 2012.

Fonte – Arquivo Histórico do Exército
Medidas – 57,5 cm × 97,5 cm
Data – 1919
Localização – CO-GO-10.01.2062

CARTA DA CAPITANIA DE GOIÁS **“Mapa dos Julgados” (5)**

Introdução e contexto, *vide* o mapa: CARTA OU PLANO GEOGRÁFICO DA CAPITANIA DE GOIÁS – “Mapa dos Julgados” do acervo do AHEX. (Cf. neste GUIA p. 138)

Esta é uma cópia “reduzida”, sem os textos do original do “Mapa dos Julgados”.

Leitura paleográfica:

Carta da Capitania de Goyaz
Levantada pelo Sargento Mór Thomas de Souza em 1778.

Fonte – Arquivo Histórico do Exército
Medidas – 57 cm × 95 cm
Data – s.d.
Localização – CO-GO-10.01.2065

CARTA COROGRÁFICA PLANA DA **PROVÍNCIA DE GOIÁS E DOS JULGADOS** **DE ARAXÁ E DESEMBOQUE DA PROVÍNCIA** **DE MINAS GERAIS (6)**

O organizador de uma das mais importantes peças da cartografia goiana, Raimundo José da Cunha Matos, nasceu em Portugal em 1776. Seguiu carreira militar e formou-se em matemática pura e aplicada à artilharia. Ainda jovem, participou da campanha militar contra a invasão francesa na Península Ibérica. Em 1797 foi enviado à Ilha de São Tomé e Príncipe, onde galgou vários cargos até ser nomeado, em 1816, governador interino dessa ilha. Depois de quase vinte anos na Ilha de São Tomé e Príncipe, já então Tenente-Coronel, veio para o Brasil.¹

No Brasil, na condição de “Reino Unido” a Portugal, participou diretamente dos conflitos políticos que terminaram com a Independência do Brasil. Na dinâmica de consolidação da Independência, foi enviado em 1823 à Província de Goiás como “Governador das Armas”. Sua tarefa era resguardar as fronteiras do norte goiano e evitar a invasão das tropas portuguesas estabelecidas no Pará, Piauí e Maranhão que ainda eram favoráveis a Portugal. “Logo após chegar a Goiás, organizou uma expedição para visitar as localidades da província, a fim de passar revista nas tropas de primeira e segunda linha e contabilizar o efetivo existente. Em 20 de setembro de 1823, Cunha Matos marchou para a Comarca do Norte, com o objetivo de proteger a fronteira contra as possíveis invasões das tropas portuguesas [...]. Lamentou a ausência de milicianos com os quais pudesse contar na região. O Governador reclamou, ainda, que estava quase sem armamentos e cercado de inimigos no Norte, onde havia homens que seguiam o Partido de Portugal”.² Terminadas as atribuições em Goiás, regressou ao Rio de Janeiro em março de 1826.

Como fruto dessa permanência em Goiás, consolidou informações utilizadas no seu “Itinerário ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiaz, seguido de huma descrição chorographica de Goiaz, e dos roteiros desta província as de Mato Grosso e São Paulo”, escrito em 1826, quando do término de suas atribuições como Governador de Armas de Goiás.

A obra é “fruto da conciliação de sua missão militar com seu objetivo de escrever um roteiro útil para os que viessem a se aventurar através dos caminhos pelos quais percorreu, e com sua velada intenção de beneficiar o novo governo com o apuro das descrições geográficas, da economia e do comércio das regiões que percorreu. [...] As informações contidas em seu relato aparecem sob o formato de um diá-



rio de bordo, contendo sempre identificações de local, distância e data. Sua marcha é minuciosamente descrita através dos horários e localidades de chegada e partida. Os ranchos, fazendas, rios, pontes, córregos pelos quais passa também são rigorosamente anotados”.³

A respeito deste mapa, organizado “para acompanhar os seus Itinerários”, relata: “A maior parte do que escrevo foi por mim visto e examinado: fadigas extraordinárias, perigos iminentes são a moeda que me custou esta minha obra. Não afianço a perfeição dela, porque na mesma França e Inglaterra não há perfeição absoluta em matérias geográficas; eu fiz quanto pude, e ainda mais faria se tivesse quem me auxiliasse. [...] Os meus Itinerários e o Resumo Corográfico da Província de Goiás vão acompanhados do mapa geral dela, e dos Termos dos Julgados do Araxá, e Desemboque, da Província de Minas Gerais, em três grandes folhas, e da carta de marcha desde o Rio de Janeiro até a Serra da Marcella da dita Província de Minas Gerais. Eu tinha intenção de publicar com estes mapas um atlas de centro e sete cartas topográficas e hidrográficas do interior do Brasil, que se acham prontas para a litografia, em escala de polegada por légua. Obstáculos com que eu não contava obrigaram-me a repô-las no mesmo lugar em que dantes as tinha conservado”.⁴

Em relação à localização dos elementos em seu mapa, faz a seguinte ressalva: “as matérias mais importantes da geografia do interior do Brasil e aquelas em que mais se anda às apalpadelas, são as Latitudes e Longitudes dos lugares. Eu tenho motivos sobejos para afirmar que nas Minas Gerais e em Goiás fizeram-se mui poucas observações astronômicas, e que a cerca das Longitudes, tudo é obscuridade, pois que o mesmo Barão de Eschwege, na sua obra excelente sobre o Brasil, e na qual apresenta uma larga tabela de Latitudes, não se atreveu a marcar as Longitudes, prova de conhecer que há incerteza completa a respeito de todas as que aparecem nos escritos dos historiadores. Eu possuo uma larga coleção de Longitudes e Latitudes dos lugares do interior do Brasil; e tive a desgraça de não encontrar dois pontos em que se conformassem. As mesmas marchas que eu fiz, as distâncias que havia de lugar a lugar, e os rumos a que respectivamente demoravam, mostraram-me os erros dos Astrônomos jesuítas Diogo Soares e Domingos Capazzi; ou para melhor dizer, eu fiquei entendendo que estes jesuítas não fizeram observações astronômicas de Goiás”.⁴

E conclui: “devo pedir aos Srs. que se acham à testa da Administração Pública de Goiás, que continuem e aperfeiçoem os meus escritos: eu emendei os antigos mapas da Província em mais de três mil pontos diferentes, por onde transitei, e daqueles de que recebi informações em que podia de certo modo confiar. Ninguém pense que os meus mapas são absolutamente exatos: eu o declaro nos Itinerários. Se eu fiz mais de três mil emendas nos antigos mapas manuscritos, agora pelos Itinerários e mapas impressos, proporciono os meios convenientes de se proceder a novos exames e às correções inumeráveis que será necessário praticar. Eu apenas transitei pelas estradas gerais de Goiás; não fiz explorações pelas terras desertas e ainda nas povoadas que ficavam fora de minha linha de marcha: só afianço aquilo que eu mesmo observei; e deixo a outros melhores do que eu, o mais que entenderem ainda faltar. A Província de Goiás não podia ser explorada em dois anos

por um homem quase desacompanhado, e que, além dos entretenimentos geográficos, tinha muitas outras coisas em que cuidar”.⁴

Leitura paleográfica:

Carta Corografica Plana da Província de Goyaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da Província de Minas Geraes, organizado pelo Brigadeiro Raimundo José da Cunha Mattos, Governador das Armas de Goyaz, para acompanhar os seus Itinerarios escritos em 1826 e publicados no anno de 1836.

N.B As marchas do General Cunha Mattos vão marcadas em linha unida

As outras Estradas vão em linha ponteada

Escala de 18 legoas em um grao.

[caixa lado superior esquerdo]

Copia exacta do Mappa que mostra a Navegação da F. de Mogi-Guassú ao Arraial de Anicuns. Descuberta por João Caetano da Silva em 1817.

Referências:

- 1 - VIEIRA, Martha Victor. As idéias de Raimundo José da Cunha Mattos sobre o Estado Imperial brasileiro. ANPUH - XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Fortaleza, 2009.
- 2 - VIEIRA, Martha Victor. Cunha Mattos em Goiás: os conflitos de jurisdição entre o governo das armas e o governo civil (1823-1826). Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 5, n. 2, jul.-dez. 2012.
- 3 - QUEIROZ, Bianca Martins. RAIMUNDO JOSÉ DA CUNHA MATOS (1776-1839): “A pena e a espada a serviço da pátria”. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.
- 4 - MATTOS, Raimundo José da Cunha. Itinerário ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiaz, seguido de huma descrição chorographica de Goiaz, e dos roteiros desta província as de Mato Grosso e São Paulo. Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Constitucional de J. Vilaleneuve E. C. Tomo I e II, 1836.

Fonte - Arquivo Histórico do Exército

Medidas - 40 cm × 81 cm

Data - 1875

Localização - CO-GO-10.01.2064

MAPA DO ESTADO DE GOIÁS (7)

O autor, Frei Reginaldo Tournier, nasceu em Paris, França em 1880. Mais tarde, tornou-se religioso da Ordem dos Dominicanos. Na Diocese de Porto Nacional – no atual estado de Tocantins – foi professor do Colégio Sagrado Coração de Jesus, fundado em 1904 e do Seminário, fundado em 1925.

Na cidade de Goiás, antiga capital do estado de Goiás, foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás em 1933, além de ter sido escritor e membro de vários institutos históricos e geográficos da Europa e da América.¹ “Estudou usos e costumes das populações ser-



tanejas. Como agrônomo e veterinário, dirigiu as fazendas 'Mato Grosso' e 'Benfica', onde produzia animais de tração e montaria para as longas viagens realizadas pelos padres no território do atual estado de Tocantins. Como arquiteto construiu o sobrado do Seminário São José".²

De 1912 a 1917, Frei Reginaldo Tournier foi nomeado Superior do Convento dos Dominicanos de Porto Nacional. Foi nesse período que, como correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, elaborou o "Mapa do Estado de Goyaz", publicado no governo de João Alves de Castro, em 1918. Como consta neste mapa que é "Propriedade do Estado de Goyaz", supomos ser o primeiro mapa oficial daquele estado publicado por ocasião dos festejos do centenário da cidade de "Goyaz", então capital daquele estado.

Ao representar o quadrilátero do "Distrito Federal", é possível constatar que o mapa "organizado" por Frei Reginaldo Tournier apresenta os resultados dos estudos da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil e da Comissão de Estudos da Nova Capital da União, chefiadas por Luiz Cruls, Diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro.

O mapa publicado neste GUIA é uma "Revisão" feita em 1922, pois como consta no texto ao pé do "Mappa", nos limites com o estado de Minas Gerais, "seguiu-se o traçado estabelecido desde as antigas capitanias e reconhecido pelo Laudo Arbitral do Ex.mo Snr. Dr. Eptacio Pessôa, em 16 de Julho de 1922".

A partir desse mapa foram publicados outros, sempre referenciados ao autor Frei Reginaldo Tournier, mas indicando que sofreu "reorganização". Como exemplo, citemos o mapa que pertence a Biblioteca Nacional, publicado em 1938, onde consta a "Planta da Capital do Estado – Goiânia – A mais moderna das cidades brasileiras, idealizada e realizada pelo eminente Interventor Federal Doutor Pedro Ludovico Teixeira."

Leitura paleográfica:

Mappa do Estado de Goyaz.

Organizado em 1918 (1º Centenario de Goyaz-cidade) por FR. REGINALDO TOURNIER MISSIONARIO DOMINICANO. Socio Correspondente do Instituto Historico-Geographico do Rio de Janeiro.

PLANTA DA CAPITAL
População da Capital 7.000 hab.
Escala - 1:15.000

LEGENDA

A - Palacio do Governo
B - Cathedral em construcção
C - Boa Morte - Actual Matriz
D - Quartel da Força Federal
E - Cadeia
F - Collegio Sta. Anna (Dominicanas)
G - Correio
H - Lyceu
I - Igreja S. Francisco

J - Mercado
K - Palacio Episcopal
L - Asylo S. Vicente de Paulo
M - Quartel da Força Policial
N - Intendencia Municipal
O - Igreja do Rosario (Dominicanos)
P - Tribunal da Relação
Q - Secretaria de Finanças
R - Hospital S. Pedro de Alcantara
S - Igreja S. Abbadia
T - Igreja do Carmo
T - Seminario Diocesano
U - Camara dos Deputados
V - Senado
X - Thezouro Federal
Y - Usina Electrica
Z - Cemiterio
1 - Chafariz principal
2 - Poço d'Agua Ferrea
3 - Poço Chapeu do Padre
4 - Chafariz da Carioca
5 - Casa da Polvora
6 - Matadouro

Observação sobre limites.

Os limites foram traçados de accordo com os direitos de Goyaz:

Com o Pará seguiu-se a demarcação do Ouvidor Segurado procedida em 23 de Agosto de 1810 e a lettra dos Alvarás de 18 de Março de 1809 e 25 de Fevereiro de 1814; com Matto Grosso observou-se a opinião de varios cartographos e acompanhando o parecer da Camara dos Deputados de 20 de Julho de 1864, mas o limite da lei é o constante do acto de accessão de 1º de Abril de 1771 que abrange todo o Rio das Mortes; com a Bahia conservou-se o antigo limite, reafirmado no accordo celebrado entre os dous Estados em 1919; com Minas Geraes seguiu-se o traçado estabelecido desde as antigas Capitanias e reconhecido pelo Laudo Arbitral do Ex.mo Snr. Dr. Eptacio Pessôa, em 16 de Julho de 1922.

O Autor.
Rev. 1922

DADOS GEOGRAPHICOS

Superficie do Estado - 747.311 kilom.²
População - 511.919 hab.
Divisão Municipal - 49 Municipios
Divisão Judiciaria - 24 Comarcas - 49 Termos - 126 Districtos
Escala 1:2.000000
Propriedade do Estado de Goyaz.

Referências:

1 - GODINHO, Durval C. História de Porto Nacional. s/e, 1988.
2 - MARTINS, Mário Ribeiro. Dicionário Biobibliográfico de Goiás. Rio de Janeiro, Master, 1999, p. 977-978.



Fonte - Arquivo Histórico do Exército
Medidas - 69 cm × 108 cm.
Data - 1918
Localização - CO-GO-10.01.2066

CAPITANIA DE GOIAZES (8)

Leitura paleográfica:

Capitania de Goyazes.
 Dividida pelo campo Illumina de Côr.
 Capital [desenho de um círculo de onde partem raios]
 Petipé de trinta leguas de caminho das de 20 ao grao.

Fonte - Arquivo Histórico do Exército
Medidas - 38 cm × 28,5 cm
Data - sem data
Localização - CO-GO-10.01.2067

ROTEIRO FIGURADO DA VIAGEM ENTRE O LAGO VERMELHO, PONTA DO PITEIRA NO RIO TOCANTINS (9)

O interesse na navegação dos rios do interior do Brasil acompanhou o militar José Vieira Couto de Magalhães em todos os cargos que ocupou nas Províncias do interior do Brasil: “foi presidente da Província de Goiás, de 1862 a 1863, e da do Pará, de 1864 a 1865. Em 1863 foi nomeado presidente da Província de Minas Gerais, mas não tomou posse, preferindo dedicar-se à administração da Província de Goiás. Em 1865, quando os paraguaios invadiram a Província de Mato Grosso, aceitou a missão de expulsar os invasores e reorganizá-la, recebendo a patente de General e permaneceu no cargo até 1867. Contava apenas 24 anos de idade quando, empossado na cadeira presidencial, na província de Goiás, resolveu empreender a primeira viagem de exploração aos sertões do Brasil Central, objetivando estudar a questão de transportes que, segundo ele, a própria natureza indicava as vias: para o sul, o rio Taquari; para o norte, o Araguaia e o Tocantins. Estabelecendo a navegação no Araguaia, segundo ele, preferível à do Tocantins, tinha em vista não só facilitar as comunicações entre Goiás e os outros produtores do Mato Grosso, Pará e Maranhão, como também ligar a foz do Amazonas à do Prata, aproveitando, no sul, para esse fim, a navegação do Taquari. Deve-se ao General Couto de Magalhães a primeira exploração do rio Araguaia, feita por profissional, missão que confiou ao engenheiro Vallée, desempenhando-a satisfatoriamente, resultando na apresentação das plantas dos rios Araguaia e Tocantins”.¹

Após assumir o governo da Província do Pará (1864-1865) seu continuado interesse pela navegabilidade dos rios do interior do Brasil, principalmente Tocantins e Araguaia, o leva a organizar a exploração do rio Tocantins, missão na qual encarregou Francisco Parahybuna dos Reis, militar reformado com o posto de capitão-tenente em 1860 e que prestava relevantes serviços na “Companhia de Navegação e Comercio da Província do Amazonas”.

Enquanto trabalhava naquela companhia fez os levantamentos para o “Mappa do Amazonas”, organizado e desenhado por F.A.P. Bueno, mandado litografar pelo Conselheiro Francisco Carlos d’Araujo Brusque, Ministro e Secretário d’Estado dos Negócios da Marinha.

Como resultado de sua viagem exploradora do Rio Tocantins, Francisco Parahybuna dos Reis escreveu a “Exploração e exame do Rio Tocantins”, publicado no Pará em 1864. A obra foi anexada ao Relatório da Administração do Pará do Governador José Vieira Couto de Magalhães publicado em 1864.

O presente mapa é o “roteiro figurado” dessa viagem exploradora, solicitado pelo Governador do Pará, José Vieira Couto de Magalhães.

Leitura paleográfica:

Roteiro figurado da viagem entre o Lago Vermelho Ponta do Piteira no rio Tocantins, feito 1864 pelo Capitão Tenente Reformado Francisco Parahybuna dos Reis, por ordem do Exm.o Senr. D.or José Vieira Couto de Magalhães Presidente da Província do Pará, e copiada por Costantino Pedro Chaves da Motta. Dezenhista da Repartição de Obras Publicas.

Fac-simile de um exemplar existente sob o título Pará [?] na 2ª Secção da Diretoria de Viação (M.[inistério] da Viação). Rio de Janeiro, 12 de abril de 1919 - Eugenio Rio, des.ta [desenhista] de 4ª Classe da Comissão Rondon, copiou.

Confere 1º T.te F. Jaguaribe - Chefe da Secção de Desenho da Comissão Rondon.

Referências:

- 1 - Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia dos Rios Tocantins e Araguaia. Agência Nacional de Águas (ANA). 2007. Disponível em: <<http://central2.to.gov.br/arquivo/31/934>>.
- 2 - FLORES, Kátia Maia. Caminhos que andam: o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil. Dissertação de doutorado. Programa de Pós-graduação em História da UFMG, 2006.

Fonte - Arquivo Histórico do Exército
Medidas - 52,5 cm × 106 cm
Data - 1864
Localização - CO-GO-10.01.2068

ESQUEMA DAS LINHAS TELEGRÁFICAS DO ESTADO DE GOIÁS (10)

Leitura paleográfica:

Schema das linhas telegraphicas do Estado de goyaz. Imprima-se em 8-11-912. E. Pamplona Carimbo: Sub-Directoria Technica - 2ª Secção - Nov 8 1912
 Rep. Geral dos Telegraphos



Conforme, [assinatura], Chefe da 2ª Secção
Jacinto da Fonseca Chagas
Auxiliar de desenhista

Fonte - Arquivo Histórico do Exército

Medidas - 67,5 cm × 94 cm.

Localização - CO-GO-10.01.2075

Data - 1912

PROJETO DA ESTRADA DE FERRO DO RIO PARANAHYBA AO RIO ARAGUAYA, PASSANDO PELA CAPITAL DA PROVÍNCIA DE GOIÁS (11)

Leitura paleográfica:

Projecto da Estrada de Ferro do Rio Paranahyba ao Rio
Araguaya passando pela capital da provincia de Goyas
1889.

Escala = 1:1.600.000

Joaquim M. R. Lisboa.

Alturas Barometricas de varios pontos da provincia de
Goyas.

Acima do nível do mar.

Especificações	Metros
Allemão	600,
Anicuns.....	700,
Antas	900,
Barra.....	450,
Bella Vista.....	800,
Caldas novas.....	750,
Campinhas	750,
Catalão	820,
Currálinho.....	750,
Divisa d'aguas, garganta de	950,
a.....	1050,
Entre Rios	750,
Goyas (capital).....	550,
Jurupensem.....	350,
Morrinhos.....	800,
Ouro Fino	780,
Pouso Alto.....	800,
Rio Paranahyba	520,
Ser Bom Jesus da Floresta	650,
S.ta Liopoldina.....	280,
S.ta Cruz	750,

Fonte - Arquivo Histórico do Exército

Medidas - 29 cm × 53 cm

Data - 1889

Localização - CO-GO-10.01.2078

MAPA DE TODO O CAMPO GRANDE, CABECEIRAS DO RIO DE SÃO FRANCISCO E GOIAZES (12)

Nos idos de 1750, uma vasta região a Oeste da Capitania
de Minas Gerais, fora escolhida por escravos para formarem
seus Quilombos, situação que dificultava a exploração do

ouro nos rios dessa região. Essa região abrangia as nascentes
do Rio São Francisco e as duas margens do Rio Grande,
local que hoje corresponde ao Triângulo Mineiro, sul, sudoeste
e centro-oeste de Minas Gerais, bem como áreas do nordeste
do estado de São Paulo. Todo esse espaço geográfico era conhecido
na época como Campo Grande. Devido às boas condições para a
agricultura, água em abundância e relativamente distante das vilas
mais povoadas, essa região favoreceu o surgimento de vários
Quilombos.

No período entre 1695 a 1790, Minas Gerais chegou a ter
mais de cem Quilombos e “na década de 1740, a capitania vivia
um paradoxo. De um lado, ocorria o crescimento da população
nas áreas de mineração, por outro, o ouro era cada vez mais
escasso. Esse fato, provavelmente, obrigou um grande número
de pessoas a buscarem alternativas de sobrevivência, passando,
dessa forma, a disputar com os negros as terras afastadas do
núcleo minerador, até então ocupadas, pelo menos em parte,
por Quilombos”.¹

O Governador de Minas Gerais, José Antônio Freire de
Andrade, ameaçado por essa situação, promoveu uma guerra
contra os Quilombos, comandada pelo Capitão Antônio Francisco
França de Burena e ordenada pelo Conde de Bobadela, irmão
do Governador de Minas Gerais. A conquista dos sertões de
Campo Grande fiou sob a responsabilidade do Capitão Bueno
do Prado, enquanto a conquista dos sertões do “Piumhi” e das
cabeceiras do São Francisco ficou a cargo de Diogo Bueno da
Fonseca.

Foi a partir desse contexto que foram organizados dois
importantes documentos para os quais os historiadores chamam
de “Cartografia dos Quilombos”. O mapa publicado neste GUIA
é provavelmente um exemplar elaborado a partir do mapa original
que pertence ao Instituto de Estudos Brasileiros da USP e está
na Coleção da Família Almeida Prado: “Mapa de todo o campo
Grande tanto da parte da Conquista, q’ parte com a Campanha
do Rioverde, e S. Paulo, como de Piuhy Cabeceyzas do Rio de
S. Francisco, e Goyazes Naentrada que se fez p.a os certos das
conquistas do Campo grande por ordem do Ill.mo S.r Conde de
Babadela como se ordenou ao Capp.am Antônio Francisco
França”.

O mapa, sob a custódia da USP, possui muito mais informações
que o mapa do Arquivo Histórico do Exército. Segundo SILVA
FILHO, mostra que “as décadas de 1740 e 1750 foram marcadas
por um intenso processo repressivo aos Quilombos. A campanha
de 1746 partiu de Ponte Alta, lugar que provavelmente localiza-se
na região do centro-oeste de Minas. Acredita-se que as expedições
da década de 1740 tenham se dedicado ao combate aos Quilombos
das regiões das atuais cidades de Formiga, Cristais, Bambuí e
Piumhi. Há indícios de que as autoridades conheciam a localização
dos Quilombos, uma vez que as expedições tinham o objetivo de
destruí-los, e não de localizá-los, de acordo com os registros
presentes no mapa em foco. [...] De acordo com a nota explicativa
anexa ao documento histórico, o mapa teria sido confeccionado
pelo Capitão Antônio Francisco França no formato de uma rede de
drenagem dendrítica arborescente, ou seja, apresentando a disposição
dos rios formando um esgalhamento. Faz referência à procura
por ouro, às dificuldades enfrentadas pela expedição e à destruição
de pelo menos um desses Quilombos”.¹



Leitura paleográfica:

Mappa de todo o Campo grande, tanto da parte da conquista que parte com a campanha do Rio Verde e S. Paulo como de Piuhy Cabeceiras do Rio de S. Francisco e Goyazes.

Referências:

- 1 – SILVA FILHO, Edson da; AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; CASTRO, José Flávio Moraes. A contextualização histórica e geográfica dos quilombos do Campo Grande. Iº Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Paraty, 10 a 14 de maio de 2011. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/SILVA_FILHO_EDSON_ET_AL.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2013.
- 2 – MARTINS, Tarcísio José. Quilombo do Campo Grande – História de Minas que se devolve ao povo. Minas Gerais, Santa Clara, 2008.

Fonte – Arquivo Histórico do Exército

Medidas – 68,5 cm × 46,5 cm.

Data – s.d.

Localização – CO-GO-10.01.2079

RIOS TOCANTINS E ARAGUAYA (13)

O presente mapa foi feito por solicitação do Governador de Goiás, Fernando Delgado Freire de Castilho. Tomou posse em novembro de 1809, ficando à frente da capitania até agosto de 1820, momento em que, por motivos de doença, solicitou afastamento. Suicidou-se no Rio de Janeiro quando se preparava para voltar para Portugal.

Saint-Hilaire, que conheceu o Governador em sua viagem a Goiás, o apresentou assim no relato dessa viagem: “desejava ardentemente fazer o bem; mas encontrara por toda a parte a mais desanimadora resistência passiva, resultado da apatia dos habitantes e da indiferença do governo central. Vendo, desde o momento em que chegou, que a província de Goiás não achava mais quase recursos na exploração das minas, sentiu que era necessário dirigir os esforços dos habitantes para a agricultura e o comércio; procurou abrir mercados aos produtos da terra, e tratou de facilitar a navegação do Araguaia e Tocantins”.¹

No contexto desses projetos administrativos, voltados principalmente para dinamizar o comércio da capitania, é que podemos situar o presente mapa elaborado quatro anos após o início da administração de Fernando Delgado. Não possui nenhuma indicação de sua finalidade e, diferente da maioria dos mapas de Goiás, não há preocupação em indicar caminhos, a não ser um específico entre Porto de Nossa Senhora da Guia e Santa Rita. O mapa ressalta as povoações mais importantes daquele período e a relação destas com o sistema hidrográfico. De fato, esta representação é coerente com uma das preocupações deste governo: desenvolver o comércio interno e externo da capitania, aproveitando os rios.

O Padre Silva e Souza, confirma a preocupação do Governador para com o desenvolvimento do comércio na Capitania de Goiás. “Em utilidade da capitania tem animado a navegação do Araguaia e Tocantina; e em consequência

das suas Representações, concedeu El Rei, Nosso Senhor a todos os que de novo se estabeleceram nas margens d’estes rios a isenção de dízimos por dez anos [...], além do Direito das Estradas livres nas carregações que se fizerem, também por dez anos [...]. Abriu o novo Porto do Rio Grande [...] aonde em todo o tempo podem subir as canoas, sem os embaraços que na seca encontravam no Rio do Peixe e Vermelho, podendo chegar até a passagem do mesmo Rio na estrada do Cuyabá. [...]. Tem dado as necessárias providências para a fundação do novo Presídio na Foz do Rio Manoel Alvares, [...]. Para facilitar a mesma navegação e ministrar-lhe os socorros necessários, fez uma expedição de 80 homens, e alguns casais para a fundação do novo Presidio de Santa Maria no meio do grande deserto despovoad, que existia entre o Porto da Piedade e São João das duas Barras, [...]. Procurou estabelecer uma Sociedade ou Companhia mercantil entre esta capitania e a do Grão-Pará [...]”.²

Leitura paleográfica:

Rios Tocantins e Araguaia

Configurados conforme as Cartas que existem na Secretaria do governo mandados dezenhar pelo Ill.mo e Ex.mo Senhor Fernando Delgado Freire de Castilho Governador e Cap.m G.al da Capitania de Goyas no anno de 1813.

Referências:

- 1 – SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás.
- 2 – SILVA e SOUZA, Pe. Luiz Antonio. Memória sobre o descobrimento da Capitania de Goyaz.

Fonte – Arquivo Histórico do Exército

Medidas – 40,5 cm × 86,5 cm

Data – 1813

Localização – CO-GO-10.01.2080

MAPA DO RIO TOCANTINS (14)

Uma das preocupações constantes dos governadores de Goiás era estabelecer comunicação com o litoral, pois, Goiás, como capitania central, se ressentia da falta de comércio com estas regiões mais populosas e ricas. Um dos modos mais práticos de se concretizar tal projeto era se aproveitar do sistema hidrográfico que ligava os Sertões ao litoral.

Sobre o contexto da feitura desse mapa, assim escreve Pe. Luiz Antonio Silva e Souza no clássico da história goiana, “Memória sobre o descobrimento da Capitania de Goyaz”, quando se refere às atividades do governador José de Almeida Vasconcellos de Sobral e Carvalho que administrou a capitania de julho de 1772 a maio de 1778: “visitou no primeiro verão a capitania e os seus julgados [...] Chegando ao Pontal fez pelo Rio Tocantins a primeira expedição para se examinar a navegação para o Grão-Pará, e se efetuou a 7 de setembro de 1773, comandada por Antônio Luiz Tavares Lisboa, que chegou, com trabalho e risco de vida, ao lugar do seu destino. Porém foi proibido de regressar sem



ordem régia pelo governador, sendo-lhe preciso passar à cidade de São Luiz do Maranhão para voltar a esta capitania. Esta navegação se continuou ao depois, e ainda hoje é freqüentada”.¹

Portanto, o presente mapa, copiado no Arquivo Militar pelo Capitão João Pedro de Gusmão e Vasconcellos Muniz em 1853, é a representação da viagem feita por Antonio Luis Tavares, do Porto do Arraial do Pontal até a cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, de ordem do governador José de Almeida Vasconcellos de Sobral e Carvalho.

Leitura paleográfica:

Mappa do Rio Tucantins, que o Ill.mo e Ex.mo Snr. Joze de Almeida de Vasconcellos de Sobral e Carvalho Governador e Cap.m General da Capitania de Goyas, mandou navegar do Porto do Arrayal do Pontal, onde o d.o Snr. se achava em 7 de Agosto de 1773, athe á Cid.e de S. Maria de Belem do Gram Para por Antonio Luis Tavares que com as instruções que S.Ex.a lhe deu, o carteceu na forma que mostra este Mappa; asertado com o Roteiro q. o mesmo Antonio Luis entregou a S.Ex.a quando daquela Cid.e chegou a esta Capital, Villa Boa, e por elle se ve, que do d.o Porto á sobredita Cidade, são na melhor estimação 231 Legoas e 3/4.

Referências:

1 - SILVA e SOUZA, Pe. Luiz Antonio. Memória sobre o descobrimento da Capitania de Goyaz.

Fonte - Arquivo Histórico do Exército
Medidas - 40,5 cm x 98 cm
Data - 1773
Localização - CO-GO-10.01.2084

MAPA DA DEMARCAÇÃO DIAMANTINA, ACRESCENTADO ATÉ O RIO PARDO (15)

Autoria de Antonio Pinto de Miranda e José Pereira de Moraes Neves. Copiado por Antonio Pinto de Miranda, colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela. Somente uma parte do mapa encontra-se na mapoteca do AHEx. Bom estado.

Leitura paleográfica:

O Acrescentam.to the o Rio Pardo foi feito pelo Bacharel Jose Pereira de Moraes, e copiado por Antonio Pinto de Miranda em 1784.

Fonte - Arquivo Histórico do Exército
Medidas - 97,5 cm x 72 cm.
Data - 1784
Localização - CO-GO-10.01.2087

ESTADO DE GOIÁS (16)

Em 1911, sob a tutela do Ministério da Viação e Obras Públicas, o governo federal criava a “Inspetoria Federal de Estradas” como órgão central para o planejamento dos transportes em todo o país. Ao órgão cabia fiscalizar todos os serviços relacionados às explorações e construções ferroviárias e rodoviárias, excetuadas aquelas sob a administração direta da União.

Fruto dos trabalhos dessa Inspetoria e sob a coordenação do Inspetor Federal, engenheiro José Estácio de Lima Brandão foi produzido este mapa do “Estado de Goyaz” que representa o sistema viário do Estado com prioridade para a rede ferroviária.

Impresso, colorido, com legenda, com notas sobre as estradas de ferro, escala 1:2.500.000, papel canson.

Leitura paleográfica:

Ministerio da Viação e obras Publicas.
Dr. José Barbosa Gonçalves – Ministro
Inspectoria Federal das Estradas
Inspector Federal: Eng. José Estacio de Lima Brandão.
(Interino)
Dezembro de 1913

ESTADO DE GOYAZ.

Legenda:
[linha na cor vermelha] Linhas em trafego.
[linha pontilhada na cor vermelha] Linhas em trafego construção ou contractadas.
[linha na cor vermelha clara] Linhas estudadas ou em estudos.
[linha de cruces] Rede bahiana. (contractada)
Escala 1:2500.000

Estradas de Ferro

1º Em trafego:
Estrada de Ferro de Goyaz

	Kms.
Anhanguera a Ipamery	101,426
Goyandira a Catalão	23,833
	125,259

2º Em construcção ou contractada:
Estrada de Ferro de Goyaz

	Kms.
Do rio Parnahyba a Catalão.....	47,000
De Ipamery a Goyaz	421,677
	468,677

Secção Cartographica da Comp. Lith. HARTMANN-REICHEMBACH. São Paulo e Rio.

Fonte - Arquivo Histórico do Exército
Medidas - 54 cm x 69,5 cm
Data - 1913
Localização - CO-GO-10.01.2089



PLANTA DO RIO TOCANTINS ENTRE A CIDADE DE CAROLINA E SÃO JOÃO DO ARAGUAYA (17)

Colorido, nanquim, com seta norte, escala 1:300.000, papel tecido.

Leitura paleográfica:

Planta do Rio Tocantins entre A CID: de CAROLINA e SÃO JOÃO do ARAGUAYA MARANHÃO e GOYAZ
Escala de 1:300.000

Fonte - Arquivo Histórico do Exército

Medidas - 57 cm × 79 cm

Data - sem data

Localização - CO-GO-10.01.2262

CARTA DA REGIÃO LÍMITROFE GOIÁS - MATO GROSSO (18)

Os estados de Mato Grosso e Goiás sempre tiveram um histórico conflito em relação à fronteira entre seus territórios.

Neste contexto, foi marcado para 1918, pelas instituições Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e pela Liga da Defesa Nacional, uma Conferência de Limites Interestaduais, junto ao 6º Congresso Brasileiro de Geografia, que se realizaria em Belo Horizonte a 7 de setembro de 1919. Instado a participar da Conferência pelas três instituições patrocinadas, Dom Aquino Corrêa, governador de Mato Grosso, percebeu ser esse o momento apropriado para tentar resolver de forma definitiva o impasse da disputa de limites mato-grossenses. O governo de Mato Grosso designou, em início de 1919, como seus representantes, Cândido Rondon e João Barbosa de Faria. Decididamente dois nomes de peso na geografia nacional. Esses representantes mato-grossenses, estudando e pesquisando com afinco a questão de limites e sua evolução desde os tempos coloniais, redigiram uma competente Memória a respeito das fronteiras goianas, que seria apresentada no Congresso de Geografia aos delegados de Goiás. Tal trabalho foi publicado em dois volumes, um com texto e documentos e outro, Atlas, com a evolução cartográfica desde os tempos coloniais.¹

O presente mapa foi organizado para “acompanhar a memória apresentada aos delegados do estado de Goiás pela delegação do estado do Mato Grosso” no Congresso acima referido levando em conta a discussão dos limites entre esses dois estados desde os tempos coloniais.

Impresso, monocromático, com notas explicativas, escala 1:1.500.000, papel canson, telado.

Leitura paleográfica:

Carta da Região Limitrophe
GOYAZ - MATTO GROSSO

Executada para acompanhar a memória apresentada aos delegados do Estado de Goyaz pela delegação do Estado de Matto Grosso ao 6º Congresso Brasileiro de Geographia.

Organisada e Desenhada na COMMISSÃO RONDON com elementos da Carta Geographica do Estado de Matto Grosso a cargo da mesma Commissão.

Escala: 1:1.500.000

Projeção Senussoidal de Sanson - Longitudes a W do Rio de Janeiro sendo Meridiano Central da Carta o de 10º 1919

Schema dos rios da região limitrophe GOYAZ - MATTO GROSSO

Onde se poderá ver que a linha natural de direcção approximada NS. pelos rios das Mortes e Pardo pretendida pelos respectivos Capitaes Generaes, e de facto realisada pelos rios Araguaya e Corrente
Escala 1:5.000.000

Referências:

1 - PITALUGA, Paulo. História da Fundação do Instituto Histórico de Mato Grosso. Disponível em: <<http://www2.unemat.br>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

Fonte - Arquivo Histórico do Exército

Medidas - 66 cm × 95,5 cm

Data - 1919

Localização - CO-GO-10.01.3501

PLANTA DA CIDADE DE GOIÁS (19)

Nos idos de 1867, durante os primeiros anos dos conflitos relacionados à Guerra do Paraguai, o governo imperial brasileiro percebeu quanto era pouco cartografado as vastidões do território dos sertões, principalmente dos caminhos por terra que levava às províncias que faziam parte da fronteira Oeste do Império brasileiro, Mato Grosso e Goiás.

Portanto, um dos primeiros problemas a serem enfrentados pela força de guerra do Brasil era em relação à cartografia: fazer o levantamento do que já existia bem como elaborar novos mapas que ajudassem na circulação de tropas e de informações.

Um exemplo dessa dinâmica para a cartografia foi, “a chamada Força Expedicionária, liderada por Alfredo d’Escrangnolle Taunay que, pela primeira vez, mapeou e reconheceu oficialmente o caminho por terra ligando o litoral paulista ao território paraguaio, na região em que hoje se localiza grande parte do território do estado do Mato Grosso do Sul”.¹

Consideramos que a presente “Planta da Cidade de Goyaz”, copiada em 1867 de um exemplar do Arquivo Militar da Corte pelo engenheiro militar Capitolino Peregrino Severiano da Cunha, foi elaborada para subsidiar os conhecimentos do território e das cidades dos sertões no contexto da Guerra do Paraguai.

**Leitura paleográfica:**

Planta da Cidade de Goyaz

Archivo Militar, 1º de Outubro de 1867.

Confere, Archivo Militar da Côrte, 2ª Secção, 1º de Outubro de 1867.

M.el F. C. de Oliv.a Soares

T.e C.el Chefe da 2ª Secção.

Copiada pelo Cap.m de E. M. de 1ª C.e B.el Capitolino

Peregrino Severiano da Cunha

Legenda:

1. Cathedral
2. Palacio do Governo
3. Thesouraria Geral
4. Igreja da Bôa Morte
5. Quartel
6. Chafariz
7. Cadêa
8. Ordem 3ª de S. Francisco
9. Igreja do Rosario
10. Carmo
11. N.S da Abbadia
12. Cemiterio
13. S.ta Barbara
14. Palacio do Bispo
15. Caza dos Educandos
16. Fonte da Agôa férrea
17. Thesouraria Provínciaal
18. Paço da Assemblea
19. Matadouro
20. Artigos Bellicos
21. Lycêo
22. Caza da Polvora
23. Enfermaria
24. Carioca
25. Mercado
26. Hospital de S. Pedro de Alcant.ra
27. Theatro
28. Barreira do norte
29. Fabrica
30. Chacara do Padre Arnaldo

Referências:

1 - CAVENAGHI, Airton José. Uma guerra, dois mapas e duas fotografias. O sertão do noroeste paulista e a aventura do registro iconográfico ao final do século XIX. Proj. História, São Paulo, (32), p. 191-219, jun. 2006. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/2424/1514>>.

Fonte - Arquivo Histórico do Exército

Medidas - 48 cm × 37 cm.

Localização - CO-GO-10.01.3699

Data - 1867

MAPA GERAL DOS LIMITES DA CAPITANIA DE GOIÁS (20)

O “Mapa Geral dos Limites da Capitania de Goiás” foi elaborado em 1751 pelo geógrafo, cartógrafo e engenheiro militar, Francisco Tosi Colombina, por solicitação do Dom Marcos de Noronha, primeiro Governador da Província de Goiás (1749-1754). Com a separação da região de Goiás da Província de São Paulo, era necessário estabelecer as fronteiras da nova Província. Em texto escrito no corpo do próprio mapa, Tosi Colombina ressalta que para elaborá-lo levou em conta sua experiência e informações de terceiros: “examinei pessoalmente e tomei as informações que me parecem mais verossímeis”, “olhando os pontos da Longitude e da Latitude dos roteiros e dos geógrafos mais modernos com a diligência que pode usar um viajante de passagem” e seguindo “a informação dos melhores pilotos que por lá andam”.

O mapa apresenta dois longos textos, não muitos comuns pela extensão, mas compreensível para a finalidade a que se propunha. Certamente, tanto zelo descritivo estava também associado ao interesse de Tosi Colombina de receber os direitos para construir uma estrada carroçável de São Paulo a Cuiabá, passando pela Capital “Goiaz”, tarefa para a qual pediu várias vantagens. Pelos serviços, lhe seria concedido licença para explorar por dez anos este caminho, além de receber de três em três léguas uma sesmaria para a instalação de pontos de apoio aos viajantes. A solicitação foi atendida. Contudo, o privilégio caducou porque, segundo Alencastre, em sua clássica obra, “Anais da Província de Goiás”, Tosi Colombina não conseguiu levantar o capital necessário para a organização da companhia que seria encarregada dos trabalhos.

Ao pé do mapa, o cartógrafo apresenta detalhada instrução de como o mapa deve ser lido: a rota para a Província de Goiás é apresentada como um caminho que vai da Vila de Santos – Província de São Paulo até o Centro-Oeste. No trajeto assinala as rotas terrestres e pelos rios, individuando Vilas, Povoações, Roças, Sítios e Serras. Em alguns momentos, indica o número de dias aproximado de caminhada entre dois pontos da rota.

Durante muito tempo, o mapa de Tosi Colombina foi considerado pela cartografia histórica o primeiro mapa de Goiás. Novas pesquisas empreendidas a partir da descoberta de um Relatório de 1775, do primeiro Secretário da Capitania de Goiás, documento do acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, e publicadas em artigo conjunto pelos pesquisadores Wilson Vieira Júnior, Andrey Rosenthal Schlee e Lenora de Castro Barbo, no XXIV Congresso Brasileiro de Cartografia – Aracaju/SE – Brasil, em 2010,¹ permitem afirmar que o mapa de Tosi Colombina foi elaborado de uma cópia feita a partir do primeiro mapa de Goiás (Cf. neste GUIA p. 42 e 48), cedida pelo Secretário Ângelo dos Santos Cardoso. Em seu Relatório, Ângelo dos Santos Cardoso revela que fez uma cópia de seu mapa e entregou-a ao “Italiano, por nome Francisco Tosi Colombina” a fim de ajudá-lo em uma viagem àqueles Sertões que iria realizar com o Ouvidor de Goiás, Agostinho Luiz Ribeiro Vieira. Um tempo depois dessas viagens, Tosi Colombina, que era segundo Ângelo dos Santos Cardoso, “enfarinhado em Geografia”, ou seja, tinha formação nesse campo do conhecimento, elaborou a partir daquele, o mapa que aqui apresentamos.



Para maiores informações sobre o contexto político, econômico e social da elaboração deste mapa, o segundo de “Goyaz”, consultar o artigo “Primeiros Mapas da Capitania de Goiás”, do historiador Wilson Vieira Júnior. (Cf. neste GUIA p. 32)

Leitura paleográfica:

Ill.mo e Ex.mo Snr. Conde dos Arcos
Dom Marcos de Noronha
Do Conselho do S. Mag. Governador e Capitan General
de Goyaz

Quando de Ytú onde foy Juiz de Fora acompanhei ao D.or Agostinho Luis Ribeiro Vieira q. vinha por Ouvidor a estas Minas, fiz hum Mappa da dicta derota, o qual vendo V. E. ficou do seu agrado, não porq. o conhecesse com aquella perfeição q. requer hua tal obra, mas porq. na incerditão do interior destes sertoes, podesse ao menos ter hua tal qual idea mais aparente com a verdade a qual podia ter sido aproximado mais o P. Diogo Soares da Companhia, matemático expedido expressamente da Corte p.a isso; porém este não tinha passado do districto de Tucantins e o pouco ou muito q. tinha alcançado não o tinha communicado nestas partes de tal sorte, q. outro Governador q. predeceu a V. E. por ocasião do contracto dos diamantes de Pilloens, ao chegar desta Vila, se suppunha estar na parallela da Bahia de todos os Santos, quando há mais de tres graos de differença em Latitud; e assim, V.E. tendo também visto vários meus borroens e apontamentos feitos por informações de varias partes do interior desta America (q. servirão a outrem p.a se adiantar), me ordenou lhe fizesse hum mappa geral por onde se podessem conhecer os limites dessa Capitania; p.a isso pedi tempo p.a melhor servir a V. E. e acompanhando novamente o dicto D.or Ouvidor na coreição da Comarca examinei-a pessoalmente e tomei as informações q. me pareceram o mais verosimeis e assim presentemente sirvo a V. E. com o presente Mappa q. como disse, poderá servir de idea e os curiosos conhecendo os meos erros, apontarão a verdade e eu terei a gloria de ter sido o estímulo p.a q. apareça. Este mappa hé feito deste modo: Da Villa de Santos guardando os pontos de Longitu. e de Latitud dos Roteiros e dos geographos mais modernos com a diligencia q. pode usar hum viandante de passagem; fiz a derota até esta Villa Boa, a qual continuei depois até a Natividade e recolhime outra vez a esta Villa; a derota das canoas de Araraytaguaba até o Cuyabá e depois ao Matto Grosso tanto por Rios como por terra com a ocasião da minha demora de onze meses naquellas partes do embarque, segui a informação dos melhores Pilotos q. por lá andão, por isso não me se deve culpar o erro, como não me gloriaria do acerto se o tivesse alcançado o q. se deve suppor naquela pessoa dotada de tantas virtudes Moraes q. excedem a sua mesma [sabedoria?] e ao illustre da sua prosapia, q. não sabe [obrar?] se não acertos a q. se suppoem ter feito felizmente tal viagem. A derota q. com canoas fez João de Souza do Azevedo do Cuyabá até o Gran Pará, voltando pelo Rio Madeira ao Matto Grosso, foi por informações q. de lá me mandou o D.or José Martins Machado; A derota q. vai de Villa Boa até o Cuyabá foi

feita pelo Capitan Mor Diogo José Pereira, como também a informação da nova derota p.a o Gran Pará com canoas do Cuyabá subindo o mesmo Rio e buscando outra vertentes no Rio Preto até dar na primeira derota de João de Souza de Azevedo; o curso do Rio das Amazonas até o Gran Pará hé copia da navegação de Mon.er de La Condamine ao qual se deve todo o credito; A derota do pontal da Natividade pelo Rio Tucantins e canoes chamados guarupés até o Gran Pará, hé informação do Capitan Francisco de Almeida descubridor das minas das Arayas, q. fez tal viagem; o mais hé por outras informações e o mais interior não se sabe ainda, senão muito confusamente; mas o q. pertence a esta Capitania, brevemente darei a V.E. hua mappa em ponto mayor e com mayor individuação o q. farei também se, como supponho, me vier a ordem p.a a abertura do novo caminho desta Villa Boa a cidade de S. Paulo e Vila de Santos, e nisto e naqueles se me devem perdoar os erros, porq. não são partos da minha presunção, mas sim [abortos?] da minha obediencia sumitiva a V.E q. Deos guarde muytos annos.

Villa Boa de Goyas 6 de Abril de 1751
De V.Ex.a

O mais humilde Venerador e Criado
Francisco Tosi Colombina [assinatura]

EXPLICAÇÃO

[desenho] Cidade – [desenho] Villa – [desenho] Fortaleza – [desenho] Arayal com Freguesia – [desenho] – Arayal sem Freguesia – [desenho] Sitio: os pontinhos vermelhos denotão a derota de Santos, S. Paulo a Ytú até Villa Boa de Goyáz e desta até a Natividade: os pontinhos amarelos demarcão a volta da Natividade até Villa Boa; os pontinhos pretos de Villa Boa até o Cuyabá demarcão a comunicação destas duas Vilas e essa continua a mostrar-se até o Matto Grosso quando se vai por terra porque quando se vai em canoa se desce o Rio Cuyabá, o Rio dos Porrudos e se sobe o Rio Paraguay e Jaurú até onde atravessa o caminho de terra q. se segue deixando as canoas; os pontinhos pretos desde Araraytaguaba até o Cuyabá pelos Rios Tiathê, Rio Grande, Rio Pardo, Camapoão, Cuchim, Taguary, Paraguay, Cheénê, Porrudos e Cuyabá demarcão os caminhos das canoas que servem de comunicação com a costa do mar de Santos e Rio de Janeiro e o Povoado de S. Paulo; os mais pontinhos pretos denotão a comunicação de hum lugar p.a outro; os pontinhos vermelhos da Villa do Cuyabá q. descem pela margem do mesmo Rio e dos Porrudos sobem o Paraguay e Sapituba, denotão o caminho q. fez João de Souza de Azevedo, quando varou por terra até o Rio Sumidoro pelo qual descendo, e pelos Rios Tapajós e Amazonas foy ao Gran Pará donde voltando, subiu o dito Amazonas e Rio Madeira até o Matto Grosso; os pontinhos amarelos da Villa do Cuyabá q. sobem o mesmo rio pela margem e atravessam por terra até dar no Rio Preto, e no dos Arinos, denotão a viagem de canoas q. novamente se descobriu e q. faz communicavel dita Villa com o Gran Pará. Os pontinhos pretos no Rio Tucantins q. principião onde são dois sinaes de sitios q. começam as povoaçoens ou rossas do Gran Pará, denotão a viagem q. a gente de Natividade embarcandose em canoas no



Pontal, chegam em onze dias até as ditas rossas e destas até os canaes ou como chamão guarupés, em dois dias e por eles três dias que tudo fazem dezesseis dias até o Gran Pará; porém a subida se reputa impossível acima do salto da Itaboca e a descida so se faz em tempo das cheas; mais fácil se supõem a comunicação desta Villa Boa com a Cidade do Gran Pará, embarcando-se dous dias de viagem abaixo perto do Arayal da Anta no Rio Vermelho q. entra no Rio Grande do caminho do Cuyabá q. com o nome de Araguaya entra no Rio Tucantins por o q. já o Cor. l Antonio Pires de Campos com os seus índios Borreros indo em busca do Gentio bravo Corumaré, nevegou facilmente até a ponta do norte da dita Ilha [sendose?] embarcado no dito Rio Grande onde está a passagem deste rio no caminho q. vai de Villa Boa p.a o Cuyabá. Alguns dos primeiros descobridores de Goyaz achandose perdidos se embarcarão no Rio Uruú seis léguas a Leste da Villa Boa e descendo por este e pelos Rios das Almas, Maranhão e Tucantins, forão ao Gran Pará. A sombra amarela demarca a Capitania de Goyaz. Nos caminhos q. vem de S. Paulo a esta Villa e desta vão a Natividade e voltão, não se encontrão mattos de consideração mais q. o do Mogy na Comarca de S. Paulo e o matto grosso de Meya Ponte nesta Capitania, q. vão demarcados com arvoredos; os mais a q. chamão capoens por serem pequenos não se apontão: As serras q. se encontrão estão demarcadas; os sítios do caminho de S. Paulo a esta Villa não estão demarcados; só se apontão os q. se achão em grande distancia do abitado; mas o mappa particular desta Capitania em ponto mayor se fará também com mayor individuação.

1. Sanctos
2. S. Vicente
3. Fortaleza da Barra de Santos
4. Forte da Bertioga
5. Conceição
6. Yguapy
7. Cananea
8. S. Paulo
9. Parnahyba
10. Ytú
11. Araraytaguaba
12. Sorocaba
13. Jundiahy
14. Mogy pequeno
15. Mogy grande
16. Missão dos S.P. da Companhia
17. Arayal do Borrerós
18. S. Cruz
19. S. Luzia
20. Meya Ponte
21. Jaraguá
22. Ouro Fino
23. Ferreiro
24. Cambayuba
25. Villa Boa
26. Barra
27. Anta
28. Pilloens
29. Crixá
30. Guarinos

31. Pillar ou Papoam
32. Morrinhos ou Amaro Leite
33. Coriola
34. Agoa Quente
35. Trayras
36. S. José
37. Chapada de S. Gonçalo
38. S. Rita
39. Moquem
40. S. Feliz ou Carlos Marinho
41. Chapada de S. Feliz ou de Car.[los] Mar.[inho]
42. Cavalgante
43. Parannã ou Itiquira
44. Arayas
45. Barra da Palma
46. Duro
47. Natividade
48. Pontal
49. Descuberto do Carmo

Referências:

- 1 - VIEIRA JÚNIOR, Wilson; SCHLEE; Andrey Rosenthal; BARBO, Lenora de Castro. Tosi Colombina, autor do primeiro mapa da Capitania de Goiás? XXIV Congresso Brasileiro de Cartografia - Aracaju/SE - Brasil, 16 a 20 de maio de 2010.
- 2 - FONTANA, Riccardo. Francesco Tosi Colombina: o cartógrafo do Brasil Central. Brasília: Ed. do Autor, 2009.
- 3 - Tosi Colombina, autor do primeiro mapa da Capitania de Goiás? Disponível em: <<http://www.altiplano.com.br/1010tosi.html>>. Acesso em: 14 fev. 2011.
- 4 - BARBO, Lenora de Castro; SCHLEE; Andrey Rosenthal; A cartografia histórica e os caminhos de ocupação do atual Distrito Federal. In: Anais do III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Ouro Preto/MG, 2009.
- 5 - ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Anais da Província de Goiás. Brasília: Ed. Gráfica Ipiranga Ltda., 1979.

Fonte - Arquivo Histórico do Exército

Medidas - 53,5 cm × 77 cm

Data - 1751

Localização - CO-GO-13.01.2676

MAPA GERAL DOS LIMITES DA CAPITANIA DE GOIÁS (21)

Introdução e contexto: consulte o mapa n. 20 do Arquivo Histórico do Exército. (Cf. neste GUIA p. 148)

Este mapa, segundo nota de rodapé do mesmo, é "REPRODUÇÃO PHOTOGRAPHICA DE CARTA EXISTENTE NA 3ª SECÇÃO DO ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO". Foi colocado com os mapas do acervo do AHEx - Arquivo Histórico do Exército por opção dos organizadores deste GUIA. Motivou-nos o fato de que esta reprodução, uma das mais divulgadas do mapa de "Francisco Tosi Colombina", foi feita pelo "GABINETE PHOTOGRAPHICO DO ESTADO MAIOR", como se pode inferir pelo rodapé deste mapa e,



portanto, reproduzida a partir do “Mapa Geral dos Limites da Capitania de Goiás” indicado no n. 20 do acervo do Arquivo Histórico do Exército neste GUIA. Contudo, esta “reprodução” não consta no acervo cartográfico da AHEx referente à Goiás.

Apesar de nossas pesquisas, desconhecemos onde se encontra essa “REPRODUÇÃO PHOTOGRAPHICA DE CARTA EXISTENTE NA 3ª SECÇÃO DO ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO”.

A reprodução para este GUIA foi feita a partir da publicação: FONTANA, Riccardo. Francesco Tosi Colombina – Explorador, geógrafo, cartógrafo e engenheiro militar italiano no Brasil do sec. XVIII. Brasília: Charbel, 2004.

Céavante



Rodrigo
Martins dos
Santos

OS ÍNDIOS NA CARTOGRAFIA HISTÓRICA DE GOYAZ



O presente artigo procura analisar a etnonímia presente na cartografia histórica de Goiás elaborada nos séculos XVIII, XIX e princípio do XX.

Início apresentando, de forma resumida, o papel da cartografia histórica para os estudos da etnonímia. Em seguida, sigo para a análise de cartas catalogadas no presente GUIA e que apresentam alguma informação que concluí como relevante para o entendimento da localização dos povos ameríndios no momento da invasão, colonização e exploração do território pelos Luso-Brasileiros. As últimas das cartas que analiso não são históricas, mas elaboradas por mim, com base em documentos cartográficos e etnográficos.

Por fim, nas conclusões, teço uma comparação entre as informações contidas em cartas históricas e nos mapas etnográficos e o que considero de relevante na cartografia histórica para o entendimento da localização de povos indígenas em Goiás, deixando sugestões para novas pesquisas.

Aproveito para agradecer a equipe do Arquivo Público do Distrito Federal, em especial a Elias Manoel da Silva, pelo convite para me integrar neste GUIA; à Cristiane de Assis Portela, por ter apresentado minha pesquisa indigenista ao Arquivo e a todos os outros servidores que contribuem para a guarda da memória territorial da capital federal.

O papel da cartografia histórica para estudos de etnonímia

A aplicação da cartografia à história é chamada de cartografia histórica. Fundada pelo geógrafo flamengo Abraham Ortelius (1527–1598) vai florescer, principalmente, na segunda metade do século XIX, devido ao seu emprego à etnografia (RATZEL, 1990, p. 48).

É dessa época o primeiro mapa etnográfico dos povos indígenas no Brasil, de Carl von Martius (1867a), que apresentou, inclusive, uma hipótese de rota de migração dos povos Tupi, além de ter especializado uma hipótese de distribuição das famílias linguísticas por ele agrupadas, diga-se de passagem, também pela primeira vez na história científica.

Vale destacar que, antes desse mapa, outros produtos cartográficos localizaram etnias indígenas no território brasileiro, porém não como objetivo principal. Após ele, os mapas etnográficos que merecem destaque são: o de Curt Nimuendaju (2002 [1944]) e

o do tcheco Čestmír Loukotka (1967), obras-primas da cartografia etnográfica.

O memorável *Handbook of South American Indians* também apresentou alguns mapas etnográficos como o de Nimuendaju (1946) e o de Steward e Mason (1950), mas com nenhuma informação além das constantes nos outros mapas já citados. Vale destacar, ainda, o *Mapa das Áreas Culturais Indígenas do Brasil* de Eduardo Galvão, elaborado no final da década de 1950.

Mais recentemente, algumas instituições indigenistas como o Instituto Socioambiental (ISA) e a Fundação Nacional do Índio (Funai) elaboram e disponibilizam gratuitamente mapas com temática etnográfica. Entrementes, restringem-se a elaborar mapas com as terras indígenas, ausentando-se dados que demonstrem os territórios étnicos no tempo.

Em minha defesa de mestrado (Cf. SANTOS, 2013), procurei compilar todas as informações que apresentassem a localização de povos ou aldeias na região do Brasil Central, o que inclui o antigo território da Capitania de Goiás e do atual Distrito Federal. Nele, além dos mapas históricos e etnográficos já citados aqui, utilizei relatos de viajantes, etnografias e as descrições da historiografia local de cada um dos municípios existentes na região. Os resultados desta pesquisa foram publicados pelo Institute Of Cartography and Geoinformation of Switzerland (Cf. SANTOS, 2017).

Os mapas são “representações e interpretações gráficas do mundo real, que se firmam como ferramentas eficazes de leitura do território” (ANJOS, 2009, p. 8). É uma ponte entre o nível de observação da realidade e a síntese. Mas é justamente por ser sintético que não pode ser visto como a representação fiel da realidade, mas uma faceta destacando as marcas no espaço. Aliás, por ser uma criação humana, está arraigada de ideologia e, como tal, pode exprimir uma realidade distorcida (*ibid*, p. 183).

Aqui, no presente artigo, faço um destaque para as informações encontradas em cartografia histórica elaborada nos séculos XVIII, XIX e início do XX a respeito da localização de tribos indígenas no território abrangido pela antiga Capitania de Goiás. Esse material cartográfico está arquivado em museus, bibliotecas e arquivos públicos do Brasil e de Portugal, dos quais destaco as seguintes instituições:

- Biblioteca Pública de Évora, Évora, Portugal;

Rodrigo Martins dos Santos – Bacharel em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP), em 2003. Especialista em Geotecnologias pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC-SP) em 2007. Mestre em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB), em 2013, com ênfase em Sustentabilidade junto a povos e terras indígenas, com a dissertação: “O Gê dos Gerais – elementos de cartografia para a etno-história e etnolinguística do Planalto Central: contribuição à antropogeografia do Cerrado” que teve como objetivo mapear os territórios indígenas do Brasil Central nos séculos XVII, XVIII e XIX. Foi consultor da GIZ (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit) sobre “Diversidade Humana no Cerrado” no projeto da exposição “Cerrado: uma janela para o futuro” no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) de Brasília (2014), em parceria com a UnB. Também foi consultor dos povos indígenas Guarani-Mbyá e Kariri em projetos de valorização cultural, organização política, desenvolvimento socioeconômico, direitos fundiários e legislação ambiental, bem como do Instituto das Tradições Indígenas (IDETI). Site: <http://popygua.blogspot.com>.



- Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal;
- Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro, Brasil;
- Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil;
- Arquivo Histórico do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, Brasil;
- Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, Portugal; e
- Mapoteca da Diretoria de Infraestrutura e Engenharia do Exército Português, Lisboa, Portugal.

Vale ressaltar, como já foi dito, que, por se tratar de documentos elaborados pelos invasores Luso-Brasileiros, deve ser observado com as devidas precauções, com “olhar técnico, mas crítico e político do pesquisador” (ANJOS, 2013).

Os primeiros mapas que avalio neste artigo foram manuscritos no século XVIII. Nesse momento, a metrópole portuguesa detinha grande interesse em mapear as ocupações dos sertões e litoral da Colônia na América. Este projeto tomou corpo após a chegada, em 1729, de:

[...] dois padres matemáticos [e astrônomos], os jesuítas Diogo Soares [1684-1748] e Domingos Capacci [1694-1736] [...]. Queriam-se mapas graduados pela latitude e longitude, assinalando as cidades, vilas, lugares e povoações dos Portugueses e dos Índios, e as catas de ouro. Os cartógrafos deviam apresentar os limites que tem cada um dos governos entre si, com Bispados ou comarcas dos Ouvidores Gerais, tomando para isso notícia da gente prática da terra [...]. [Apontando] os caminhos e estradas que há pelos sertões. (DAVEAU, 1997, p. 32)

Esses padres matemáticos levaram à Colônia o que havia de maior avanço na arte e ciência cartográfica. Elaboraram diversos mapas do Brasil, em especial da região minerária, levantando coordenadas das lavras e mapeando os caminhos que levavam aos portos.

Diogo Soares veio a falecer em 1748 quando estava a mapear a Capitania de Goiás. Nessa capitania, os primeiros mapas oficiais serão elaborados no governo de Marcos José de Noronha e Brito (1712–1768), seu primeiro governador (1749–1755), e são chamados, aqui, de padrão Ângelo dos Santos Cardoso, devido ao papel central que esse servidor da Coroa, nomeado Secretário de Governo da capitania,

deteve na elaboração desses primeiros mapas, como veremos a seguir.

A importância desses mapas históricos para a etnonímia será, portanto, a de indicar o que pensavam os governos em relação aos indígenas e quais eram os povos que os servidores da Coroa pretendiam localizar ou omitir em sua cartografia oficial.

Mapas do padrão Ângelo dos Santos Cardoso (ca. 1749–1755)

O padrão Ângelo dos Santos Cardoso refere-se aos primeiros mapas oficiais da Capitania de Goiás, elaborados, pelo menos, entre 1749 e 1755. Inclui-se neste padrão o suposto primeiro mapa de Goiás (Cf. neste GUIA p. 42) e os mapas da Capitania de Goiás elaborados pelo geógrafo Francisco Tosi Colombina, como o “Mapa Geral dos Limites da Capitania de Goiás” (Cf. neste GUIA p. 135-136), dentre outros.

O mapa desse padrão considerado o primeiro por Vieira Jr., Schlee e Barbo (2010) está arquivado na Mapoteca do Itamaraty (Cf. artigo de Wilson Carlos Jardim Vieira Jr. neste GUIA p. 32-41; e o mapa da p. 42). Segundo os referidos autores, esse mapa foi concluído entre o segundo trimestre de 1749 (chegada de Ângelo dos Santos Cardoso a Goiás juntamente com uma comitiva do então governador Antônio Gomes Freire de Andrade) e 12 de maio de 1750 (data em que, supostamente, o mapa tenha sido enviado ao diplomata Alexandre de Gusmão). Esses autores identificam esse mapa como:

[...] o prim.ro mais ajustado, que lá apareceu até aquele tempo, e o menos distante da verdade da destrebução desta Comarca, e seos Arrayaes, mostrando o caminho, que vem da Vila de Santos, a esta Capital, e daqui ao Cuyabá, Mato Grosso, Rio da madeira, té o das Amazonas que à força de deligência alcancey de hum sugeito capacisimo, na materia de fazer Mapas, que pesoalmente viajou quazi toda a imensa extensaõ dos referidos caminhos, e de propozito lavrou a meos rogos o que remetí (relatório de Ângelo dos Santos Cardoso em 1755, Arquivo Histórico Ultramarino, D. 740, fl. 2, apud VIEIRA JÚNIOR.; SCHLEE e BARBO, 2010, grifo meu).¹

Todos os mapas do padrão Ângelo dos Santos Cardoso apresentam diversas características simi-

1. Conforme se observa nesse trecho do relatório de Ângelo dos Santos Cardoso de 1755, o próprio secretário afirma que não é o autor do mapa e, sim, “de hum sugeito capacisimo, na matéria de fazer Mapas, que [...] lavrou a meos rogos o que remetí” (VIEIRA JÚNIOR., SCHLEE e BARBO, *op. cit.*). Fica evidente que algum cartógrafo ainda não conhecido elaborou a carta que serviu de pano de fundo para grande parte das cartas sobre a Capitania de Goiás elaboradas no governo de Marcos José de Noronha Brito (6.º Conde dos Arcos), entre 1749 e 1755. Sendo algumas delas organizadas por Ângelo dos Santos Cardoso e outras por Francisco Tosi Colombina. Vale anotar que o artigo de Wilson Carlos Jardim Vieira Jr. (Cf. neste GUIA p. 32) faz esta discussão sobre a antiguidade dos primeiros mapas de Goiás. Incluindo-me nessa discussão, aponto que há indícios de que o “Mapa do Interior do Brasil entre a foz do Amazonas e São Paulo” (Cf. neste GUIA p. 227) arquivado na Biblioteca Pública de Évora possa ser tão antigo (ou mais) quanto o primeiro mapa citado acima. Daveau (1997) informa que esse Mapa do Interior do Brasil... está originalmente “desprovido de título, é um simples esboço de trabalho, que foi dobrado para se poder levar para o campo. Conserva nitidamente a marca de, pelo menos, duas fases de trabalho. O fundo do mapa foi cuidadosamente preparado antes da expedição e, mais tarde, corrigido e completado, talvez à medida que prosseguia a viagem, e com certeza depois, quando se fez o balanço dos novos conhecimentos adquiridos e das dúvidas que ficavam pendentes.” (p. 34). Sabendo que Colombina recebeu uma cópia do mapa enviado a Gusmão (VIEIRA JÚNIOR.; SCHLEE e BARBO, *op. cit.*) e provavelmente o utilizou em campo, eu suspeito de que esse mapa arquivado em Évora seja ou a cópia ou o original elaborado pelo desconhecido cartógrafo, cujo original foi enviado a Alexandre de Gusmão, e a cópia entregue por Ângelo dos Santos Cardoso à Tosi Colombina, conforme afirmam Vieira Jr., Schlee e Barbo (*op. cit.*). Caso ele seja o original (hipótese mais provável devido à continuidade do estilo da escrita), as alterações foram cometidas pelo próprio cartógrafo ou pelo suposto organizador Ângelo dos Santos Cardoso antes de enviá-lo a Gusmão. Caso seja a cópia, deve ter sido utilizada por Colombina como “rascunho” para a elaboração de mapas melhores trabalhados. Fica a questão para pesquisas futuras: será esse mapa arquivado na Biblioteca Pública de Évora mais antigo que o “primeiro” mapa arquivado na Mapoteca do Itamaraty? Seria ele o mapa elaborado pelo desconhecido cartógrafo que apresentou as bases para os mapas do padrão Ângelo dos Santos Cardoso? Teria sido esse o mapa entregue a Tosi Colombina ou o enviado a Alexandre de Gusmão? Mais à frente, apresento outras avaliações que indicam que esse “Mapa do Interior do Brasil entre a foz do Amazonas e S. Paulo” possa ser o mais antigo desse padrão, com base na análise de sua legenda.



Figura 1 - Detalhe do “primeiro” mapa da Capitania de Goiás (Cf. neste GUIA p. 42). O número 15 (ao norte) corresponde ao “Arrayal dos Bororos governados p.lo Cor. el An.to Pires de Campos”, e o número 47 (ao sul), refere-se a “missão dos P.P. da Comp.^a”.

apresentam o entorno da capitania esse aldeamento é indicado apenas como um “Cítio”.

Também há referência nas cartas mais abrangentes à “missão dos P.P. da Comp.^a”, entre o rio das Velhas e o rio Furnas, na mesma região do recorte da figura 1, o que sem dúvida é a missão de Sant’Anna dos padres

lares,² como na localização de territórios indígenas, grafados como “certão” ou “sertão” do “gentio”. Os povos indígenas presentes em todos os mapas desse padrão são os Cayapó, no sul da capitania; os Akroá, no nordeste; os Xavante, no noroeste; e os Curumaré, na atual Ilha do Bananal.

Os mapas, desse padrão, que abrangem o entorno de Goiás (Cf. neste GUIA p. 75-78,135-136) indicam o território ou “certão” de povos indígenas localizados além dos limites da capitania. No lado sudoeste, já em terras do Mato Grosso, são assinalados os Aicurú, Payaguá e Aricá. O “Mapa da Derrota das Canoas” (Cf. neste GUIA p. 43) localiza ainda territórios, aldeamentos e missões indígenas (Cf. *box* em destaque) da região do Rio da Prata (bacias dos rios Paraguay, Paraná e Uruguay). Por outro lado, o “Mapa do Interior do Brasil...” (Cf. neste GUIA p. 227) apresenta, com exclusividade, o “certão do gentio bárbaro o qual vive de lavoura e hé mui valente nem... umqua houve, quem o conquistaçe...” na região entre os rios Tocantins e Xingu, já no Grão-Pará.

O aldeamento goiano presente em todos os mapas desse padrão é o “Arrayal dos Bororos governados p.lo Cor.^{el} An.^{to} Pires de Campos”, localizado em um afluente do rio Paranaíba, ao norte do Pissarrão, no atual Triângulo Mineiro, conforme recorte na figura 1. Apesar de não estar identificado o nome do rio onde se situava esse arraial, é bem provável que seja o Rio das Pedras. Nos mapas desse padrão que não

Os **aldeamentos e missões** foram “escolas” que funcionavam como presídios construídos para reduzir e converter os indígenas à cultura luso-cristã. Os mais antigos foram erigidos pela Igreja Católica (em especial pela Cia. de Jesus) a partir de 1549, quando atracaram em Salvador os padres Manuel da Nóbrega (1517-1570) e José de Anchieta (1534-1597). Diversas cidades brasileiras se formaram a partir dessas “escolas”, como São Paulo, capital do estado homônimo. Com o Diretório dos Índios, legislação implantada em 1755 no governo de Sebastião José de Carvalho e Melo (o Marquês de Pombal), a Coroa toma a frente dos aldeamentos e missões. Em alguns mapas, eles vêm grafados apenas como “aldeia”, termo também utilizado para denominar as alocações originais dos nativos. Vale dizer que, nestes casos, é importante saber distinguir o sentido. Para maiores informações, indico a leitura do artigo de Oswaldo Ravagnani (1987), do livro *Aldeamentos Indígenas* da historiadora goiana Marivone Chaim (1983 [1974]) e da tese de doutorado de Juciene Apolinário (2005). De uma forma mais resumida, escrevi um artigo com a advogada Melissa Curi sobre a evolução da política indigenista brasileira, publicado pela Stanford University (SANTOS e CURI, 2012), em que também abordamos a figura jurídica dos aldeamentos e missões.

2. A principal similaridade está no deslocamento do rio Tocantins e de toda a Capitania para o leste: uma forma de incluir as ricas minas para dentro das possessões lusitanas definidas pelo antigo Tratado de Tordesilhas. Esse “erro” proposital foi orquestrado pela coroa portuguesa, devido às discussões que culminaram na assinatura do Tratado de Madrid em 13 de janeiro de 1750, a cargo do diplomata brasileiro Alexandre de Gusmão, que utilizou diversos documentos cartográficos – como o Mapa das Cortes, de 1749 – que procuravam, de forma induzida, incluir minas e outras riquezas naturais sul-americanas às possessões da coroa portuguesa definidas em Tordesilhas (CORTESÃO, 1965, p. 267-268; CINTRA, 2009; 2010). Assim, evitava-se o surgimento de uma possível reivindicação espanhola dessas riquezas. A respeito disso, José Pimentel Cintra (2009; 2010) analisou as distorções induzidas no Mapa das Cortes (1749) – Cf. neste GUIA, p. 46-47 – comparando-as com outros mapas da época, porém elaborados em datas anteriores ao Tratado de Madrid, e com mapas recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A conclusão foi de que as minas de Goiás e Mato Grosso, dentre outros pontos geográficos do país, foram indiscutivelmente incluídas para além dos limites de Tordesilhas, tendo em vista que mapas anteriores ao Tratado de Madrid (1750), encomendados por Portugal, não apresentavam as mesmas distorções. Pelo contrário, eram mais próximos dos mapas atuais elaborados pelo IBGE. O erro foi incluído justamente no Mapa das Cortes, cujas coroas de Portugal e Espanha ficaram, cada uma, com uma cópia idêntica. Entretanto, “de fato, a mentira ou a conveniência não poderia durar muito: as expedições demarcatórias iriam apontar as diferenças, o que levou, junto com outros fatores, à anulação do Tratado [de Madrid em 1761]” (CINTRA, 2009, p. 76). Somente em 1777, com o Tratado de Santo Ildefonso, voltaria a valer as bases geográficas defendidas por Alexandre de Gusmão em 1750.

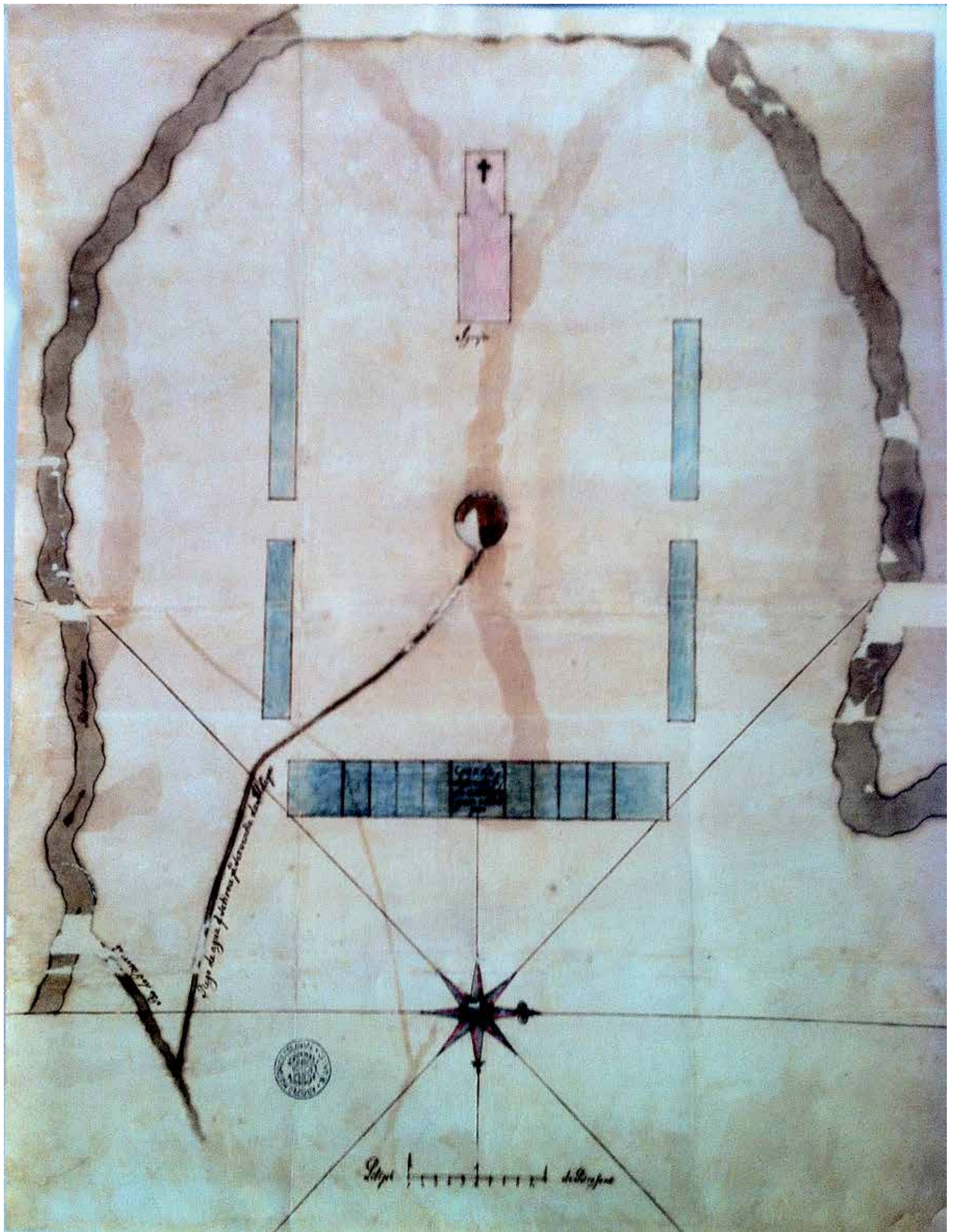


Figura 2 - Planta do aldeamento de Pissarrão, guardada no Arquivo Histórico Ultramarino.



da Companhia de Jesus. O mapa até então considerado o mais antigo desse padrão enumera-o como 47.

No “Mapa do Interior do Brasil...” (Cf. neste GUIA p. 227), há referência a três missões nessa localidade que foram enumeradas na legenda como 46, 47 e 48, porém não desenhadas no mapa. O “Mapa da Derrota das Canoas” (Cf. neste GUIA p. 43), por sua vez, legenda essa missão com o número 45, enquanto que o “Mapa Geral dos Limites da Capitania de Goiás” de Tosi Colombina (Cf. neste GUIA p. 136) apresenta-a com o número 16 em sua legenda.

Apenas este mapa de Tosi Colombina colocou essa missão em sua legenda juntamente com o arraial dos Boróros, que aparece em seguida com o número 17, ordenando-a de acordo com a proximidade geográfica das localidades. Nos outros três mapas analisados, a missão vai aparecer no fim da legenda, como se sua inclusão tivesse ocorrido na conclusão da elaboração do mapa, tendo em vista que deve ter sido uma informação inicialmente ausente, mas que fora reconhecida pelo cartógrafo já no final da elaboração da legenda.³

Em relação ao arraial dos Boróros e à missão jesuíta da figura 2, destaco o que Auguste de Saint-Hilaire (1937 [1847]) relatou sobre essa porção do território brasileiro – visitado por ele em 1819. Esse naturalista coloca que há “quatro aldeias d’As Pedras, Estiva, Boa Vista e Santa Ana [em funcionamento]” (p. 172); e outras duas, Pissarrão (p. 259) e Lanhoso (p. 289), em estado de abandono.

Saint-Hilaire, por diversas vezes em seus relatos, identifica a região, conhecida à época de “Sertão da Farinha Podre”, como “território dos índios” (p. 291) ou “território privilegiado dos índios” (p. 299), pois abrigou diversos aldeamentos:

A zona que ia atravessar antes de entrar na província de S. Paulo, e que se acha compreendida entre o Rio Paranaíba e o Rio Grande, [...] constitui um distrito privilegiado [... concedido...] aos descendentes de várias tribos indígenas e compreende terras muito férteis (p. 245, grifo meu).

Os aldeamentos de Rio das Pedras, Pissarrão, Lanhoso, Estiva e Boa Vista, foram criados a partir de 1738 (NIMUENDAJU, 2002 [1944]) ou 1741 (SAINT-HILLAIRE, 1937 [1847], p. 248), porém não simultaneamente. O primeiro é o mais antigo e foi implantado junto ao rio homônimo pelo bandeirante Antônio Pires de Campos (LEME, 1904, p. 171), que



Figura 3 - Igreja do povoado de Missão, no município Dianópolis/TO, construída após desmoronar a antiga igreja que ruiu para o ribeirão da Formiga. Coordenadas geográficas: 7°11'46" S e 48°12'51" O. Foto: Rodrigo Santos, 2012.

trouxe índios Boróros e Parecis do Mato Grosso para repelir os Cayapós que impediam o trânsito entre São Paulo e Vila Boa. Pissarrão e Lanhoso vieram logo em seguida (RAVAGNANI, 1987, p. 119), criados a partir de descendentes dos índios já reduzidos ou com a chegada de novos, inclusive de negros. Esses presídios, que no entendimento de Ravagnani (*op. cit.*, p. 120) foram quartéis-aldeamentos, serviram, também, para o abastecimento e pouso das caravanas. Estiva e Boa Vista, por sua vez, são os mais recentes. Foram erigidos por volta de 1788 (*ibid.*, p. 136-138). A figura 2 apresenta a planta do aldeamento do Pissarrão e está arquivada no Arquivo Histórico Ultramarino.

Em relação ao aldeamento de Sant’Ana, Casal (1817, p. 161) informa que foi implantado em 1741 pelos padres jesuítas para catequizar índios Boróros. Saint-Hilaire (1937 [1847], p. 274), entretanto, indica que foi inicialmente formado com índios advindos do litoral e, poucos anos depois, esse presídio recebeu Karajás e Tapirapés do Araguaia. O aldeamento de Lanhoso, por sua vez, é apontado por Casal (1817) como sendo fundado por índios removidos de Sant’Ana em 1775 quando este recebeu os Xakriabás aprisionados “nas margens do Rio Preto, onde habitavam (em terras [à época] de Pernambuco)” (p. 161), que será melhor abordado no item que trato dos mapas do padrão Tomás de Souza.

Os mapas mais abrangentes do padrão Ângelo dos Santos Cardoso não fazem referência à missão de São Francisco Xavier na região do Douro, às margens do ribeirão Formiga, no nordeste da capitania. Essa missão era formada por dois aldeamentos: o primei-

3. O “Mapa da Derrota das Canoas...” (Cf. neste GUIA p. 43) com certeza utilizou de outro para sua elaboração, provavelmente o “primeiro” (Cf. neste GUIA p. 42), já que consta no número 23 de ambas as legendas a localidade de “Barra”, única toponímia que não foi incluída na legenda do “Mapa do Interior do Brasil...” (Cf. neste GUIA p. 227). Justamente por essa ausência neste último levantamento a suspeita de que este seja o mais antigo dos mapas desse padrão, pois, se não fosse, porque deixaria ausente a Barra já que consta em outros produtos enumerados da mesma forma? Será necessário um estudo específico sobre esse mapa para se atestar outras evidências e verificar qual seria o mais antigo mapa de Goiás, o que não pretendo no presente artigo.



Figura 4 - Antigos túmulos abandonados a 10 km do povoado de Missão, possível local onde abrigou outro aldeamento da missão de São Francisco Xavier na região do Douro. Coordenadas geográficas: 7°13'3" S e 48°12'26" O.

Foto: Rodrigo Santos, 2012.

ro, erigido em 1750, com o nome de São Francisco Xavier do Duro e o outro, em 1751, chamado de São José do Duro, para abrigar índios Xakriabá e Akroá respectivamente (RAVAGNANI, 1987, p. 120).

Por terem sido erigidos entre 1750 e 1751, esses aldeamentos apenas irão constar nos mapas desse padrão posteriores a esta data,⁴ como os que abrangem exclusivamente a Capitania de Goiás e não o seu entorno (Cf. neste GUIA p. 57 e 58), provavelmente elaborados em 1753 pelo próprio Ângelo Cardoso (VIEIRA JÚNIOR; SCHLEE e BARBO, 2010), atualmente guardados no Arquivo Histórico Ultramarino. Estes dois mapas sinalizam que o arrayal do Duro é “onde está cituada a Aldeya do gentio”.

Tive a oportunidade de visitar a região destes aldeamentos em 14 de outubro de 2012. Um deles, às margens do ribeirão Formiga, atualmente é um povoado denominado *Missão*. Situa-se nas coordenadas 7°11'46" S e 48°12'51" O. Presentemente possui poucos moradores, mas é visitado anualmente pelos antigos no festejo do “roubo” da imagem de São José, que será apresentado mais à frente. A antiga igreja desmoronou e foi erigida outra, a alguns metros da primeira. (Figura 3)

Na visita, encontrei ainda algumas ruínas (Figura 4) a cerca de dez quilômetros do povoado de *Missão*, o equivalente a duas léguas, distância entre os dois antigos aldeamentos conforme Chaim (1983 [1974], p. 115). Estas ruínas podem ser de um dos antigos aldeamentos e estão nas coordenadas 7°13'3" S e 48°12'26" O.

É possível que outros povos indígenas tenham sido aprisionados nesses aldeamentos do Duro e Formiga, como os Assú, Naudez e Guegué (IBGE, 2012; 2013b; R. SANTOS, 2013, p. 305).

Vale informar que os aldeamentos representados nas cartas do padrão Ângelo dos Santos Cardoso são

considerados por Ravagnani (1987) como pertencentes à “primeira fase da história dos aldeamentos em Goiás [1741-1751]” (p. 120). Três desses aldeamentos foi considerado pelo autor como quartéis-aldeamentos, tendo em vista o caráter militar de sua implantação, são eles Das Pedras, Pisarrão e Lanhoso. Outros três como aldeamentos missionários: Sant’Ana, Formiga e Duro; erigidos no tempo em que os jesuítas ainda tinham permissão de estabelecer missões. Coincidentemente também será o “período de apogeu do ciclo do ouro [em Goiás]” (p. 121).

A partir de 1755, quando o Diretório dos Índios passa a vigorar, os aldeamentos de Goiás entram em colapso, mas também inicia-se a decadência da economia aurífera. Apenas em 1774 o projeto de aldeamentos será retomado, será a segunda fase (*ibid.*). O mapa a seguir foi elaborado nesse interstício.

Mapa dos Bispados (ca. 1750-1775)

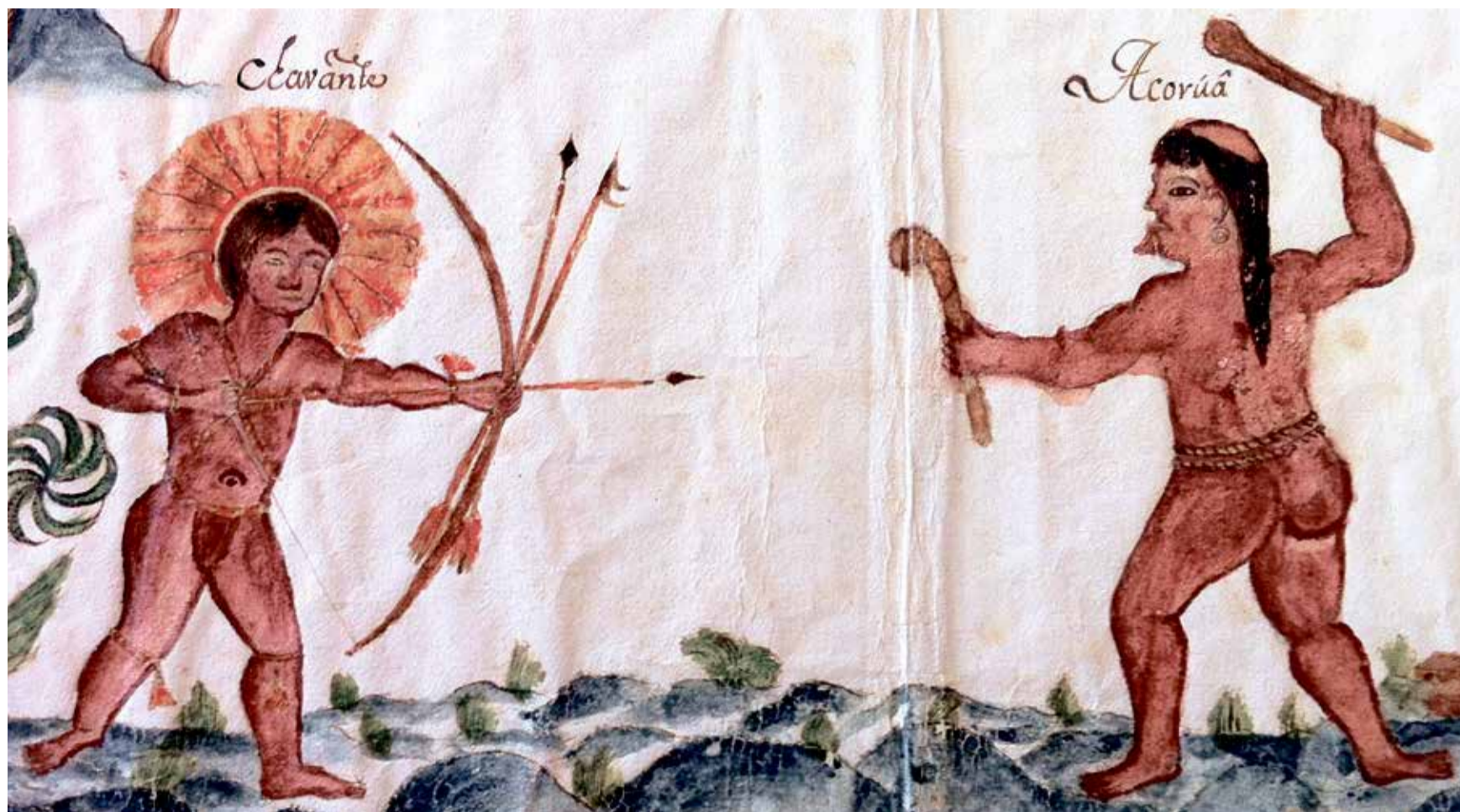
O mapa da página 226 deste GUIA foi elaborado, provavelmente, entre 1750 e 1775 (MAGALHÃES; GARCIA e FLORES, 1997, p. 55). Está intitulado apenas como *Capitaniá de Goiás*, de autor desconhecido, e traz como motivo principal a extensão domínial dos bispados da Igreja Católica sobre o território daquela capitania e regiões adjacentes. Por isso, é alcunhado de “Mapa dos Bispados”.

Essa carta é um dos mais bonitos mapas coloniais manuscritos que pude presenciar até hoje. Ela apresenta detalhes da paisagem como as formações fitogeográficas, alguns acidentes geográficos, vilas, com um imenso senso de detalhe. É um mapa-pintura, uma obra de arte, como podemos perceber das constatações de Daveau (1997):

Trata-se de um mapa de parede, a cores, cuidadosamente feito por desenhos de flores e árvores e, até, por uma cena de luta, de sabor folclórico. Dirige-se visivelmente a um leitor urbano, ignorante das duras realidades da vida sertaneja. Parece que o autor do mapa quis transmitir uma visão idílica da Capitania de Goiás. (p. 34).

Veja que no extremo norte (no canto inferior esquerdo do mapa) está representada a Floresta Amazônica, que termina pouco antes de encontrar o rio

4. É possível usar essa informação como forma de datar mapas como o “Mappa dos Sertões, que se compreendem de Mar a Mar entre as Capitanias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-grosso, e Pará” (Cf. neste GUIA p. 200), provavelmente elaborado por Tosi Colombina como apontam Vieira Júnior, Schlee e Barbo (2010). Este mapa deve ter sido elaborado até o ano de 1751, pois não constam os aldeamentos da região do Douro. Caso contrário, teve como base outro anterior a 1751 e não acrescentou nenhuma informação nova, assim como no “Mapa da Derrota das Canoas...” (Cf. neste GUIA p. 43). Ele também apresenta uma distinção sobre os outros do mesmo padrão: a ausência de legenda, pois todas as localidades estão rotuladas diretamente na carta.



Araguaia. Também, há uma cadeia de montanhas representando a “Serra dos Geraes” (atual Serra Geral), dentre outros detalhes da paisagem.

Qualquer avaliação sobre esse mapa deve se iniciar pela sua orientação. O norte se encontra à esquerda do mapa e não no topo como usualmente se consolidou desenhá-los em nossos tempos. Este fato corrobora com a tese de que não se trata de um mapa de uso sobre mesas ou em campo, mas de um mapa mural, confeccionado para decorar alguma sala de reuniões ou gabinete de autoridade da Coroa. Uma forma de se investigar sua finalidade é se pesquisando como ele foi parar nos arquivos da Biblioteca Pública de Évora, e não em Lisboa, Coimbra ou Porto, cidades mais ligadas à política colonial lusitana.

Apesar de estar declarado em sua legenda que foi regulado “debaixo das leis do petipé [escala]”, ele não apresenta coordenadas latitudinais ou longitudinais, uma das principais preocupações dos padres jesuítas Diogo Soares e Domingos Capacci, conforme abordei no início deste artigo. Essa suposta “ausência” pode indicar que o mapa não foi elaborado por um cartógrafo ou geógrafo, mas por um desenhista, com base em outros produtos cartográficos à sua disposição, como os mapas de Tosi Colombina e outros do padrão Ângelo dos Santos Cardoso.

Nesse mapa, observa-se que, sobre o território da Capitania de Goiás, a porção norte – correspondendo aproximadamente aos atuais limites do estado de Tocantins – estava sob a responsabilidade religiosa do Bispado do Pará, enquanto o Bispado do Rio de Janeiro era responsável pelo sul da Capitania, área que hoje pertence ao atual estado de Goiás.

As áreas adjacentes estavam divididas entre os bispados do Maranhão (norte e nordeste), Pernambuco (leste) e Mariana (sudeste). O mapa, ainda, apre-

Figura 5 - Iconografia de um índio Xavante e outro Acoruá simbolizando um confronto, detalhe do mapa Capitaniá de Goiás.

senta o Arcebispado da Bahia como responsável pela área à leste do rio São Francisco.

Antes de entrar nos detalhes de localização étnica, é de se notar a densidade de informações sobre vilas, arraiais e registros. As ilustrações de cada concentração urbana apresentam uma simbologia que representa a condição de cada lugar. Algumas apresentam igrejas mais frondosas e outras apenas uma singela capela. Há desenhos de círculos dourados, que provavelmente devem ser referentes à presença de garimpo de ouro ou registro.

O mapa também evidencia o traçado de diversos caminhos que ligam a capitania a outras partes da colônia. Entre eles destaco os caminhos que ligam a:

- **Cuiabá**, ao sudoeste, via Vila Boa de Goiás e Pilões;
- **Minas Gerais**, a sudeste, via Santa Luzia e Paracatu;
- **Bahia**, dois caminhos, um deles pela Serra Geral, via os aldeamentos de Formiga e Duro até a Barra Grande do Rio São Francisco e de lá para leste; o outro caminho para a Bahia era via um arraial de nome Itiquira até o rio Urucuya, atingindo o São Francisco e rumando à leste. Este, provavelmente, é o *Caminho Geral do Sertão, Estrada Real* ou *Picada de Goiás à Salvador*, citada por Bertran (1999, p. 142).

Não há referências ao caminho que ligava à Capitania de São Paulo, muito provavelmente porque, no momento de sua elaboração, Goiás estava já com-

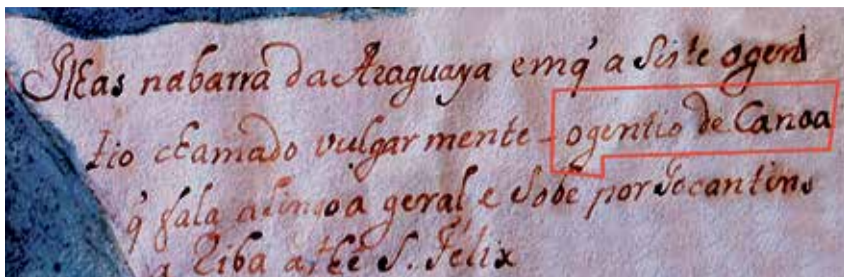


Figura 6 - Referência a existência do “gentio de Canoa q’fala a lingua geral e sobe por Tocantins a Riba”. Uma das raras referências aos “invisíveis” índios Avá-Canoeiro em cartografia do século XVIII.

pletamente desvinculada dela, como aponta Capistrano de Abreu (1953 [1907]):

Goiás não se lembrou muito tempo que, de São Paulo, partira o movimento que o transformara. A divisória das águas entre o Tocantins e o S. Francisco abunda em gargantas, seguramente já trilhadas pelos índios Duro, S. Domingos, Taguatinga, Santa Maria, Arrepellidos etc. Pelas gargantas mais setentrionais, os goianos se comunicaram com a margem pernambucana (esquerda) do São Francisco, de onde, com mais facilidade, tinha de ir o gado de que precisavam, sob pena de morrerem de fome; pelas mais meridionais atingiram a margem baiana do S. Francisco, ou terras de Minas, que apresentavam como termo de viagem os portos da Bahia e Rio de Janeiro, a todos os respeitois mais vantajosos que São Paulo ou Santos. O refluxo de Goiás para São Paulo é toda obra dos nossos dias [início do séc. XX] e precedeu de pouco a abertura da Mojiana [final do século XIX] (p. 268).

O artigo de Lenora de Castro Barbo (Cf. neste GUIA p. 82) explora com mais profundidade essa temática dos caminhos.

Focando nas informações etnográficas, este mapa apresenta dois índios no centro inferior, em posição de combate. (Figura 5) O da esquerda é identificado como Chavante, e o da direita como Acoruá. Verifica-se que

Figura 7 - Aldeia Xavante representada no Mapa dos Bispados.



o Chavante possui um cocar em forma de coroa e está armado com setas. O Acoruá, por sua vez, está com um tacape (borduna) e possui um tembetá no lábio inferior, além de uma região raspada no topo da cabeça em forma de coroa, similar a utilizada pelos franciscanos. Apolinário (2006), ao interpretar essa figura, indica que a ilustração era uma forma de demonstrar a brutalidade dos nativos na visão dos reinóis:

É como se o autor/remetente [do mapa] quisesse proporcionar ao seu destinatário [leitor] um momento em que esses indígenas estavam revelando as suas artes da guerra. Sim, pois para época em destaque eram dois grupos étnicos mais belicosos que procuravam, através da guerra negarem a política de “paz” colonizadora (p. 217-218).

Em relação à territorialidade, o mapa localiza o



Figura 8 - Aldeias Akroá no nordeste da Capitania de Goiás.

território de algumas etnias na capitania e entorno. No interior da capitania ele indica quatro etnias, a saber: *Chavante*, entre os rios Tocantins e Araguaya; *Acoruá*, entre o rio Tocantins e a Serra Geral, no então nordeste de Goiás; os *Cayapó*, no sul da capitania; e os Avá-Canoeiros, nas “Ilhas na barra da Araguaya emq’ assiste o gentio chamado vulgarmente – o gentio de Canoa q’ fala a lingua geral e sobe por Tocantins a Riba até S. Félix”, conforme se lê no mapa. (Figura 6)

O leitor verá, mais adiante, que durante o século XVIII apenas este e um mapa de 1782 fazem referência ao povo Avá-Canoeiro, os “índios invisíveis”. No século XIX, já no Brasil imperial, irá aparecer outra carta elaborada por Cunha Matos que aponta a existência desses índios em Goiás.

Nos territórios adjacentes à Capitania de Goiás o mapa localiza outras quatro etnias, a saber: os *Xikibá*, entre a “Serra dos Geraes” e o rio São Francisco,

5. Martius (1867b, p. 280, tradução minha) sinaliza que “os Goguês ou Gueguês são remanescentes do antigo Goyá” <Die Goguês oder Gueguês sollen Reste der ehemaligen Goyaz seyn> e que habitaram a região entre Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia após serem expulsos do sul de Goiás, inclusive das margens do rio Vermelho, na atual cidade de Goiás/GO, ainda no início da garimpagem na região, durante a primeira metade do século XVIII. Sua língua era próxima à Akroá, com quem se misturaram para sobreviver na nova área. O referido autor informa que visitou – em meados do século XIX – o aldeamento de São Gonçalo do Amarante (Piauí), onde encontrou 130 pessoas da etnia Gueguê e falantes da língua.

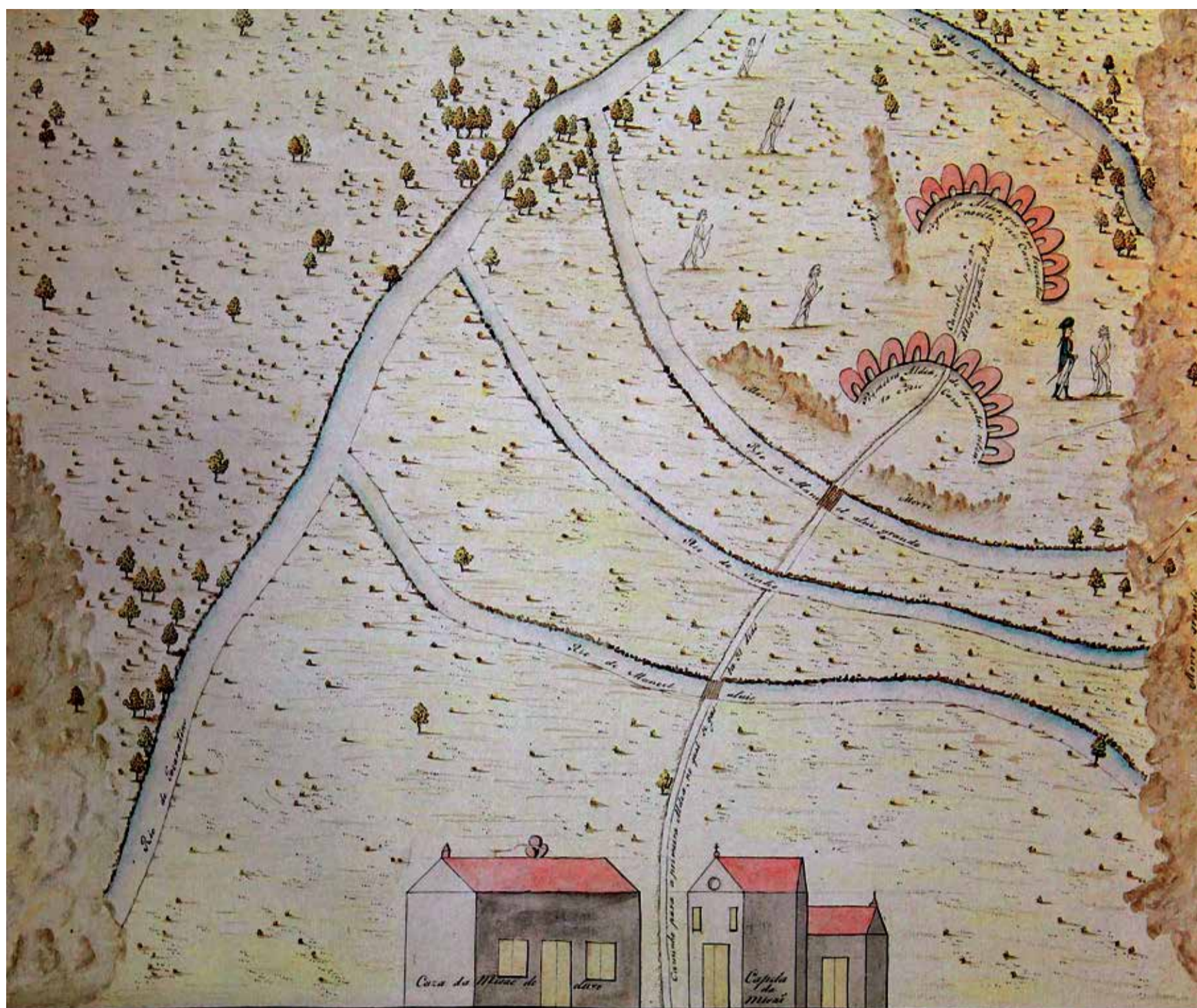


Figura 9 - “Mapa de trecho do médio Tocantins e região adjacente, com as missões do Duro [1], meados do século XVIII” (ADONIAS & FURRER, 1993, p. 112). No círculo 2 é provável que sejam as mesmas aldeias Akroá representadas no Mapa dos Bispados, em destaque na Figura 8. (ADONIAS e FURRER, 1993, p. 112).

à leste da capitania; e os Gouguês, no sul do Maranhão, apontados por Martius (1867b, p. 280) como remanescentes dos antigos Goyazes⁵ que viviam na região de Vila Boa de Goyaz. Outro povo referenciado no *Mapa dos Bispados* é o “Gentio Branquinho” vivendo na margem direita do rio Tocantins, exatamente no ponto onde recebe o rio Araguaia, chamado atualmente de Bico de Papagaio; e os Uará, pouco mais ao norte deste último, descendo o Tocantins pela mesma margem direita.

Ademais, dos territórios dos “gentios”, essa carta apresenta, ainda, a localização de algumas aldeias indígenas,⁶ como a de índios Chavante, (Figura 7) no extremo norte de uma serra que aparentemente deve ser a Serra do Lajeado. Também localiza duas aldeias

Acoruá no planalto do Jalapão, (Figura 8) uma entre os rios Sono e Manoel Alves, outra entre os rios Manoel Alves e Balsas.

Estas aldeias também constam no “Mapa de trecho do médio Tocantins e região adjacente, com as missões do Duro” (Figura 9) catalogado por Adonias e Furrer (1993, p. 112). Este mapa sem data apresenta, além das duas aldeias Akroá no norte da Capitania de Goiás, a Missão do Duro, implantada para aprisionar esses índios.

Este mapa evidencia que havia um caminho entre a missão e as aldeias dos índios. Estes que foram conduzidos para os aldeamentos da missão (erigidos entre 1750 e 1751 conforme já assinalado no item anterior), gradativamente, até estourar uma sangren-

6. Aqui, no sentido de alocações originais dos nativos e não como aldeamentos – Cf. box na p. 155.

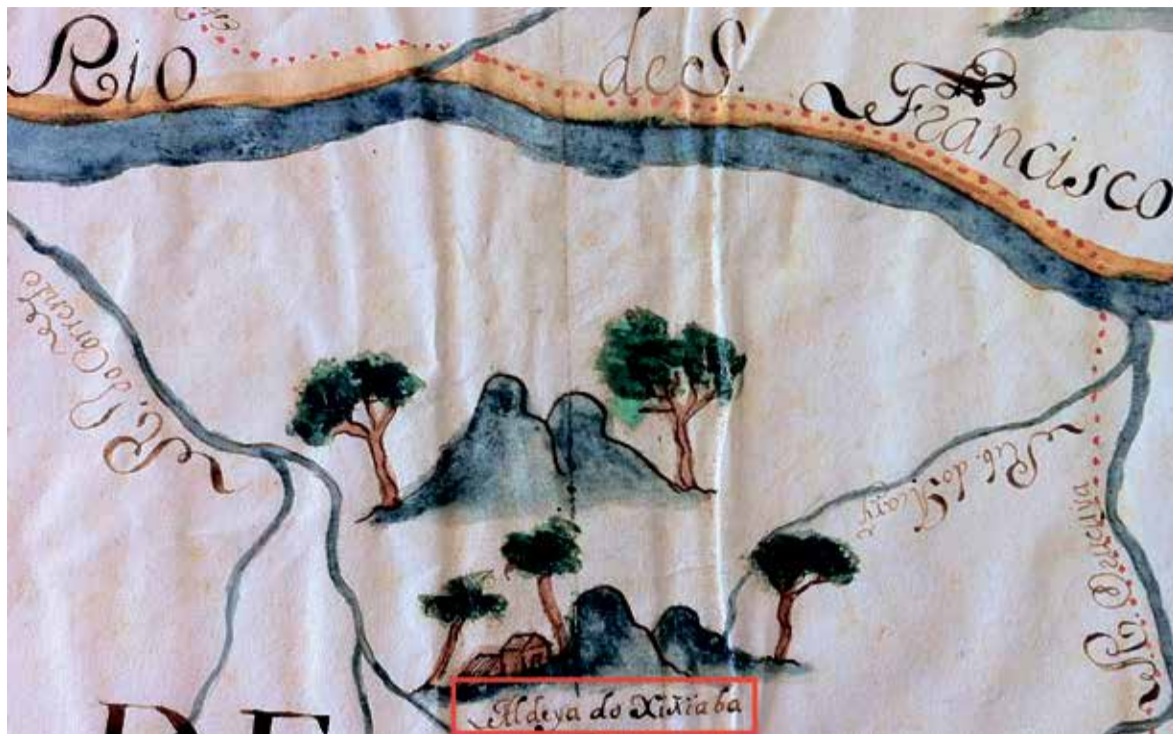


Figura 10 - Aldeia Xikiabá entre os rios São Francisco, Urucuya e Corrente, detalhe do Mapa dos Bispados.

Mapas do padrão Tomás de Souza (ca. 1778)

Os mapas desse padrão têm como base os levantamentos de Tomás de Souza⁷ “Sargento-Mor do Regimento da Cavalaria entre o dia 26 de julho de 1777 até maio 78”, conforme consta em grande parte dos mapas desse padrão.

A reprodução mais comum é conhecida como Mapa dos Julgados, pois traz os limites de domínio da jurisdição de um juiz sediado em determinada localidade. O título original desse mapa é:

Carta ou Plano Geográfico da Capitania de Goyas huma das do Centro da America Meredional pertencente ao Reino de Portugal que se tirow por ordem do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} S.^r Ioze de Almeida de Vasconcelos de Soveral e Carvalho. Governador e Capp.^m Gn.^{al} da dita Capitania do dia 26 de julho de 77 the de Mayo de 78.

ta guerra como veremos mais a frente entre 1773 e 1775. Nota-se, no limite norte do mapa, o rio da Farinha, delimitando o território Akroá.

Outra aldeia que destaco, mas já fora dos limites da capitania, é a do povo Xikiabá, (Figura 10) entre os rios Urucuya e Correntes, afluentes da margem esquerda do São Francisco. É bem provável que esta aldeia localizava-se próxima ao local onde a Igreja Católica implantou a missão de São João dos Índios, e que hoje abriga a sede urbana do município de São João das Missões.

Estudo específico que realizei sobre as migrações e deslocamentos dos índios Xakriabá – que todavia vivem na região indicada no Mapa dos Bispados, no noroeste de Minas Gerais, atesta que os índios foram empurrados para terrenos menos favoráveis e íngremes, conforme a colonização pecuária se avançava sobre as terras mais férteis e próximas ao rio São Francisco (SANTOS e ELOY, 2012; SANTOS e BARBOSA, 2012).

Para concluir minhas observações sobre esse rico mapa, destaco que ele aponta a localização da “Aldeia de São Jozé da Formiga” próximo ao “Registro do Duro” (em destaque na Figura 11), que, como já dito, fazia parte da Missão de São Francisco Xavier, implantada entre 1750 e 1751 para aprisionar índios Xakriabá e Akroá (APOLINÁRIO, 2005, p. 99-100; CHAIM, 1983 [1974], p. 99).

Este mapa não faz referência aos aldeamentos do Sertão da Farinha Podre, atual Triângulo Mineiro. Isso, provavelmente, pelos mesmos motivos de não se apresentar o caminho que ligava a capitania à São Paulo, como já abordado neste item.



Figura 11 - “Aldeia de São Jozé da Formiga” junto ao “Registro do Duro”, próximos à “Serra dos Geraes”.

7. O nome completo do autor desse mapa é Tomás de Souza Villa Real (Vieira Júnior, Schlee e Barbo, 2010), um grande expedicionário de Goiás, que realizou diversas navegações nos rios Araguaia e Tocantins, importante figura na história das comunicações entre as capitais Vila Boa de Goyas e Belém do Grão-Pará (Cf. VILLA REAL, 1848 [1792]). Era pardo, nativo da vila de Natividade (Conforme veremos, à frente, na carta n.º 5 do Guia dos Caminhantes de Anastacio de Sant’Anna, 1816), atual estado do Tocantins. Fundador de diversos destacamentos militares e arraiais, como o de Porto Real (IBGE, 2013c), atual cidade de Porto Nacional no estado de Tocantins.



Figura 12 - “Paÿz onde habitou o Gentio CHACRIABA, reduzido a civilizar-se no Anno de 1775” marcado a nordeste da Capitania, nos tabuleiros do alto Parnaíba, atual sul do Maranhão.

Por Thomas de Souza Sargento Mor do Regimento da Cavalaria, Auciliar da mesma Capitania, sendo quaze toda vista por sua Ex.^a a quem o Autor acompanhou em todo o tempo do seu governo.

Há exemplares de mapas desse padrão arquivados no Arquivo do Exército Brasileiro (Cf. neste GUIA p. 118-120), na Diretoria de Infraestrutura do Exército Português em Lisboa, e na Mapoteca do Itamaraty no Rio de Janeiro (Cf. neste GUIA p. 45).

Uma característica marcante nesses mapas é a representação da bacia do rio Tocantins e da Capitania de Goiás sem o deslocamento para o leste, possivelmente porque já estava assegurado o território das minas de Goiás aos domínios da coroa portuguesa, reconhecida pelo Tratado de Madrid de 1750 e reafirmada pelo de Santo Idelfonso, em 1777 (Cf. nota 3).

As aldeias indígenas identificadas nesses mapas estão principalmente no noroeste da capitania, ao longo do rio Araguay (Araguaia). São elas, a partir do norte: *Ximbiúá*, *Semanselhes* (que pode ter sido um povoado luso-brasileiro) e *Ximbiuá Grande*; Na *Ilha de S.ta Anna* (atual Ilha do Bananal) estão, do lado oeste, as aldeias Karajá: *Caraiá Lamsay*, *Caraiá Ladarío*, *Caraiá Anadia* e *Caraiá Silva*; as aldeias *Caraiá Angeja* e *Caraiá de S. Pedro* situam-se do lado sudeste da ilha; do lado leste da ilha estão as aldeias Javaé: *Javahé Mello*, *Javahé Ponte de Lima* e *Javahé Cunha*.

Os territórios indígenas grafados são:

- *Gentio Ximbayá*, na margem esquerda do rio Araguaya, próximo ao encontro com o rio Tocantins, a noroeste da capitania;

Figura 13 - “Paiz onde habitou o gentio Acruá, reduzido a civilizar-se em 1774” anotado a leste da Serra Geral, onde atualmente são os Gerais do Oeste da Bahia.



- “Paiz Incognito habitado de varias nações de Gentios”, entre os rios *Araguaya* e *Tocantins*, ao norte da capitania;

- “Paÿz onde habitou o Gentio CHACRIABA, reduzido a civilizar-se no Anno de 1775”, (Figura 12) à nordeste da capitania, nos tabuleiros do alto Parnaíba, atual sul do Maranhão;

- “Paiz onde habitou o gentio Acruá, reduzido a civilizar-se em 1774”, (Figura 13) a leste da Serra Geral, onde atualmente são os Gerais do Oeste Baiano; e

- “Paiz pouco conhecido habitado pelo Gentio Cayapó”, no sul da capitania.

A indicação de que os territórios Akroá e Chacriabá haviam sido despovoados e os índios reduzidos à “civilização”, pode ter sido uma estratégia utilizada pelos representantes locais da coroa portuguesa para confirmar seus feitos perante o monarca. Assim

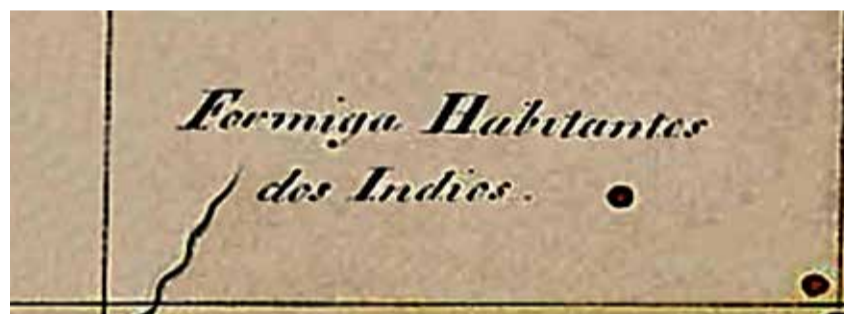


Figura 14 - Formiga Habitantes dos Índios, marcado nas proximidades do Resisto do Douro.

defende Apolinário (2005):

[...] as áreas habitadas pelos povos indígenas na Capitania de Goiás, desconhecidas e marginais para a sociedade colonial, eram ambicionadas para que se tornassem domínios territoriais de grande valor com rede de povoações luso-brasileiras embasadas em economias exportadoras. [...] Era como se fosse necessário apresentar a coroa portuguesa a totalidade dos seus feitos no tocante a “civilização dos índios” considerados mais arredios, apagando-os cartograficamente dos espaços que dantes revelavam a sua resistência à política de “pacificação”. Se um grupo Akroá estava reduzido no aldeamento de São José de Mossamedes, não haveria mais interesse em informar que naquelas fronteiras rumo ao sul do Piauí se ainda existiam outros grupos Akroá resistindo, através da guerra, ao projeto colonizador (p. 222-223).

Entretanto, como defende a citada autora, e eu reafirmo em minha disserta-

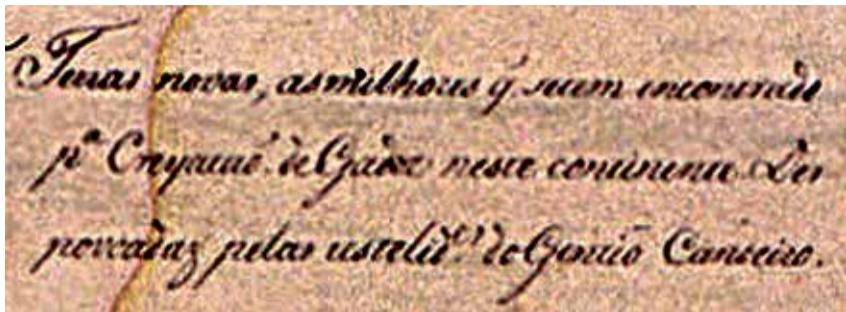


Figura 17 - Indicação das "Terras novas, as melhores q. setem encontrado pa Creação de Gadoz neste continente. Despovoadaz pelas ustelides do Gento Canoeiro".

O "retiro" é citado por Saint-Hilaire (*op. cit.*) como um aposento do governador, e havia em outros aldeamentos de Goiás. O referido viajante tece uma crítica a essa postura de erigir residências oficiais que não tinham usos pelos índios, ele questiona:

[...] o governo português despendeu somas enormes com as aldeias dessa província [...]. Isso prova que houve boas intenções; os meios empregados, porém, não foram eficazes, e, entre as despesas que se fizeram, há algumas cuja inutilidade ressalta à primeira vista. Para que, por exemplo, uma residência de recreio para os governadores da Capitania na Aldeia de S. José e na Aldeia Maria? Para que, nas aldeias de índios, essa imensidade de construções que não deveriam ser jamais habitadas pelos índios? (p. 110).

Os colonos eram quem pagavam as contas dos aldeamentos, e corriqueiramente reclamavam das al-

tas taxas que deveriam depositar aos cofres da Coroa para manter os índios presos.

Na atual região do Triângulo Mineiro, esses mapas tampouco mencionam a presença de indígenas que, como vimos no item que trato dos mapas do padrão Ângelo dos Santos Cardoso, é chamada por Saint-Hilaire (*op. cit.*, p. 299) como "território privilegiado dos índios", devido à grande presença em 1819 (data da visita do viajante) de remanescentes dos aldeamentos e missões implantados na primeira metade do século XVIII.

Por exemplo, a antiga missão jesuíta de Santa Anna, localizada no caminho que ligava à Capitania de São Paulo, está identificada nos mapas do padrão Tomás de Souza apenas como um arraial. (Figura 16) Isto pode denotar outra tentativa de descaracterizá-la como remanescente de índios.

Mais um indicativo de que esses mapas pretendiam "esconder" os domínios indígenas é o fato de



Figura 18 - "Arraial dos Bororós" e "Missão q. foi dos jezuitas" (grifo meu), no sul da Capitania de Goiás.



que não está assinalado nenhum aldeamento nessa região do antigo “Sertão da Farinha Podre”, identificado nos “Mapas dos Julgados” como pertencente ao Julgado de Santa Cruz. (Figura 16) Alguns que aparecem tanto em mapas mais antigos, como em outros mais recentes constam, nesses do padrão Tomás de Souza, apenas como um ponto vermelho, sem identificação. Com exceção de Santa Anna (já citado), que consta como um arraial e “Lanhoso” que também não indica que se trata de um aldeamento, outros dois pontos estão sem rótulo: um próximo ao “R. das Pedras” outro ao do “Piçarrão”.

Que os dois pontos sem rótulo correspondem aos aldeamentos de mesmo nome da hidrografia, não há dúvidas. Quanto ao Lanhoso, em algumas pranchas desse padrão também não consta seu nome. Sobre estes aldeamentos já apresentei algumas informações no item sobre os mapas do padrão Ângelo dos Santos Cardoso.

A respeito de S. Anna, vale anotar que Saint-Hilaire (*op. cit.*) citou que, em 1775, esse aldeamento recebeu “um certo número de Chicriabás, nação que habitava os desertos do Paranã e se estendera até às margens do S. Francisco, na parte setentrional de Minas” (p. 274). Esse foi um dos resultados da campanha de captura indígena promovida na região dos Gerais (situada ao longo da Serra Geral) entre 1773 e 1775, e que está enaltecida nos mapas do padrão Tomás de Souza, conforme posto no início do presente item (recorte da Figura 12).

A quantidade de supressões e distorções das informações que tratam da localização de índios na capitania deve ter sido proposital. Levanto a hipótese de que José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho [1737-1805], que governou Goiás entre 1772 e 1778, tenha tido como política a desterritorialização dos índios, e pode ter ordenado que os mapas oficiais de seu governo apresentassem uma capitania “limpa” de indígenas. Deixo, como sugestão de pesquisas, a futuros investigadores.

Capitania de Goyazes [ca. 1755-1800]

Este mapa ilustrado na p. 123 deste GUIA, apresenta poucas informações territoriais indígenas. Resume-se ao “Arraial dos Bororós” no caminho que ligava com a Capitania de São Paulo; e a “Missão q. foi dos jesuítas”, ao sul do primeiro, conforme pode-se observar na figura 18.

Certamente, essas localidades são aquelas relatadas por Saint-Hilaire (*op. cit.*, p. 172), já abordado neste artigo na seção que trata do padrão Ângelo dos Santos Cardoso. É curioso notar que o mapa menciona que a missão já não é mais dos jesuítas, pois como já coloquei neste artigo, o Diretório dos Índios (1755) transferiu todos os aldeamentos e missões mantidos pela Igreja Católica no Brasil para o controle direto da Coroa.

Esse mapa também corrobora com a já citada conclusão de Capistrano de Abreu a respeito da ligação de Goiás com São Paulo, onde logo se perdera



Figura 19 - Destaque em que se verifica a presença indígena na Capitania de Goiás.



Figura 20 - Destaque da localização da "aldeia Maria" 1ª.

quando foi fortalecido o vínculo com as Minas Gerais e o Rio de Janeiro. Já que não está sinalizado nenhum caminho para o sul, em direção a São Paulo, mas sim para o leste, a caminho de Paracatu.

Não há referência à missão no Douro ou aos aldeamentos implantados próximos à capital.

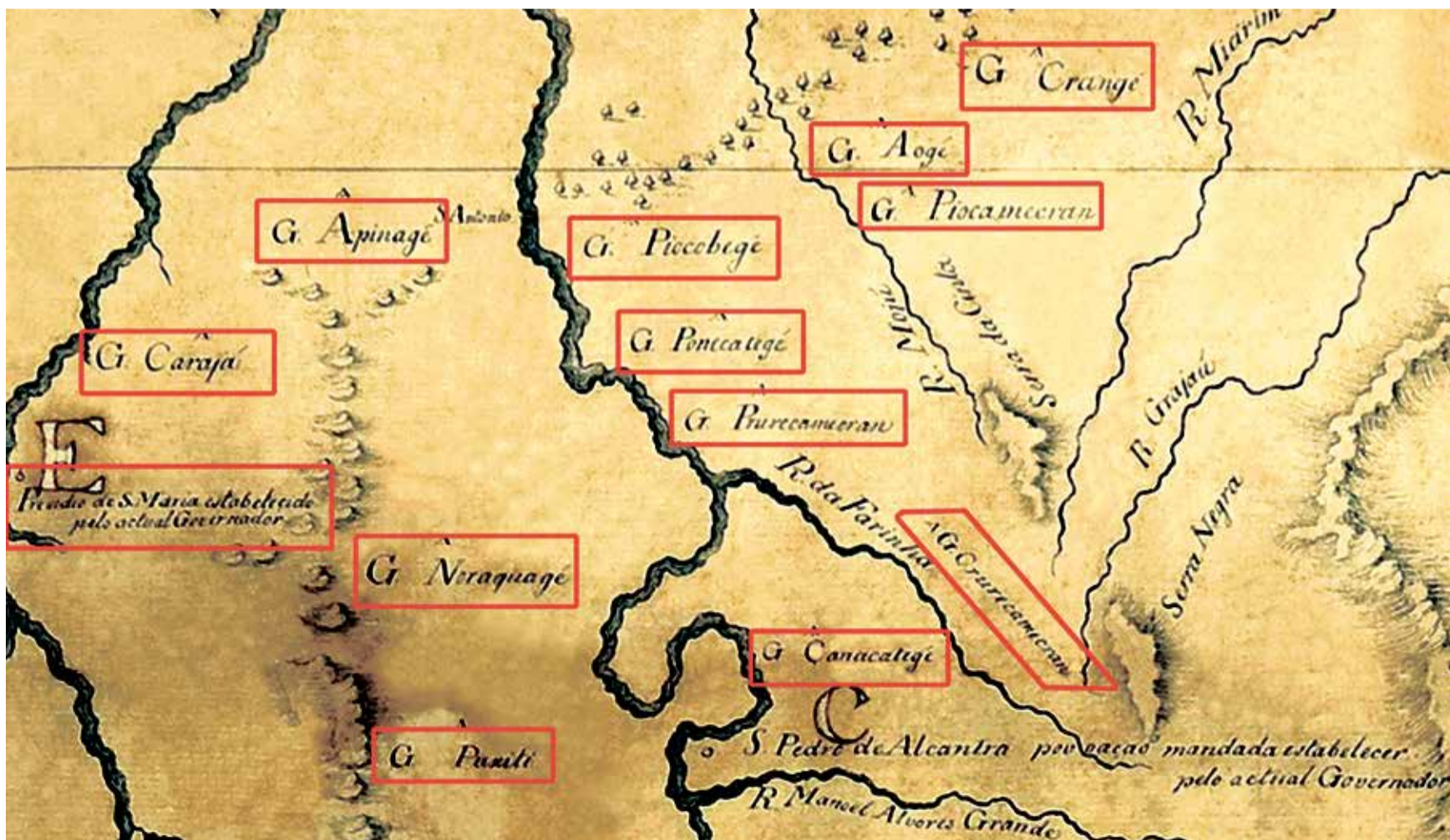
Mappa da extensão do segundo regimento de Cavalaria Auxiliar da Capitania de Goyáz [1782]

Este mapa (Cf. neste GUIA p. 62) retirado de um documento datado de 10 de fevereiro de 1783 (FARIA, 2011, p. 373), atualmente localiza-se no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa.

Figura 21 - Recorte onde localiza diversas tribos indígenas no norte da Capitania de Goiás e o presídio de S. Maria.

Uma das informações apresentadas é "Terras novas, as melhores q. setem encontrado pa Creação de Gadoz neste continente. Despovoadaz pelas uste-lides do Gentio Canoeiro", (Figura 17) ao oeste do rio Tocantins, no trecho situado ao sul da foz do Paranã e ao norte do encontro entre os rios Tocantins (atual Tocantinzinho) e Maranhão.

Com isso, o mapa atesta que os índios Avá-Canoeiro repeliram os invasores luso-brasileiros de suas terras localizadas no ocidente do rio Tocantins, no interflúvio com o rio Araguaia. Entretanto, essa carta de 1782 também indica que essas terras são as melhores para a criação de gado, cogitando uma futura retaliação por parte dos colonos para reinvadirem as terras indígenas.



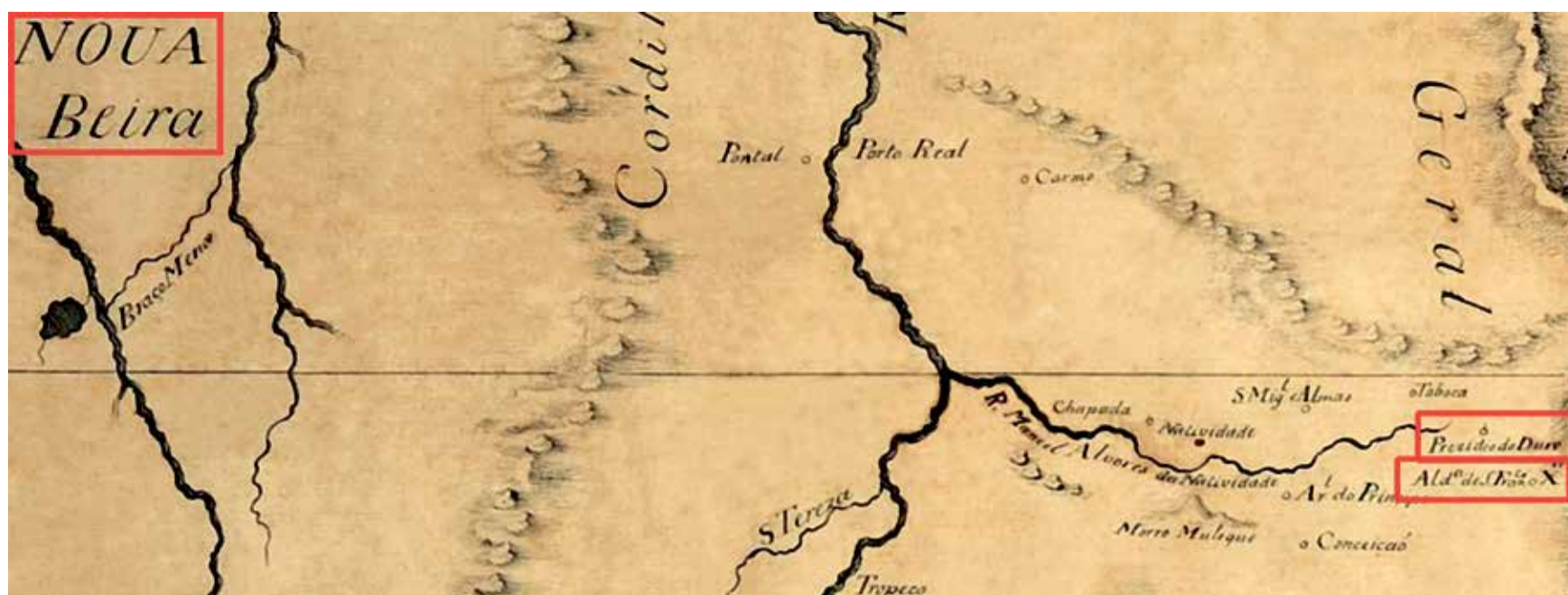


Figura 22 - Localização dos presídios de Nova Beira e Duro, e o aldeamento de S. Francisco Xavier.

Também está assinalada nesse mapa a localidade de Carretão, ao sul de Crixás, mas não há indicação de que se trata de um aldeamento. Segundo Ossami de Moura (2008, p. 92-93), o aldeamento do Carretão de Pedro III foi implantado entre 1781 e 1786 para abrigar os Xavante de Quá, que viviam ao norte de Crixás. Entretanto somente em 1788 o aldeamento receberá o maior contingente desses índios (ALENCASTRE, 1979 [1863], p. 250), dando início efetivo a sua função como presídio indígena.

Mapa de parte da costa do Brasil e do interior da colônia portuguesa da América [ca. 1805]

Esse mapa elaborado por volta de 1805 (FARIA, 2011, p. 373) e reproduzido na p. 65 deste GUIA, apresenta hidrografia e localidades do Brasil Central e do litoral norte e leste da Colônia.

Na região da Capitania de Goiás, o mapa ilustra algumas ocupações indígenas no rio Araguay (Araguaia), de norte para o sul: Aldeia do Ximbioa; Grande Aldeia; Ald.a de Ximbioa; e Ilha de S.ta Anna abitada de Gentio Javaé e Carajá, como é possível verificar no destaque da figura 19.

Esta mesma figura apresenta que, entre a ilha de Santa Anna (atual Ilha do Bananal) e o rio Tocantins está a denominação Nova Beira, um presídio construído para indígenas. Há, ainda, a indicação do aldeamento de S. José ao sul da capital Vila Boa, também conhecido como São José de Mossâmedes. Esses aldeamentos já foram abordados no item que trato dos mapas do padrão Tomás de Souza. Além disso, logo ao norte de Vila Boa há a indicação de "Bugres" onde em outros mapas consta a localidade de "Barra". Bugre é um termo pejorativo utilizado pelos Luso-Brasileiros para denominar os índios.

Mappa Topografico da Campanha do Rio Piloens e Rio Claro diamantinos [1805]

Esta planta da p. 63 deste GUIA, elaborada em 1805 e guardada no Arquivo Histórico Ultramarino, apresenta diversos caminhos da região de Pilões, sudoeste da Capitania de Goiás. Região de ligação da antiga capital (Vila Boa) para as minas de Cuyabá.

Não há referência de quem foi o cartógrafo, entretanto, é bem provável que tenha sido José Manoel da Silva Oliveira, conforme observa-se no título:

Mappa Topografico da Campanha do Rio Piloens e Rio Claro diamantinos com todas suas vertentes pertencentes a Comarca de Villa Boa de Goyas, mandado tirar pelo Illmo. Exmo. Snr. Dom Francisco de Afsis Mascarenhas Gov.or Cap.m General desta Cap.nia sendo examinados todos ambos os Rios e suas vertentes pelo Min.o D.on Manuel Joaquim de Ag.nor Mourao Ouv.or e Correg.or q' foi desta Com.ca, e p.r Jozé Manoel da S.a Oliv.ra, que ambos correrão toda a Campanha abirão picadas e Cam.os como mostra neste Mappa V.a Boa no anno de 1805.

O recorte apresentado na figura 20 indica a localização da "aldeia Maria", junto ao "caminho da vila", às margens do rio da Fartura. Sobre esse aldeamento, já apresentei no item que trato dos mapas do padrão Tomás de Souza, cuja figura 15 representa a planta do referido presídio indígena.

Mapa dos Rios Tocantins e Araguaya [1813]

Este mapa da p. 128 deste GUIA, com data de 1813, está sob a guarda do Arquivo Histórico do Exército Brasileiro. Ele localiza diversas etnias indígenas no norte da Capitania de Goiás, identificadas pela letra "G", de gentio.

Nas margens do Araguaya está situado o povo Carajá. No interflúvio entre o Araguaya e o Tocantins aparecem os Apinagé, Neraquagé e Puxiti. Às margens do Tocantins localizam-se os Picobigê, Ponecategê, Prurecamecran e Canacategê. Mais para o interior, na direção leste, encontram-se os Crurecamecran, Piocamecran, Aogê e Crangê, nas cabeceiras dos rios Farinha, Grajaú, Miárim e Mojú. A localização desses



Figura 23 – Onde constam os aldeamentos de Carretão, Mossâmedes e Maria, nos arredores da capital Vila Boa.

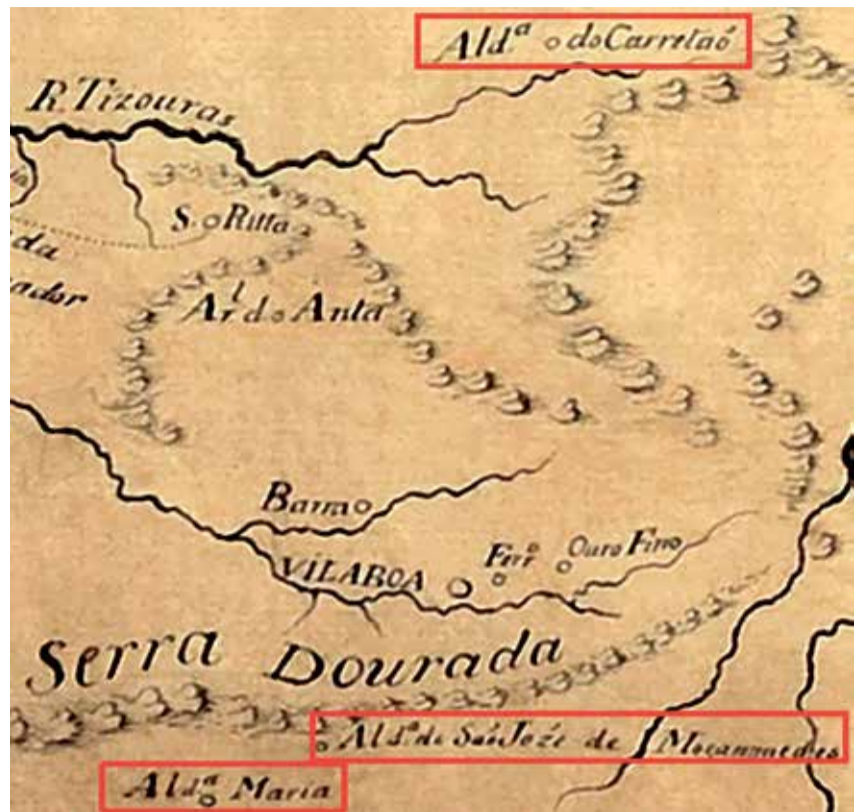
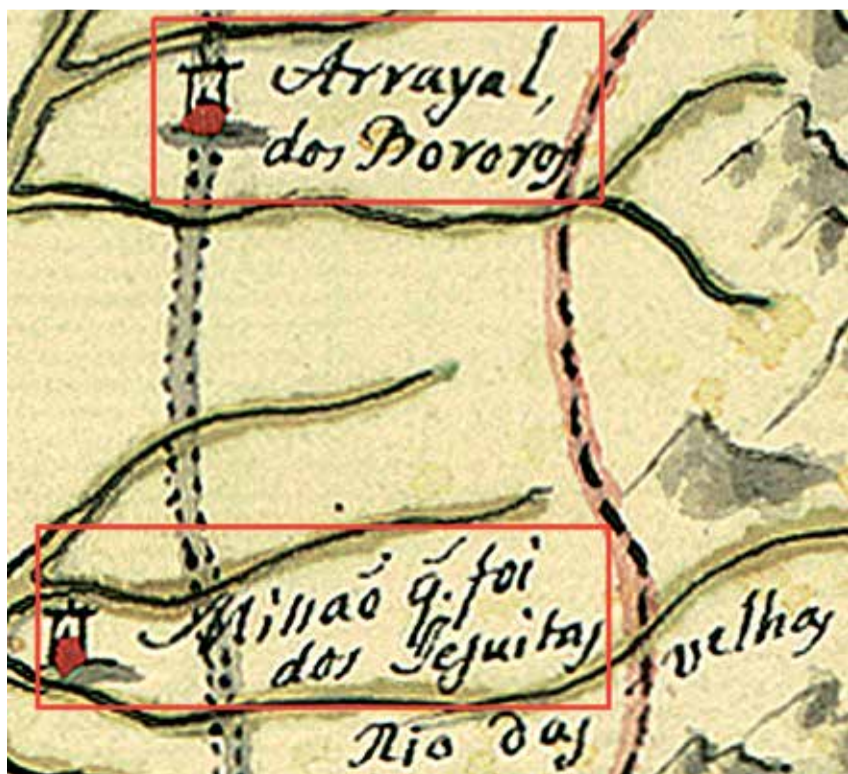
povos citados podem ser observadas no recorte do mapa apresentado na figura 21.

Com exceção dos Carajá, é bem provável que todos os outros povos sejam de um subgrupo da família Jê denominado Timbira, ou pelo menos alguns deles. Os Timbira foram mencionados em 1728 ocupando a região situada a leste do Rio Parnaíba, e são registrados como nativos hostis do Piauí em 1769. O deslocamento de leste para oeste se deu devido à ocupação de suas terras por pecuaristas advindos da Bahia. Em 1810 formaram uma sólida zona cruzando o sul do Maranhão (LOWIE, 1946, p. 479) e norte de Goiás. Talvez, por isso, não aparecem nos mapas do século XVIII da Capitania de Goiás. Neste período, diversas expedições eram formadas para escravizá-los com a finalidade de usá-los como mão de obra para a cultura de arroz e algodão no Maranhão, bem como usurpar suas terras para este tipo de cultivo (MELATTI, 2012).

O mapa não apresenta uma linha divisória entre as Capitânicas de Goiás, Maranhão e Pará, o que leva a entender que o território dos “gentios” mapeados estavam no interior da Capitania de Goiás. Entretanto, acompanhando a hidronímia, é possível observar que os povos mapeados à nordeste do rio Tocantins estavam na Capitania do Maranhão.

Em relação aos aldeamentos o mapa localiza o Nova Beira na Ilha de Santa Anna (Figura 22); o pre-

Figura 24 – Localização de aldeamento e missão no caminho que ligava a Capitania de Goiás com a de São Paulo.



sídio de S. Maria “estabelecido pelo actual Governador” “Fernando Delgado Freire de Castilho” em 1812 ao norte da mesma ilha (Figura 21), mas que fora destruído no ano seguinte por Karajás (GIRALDIN, 2002, p. 5), apoiados por índios Xavantes e Cherentes (IBGE, 2013a).

Também aparece no mapa o aldeamento de S. Francisco Xavier e o presídio do Duro (Figura 22), ambos na Serra Geral – já apresentados neste artigo. Os aldeamentos de São José de Moçamedes e Maria constam ao sul de Vila Boa, conforme se vê na figura 23 que, além disso, apresenta o aldeamento do Carretão nas nascentes do rio Tezouras ao norte da referida capital.

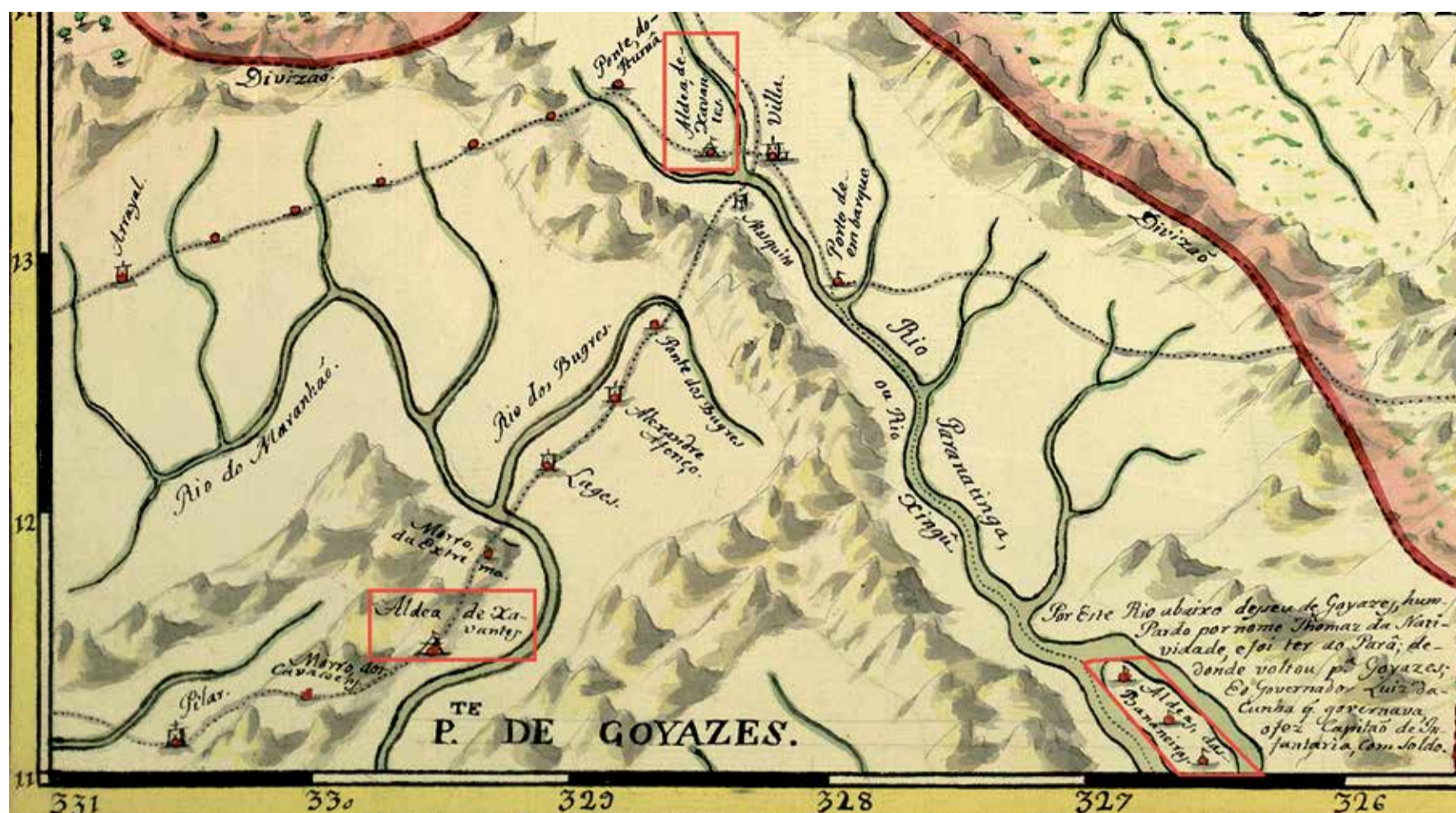
Guia dos Caminhantes [1816]

O Guia dos Caminhantes é uma coleção de cartas, sendo cada uma “delineada e iluminada por Anastácio de S.ta Anna, pintor”, na Bahia, em 1816, “para o Senhor Capitão Pedro Francisco de Castro”. Elas encontram-se arquivadas na mapoteca da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

A seguir, destaco apenas as informações etnônicas e de etnolocalização presentes nas pranchas deste “Guia dos Caminhantes”.

Carta 4.ª Capitania de S. Paulo.
(Cf. neste GUIA p. 194)

Apesar de ser um mapa que tem como foco a Capitania de São Paulo, ele apresenta a localização da “missão q. foi dos jesuítas”, no rio das Velhas, quando a região do atual Triângulo Mineiro ainda pertencia a Capitania de Goiás – veja figura 24. Próximo a ela, mais ao norte, há o “Arrayal dos Bororós”. O mapa também indica outras ocupações indígenas, porém não na região da antiga Capitania de Goiás, como as “missoens do Uruguay, q. foi dos p.es jesuítas Castelhanos”.



Carta 5.^a Capitania de Matto Grosso; e Cuyabá.
(Cf. neste GUIA p. 195)

Na porção nordeste dessa carta (representada em seu quadrante inferior esquerdo devido a orientação norte estar voltada para a posição inferior da obra) estão sinalizados os rios Maranhão e Paranatinga ou Xingu, que possivelmente representam o alto curso dos rios Tocantins e Araguaia respectivamente – veja figura 25. O primeiro, Maranhão, porque é o nome do rio que recebe o Tocantins em seu alto curso; e o segundo porque no mapa há a indicação das “aldeias das Bananeiras”, provavelmente na Ilha do Bananal.

Outra informação que corrobora com essa correlação é o fato de estar grafado, próximo à suposta Ilha do Bananal, que “por este rio abaixo desseu de Goyazes, hum Pardo por nome Tomaz⁸ da Natividade, e foi ter ao Pará; de donde voltou p.^a Goyazes; E o Governador Luiz da Cunha q. governava, o fez Capitão de Infantaria, com soldo”, denotando que esta via fluvial era uma ligação entre *Goyáz* e Belém, o que de fato se tornou o rio Araguaia.

No entanto, é difícil firmar nessa correlação, pois, na porção leste da carta, está grafado o rio das Mortes, que é um afluente do rio Araguaia, mas que, nesse mapa, não se encontra com o rio ali identificado rio Paranatinga ou Xingu onde, supostamente, seria o Araguaia.

Observando a mesma figura 25, notam-se as aldeias Xavantes grafadas no mapa, uma próxima à Villa (provavelmente a capital Vila Boa), e outra no caminho para Pilar, ao norte da Villa. É possível que a primeira aldeia seja Mossâmedes e a segunda Car-

Figura 25 - “Parte da Capitania de Goyazes” na carta da “Capitania de Matto Grosso e Cuyabá”.

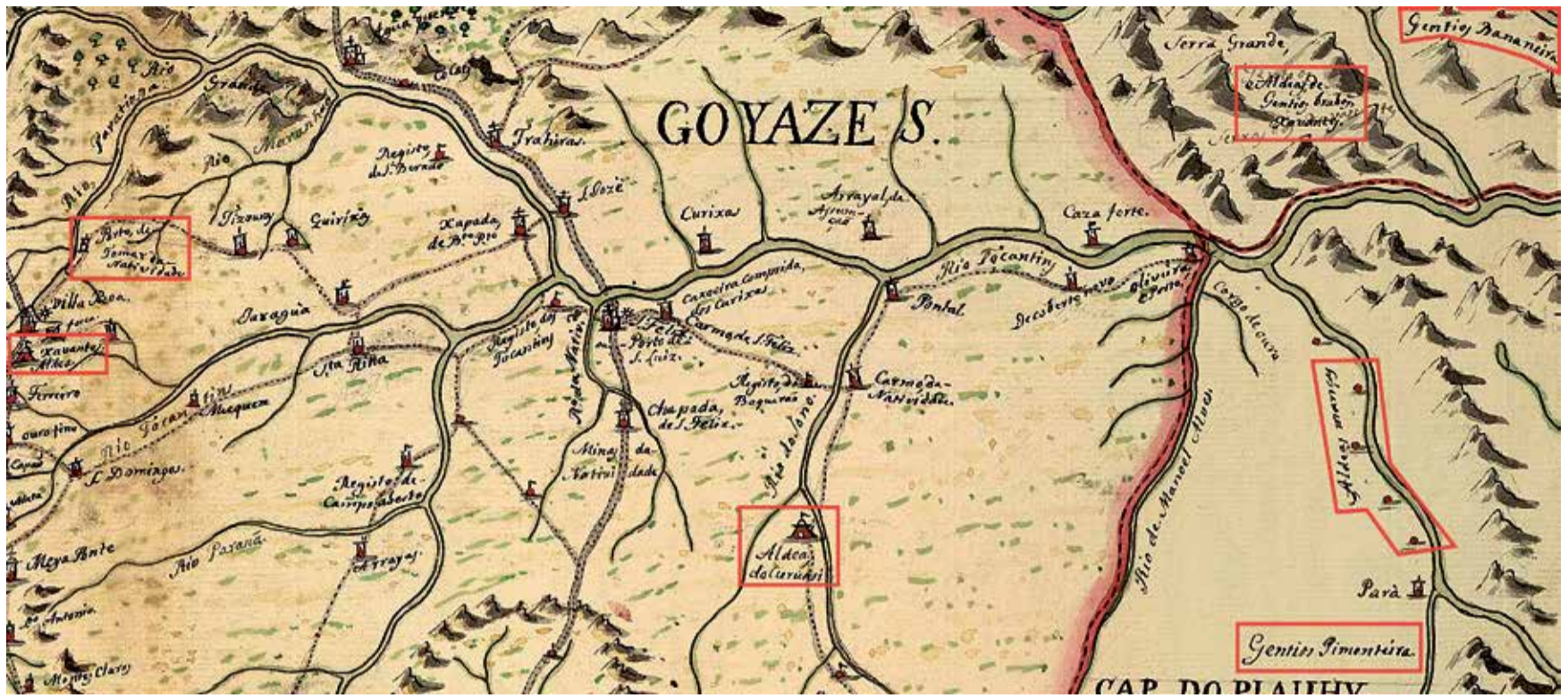
retão, pois ambas receberam índios Xavantes, entretanto, a falta de coerência tanto da hidrografia como da localização de povoados, impossibilita uma correta identificação desses aldeamentos.

Carta 10.^a Capitania de Goyazes.
(Cf. neste GUIA p. 197)

A primeira coisa que o leitor deve observar ao analisar esta carta é a direção do norte, que está para o lado direito do mapa, e não para a posição superior como é mais usual. Assim como a carta anterior, não apresenta coerência na hidrografia da Capitania de Goiás. Também não acompanha os erros já sinalizados na carta anterior (*Carta 5.^a*), resolve algumas incorreções, como a localização do rio Araguaia; porém, apresenta outras, como a posição da Ilha do Bananal.

Em relação às ocupações indígenas essa carta (*Carta 10.^a*) ilustra gentios Bananeiras, provavelmente na Ilha do Bananal. E “gentios brabos Xavantes” na Serra Grande, entre os rios Araguaia e Tocantins, ao sul da Ilha do Bananal. Vale destacar que a suposta Ilha do Bananal localiza-se fora dos limites da capitania, mas ao norte, na mesma Latitude das “Aldeas manças” identificadas próximo a um arrayal de nome Pará, a leste do rio Tocantins, conforme ilustra a figura 26.

8. Provavelmente trata-se de Tomás de Souza Vila Real, cujo diário de uma de suas expedições nos rios Tocantins-Araguaia foi publicado pela Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro (Cf. VILLA REAL, 1846 [1792]).



Nos limites com a Capitania do Piauí está grafado a presença dos gentios Pimenteira, que também aparece no mapa de Nimuendaju (2002 [1944]), Loukotka (1967) e nos relatos do naturalista Carl Friedrich von Martius (1867b, p. 348).

Na mesma figura 26, é possível notar nas margens do rio do Sono, entre os arraiais de Carmo da natividade e Almas, a “Aldeia do Curuasi” (*sic*), que provavelmente seria o aldeamento de Duro ou Formiga onde ficaram aprisionados os Akroá, também conhecidos como Curuás.

Também, observa-se próxima a Villa Boa, uma aldeia Xavante, possivelmente Mossamedes, a mesma que consta da Carta n. 5, porém, diferente do que consta nesta prancha citada, não há a localização de outro aldeamento Xavante em direção a Pilar.

Corroborando com a tese de que o “Thomaz” citado na carta anterior seja Tomás de Souza Vila Real, às margens do rio Tocantins, a noroeste da capital Villa Boa, há a indicação do “Porto de Tomaz da Natividade”, sinalizando Porto Real, fundada por esse militar conforme já abordado.

Por fim, concordando com o apresentado na Carta 4.^a, há a indicação da “Missão q. foi dos Jesuítas” e do “Arrayal dos Boróros”, na estrada que liga a São Paulo.

Mapa Geral de Toda Capitania de Uilla Boa de Goyas [1820]

Este mapa (Figura 27) foi elaborado nos últimos anos do domínio português sobre o território brasileiro, por “Joaquim Cardoso Xavier”, em 1820. “Mandado Tirar pelo Il.^{mo} Ex.^{mo} Senhor Dom João Manoel de Meneses, Governador Cappitão General da dita

Figura 26 – Trecho na carta da Capitania de Goyazes onde consta a presença de indígenas.

Capitania”.⁹ Está arquivado na mapoteca da Sociedade de Geografia de Lisboa, sediada na capital de Portugal.

O mapa apresenta as áreas territoriais de dois povos indígenas: o Acroá (no norte da capitania) e o Cayapó (no sul). Como é de se notar, contrapõe-se às informações dispostas nos mapas do padrão Tomás de Souza, elaborados no terceiro quartel do século XVIII, pois – conforme já abordei aqui – estes indicavam que os índios Acroá haviam sido reduzidos à civilização, e seu território abandonado, ratificando a intenção do referido capitão em desterritorializar os povos indígenas em seus mapas.

Entretanto, no primeiro quartel do século XIX, os Akroá¹⁰ ainda resistiam na região norte dos Gerais da então Capitania de Goiás, conforme atestado neste mapa de 1820 como “certão do gentio Acroá”. Isso reforça a tese de que os Akroá não foram “reduzidos à civilizar-se” em sua totalidade nos aldeamentos da região como quer os mapas de Tomás de Souza. Chaim (1983 [1974]) e Apolinário (2005) indicam que houve muitas fugas dos Akroás aldeados nas missões do Douro. O próprio mito da origem do festejo do “roubo” da imagem de São José traz elementos que corroboram com esse argumento, pois diz que os índios do Duro invadiram e “roubaram” a imagem da igreja da cidade de Dianópolis (antigo Douro ou Duro) e tomaram um “paradeiro desconhecido”, conforme descrito a seguir:

O povoado Missão no atual município de Dianópolis (Estado do Tocantins) é conhecido na região como Antiga Missão dos Índios,

9. João Manoel de Meneses foi governador de Goiás entre 1800 e 1804, portanto é de se estranhar que o mapa só tenha sido concluído em 1820. O local onde consta o ano no mapa está remendado. Assim, é possível que ele tenha sido elaborado na época de governo do citado capitão general.

10. É possível que existam comunidades remanescentes dessa etnia indígena, ou junto a outras etnias atualmente reconhecidas, como os Xakriabá, os Xerente e os Krahô, ou confundidos com a comunidade cabocla da região (Cf. SANTOS, 2013, p. 320).

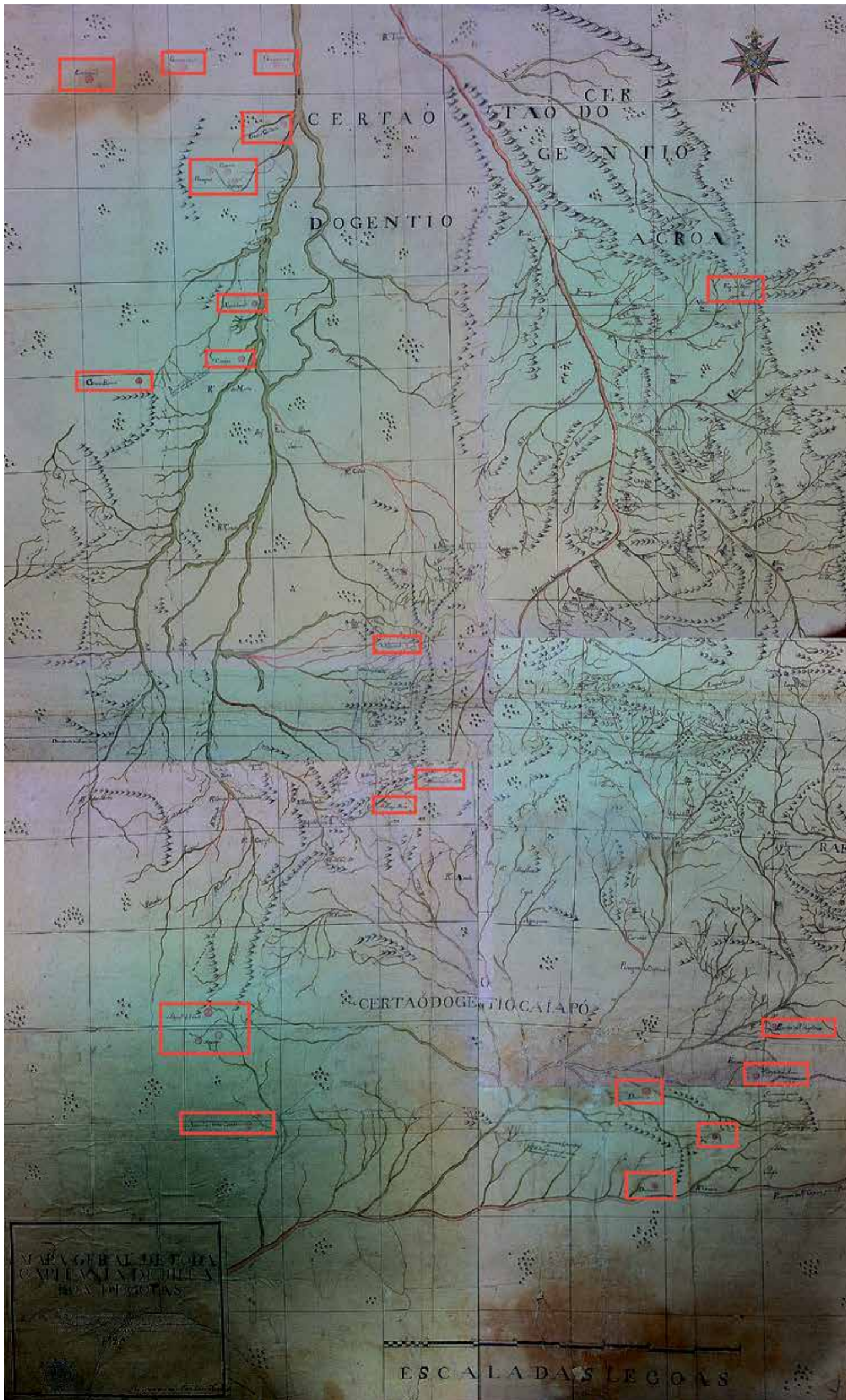


Figura 27 -
 “Mapa Geral de Toda
 Capitania de Uilla Boa
 de Goyas Mandado
 Tirar pelo
 Il.mo Ex.mo
 Senhor Dom
 João Manoel
 de Meneses,
 Governador
 Cappitão
 General da dita
 Cappitania
 1820 Por
 Joaquim
 Cardoso
 Xavier”. Está
 arquivado na
 mapoteca da
 Sociedade de
 Geografia de
 Lisboa, sediada
 na capital de
 Portugal.



e anualmente ocorre uma manifestação sacro-profana onde os descendentes dos indígenas que lá moraram “roubam” a imagem de São José localizada hoje na igreja matriz da cidade. Devido ao fato de que antes ela ocupava o altar da igreja da Missão. Quando foi levada pela primeira vez para a matriz da cidade, os índios se revoltaram e a trouxeram de volta ao aldeamento. Quando foi levada novamente à matriz, novo “roubo” ocorreu. Dessa forma, para se evitar os “roubos” – que na verdade era um resgate – surgiu um festejo local onde anualmente a imagem volta ao povoado de Missão, encenando esse “pseudo roubo”. No entanto não há consenso sobre a origem dessa encenação, alguns contam que a imagem não foi levada à Missão pelos índios, mas sim, que estes tomaram um paradeiro desconhecido. Porém como antes eles haviam sido reduzidos à missão, a encenação leva-a para lá. A organização do festejo é reservada apenas aos descendentes dos antigos moradores de Missão, que atualmente é um povoado praticamente desabitado, repleto de casas vazias, ocupadas apenas uma vez ao ano, quando ocorre a encenação (SANTOS, 2013, p. 206-207).

Nesse “Mapa Geral de Toda Capitania de Uilla Boa de Goyas” os rios garimpados estão com a coloração esvermelhada, representando a água barrenta que escoa das lavras mineradas. Também há representação de diversos agrupamentos indígenas espalhados pela capitania na forma de pontos vermelhos, conforme sua legenda. Essas informações poderão ser úteis em processos de localização de territórios indígenas e de identificação de povos emergentes ou indiódescendentes.

Observa-se no mapa que, no nordeste da capitania, há o aldeamento do Rez.º do Duro. Na porção sul (atual Triângulo Mineiro) ele indica cinco aldeamentos: Prezidio do Rio das Pedras; Aldeya de S. Anna;

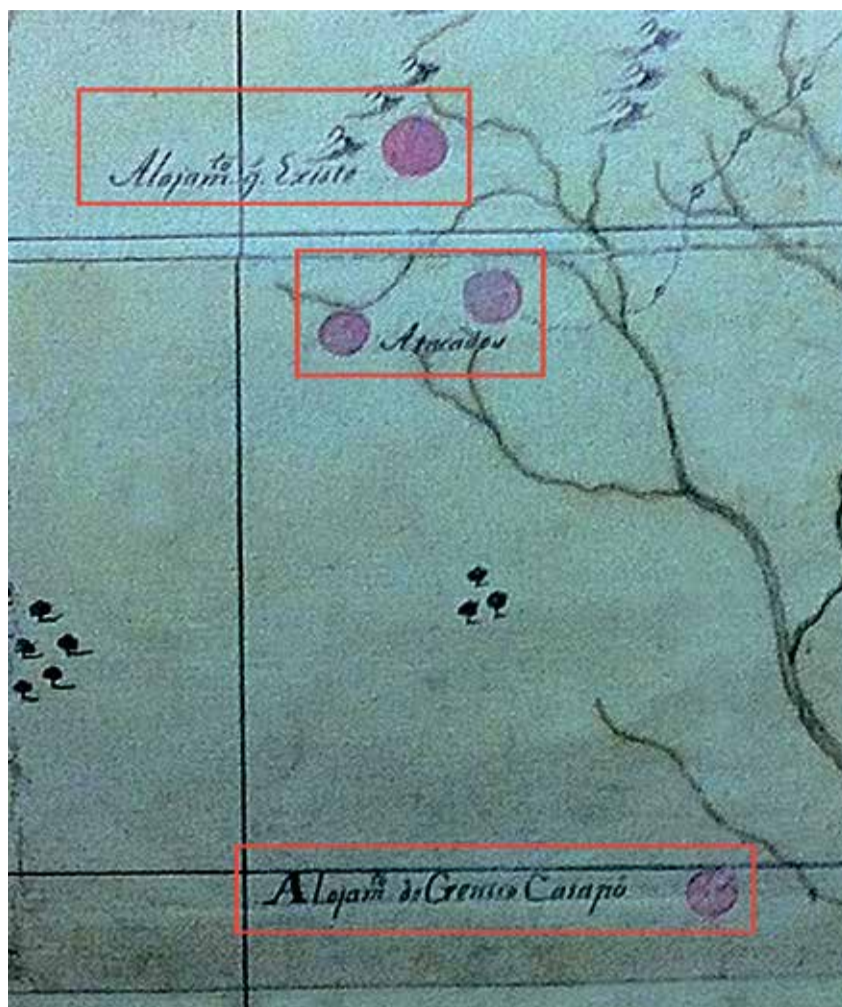


Figura 28 - Ampliação das ocupações indígenas mapeadas no sudoeste da Capitania de Goiás.

dois identificados como Descoberto (mas de difícil leitura); e um outro sem denominação. No sudoeste (Figura 28), mais quatro: Alojamento do Gentio Caiapó; Atacados; Alojamento que Existe; e um outro sem denominação.

À oeste do rio Araguaia, Figura 29, outras dez são apontadas. De sul para o norte, acompanhando os rios Das Mortes e Araguaya (passando pela Ilha do Bananal), estão: Gentio Bororó, Carajás, Xambibuá, Itapirapé, Cururu, Mongari, Gentiu Gradaú, Grapindayé, Guapingayé e Carajaú (de difícil leitura).

Por fim, no centro da capitania (Figura 30), três aldeamentos estão presentes: “Aldeya Maria” e “Aldeya d S. Jozé”, ao sul da capital Vila Boa; e “Carretão”, a meio caminho para Crixás.

Carta Corográfica Plana da Província de Goiaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da Província de Minas Gerais, de Cunha Matos [1836]

A “Carta Corográfica Plana da Província de Goiaz e dos julgados do Araxá e Dezemboque da Província de Minas Geraes” (Cf. neste GUIA p. 121), “organizada pelo brigadeiro Raimundo Jozé da Cunha Mattos” e publicada em 1836. Foi elaborada para acompanhar

Figura 29 - Recorte onde indica territórios indígenas no noroeste do “Mapa Geral de Toda Capitania de Uilla Boa de Goyas”.

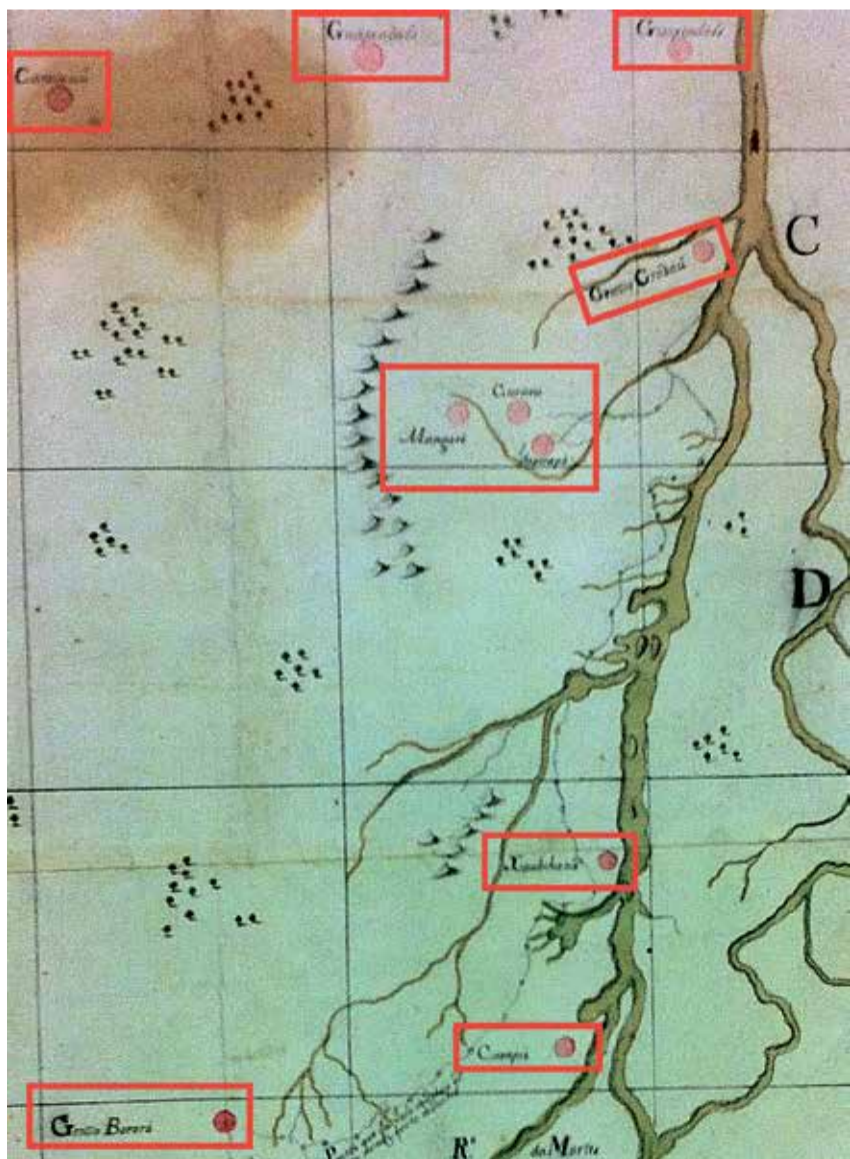




Figura 30 – Aldeamentos localizados nos arredores da capital Vila Boa de Goiás. Apesar da baixa qualidade da imagem, é possível perceber que há dois aldeamentos ao sul da capital (S. Jozé e Maria), e um ao norte (Carretão).

e costumes dos sertões brasileiros na primeira metade do século XIX. Além disso, há a correção (à caneta) de algumas informações publicadas no exemplar original.

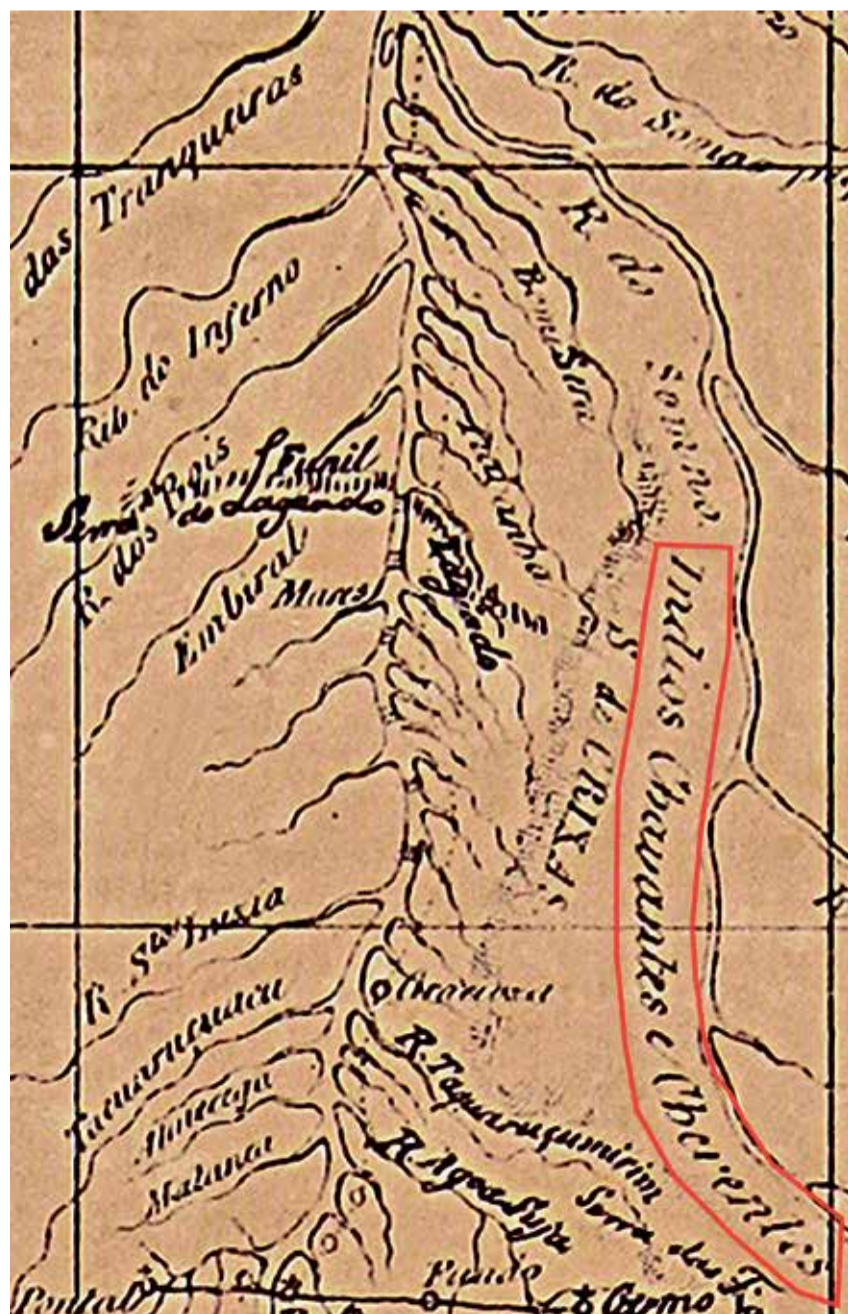
A respeito da localização de tribos na Província de Goyáz e adjacências, inicio pelo norte, fora da província, às margens do Tocantins em território Paraense, onde há a indicação da presença de índios Jacundá e outros de difícil leitura.

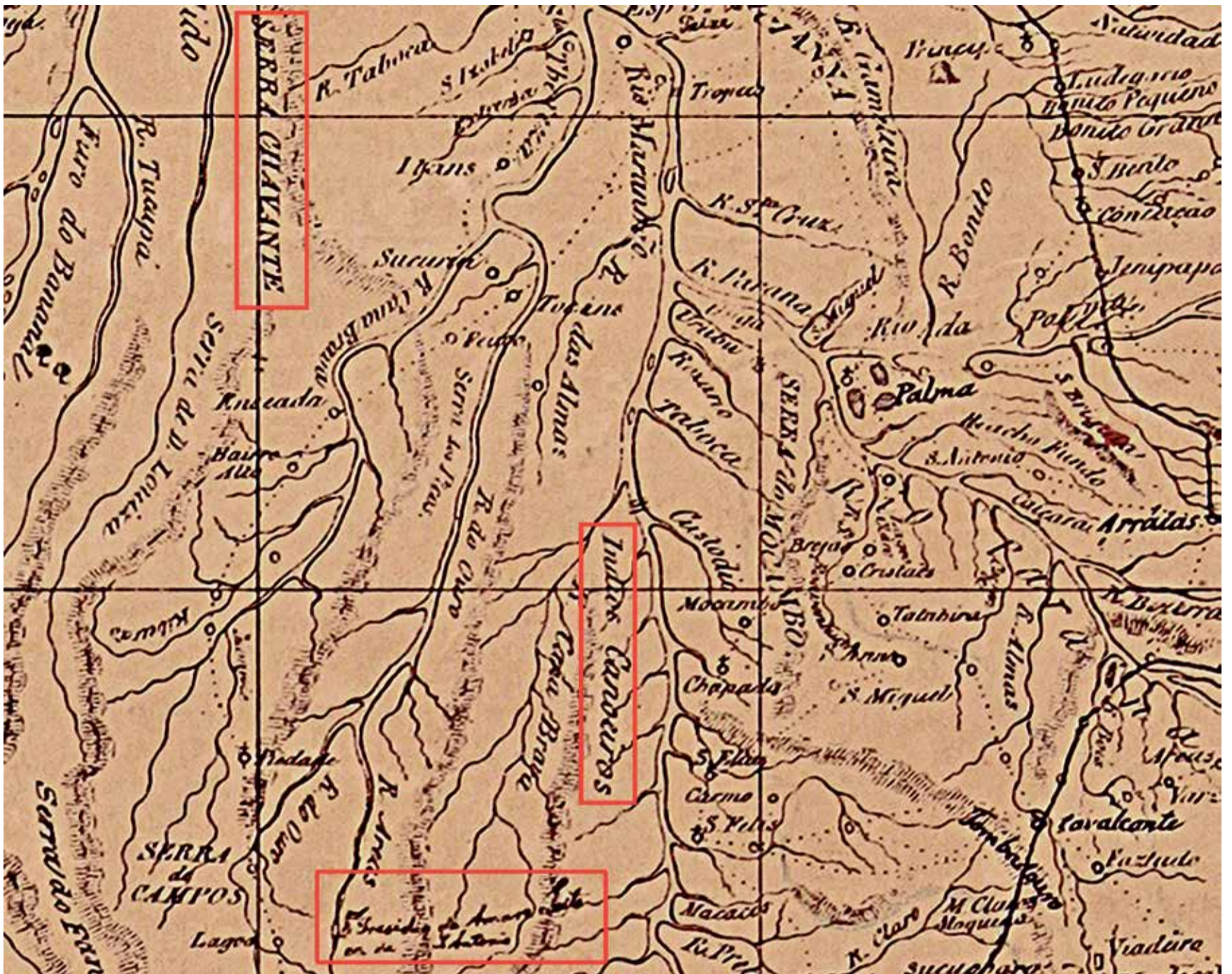
Acompanhando o rio Tocantins, acima do encontro com o Araguaia, há a identificação dos Apinajé, Botica, Carahós e Temembos ou Pepuxis, estes três últimos visíveis na figura 34. Entre o Tocantins e o Sonno, junto a Serra de Crixás, o militar grafou os índios Chavantes e Cherentes (Figura 31). Subindo o rio Tocantins, já no trecho chamado de Maranhão, a montante do rio Cana Brava, ele indica a presença dos Índios Canoeiros (Figura 32). Vale destacar que este povo está ausente em praticamente todos os mapas do período colonial analisados no presente artigo, com exceção do Mapa dos Bispados que referencia a

os itinerários escritos pelo referido militar em 1826, que foi “Governador das Armas de Goiáz”. Atualmente este mapa está arquivado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Sobre o mapa publicado, estão manuscritas informações do trajeto realizado pelo brigadeiro quando de sua campanha em Goiás, e os caminhos percorridos pelo naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire em 1819, notório pelo registro da fauna, flora, etnografia

Figura 31 – Detalhe do centro do mapa de Cunha Matos, onde consta a presença de Chavantes e Cherentes.





presença do “gentio de Canoa q’ fala a lingua geral” no mesmo rio Tocantins, e no “Mappa da extenção do segundo regimento de Cavalaria Auxiliar da Capitana de Goyáz”, que trata de umas terras “Despovoadaz pelas ustelides do Gentio Canoeiro”, conforme já expliquei nos respectivos itens neste artigo.

Ainda na figura 32, está anotado à caneta, na cabeceira do Rio do Ouro, o “Presídio de Amaro Leite ou de S. Antônio”. E entre esse mesmo rio e o Furo do Bananal está a Serra Chavante, remetendo-se aos índios homônimos que, por lá, dominavam.

Passando para o rio Araguaia (ou Grande), a partir de sua foz no rio Tocantins para o sul, o cartógrafo sinaliza os índios Tapirapé no rio de mesmo nome, afluente esquerdo do Araguaia. Mais ao sul, na mesma margem, há os Carajas e Carajavis, entre o Rio das Mortes e o “da Casca” (*sic*) – figura 33. Na foz do rio das Mortes quando chega ao Araguaia está anotado à caneta o “Presídio de S. Isabel”. (Figura 33)

Em relação aos aldeamentos, Cunha Matos mapeia as aldeias “de José Maria ou Sunancelhe” (de difícil leitura), “do Francisco ou Lapa” e a “do Bento [também de difícil leitura] ou Almeida” no baixo Araguaia. (Figura 34) Mais ao sul é possível ver a lo-

Figura 32 - Localização dos Índios Canoeiros no alto curso do Rio Maranhão [Tocantins].

calização do “Carc. de S.ta Maria”, provavelmente o cárcere ou presídio de mesmo nome, já sinalizado no presente artigo como destruído por uma confederação de índios Karajá, Xavante e Xerente.

Duro e S. José constam na região próxima a fronteira da Bahia, que antes era com Pernambuco, mas não como aldeamentos. Na figura 35 é possível ver grafado ao sul da capital Goyas as localidades de “Maria” e “S. Jozé de Mossâmedes”, este colocado em manuscrito, *a posteriori*. Entrementes, não há referência de que se trata de aldeamentos, consta apenas suas denominações, como se fossem povoados luso-brasileiros. Da mesma forma está o Carretão, indicado ao norte da capital, como se vê na mesma figura. Levando-nos a crer que esse militar cartógrafo teve a intenção de apagar a memória indígena dessas localidades.

Na região do “Sertão da Farinha Podre” (Figura 36), já indicado neste artigo como o atual Triângulo Mineiro, há referência de apenas um aldeamento,



Figura 33 – Sul da Ilha do Bananal e adjacências; presença de Carajas e Carajabis ao oeste, e a Serra Chavante à leste da ilha. Ao sul, no encontro dos rios Das Mortes e Araguaia, o Presídio de S. Isabel.

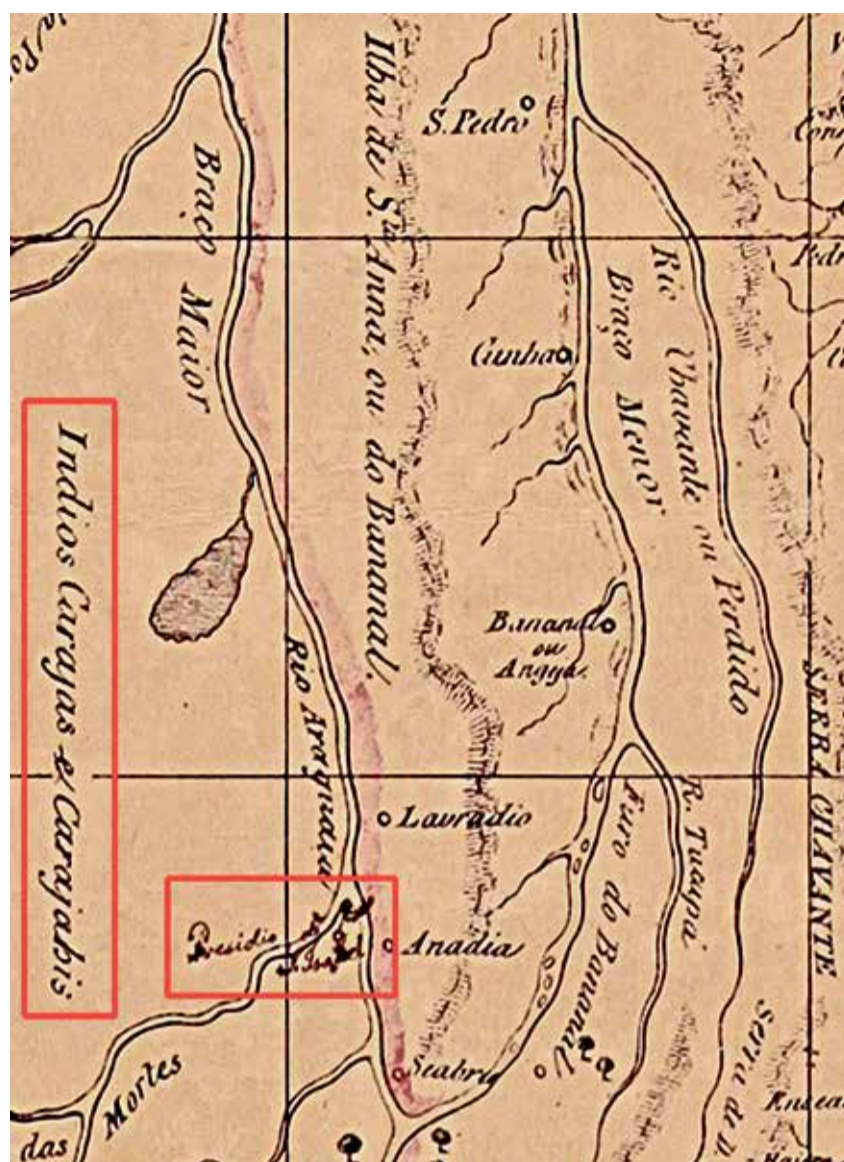
denominado “Aldeia Baixa”, próximo a localidade de Uberaba. Os aldeamentos de rio das Pedras, Estiva, Pissarrão, S.ta Anna e Lanhoso, visitadas em 1819 por Saint-Hilaire, não estão assinalados como tal, mas como simples localidades. Também não consta a aldeia de Boa Vista, visitada pelo mesmo viajante. Ravnani (1987, p. 136-138) indica que os aldeamentos de Estiva e Boa Vista foram erigidos por volta de 1788, como já mencionado neste artigo.

Vale anotar que a oeste dessa região, conforme se observa na mesma figura, está grafado “Sertoens da Parahiba ou Farinha Podre, quazi despovoados”, no local onde comprovadamente viviam diversos Cayapós a época.

Essa área do atual Triângulo Mineiro é apontada por Nimuendaju (2002 [1944]) como terra de Cayapós, e por Loukotka (1967) como de Panariás¹¹ e Guarinos, além de Araxás e Araxuás mais para o leste.

Mappa dos itinerários levantados pela Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil (1894)

Este mapa (Cf. neste GUIA p. 245) foi elaborado nos últimos anos do século XIX pelo grupo conhecido como Comissão Cruls,¹² responsável pelos levanta-



tamentos e estudos do local de implantação da nova capital do Brasil. Ele ilustra o pensamento preconceituoso que o país estabeleceu após a Proclamação da República (1889/1992) em relação ao índio brasileiro. O início da República foi marcado pela “cabocização” de muitos povos indígenas, estes se utilizaram da estratégia de se autoidentificarem como “caboclos” devido à intensificação da violência e preconceito contra os que se intitulavam “índios” (ÂNGELO, 2013).

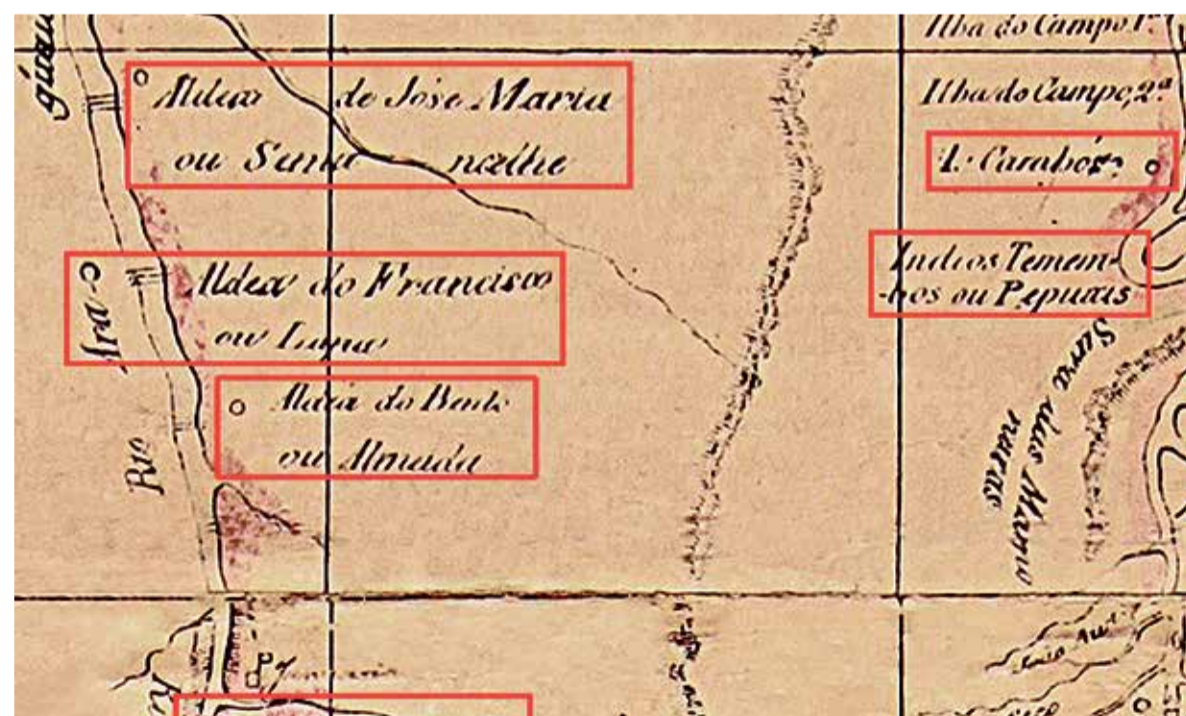


Figura 34 – Aldeias localizadas no baixo Araguaia, bem como o Cárcere de S.ta Maria. No rio Tocantins, a leste, verifica-se a presença dos “Índios Temembos ou Pepuxis” e dos “Carahós”.

11. Rodrigues e Dourado (1993) demonstraram que os atuais Panarás que vivem na Floresta Amazônica entre o sul do Pará e o norte de Mato Grosso apresentam língua similar aos Cayapós e Panariás do Sertão da Farinha Podre, registrados por Saint-Hilaire e outros viajantes. Girdalin (2000) apresenta outros elementos que demonstram a proximidade cultural entre estas etnias, por exemplo que na mitologia dos Panará eles acreditam “que seus ancestrais vieram do leste, de uma área de campo aberto, para a área de floresta fechada do Rio Peixoto de Azevedo e que os inimigos estão no leste e não no oeste” (p. 175). Ou seja, algumas famílias dos Cayapó meridionais, conhecidos também como Bilreiros ou Ubirajaras, conseguiram migrar de seu território original, uma região de Cerrado que se expandia desde o atual Triângulo Mineiro e norte paulista até o sul do Mato Grosso, para a Amazônia. A retirada se deveu após as recorrentes investidas de bandeirantes e colonos sobre seu território, como o do já citado Antônio Pires de Campos (v. item sobre o padrão Ângelo dos Santos Cardoso).

12. Mais informações sobre essa Comissão poderão ser obtidas no artigo de Elias Manoel da Silva, neste GUIA p. 232.

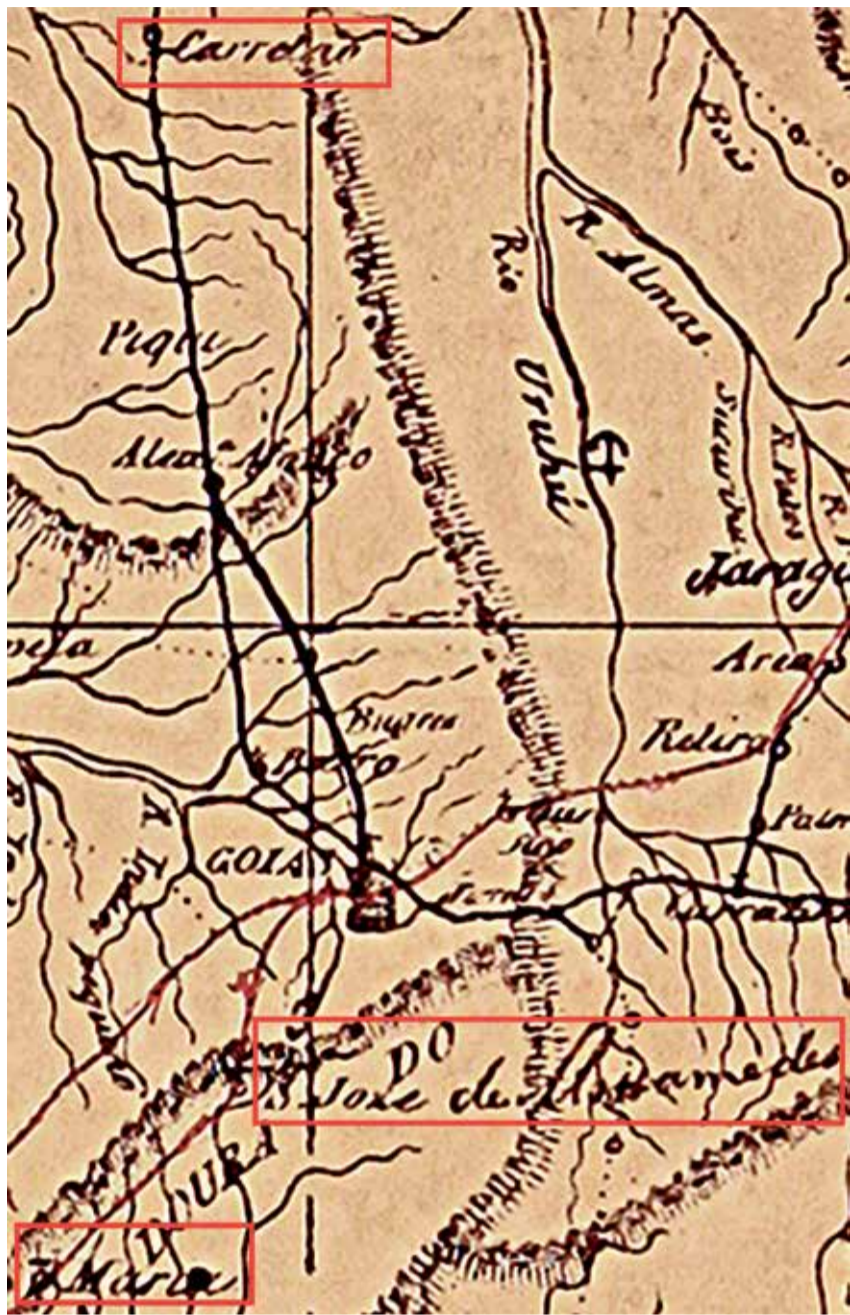


Figura 35 – Os aldeamentos de Maria I, São José de Mossamedes e Carretão aparecem como simples povoações, sem nada que os difira de outras localidades Luso-Brasileiras na carta.

nacionalidades. O extermínio de Canudos (1896/7) no sertão baiano ilustra bem esse momento (SANTOS, 2013, p. 255).

Outro exemplo típico desse tipo de postura é dedicado ao embaixador brasileiro na França, Luiz de Souza Dantas, que dirigiu a palavra ao antropólogo Claude Lévi-Strauss em um jantar em Paris, no momento em que este memorável etnógrafo estaria de partida para lecionar sociologia na Universidade de São Paulo (USP), no começo dos anos 1930. Lévi-Strauss perguntou:

[...] sobre os índios e como deveria proceder para visitar alguma comunidade indígena. O embaixador lhe respondeu: “Índios? Infelizmente, prezado cavalheiro, lá se vão anos que eles desapareceram. Ah, essa é uma página bem triste, bem vergonhosa da história de meu país. Mas os colonos portugueses do século XVI eram homens ávidos e brutais. Como reprová-los por terem participado da rudeza geral dos costumes? Apanhavam os índios, amarravam-nos na boca dos canhões e estraçalhavam-nos vivos, a tiros. Foi assim que os eliminaram, até o último. Como sociólogo, o senhor vai descobrir no Brasil coisas apaixonantes, mas nos índios, não pense mais, não encontrará nem um único.... (In LÉVI-STRAUSS, Claude. 1955. Tristes Trópicos apud RICARDO e RICARDO, 2011, p. 3).

A necessidade de afirmar o Brasil como nação independente, moderna e unida, desvinculada do passado lusitano representado pelo período colonial e imperial, levou diversos estadistas e servidores do Estado a eliminarem o índio daquele momento da história nacional, ou qualquer indício que pudesse ameaçar o poder com a volta da monarquia ou ameaçar a “unidade nacional” com a presença de outras

Como disse, a ideia de um país moderno não era compatível com a presença de indígenas no território. Nos mapas do início do período republicano não há indicação de aldeias ou territórios indígenas, e quando há, não se tem a preocupação de identificar qual é o povo e, sim, de registrar o preconceito de vê-los como animais, pragas.

Sobre isso, este mapa que analiso, elaborado pela Comissão Cruls, utiliza o termo “região infestada pelos índios” (grifo meu) para “alertar” da presença indígena na região ao norte da “Chapada dos Viadei-



Figura 36 – Recorte com o “Sertão da Farinha Podre”, atual Triângulo Mineiro.

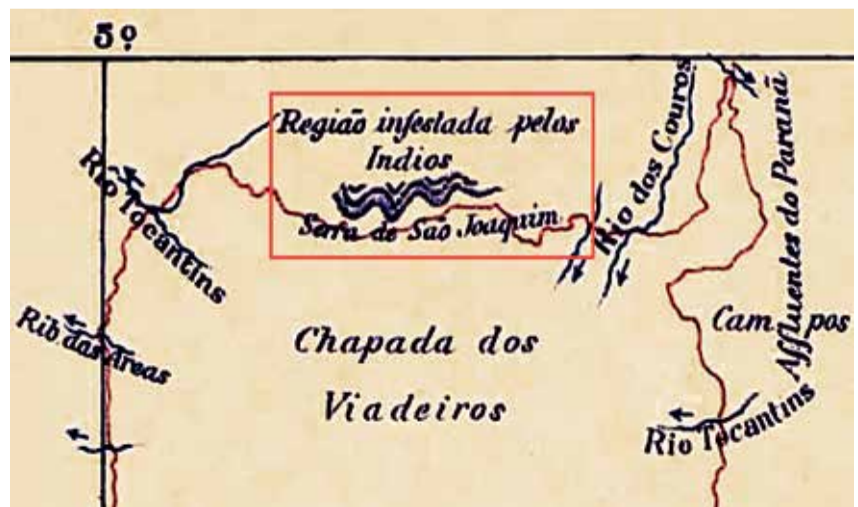


Figura 37 – “Região infestada pelos índios” ao norte da Chapada dos Viadeiros.

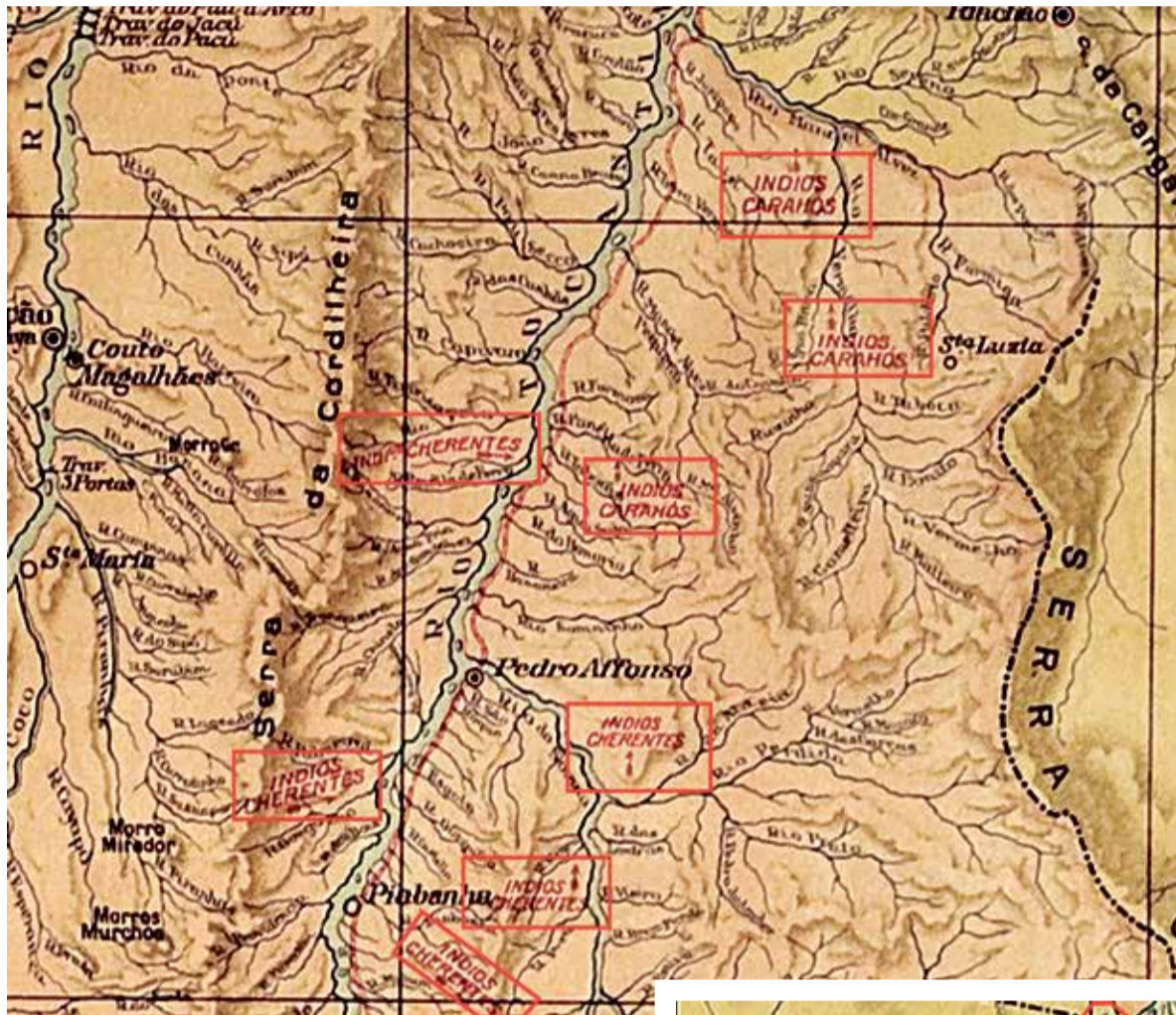


Figura 40 - Localização de diversas tribos Carahôs e Cherentes no norte do então estado de Goyáz.

“Mapa Geral de Toda Capitania de Vila Boa de Goiás”, de 1820.

Ao sul da capital Goyaz, consta o arraial de S. José de Mossâmedes e a Aldeia Maria (Figura 42). Apesar do primeiro não estar identificado como um aldeamento, o segundo denota que, pelo menos até o ano de 1918, se preservou claramente a referência ao aldeamento estabelecido no início da década de 1780 para abrigar os Cayapó meridionais. É possível que esses índios (ou seus descendentes) ainda viviam por lá.

desconhecido”. Este ponto é exatamente aquele onde o “Mappa da extensão do segundo regimento de Cavalaria Auxiliar da Capitana de Goyáz” (Cf. neste GUIA p. 62) de 1782, anotou que foi despovoado devido às hostilidades dos índios Canoeiros, mas que o local detinha “terras boas” para a pecuária. Entrementes, pelo visto, é bem provável que até o momento da elaboração do presente mapa (1918), os índios Avá-Canoeiro mantiveram guardada essa parte de seu território.

Esta carta de 1918 também faz referência a uma Missão junto à cidade de Duro. Atualmente, a cidade mudou de nome, chama-se Dianópolis, mas o povoado de Missão é a toponímia utilizada até os dias de hoje na localidade onde recebeu os aldeamentos daquela região. Sua população descendente dos indígenas que lá viveram, conservam um dos aldeamentos, realizando anualmente festejos (SANTOS, 2013, p. 206-207), conforme já abordei no item que trato do

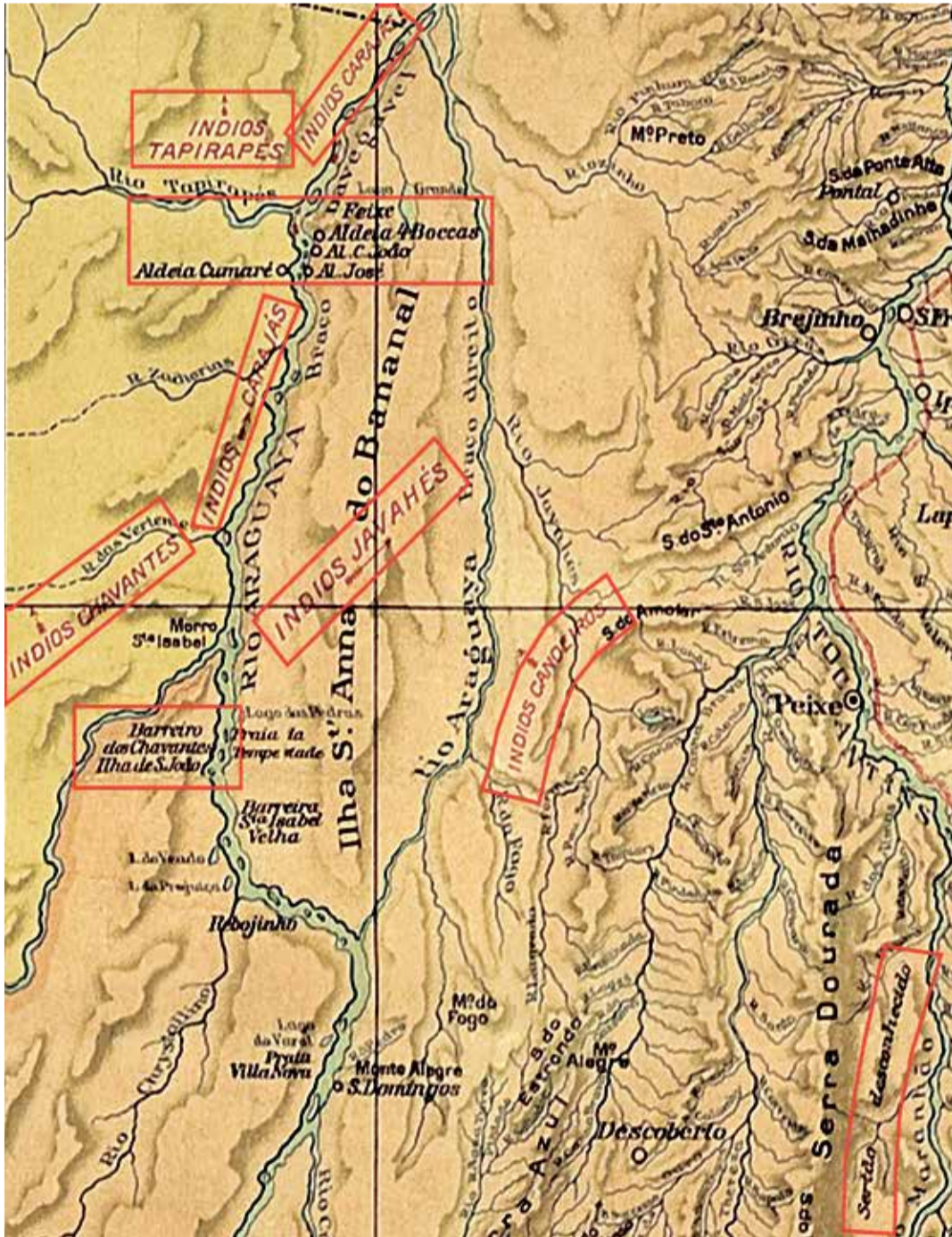


Figura 41 - Localização de tribos indígenas na região da Ilha do Bananal, e do “Sertão desconhecido” entre a Serra Dourada e o Rio Maranhão.

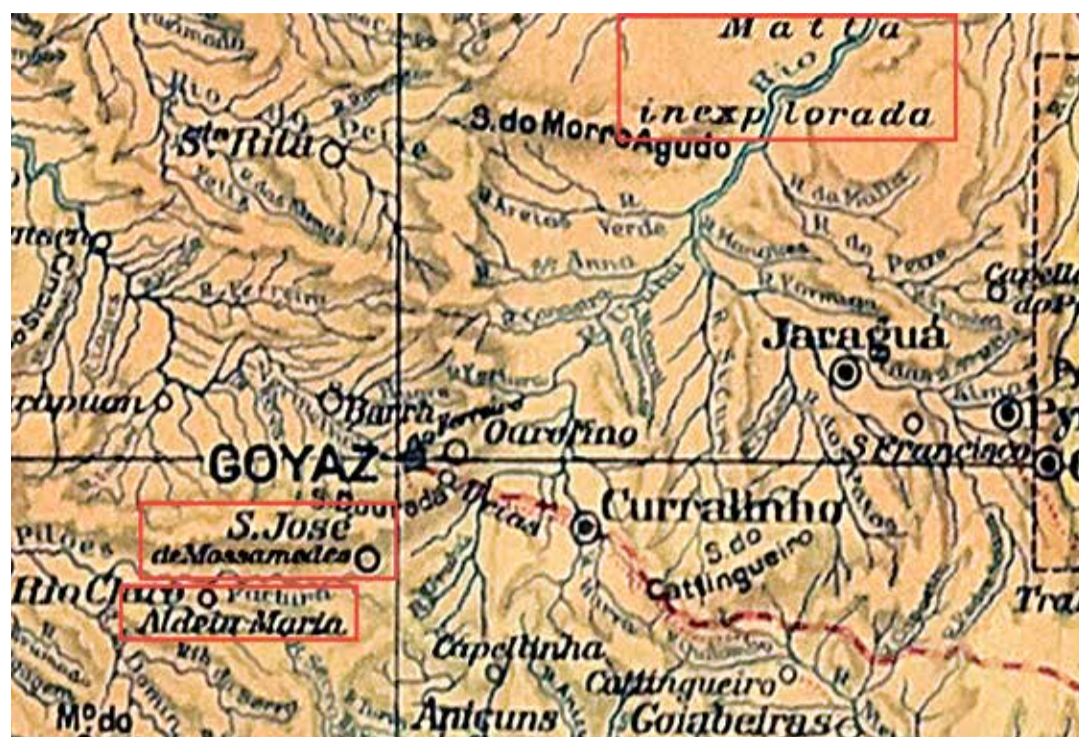


Figura 42 – Aldeia Maria e arraial de S. José de Mossamedes, referência aos aldeamentos setecentistas implantados ao sul da capital Goyáz. Note que há uma “Matta inexplorada” junto ao Rio das Almas.

porretes; é muito claro e bem feito; anda todo nú, assim homens como mulheres. Tinham 19 ranchos, todos redondos, bastantemente altos e cobertos de palmito, com uns buracos juntos ao chão em lugar de portas; em cada um destes viviam 20 a 30 casais juntos, as camas eram uns cestos de buritis que lhes serviam de colchão e cobertas; eram pouco mais de 600 almas; estava situada toda esta aldeia junto dum grande córrego com bastante peixe e bom; no segundo dia que marchamos a buscá-la, encontramos um rio caudaloso em que havia muitos peixes, cajus, palmitos e muita caça, que nos serviu de muito. Nesta aldeia achamos 200 mãos de milho, 25 batatais, muitas araras e também alguns periquitos, que nos serviam de sustento e de regalo; tinham também bastante copias de cabaca e panelas e uma grande multidão de cães, que mataram quando fugiram e retiraram de todo, só a fim de não serem sentidos das nossas armas, como experimentamos depois nas bandeiras que se lançaram a espia-los. (narrativa do alferes José Peixoto da Silva Braga ao padre Diogo Soares, em 1734, a respeito da expedição de Bartolomeu Bueno da Silva II, de 1722, in Zoaroastro Artiaga, Contribuição para a História de Goiaz, p. 16-23, Goiânia, Departamento Estadual de Cultura, 1947, apud Bertran, 1999, p. 76).

Comparando a descrição dos alimentos, utensílios, animais e configuração da aldeia com a dos atuais Xavante, a similaridade é gritante, especialmente com a aldeia Etenhiritipá, na Terra Indígena Pimentel Barbosa, município de Canarana/MT, que tive a oportunidade de visitar em maio de 2012, conhecida como uma das últimas desse povo que, ainda, mantém costumes e configuração como faziam seus ancestrais. Assim, é bem provável que os antigos Crixás (Krixá ou Quirixá) da literatura colonialis-

Mapa etnolinguístico do Planalto Central e adjacências – por volta do ano de 1700 (2013)

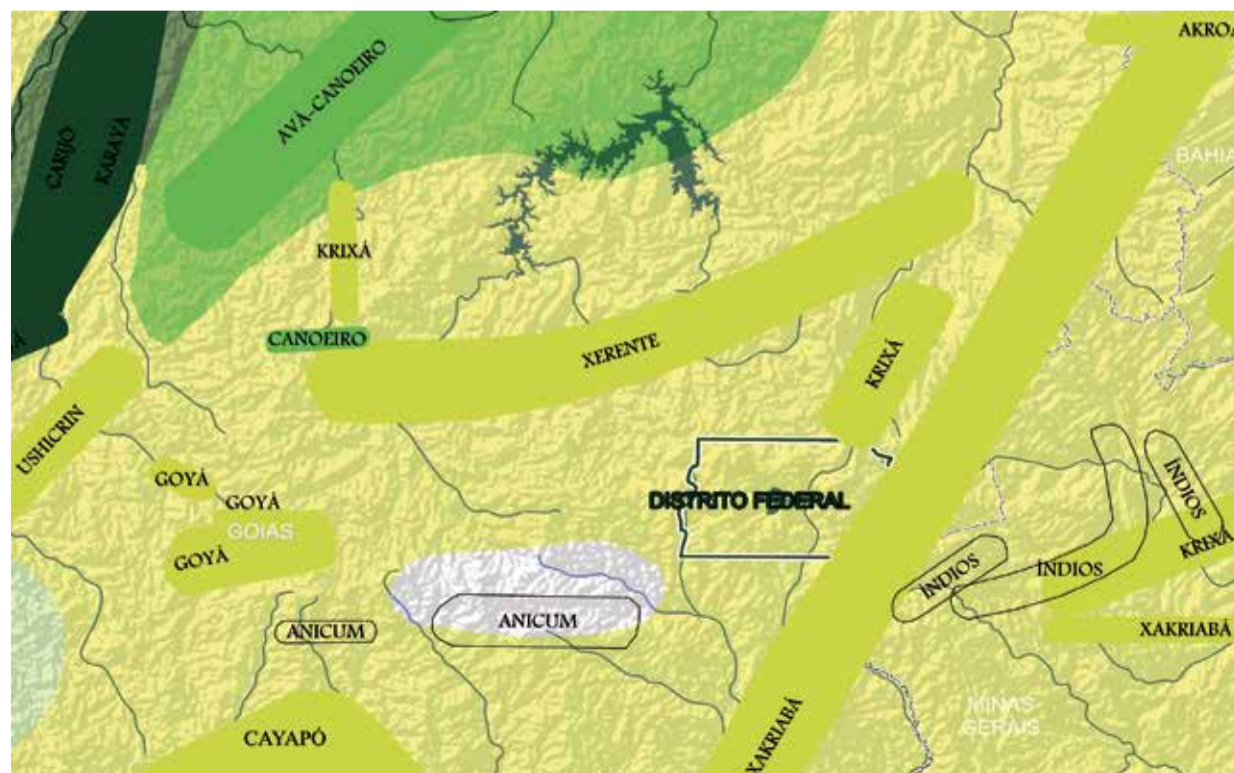
O mapa da p. 186 deste GUIA, elaborado pelo presente autor (SANTOS, 2013), utilizou como fontes além de mapas históricos apresentados no presente artigo, os mapas de Nimuendaju (2002 [1944]) e Loukotka (1967), relatos de viajantes, livros de história, laudos e estudos etnográficos, mas principalmente: os históricos de 1.100 municípios reunidos em IBGE (2012), onde 155 deles apresentaram informações relevantes para a localização de etnias na área do mapa.

Este mapa traz informações étnicas que ainda não haviam sido cartografadas. Por exemplo, informa que houve, pelo menos, duas etnias que tiveram algum tipo de registro na região do Distrito Federal. São os índios Krixá e os Xakriabá (Figura 43).

O Krixá está registrado na obra de Paulo Bertran (1999, p. 67) que apresenta relatos do século XVIII sobre uma tribo “Quirixá”. Ele baseia-se principalmente nos relatos do alferes Silva Braga, da expedição de Anhanguera II, que se deparou com uma aldeia desses índios nas cabeceiras do rio Paranã, próximo a atual cidade de Formosa:

Chama-se esse gentio Quirixá, vive aldeado, usa arco e flexa e

Figura 43 – Povos indígenas que habitavam a região do Distrito Federal e entorno por volta do ano de 1700 de acordo com o “Mapa Etno-linguístico do Planalto Central e adjacências” de Santos (2013).



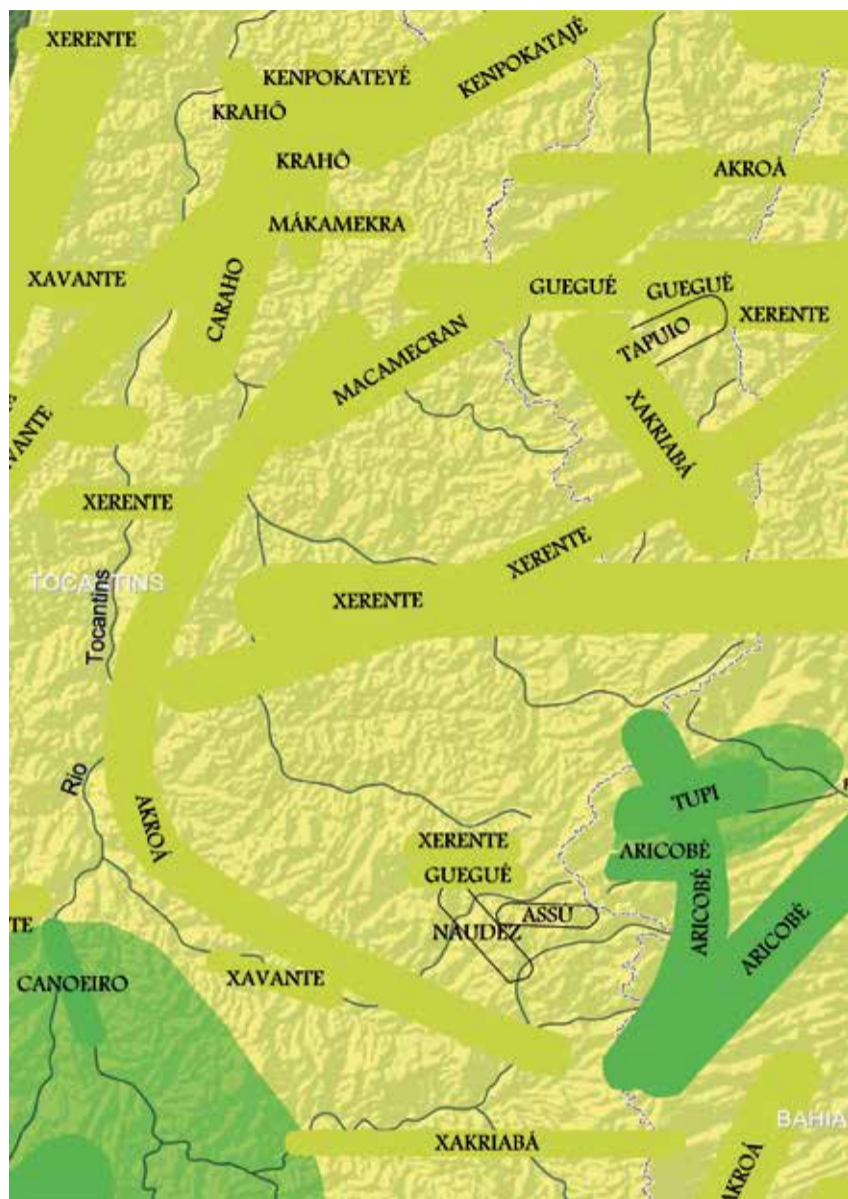


Figura 44 - Recorte do “Mapa Etnolinguístico do Planalto Central e adjacências” na altura do atual leste do estado do Tocantins, onde estão representados os povos indígenas que viviam ali por volta do ano de 1700.

Assim, pode ser que os Xerente, Krixás e Xakriabás citados sejam o mesmo povo, registrados em momentos diferentes com nomes distintos. Já que Lopes da Silva (1998 [1992], p. 357) indica que os Xavante e os Xerente formavam um povo só que se separaram no século XIX, quando os primeiros migraram do norte do então Goiás (atual Tocantins) para a região do rio das Mortes em Mato Grosso.

Antes disso, entretanto, no século XVII, é possível que os Xakriabá faziam parte do mesmo grupo, quando o território Akwén se expandia entre os rios São Francisco e Tocantins, como relata Donizete, um professor indígena Xakriabá em entrevista coletada por mim na Terra Indígena deste povo:

O [povo] Xakriabá antes ficava lá perto de Itacarambi [...] onde tem o São Francisco aquele rio. Porque ali já ficava perto dos Cayapó e dos Xavante. Era um povo só. E depois, com as guerras, foram se dividindo, que hoje tem até Xerente lá no Tocantins, Xavante no Mato Grosso, Xakriabá aqui mas, porém, era um povo só. [...] Aí se dividiram, uns foram para lá e outros ficaram aqui. Quando tinha essa época, não existia contato nenhum com branco. (Entrevista com Donizete Barbosa de Sousa, indígena Xakriabá, professor na aldeia Brejo do Mata Fome, Terra Indígena Xakriabá, município de São João das Missões/MG, em novembro de 2011, apud SANTOS e ELOY, 2012).

ta também sejam um povo Akwén, conforme afirma Rodrigues (2004):

[...] um outro povo, cuja presença a leste do Araguaia foi registrada no século XVIII, é o povo Krixá, cujo nome ficou fixado no topônimo goiano Crixás. Pois esse é o nome que os dois povos indígenas vizinhos dos atuais Xavante dão a estes em suas respectivas línguas: em Karajá Krysa ou Kyrysa e em Tapirapé Kyrytxa. Isso faz pensar que os atuais Xavante ou A'wen são descendentes dos Krixá do século XVIII (p. 71).

No período colonial brasileiro os Akwén “ocupavam originalmente a bacia do Tocantins, desde o sul de Goiás até o Maranhão, estendendo-se do rio São Francisco ao Araguaia” (D. RIBEIRO, 2009 [1970], p. 80). Akwén refere-se a todos os povos falantes de uma mesma língua Jê Central. Atualmente há dois povos Akwén que mantêm seu idioma original, os Xavante e os Xerente (SANTOS, 2013, p. 271). Os Xerente foram registrados por Loukotka (1967) vivendo nas imediações do Distrito Federal, pouco ao norte, como pode ser observado na figura 43.

Os Xakriabá, que também aparecem no “Mapa Etnolinguístico do Planalto Central e adjacências” localizados no Distrito Federal, também é um povo Akwén, porém não mais falante do idioma indígena. Entrementes, iniciaram um intercâmbio cultural com os Xerente para resgatar sua língua nativa (SANTOS, 2013, p. 270).

Em tempos mais longínquos, antes do século XVI, é possível que os Akwén tenham tido contato com o litoral do leste do Brasil, de acordo com os estudos de Welch (2009, p. 21-22).

Também é possível observar no detalhe da figura 43 a presença dos povos Anicun, Goyá e Ushicrin, a oeste da atual capital federal, e que não constam em nenhum mapa histórico aqui analisado, mas aparecem em relatos de sertanistas dos séculos XVII e XVIII e nos mapas de Nimuendaju (2002 [1944]) e Loukotka (1967). O “Mapa Etnolinguístico do Planalto Central e adjacências” também faz referência a povos Naudez e Assu (Figura 44), na região dos aldeamentos de Duro e Formiga, conforme apontam os históricos do IBGE (2012).

No norte da antiga Capitania de Goiás constam, por volta do ano de 1700, os povos Kenpokatajê, Macamecran e Krahô, em local que atualmente pertence ao estado de Tocantins. Desses, apenas os Carahô (Krahô) serão citados nos mapas do século XIX. Isso, talvez, tenha ocorrido devido alguma incompatibilidade na grafia do nome étnico entre as diversas fontes utilizadas pelos cartógrafos. Mas estes povos, que possivelmente pertencem ao subgrupo Timbira da família Jê Setentrional, podem ter ocupado estas terras após terem sido expulsos pelos currais que passaram a surgir no sul do Piauí a partir do final do sécu-



lo XVII, como já abordado no item que trato sobre o “Mapa dos Rios Tocantins e Araguaia”, de 1813.

Às páginas 186-190, o leitor poderá observar os mapas que apresentam a evolução de deslocamentos e resistência dos povos indígenas do Planalto Central, desde o ano de 1700 ao ano de 1900. Apesar de alguns povos não constarem mais nos mapas, é possível que remanescentes de suas populações estejam vivendo em comunidades rurais isoladas nos sertões do Brasil Central (SANTOS, 2013, p. 319-320).

Conclusão

Com base nos mapas históricos analisados no presente artigo observa-se a recorrente referência a notáveis tribos na Capitania de Goiás no decorrer do século XVIII, são elas a Xavante (a noroeste), a Akroá (a nordeste), a Cayapó (a sudoeste) e Curumaré (na Ilha do Bananal). Além delas, que aparecem em praticamente todas as cartas que trazem registro de localização étnica da região nesse período histórico, há outros povos que são mencionados em pelo menos uma carta setecentista, como os Canoeiros (ou Avá Canoeiro), os Javaé, os Karajá e os Chicriabá (Xakriabá). E por fim, observando o “Mapa Etnolinguístico do Planalto Central e adjacências”, outras fontes ainda fazem menção aos Krixá, Xerente, Anicun, Goyá, Ushicrin, Naudez e Assú.

No século XIX, outras etnias começam a constar nos mapas. Ao norte de Goiás, constam os Apinajé, Neraquagé, Puxiti, Picobigê, Ponecategé, Prurecamecran, Canacategê, Crurecamecran, Piocamecran, Aogê, Crangê, Botica, Carahós e Temembos ou Pepuxis. Esse “surgimento” em Goiás pode ter ocorrido devido às “correrias” que os povos Timbira realizaram para oeste ao ver seu território nativo no sul do Piauí invadido por currais baianos, no século XVIII.

Ao longo do Araguaia, ou a oeste dele, também passam a ser registrados os Xambibuá, Itapirapé, Cururu, Mongari, Gradaú, Grapindayê, Guapingayê, Carajaú e Carajavis. Isso deve ter ocorrido devido ao maior conhecimento que os Luso-Brasileiros foram adquirindo nessas regiões a partir do último quartel do século XVIII, após se concretizar as comunicações fluviais com Belém do Grão-Pará devido às expedições de Tomás de Souza. Pois no período áureo da mineração (segundo quartel do séc. XVIII) não se tinha muito interesse em atingir a região do baixo Araguaia, devido a inexistência de garimpos e abundância de “tribos hostis”. Os aldeamentos (reduções ou presídios) registrados em mapas históricos são mais recorrentes nos mapas setecentistas. Dentre eles destacam-se aqueles construídos por bandeiras na primeira metade do século XVIII para Boróros e Parecís na estrada que ligava com a Vila de São Paulo, próximo aos rios Das Pedras e Pissarrão, e o formado por padres jesuítas denominado Sant’Anna, na mesma região do atual Triângulo Mineiro. Também há referência aos aldeamentos de Duro e Formiga próximo à Serra Geral, erigido para Akroás e Xakriabás; o Maria I, São José de Mossâmedes e Carretão de Pedro

III para Cayapós, Xavantes e outros na região da capital Vila Boa de Goyáz; e o Nova Beira e Santa Maria, dentre outros ao longo do Araguaia, construídos para aprisionar Karajás e Javaés, mas que recebeu outros povos, e foram destruídos por uma confederação que envolveu Karajás e Jês.

Os mapas do século XIX em diante irão, cada vez mais, ilustrar estes aldeamentos como simples localidades, apagando a história indígena presente nesses presídios que serviram para povoar áreas com uma população ruralizada a partir da conversão de índios em agricultores, bem como combater índios “indolentes” que “impediam” o avanço da frente de expansão colonial. Mas que, na verdade, buscavam proteger seu território ancestral que ano a ano era invadido e usurpado pelos luso-brasileiros.

Nos mapas do período inicial da República, o preconceito dos servidores do Estado em face dos poucos índios que resistiram vivendo em território emancipado do domínio brasileiro se manifestava nas cartas oficiais. O uso de termos como “região infestada pelos índios” se torna regra geral em todos os mapas analisados para o início desse período.

Por fim, o “Mapa Etnolinguístico do Planalto Central e adjacências”, elaborado recentemente em minha pesquisa de mestrado, encerra este artigo localizando etnias que não constam nos mapas históricos, mas que aparecem em outras fontes como relatos de viajantes, etnografias e, principalmente, nos históricos do IBGE (2012), ineditamente mapeados.

Assim, ficou revelado em cartografia que os povos Krixá e Xakriabá viveram no Distrito Federal, e os Xerente nas adjacências. Além disso, as etnias Anicun, Goyá e Ushicrin, à oeste da atual capital federal; Naudez e Assú, próximo a Serra Geral; e Kenpokatajê, Macamecran e Krikati, no norte da antiga Província de Goiás, adicionam informações etnonímicas e de etnolocalização além das encontradas nos mapas históricos apresentados neste GUIA.

Apesar de não ter sido explorado neste artigo, uma pesquisa toponímica poderá indicar a morada de outras etnias. Por exemplo, a Serra do Caiapó recebeu este nome devido à presença de índios homônimos. O rio Crixás, Chavante, Caiapó e Tapirapé também indicam que nesses locais existem ou existiram as respectivas tribos. Até mesmo o nome de localidades como Anicuns, Crixás e Caiapônia, rememora a presença indígena na região.

Com este artigo, podemos ver que a diversidade étnica de nosso país era muito maior do que vemos hoje, e que os mapas históricos podem nos ajudar a desvendar quem eram e onde estavam os povos originários de nosso país, desde que o pesquisador tenha um olhar crítico sobre a obra, pois por se tratar de mapas, produtos do intelecto humano, estão arraigados de ideologia. E, portanto, ao invés de esclarecer, podem suscitar outras dúvidas.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADONIAS, Isa; FURRER, Bruno. Mapa: Imagens da Formação Territorial Brasileira. Rio de Janeiro: Fund. Emílio Odebrecht, 1993.
- ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Anais da Província de Goiás. Goiânia: Sudeco, 1979 [1869].
- ÂNGELO, Francisca Navantino Pinto de. (Chiquinha Paresi) [banca examinadora] Curso de mestrado profissional em desenvolvimento sustentável junto a povos e terras indígenas, Programa de Pós-Graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Banca examinadora da dissertação de mestrado "O gê dos gerais – elementos de cartografia para a etno-história e etnolinguística do planalto central: contribuição à antropogeografia do cerrado", de Rodrigo Martins dos Santos. Brasília: 8 fev. 2013.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. [banca examinadora] Curso de mestrado profissional em desenvolvimento sustentável junto a povos e terras indígenas, Programa de Pós-Graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Banca examinadora da dissertação de mestrado "O gê dos gerais – elementos de cartografia para a etno-história e etnolinguística do planalto central: contribuição à antropogeografia do cerrado", de Rodrigo Martins dos Santos. Brasília: 8 fev. 2013.
- _____. Quilombos: Geografia Africana – Cartografia Étnica – Territórios Tradicionais. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2009.
- APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Os Akroá e outros povos indígenas nas Fronteiras do Sertão: As práticas das políticas indígena e indigenista no norte da Capitania de Goiás – século XVIII. Tese de Doutorado em História. Recife: UFPE, 2005. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/local--files/tese:apolinario-2005/apolinario_2005_akroa.pdf>. Acesso em: 13 set. 2013.
- BERTRAN, Paulo. História da Terra e do Homem do Planalto Central: Eco-História do Distrito Federal, do indígena ao colonizador. Brasília: Paidéia, 1999.
- CAPISTRANO DE ABREU, João. Capítulos de História Colonial (1500-1800) & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. 5. ed. rev., prefaciada e anotada por José Honório Rodrigues. Brasília: Ed. UnB, 1963 [1907].
- CASAL, Manuel Aires de. Corografia Brasília ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brazil, tomo I. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817.
- CINTRA, Jorge Pimentel. A cartografia digital como ferramenta para a cartografia histórica. In: Anais do 3º Simpósio Iberoamericano de História da Cartografia. Parati-RJ: [s.e], 2010.
- _____. O Mapa das Cortes: perspectivas cartográficas. In: Anais do Museu Paulista, v. 17, n. 2, p. 63-77. São Paulo: MP-USP, 2009.
- CHAIM, Marivone Matos. Aldeamentos Indígenas: Goiás 1749-1811. 2. ed. São Paulo: Nobel; Brasília: INL, 1983 [1974].
- CORTESÃO, Jaime. História do Brasil nos velhos mapas. Tomo I. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco/MRE, 1965.
- DAVEAU, Suzanne. Lugares e Regiões em Mapas Antigos. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero; GARCIA, João Carlos; FLORES, Jorge Manuel. Lugares e regiões em mapas antigos. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997.
- FARIA, Maria Dulce de. Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011.
- GIRALDIN, Odair. Renascendo das cinzas: um histórico da presença dos Cayapó-Panará em Goiás e no Triângulo Mineiro. In: Sociedade e Cultura, v. 3, n. 1, p. 161-184. Goiânia: UFG, 2000. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/462/445>>. Acesso em: 19 set. 2013.
- _____. Catequese e civilização: os capuchinos "entre" os "selvagens" do Araguaia e Tocantins. In: Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, sér. Ant. 18(2), 2002. Belém: MPEG, 2002. Disponível em: <http://www.uft.edu.br/neail/file/odair_catequese_civilizacao.pdf>. Acesso em: 13 set. 2013.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades: História. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 21 set. 2012.
- _____. Araguacema. In: IBGE cidades – histórico. Rio de Janeiro: IBGE, 2013a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=170190&search=tocantins|araguacema#historico>>. Acesso em: 3 set. 2013.
- _____. Dianópolis. In: IBGE cidades – histórico. Rio de Janeiro: IBGE, 2013b. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=170700&search=tocantins|dianopolis|infograficos:-historico>>. Acesso em: 26 set. 2013.
- _____. Porto Nacional. In: IBGE cidades – histórico. Rio de Janeiro: IBGE, 2013c. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos_cidades/historico_conteudo.php?codmun=171820>. Acesso em: 5 set. 2013.
- LEME, Luiz Gonzaga da Silva. Genealogia Paulistana, vol. 4.º. São Paulo: Duprat & Comp., 1904. Disponível em <<http://www.alfredo.com.br/arquivos/genea04.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2013.
- LOPES DA SILVA, Aracy. Dois séculos e meio de história Xavante. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. História dos Índios no Brasil. 2. ed. p. 357-378. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 [1992].
- LOUKOTKA, Čestmír. Ethno-Linguistic Distribution of South American Indians. In: Annals of The Association of American Geographers, vol. 57, n. 2, jun., map supplement n. 8. Joseph E. Spencer & Norman J. W. Thrower (editors). 1 mapa, color, escala 1:8.500.000. Washington-DC: AAG, 1967.
- LOWIE, Robert H. The Northwestern and Central Ge. In Steward, Julian H. (Org.) Handbook of South American Indians, vol. 1 – The Marginal Tribes. p. 477-518. Washington-DC: US Gov. Printing Office, 1946c. Disponível em: <<http://archive.org/stream/bulletin14311946smit#page/477/mode/2up>>. Acesso em: 7 nov. 2012.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero; GARCIA, João Carlos; FLORES, Jorge Manuel (coord.). Lugares e regiões em mapas antigos. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997.
- MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von. Die Ehemalige Verbreitung und die Muthmasslichen Wanderungen der Tupis: Die jetzigen Haupt-Sprachengruppen. 1 mapa, color. Leipzig, 1867a. Disponível em: <http://www.archive.org/download/martius_mapa/Martius.jpg>. Acesso em: 21 fev. 2013.
- _____. Beiträge zur Ethnographie und Sprachen kunde Amerika's zumal Brasiliens: I. Zur Ethnographie. Leipzig: Friedrich Fleischer, 1867b. Disponível em: <http://www.archive.org/download/martius_v1/martius_1867_beitrag_v1.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2012.
- MELATTI, Julio Cezar. Timbira. In: Instituto Socioambiental. Povos Indígenas no Brasil, [s.l.]: ISA, 2012. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/timbira>>. Acesso em: 19 set. 2013.
- NIMUENDAJU, Curt. The tribes of eastern Brazil. In Steward, Julian H. (Org.) Handbook of South American Indians, vol. 1 – The Marginal Tribes. p. 382. Washington-DC: US Gov. Printing Office, 1946. Disponível em: <<http://archive.org/stream/bulletin14311946smit#page/n491/mode/2up>>. Acesso em: 26 fev. 2013.
- _____. Mapa Etno-histórico do Brasil e Regiões Adjacentes. In Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju. Edição fac-similar, [encarte]. 1 mapa, color, 79 cm x 95 cm. Escala 1:5.000.000. Rio de Janeiro: IBGE; Brasília: Min. da Educação, 2002 [1944]. Edição de 1981 disponível em: <http://biblio.etnolinguistica.org/local--files/nimuendaju-1981-mapa/nimuendaju_1981_mapa.jpg>. Acesso em: 21 fev. 2013.
- OSSAMI DE MOURA, Marlene Castro. Os Tapuios do Carretão: etnogênese de um grupo indígena do Estado de Goiás. Goiânia: Ed. UCG, 2008.
- RATZEL, Friedrich. Antropogeografia. Trad. Fátima Murad. In: Moraes, Antônio Carlos Robert (Org.). Ratzel: Geografia. p. 32-107. Col. grandes cientistas sociais, n. 59. Coord. Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1990 [1891].
- RAVAGNANI, Oswaldo Martins. A agropecuária e os aldeamentos indígenas goianos. In: Perspectivas, 9/10, p. 119-143. São Paulo: Unesp, 1987. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/1866/1533>>. Acesso em: 27 set. 2013.
- RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [1970].
- RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (Ed.). Povos indígenas no Brasil: 2006-2010. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna; DOURADO, Luciana Gonçalves. Panará: Identificação Linguística dos Kren-Akarore com os Cayapó do Sul. In: Anais da 45ª Reunião Anual da SBPC (Recife, PE), vol. 2, p. 505. Recife: SBPC, 1993. Disponível em: <http://biblio.etnolinguistica.org/local--files/rodrigues-dourado-1993-panara/rodrigues_dourado_1993_panara.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2012.
- SAINT-HILLAIRE, Auguste de. Viagem às nascentes do rio S. Francisco e pela província de Goyaz. Tomo segundo. Trad. Clado Ribeiro de Lessa. Coleção Brasileira, série 5ª, vol. 78. São Paulo: Nacional, 1937 [1847]. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-as-nascentes-do-rio-sao-francisco-e-pela-provincia-de-goias-2-vol>>. Acesso em: 13 set. 2013.
- SANTOS, Rodrigo Martins dos. Mapping Indigenous Peoples from Central Brazil between 1700 and 1900 AD: A Contribution to Nimuendaju's Ethno-Historical Map using IBGE's Database, and other sources. In RESENDE, A. C. R. B. & JENEY, J. Symposium on Atlases, Toponymy and the History of Cartography.



Proceedings of the ICC 2013 Pre-Conference. Zurich: Institute of Cartography and Geoinformation, ETH. p. 67-84. Disponível em <https://atlas.icaci.org/wp-content/uploads/2017/09/2015_atlases_toponymy_history_proceedings.pdf>, e em: <<http://popygua.blogspot.com.br/2015/09/mapping-indigenous-from-central-brazil.html>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

_____. O Gê dos Gerais – elementos de cartografia para a etno-história e etnolinguística do Planalto Central: contribuição à antropogeografia do Cerrado. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável (Centro de Desenvolvimento Sustentável). Brasília: UnB, 2013. Original disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/13288>>. Versão atualizada pelo autor disponível em: <<http://popygua.blogspot.com/2013/03/ogedodosgerais.html>>. Acesso em: 21 jun. 2013.

SANTOS, Rodrigo Martins dos; CURTI, Melissa Volpato. Indigenous policy review in Brazil: ideologies, rights and perspectives. In: Working papers of the Program on Human Rights. Stanford: Center on Democracy, Development and the Rule of Law at Stanford University, 2012. Original disponível em: <http://fsi.stanford.edu/publications/indigenous_policy_review_in_brazil_ideologies_rights_and_perspectives/>. Versão traduzida para a Língua Portuguesa em: <<http://popygua.blogspot.com.br/2013/10/analise-da-politica-indigenista-no.html>>. Acesso em: 3 out. 2013.

SANTOS, Rodrigo Martins dos; ELOY, Ludivine. Etno-história na oralidade xakriabá: retomando o rio São Francisco em Minas Gerais, Brasil. In: Anais do II Congresso Ibero-Americano de Arqueologia, Etnologia e Etno-história. Sociedades Tradicionais e Patrimônio Cultural em Iberoamérica. Dourados-MS: UFGD, 2012. Disponível em <<http://popygua.blogspot.com/2014/03/etno-historia-na-oralidade-xakriaba.html>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

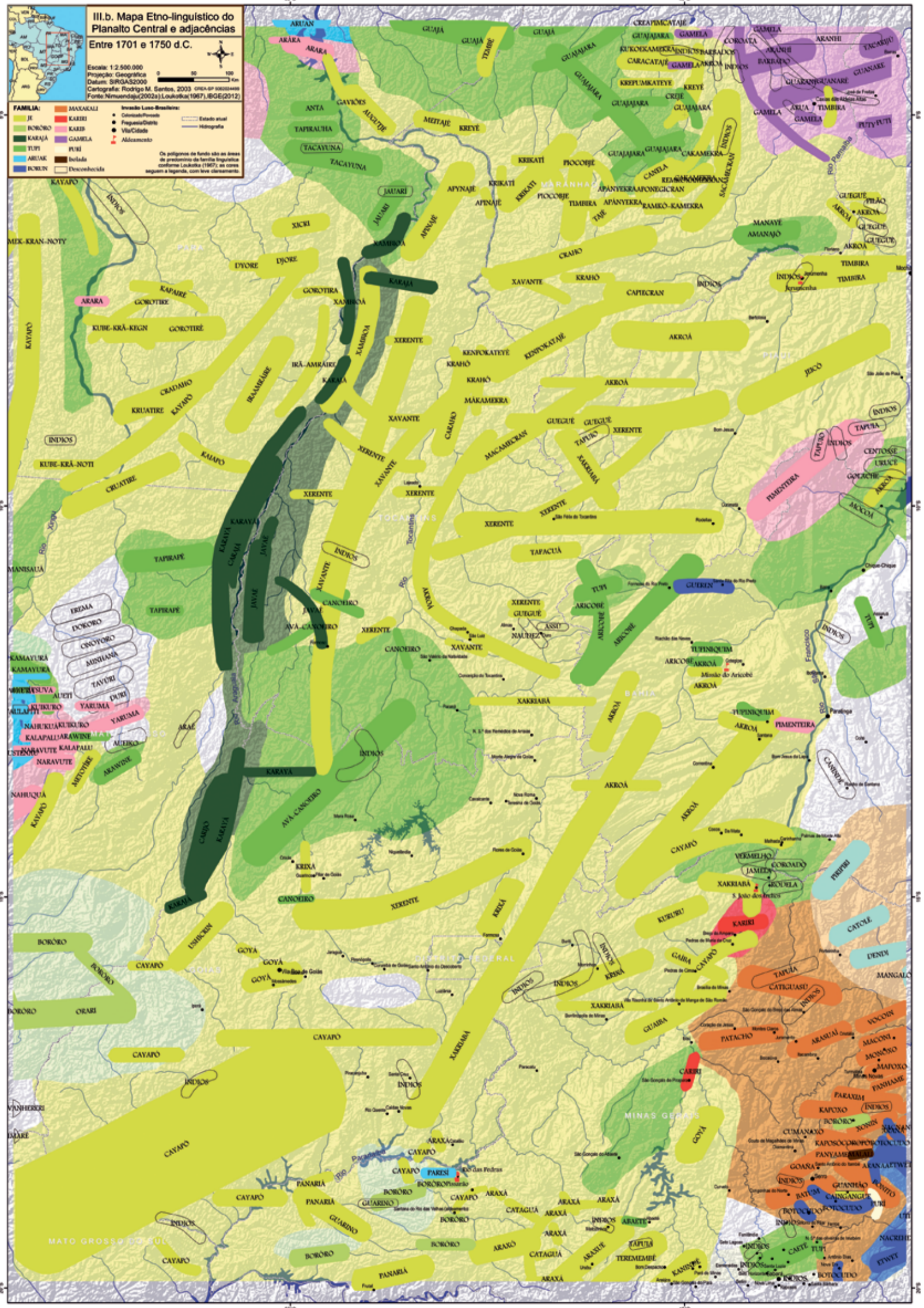
SANTOS, Rodrigo Martins dos; BARBOSA, Santo Caetano. MeMoria Xakriabá: migrações e mudanças alimentares. In: Ateliê Geográfico, vol. 6, n. 3. Goiânia: UFG, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.5216/ag.v6i3.20518>> e <<http://popygua.blogspot.com/2014/04/memoria-xakriaba-migracoes-e-mudancas.html>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

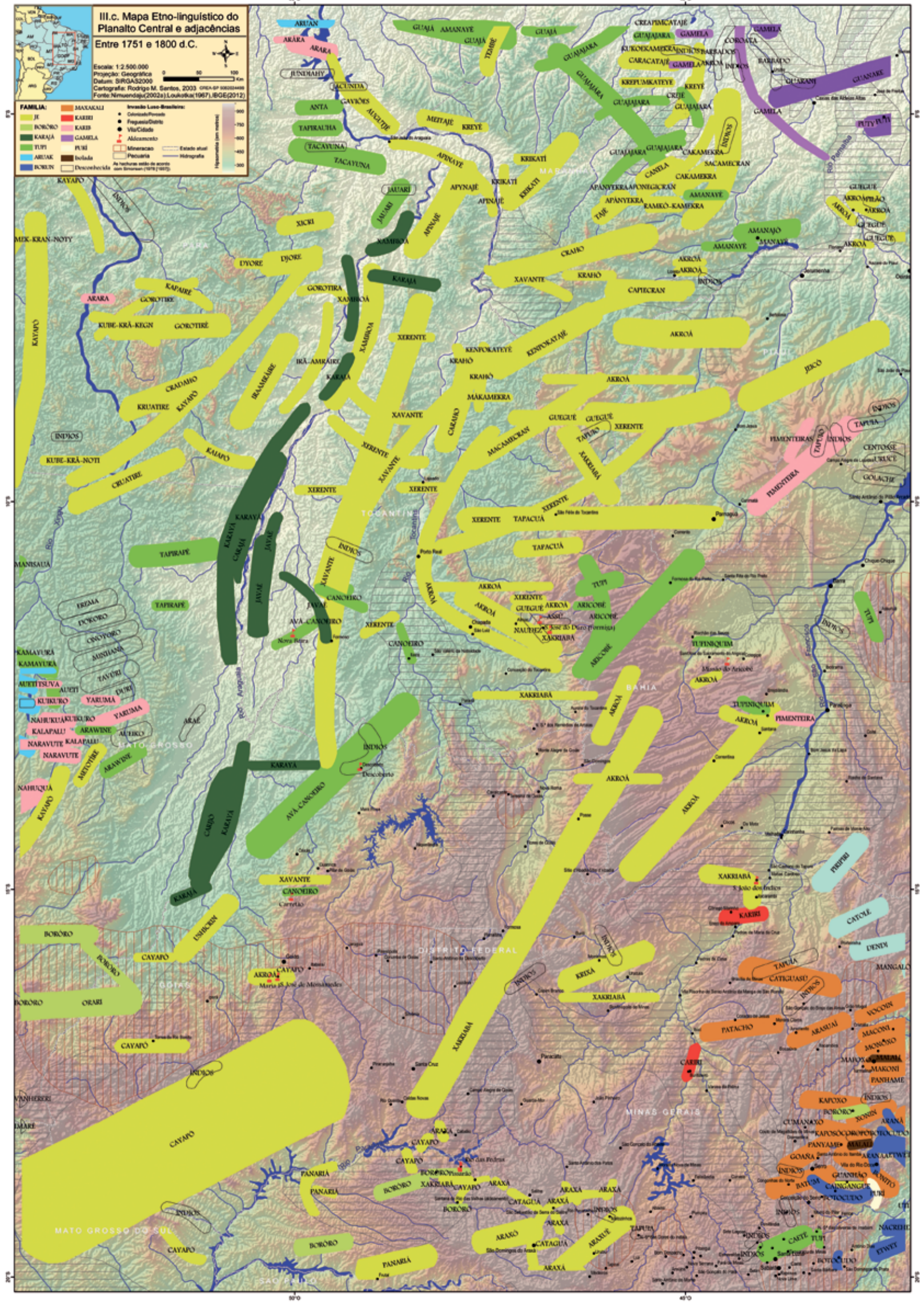
STEWART, Julian Haynes; MASON, John Alden. Tribal and linguistic distribution of South America. In: Stewart, Julian H. (Org.). Handbook of South American Indians, vol. 6 – Physical anthropology, linguistics and cultural geography of South American Indians. [encarte], 1 mapa, color, 114 cm x 82 cm. Escala: 1: 7.900.000. Washington-DC: US Gov. Printing Office, 1950.

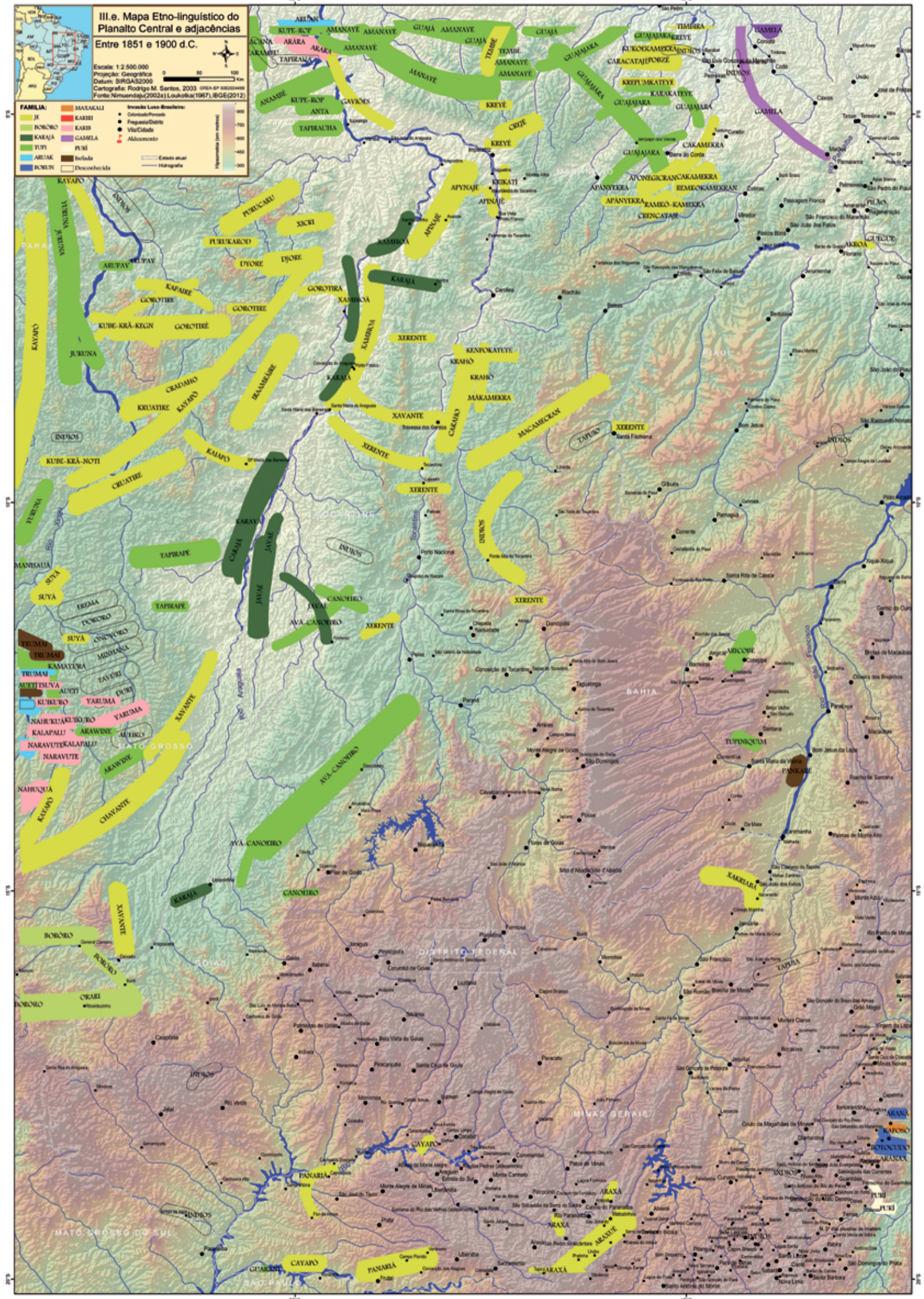
VIEIRA JÚNIOR, Wilson; SCHLEE, Andrey Rosenthal; BARBO, Lenora de Castro. Tosi Colombina, Autor do Primeiro Mapa da Capitania de Goiás? In História e-história ISSN 1807-1783. Campinas-SP: Unicamp, 2010. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=128>>. Acesso em: 11 set. 2013.

VILLA REAL. Thomaz de Souza. [Diário da] Viagem de Thomaz de Souza Villa Real pelos rios Tocantins, Araguaya e Vermelho: Acompanhada de importantes documentos officiaes relativos á mesma navegação. In: Rev. do Inst. Hist. e Geog., sér. 2, vol. 4. Rio de Janeiro: IHGB, 1848 [1791]. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=rkkDAAAAMAAJ&printsec=frontcover>>. Acesso em: 5 set. 2013.

WELCH, James R. Age and social identity among the Xavante of central Brazil. Dissertation of Doctor of Philosophy (Department of Anthropology). New Orleans: Tulane, 2009. Disponível em: <<http://search.proquest.com/docview/305009541/previewPDF>>. Acesso em: 19 set. 2013.

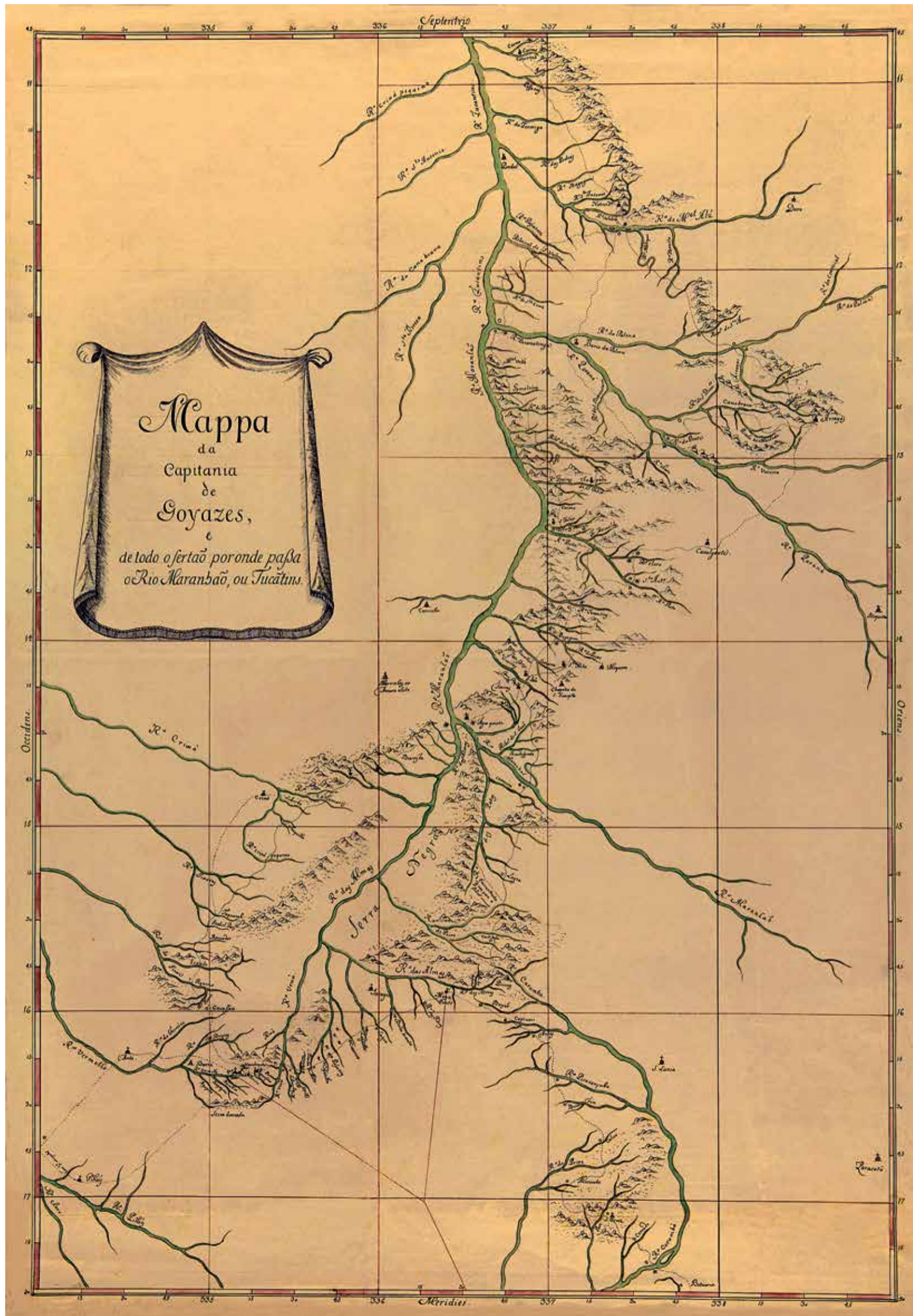






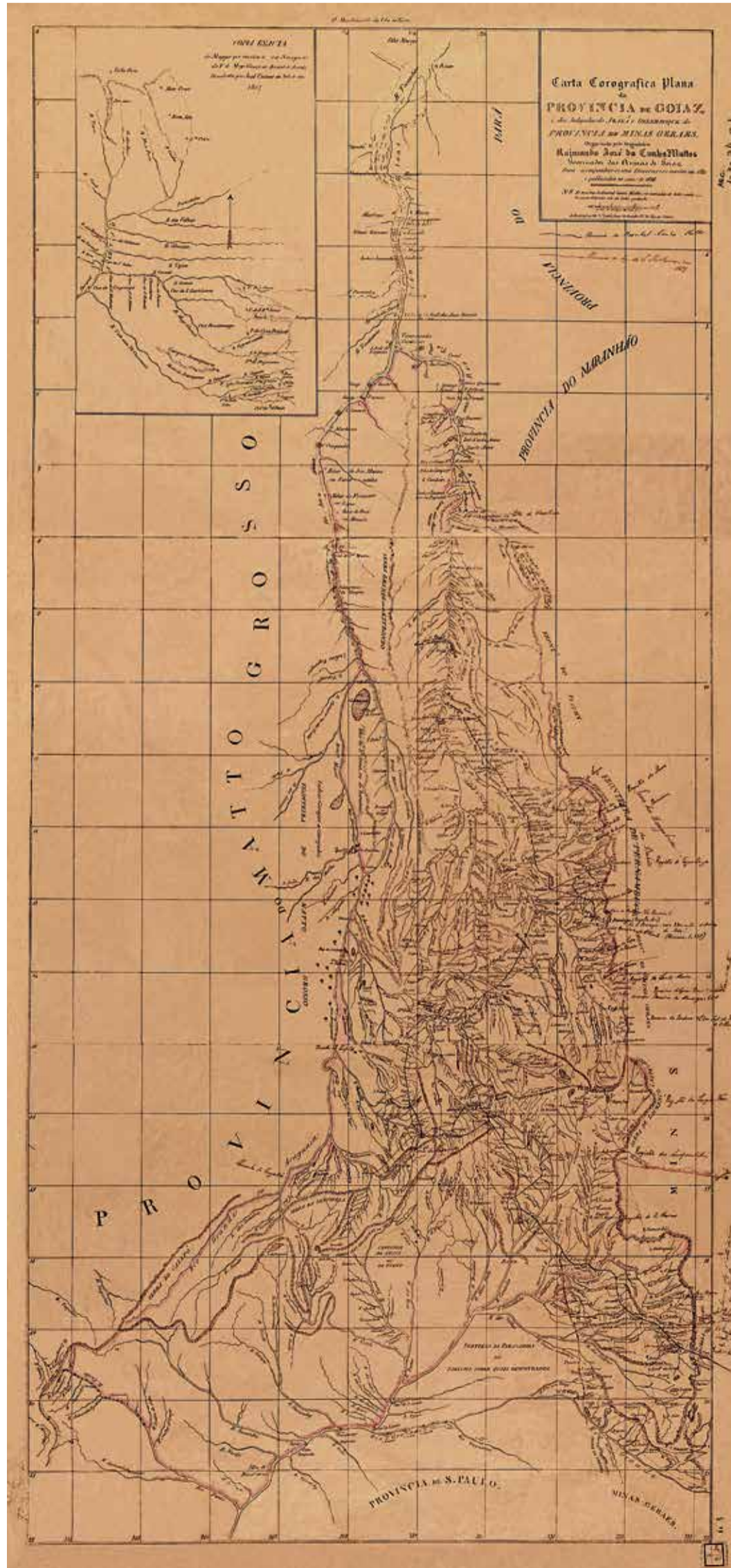


MAPA DA CAPITANIA DE GOIAZES, E DE TODO O SERTÃO POR ONDE PASSA O RIO MARANHÃO OU TOCANTINS (2)





CARTA COROGRÁFICA PLANA DA PROVÍNCIA DE GOIÁS E DOS JULGADOS DE ARAXÁ E DESEMBOQUE DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS (3)



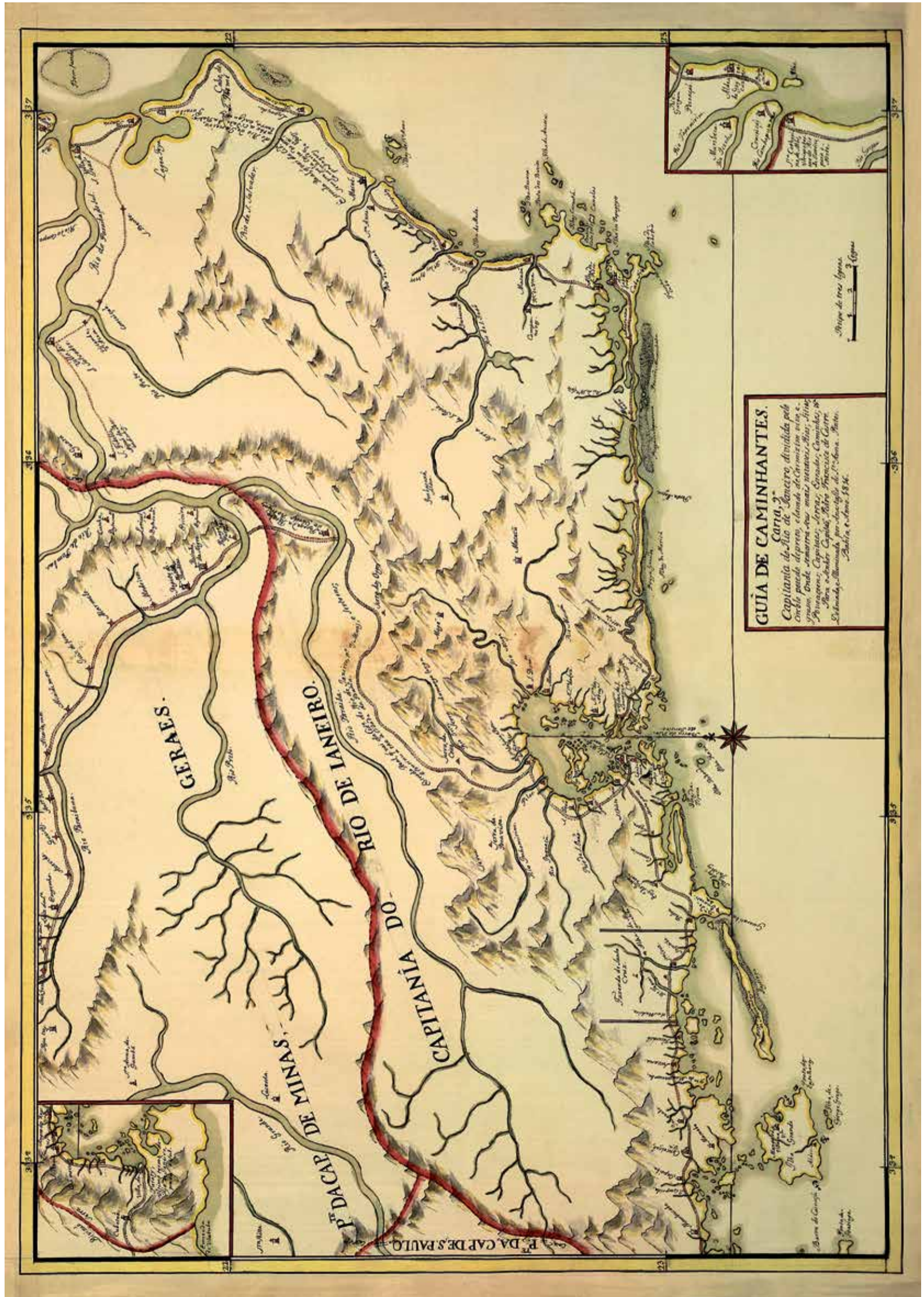


GUIA DOS CAMINHANTES - CARTA N° 4
CAPITANIA DE SÃO PAULO (4)



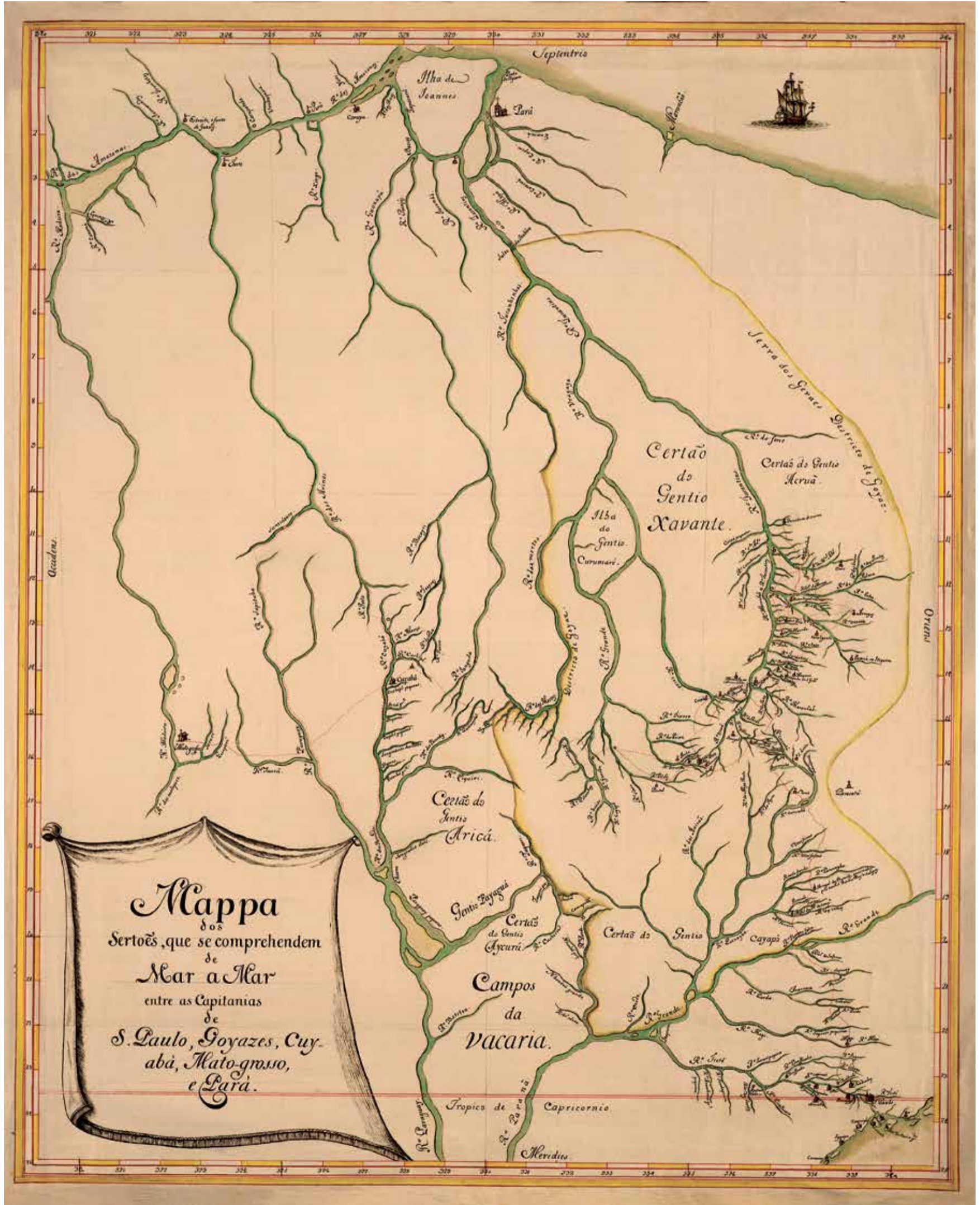


GUIA DOS CAMINHANTES - CARTA N° 9
CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO (6)





MAPA DOS SERTÕES QUE SE COMPRENDEM DE MAR A MAR (10)





PARTE DO GOVERNO DE SÃO PAULO E PARTE DOS DOMÍNIOS DA COROA DE CASTELA (12)





BIBLIOTECA NACIONAL Rio de Janeiro/RJ

MAPA DA CAPITANIA DE SÃO PAULO E SEU SERTÃO (1)

Com a exploração do ouro a partir da década de 1720 nos “sertões” de “Goyaz” e Mato Grosso, somado aos problemas de fronteira com a Espanha, Portugal começa a interessar-se por conhecer melhor a geografia destas regiões, o que, na prática, significa a produção de mapas a partir das melhores técnicas daquele momento histórico. Para a realização dessa tarefa, era fundamental trazer pessoal especializado para a América portuguesa, pois os mapas elaborados pelos sertanistas, despreparados para o levantamento astronômico das Latitudes e Longitudes, não respondiam às necessidades da corte portuguesa, principalmente no embate diplomático com a Espanha que estranhava o avanço demasiado para o Oeste, promovido pelos portugueses na dinâmica de exploração do ouro e pedras preciosas.

Nesse contexto, a coroa portuguesa contratou e enviou ao Brasil profissionais formados nas modernas técnicas de cartografia. Eram “técnicos estrangeiros, em grande parte italianos e alemães [...] com recomendações de que deveriam limitar-se exclusivamente a levantamentos técnicos e eruditos, evitando que levassem, de volta a seus países, importantes informações econômicas e comerciais”. (1)

Entre esses profissionais, está Francisco Tosi Colombina, italiano enviado ao Brasil, de 1743 a 1753, como explorador militar, projetista de estradas, geógrafo e cartógrafo. Prestou serviços a Portugal durante aproximadamente 13 anos. No território de Goiás, esteve a serviço do primeiro Governador desta Província, Dom Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, entre 1749 e 1755. A partir de 1756, volta a Portugal onde desempenha atividades militares e irá exercer outras missões para o governo português. “Sua vinda ao Brasil teria sido justificada pela exigência de situar e delimitar a zona de influência portuguesa com relação à espanhola, com vista à assinatura do conhecido Tratado de Madrid”. (1)

O presente mapa, delineado por Francisco Tosi Colombina, “mostra a primeira parte do ‘Caminho de Goyazes’, que se iniciava na Vila de Santos, no paralelo 24 e, neste mapa, seguia até o paralelo 17. Abrangia a região desde a serra do mar até o rio do Peixe, com destaque para a cidade de São Paulo, vilas, fortalezas, arraiais, rios e trilhas. A rede hidrográfica foi desenhada ao longo do caminho, e o relevo foi representado de forma simbólica. No carimbo, no canto superior direito, constava a explicação dos desenhos utilizados para assinalar cidade, vila, fortaleza, arraial e sítio”. (2)

Leitura paleográfica:

Mappa da capitania de S. Paulo, e seu sertão, em que se vem os descobertos, que lhe foraõ tomados para Minas Geraes, como tambem o caminho de Goyazes, com todos os seus pouzos, e passagens deleniado por Francisco Tosi Columbina.

Explicação.

[desenho de um templo com torre] Cidade. [desenho de uma residência] Villa. [desenho de um círculo vermelho

com bandeira] Fortaleza. [desenho de círculo vermelho com cruz] Arraial. [desenho de um círculo amarelo] Citio. [asterisco] denóta que o R.o ao pé do qual se acha, se passa em canoa, porq. os mais ou têm pontes, ou daõ vao. Os pontinhos denotaõ os cam.os, assim como da V.a de S.tos até Meya Ponte e desta p.a os mais Arrayaes. Neste mappa se mostra com individuação, pouco mais, ou menos do q. se comprehende nos cam.os, ou o q. nelles alcança a vista, e são Arrayaes, Sítios, Rios, Ribeirões, e alguns Corrigos, Serras, e Matos, deixando os pequenos, que se chamaõ capões. Primeira Parte.

Referências:

- 1 - FONTANA, Ricardo. Francesco Tosi Colombina: explorador, geógrafo, cartógrafo e engenheiro militar italiano no Brasil do séc. XVIII. Brasília, Charbel, 2004.
- 2 - BARBO, Lenora de Castro; SCHLEE, Andrey Rosenthal. As estradas coloniais na Cartografia Setecentista da Capitania de Goiás, 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, Parati, 2011. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseum/crch/simposio/BARBO_LENORA_C_E_SCHLEE_ANDREY_R.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2013.
- 3 - Coleção Morgado de Mateus, p. 429, n. 2477.

Fonte - Biblioteca Nacional

Medidas - 65 cm × 45,2 cm em folha de 66,5 cm × 48 cm

Data - Século XVIII

Identificação no site BN - cart1033415

Localização - Manuscritos 049,05,008 n.03on

MAPA DA CAPITANIA DE GOIAZES, E DE TODO O SERTÃO POR ONDE PASSA O RIO MARANHÃO OU TOCANTINS (2)

Este mapa equivale à “segunda parte” do mapa anterior: “Mapa da Capitania de São Paulo e seu sertão”. (Cf. neste GUIA p. 191) Desenhado a nanquim e aquarelado. Abrange todo o sertão apresentando os afluentes dos rios Maranhão e Tocantins destacando a serra Negra, o rio Paraná, as trilhas e as localidades. Relevo representado em forma pictórica.

Leitura paleográfica:

Mappa da Capitania de Goyazes, e de todo o sertão por onde pasa o Rio Maranhão, ou Tucatins.

Referências:

- 1 - FONTANA, Riccardo. Francesco Tosi Colombina: explorador, geógrafo, cartógrafo e engenheiro militar italiano no Brasil do séc. XVIII. Brasília: Charbel, 2004.
- 2 - BARBO, Lenora de Castro; SCHLEE, Andrey Rosenthal. As estradas coloniais na Cartografia Setecentista da Capitania de Goiás, 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, Parati, 2011. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseum/crch/simposio/BARBO_LENORA_C_E_SCHLEE_ANDREY_R.pdf>. Acesso em 27 ago.2013.



Fonte - Biblioteca Nacional

Medidas - 65 cm × 45,2 cm em folha de 66,2 cm × 47,3 cm

Data - [17--]

Localização - Manuscritos 049,05,008 n. 01

CARTA COROGRÁFICA PLANA DA PROVÍNCIA DE GOIÁS E DOS JULGADOS DE ARAXÁ E DESEMBOQUE DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS (3)

A “apresentação” e “leitura paleográfica” deste mapa se encontram na parte correspondente à Cartografia do Arquivo Histórico do Exército. (Cf. neste GUIA p. 140)

Nesta cópia do mapa de Raimundo José da Cunha Matos, percebemos intervenções manuscritas para ressaltar os “Itinerários”, bem como o delineamento da província em cor vermelha.

Fonte - Biblioteca Nacional

Medidas - 120 cm × 56 cm

Data - 1836

Localização - ARC.017,02,026 Cartografia. Há outros exemplares no catálogo antigo em ARC.008,04,044; ARC.001,05,033; ARC.001,03,024; ARC.017,02,007

GUIA DOS CAMINHANTES - CARTA N. 4 CAPITANIA DE SÃO PAULO (4)

Elaborado em desenho e aquarela, o “Guia dos Caminhantes” é fruto da cartografia setecentista e criado a fim de ajudar aos viajantes em seus deslocamentos pelas capitânicas da América portuguesa, com maior detalhamento para a região das minas. Inicialmente, o “Guia dos Caminhantes” era composto por, no mínimo, 21 mapas, dos quais restam apenas 14.

Os mapas apresentam informações detalhadas dos caminhos a serem percorridos, o tempo aproximado da viagem, bem como oportunas recomendações para se fazer o trajeto em segurança. Este conjunto de mapas foi encomendado pelo Capitão Pedro Francisco de Castro ao pintor e ilustrador Anastásio de Sta. Anna, em 1817. Na apresentação do Guia, entre várias outras informações para o adequado uso dos mapas, o autor informa: “Se espera que esta obra será bem aceita, e gostosa, porque, não só descreve os Reinos e Províncias da America, especialmente do Brazil segundo o seu estado presente; senão também por dar notícias de muitos erros que se achão em alguns Mapas impreços do interior deste Estado; em seus Rios e desaguardos, nas trocas dos nomes de suas Povoações, e ainda em algumas Latitudes e Longitudes, dellas V.S^a. o que tudo os seus naturaes e caminhantes curiozos, acharão ao contrario: Os que mais aproveitarão desta obra são os moços, que com ainclinação natural de saber o que passa fora de sua terra, tem vivos desejos de ver o mundo; porem faltando-lhes para isso muitas vezes, já a saúde, já os meios acharão aqui a pouco custo, e trabalho, com que satisfazer seu nobre desejo, e curiosidade; Também será mui útil, para aquelas pessoas que costumão Ter suas correspondências, e comércios de huns, para outros lugares principalmente, para os donos de sítios e fazendas no Brazil, seus Procura-

dores, Feitores, e Famulos, calcularem suas viagens em caminhos. Para o Senhor Capitão Pedro Francisco de Castro. Deliniada, e illunada por Anastasio de Sta. Anna, o pardo Velho Pintor: Bahia, e ano de 1817.”

Como o intuito deste GUIA é abarcar a cartografia de Goiás apresentamos quatro mapas do “Guia dos Caminhantes” relacionados a esse tema.

Leitura paleográfica:

GUIA DE CAMINHANTES. Carta, 4^a. Capitania de S. Paulo; dividida pelo circolo pontedo de preto, e lavado de carmizim vivo, e grosso. Onde se mostra seus mais notaveis Rios; Sítios, Povoações; Capitaes; Serras; Estradas; Caminhos; Para o Senhor Capitão Pedro Francisco de Castro. Deliniada, e Illuminada por Anastasio de S.ta Anna. Pintor. Bahia, e Anno. 1816.

Referências:

1 - COSTA, Antônio Gilberto. Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2007.

Fonte - Biblioteca Nacional

Medidas - 53 cm × 75 cm

Data - 1816

Identificação no site BN - cart325616

Localização - n. CAM.04.003-4

GUIA DOS CAMINHANTES - CARTA N. 5 CAPITANIA DE MATO GROSSO E CUIABÁ (5)

A “apresentação” deste documento cartográfico está no “GUIA DOS CAMINHANTES – CARTA N. 4”. (Cf. neste GUIA p. 205)

Leitura paleográfica:

GUIA DE CAMINHANTES. Carta, 5^a. Capitania de Matto, grosso; e Cuyabâ; dividida pelo circolo pontedo de preto, e lavado de carmezim mais vivo, e grosso: Onde se mostra seus mais notaves Rios; Sítios, Povoações, Capitaes; Serras; Estradas; Para o Senhor Capitão Pedro Francisco de Castro. Deliniada, e Illuminada, por Anastasio de S.ta Anna. Pintor. Bahia, e Anno. 1816.

Referências:

1 - COSTA, Antônio Gilberto. Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2007.

Fonte - Biblioteca Nacional

Medidas - 53 cm × 75 cm

Data - 1816

Identificação no site BN - cart325616

Localização - n. CAM.04.003-5



GUIA DOS CAMINHANTES - CARTA N. 9 CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO (6)

A “apresentação” deste documento cartográfico está no “GUIA DOS CAMINHANTES – CARTA N. 4”. (Cf. neste GUIA p. 205)

Leitura paleográfica:

GUIA DE CAMINHANTES. Carta, 9.^a Capitania do Rio de Janeiro, dividida pelo circolo potedo de preto, e lavado de carmizim vivo, e grosso: Onde se mostra seus mais notaveis Rios; Sitios, Povoaçoens, Capitaes; Serras; Estradas; Caminhos; Para o Senhor Capitão, Pedro Francisco de Castro. Deliniada, e Illuminada, por Anastasio de S.ta Anna. Pintor. Bahia, e Anno. 1816.

Referências:

1 - COSTA, Antônio Gilberto. Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2007.

Fonte - Biblioteca Nacional

Medidas - 53 cm × 75 cm

Data - 1816

Localização - n. CAM.04.003-9

GUIA DOS CAMINHANTES - CARTA N. 10 CAPITANIA DE GOIAZES (7)

A “apresentação” deste documento cartográfico está no “GUIA DOS CAMINHANTES – CARTA N. 4”. (Cf. neste GUIA p. 205)

Leitura paleográfica:

GUIA DE CAMINHANTES. Carta, 10.^a. Capitania de Goyazes; dividida pelo circolo ponteadado de preto, e lavado de carmizim vivo, e grosso: Onde se mostra seus mais notaveis Rios; Sitios, Povoaçoens, Capitaes; Serras; Estradas; Caminhos; Para o Senhor Capitão Pedro Francisco de Castro. Deliniada, e Illuminada, por Anastasio de S.ta Anna. P.tor. Bahia, e Anno. 1816.

Referências:

1 - COSTA, Antônio Gilberto. Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2007.

Fonte - Biblioteca Nacional

Medidas - 53 cm × 75 cm

Data - 1816

Localização - n. CAM.04.003-10

MAPA DO ESTADO DE GOIÁS (8)

A “apresentação” deste mapa se encontra no “MAPA DO ESTADO DE GOIÁS” na parte correspondente ao Arquivo Histórico do Exército. (Cf. neste GUIA p. 141)

Este mapa foi impresso a partir de uma “revisão” feita por Frei Reginaldo Tournier em 1939 e publicado neste mesmo ano pela J. Camara & Irmãos, conforme Decreto n. 949 de 29 de julho de 1938 do Interventor Federal João Teixeira Alvares Júnior. Tendo em vista a inauguração da nova capital do estado, o mapa inclui um encarte com uma planta de Goiânia, descrita como a mais moderna das cidades brasileiras, idealizada e realizada pelo eminente Interventor Federal Doutor Pedro Ludovico Teixeira. Na planta da capital são identificados vários logradouros públicos e privados.

Leitura paleográfica:

MAPA DO ESTADO DE GOIAZ, reorganizado em 1939 por frei REGINALDO M. TOURNIER, dominicano, socio do Instituto Historico Geografico do Rio de Janeiro. Reeditado pela Firma J. Camara & Irmãos, proprietarios de “O Popular”, Goiania.

Legenda:

Convenções

[símbolo] Capital

[símbolo] Cidade

[símbolo] Vila

[símbolo] Arraial

[símbolo] Rio navegavel

[símbolo] Rios pequenos e ribeiros

[símbolo] Estrada de ferro em trafego

[símbolo] Estrada de ferro em projeto

[símbolo] Linha de automoveis

[símbolo] Limites estadoaes

[símbolo] Correio Aereo Militar

[símbolo] Linha da VASP

[símbolo] Ponto de aterrisagem

Dados Geograficos

Superficie do Estado - 660.193 Kms²

População - 756.030 Hbs.

Comarcas - 30

Termos - 52

Municipios - 52

Distrito - 140

Dec. N° 949, de 29 de Julho de 1938. Esta reedição foi autorizada pelo Exmo. Snr. Dr. João Teixeira Alvares Junior. Interventor Federal Int. no Estado, de conformidade com o Decreto N.° 949 de 29 de Julho de 1938.

PLANTA DA CAPITAL DO ESTADO “GOIANIA”.

A mais moderna das Cidades Brasileiras, idealisada e realisada pelo eminente Interventor Federal Doutor Pedro Ludovico Teixeira.

LEGENDA

1 Palacio do Governo

2.3 Secretarias



- 4 Palacio do Tribunal das Relações
- 5 Palacio do Congresso
- 6 Inspeção Agrícola do Trabalho
- 7 Delegacia Fiscal
- 8 Juízo Federal e Eleitoral
- 9 Correios e Telegrafos
- 10 Prefeitura Municipal
- 11 Segurança Pública
- 12 Igreja
- 13 Colegio dos Padres
- 14 Ginásio do Estado
- 15 Grande Hotel
- 16 Casa de Saúde
- 17 Piscina
- 18 Automovel Club de Goiaz
- 19 Praça do Centro de Diversões
- 20 Santa Casa
- 21 Corpo dos Bombeiros
- 22 Limpeza Pública
- 23 Garage
- 24 Banco do Brasil
- 25 Jardim da Infancia
- 26 Horto de Botafogo
- 27 Posto Meteorologico
- 28 Stadium
- 29 Casa de Detenção
- 30 Templo Protestante
- 31 Oficina de marcenaria
- 32 Escola de Aprendizes Artifices
- 33 Colegio das Freiras
- 34 Casa da criança
- 35 Estação da Ferrovia
- 36 Armazens da Ferrovia
- 37 Quartel da força Estadual
- 38 Quartel do Exército Federal
- 39 Policlínica
- 40 Catedral
- 41 Palacio Episcopal
- 42 Curia Arquidiocesana
- 43 Reservatorio d'Água
- 44 I.A.P.I.
- 45 I.A.P.C.
- 46 Radio - Est.ão Educadora

Fonte - Biblioteca Nacional

Medidas - 100 cm × 60cm

Data - 1939

Identificação no Site da BN - cart451497

Localização - ARC.012,04,001on Cartografia

MAPA DO GIRO QUE DEU O TENENTE JOSÉ ROIZ FREIRE (9)

José de Almeida de Vasconcelos de Soveral, depois Barão de Mossamedes, foi governador da Capitania de Goiás, de 26 de julho de 1772 a 17 de maio de 1778. No contexto de sua administração, encarregou o Tenente Jose Roiz Freire de abrir uma picada que tivesse princípio na Lagoa Feia, próximo ao arraial de Couros e terminasse na "subida da Serra de Santa Maria". O mapa traz a representação deste caminho. Temos também a primeira referência cartográfica

ao topônimo "Mestre d'Armas", nomeando um rio. Mais tarde, quando da criação do Patrimônio de São Sebastião de Mestre d'Armas (1811) e da ereção de uma capela próxima a esse córrego, vai formar-se um vilarejo com esse nome. Atualmente é a cidade de Planaltina, no Distrito Federal.

Mapa desenhado a tinta nanquim. Escala gráfica de 20 léguas [=10cm]. Contém uma rosa dos ventos. Abrange a região do Planalto Brasileiro, entre os atuais estados de Goiás e Tocantins. Mostra rios, cidades, serras e morros. Relevo representado em forma pictórica. Marca d'água. Provavelmente foi adquirido durante leilão realizado na cidade de Lisboa, em dezembro de 1895. Coleção Linhares.

Leitura paleográfica

Mappa do giro q. deo o Ten.e de Dragoins Jose Roiz Freire sahindo do Arrayal de S.ta Lucia adonde estava na recadação das rendas reais no dia 29 de fvr.o de 1773 em direitura à Lagoa Feia p.a desta mandar abrir a picada q. teve principio na dita á Lagoa e fim na subida da Serra de Sta. Maria na forma da Portaria q. lhe decretou o Ill.mo Ex.mo Snr. Jozé de Almeida de Vas.los Sobral e Carvalho Governador e Capp.am General desta Capitania de Goyazes e finda esta diligencia se recolheo o dito Tenente ao Arrayal da Meya Ponte no dia 24 de 8 [=?] de 1773 Empregandoce na mesma arecadação conforme as ordens de sua Ex.a [?]

Fonte - Biblioteca Nacional

Medidas - 33,5 cm × 43,5 cm.

Data - 1773

Identificação no Site da BN - cart511918

Localização - ARC.025,04,001on Cartografia

MAPA DOS SERTÕES QUE SE COMPREENDEM DE MAR A MAR (10)

O mapa não traz a identificação de autoria, nem a data. Contudo, apresenta grandes semelhanças com o primeiro mapa de Goiás de 1750, elaborado por solicitação de Ângelo dos Santos Cardoso, secretário do governo da Capitania de Goiás.

O "Mapa dos Sertões que se compreendem de mar a mar" mantém incríveis semelhanças com o primeiro mapa de Goiás, inclusive nas dimensões do desenho 62 cm X 50 cm. Comparando a hidrografia percebemos as semelhanças nos traços dos desenhos e nas proporções; o topônimo Sobradinho está presente e os limites da capitania obedecem ao mesmo traçado de 1750. Os símbolos dos povoados são semelhantes. As cabeceiras do Maranhão são muito semelhantes nos dois mapas. O arraial de Santa Luzia – abaixo das cabeceiras do Maranhão – tem o mesmo posicionamento. A Longitude também é semelhante. Sabemos que o Morgado de Mateus – governador da Capitania de São Paulo de 1765 a 1775 – utilizou este mapa para resolver as questões de fronteira com os espanhóis na região do rio Paraguai. Contudo, o destaque do mapa é a representação da Capitania de Goyaz, ou seja, não parece ter sido feito durante o governo de Matheus. Creio, por todos esses indícios, que é possível inferir que o Mapa



dos sertões que se compreendem de mar a mar pode ser contemporâneo ao primeiro mapa de Goiás de 1750, ou pelo menos ter sido elaborado até 1758, quando findaram as atividades de Ângelo dos Santos Cardoso como secretário da Capitania de Goyaz. Portanto, não me parece que tenha sido feito por Francisco Tosi Colombina, tendo em vista que os mapas organizados por ele no período têm representações diferentes do de Ângelo dos Santos Cardoso. Essa linha de raciocínio indica a datação entre 1751 e 1758. (2)

Leitura paleográfica:

Mappa dos sertões, que se compreendem de mar a mar entre as Capitanias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabà, Mato-Grosso, e Pará.

Referências:

- 1 - Coleção Morgado de Mateus, pg. 429-n.2476.
- 2 - Cf. VIEIRA JUNIOR, Wilson. Cartografia da Capitania de Goyaz do século XVIII: intenção e representação. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

Fonte - Biblioteca Nacional

Medidas - 62 cm × 50 cm em folha de 63,4 cm × 52 cm

Data - [1751-1758]

Identificação no Site da BN - mss1033414

Localização - Manuscritos 049,05,008 n.02on

PARTE DO GOVERNO DE SÃO PAULO E PARTE DOS DOMÍNIOS DA COROA DE ESPANHA (11)

Antes de o governo português manifestar a preocupação por cartografar a região das minas de "Goiáz", trazendo para o sertão profissionais especializados para esse trabalho, como os padres matemáticos, os engenheiros militares e outros profissionais, os sertanistas foram os primeiros a representar geograficamente a região na dinâmica de estabelecer uma estrutura de organização do espaço que orientasse a exploração do ouro. Os dois mapas que seguem são exemplares desta atividade sertanista.

No processo de cartografia dos sertões empreendido pelo governo português, os mapas dos sertanistas irão subsidiar esses trabalhos. A "Provisão" assinada pelo Conselho Ultramarino e encaminhada aos padres matemáticos exigia que os mapas fossem representados, além das exigências de cartografia propriamente ditas, com informações de caráter econômico, social e de limites entre capitanias. Nos mapas, deveriam constar assinalados: "as cidades, vilas, lugares e povoações dos portugueses e dos índios, e as catas do ouro"; "os rios, se são navegáveis, até onde, com que embarcações, em que parte se passam a vão ou em canoas, que gente habita as suas margens, se há neles algum pescado, se tem arvoredos em sua vizinhança"; "a distância em que estão as cidades e vilas umas das outras". Além disso, não bastava apenas indicar no mapa. Era necessá-

rio que esses dados fossem "historiados expondo-se neles por escrito e clareza que for possível, e em livro a parte por extenso tudo que houver mais digno de notar em cada uma das capitanias. Ora, esses dados seriam mais fáceis de serem coletados aproveitando a experiência dos Sertanistas que há mais de século tinham acumulado informações sobre os Sertões. A própria "Provisão" sugere didaticamente aos padres, "tomando para isso notícia da gente prática da terra".¹

De posse de todos esses dados, colhidos pela experiência prática dos sertanistas, índios, colonizadores, mineiros e outros mapas que, na verdade, não passavam de simples esboços cartográficos onde eram representados os mais recentes conhecimentos empíricos adquiridos por esses homens, desenhados, aliás, de forma grosseira e muito esquemática, os profissionais da cartografia, enviados por Portugal, elaboraram vários mapas dos Sertões.²

O grande estudioso de mapas de Portugal e de suas colônias, Jaime Cortesão, já ressaltava que "lusos e luso-brasileiros, igualmente dotados dum agudo sentido do espaço, elaboraram muitas cartas, das quais a grande maioria se perdeu e de cuja existência temos notícia apenas por documentos escritos. Comandantes de tropas, a quem as obrigações militares forçavam a grandes deslocamentos, sertanistas, cujas atividades múltiplas alargavam a muito vastos territórios o raio e ação, e a mineradores nômades, por necessidade ou ambição, se entregaram a esta tarefa".³

É possível afirmar, portanto, que nos governos das capitanias, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, havia a presença de mapas dos Sertões produzidos pelos sertanistas e bandeirantes, informações estas que transitavam na alta hierarquia do poder colonial e metropolitano. Por isso, se por um lado é verdadeira a objeção dos padres matemáticos de que esses mapas "andam erradíssimos [...] nas alturas e Longitudes", por outro, até chegarem os mapas oficiais produzidos a mando do Estado português, eram esses mapas que davam conta do que estava acontecendo nos Sertões, aos representantes da coroa portuguesa e os ajudava em seus trabalhos administrativos.

O mapa aqui apresentado, identificado pela Biblioteca Nacional como "Parte do governo de Sam Paulo e parte dos domínios da coroa de Espanha" (1740), de autor anônimo e descoberto por Affonso de Taunay na década de 1920, apresenta o núcleo inicial da mineração no Goiás e sugere a antecedência da descoberta das minas a Sebastião Marinho em 1592 durante o governo de Felipe II. No mapa descoberto por Taunay, Vila Boa está representada por uma igreja como freguesia que era de São Paulo, aparece com o título de "V^a N^a S^a do Rozairo dos Guayazes" [Vila de Nossa Senhora do Rosário dos Guayazes], que parece ser a referência à igreja construída por Antonio Pereira Bahia em 1734, antes da matriz de Sant'Anna. Além do aldeamento dos índios Guayazes, dois arraiais que estão ao lado da vila fazem referência aos bandeirantes fundadores: Arraial do capitão-mor Bartolomeu Bueno e Arraial de João Leite (da Silva Ortiz). O arraial de Bartolomeu Bueno deve ser o da Barra, local onde o capitão terminou seus dias em 19 de setembro de 1740, destituído de seus poderes de Superintendente das Minas, pobre e carregado de lembranças das aventuras sertanistas".⁴



Referências:

- 1 – Cf. Provisão de D. João V aos padres matemáticos, Diogo Soares e Domingos Capacci, com as instruções para seus trabalhos no Brasil. Reproduzido por CORTESÃO, Jaime. História do Brasil nos velhos mapas, Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, Rio de Janeiro, 1957, Tomo II, p.215.
- 2 – Cf. FERREIRA, Mário Clemente. Cartografar o Sertão: a representação de Mato Grosso no século XVIII. II Simpósio Luso-brasileiro de Cartografia Histórica, Lisboa, 25 e 26 de outubro de 2007. p. 2. Disponível em: <www.igeo.pt/servicos/CDI/PDF/022_MarioClementeFerreira.pdf> Acesso em: 16 jul. 2012.
- 3 – CORTESÃO, Jaime. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, 1961, p. 492.
- 4 – VIEIRA JR. Wilson. Nos sertões cerrados de Brasília: a cartografia como argumento para releitura da história do Distrito Federal. III Simpósio Luso-brasileiro de Cartografia Histórica. Ouro Preto/MG, 2009. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/vieira_jr_nos-sertoos-cerrados-de-brasilia-a-cartografia-como-argumento.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2013.

Fonte – Biblioteca Nacional

Medidas – 51,5 cm × 71 cm

Data – Século XVIII

Localização – OD:cart325602 (HD-001 / DVD-0012)

PARTE DO GOVERNO DE SÃO PAULO E PARTE DOS DOMÍNIOS DA COROA DE CASTELA (12)

A “apresentação” deste documento cartográfico se encontra no mapa “PARTE DO GOVERNO DE SÃO PAULO E PARTE DOS DOMÍNIOS DA COROA DE ESPANHA” do acervo da Biblioteca Nacional. (Cf. neste GUIA p. 208)

Fonte – Biblioteca Nacional

Medidas – 48,5 cm × 58 cm

Data – Século XVIII

Localização – OD:cart525837 (HD-001 / DVD-0018)

MAPA GEOGRÁFICO DA CAPITANIA DE VILA BOA DE GOIÁS (13)

O presente mapa foi feito por solicitação do Governador de Goiás, Fernando Delgado Freire de Castilho. Tomou posse em novembro de 1809, ficando à frente da capitania até agosto de 1820, quando, por motivos de doença, solicitou afastamento. Suicidou-se no Rio de Janeiro quando se preparava para voltar para Portugal.

Saint-Hilaire, que conheceu o Governador em sua viagem a Goiás, o apresentou assim no relato dessa viagem: “desejava ardentemente fazer o bem; mas encontrara por toda a parte a mais desanimadora resistência passiva, resultado da apatia dos habitantes e da indiferença do governo central. Vendo, desde o momento em que chegou, que a província de Goiás não achava mais quase recursos na exploração das minas, sentiu que era necessário dirigir

os esforços dos habitantes para a agricultura e o comércio; procurou abrir mercados aos produtos da terra, e tratou de facilitar a navegação do Araguaia e Tocantins”.¹

O Padre Silva e Souza confirma a preocupação administrativa do Governador ao comentar as ações de Fernando Delgado Freire de Castilho:

“Em utilidade da capitania tem animado a navegação do Araguaya e Tocantina; e em consequência das suas Representações concedeu El Rei, Nosso Senhor a todos os que de novo se estabeleceram nas margens d’estes rios a isenção de dízimos por dez anos [...], além do Direito das Estradas livres nas carregações que se fizerem, também por dez anos [...]. Abriu o novo Porto do Rio Grande [...] aonde em todo o tempo podem subir as canoas, sem os embaraços que na seca encontravam no Rio do Peixe e Vermelho, podendo chegar até a passagem do mesmo Rio na estrada do Cuyabá. [...] Tem dado as necessárias providências para a fundação do novo Presídio na Foz do Rio Manoel Alvares, [...]. Para facilitar a mesma navegação e ministrar-lhe os socorros necessários, fez uma expedição de 80 homens, e alguns casais para a fundação do novo Presidio de Santa Maria no meio do grande deserto despovoado, que existia entre o Porto da Piedade e São João das duas Barras, [...]. Procurou estabelecer uma Sociedade ou Companhia mercantil entre esta capitania e a do Grão-Pará [...]”.²

No contexto de todos esses projetos administrativos, voltados principalmente para dinamizar o comércio da capitania, é que podemos situar o presente mapa produzido já quase no final de seu governo, o que nos faz pensar num mapa elaborado como “relatório final”. Portanto, foi feito com o objetivo de mostrar, cartograficamente, como ficou a capitania após a administração de Fernando Delgado Freire.

Consoante com seu interesse em estabelecer a comunicação da capitania com o resto da América portuguesa por meio dos rios, encontramos neste mapa o detalhamento e a indicação (nomes) da hidrografia, como também a indicação das novas vilas e presídios fundados pelo Governador.

Leitura paleográfica:

Mappa Geografico da Capitania de Villa Boa de Goyaz combinado com partes de Outros, que denotão as Capitánias de Minas Gerais e Maranhão mandado tirar pello Ill.mo e Ex.mo Snr. Fernando Delgado Freire de Castilho Governador e Capitão General da mesma Capitania no anno de 1819.

Referências:

- 1 – SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- 2 – SILVA e SOUZA, Pe. Luiz Antonio. Memória sobre o descobrimento da Capitania de Goyaz.

Fonte – Biblioteca Nacional

Medidas – 63 cm × 44 cm

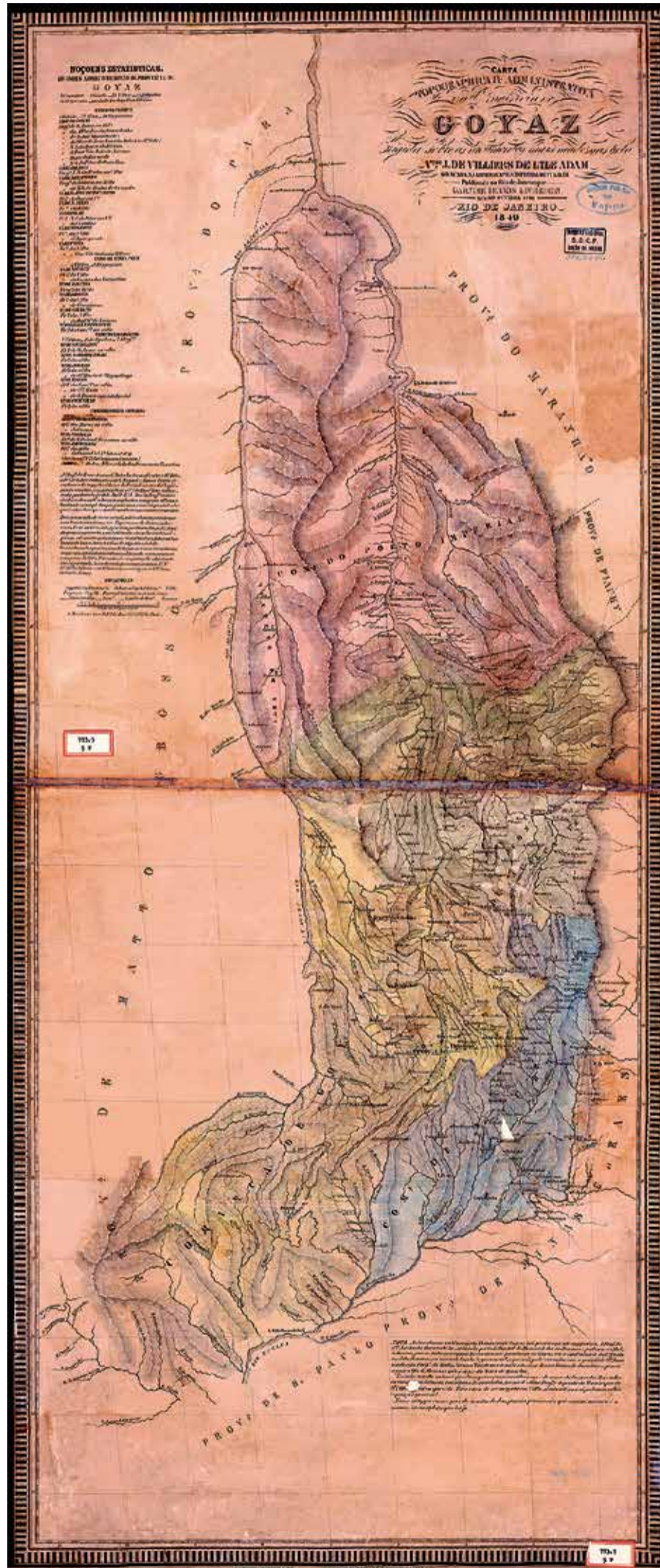
Data – 1819

Localização – ARC.028,11,010



ARQUIVO NACIONAL

CARTA TOPOGRÁFICA E ADMINISTRATIVA DA PROVÍNCIA DE GOIÁS (1)





ARQUIVO NACIONAL Rio de Janeiro/RJ

CARTA TOPOGRÁFICA E ADMINISTRATIVA DA PROVÍNCIA DE GOIÁS (1)

A pouca produção cartográfica, após a Proclamação da Independência do Brasil, esteve ligada a alguns fatores como: “ênfase nas atividades de preparação militar; constantes reduções do seu efetivo e aproveitamento dos engenheiros desse corpo na execução de obras civis e falta de engenheiros e de escolas voltadas à formação de engenheiros civis”.¹ Para superar essas restrições, “optou-se inicialmente pela contratação de mão de obra estrangeira e pela utilização daquelas cartas e mapas antigos, [...] o que contribuiu para a produção de cartas e mesmo de Atlas contendo um número muito grande de erros”.¹

Portanto, não é de se estranhar que os mapas das províncias durante o século XIX constituíam, em sua maioria, cópias da cartografia colonial e de roteiros de viagem desse período. Exemplo disso, para a Província de Goiás, é a “Carta Corográfica Plana da Província de Goyaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da Província de Minas Gerais” organizada pelo Brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos, para acompanhar seus “Itinerários” escritos em 1826 e publicados em 1836, sendo o mapa litografado em 1875. Ali, ainda consta o “Sertão da Farinha Podre” como fazendo parte do mapa de Goiás quando, de fato, a região já pertencia a Minas Gerais desde 1816.² No artigo “A cartografia das duas Comissões Cruls para a construção da nova capital no Planalto Central”, (Cf. neste GUIA p. 232) afirmamos, segundo informações do Relatório Final da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil que “no período da viagem da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, os mapas de Goiás ainda estavam ‘grosseiramente mal figurados’, como também apresentavam informações topográficas que de fato não existiam”.

Foi nesse contexto que um grupo de empresários, sob a coordenação do Visconde de Villiers de L’Ille Adam, irá publicar um Atlas com a representação de várias províncias do Império do Brasil, publicação na qual a presente “Carta Topográfica e Administrativa da Província de Goyaz” faz parte.

A iniciativa foi tão importante que o grupo elaborou uma “Carta de Solicitação de Apoio” ao Atlas encaminhada, em 1847, ao Governo Imperial. Segundo essa carta, o que os motivou foi o fato de que a divulgação de conhecimentos geográficos e estatísticos é “a primeira condição do bem estar de huma nação”, tanto para a “boa administração geral e local dos estados”, como também para a “instrução da mocidade” a fim de que conheçam “em primeiro lugar seu próprio país”.¹

Segundo eles, “até hoje nenhum mappa do Brasil oferece a divisão administrativa: e há províncias de que nunca existirão mappas. Os exemplares das que se publicarão são hoje raros no Brasil e não se encontram fora do Império. Foi a escassez e falta destes documentos, indispensáveis ao Brasil no seu estado de civilização, que induzirão os empresários a dedicarem-se á huma tarefa, aliás tão difficil e custosa como interessante os anima á recorrerem á Nação”.¹ A carta solicitando apoio informa ainda que “O Atlas

physico e administrativo será lithographado, e constará de 20 a 25 mappas das províncias. Todas estas serão reduzidas ao meridiano do Rio de Janeiro, e à mesma escala, de sorte que os mappas particulares reunidos formem o mappa geral do Império. Cada hum dos mappas estará dividido em comarcas e freguesias”. Em outra carta informam que na produção dos mapas das províncias aproveitam “os excellentes trabalhos de antecessores na matéria, Eschwege, Muller, Cunha Mattos, Machado de Oliveira Martins, Visconde de S. Leopoldo, Niemeyer...”. E, além disso, o grupo tem “estudado com a maior atenção as leis provinciais, as ereções novas de freguesias e villas, e a organização territorial a mais recente, [...]”. Entretanto, sabemos que apesar de todos os nossos esforços, devemos ter cahido em numerosos erros”.¹

O mapa “Carta Topographica e Administrativa da Província de Goyaz” de 1849 é importante para a história da cartografia goiana porque é o primeiro em que o território do “Sertão da Farinha Podre” não é mais representado como fazendo parte da “Província de Goyaz”. Por sinal, é neste mesmo conjunto de mapas publicado por esse grupo de empresários que, na “CARTA TOPOGRAPHICA E ADMINISTRATIVA DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAES” erigida sobre os documentos mais modernos, pelo Visconde J. de Villiers de L’Ille Adam é representada a anexação do território dos “Sertões da Farinha Podre” ao território mineiro.²

Portanto, entre o fato político (1816) da anexação de parte do território goiano para o território mineiro e sua representação na cartografia (1849), temos um atraso de 33 anos.

Leitura Paleográfica:

“CARTA TOPOGRAPHICA & ADMINISTRATIVA DA PROVÍNCIA DE GOIAZ, erigida sobre os documentos mais modernos pelo V.cde J. de Villiers de L’ Ile Adam. Gravada na lithographia imperial de Vr. Larée. Publicada no Rio de Janeiro por Garnier Irmãos Livreiros. Rua do Ouvidor nº 69. Rio de Janeiro. 1849.

NOÇÕENS ESTATISTICAS.

Divisões administrativas da Província de Goyaz
4. Comarcas / 1. Cidade / 21. Villas / 2. Julgados / 39 Freguezias – mais de 100 capellas fillias

COM.A DA CAPITAL

1 Cidade / 7 Villas / 19 Freguezias

CID.E DE GOYAZ

Freg.a de S. Anna, na Cid.e

“ da Abbadia do Currealinho

“ de S. Jose Mossamedes

“ do Pilar do Bom Jesus da Anta (em S.a Rita)

“ N. S. da Barra do R.o Claro

“ S. Fran.co de Assiz de Anicuns

“ Dores do Rio Verde

“ N. S. do Pilar de Ouro fino

V.a DE JARAGUA

Freg.a N. S. da Penha, na Villa

V.A DE MEIA PONTE

Freg.a do Rosario, na Villa

“ Freg de N.S. da Penha de Corumba

V.A DE S. JOSÉ DE TOCANTINS



Fr.a S. Jose, na V.a
 V.A de S. FELIS
 Fr.a da Villa
 V.A DO PILAR
 Fr.a N.S. do Pilar, na V.a
 “ do Carretão
 V.A DE TRAHIRAS
 Fr.a da Villa
 “ d’Agoa quente
 V.A DE CRIXA
 Fr.a da Villa
 “ “ da Conc.ão de Salinas e R.o Peixe
 COM.A DE SANTA CRUZ
 5 Villas / 8 Freguezias
 V.A DE S.A CRUZ
 Fr.a da Villa
 “ do Carmo dos Morrinhos
 V.A DE S.A LUZIA
 Fr.a da Villa
 V.A DE BOM FIM
 Fr.a da Villa
 “ de Campinas
 V.A DO CATALÃO
 Fr.a da Villa
 “ do Esp.o Sto. de Vaivem
 V.A FORM.A DA IMPERATRIZ
 Fr.a da Conc.ão na Villa
 COM.A DE CAVALCANTE
 4 Villas / 2 Julgados / 7 Freg.as
 V.A DE CAVALCANTE
 Fr.a de S. Anna na Villa
 V.A DE S. JOÃO DA PALMA
 Fr.a da Villa
 V.A DE ARRAIAS
 Fr.a da Villa
 “ de S.a Maria de Taguatinga
 V.A DE FLORES
 Fr.a da Conc.ão na Villa
 “ de Sta. Rosa
 “ de S. Domingos (Julgado)
 V.A DA CONCEIÇÃO
 Fr.a da Villa
 COM.A DO PORTO IMPERIAL
 [ilegível]
 V.A DO PORTO IMPERIAL
 Fr.a das Merces na Villa
 “ do Carmo
 V.A DA CAROLINA
 Fr.a de S. Pedro d’Alcantara na Villa
 V.A DA NATIVIDADE
 Fr.a da Villa
 “ do Carmo (Lei N^o4, 8 jan.o 1849).
 (há duas Fr.as do Carmo na Comarca)
 Colonia de Pedro Affonso (a la Confluenia no Tocantins
 A Freg.a do Bom Jesus d’Anta he transferido a S.a Rita.
 A Fr.a de S. Jose do Douro e a de S. Miguel e Almas
 forão re-centemente supprimidas; a do Pontal nunca
 foi legalmente creada, como também a V.a de Boa Vista
 instaurada por decreto de 18 de Abril de 1834. Das 39
 Freg.as acima declaradas so 37 são contempladas nas
 peças officiaes bastante incompletas que possuimos, e

nos é impossível saber quaes são as duas que se hão de considerar como somente nominaes.

Esta província he de tudo central, não tendo nem porto do mar, nem Fronteira estrangeira. Riquissima de diamantes, ouro, ferro, salitre, sal-gemma, madeiras, drogas & c. de nada quasi se aproveita, seus habitantes vivem bastante mal e porem são muito industriosos e trabalhadores, fabricão boa louça de barro, bons tecidos de algodão e de lã. Os rendimentos provinciaes de Goyaz orção em 50 a 60 contos de reis, quantia muito insufficiente; seu commercio não passa de 220 a 240 contos de importação e altretanto em exportação. As escolas são pouco numerosas & c. & c. 82.562 habitantes em 1849 sem os municípios de Sta. Cruz, Catalão e Palma.

NOTAÇÕES

Capital da Província / Cidade ou Capital de Com.a / Villa / Freguezia / Capella / Povoação (muitas vezes sem nome)

[símbolo] Grão caminho

[símbolo] Cam.os

[símbolo] Limites de Prov.a

[símbolo] Comarca

Petipé de 20 legoas ao grao

O Meridiano he o de R.o de Jan.o 45°35’54’’ de Paris.

NOTA

As limites meridionaes da Província de Goyaz são pessimamente suppostas. A Freg.a de Sta. Anna da Parahiba, situada perto de Pontal do Parahiba no Parana, pertence ao Matto Grosso, porem todos os mappas fazem descer a província de Goyaz até a confluência do R.o Pardo no dito Parana, ou mais de trinta legoas ao sul, o que não pode concordar com a posição de Sta. Anna sendo esta Freg.a do Matto-Grosso. Tambem a limite esta com Minas bastante duvidosa e parece seguir o Rio S. Marcos e não o cume da Serra de Marcella. É ainda muito notável que duas povoaçoens consideráveis e do nome do Carmo dos Morrinhos existentes nos Sertoens visinhos a Parahiba, huma d’estes é Freg.a e depende do Municipio de Sta. [pedaço do texto rasgado] outra que é de Minas vem de ser errigida em Villa, d’ esta ultima só podemos saber a posição provável. Nosso mappa carece pois de muitos dados, porem pensamos que assim mesmo é o menos incompleto que haja.

Referências:

- 1 - COSTA, Antônio Gilberto. Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007, p. 168-173.
- 2 - COSTA, Antônio Gilberto. A cartografia do território de Minas Gerais e seus limites oitocentistas: anexações e desmembramentos. IV Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Porto - Portugal, 2011.

Fonte - Arquivo Nacional - Rio de Janeiro

Medidas - 114 cm × 48 cm

Data - 1849

Localização - F2/MAP.170



CARTA DO ESTADO DE GOIÁS (2)

Mapa organizado em 1902 pelo importante professor de Geografia e de Aritmética, Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, da cidade de “Goyaz”, então capital do estado de Goyaz. Estudioso e pesquisador, notabilizou-se na área de Matemática e do estudo da língua portuguesa, principalmente após a publicação do clássico “Dicionário analógico da língua portuguesa”, impresso postumamente e em sua homenagem. É também autor do “Anuario Histórico Geographico e Descriptivo do Estado de Goyaz” que “tanto sucesso fez no começo do século XX pela agudeza de seus escritos e o acerto de suas pesquisas, inclusive geográficas, o que era incomum àquele tempo. Foi um interessado pesquisador das possibilidades da Geografia goiana há mais de cem anos”.¹ Neste “Anuário”, consta em anexo a reprodução deste mapa.

Contratado como “engenheiro” – agrimensor – pelo governo de Goiás, teve a chance de visitar e conhecer melhor a geografia do “Estado de Goyaz”, estudos que lhe permitiram levantar várias informações para a elaboração do mapa aqui apresentado. Segundo seu filho, “à medida que percorria o estado, colhia dados sobre suas características geográficas. Isto lhe permitiu elaborar a ‘Carta do Estado de Goyaz’, o primeiro documento dessa natureza de que se tem notícia”.² Supomos também que, como professor de Geografia, o mapa consolidou suas pesquisas bem como servia de material didático.

Segundo nossas pesquisas, é o primeiro mapa de Goiás elaborado após os trabalhos da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil e da Comissão de Estudos da Nova Capital da União. É possível constatar que os erros na cartografia da região goiana visitada pelas duas Comissões Cruls (Cf. neste GUIA o artigo: “A Cartografia das duas Comissões Cruls para a construção da nova capital no Planalto Central” p. 232) foram corrigidos levando em conta os trabalhos destas, fato confirmado também porque no mapa consta o quadrilátero com os dizeres: “Distrito Federal”.

Além disso, é sabido que as pesquisas do professor Francisco Azevedo eram conhecidas pelo Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, do qual recebeu homenagem por investigações no campo da Matemática. Portanto, é possível supor que tenha acessado os resultados dos levantamentos cartográficos das comissões que vieram para o Planalto Central do Brasil e que ficaram naquele observatório, como também por meio dos RELATÓRIOS e ATLAS, publicados.

Impresso, monocromático, com nota explicativa, com legenda, com rosa dos ventos, escala 1:2.000.000, papel canson telado.

Leitura paleográfica:

Carta do Estado de Goyaz organizada em 1902, pelo Agrimensor Francisco Ferreira dos Santos Azevedo.

Planta da Capital

Legenda

A – Palacio do Governo

B – Matriz

C – Igreja de N.S da Boa Morte
 D – Quartel da força Federal
 E – Cadeia
 F – Collegio S. Anna
 G – Correio
 H – Faculdade de Direito
 I – Igreja de S. Francisco de Paula
 J – Mercado
 K – Asylo de S. Vicente de Paula
 L – Delegacia Fiscal
 M – Quartel do Corpo de Policia
 N – Theatro de S. Joaquim
 O – Igreja de N. S. do Rozario e convento dos Dominicanos.
 P – Senado Estadual
 Q – Secretaria de Finanças
 R – Igreja de N. S d’Abbadia
 S – Hospital de S. Pedro de Alcantara
 T – Igreja de N. S do Carmo
 U – Escola primaria
 Y – Estação telegraphica
 X – Juizo Seccional
 Y – Camara dos Deputados
 Z – Escola Primaria

a – Supremo Tribunal de Justiça

b – Cemiterio

Ao Ex.mo Snr. Do.r Olympio da Silva Costa / Como prova de amizade e gratidão / O.D.C. / o Autor.

Convenções

[símbolo] Cidades

[símbolo] Villas

[símbolo] Arraiaes

[símbolo] Estradas

[símbolo] Limites do Estado

[símbolo] Limites de territorios contestado

O limite de Goyaz com o Pará está de accordo com o § 1º do alvará de 18 de Março de 1809 e do alvará de 25 de Fevereiro de 1814. O limite de Goyas com Mato-Grosso está traçado de accordo com o convenio de 1º de Abril de 1771 e com o parecer da Camara dos Deputados de 20 de Julho de 1864. A divisa oriental com o Estado de Minas, está de accordo com o alvará de 17 de Maio de 1815 e com a opinião unanime de geographos nacionaes e estrangeiros.

W. DO RIO DE JANEIRO

Lith. Malafia Junior. Rua d’Assemblea, n. 73

Referências:

1 – CURADO, Bento A. A. J. Fleury. História da Geografia em Goiás. Disponível em: <<http://www.dm.com.br/texto/143960-historia-da-geografia-em-goias-xxxiii>>. Acesso em: 26 set. 2013.

2 – MACIEL, Viviane Barros. Da Corte à Província, do Império à República, do Colégio Pedro II ao Liceu de Goiás: dinâmicas de circulação e apropriação da matemática escolar no Brasil, 1856-1918. Dissertação



de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2012, p. 126. Disponível em: <<http://www.edumat.ufms.br/gestor/titan.php?target=openFile&fileId=147>> . Acesso em: 9 ago. 2013.

Fonte - Arquivo Nacional - Fundo Francisco Bhering
Medidas - 10 0 cm × 87 cm
Data - 1902
Localização - BR_RJANRIO_F4_0_MAP_0024_m0001

A watercolor map of Santa Luzia de Goiás, showing a winding river in blue and red, and several churches with red domes and yellow walls. The map is drawn on a light-colored background with some blue and red washes.

*Wilson
Vieira
Júnior*

**TRIGANT DES GENETTES E A
CARTA DA FREGUESIA DE SANTA
LUZIA DE GOYAZ (1883-1884)**

BREVE BIOGRAFIA DE TRIGANT DES GENETTES



No final do século XIX, François Henry Trigant des Genettes se dedicava à ocupação de pároco da igreja matriz de Santa Luzia, povoado que surgiu em 1746 durante o garimpo do ouro em Goiás. O vigário des Genettes já estava com 75 anos de idade quando foi ordenado na matriz de Meya Ponte. A atividade de sacerdote somava-se a tantas outras que preencheram uma vida bastante atribulada de feitos e descobertas.

Nascido em 1801, em Panillac, França, após formar-se em medicina em Brest, foi a Marrocos, norte do continente africano. Em 1839, desembarcou no Rio de Janeiro. Passou um tempo como médico, jornalista, professor e minerador em Minas Gerais. Passou pelas cidades de Ouro Preto, Araxá e Uberaba, defendendo a separação da região que chamou de Triângulo Mineiro, Sertão da Farinha Podre, da província de Goiás. Em 1868 chegou à cidade goiana de Meya Ponte (atual Pirenópolis), onde fundou escola e deu aula. Em viagens pelos municípios goianos, coletou informações sobre a hidrografia, geologia e geografia reunidas nos artigos “Estudos sobre o município de S. Luzia e parte do da Formosa” e “Estudos sobre as Freguesias de S.^a Luzia e do Mestre de Armas”, publicados em periódicos da época. Pelas atividades de pesquisa, tornou-se correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Em 3 de julho de 1876, foi ordenado padre na matriz de Meya Ponte. Naquele ano, celebrou sua primeira missa na cidade de Corumbá. Estava como pároco em Santa Luzia (atual Luziânia), em 1883 e 1884, quando organizou o Mappa Topographico da Igreja Parochial, Capelas, e Cemitérios de Sancta Lusua, texto e iconografia do município com base nos serviços sacerdotais de visita às paróquias da freguesia, fazendas, cemitérios, realizando batizados e casamentos. O mapa e o manuscrito

fazem parte do acervo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC). Este trabalho se propõe a realizar breve apresentação dos documentos, apontando temas que podem ser trabalhados em análise aprofundada.

A freguesia de Santa Luzia

O sacerdote des Genettes inicia seu relato com sucinta historiografia de Santa Luzia.

A Cidade de S. Lusua desta Diocese, e Província de Goiaz que a outro tempo se denominava o Arraial de S. Antonio da Boa-vista por veneração ao orago menos principal

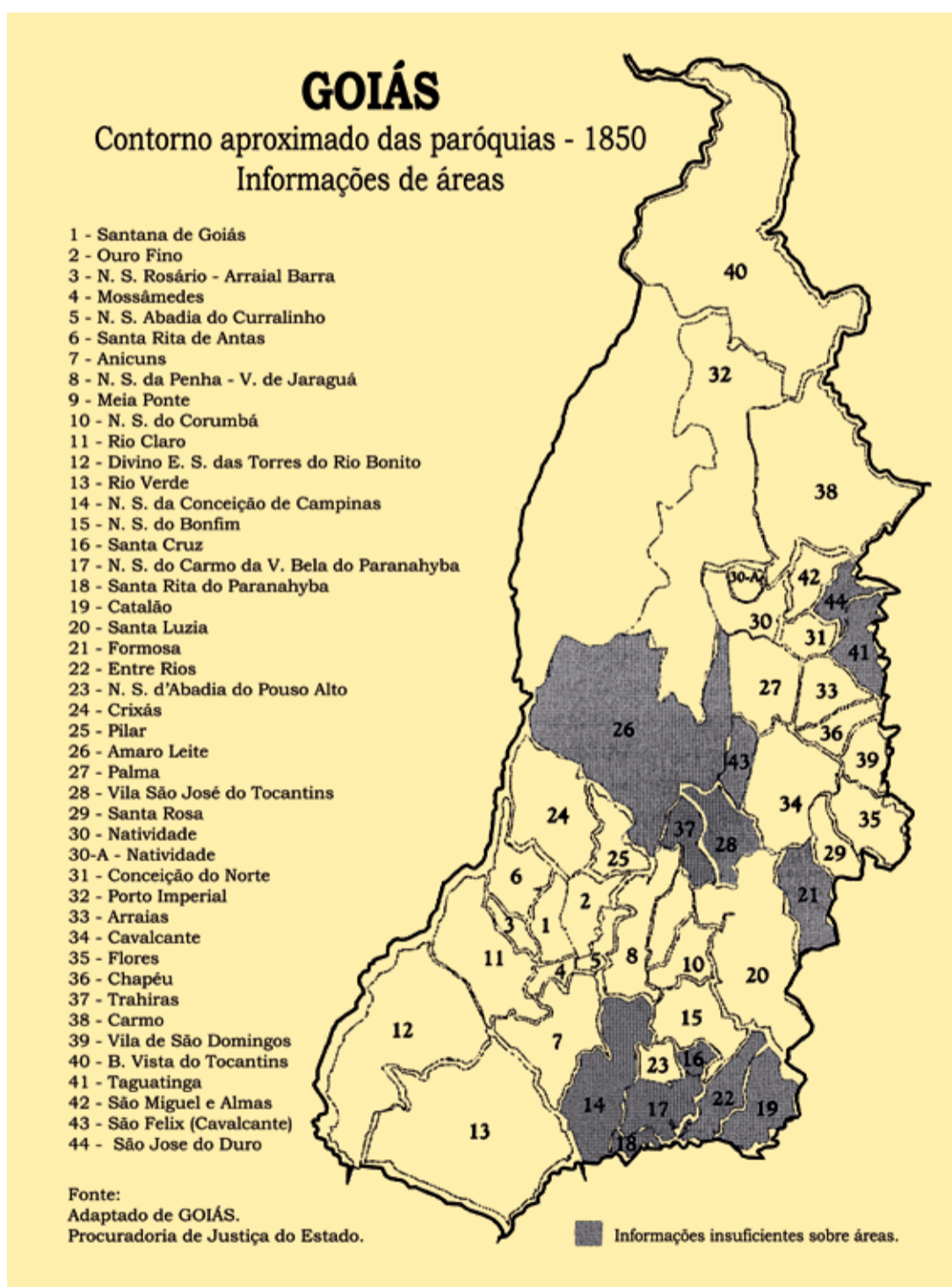
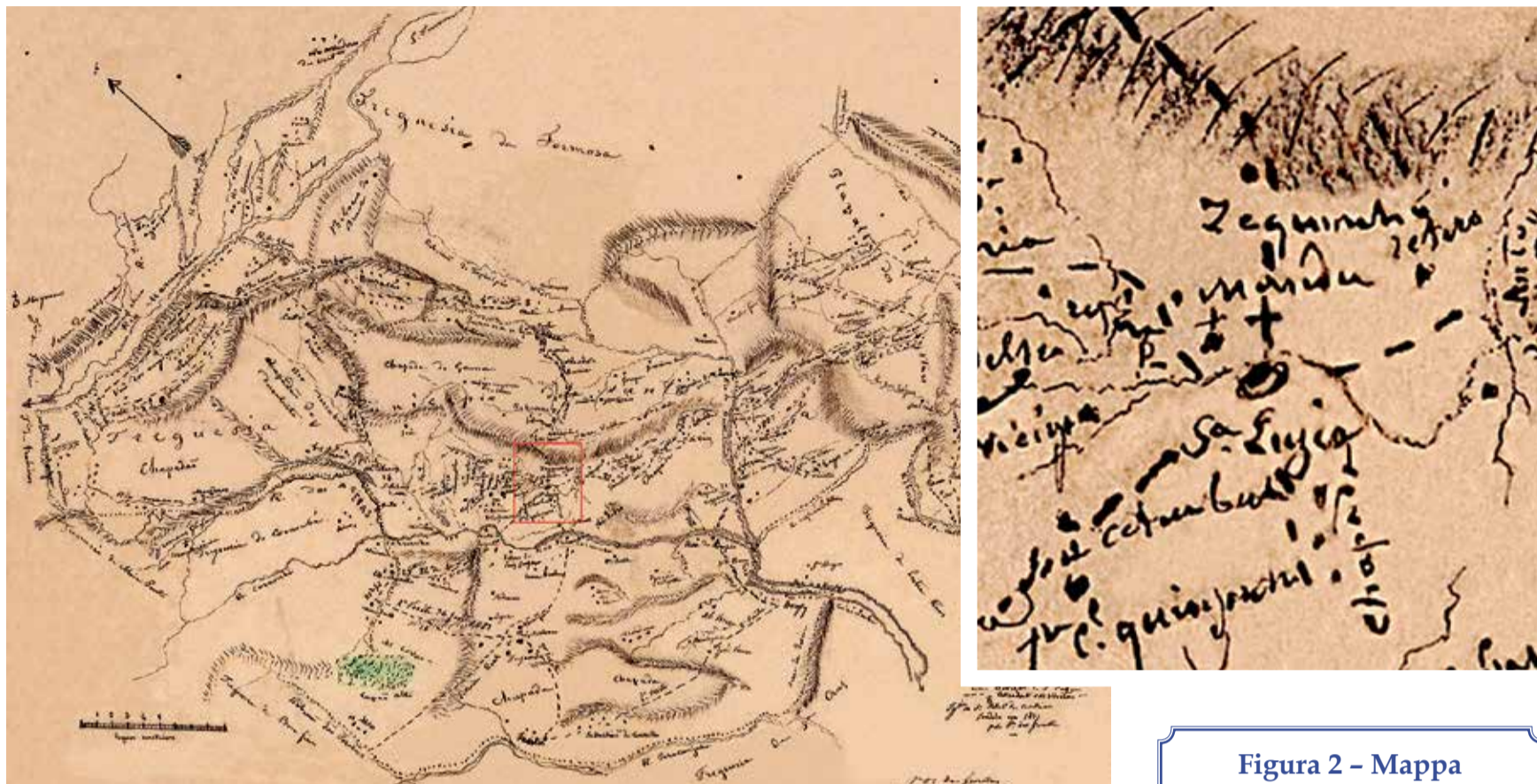


Figura 1 - Os limites das Paróquias no século XIX. Na relação, Santa Luzia é a de número 20. (AGUIAR, 2003, p. 95)

WILSON VIEIRA JÚNIOR – Graduado em História pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) em 2003. Mestre (2010) e Doutor (2015) em Teoria e História da Arquitetura pelo Programa de Pós-Graduação Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU/UnB). Durante o período de 2011 a 2014 foi Coordenador do Arquivo Histórico do Arquivo Público do Distrito Federal, onde idealizou e coordenou o “Projeto Documentos Goyaz” e o processo de tratamento documental e digitalização do acervo permanente da instituição. Atua na área de História, com pesquisas voltadas para o estudo do Distrito Federal e Goiás nos períodos colonial e imperial, cartografia histórica e paleografia. *E-mail: wilsonvieirajr@gmail.com*



cuja veneração athe hoje continua na Ermida de Santo Antonio de Padua situada alem do Rio denominado de Descoberto, huá, dista da Igreja Parochial da S. Padroeira de Goiaz 55 legoas mais ou menos, e por Alvará de 21 de Outubro de 1759 foi elevada á Freguesia de natureza Collativa com a denominação de Igreja da Virgem Matriz S. Luzia.

O território de Santa Luzia estendia-se por 480 km de comprimento e 180 km de largura (AZEVEDO, 1987, p. 197-198). Hoje, considerando esses limites, podemos incluir o Distrito Federal e Brasília ocupando um pequeno quinhão de 5.800 km² do antigo território. (Figura 1)

A representação iconográfica de Santa Luzia, organizada por des Genettes, remete à percepção de amplo território densamente povoado por fazendas (Figura 2), período no qual, conforme ressalta Aguiar, (2003, p. 97) as áreas ao sul da província de Goiás se beneficiaram da integração com as regiões cafeeiras, e dessa forma capitalizaram mais que as áreas ao norte da província.

A descrição dos limites de Santa Luzia por des Genettes.

Esta Freguesia dividi-se ao leste com as Parochias da Villa Formosa da Imperatriz, e de Sancto Antonio da Cidade do Paracatú, para oeste com a Freguesia da Senhora da Penha do Corumbá, ao Norte com as da Villa Formosa, e de Trahiras, seguindo as divisas de huá e outra Parochia athe a distancia de vinte e cinco legoas desta cidade, acompanhando as vertentes do Rio Maranhão athe confrontar com a Parochia de S. José do Tocantins, e ao Sul com as Parochias de Catalaõ, Vai-vem, e Santa Cruz, ficando a da cidade do Bomfim ao Sudueste.

Casamentos e concubinatos

A posse de enormes quantidades de terras regia a política e a economia regional, mas as fazendas eram pobres. As terras estavam destinadas ao gado solto no pasto e a agricultura era para o abastecimento do fazendeiro, família e agregados. A população distribuída pelas fazendas do município encontrava-se a grandes distâncias da cidade de Santa Luzia e a disponibilidade de sacerdotes era muito pouca para atender a tão vasto território. Tal situação permitia que os moradores rurais desenvolvessem mecanismos adaptativos que atendessem às suas condições de vida. Os casamentos praticamente inexistiam. O concubinato era a prática corrente entre as famílias. Por ser menos dispendioso, não precisava apresentar documentos e evitava o deslocamento até a distante igreja na vila. O bispo de Goiás, Dom Cláudio Ponce de Leão (1881–1890), assim registrou: “no ano de 1882 mais de quatrocentos casamentos, e no ano de 1883, mais de mil, quase todos de concubinarios” (SILVA, 2006, p. 292). Por seu lado, a igreja tentava dar um destino religioso à união, mas, apesar de condenar tais hábitos, era condescendente diante da realidade do contexto. O padre des Genettes então observou:

Consta dos livros respectivos que os Parochos desta Freguesia desde 1763 exercerão sempre as funções de Vigarios da Vara, e Juises dos Casamentos, e muitas veses as de Visitadores da respectiva Igreja, em atenção as necessidades peculiares da Parochia, que sendo populosa, tem grande parte dos seus habitantes que se achão dissiminos pelos longos, e estremos da Freguesia, pela sua pobreza, vexames, e obstaculos

Figura 2 - Mappa Topographico da Igreja Parochial, Capelas e Cemeterios de Sancta Luzia, [1883-1884], Trigant des Genettes. Em destaque a cidade de Santa Luzia.

Fonte: IPEHBC.



em procurar a Igreja Matriz, do que resulta permaneceu muitos delles em mancebia, quando pelos mesmos Parochos, por ocasião de correr a Parochia não são feitos de pronto os casamentos com dispensas de pregões, em oratorios particulares, para cujo fim tão bem não raras vezes são necessarios dispensas de impedimentos.

Cemitérios rurais e urbanos

A distância da vida rural do centro urbano provocou arranjos para com o local de descanso dos mortos. Os cemitérios sagrados e costumeiramente colados ao templo, organizados na vila, provavelmente em todo século XIX em Goiás, ganharam espaço no campo. O mapa de des Genettes traz uma relação de cemitérios públicos, com covas pouco profundas, sacralizados, sem cercas, ou capelas, com apenas uma cruz em campo aberto, dispostos ao longo dos caminhos e próximos às fazendas. Talvez em Goiás tenham existido muito mais cemitérios rurais que em províncias como a de Minas Gerais, devido às grandes distâncias que intermediavam os centros urbanos e estes a vida no campo. Como bem observou João José Reis (1997, p. 107) “no Brasil rural a assistência paroquial era dificultada pelas distâncias, pela própria ausência de padres e sobretudo pela população a ser assistida”. Morrer desassistido por um padre e fora do espaço sagrado

era considerada uma morte maldita, indesejada. A morte ideal deveria ser a morte assistida e não a solitária. A leitura da parca documentação e bibliografia, que fazem menção a cemitérios rurais, leva a inferir que as escolhas de espaços rurais para o sepultamento pareciam ser a solução para uma sociedade apegada a ritos católicos e que os praticava mais pelas crenças e contingência da presença eclesial. Para corroborar tal entendimento, transcrevemos uma crônica do escritor e historiador goiano Sylvio do Rosário Curado Fleury (1913–2006) sobre os ritos do enterro rural, em fins do século XIX e primeira metade do XX.

*Se alguém nas redondezas morria
ao quarto ia fazer caridos e prestativo;
ajudava o fúnebre preparativo
e acompanhava o banguê, a rede mortuária
em exaustiva caminhada,
até o cemitério perdido no meio da chapada.
E na noite da Sexta-feira Santa,*

Figura 3 - A posição de dois cemitérios (círculo vermelho) em relação à vila de Santa Luzia (triângulo vermelho). Adaptado de “Mappa Topographico da Igreja Parochial, Capelas, e Cemiterios de Sancta Lusua”, [1883-1884], Trigant des Genettes.

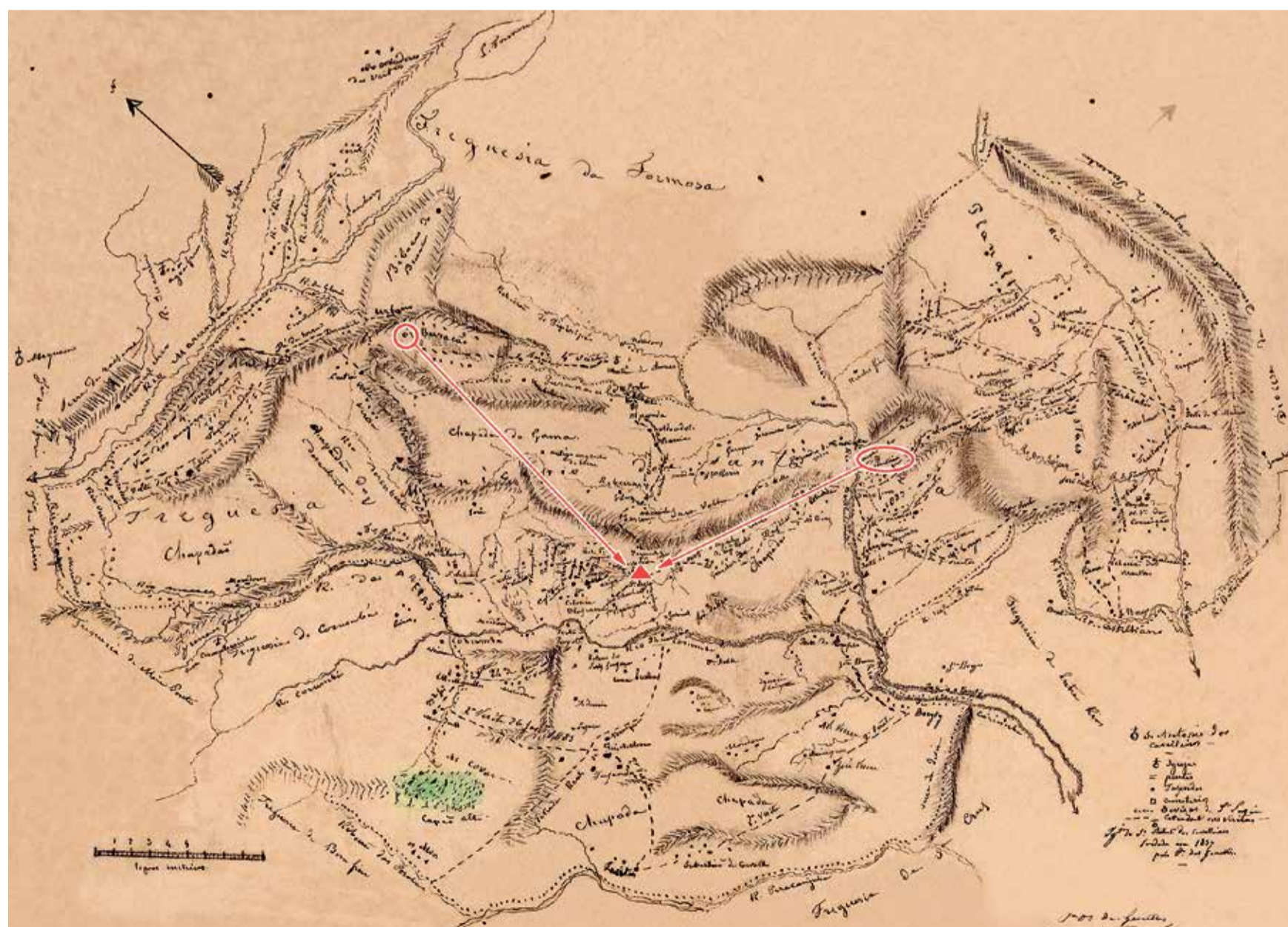




Figura 4 - Adaptado do Mappa Topographico da Igreja Parochial, Capelas, e Cemiterios de Sancta Luzia, em destaque as igrejas de Santa Luzia, Santo Antônio dos Montes Claros, Corumbazinho, Agoa Fria e Mestre de Armas.

N°	Topônimo no mapa	Orago	Localização atual
1	Santa Luzia	Santa Luzia	Luziânia - Goiás
2	Santo Antônio dos Montes Claros	Santo Antônio	Santo Antônio do Descoberto - Goiás
3	Corumbazinho	N. S. da Penha de França	Corumbá - Goiás
4	Agoa Fria	desconhecido	Água Fria - Goiás
5	Mestre de Armas	São Sebastião	Planaltina Distrito Federal

a noite dos grandes temores,
a folia das almas acompanhava,
por sete moradores,
e pedindo pelas pobres almas,
com fé, suas orações orava.

Notam-se as considerações do padre em relatar as sepulturas instaladas a, no mínimo, 7 léguas (por volta de 42 km) da matriz, e as disposições dos cemitérios no mapa (Figura 3).

Cemiterio do Curralinho, e dos Angicos ao Norte da Igreja Matriz em distancias de 16, e 20 legoas. Nelles se dão sepulturas em campo raso.

Cemiterio do Ribeirão da Contagem junto ao sitio dos Monjollo, distante da Matriz 7 legoas se daõ sepulturas em campo raso; e fica em rumo do Nornordeste.

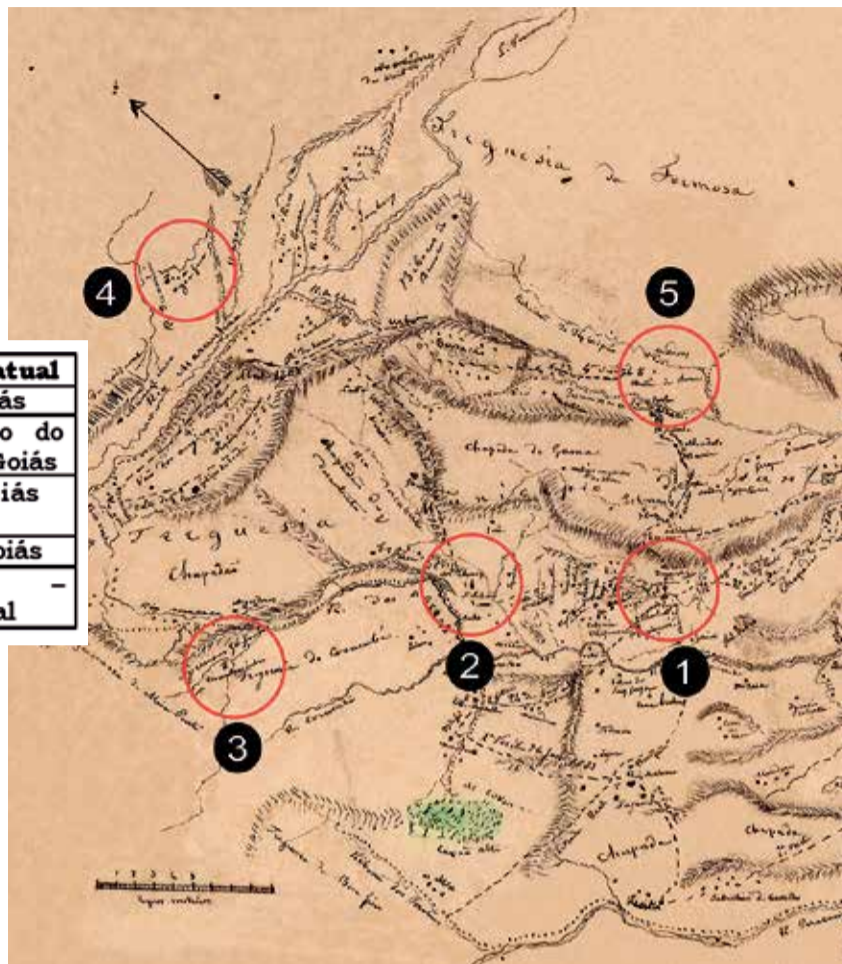
Cemiterio nas Fazendas, e campos do Mimoso junto ao Sitio dos Claros a leste dista da Matriz 7 legoas mais ou menos; e nelle se daõ sepulturas em campo raso.

Sou informado de que há outros muitos cemiterios, ou logares em que são sepultados os cadaveres humanos que dizem os antigos serem sido bentos, e consagrados como cemiterios publicos, sem algum cercado, ou capella de oração, tendo apenas huá cruz plantada em campo aberto.

Dividindo o mapa em duas metades (esquerda e direita), tendo Santa Luzia ao centro, podemos rela-

N°	Topônimo no mapa	Orago	Localização atual
6	Capela da Nossa Senhora da Conceição	Nossa Senhora da Conceição	Santa Cruz - Goiás
7	Santo Antônio dos Cavalleiros	Santo Antônio	Ipameri - Goiás

Figura 5 - Adaptado do Mappa Topographico da Igreja Parochial, Capelas, e Cemiterios de Sancta Luzia, em destaque as igrejas de Nossa Senhora da Conceição e Santo Antônio dos Cavalleiros.

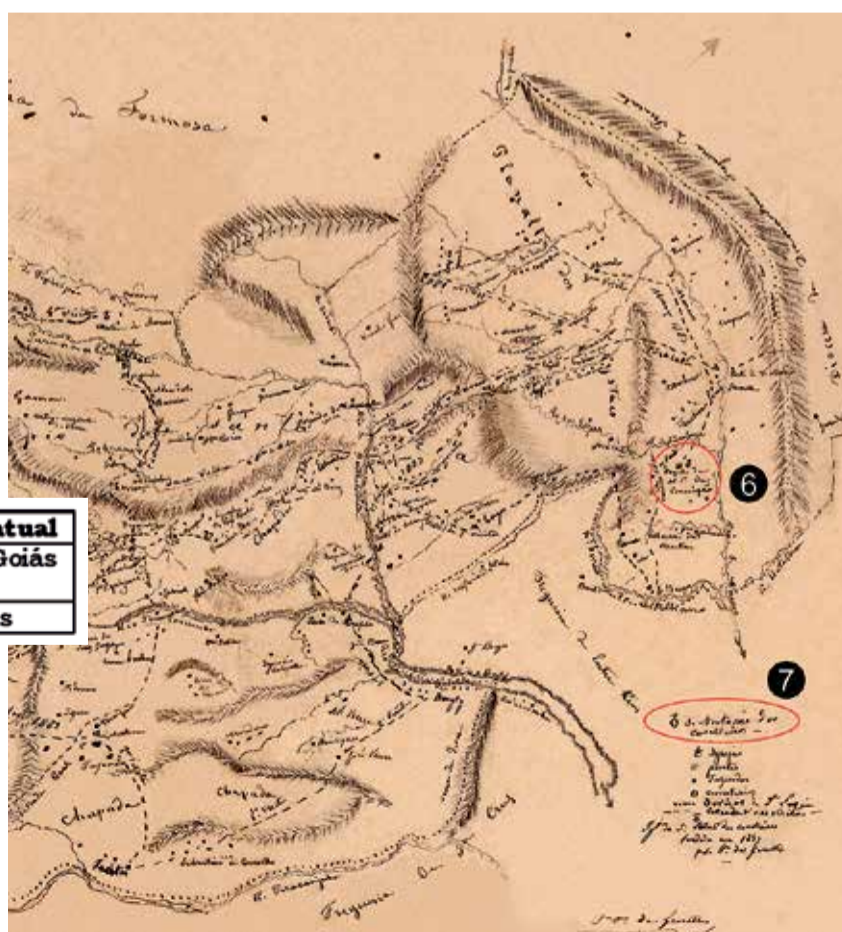


cionar as capelas distribuídas no território, o orago de devoção e em qual estado da federação atualmente está localizado.

A metade a esquerda da vila apresenta as capelas no quadro e na figura 4.

A metade a direita da vila apresenta as capelas no quadro e na figura 5.

Os cemitérios urbanos associados aos espaços das igrejas foram descritos por des Genettes. Na ci-





dade de Santa Luzia, pelo compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento, fundada em 1760, os sepultamentos eram feitos “não só no Adro da Igreja Matriz, fora della na area contigua” observou des Genettes. Escreveu sobre a “Capella da Senhora do Rosario”, é a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos situada em Santa Luzia, e o que determinava o compromisso da irmandade do templo sobre as sepulturas.

Em conformidade da lei do seu compromisso se dão sepulturas no adro della, não só aos corpos dos irmãos fallecidos e de suas mulheres, filhos sem [ilegível], como aos d'outros defuntos, mediante [ilegível] para o cofre da Irmandade.

O conjunto de locais de sepultamento descritos por des Genettes no território de Santa Luzia, composto pelos cemitérios das igrejas, no adro e contíguo, e os cemitérios rurais permite inferir que, especialmente, tais lugares, oficiais ou não oficiais, atendiam aos moradores da região. O relato do padre, transcrito no manuscrito e no mapa, não dá a entender as carências dos habitantes relacionadas ao lugar sagrado para o sepultamento dos mortos. Os documentos apresentam soluções adequadas à situação

em que viviam. Vale ter em conta que os cemitérios rurais eram organizados pelo morador do campo e, posteriormente, sagrados pela autoridade eclesiástica. Da mesma forma, organizavam-se as uniões em concubinatos, cujo casal assim permanecia até a visita em desobriga do padre.

A igreja permitia tais atos, que poderiam ser desvios para a instituição católica, mas eram adaptações à região e ao espaço de convívio. Este trabalho desperta perguntas quanto ao determinismo colocado no espaço, como as práticas humanas, sociais, econômicas, culturais, se adequam e dialogam com o território. Sugere-se investigar quais hábitos específicos, ou não, gerais e similares a outras regiões, foram condicionados na região de Santa Luzia.

Os documentos apresentados nessa pesquisa são fontes fundamentais para a compreensão do cotidiano do sertão, em particular de Goiás, e merecem ser analisados profundamente. O “Mappa Topographico da Igreja Parochial, Capellas, Ermidas, e Cemiterios de Santa Luzia, com declaração do numero, e nomes dos Sacerdotes existentes na Freguesia, contendo diversas outras informações”, de 1883–1884, compõe mais uma importante peça da cartografia histórica de Goiás. Juntamente com manuscritos, demonstram que a vida privada no Brasil merece ser considerada em suas várias perspectivas regionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Maria do Amparo Albuquerque. Terras de Goiás: estrutura fundiária (1850–1920). Goiânia: UFG, 2003.
- AZEVEDO, Francisco Ferreira dos Santos. Anuario histórico, geographico e descriptivo do Estado de Goyaz para 1910. Brasília: SPHAN/8ª DR, 1987.
- DES GENETTES, François Henry Trigant. Mappa Topographico da Igreja Parochial, Capellas, Ermidas, e Cemiterios de Santa Luzia, com declaração do numero, e nomes dos Sacerdotes existentes na Freguesia, contendo diversas outras informações. [1883-1884]. Acervo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, Goiânia, Goiás.
- FLEURY, Sílvio do Rosário Curado. Os filhos da terra. Brasília: Duo Design, 2009.
- NOVAIS, Fernando A. História da vida privada no Brasil: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- O Publicador Goyano, 14 e 21 novembro de 1885. Acervo Coleção de Jornais da Biblioteca da Câmara dos Deputados.
- REIS, Gelmires. Planta do Município de Santa Luzia, 1928. Acervos da Academia de Letras e Artes do Planalto Central, Luziânia, Goiás; Arquivo Histórico do Estado de Goiás, Goiânia, Goiás.
- SILVA, José Trindade da Fonseca. Lugares e Pessoas: subsídios eclesiásticos para a história de Goiás. Goiânia: UCG, 2006.



IPEHBC – INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS HISTÓRICOS DO BRASIL CENTRAL

MAPA TOPOGRÁFICO DA IGREJA PAROQUIAL, CAPELAS, ERMIDAS, E CEMITÉRIOS DE SANTA LUZIA





IPEHBC
Instituto de Pesquisas
e Estudos Históricos do
Brasil Central
Goiânia/GO

MAPA TOPOGRÁFICO
DA IGREJA PAROQUIAL,
CAPELAS, ERMIDAS, E CEMITÉRIOS
DE SANTA LUZIA

O contexto histórico e as motivações para a criação deste mapa se encontram no artigo do historiador Wilson Vieira Júnior: "Trigant Des Genettes e a carta da Freguesia de Santa Luzia de Goyaz (1883-1884)". (Cf. neste GUIA p. 216)

Fonte - IPEHBC - Instituto de Pesquisas e Estudos
Históricos do Brasil Central

Data - 1884

Localização - Caixa 03 - Documento n. 134

CASA DA CULTURA DE LUZIÂNIA
Luziânia/GO

PLANTA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA

O mapa foi aprovado para publicação em 30 de agosto de 1928, no período em que o autor, Gelmires Reis, era Intendente Municipal (Prefeito) "em exercício", sendo "Presidente" do estado de Goiás, Brasil Ramos Caiado. Segundo notas do próprio autor no "Dicionário Geográfico do Município de Santa Luzia", também de sua autoria, o mapa foi produzido com uma intenção bem específica: "somente tive em mira dar uma pálida ideia de quanto é vasto, rico e belo o município que tenho a subida honra de administrar".

As informações para a confecção do mapa foram colhidas nos Almanques de Santa Luzia para os anos de 1920 e 1925, além do Dicionário Geográfico do Município de Santa Luzia, publicado em 19 de julho de 1929, no ano seguinte à publicação do mapa. A representação espacial foi baseada no "Mappa do Estado de Goyaz" elaborado por Frei Reginaldo Tournier, a partir da primeira versão de 1918. (Cf. neste GUIA, p. 122).

No acervo recolhido pelo "Projeto Documentos Goyaz" do Arquivo Público do Distrito Federal, há uma cópia digital do Dicionário Geográfico do Município de Santa Luzia.

O mapa apresenta os limites do Município de Santa Luzia, como era nomeado na época o atual município de Luziânia, bem como os limites das Fazendas. É provavelmente o primeiro mapa municipal (1929), entre os três municípios que irão ceder território para a nova capital no Planalto Central, a fazer referência explícita ao quadrilátero do novo Distrito Federal.

Extremamente rico em informações, faz referência minuciosa às chapadas, morros, espigões, serras, cursos d'água, lagoas, matos, capoeiras e cachoeiras. Como referência política apresenta todas as cidades e vilas, arraiais, estações da Estrada de Ferro de Goiás, pontes, portos, linha telegráfica, além de indicar as casas nas fazendas e capelas (de diversos cultos). Em relação às estradas, diferencia estradas de automóveis, estradas de rodagem e traça as estradas de ferro. Indica várias jazidas: de ouro, ferro Agatha, cristal de rocha, antimônio, mica e malacacheta, pedra de cal, sal gema, além de águas termais.

Leitura paleográfica:

Planta do Município de "Santa Luzia".

Estado de Goyaz.

Escala, 1:200,000

Organizado em 1928 / Sendo Presidente do Estado de Goyaz o Ex.mo Sr. Dr. Brasil Ramos Caiado

[texto manuscrito ao lado do título do mapa]

Approvada / Santa Luzia, 30 de agosto de 1928. / O Intendente Municipal /Gelmires Reis. [assinatura]

Estrada de Ferro:

E. F. de Goyaz: A última Estação em trafico, (Viannopolis) fica situado a distancia de 108 km da cidade de Santa



Luzia. Traçado do E.F.C do Brasil (Pirapora à Belém do Pará) passando na cidade de Formosa, ficará a distância da cidade de Santa Luzia 126 km.

Limites

Começando da Barra do Rio São Bartholomeu, no Rio Corumbá, pelo São Bartholomeu acima, até a barra do Rio Pamplona; por este acima, até a sua cabeceira; desta, em rumo à cabeceira do Ribeirão Samambaia; desta cabeceira, pelo rincão divisor das águas do Rio São Bartholomeu e do Rio Jardim, até morrer no mesmo Rio São Bartholomeu; por este acima, que ahi toma o nome de Rio Paranoá; por este acima, até a barra do Ribeirão do Gama; por este acima, até a barra do Corrego Fundo; por este acima, até a barra do Corrego Vizente Pires; por este acima, até a sua cabeceira, desta, pela Estrada do Urbano, em rumo à origem do Ribeirão da Palma; por este abaixo, até sua barra no Rio Maranhão; por este abaixo, até a barra do Rio Verde; por este acima, até o lugar em sua cabeceira denominado Bocaina, onde existia uma cruz; dahi, pelo espigão, em rumo à cabeceira do Ribeirão Macacos; por este abaixo, até sua barra no Ribeirão Areias; por este abaixo, até sua barra no Rio Corumbá; por este acima, até confrontar a Chapada das Covas ou Covoados; pela chapada, até o Rio Piracanjuba; por este abaixo, até a barra do Ribeirão da Extrema; por este acima, até a ponta da Serra do Gordurinha; dahi, pelo espigão, até apanhar os Marcos da Demarcação da Fazenda Mandaguahy; por estes marcos, até o que fica mais próximo do Ribeirão Mombuca, em rumo ao espigão do outro lado; deste, pelas águas vertentes, até chegar à estradinha que divide a Fazenda Posse da do Japão; dahi, voltando à direita, pelo espigão do Poção, até o Rio Corumbá; por este acima, até a barra do Rio São Bartholomeu, onde teve inicio a descrição dos limites.

Nota:

[desenho de uma estrela com quatro pontas]
Indica o loga onde cahiu o notável Holosidero (meteorito) Santa Luzia, em 1º de junho de 1919 as 18 horas. Foi remetido ao Museu Nacional do Rio de Janeiro em 1928.

Estradas de automóveis

Distancia entre a cidade de Santa Luzia e a Capital de Goyaz são aproximadamente pelas estradas de automóveis:

Santa Luzia via Viannopolis, Bella Vista, Campinas, Inhumas e Itaberahy - 438 km.

Santa Luzia via Viannopolis, Annapolis, Corumbá, Pyrenopolis, Jaraguá e Itaberahy - 446 km.

Santa Luzia via Viannopolis, Annapolis, Aracahy, São Francisco das Chagas, Jaraguá e Itaberahy - 385 km.

Santa Luzia via Viannopolis, Annapolis, Inhumas e Itaberahy - 350 km.

Planta levantada por ordem da Intendencia Municipal de Santa Luzia - Estado de Goyaz - sendo Intendente Municipal o Ex.mo Sr. Gelmires Reis.

Observação

Esta planta foi organizada por informações de: Comissão do Dr. Luiz Cruels - 1893 / Mappa do Estado de Goyaz - por Frei Reginaldo Tournier - 1918. / Traçado do

E.F. Goyaz. / Rede de Viação Sul do Estado de Goyaz. / Plantas das Fazendas medidas no Municipio / Gelmires Reis, Intendente Municipal em Exercício.

Nota:

Informações colhidas, nos Almanachs de Santa Luzia para os annos de 1920 e 1925 e no Diccionario Geographico do Municipio de Santa Luzia, (inedicto) organizados pelo atual Intendente Municipal o Ex.mo Sr. Gelmires Reis.

Data Históricas - Santa Luzia foi: fundada pelo Bandeirante paulista Antonio Bueno de Asevedo, em 13 de dezembro de 1746; / Julgado, em 30 de outubro de 1749; / Freguezia de natureza collativa, em 2 de outubro de 1756; / Villa, em 1 de abril de 1833; / Cidade, em 5 de outubro de 1867; / Sede de Comarca, em 25 de julho de 1907.

Propriedade do Município de Santa Luzia - Estado de Goyaz

[assinatura] / Engenheiro civil / Santa Luzia - Goyaz - Agosto 1928.

Referências:

1 - REIS, Gelmires. Diccionário Geographico - do município de Santa Luzia, estado de Goyaz. Estabelecimento Gráphico Carvalho Filho, Araguay. Edição do autor, 1929.

Fonte - Casa da Cultura Rui Carneiro - Luziânia/GO
Medidas - 30 cm × 45 cm

Data - 1928

Localização - Emoldurado e afixado na parede de uma das salas da Casa da Cultura Rui Carneiro do Município de Luziânia, dedicada ao historiador daquela cidade, Gelmires Reis.

Observação - Há um outro exemplar, com medidas diferentes e bastante danificado, no Arquivo Histórico de Goiás.



BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA

CAPITANIA DE GOIÁS - "Mapa dos Bispados" (1)





BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA Évora - Portugal

CAPITANIA DE GOIÁS (1) “Mapa dos Bispados”

Diferentemente do mundo no qual vivemos em que, a partir de longo processo histórico, consolidou-se a separação entre Estado e Religião, todo o complexo processo de expansão lusitana “vem acompanhado de forte conotação religiosa, pois os portugueses se consideravam com o encargo de ampliar as fronteiras da Cristandade para além do reino, através de suas expedições marítimas”.¹ Dessa forma, a Igreja Católica no Brasil, desde a chegada dos portugueses até a proclamação da República, estava subordinada ao Estado por meio do sistema do Padroado. Esse sistema foi “o instrumento mais efetivo através do qual a Santa Sé comprometeu os monarcas portugueses em sua missão religiosa [...] sobre as novas terras descobertas”.¹

Não se trata de atitude unilateral em que a coroa portuguesa tenha usurpado as atribuições religiosas da Igreja Católica, mas, sim, em uma “forma típica de compromisso entre a Santa Sé e o governo português que consistia especificamente do direito de administração dos negócios eclesiásticos, concedido pelos papas aos soberanos portugueses”.¹ Assim, “a Coroa se comprometia a manter a fé católica como religião oficial e a empenhar-se na difusão da fé, oferecendo aos ministros eclesiásticos os meios econômicos para a realização de sua missão religiosa.

A hierarquia eclesiástica, por sua vez, assumia o compromisso de colaborar intimamente no fortalecimento do projeto colonial [...] e a religião assumia cunho social significativo, havendo interpenetração mútua entre fé e cultura lusitanas.”¹ Essa profunda relação entre Religião e Estado criou uma experiência social chamada pelos sociólogos de “Cristandade”: uma profunda identificação da ordem política com a ordem religiosa, em que a Igreja católica procura assegurar sua presença e expandir seu poder na sociedade civil utilizando, antes de tudo, a mediação do Estado.

Essa união entre Estado e Igreja gerava, de fato, a “subordinação efetiva da autoridade eclesiástica à autoridade civil. Na prática, não havia apenas união, mas a realidade subjacente era que a Igreja dependia do Estado para a sua subsistência e para sua expansão. [...] O monarca tornava-se assim uma espécie de delegado pontifício plenipotenciário para a colônia brasileira [...] passando a exercer, ao mesmo tempo, um poder de ordem civil e eclesiástica, principalmente nas colônias e domínios portugueses.”¹ Dessa forma, cabia ao Rei a apresentação dos candidatos aos bispados e às paróquias, o direito de promover, transferir ou afastar os clérigos de seus cargos, o poder de definir o âmbito da jurisdição desse corpo religioso, a ereção de dioceses e paróquias, além da formação do clero e da administração dos bens eclesiásticos.

Se, de um lado, a Igreja Católica foi favorecida no campo econômico porque toda infraestrutura eclesiásti-

ca como construção de igrejas, manutenção da atividade pastoral e missionária, salário para padres e bispos deveriam ser providenciados pelo Estado português, por outro lado “no plano jurídico foi perdendo a sua autonomia e se tornando cada vez mais um instrumento das monarquias.”¹

Portanto, as responsabilidades delegadas pela Igreja ao monarca português “faz com que os reis passem a superiores religiosos ou a uma espécie de super bispos, de delegados pontifícios, ou, como viria a dizer Pombal, de preladados espirituais de todos os seus domínios no ultramar. Ao papa restava apenas a confirmação dos atos do rei que se relacionassem com as coisas da Igreja em suas terras de além-mar.”² Por causa do sistema do Padroado “a Igreja não gozou nunca, no Brasil, de independência e autonomia. Os negócios eclesiásticos da colônia estiveram inteiramente nas mãos da Coroa, que deles se ocupavam através de um departamento de sua administração, a Mesa da Consciência e Ordens”.¹

A partir de 1549, com o estabelecimento do Governo Geral em Salvador, Bahia, tendo em vista as dificuldades na administração das capitanias hereditárias, foi criada em 1551, pelo papa Júlio III, a primeira diocese na América portuguesa: o “Bispado da Bahia”. No documento (bula) de criação deste Bispado, o papa é claro e direto em confirmar os direitos do Padroado ao monarca português: “Declaramos que o direito de padroado existe [...] com todo o vigor, essência e eficácia em virtude de verdadeiras e totais fundação e dotação reais, [...] e não poderá ela ser derogada nem mesmo pela Santa Sé, sem primeiro intervir o consentimento expresso de João, Rei [...], perpétuo administrador no espiritual e temporal, [...] delegado da Santa Sé.”

É dentro desse contexto, ainda não secularizado e de profunda vinculação entre Religião e Estado, que podemos entender a confecção do “Mapa dos Bispados”. O Estado português, além de se preocupar com a criação de mapas com os limites das capitanias com o fim de ajudar na administração pública, tinha também, sob sua responsabilidade, determinar os limites dos Bispados, ou Dioceses, pois, como vimos, a ele competia a tarefa de evangelização e catequese, bem como a promoção do culto, a nomeação e o sustento dos ministros eclesiásticos. O mapa servia para ajudar nessa complexa responsabilidade ao estabelecer a circunscrição territorial sob a responsabilidade de cada um dos Bispos indicados pela coroa portuguesa.

Este mapa apresenta o termo de vários Bispados que compõem ou se situam ao redor da Capitania de Goyaz criada em 1748, apresentando as diversas Freguesias (Paróquias). São apresentados os seguintes Bispados: Arcebispo da Bahia, criado no ano de 1551; os Bispados do Pernambuco e Rio de Janeiro criados em 1676, ainda no período da União Ibérica; o Bispado do Maranhão, criado em 1677; o Bispado do Pará, criado em 1720 e o Bispado de Mariana, criado em 1745, no mesmo ano em que também foi criado o Bispado de São Paulo, não referenciado no mapa. O termo “Arcebispo” surge quando um Bispado é dividido em novos Bispados. A partir desse momento, o novo limite estabelecido para a primeira Diocese passa a ser indicado como “Arcebispo” e as subdivisões como “Bispados”. O mapa apresenta, por meio de desenho, as sedes de muitas Freguesias



(Paróquias), indicando que o desbravamento e conquista dos Sertões estiveram, em grande parte, vinculados à atividade de evangelização.

Graficamente, “as divisórias de água são sublinhadas por fiadas de pequenos montes triangulares azulados. A organização em Bispados apóia-se quase sempre naqueles acidentes naturais e ressalta, sobretudo pelos grandes letreiros a maiúsculas. [...] Aparecem também no mapa numerosas “Terras de Gentio”, com o nome das diversas tribos índias. São traçados alguns caminhos fundamentais, com a indicação que a Baía se encontrava a 20 jornadas e Cuiabá a 30 jornadas de Vila Boa de Goiás”.³

“A legenda fornece uma preciosa indicação sobre a técnica que se usou para construir os mapas do sertão. Vejamos o que se consegue ler, normalizando um pouco a ortografia: ‘Todas as distâncias da capitania se acham neste mapa verdadeiramente reguladas debaixo das leis do petipé [escala], como também as divisões dos Bispados, com a declaração, porém, que nas respectivas Longitudes [comprimentos] se incluem na medida do compasso as voltas que fazem os caminhos’. Também se declara que, quanto ‘ao rumo e Longitude do rio Tocantins’, o desenhador teve de regular-se pela ‘fantasia dos que o navegam’. É, portanto, um mapa de itinerários, onde o cartógrafo teve de compensar, na medida do possível, as informações distorcidas que lhe forneciam os viajantes”.³

Como o mapa indica o “Bispado de Mariana” e este foi criado por meio da Bula Papal “Condor lucis aeternae” de 6 dezembro de 1745, podemos inferir com certeza que esse mapa é posterior a essa data e provavelmente está ligado às grandes exigências de evangelização com o enorme número de novos “fregueses” que invadiram os Sertões em busca do ouro e de pedras preciosas.

Ao mesmo tempo, servia para que a Coroa apresentasse seus esforços em prol da evangelização e do emprego do dízimo, cujo direito de recolhimento, a Igreja havia concedido ao Estado português, dentro do sistema do Padroado. A administração prática desse sistema com profunda relação entre Igreja e Estado era executada pela Mesa de Consciência e Ordens, espécie de Conselho de Estado, que discutia e apresentava ao rei os assuntos de caráter eclesiástico.

Leitura paleográfica:

Todas as distancias da Capitania de Goyás se achão neste mappa verdadeyramente reguladas debayxo das leis do petipé, como tambem as devizoens dos Bispados com a declaração porem q. nas respectivas Longitudes se incluem debayxo da medida do compasso as voltas q. fazem os caminhos: e emquanto ao rumo e Longitude da Ryo Tocantins desde o Pontal até a Villa do Camutá, não tem aquelle a esta mais q. fantasia dos q. o navegaraõ, digo não tem aquelle a esta outra regra mais q. a fantasia dos q. o navegaraõ e conforme a esta se lhe deu a distancia, q. se conhecerá usando do mesmo petipé.

Referências:

- 1 - AZZI, Riolando. A Sé Primacial de Salvador – Período Colonial. Volume I. Petrópolis: Vozes, 2001.
- 2 - AZEVEDO, Thales de. Igreja e Estado em tensão e crise. São Paulo: Ática, 1978, p. 26.
- 3 - Lugares e regiões em mapas antigos – publicada por ocasião da Exposição “Lugares e Regiões em Mapas Antigos”. Biblioteca Pública de Évora, 11 de julho a 11 de agosto de 1997, no âmbito do XVII Congresso Internacional de História da Cartografia.
- 4 - RUBERT, Arlindo. História de la Iglesia em Brasil. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

Fonte - Biblioteca Pública de Évora

Medidas - 131 cm × 67 cm

Data - [1745-1800]

Localização - Gaveta IV - n. 24

MAPA DO INTERIOR DO BRASIL ENTRE A FOZ DO AMAZONAS E SÃO PAULO (2)

Este mapa é uma cópia manuscrita feita a partir do primeiro mapa de Goiás – 1750 – elaborado por ordem de Ângelo dos Santos Cardoso, secretário do Governador de Goiás, Dom Marcos de Noronha, e também a partir do segundo mapa da Capitania de Goiás elaborado, em 1751, pelo geógrafo, cartógrafo e engenheiro militar, Francisco Tosi Colombina por solicitação do mesmo governador.

Isso é possível constatar pelo uso de textos de Tosi Colombina e por topônimos que só se encontram no primeiro mapa de Goiás, como: “Sobradinho”, “Corumbá”. Da lista dos “sítios” no mapa de Goiás de Ângelo dos Santos Cardoso, omite apenas o sítio “Barra” e acrescenta o sítio “Ilha Comprida”. Comparando com o de Tosi Colombina, acrescenta “Ilha Comprida” e “Missoens ou Aldeias dos P.P da Companhia de Castella proximamente erectas”.

Vários rios que estavam só delineados nos dois mapas usados como referências foram nomeados. Mas, não possuem elementos que nos permitam descrever o motivo específico pelo qual foi elaborado.

Para maiores informações sobre o contexto político, econômico e social em que os dois primeiros mapas de Goiás foram elaborados, sugerimos que se consulte o mapa n. 1 do acervo do Itamaraty e os mapas n. 20 e 21 do acervo correspondente ao AHEx – Arquivo Histórico do Exército, bem como o artigo do historiador Wilson Vieira Júnior, “Primeiros mapas da Capitania de Goiás”. (Cf. neste GUIA p. 32)

O autor desta cópia suprimiu o longo texto dirigido a Dom Marcos de Noronha (Conde dos Arcos), Governador da Capitania de Goiás, no qual Tosi Colombina descreve os motivos pelos quais elaborou o mapa, bem como os meios usados. E aproveitou somente o texto que, no original, recebe o título de “EXPLICAÇÃO”, no qual Tosi Colombina apresenta uma detalhada instrução de como o mapa deve ser lido: a rota para a Província de Goiás é apresentada como um caminho que vai da Vila de Santos – Província de São Paulo até o Centro-Oeste.

No trajeto, o cartógrafo assinala as rotas terrestres e pelos rios, individuando Vilas, Povoações, Roças, Sítios e Ser-



ras. Em alguns momentos, indica o número de dias aproximado de caminhada entre dois pontos da rota.

Contudo, não transcreveu literalmente a “EXPLICAÇÃO” elaborada por Tosi Colombina, aproveitando apenas algumas informações e sintetizando outras, o que resultou em um texto bastante confuso.

Em relação às Latitudes, o autor dessa cópia parece possuir melhores informações, pois, ao lado de alguns rios, faz observações a respeito dessas coordenadas. Assim, sobre o Rio Xingu, comenta: “Este rio Xingú supõemse chega athe 12 graos ao Sul e que tem as cabeceyras no caminho do Cuiabá para Goiyazes”. Para o Rio Guanapú afirma: “Não há nota de que este rio suba tanto asima”; “estas cabeceiras que se daõ ao Rio Guanapú

Leitura paleográfica:

Os puntinhos vermelhos denotaõ a derotta de Santos, S. Paulo, Ithú athé V.a Boa de Goyas; e d’esta athé a Natividade. Os puntinhos amarelos a/volta, que se fas para V.a Boa. Os pretos da Villa Boa athe o Cuyabá a derotta, e comunicação destas a villas, e do mato groço quando se vay por terra./Porque quando se vay em canoa, a maõ se deçe o Rio Cuyabá e dos Porrudos, e se sobe o Paraguay, e o Joru athé onde travessa o caminho de terra, o que/se segue deixando as canoas... os puntinhos pretos desde Araraytaguaba athe o Cuyabá pellos Rios Tiaté, Pardo, Camapoã, Cuxiim, Taquari, Paraguay/Chunér, Porrudos e Cuyabá, e os quais deçendo pella margem do Porrudos sobem em Paraguay, a Sapituba, denotaõ o caminho que fez Joaõ de Sousa de Azeve/do quando varou por terra athe o Rio Somidouro, pello qual decendo, e pello Rio Tapajós, e Amazonas foi ao gram Pará, donde voltando subio p.a o dito Amazo/nas, e Madera athe o Mato grosso... os puntinhos amarelos da V.a do Cuyabá, que sobem pela margem do dito rio, o atraverçam por terra athé dar no rio Preto, e no dos Arinos denotam a viagem de canoas, q. novam.te descobrisse, e faz communicavel a dita Villa com a cidade do Gram Pará... Os puntinhos pretos no/R. Tocantins, q. principiaõ onde saõ 2 sinais de sitios, q. começaõ as povoaçoens ou roças do Gram Pará denotaõ a viagem, q a gente da Nativid.e/embarcandose em canoas no pontal e feitose, a chegando em onze dias as ditas roças e destas athe os canais [ou?] como chamaõ Guarupés/em 2 dias, e por elles 3 dias, q tudo fazem 16 athe o Gram Pará; porem a subida impossivel, e a descida se fas em tem/po de chais: mais facil se poem a comunicação desta Villa com a cid.e do Gram Pará embacardo a 2 dias de viagem/ abaixo do Rio Vermelho, q entra no Rio Grd.e do cam.o de Cuyabá q com o nome de Araguaia entra no Tocantins/A sombra ou circulo amarello demarca a Capt.a de Goyas; nos cam.os q vem de S. Paulo a esta Villa e desta vaõ a/Nativid.e e voltaõ não se encontraõ matos de consideraçãõ, mais q o de Moggi na Comarca de S. Paulo, e o Matto/ grosso da Meia ponte nesta Capt.a que vaõ demarcados com arvoredos: os mais q se chama capoens por serem piquenos,/naõ se apontaõ: as terras, q se encontraõ estaõ demarcadas: os citios do cam.o de S. Paulo a esta Villa não estaõ/marquados,

mas se apontaõ só os que se achaõ neste mappa em grande distancia do alistado.

1. Santos
2. S. Vicente
3. Fortaleza da Barra de Santos
4. Forte da Betioga
5. Conceição
6. Jaguapé
7. Cananea
8. S. Paolo
9. Paranahiba
10. Itú
11. Araritaguba
12. Sorocaba
13. Jundiahi
14. Mogi
15. Arrayal dos Bororos gov.do pello Corn.el Ant.o Pirez
16. S. Cruz
17. S. Luzia
18. Meya Ponte
19. Jaraguá
20. Ouro Fino
21. Ferreiro
22. Villa Boa de Goayaz
23. Anta
24. Piloens
25. Quirixas
26. Guarinos
27. Pilar ou Papoaam
28. Agoa quente
29. Trahiraz
30. S. José
31. S.a Rita
32. Moquem
33. Chapada de S. Gonçalo
34. Morrinhos, ou Amaro Leite
35. Corriola
36. Carlos Marinho, ou S. Feliz
37. Chapada de S. Feliz, ou de Carlos Marinho
38. Cavalgante
39. Paranaõ ou Itiquira
40. Arriaz
41. Barra da Palma, ou terras novas
42. Duro
43. Natividade
44. Pontal
45. Descoberta do Carmo
46. Missoens, ou Aldeias dos P.P. da Comp.a de Castella proxim.te erectas.
47. Ilha Comprida

Referências:

- 1 – VIEIRA JÚNIOR, Wilson; SCHLEE, Andrey Rosenthal; BARBO, Lenora de Castro. Tosi Colombina, autor do primeiro mapa da Capitania de Goiás? XXIV Congresso Brasileiro de Cartografia – Aracaju/SE – Brasil, 16 a 20 de maio de 2010.
- 2 – FONTANA, Riccardo. Francesco Tosi Colombina: o cartógrafo do Brasil Central. Brasília: Ed. do Autor, 2009.



3 - BARBO, L. C.; SCHLEE, A. R. A cartografia histórica e os caminhos de ocupação do atual Distrito Federal, In: Anais do III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Ouro Preto/MG, 2009.

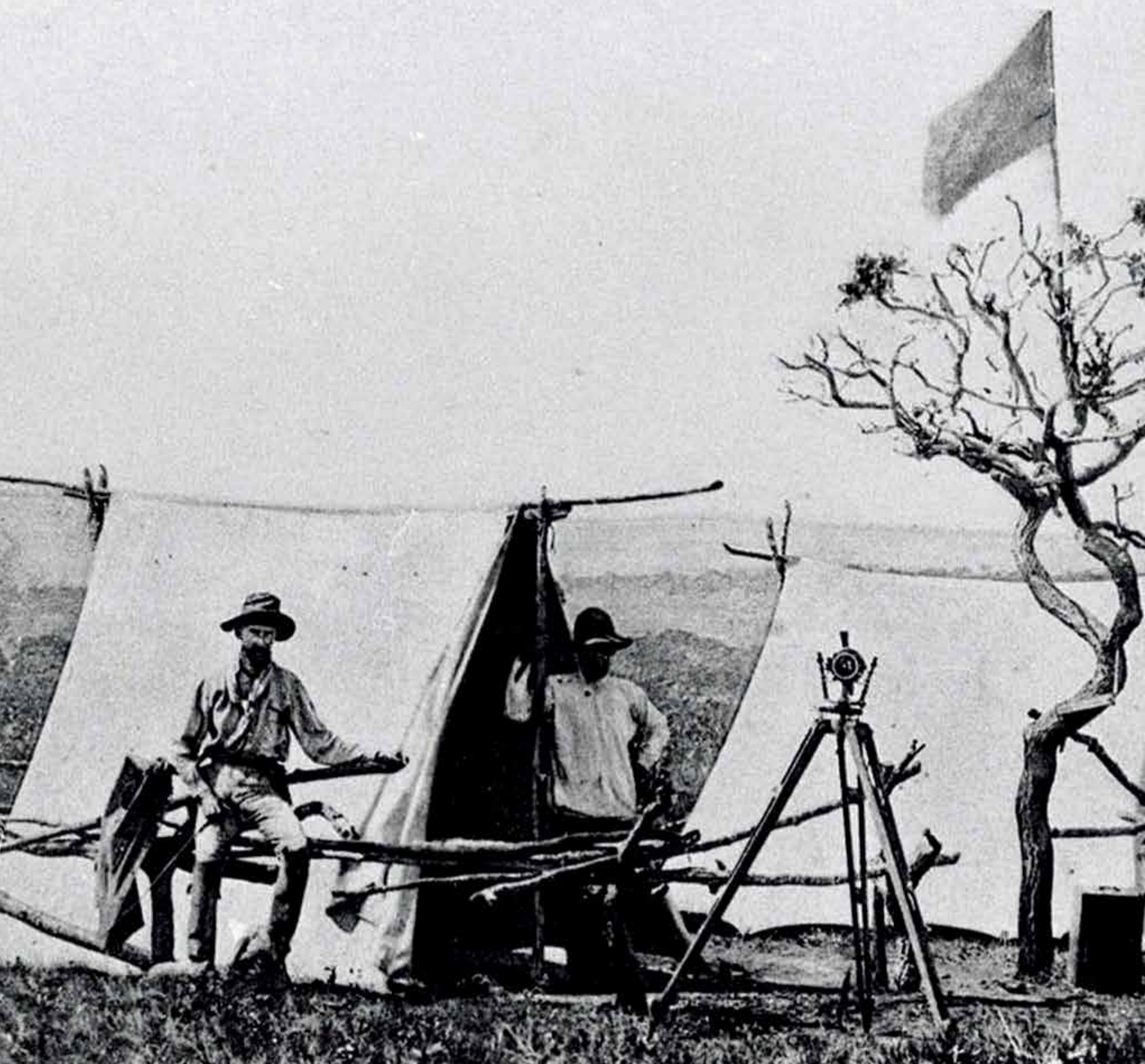
4 - ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Anais da Província de Goiás. Brasília, Ed. Gráfica Ipiranga Ltda. 1979.

Fonte - Biblioteca Pública de Évora

Medidas - 82 cm × 65 cm

Data - [1750-1800]

Localização - Gaveta IV - n. 32



*Elias
Manoel da
Silva*

**A CARTOGRAFIA DAS
DUAS COMISSÕES CRULS
PARA A CONSTRUÇÃO DA NOVA
CAPITAL NO PLANALTO CENTRAL**



Introdução

De início, o leitor atento irá estranhar o título desse artigo: “Comissões Cruls”? De fato, estamos tão acostumados a falar, ou ouvir falar, pelo menos para quem mora no Distrito Federal, da “Comissão Cruls”, ou da “Missão Cruls”, que desconhecemos a existência de outra Comissão, também chefiada por Luiz Cruls, Diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, e intimamente ligada aos resultados alcançados na primeira Comissão. Como esse artigo se propõe a estudar a cartografia (1) das duas comissões, cabe essa provocação inicial para as duas comissões pioneiras encarregadas de estudar e escolher o território e o local no qual, naquele momento histórico particular, se propunha a construção de uma nova capital no interior do Brasil: COMISSÃO EXPLORADORA DO PLANALTO CENTRAL DO BRASIL (junho/1892 – janeiro/1893) e COMISSÃO DE ESTUDOS DA NOVA CAPITAL DA UNIÃO (julho/1894 – dezembro/1895).

(1) Simplificando ao máximo, a cartografia estuda as operações técnicas e artísticas na elaboração e utilização de mapas, bem como o desenvolvimento histórico dessa operação.

Nos últimos anos, principalmente a partir da divulgação nacional que o tema alcançou em 2003, por ocasião do projeto “Missão Cruls – uma trajetória para o futuro”, idealizado e promovido pelo prof. Pedro Jorge de Castro, quando um grupo de cientistas conceituados em suas áreas de conhecimento percorreu o trajeto executado pela Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, muita pesquisa se publicou sobre o contexto e os trabalhos desta Comissão, consolidados no histórico RELATÓRIO FINAL e no ATLAS DOS ITINERÁRIOS, PERFIS LONGITUDINAIS E DA ZONA DEMARCADA publicados em 1894. (2)

Contudo, é interessante notar quão pouca relevância foi dada à produção de estudos dos trabalhos relativos à cartografia deste grupo de técnicos que, pela primeira vez, e como resposta à “intimação” do artigo 3º da primeira Constituição da República Brasileira (1891), apresentou pela primeira vez a proposta de um território do Distrito Federal no Planalto Central do Brasil, bem como sugeriu dois locais para a construção de uma nova capital: “sob o ponto de vista da qualidade, abundância d’água, natureza e topografia do terreno, salubridade e condições climatológicas, é provável que esta escolha se fixe definitivamente quer na região compreendida entre os rios Gama e Torto, quer

no vale do Rio Descoberto”.¹ Ressalte-se que muitas outras propostas para o território de um novo Distrito Federal foram sugeridas depois desta, até a delimitação definitiva em 1955 pela Comissão de Estudos da Nova Capital Federal, então sob a presidência do Marechal José Pessoa.

De fato, com exceção da primeira edição de 1894, quando foi publicado conjuntamente com o Relatório Final, o importante estudo de cartografia, “Atlas dos Itinerários, Perfis Longitudinais e da Zona Demarcada” não mais foi reimpresso quando de novas publicações do Relatório Final da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil.

Estamos cientes de que os trabalhos da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil e da Comissão de Estudos da Nova Capital da União, além da cartografia, envolveram o estudo de muitos outros aspectos da região explorada. Contudo, como nossa perspectiva é a cartográfica, a fim de entender os mapas (3) produzidos por essas duas Comissões, apresentaremos os trabalhos de campo promovidos por elas, sempre que relacionados à produção de mapas e aos conhecimentos das técnicas e instrumentos científicos usados para esse fim.

A cartografia, para as tarefas das duas Comissões, não era importante apenas para a representação de um quadrilátero no mapa do Brasil, a ser apresentada aos poderes Executivo e Legislativo no final dos trabalhos exploratórios. A tarefa de fazer o levantamento dos aspectos geológicos, topográficos, faunísticos etc., necessitava de enquadramento que só os mapas poderiam dar. Do contrário, essas informações se diluiriam em um texto escrito sem a adequada localização geográfica que só uma representação cartográfica poderia fornecer.

Como os dois relatórios das Comissões são construídos a partir de relatórios dos trabalhos das equipes, to-

(2) Há poucas edições do Relatório Final da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. O Arquivo Público do Distrito Federal possui a primeira edição, impressão bilíngue: português e francês.

(3) Em sentido amplo, mapas, cartas ou plantas são representações cartográficas. Em sentido estrito, cada uma dessas representações tem uma especificidade. Para fins deste artigo, não entraremos nessas diferenciações. Aqui, mapas, cartas ou plantas serão considerados sinônimos.



dos eles com um sabor de “diário de bordo”, optamos, então, por elaborar esse artigo dando importância, tanto quanto possível, à citação literal dos Relatórios, às vezes, com perda para a qualidade estilística do texto e para as regras de concordância linguística. As descrições dos trabalhos são tão realistas e cheias de detalhes que comentários nossos apenas empobreceriam o vigor das experiências desses idealistas pesquisadores-desbravadores dos sertões do Brasil, no início da república brasileira.

1. A cartografia da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil

Do ponto de vista da cartografia, qual era a tarefa específica dessa Comissão? As “Instruções” do Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Antônio Gonçalves de Faria, por meio da Portaria 119-A, de 17 de maio de 1892, estabeleceu: “No desempenho de tão importante missão deveis proceder aos estudos indispensáveis ao conhecimento exato da posição astronômica da área a demarcar”.²

Além dessa indicação de ordem cartográfica, vários outros estudos eram sugeridos: “proceder aos estudos [...] da orografia, hidrografia, condições climatológicas e higiênicas, natureza do terreno, quantidade e qualidade das águas, [...] materiais de construção, riqueza florestal, etc., da região explorada”.³

Do ponto de vista estritamente cartográfico, o trabalho dessa Comissão era essencialmente de natureza astronômica: determinar os quatro cantos de um quadrilátero no Planalto Central do Brasil que compreendesse os 14.400 km², conforme determinava o artigo 3º da primeira Constituição da nascente república brasileira.

Para executar essa tarefa, Luiz Cruls selecionou profissionais que tinham o perfil adequado, ou seja, com formação em Astronomia e Geodésia, por sinal, disciplinas que ele mesmo lecionava na Escola Superior de Guerra.

Ao todo, eram 22 homens entre astrônomos, engenheiros, professores da Escola Militar, especialistas de diversas áreas e, para a proteção e cuidados do grupo, um contingente de militares, um médico e um enfermeiro. (Figura 1)

Do Observatório Astronômico, sediado no Morro do Castelo, no Rio de Janeiro, convidou os astrônomos Henrique Carlos Morize e Julião de Oliveira Lacaille, além de dois mecânicos que ficaram encarregados da manutenção dos instrumentos científicos: Eduardo Chartier e Francisco Souto. Ressalte-se a presença desses “mecânicos”, pois a Comissão irá levar vários instrumentos para leitura astronômica, alguns dos quais exigirão constante manutenção, montagem e desmontagem: dois círculos meridianos, teodolitos, sextantes, micrômetro de Lugeol, luneta astronômica, heliotrópios, cronômetros e relógios, seis barômetros de mercúrio sistema Fortin, 11 aneroides, bússolas e podômetros. Em uma época em que os conhecimentos em Astronomia eram essenciais à cartografia, “a utilização de teodolitos, de cronômetros e dos chamados círculos meridianos portáteis (que, por pesarem de 30 a 50 Kg, nada tinham de portáteis) eram

necessários para a determinação, com grande precisão, das posições geográficas dos vértices do quadrilátero por meio de observações meridianas de estrelas”.⁴

Entre seus ex-alunos da Escola Superior de Guerra, convidou os engenheiros Augusto Tasso Fragoso, Celestino Alves Bastos, Hastimphilo de Moura, Alípio Gama e Antônio Cavalcanti Albuquerque. Tendo em vista algumas exigências específicas da “Instrução”, convidou alguns especialistas:

Antônio Martins de Azevedo Pimentel – médico higienista; Eugênio Hussak – geólogo; Ernesto Ule – botânico. É importante ressaltar que, “para os serviços gerais, foram recrutados os servidores da região: Felícissimo do Espírito Santo, Antônio Jacinto de Araújo Costa, João de Azevedo Peres Cuiabá e José Paulo de Melo”.⁵

Um dos primeiros problemas de ordem cartográfica a enfrentar dizia respeito à interpretação a ser dada ao artigo 3º da Constituição (1891) que afirmava: “Fica pertencente à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 km², que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal”. Que interpretação dar ao “Planalto Central da República”, já que se estende por vários estados como Goiás, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro? Logo no início do Relatório Final dessa Comissão, publicado em 1894, Luiz Cruls se estende em longa reflexão sobre esse tema.



Figura 1 – Membros da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. Henrique Morize - 1892. Acervo - Arquivo Público do DF.



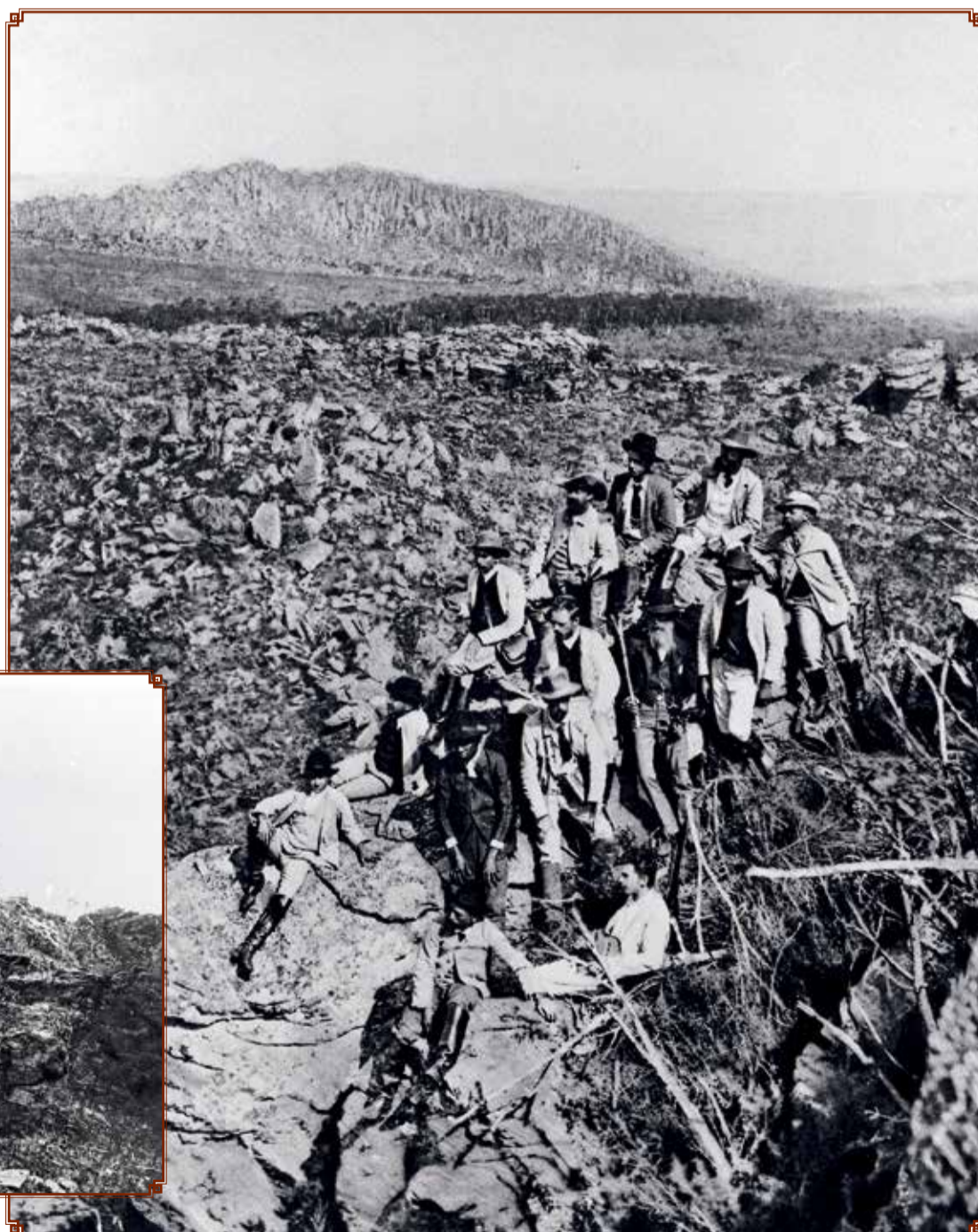
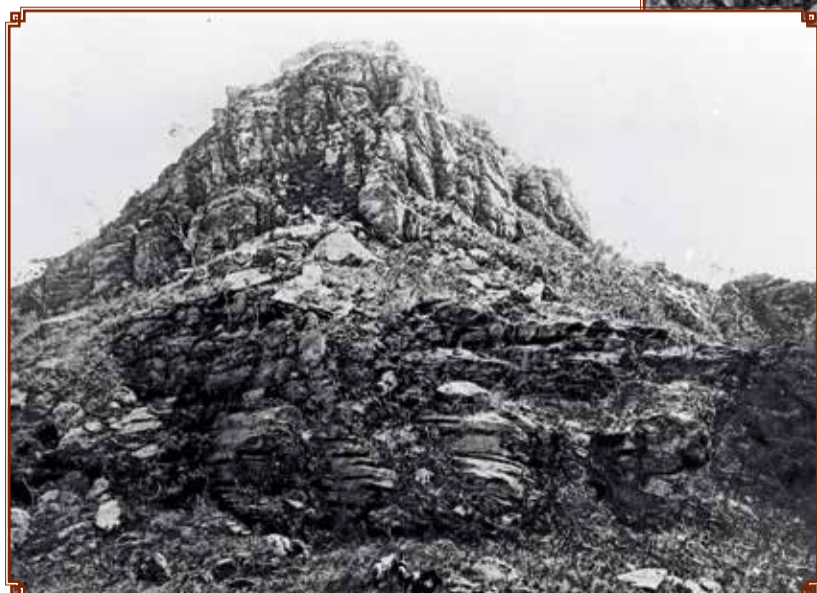
Devido a importância para a cartografia produzida por essa Comissão, bem como pela tradição que os trabalhos dessa Comissão deixaram para as outras Comissões que se debruçaram sobre a transferência da capital pelos próximos 60 anos, podemos assim sintetizar seu raciocínio: apesar de o Planalto Central se estender por muitos estados, “é evidente que, por Planalto Central, se deve entender a parte do planalto brasileiro mais central em relação ao centro do território, isto é, mais próximo deste”.⁶ Em seguida, buscando fundamentar-se na geografia, lembra que é importante examinar “qual a configuração que apresenta o planalto brasileiro, cujas altitudes, segundo os geólogos mais autorizados variam entre 300 e 1.000 metros ou superior a 1.000 metros”.⁷ Coerente com o raciocínio de um “centro” para o Planalto Central, Cruls conclui que “a única parte, porém, d’este planalto, que nos interessa, é evidentemente a mais elevada, portanto, só trataremos d’aquela cuja altitude é de 1.000 ou acima de 1.000 metros”.⁸ O silogismo geográfico estava concluído: “Deste Planalto, porém, a única parte à qual cabe a denominação de central é aquela que se acha nas proximidades dos Pyreneus, no Estado de Goyaz”.⁹ E confirmava a correção de seu raciocínio ao afirmar que essa região não era somente “a mais próxima do centro do Brasil, como também por se acharem aí as cabeceiras de alguns dos mais caudalosos rios do sistema hidrográfico brasileiro, isto é, o Tocantins, o São Francisco e o Paraná”.¹⁰

Portanto, não causa estranheza o fato de que uma das primeiras tarefas que a Comissão realizou ao chegar à região foi procurar a cidade

Figura 2 e Figura 3 - Pico dos Pyreneus, ponto culminante dos Pyreneus e parte do grupo da Comissão no alto do Pyreneus. Henrique Morize - 1892. Acervo do Arquivo Público do DF.

de Pirenópolis a fim de determinar a altitude exata do Pico dos Pyreneus – tido como a maior altitude do Planalto Central – e “a respeito da qual reinava grande discordância entre os geógrafos”.¹¹ A visita àquele ponto topográfico se revestiu de liturgia científica quando a Comissão “querendo deixar no cume dos Pyreneus um padrão da nossa ascensão, ali colocamos um documento, que depois de assinado por todos os que se achavam presentes, foi enterrado numa caixa de metal convenientemente selada”.¹² (Figura 2 e 3)

Acreditamos, contudo, que o raciocínio acima exposto, de natureza mais geográfica, foi também permeado por outros estudos feitos pela Comissão, principalmente a partir do livreto, “A Questão da Capital: marítima ou no interior?”,¹³ do importante historiador brasileiro Francisco Adolfo Varnhagen, publicado pela primeira vez em Viena, Áustria, no ano de 1877, quando ali exercia função diplomática, como representante do Império brasileiro. “Por quatro décadas, Varnhagen sustentou a luta mudancista até que, em 1876, como ministro plenipotenciário do Brasil no Império Austro-húngaro, pediu licença funcional e, às suas expensas, veio para o Planalto Central brasileiro, o qual percorreu por nove meses e onde balizou





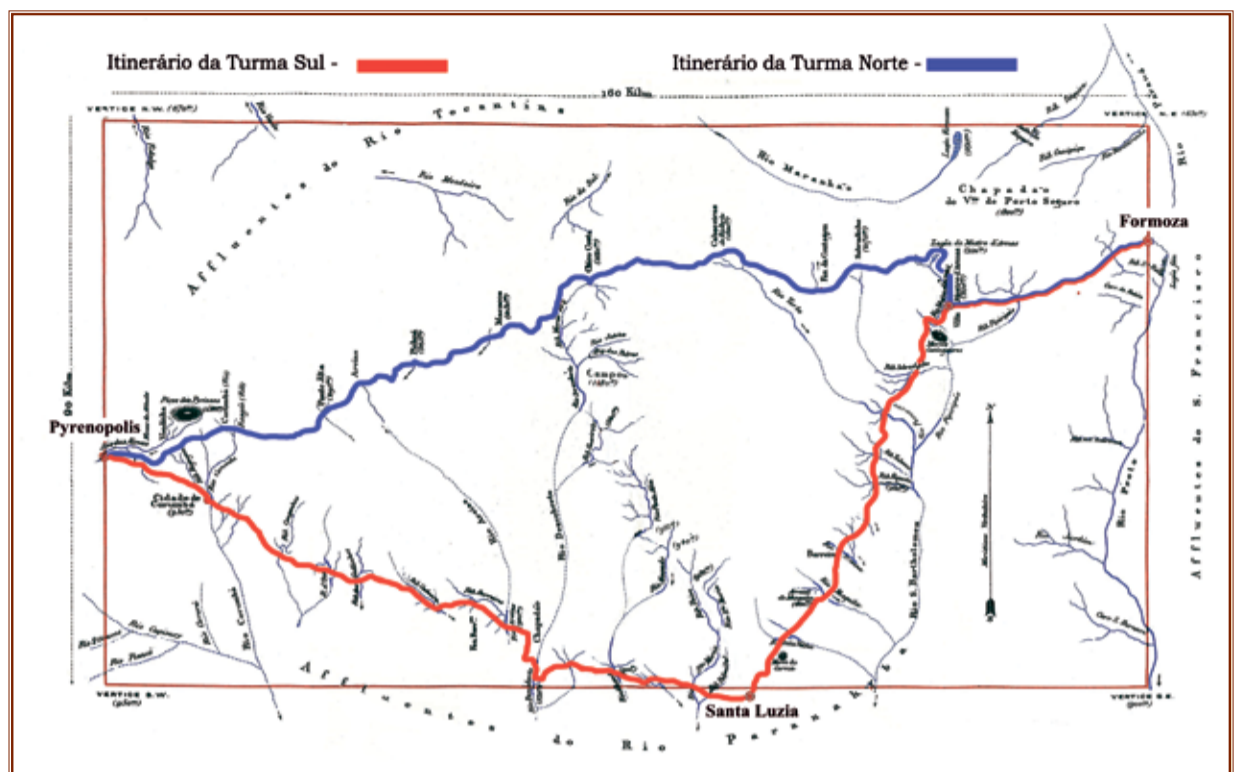
a localização da nova capital: no triângulo compreendido entre as Lagoas Feia, Bonita e Mestre d'Armas".¹⁴

Varnhagen, também conhecido como Visconde de Porto Seguro, desde 1839 vinha publicando sobre o assunto. Acreditava ser pioneiro ao propor a ideia de transferir a capital do litoral para o Planalto Central goiano: "Antes de termos a menor notícia de que já, em outro tempo, houvera a ideia de se transferir para o interior a capital brasileira e levados quase unicamente pelo instinto, ao observar o mapa, parecia-nos que estaria ela (a capital) muito mais resguardada no centro, como está no corpo humano o coração, e não na fronteira, e fronteira marítima".¹⁵ A influência dos textos de Varnhagen nos trabalhos da Comissão se manifesta quando duas equipes da Comissão Exploradora do Planalto Central, por ocasião da marcação no solo dos cantos do quadrilátero, foram encarregadas de "antes de se separarem em Mestre d'Armas, explorar a Lagoa Formosa [...] percorrendo o mesmo itinerário que fora outrora percorrido pelo Visconde de Porto Seguro".¹⁶

O segundo problema de ordem cartográfica para a delimitação da zona de 14.400 km² dizia respeito à escolha do método para executar esse trabalho. Havia duas possibilidades: determinar a área usando o sistema hidrográfico e orográfico (rios e relevo da região), ou usando como limites, os arcos de meridiano e arcos de paralelo.

Se a Comissão optasse pela forma irregular, seguindo a referência dada pela hidrografia e relevo, a determinação dos 14.400 km² iria "exigir um longo tempo para a sua demarcação em virtude da necessidade de um indispensável levantamento do perímetro da zona delimitada, com mediações de base fundamental numa primeira demarcação".¹⁷ É bom ressaltar que esse trabalho mais minucioso não foi totalmente descartado. Apenas foi deixado para mais tarde e realizado pela Comissão de Estudos da Nova Capital da União que, além de um minucioso levantamento da hidrografia da região, deu início à triangulação¹⁸ de todo o perímetro definido na primeira Comissão, como estudaremos mais adiante neste artigo. De fato, o próprio Luiz Cruls, no Relatório da primeira Comissão, já previa a necessidade de um trabalho mais minucioso de georreferenciamento: "era evidente que depois, com tempo e cuidado, se procederia à demarcação definitiva e absoluta por meio de um levantamento geodésico".¹⁹

A solução mais prática venceu. Optou-se por adotar o método de determinação das fronteiras que foi empregado também pelos Estados Unidos da América, produzindo, assim, uma figura geométrica regular. Com isso, evitava-se qualquer problema de dis-



(Figura 4)^{14b}

cussão das fronteiras do novo distrito federal dentro dos outros estados da Federação, pois "as Latitudes de dois arcos de paralelo, bem como as Longitudes de dois arcos de meridianos delimitam a área demarcada e tornam possível verificar, a qualquer momento, a posição exata dos limites da zona no terreno".²⁰ Todas essas opções técnicas irão determinar as especificidades dos mapas produzidos pela Comissão.

Decidida a forma de delimitação da área para o futuro distrito federal, caberia à Comissão determinar a forma do quadrilátero e como seria o trabalho de campo para colocar no chão do Cerrado os quatro marcos definidores desse espaço. Como a área a ser delimitada teria 14.400 km², o quadrilátero deveria ter aproximadamente 90 km em um lado e 160 km do outro. A macrorregião onde o quadrilátero seria colocado compreendia a região entre Pirenópolis, Formosa e Santa Luzia, pois o "Planalto Central, [...] embora ocupe uma extensão bastante considerável, tem a sua região central localizada na zona onde se encontram as cabeceiras dos principais rios do sistema hidrográfico brasileiro: o Araguaia, o Tocantins, o São Francisco e o Paraná".²¹ Mas onde, especificamente entre essas três cidades, localizar os Meridianos e Paralelos para compor o quadrilátero? Para uma solução adequada a esses desafios, não havia outra saída a não ser fazer uma exploração do terreno.

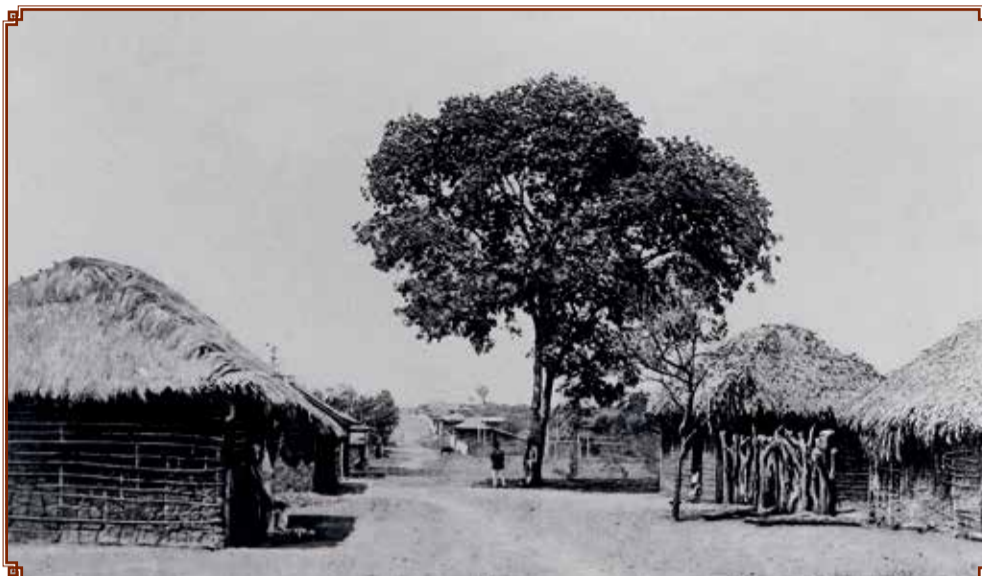
Como todo o pessoal da Comissão estava em Pirenópolis, decidiu-se dividir o grupo em duas equipes que se encontrariam em Formosa. Uma iria esquadrihar mais a parte sul, passando pela cidade de Santa Luzia, e outra, a parte norte seguindo direto para Formosa. (Figura 4)

Ambas as turmas deviam determinar, diariamente, a hora, a Longitude e a Latitude dos pontos percorridos durante a exploração. Para tanto, deveriam observar quaisquer fenômenos que pudessem servir de marcadores, como os eclipses do primeiro satélite de Júpiter e as ocultações que tinham de ser observadas, pelo menos, em alguns pontos do caminho percorrido. Outro processo utiliza-



Figura 5 - Entrada da cidade de Formosa. Henrique Morize - 1892. Acervo - Arquivo Público do DF.

do foi a determinação da Longitude por distâncias lunares, quer pela passagem da lua e/ou de uma estrela pelo mesmo vertical, ou pela mesma altura, quer por diferenças de altura entre os dois astros.²²



Havia a preocupação clara em se determinar a Latitude e a Longitude da cidade de Santa Luzia, informação fundamental para representar no mapa, quanto ao Norte desta cidade deveria passar a extremidade Sul do quadrilátero. Por isso, a 2ª Turma recebeu orientação específica de anotar “quaisquer fenômenos que possam servir para determinação da Longitude, como sejam os eclipses do 1º satélite de Júpiter e ocultações, serão sempre observados e, pelo menos, em três pontos do itinerário, sendo um deles Santa Luzia, determinar-se-á a Longitude, quer por distâncias lunares, quer por passagens da lua e de uma estrela”.²³ (Figura 6)

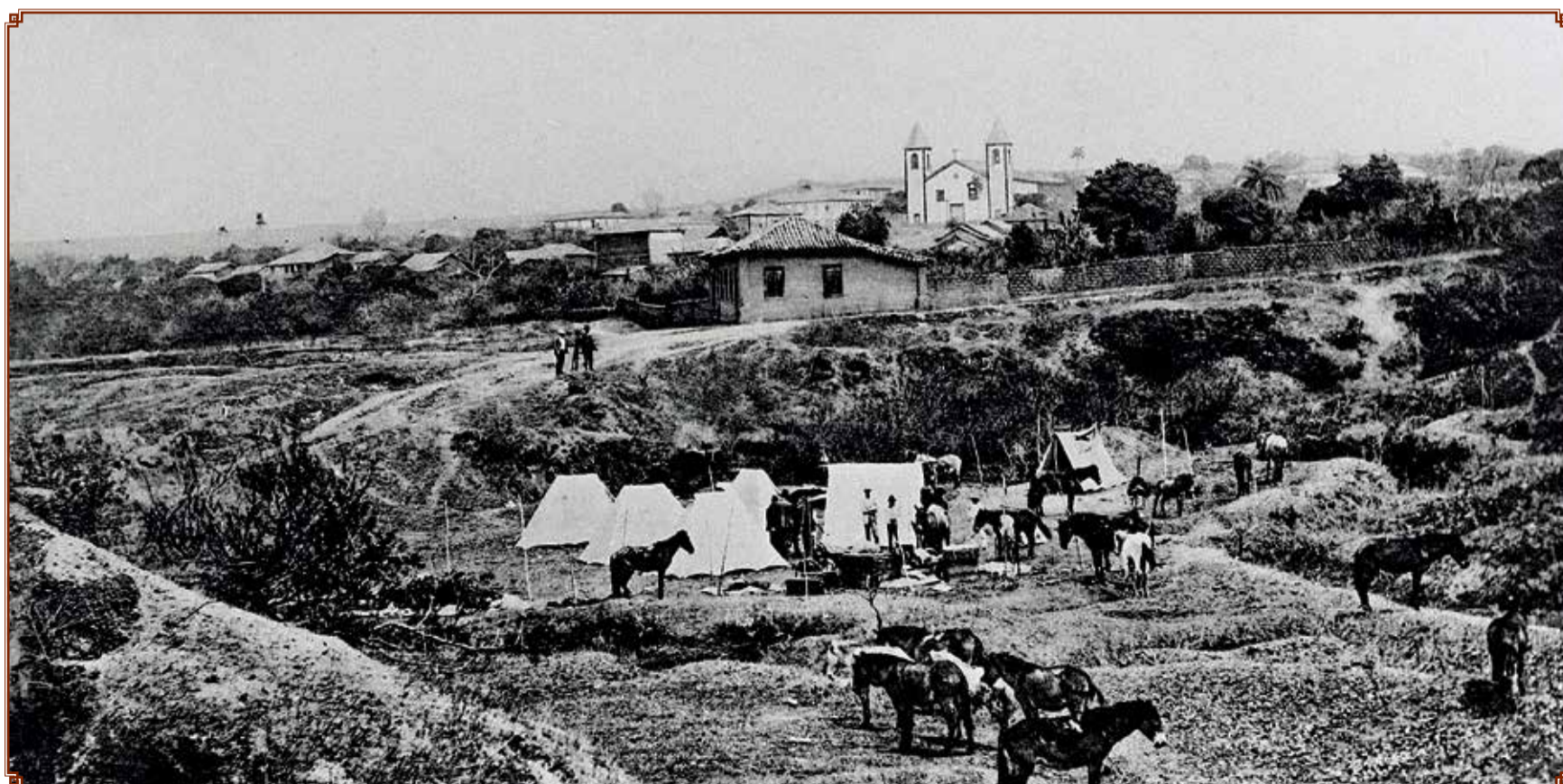
Como a cartografia dessa Comissão deveria indicar os itinerários percorridos, os pontos para localizar geograficamente a zona demarcada, a constituição geológica e a hidrografia da região, era de fundamental importância que as duas equipes anotassem todos os elementos sobre esses aspectos durante a cami-

nhada. Dessa forma, “todos os itinerários percorridos foram levantados pelo processo americano de caminhamento, realizado com auxílio do podômetro, da bússola e do aneróide. O podômetro – aparelho que mede o número de passos dados durante uma marcha – adaptado aos animais, calculava a distância percorrida

com base na extensão dos passos dos diferentes animais, que variavam entre 0,66 e 0,72 m. Com a bússola, determinava-se a direção a ser seguida e, com os barômetros e/ou aneróides, a altura das regiões exploradas. Ao longo de todo o trajeto, além do itinerário determinado pelo processo de caminhamento, astrônomos e auxiliares fizeram numerosas observações astronômicas para determinar as coordenadas geográficas com o auxílio dos sextantes e considerando as alturas meridianas do Sol e das estrelas”.²⁴

Assim, quando as duas turmas chegaram ao povoado de Formosa, foi possível estabelecer as coordenadas aproximadas da Latitude e Longitude das cidades de Pirenópolis e Formosa e, tomando como referência essas coordenadas, Luiz Cruls afirma que resolveram “demarcar o quadrilátero de modo que os arcos de meridiano pasassem perto destas duas cidades e os arcos de paralelo ao

Figura 6 - Acampamento junto a Santa Luzia. Henrique Morize - 1892. Acervo - Arquivo Público do DF.





norte de Formosa e ao sul de Pirenópolis”.²⁵ Portanto, segundo nossa interpretação do Relatório Final, o quadrilátero que representou pela primeira vez a área do novo distrito federal no Planalto Central e que iria servir de base para a produção do primeiro mapa do Brasil – que consta esse perímetro – foi calculado, teoricamente, em Formosa. (Figura 5)

Na verdade, indicar no papel os graus da Latitude e as horas, minutos e segundos das Longitudes dos quatro cantos do quadrilátero do novo distrito federal e, a partir disto, estimar a distância que deveriam percorrer para chegar aos vértices era, até certo ponto, relativamente fácil, e de fato, um trabalho de gabinete a ser executado em mapa do Brasil bem graduado.

Foi no contexto dessa “facilidade” que, no Rio de Janeiro, a notícia dos trabalhos da Comissão trouxe inúmeras críticas, como a do jornalista Domingos Jaguaribe do jornal “O Município” que asseverou: “se o quadrilátero poderia ser feito através das Latitudes e Longitudes, a expedição ao local era desnecessária”.²⁶ A resposta do chefe da Comissão, Luiz Cruls, foi direta e contundente, ressaltando que o problema não era só cartográfico. Assim, ele replicou: “realmente, é o cúmulo da inépcia! Segundo o Dr. Jaguaribe, não é necessário estudar as condições topográficas da região, sua climatologia, a natureza e abundância das águas, etc. etc.; tudo isso é supérfluo, e resolve-se a bico de pena, entre quatro paredes! Mas o Dr. Jaguaribe perde de vista que a competência, a que alude só se adquire por meio dos estudos que se fazem no terreno e que os trabalhos de gabinete e de laboratório, são somente complementos daqueles, que vêm em primeiro lugar e antes de tudo!”.²⁷

De uma perspectiva da cartografia, o problema era ir a campo e situar geograficamente os quatro cantos do quadrilátero, ou seja, colocar essa marcação do mapa no solo. Do ponto de vista prático, esse trabalho comportava alto nível de complexidade e exigia estafante e repetitivo processo de leitura dos astros. Portanto, era necessário dividir novamente a Comissão em turmas porque o volume de trabalho era enorme. Diante disso, “achando-se o pessoal todo reunido em Formosa, dividimo-lo em quatro turmas,

das quais a cada uma incumbia determinar no terreno a posição de um dos vértices correspondentes às coordenadas indicadas nas instruções”.²⁸

Havia a convicção de que a repetição das medições astronômicas era a chave do sucesso para que as coordenadas definidas, teoricamente, em Formosa, fossem corretamente assentadas no chão. Esse zelo foi explicitamente exigido dos profissionais: “as coordenadas geográficas serão fornecidas cada uma pelo menos por dez determinações distintas”,²⁹ cujo resultado final era uma média dessas observações, como relata Tasso Fragoso, um dos astrônomos da Comissão: “Com os elementos colhidos nessas observações calculei dez valores de Latitude e dez de Longitude, obtendo as seguintes médias”.³⁰

Apesar de, no início do Relatório, Cruls afirmar, após apresentar complexos cálculos baseados na “Teoria dos Erros”³¹, que “o processo de caminhar é suscetível de uma exatidão relativamente considerável”, o que percebemos é que, na prática, se revelava menos exato: “estes resultados patenteavam a grandeza do erro inevitável, que o processo do caminhar havia originado”,³² comentou em seu re-

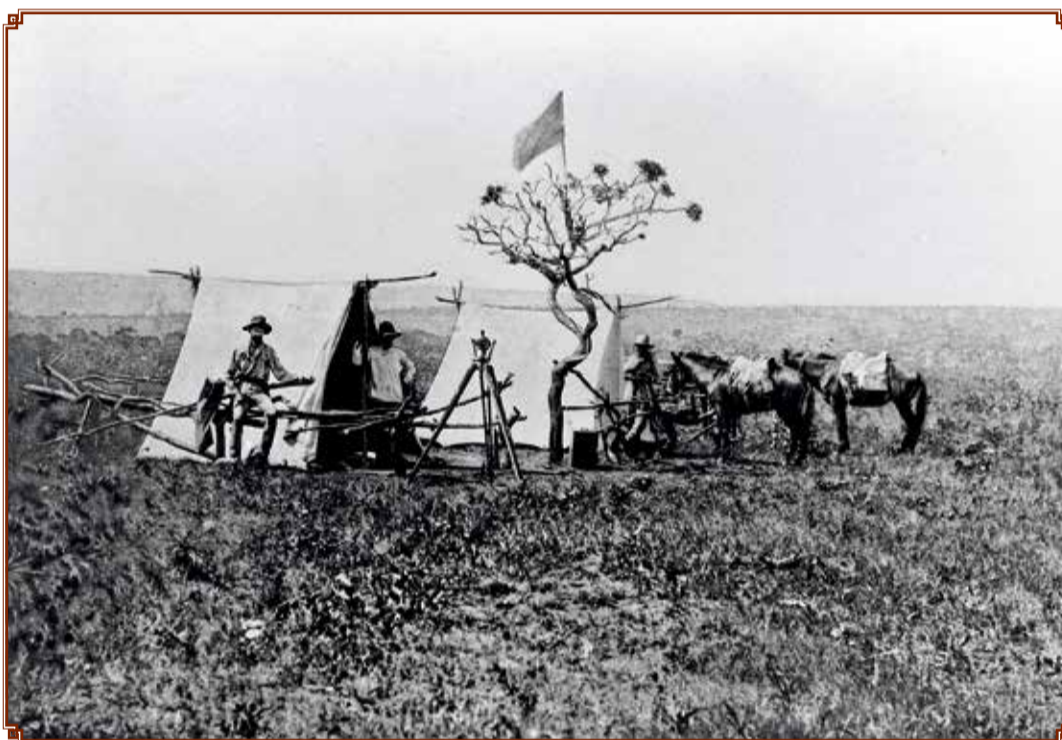


Figura 7 - Acampamento do Vértice Sudeste. Henrique Morize - 1892. Acervo - Arquivo Público do DF.

latório, Tasso Fragoso.

É interessante observar que tantas repetições nas medições da Latitude e Longitude exigiam tempo bom e aberto para adequada leitura dos astros, o que nem sempre ocorria no período em pauta, tendo em vista o início das chuvas no Planalto Central. E se isso ocorresse, os trabalhos demorariam muito. Foi provavelmente o que aconteceu com uma das quatro equipes que havia saído de Formosa, a chefiada pelo astrônomo Henrique Morize que relata os inconvenientes do trabalho de campo: “O mau tempo continua com fortes pancadas de chuva que tornam muito penosa a estadia nas barracas de observação por não serem estanques, e ficamos, o Dr. Alipio Gama e eu, frequentemente impossibilitados de dormir pelas goteiras que caem de todos os lados sobre nossas camas de campanha”.³³ Em outro dia, relata: “a chuva recomeçou [...] com crescente intensidade, [...] que no acampamento da cabeceira houve durante diversas horas uma verdadeira inundação que entrou pelas barracas a dentro e molhou toda nossa roupa e papéis”.³⁴ E completa: “continuando o tempo invernos, tornam-se de todo impossíveis as observações”.³⁵ O fato fez com que Luiz Cruls afrouxasse a exigência das “dez determinações distintas”. Hen-



rique Morize nos informa que no dia 8 de novembro, chegou “um portador enviado pelo Dr. Cruls recomendando maior presteza e dizendo-me que à vista do mau tempo podia reduzir a 5 as 10 marcações de Longitude ordenadas pelas instruções”.³⁶ (Figura 7)

O zelo no levantamento, principalmente das Longitudes, estimadas pelo método de caminhamento e observação astronômica, foi também aperfeiçoado utilizando a “Telegrafia Elétrica”, pois segundo Luiz Cruls, no que diz respeito às Longitudes, “muito importava serem verificadas pelos processos rigorosos tais como a telegrafia elétrica”.³⁷ Contudo, o território a ser estudado não contava com linhas telegráficas, sendo que “o ponto mais próximo para a aplicação deste método era a Capital do Estado de Goiás”.³⁸ Em relação ao uso deste método, Luiz Cruls foi bem minucioso ao detalhar o processo:

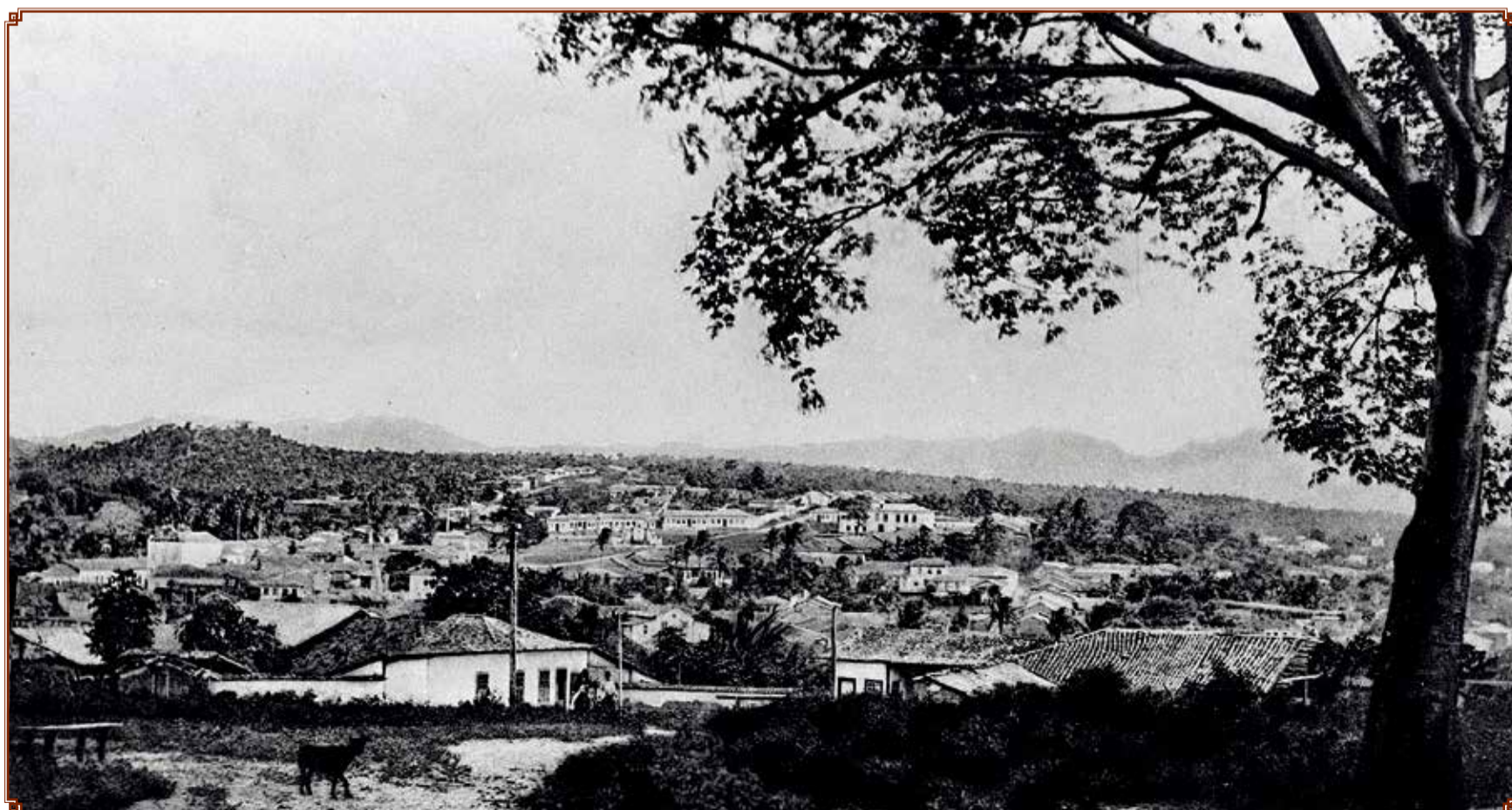
As diferenças de Longitudes entre a cidade de Goiás, Uberaba e São Paulo foram determinadas pelo telégrafo elétrico, do seguinte modo: diariamente trocaram-se duas séries de sinais por meio do manipulador do aparelho Morse. O observador A transmitia para o observador B trinta topes do manipulador, em coincidência com as pancadas dos segundos de seu cronometro, sendo de 1 a 10, de 21 a 30 e de 41 a 50, e, ao mesmo tempo, o observador B tomava nota dos segundos de seu cronometro em coincidência com as pancadas 10, 30, 50, estimando as frações de segundo. Logo em seguida, e depois de corrido cerca de um minuto, o observador B, por sua vez, transmitia trinta topes para o observador A, procedendo do mesmo modo. Caso, a comunicação não estivesse satisfatória, e as pancadas pouco distintas, fazia-se nova troca de sinais”.³⁹

Mas, por que era tão importante conhecer, com todo o rigor, a Longitude da cidade de Goiás? Porque, estando a cidade de Goiás próxima de Pirenópolis, seria muito mais exato se estimar a Longitude desta, tomando como referência a exata Longitude da Cida-

de de Goiás, passível de ser determinada pelo telégrafo. Assim, enquanto a equipe de Luiz Cruls foi para Uberaba,⁴⁰ a equipe de Henrique Morize foi mandada para a cidade de Goiás. Morize assim relata: “tínhamos que seguir para a capital de Goiás, levantando sempre o caminhamento e ali esperarmos a chegada da turma em Uberaba para observar a posição geográfica da capital, aproveitando para isto o telégrafo do estado na determinação da Longitude”.⁴¹ Assim, “aos 21, 22, 23 e 24 de janeiro (1893) determinamos nas duas estações de Goiás e Uberaba, (distância 600 quilômetros), à hora local e trocamos sinais por meio do telégrafo elétrico”.⁴² Henrique Morize relata que usou o telégrafo para determinar também a Longitude da capital do Mato Grosso: “A 26 de janeiro troquei igualmente sinais com Cuyabá, para determinar a sua Longitude”.⁴³ (Figura 8)

Em nossas pesquisas, não encontramos nenhuma referência anterior à determinação da Longitude da Cidade de Goiás usando o Telégrafo. E já que estamos apresentando um GUIA de cartografia histórica de Goiás, é possível afirmar que – salvo engano que esperamos por correção – a Longitude da capital de Goiás foi determinada, pela primeira vez em janeiro de 1893, por meio de telégrafo elétrico, por ocasião dos trabalhos da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. Como nesse período quase todas as turmas já tinham terminado o trabalho de assentamento do marco geográfico dos vértices do quadrilátero, o zelo na medição das Longitudes está ligado diretamente aos mapas que, posteriormente, iriam elaborar e cuja confecção exigia um correto assen-

**Figura 8 – Vista de Goiás. Henrique Morize – 1893.
Acervo – Arquivo Público do DF.**



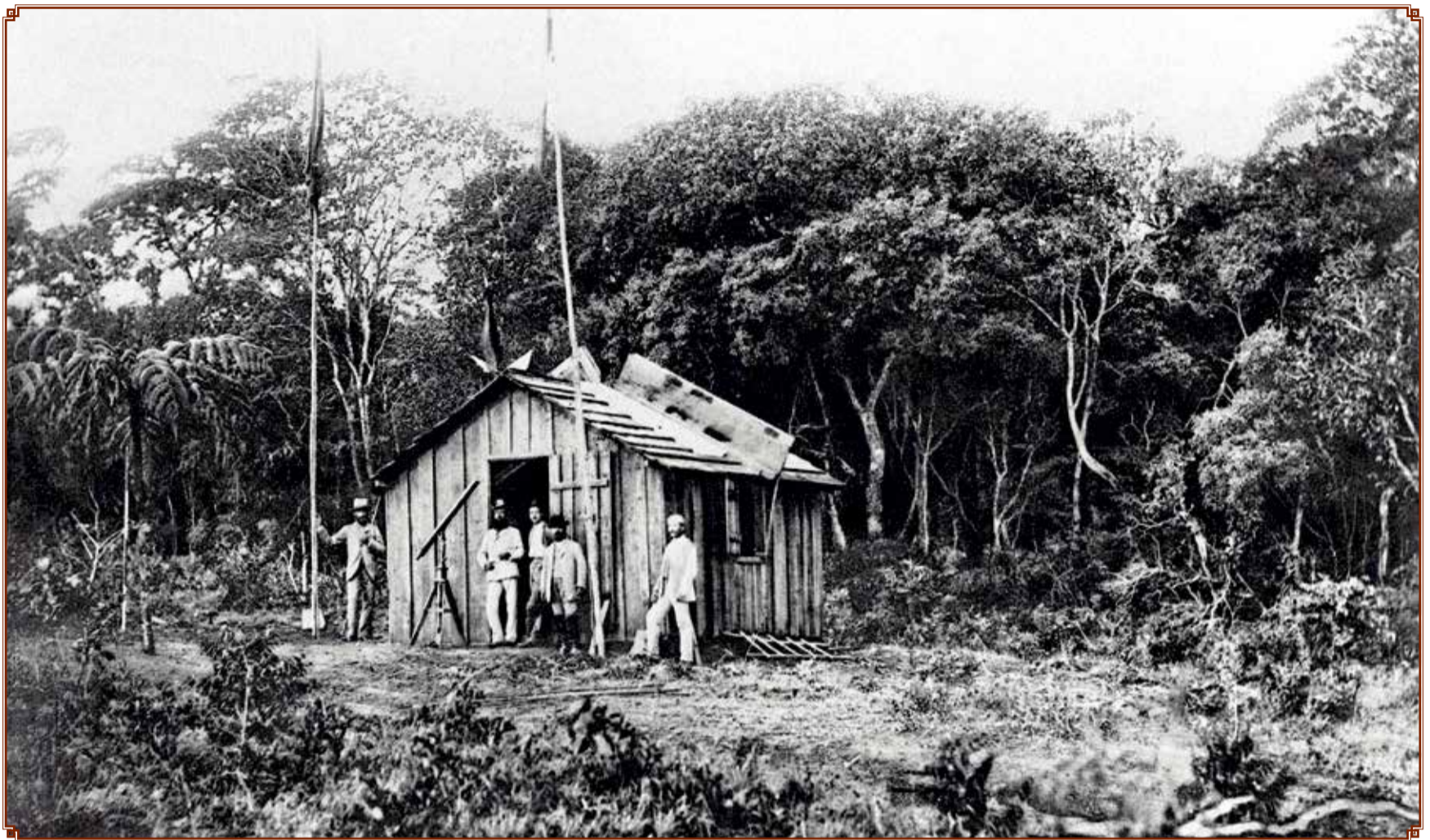


Figura 9 - Observatório do Vértice Sudoeste da zona demarcada. Henrique Morize - 1892. Acervo - Arquivo Público do DF.

tamento das coordenadas dos vértices do quadrilátero dentro do mapa do Brasil e em relação às cidades importantes que estavam ao redor.

Mais tarde, procedendo ao uso do telégrafo entre Uberaba e São Paulo e depois São Paulo e Rio de Janeiro, foi possível determinar a hora local nessas cidades e, portanto, determinar com maior exatidão a Longitude dos vértices da zona demarcada em relação à capital da República Brasileira. Não é mero acaso, portanto, o fato de que o primeiro mapa do Brasil em que consta o território do futuro distrito federal, bem como todo o material cartográfico publicado no volume “Atlas” do Relatório Final da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, tenham como meridiano de referência (hora zero) o do Rio de Janeiro. Mas, apesar de todo esse esforço metodológico, e o fato de que a Longitude de algumas localidades tenha sido determinada com o uso do telégrafo, o zelo científico do chefe da Comissão levou-o a fazer uma ressalva final, em relação aos mapas produzidos pela Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil: “Enquanto não forem retificadas, pelo processo da telegrafia elétrica, as Longitudes dos principais pontos da zona demarcada e circunvizinhança, não podem as posições destes pontos no mapa geral serem consideradas senão como aproximadas”.⁴⁴ E conclui: “oportunamente, quando construída a linha telegráfica destinada a ligar a zona demarcada à linha já existente entre Uberaba e Goiás, poder-se-ão efetuar as determinações definitivas”.⁴⁵

Voltemos à Formosa e aos trabalhos que as quatro turmas deveriam executar. Considerando o fato de que é possível, aproximadamente, definir quanto deveria ser percorrido em terra para se chegar a um ponto predefinido no mapa e, assim, facilitar a caminhada em direção a cada vértice, ganhando-se com isso muito tempo, a Comissão estimou a distância de cada um dos quatro cantos do quadrilátero, tendo como ponto de partida o povoado de Formosa: Vértice A – a 22 km ao Norte e 160 km a Oeste. Vértice B – 22 km ao Norte. Vértice C – 68 km ao Sul. Vértice D – 68 km ao Sul e 160 a Oeste.⁴⁶ As instruções para cada uma das quatro turmas eram claras e estavam ligadas diretamente ao levantamento de informações para a confecção de um mapa:

*[...] caminharão em direção ao vértice, cujas coordenadas devem determinar, aproveitando quanto possível as estradas e caminhos já existentes, e desenhando diariamente em papel milimétrico o caminhar percorrido na escala de 1/1000:000 a fim de poder convenientemente modificar a direção do seu itinerário a procura do ponto em que cai o vértice.*⁴⁷

Chegando ao ponto estimado, a equipe deveria estabelecer um “observatório improvisado”⁴⁸ para proceder as “dez determinações distintas”,⁴⁹ “pelo menos”, trabalho que, por basear-se na observação dos astros, demandava vários dias e dependia das condições climáticas, como registrou Henrique Morize: “o mau tempo continuando sem cessar, tendo perdido esperança de poder observar novamente a lua na presente luação”.⁵⁰ Às vezes, dependendo da conveniência, a turma montava dois lugares, como nos relata Henrique Morize: “passamos as tardes no acampamento da cabeceira onde tomamos nossas



refeições e a cada noite voltamos ao observatório improvisado, para observar e dormir”.⁵¹

A turma chefiada por Luiz Cruls, entretanto, montou observatório que, comparado às demais turmas, não tinha nada de “improvisado”, como pode ser constatado pela imagem ao lado. (Figura 9)

Como era tarefa proceder às “dez determinações distintas”,^{52a} o que não requereria construção daquele porte, causou certa curiosidade a este articulista, o zelo por construí-lo todo em madeira e bem mais adaptado às atividades de medição dos movimentos dos astros. Dialogando com alguns historiadores, aventou-se a hipótese de que fosse assim devido à lógica militar que envolvia os trabalhos da Comissão. Seria uma espécie de QG, um ponto de referência administrativo para todas as turmas. O relatório dessa turma não dá detalhes a respeito da construção, mas Luiz Cruls, ao chegar ao vértice Sudoeste, afirma: “e com o fim de determinar suas coordenadas com um grau de precisão um tanto superior, aí estabelecemos um observatório, cuja construção fora encomendada em Pirenópolis, antes de partimos para Formosa”.^{52b} Portanto, sem descartar a hipótese, bastante plausível, de um QG para as turmas, nos parece que a construção em madeira do observatório Sudoeste, atípico em relação aos outros três, além de exagerado para a brevidade daquele trabalho específico, deve-se mesmo à preocupação das condições com que as “determinações distintas” seriam feitas, ou seja, o zelo para com a precisão da coleta de dados.

A leitura atenta do Relatório permite-nos afirmar que os trabalhos de averiguação astronômica em cada um dos “observatórios improvisados” demoraram, em média, um mês. A exceção esteve por conta da turma encarregada do vértice Nordeste: “A turma incumbida de determinar o vértice de NE (Nordeste) comunicou-se a 14 de outubro [que o seu chefe], por motivo de saúde, pedia dispensa do serviço, o que lhe foi concedido. Esta circunstância imprevista não somente veio demorar a conclusão da demarcação, mas ainda obriga-nos a recorrer para a determinação desse vértice a processos diferentes do que havíamos empregado nos

três outros, o que trouxe a grande desvantagem de romper a homogeneidade do trabalho”.⁵³

A partir do momento que cada uma das equipes chegou à região do seu respectivo vértice, previamente definido, que lhe cabia demarcar, instalavam um acampamento provisório que, na prática, com a montagem dos instrumentos de leitura da altura das estrelas, sol e lua, era um improvisado observatório astronômico. Ali, deviam proceder rapidamente às “dez determinações distintas” de Latitude e Longitude: “como não me devia demorar muito tempo, segundo as prescrições do Chefe, e eram limitados os meus recursos materiais, resolvi determinar a Latitude pela observação de alturas meridianas de estrelas e a Longitude pela medida de distâncias lunares”.⁵⁴ Depois de terem colhido os valores das observações de Latitude e Longitude, era calculada a média desses valores e, então, comparavam-se os resultados com os valores da Latitude e Longitude previstos teoricamente antes de as turmas partirem. Dessa forma, era possível saber em que lugar geográfico se deveria colocar o marco.

Entretanto, nem sempre o marco ficava próximo do ponto onde estava a barraca de observação, como relata Tasso Frago: “Desenhando o levantamento e assinalando no desenho o vértice Noroeste, com as coordenadas referidas ao ponto de observação, foi fácil constatar que a abertura de uma picada de aproximadamente três quilômetros, no rumo que a representação gráfica designava, era o meio mais rápido para atingir o procurado vértice”.⁵⁵ O mesmo ocorreu com o marco Sudoeste da turma chefiada por Luiz Cruls que ficou a 1 quilômetro e meio ao sul e 5 quilômetros a leste do observatório provisório.⁵⁶ Para visualizar melhor a logística desse processo, apresentamos a planta topográfica do acampamento da turma do vértice Sudoeste, elaborada por Henrique Morize. Nela, podemos observar o “Acampamento”, o observatório provisório, indicado por “Barracas da Estação de Observações” e o “Marco do Vértice SE”, todos relativamente distantes entre si. (Figura 10)

Após terem determinado o lugar geográfico de cada um dos vértices do quadrilátero, as quatro equipes deveriam proceder da seguinte maneira: “abrir no terreno uma escavação, tendo um metro de lado e 1,3 metros de profundidade. [...] Esta escavação encher-se-á de pedras até um metro de altura e sobre estas será feito um revestimento de leivas, de modo que a vegetação em poucos dias possa encobrir o lugar. No centro da escavação será depositado um documento assinado pelo chefe e membros de cada

(Figura 10)





turma, em que serão escritas as coordenadas do vértice, determinadas pela observação e que será metido dentro de um invólucro convenientemente lacrado”.⁵⁷ Parece que uma das turmas não conseguiu executar exatamente como o planejado. Henrique Morize informou: “devido à falta de material apropriado vi-me obrigado a não cumprir à risca as instruções. [...] O marco consiste em um tronco de aroeira cuidadosamente descascado, madeira esta de difícil destruição, de 2,5 metros de comprimento”.^{58a}

A título de informação, vamos transcrever apenas o documento produzido pela turma que colocou o marco no vértice Sudoeste, chefiada por Luiz Cruls:

Ata da Fixação do vértice SW – Vértice SW da zona demarcada, em 15 de novembro de 1892 – Aos 15 de novembro do ano de 1892, 4º da República dos Estados Unidos do Brasil, uma turma da Comissão encarregada pelo Governo Federal da exploração e demarcação, no Planalto Central do Brasil da zona de 14.400 quilômetros quadrados para onde oportunamente será mudada a Capital Federal, deduziu para este ponto as seguintes coordenadas astronômicas: Latitude 16° 8' 35".0 Austral; Longitude 3h 15m 25s.0 a W de Greenwich; 0h 22m 43s.6 a W Rio de Janeiro, e que se acha a 49"9 ou 1.534 metros ao sul e 11s.4 ou 5.080 metros a leste de um ponto em que foram feitas as observações astronômicas, achando-se para as suas coordenadas os seguintes valores: Latitude 16° 7' 45".1 Austral; Longitude 3h 15m 36s.4 a W Greenwich; 0h 22m 55s.0 a W Rio de Janeiro. A este ponto será ulteriormente referida a posição definitiva do vértice SW da área, representada por um quadrilátero esférico, limitado por dois arcos de meridiano e dois arcos de paralelo, encerrando uma área de 14.400 quilômetros, de conformidade com a disposição constante do Art. 3º da Constituição Federal. E para em qualquer época poder ser reconhecido este ponto, foi lavrada a presente ata, que fica lacrada e enterrada depois de assinada pelo pessoal da referida turma. (Assinaram) – Dr. L. Cruls, Dr. Antonio Pimentel, Has-timphilo de Moura, e mais pessoas presentes.^{58b}

Terminado o trabalho de campo, iniciaram-se os trabalhos de gabinete no Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, localizado no Morro do Castelo.⁵⁹ Eram muitas as informações que precisariam ser consolidadas, e as determinações de Longitudes e Latitudes dadas às cidades, hidrografia e relevo precisavam ser passados para os mapas e, por fim, reunidas no Relatório Final da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil.

O Relatório compreendeu dois volumes. O primeiro, de cunho mais textual, compreendia introdução geral elaborada pelo chefe da Comissão, Luiz Cruls. Em seguida, vinham os relatos dos chefes de cada uma das quatro turmas que localizaram geograficamente os vértices do quadrilátero do futuro distrito federal e, por fim, os anexos, que traziam as análises dos especialistas especialmente contratados para esse fim. A parte textual reunia as conclusões dos trabalhos de campo, com um minucioso levantamento da topografia, hidrografia, flora, fauna, bem como do clima, dos recursos minerais e materiais de construção presentes na região investigada. No dizer de Mourão: “esses cientistas elaboraram, um século antes, o procedimento que a Constituição (1988) tornou obrigatório depois: a realização de estudos de

impacto ambiental antes de qualquer construção importante”.⁶⁰

O segundo volume, de cunho cartográfico, é o que mais interessa para os fins desse artigo e tem por título: “Atlas dos Itinerários, Perfis Longitudinais e da Zona Demarcada”. Contém o mapa do Brasil, mostrando a posição da zona demarcada no Planalto Central, com uma área de 14.400 km², assim como os itinerários percorridos durante a exploração, cuja extensão total excede a 4.000 quilômetros. (Figura 11)

Neste mapa, os limites dos estados da Federação são representados com linha e ponto, evitando-se ressaltar as partes, dando-se mais ênfase ao território brasileiro. O meridiano de referência para as Longitudes é o do Rio de Janeiro, por sinal, o mesmo dos outros mapas do Atlas. Não conseguimos entender os motivos da escolha desse meridiano, até porque a referência de Longitude entregue às quatro turmas para se dirigirem cada uma ao seu vértice foi calculada a partir do Meridiano de Greenwich, como indicado nas “Instruções”,⁶¹ uso confirmado por Tasso Fragoso, chefe da turma encarregada do marco Noroeste do quadrilátero: “reconheci que estava ainda distante do meridiano de 3h15m25s W de Greenwich e um pouco ao Sul do paralelo 15°20', ambos prescritos pelo nosso Chefe”.⁶² Contudo, o mesmo Tasso Fragoso admite que também usou o Meridiano de Paris: “Para o cálculo da hora de Paris, entrei em conta, toda vez que isso se tornava possível, com as diferenças segundas, retificando os intervalos aproximados. As táboas constituídas pela efeméride francesa facilitaram-me esse trabalho”.⁶³ No entanto, é curioso perceber que na determinação da Longitude do Pico dos Pirineus, usou-se como referência o Meridiano do Rio de Janeiro.⁶⁴

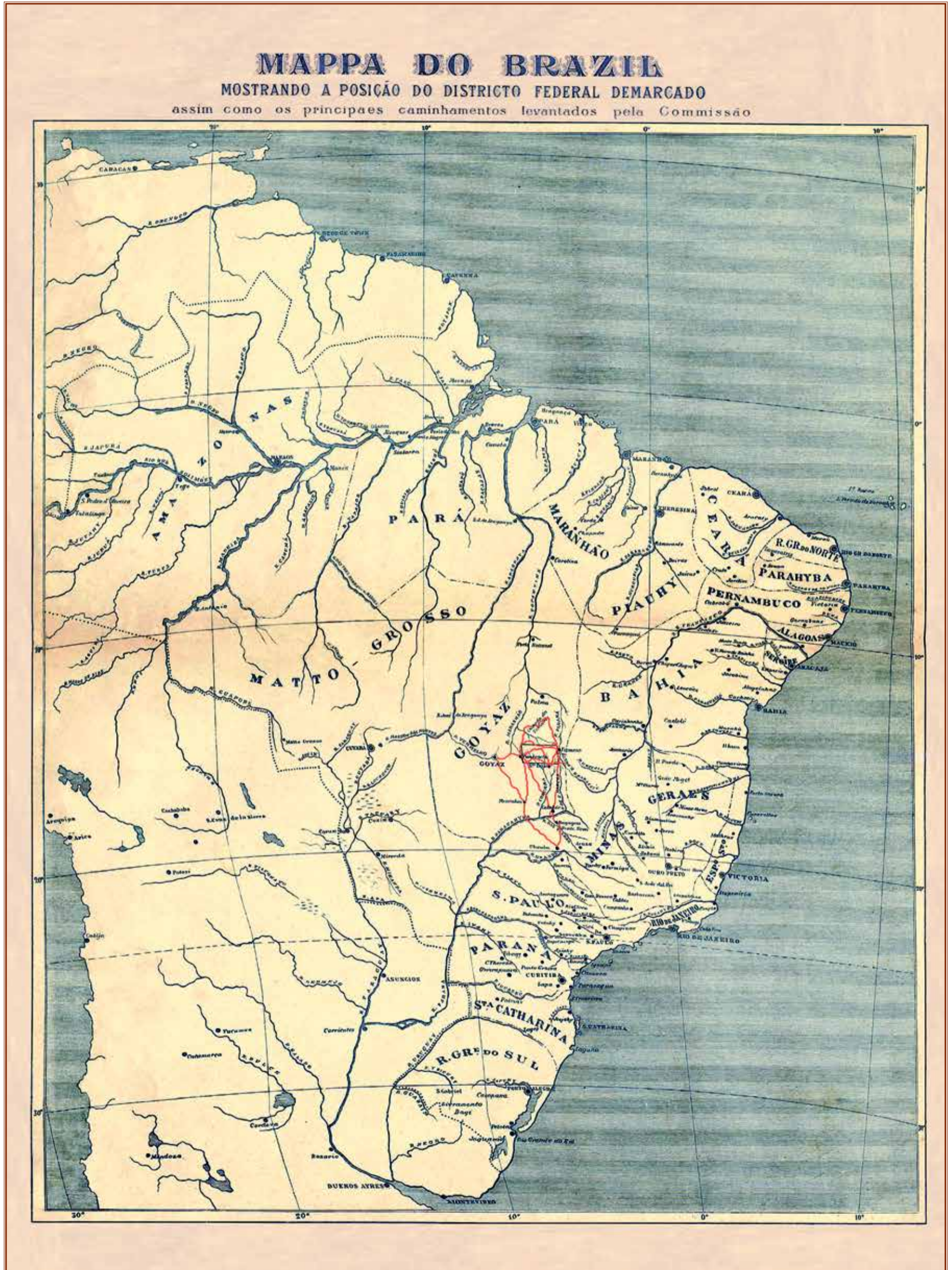
Na verdade, em relação ao uso do meridiano do Rio de Janeiro como meridiano de referência para os mapas e o Meridiano de Greenwich e de Paris para os caminhamentos em direção aos vértices do quadrilátero, cabe lembrar que somente a partir de 1884, com o Congresso Internacional do Meridiano Zero de Washington, Greenwich passou a ser considerado universalmente o meridiano de referência ou inicial.

*A utilização de diferentes meridianos de referência zero pode ser explicada considerando que à época da expedição, a resolução do Congresso de Washington ainda era recente e não era totalmente incorporada pelos técnicos na confecção das coordenadas. A falta de padronização do meridiano zero no cálculo das Longitudes deve ter tornado mais demorada e trabalhosa a redução dos mapas nos trabalhos de gabinete.*⁶⁵

Parece-nos que o objetivo desse mapa é possibilitar uma visão do tamanho, da forma e das proporções do quadrilátero do futuro distrito federal no contexto do território brasileiro. Uma coisa é afirmar que o quadrilátero foi colocado no Planalto Central. Outra é representar isso graficamente, plasticamente, por meio de um mapa, quando qualquer parte adquire sentido na relação com o todo do território. Era a primeira vez que a ideia de transferência da capital para o interior estava sendo, de fato, estudada cientificamente e a apresentação cartográfica do quadrilátero



(Figura 11)





do futuro distrito federal tinha de ser adequadamente apresentada para angariar apoio nacional e se justificar como um projeto possível. Este mapa proposto não era apenas um instrumento de representação espacial, um acréscimo de conhecimento geográfico para curiosos, mas estava carregado de sentido político enquanto se propunha a justificar um projeto de Estado republicano.

A representação dos caminhamentos neste mapa de todo o território brasileiro demonstra que a escolha da localização do quadrilátero não foi aleatória e exigiu árduo trabalho exploratório. A cor vermelha, indicando os trajetos, reforça a enorme distância dos caminhos percorridos. Essa representação do quadrilátero no contexto do território brasileiro tornou possível perceber a centralidade da região escolhida em relação ao território nacional. Para os detratores do projeto de transferência, o mapa proposto testemunhava que os trabalhos da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil tinham sido absolutamente coerentes com o artigo 3º da primeira Constituição Republicana (1891), que determinava: “Fica pertencente à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 km², que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal”.

A estratégica localização fica ainda mais evidenciada pela importância dada à hidrografia que parece fluir a partir do quadrilátero, dando a impressão de fácil comunicação com o resto do território brasileiro, além de sugerir que os rios são potenciais caminhos para a comunicação com a região escolhida. Era difícil olhar o mapa do Brasil com o desenho do novo distrito federal e não se solidarizar com a escolha da região proposta. Devido à importância da demarcação do novo distrito federal no Planalto Central e, principalmente, no contexto do nascimento e consolidação da República brasileira, a Comissão previa que mui-

tos mapas do Brasil passariam a ser reproduzidos com aquela configuração e importava dar adequada referência de sua localização. A hidrografia – note-se que todos os rios foram nomeados – servia adequadamente como referência para situá-lo. Qualquer um, mesmo não entendendo de Latitudes e Longitudes, tendo apenas um mapa do Brasil com a representação hidrográfica, saberia localizar a região do novo distrito federal.

Um olhar mais atento torna possível perceber, ainda, uma alegoria com o corpo humano: um sistema sanguíneo, representado pelos rios, com o coração, representado pelo quadrilátero central, irrigando o corpo da nação. Essa comparação, por sinal, já havia sido sugerida por Francisco Adolfo Varnhagen, o primeiro a empreender a viagem ao Planalto Central no intuito específico de propor um local para a construção da nova capital no interior do país. Assim, ele registrou: “antes de termos a menor notícia de que já, em outro tempo, houvera a ideia de se transferir, para o interior a capital brasileira, e levados quase unicamente pelo instinto ao observar o mapa, parecíamos que estaria ela muito mais resguardada no centro, como está no corpo humano o coração”.⁶⁶ De fato, no contexto político daquele momento, quando a República nascente passava por várias revoltas na dinâmica de consolidação da nova forma de governo do Estado brasileiro, essa representação cartográfica sugeria a importância de se transferir o poder político da união para uma região mais central da Federação e neutra em relação às disputas políticas regionais, de forma a integrar o imenso território brasileiro.

Apesar de indicar os caminhamentos, temos a impressão de que esse não foi o objetivo primordial desse mapa. Isso porque o segundo mapa, “Mapa dos Itinerários Levantados” do “Atlas dos Itinerários, Perfis Longitudinais e da Zona Demarcada”, irá apresentar, em detalhes, os caminhos percorridos em escala muito maior. (Figura 12)

Além dos caminhamentos, o mapa consolidado, em forma cartográfica, os estudos do geólogo da Comissão, Dr. Eugênio Hussak, ao apresentar resumidamente a estrutura geológica da região escolhida, bem como de toda região ao sul do quadrilátero, desde Uberaba. Os dados foram extraídos

Além dos caminhamentos, o mapa consolidado, em forma cartográfica, os estudos do geólogo da Comissão, Dr. Eugênio Hussak, ao apresentar resumidamente a estrutura geológica da região escolhida, bem como de toda região ao sul do quadrilátero, desde Uberaba. Os dados foram extraídos

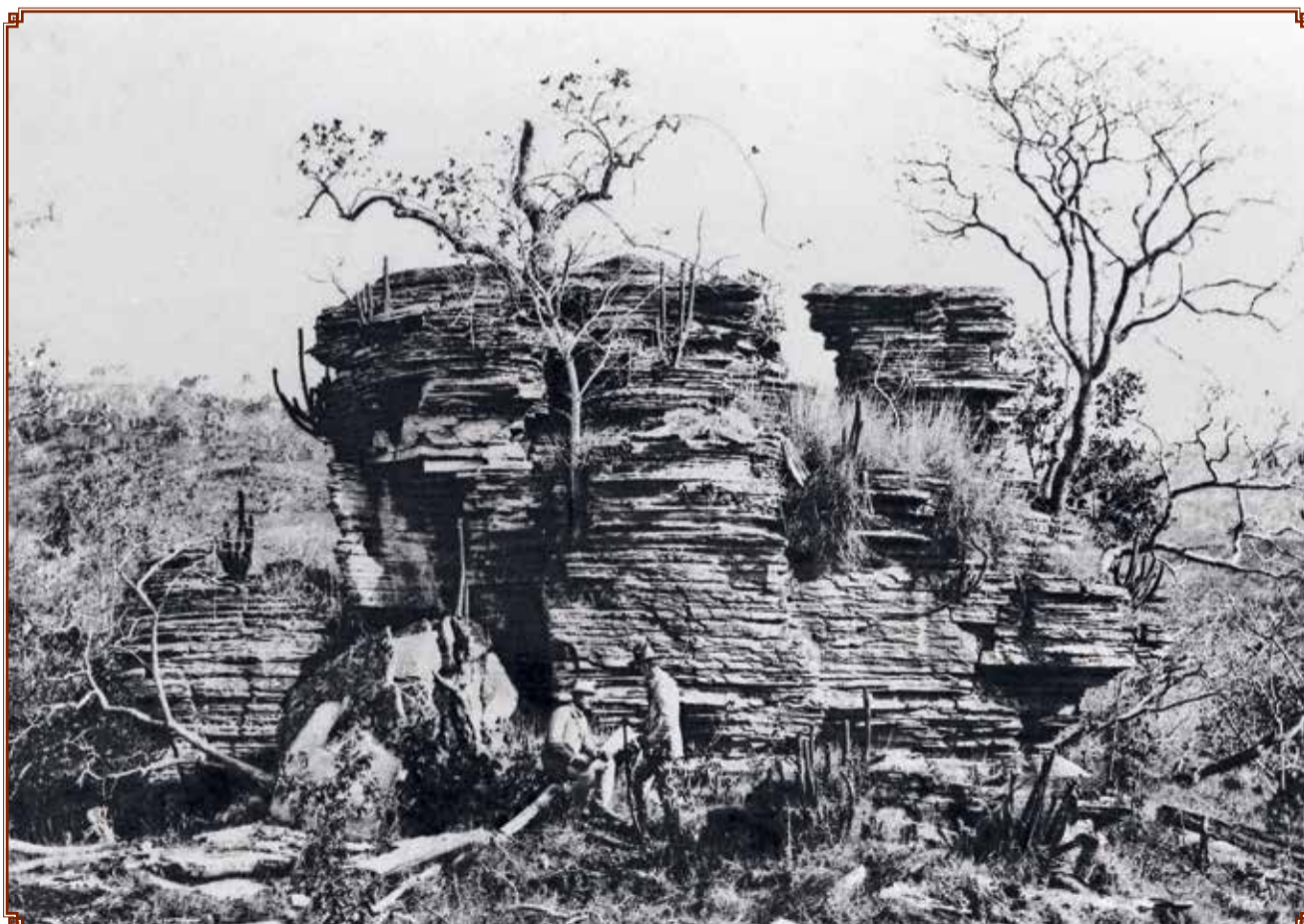
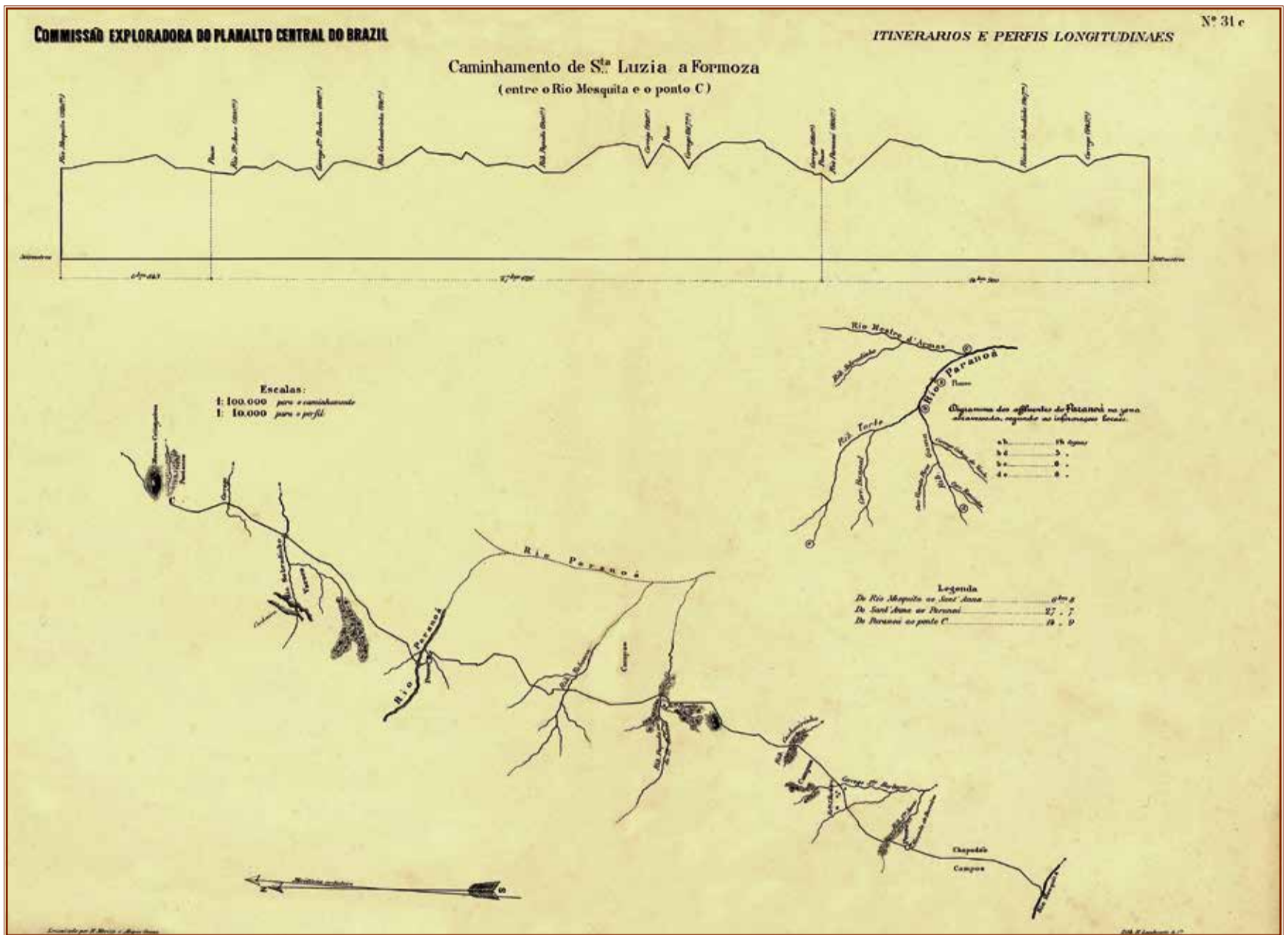


Figura 13 - Blocos de Itacolomite na Serra dos Pireneus. Henrique Morize - 1892. Acervo - Arquivo Público do DF.



(Figura 14)

“das minhas [Eugênio Hussak] notas diárias sobre a constituição geológica e a natureza das rochas da região atravessada pela Comissão e escolhida para a nova Capital da República”⁶⁷ em que “procurei, tanto quanto me permite a falta de cartas, descrever a sua tectonia, isto é, a construção do planalto no seu todo e as modificações, que este tem sofrido”.⁶⁸ (Figura 13)

É interessante observar que Eugenio Hussak, além da constituição geológica e da constatação da presença de materiais úteis para a construção de uma futura cidade, apresenta também em seu relatório estudos sobre a ocorrência de minerais valiosos na região explorada, chegando mesmo a afirmar, com veemência, que “a sua riqueza aurífera não está esgotada”.⁶⁹ Tais informações, contudo, não são referidas no mapa. Certamente, naquele momento, ninguém queria provocar uma nova corrida do ouro para a região onde fora delimitado o novo distrito federal.

Além desses dois mapas, o “Atlas” apresenta dezenas de mapas de caminhamento. São extremamente instrutivos, do ponto de vista da cartografia, pois detalham, pormenorizadamente, por meio de 155 mapas, o itinerário percorrido pela Comissão. (Figura 14)

Apresentam a hidrografia e relevo do caminho feito entre várias cidades: Uberaba a Pirenópolis; Entre-Rios (atual Ipameri) a Bonfim; Pirenópolis a Formosa, seja o trajeto em linha reta para Formosa,

como passando por Santa Luzia (atual Luziânia); Formosa à Chapada dos Veadeiros; Pirenópolis a cidade de Goiás, capital do estado de Goiás naquele período; cidade de Goiás a Uberaba e Formosa a Catalão. A riqueza desses “mapas” está em oferecer, em um único olhar, o trajeto de cima - ou, como se dizia na cartografia antiga, uma visão do “olho do pássaro” - com descrição de pousos e fazendas, bem como o perfil longitudinal de cada um dos trechos, ou seja, a altitude de todo o caminho andado.

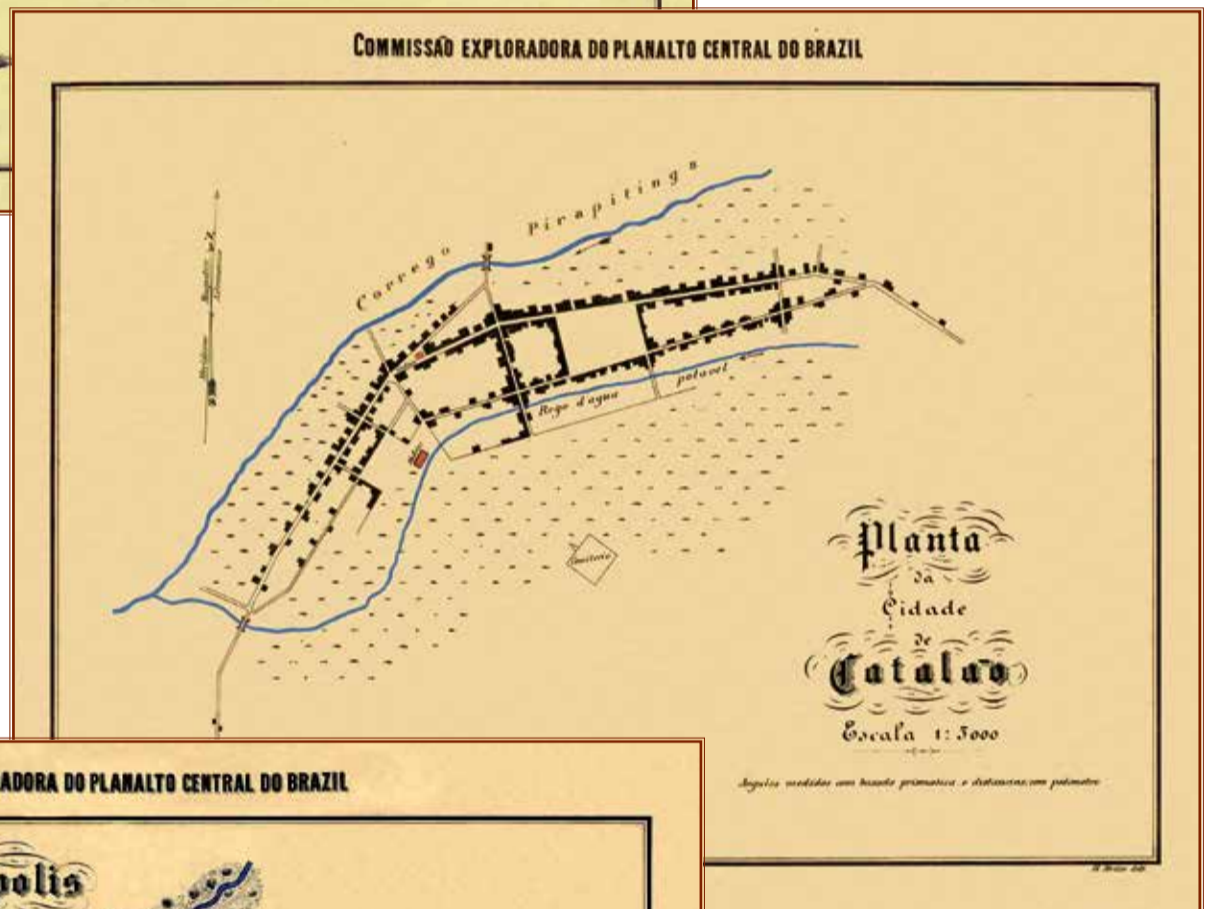
Por último, o “Atlas” apresenta algumas “plantas” urbanas. Além da “planta urbana da cidade de Goiás”, “planta da cidade de Pirenópolis” com “ângulos medidos com trânsito, e distância com trena e estadia” e a “planta da cidade de Catalão” levantada no método idêntico ao utilizado para a planta da cidade de Goiás, “ângulos medidos com bússola prismática, e distâncias com podômetro”, conforme assinaram a confecção o astrônomo e fotógrafo da Comissão, Henrique Morize e o engenheiro ajudante Alípio Gama.⁷⁰ (Figuras 15, 16, 17)

Conclusão

O Relatório permite afirmar que a Comissão, na preparação para a viagem ao Planalto Central, estu-

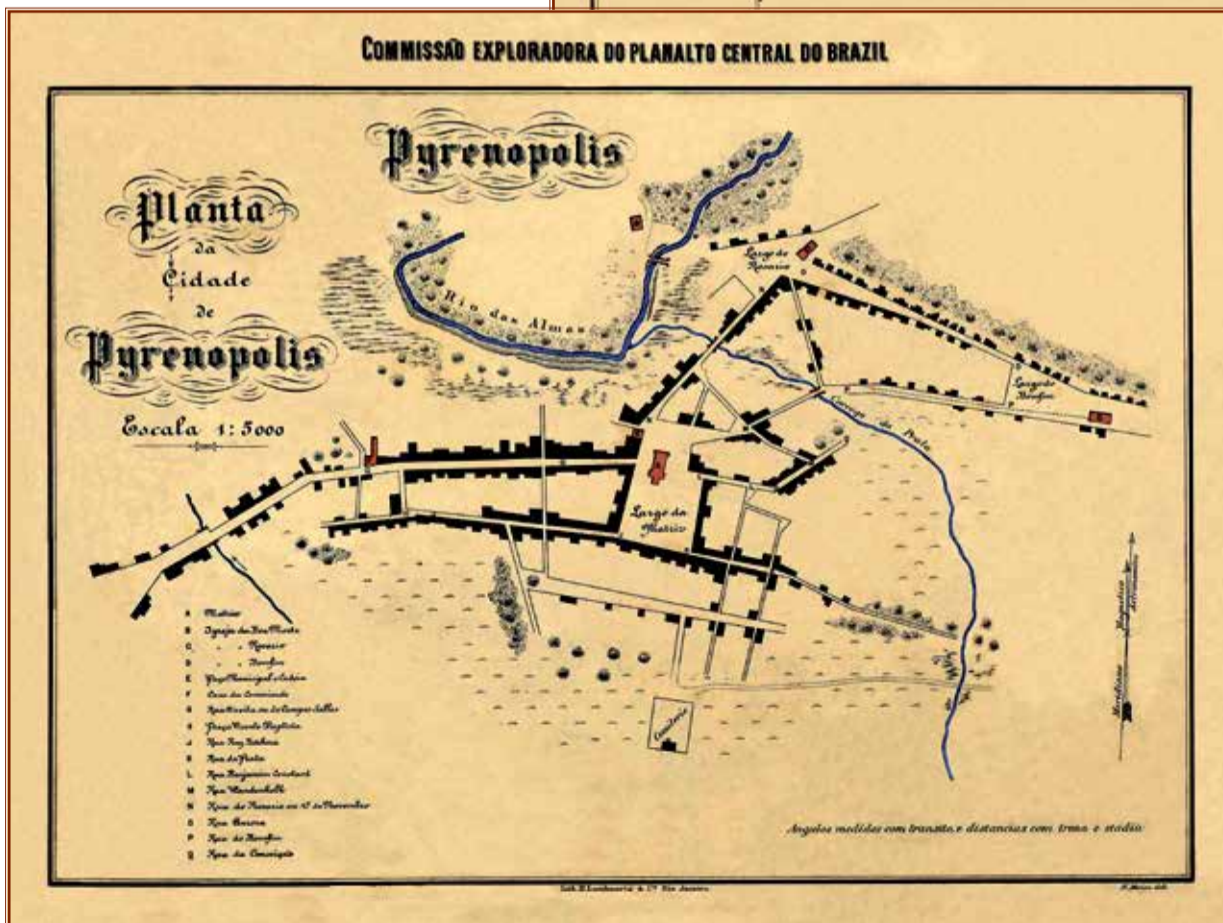


(Figura 15)



(Figura 17)

(Figura 16)





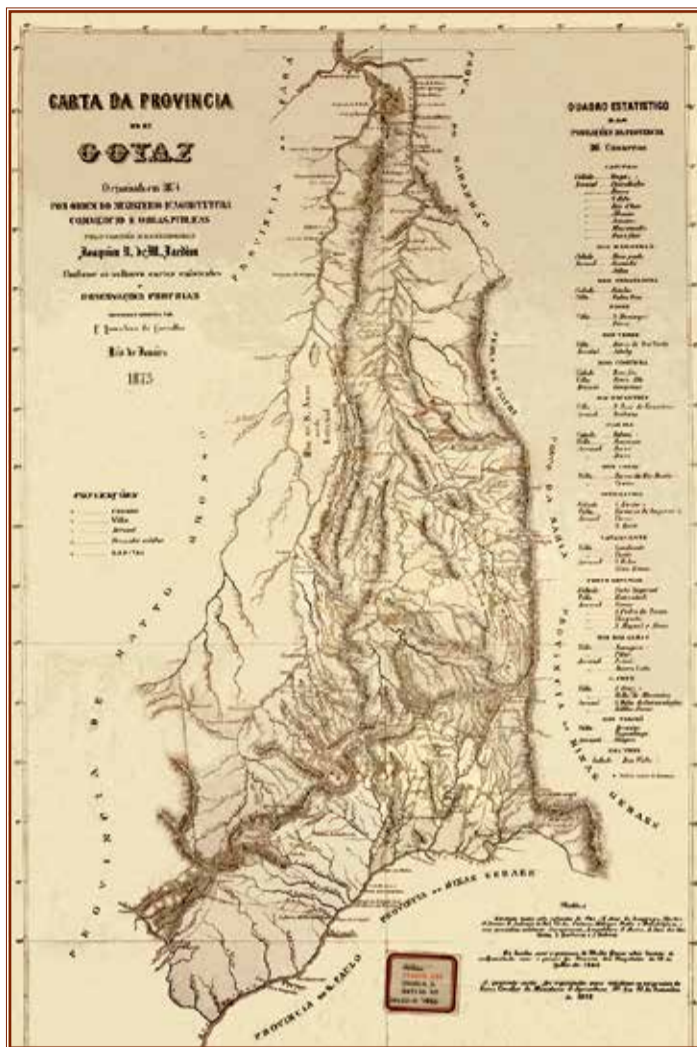
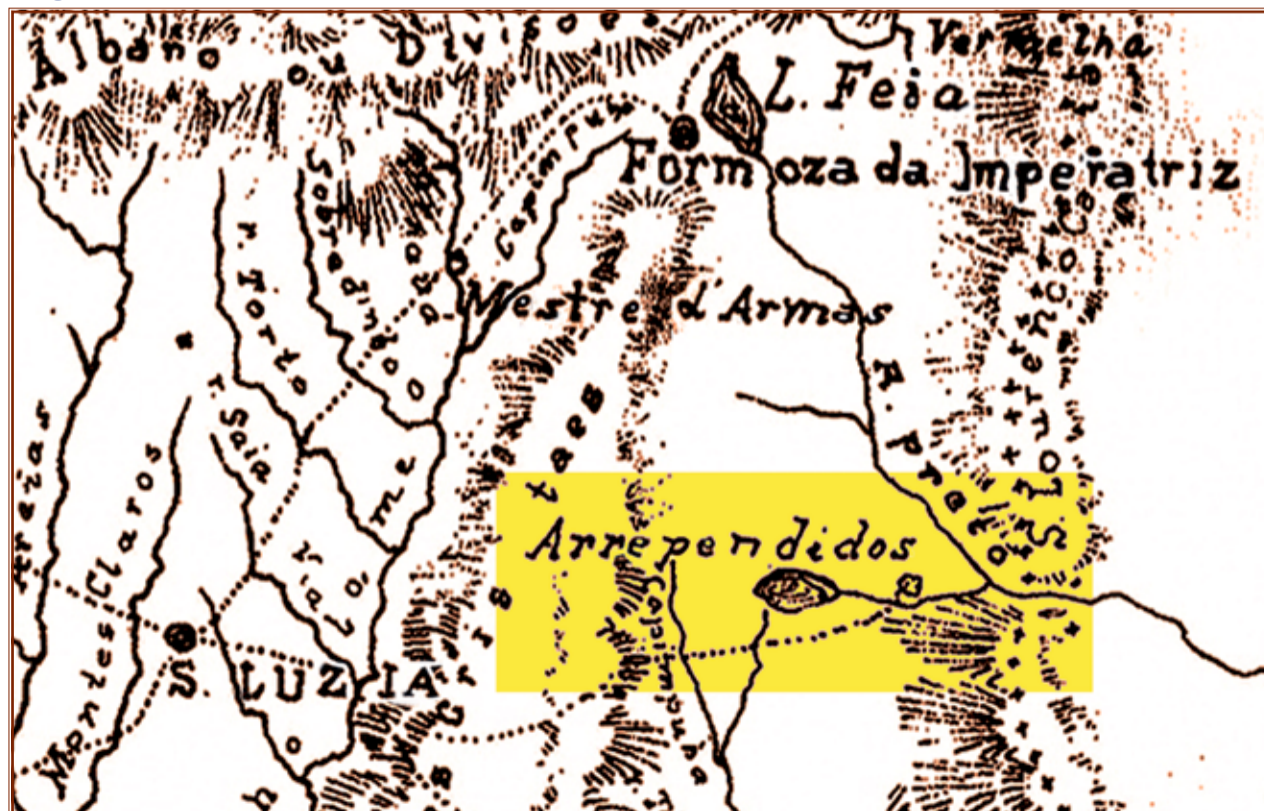
dou a topografia de Goiás a partir de muitos “mapas antigos”.⁷¹ Não sabemos quais foram, contudo. O Relatório faz referência explícita a apenas um mapa elaborado, segundo eles, por “Jerônimo R. de Moraes Jardim”.

Quem nos informa é Tasso Fragoso, chefe da turma encarregada de plantar o marco Noroeste: “Antes de terminar cumpre-me fazer ligeiras observações sobre uma das cartas do estado de Goiás, a mais geralmente conhecida e organizada em 1874 por ordem do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, pelo capitão de engenheiros Jerônimo R. de Moraes Jardim”.⁷²

Entretanto, ao estudarmos e cotejarmos os mapas indicados como úteis para os trabalhos dessa Comissão, percebemos que Tasso Fragoso cometeu aqui um erro ao confundir duas pessoas. Uma

é o major de engenheiros Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim, verdadeiro autor do mapa, com o tenente coronel Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim que, em seu relatório, Tasso Fragoso indica erroneamente como o autor do mapa utilizado por eles. Supomos que a confusão deu-se pelo seguinte fato: ambos participaram da histórica exploração do rio Araguaia, da qual foi publicado “O Rio Araguaya – Relatório de sua exploração”, pela Typografia Nacional, em 1880. Nesta obra, JOAQUIM de Moraes Jardim apresenta

(Figura 19)



(Figura 18)

os estudos realizados na exploração do rio Araguaia, enquanto JERÔNIMO de Moraes Jardim apresenta um resumo histórico das tentativas, em diferentes épocas, para estabelecer-se comunicação entre as províncias de Goiás e do Pará pelo rio Araguaia e o Tocantins. Acreditamos que, na preparação para a viagem ao Planalto Central, a obra fora pesquisada por Tasso Fragoso que, no seu relatório, teria confundido as duas pessoas.

O mapa de Joaquim R. Moraes Jardim (Cf. neste GUIA p. 116) não só foi bem estudado na preparação da viagem exploradora, como também, segundo Tasso Fragoso, foi muito utilizado durante os trabalhos de campo da Comissão: “Essa carta, [foi] a que mais consultei durante a viagem”.⁷³ (Figura 18)

O constante cotejamento desse mapa com os inúmeros levantamentos de Latitudes e

Longitudes promovidos permitiu que a Comissão revisasse vários pontos da topografia de Goiás na região explorada. Acreditamos, por isso, que a parte goiana visitada pela Comissão foi pela primeira vez na história brasileira estudada por métodos científicos de cartografia. O geólogo Eugênio Hussak parece confirmar essa afirmação ao constatar que as conclusões de seu relatório não deixam de ser muito incompletas⁷⁴ pela falta de uma “representação cartográfica da região a ser estudada”.⁷⁵ Também, quando

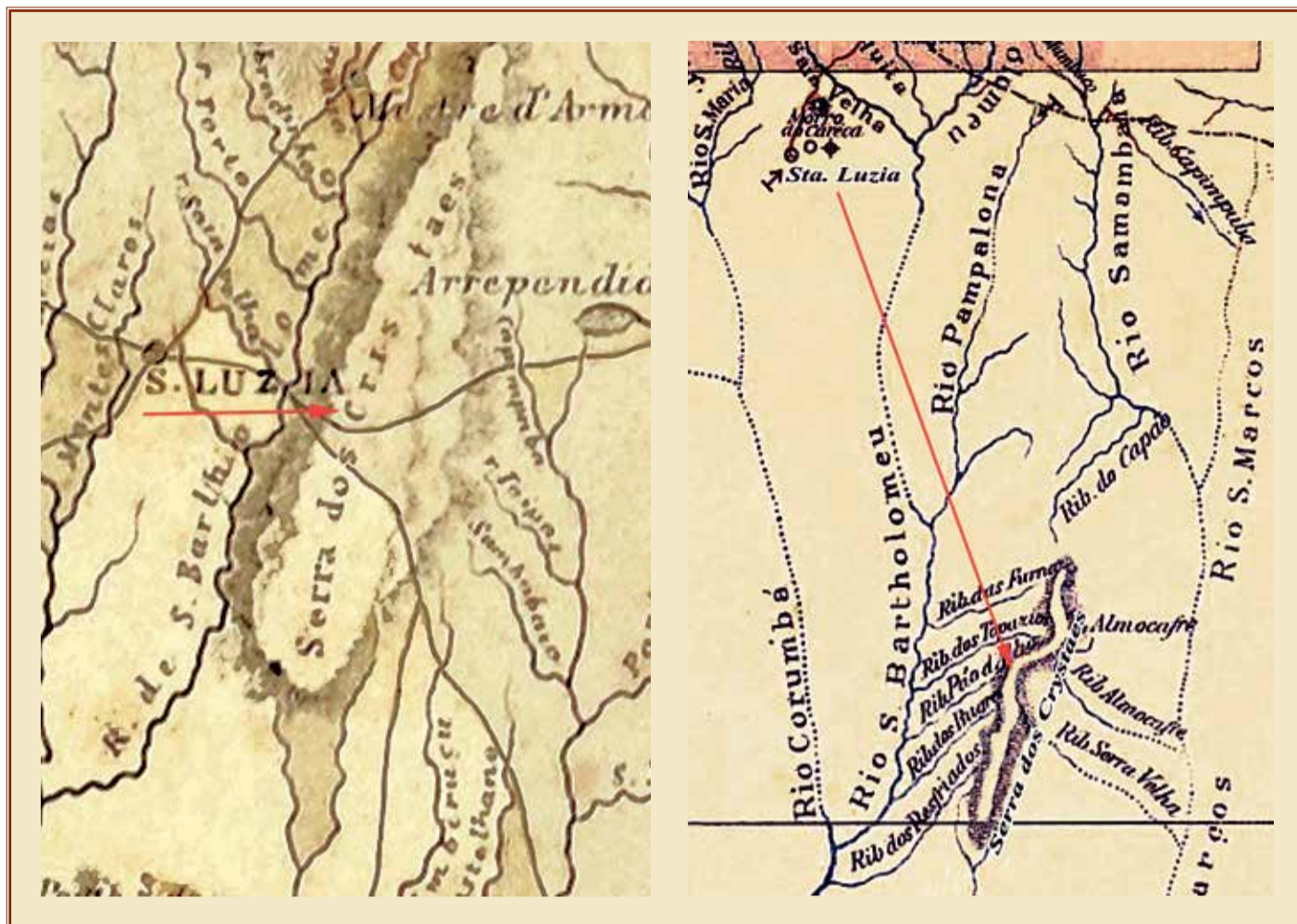
ao se referir à constituição geológica e natureza das rochas da região estudada pela Comissão, afirma: “procurarei, tanto quanto me permite a falta de cartas, descrever a tectonia, isto é, a construção do planalto no seu todo e as modificações que este tem sofrido”.⁷⁶

Algumas revisões foram explicitamente citadas no Relatório:

Esta carta [refere-se à de Joaquim R. de Moraes Jardim] está indubitavelmente errada quanto à hidrografia do terreno da margem esquerda do Maranhão. Entre os rios Verde e do Sal vem aí figurado um rio dos Angicos, como afluente da referida margem esquerda do Maranhão. Esse rio que eu



Figura 20 – No mapa de Moraes Jardim (esquerda) a “Serra dos Cristaes” fica a Leste de Santa Luzia, enquanto a partir das novas medições empreendidas pela Comissão, a Serra se encontra de fato bem ao Sul desta cidade.



deveria ter cortado, à vista da posição que ocupa na carta, não só não foi transposto por mim, como jamais achei quem dele me desse notícia.

Assim pois, ou este rio está grosseiramente mal figurado na carta ou trata-se não do Rio dos Angicos e sim do Monteiro, o que parece-me mais verossímil. Nesta última hipótese é, todavia, útil notar que o Monteiro é afluente do Rio Verde e não do Maranhão, como está graficamente indicado.⁷⁷

É possível concluir que no período da viagem da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, os mapas de Goiás ainda estavam “grosseiramente mal figurados”,⁷⁸ como também apresentavam informações topográficas que de fato não existiam. Henrique Morize relata que enviou o Sr. J. Paulo de Mello ao Registro de Arrependidos a fim de, entre outras tarefas, “verificar a colocação de uma lagoa que figura em muitos mapas como cabeceira do Ribeirão dos Arrependidos e cuja existência é posta em dúvida pelos moradores da redondeza. Ao regressar, comunicou-me não ter achado tal lagoa, que o Sr. Dutra, agente da arrecadação fiscal, morador antigo nessa localidade, não a conhece e, mais, que nenhum dos habitantes a viu jamais”.⁷⁹ Diante disso conclui: “Creio, pois que a existência desta lagoa marcada em mapas de conspícuos autores como Moraes Jardim, por exemplo, é uma ficção que deve desaparecer da geografia de Goiás”.⁸⁰ (Figura 19)

Ao mesmo tempo em que tem coisas demais, os estudos da Comis-

são constataram que nos mapas há também coisas de menos: “Fui informado pelos moradores, e isto com uniformidade de palavras, que existem na margem esquerda do Rio Preto duas lagoas notáveis e até hoje inéditas nos melhores mapas. A primeira de nome Lagoa Grande é formada pelo córrego Fundo, e deságua na margem direita do Rio Bezerra que me dizem ser maior

que o Jardim. Acima da Fazenda Palmital, existe outra que desemboca na margem esquerda do Bezerra e é chamada de Formosa. Há, assim, duas lagoas Formosas: esta e a que fica a Norte da cidade de Formosa, sendo que a nova é, segundo dizem, maior que a antiga”.⁸¹

A constatação de que os mapas de Goiás eram “grosseiramente mal figurados”,⁸² não dizia respeito somente à ausência ou não de topografia, mas principalmente à localização geográfica dos elementos. Assim, ao chegar à Fazenda Samambaia, Henrique Morize constata: “a serem exatos os mapas existentes, deveríamos atravessar aqui a célebre Serra dos Cristais que, entretanto, fica muito a Sul e nos é apontada no horizonte pelo Sr. Gonçalves”.⁸³ (Figura 20)

Se, como pudemos constatar, o mapa mais utilizado foi o de Joaquim Morais Jardim, sabe-se que esse mapa foi organizado em 1874, “conforme as melhores cartas existentes e observações próprias”. Ora, as melhores cartas existentes

(Figura 21)





eram do período colonial e do início do Império, como pode ser averiguado neste GUIA de cartografia histórica de Goiás. Portanto, excetuando as “observações próprias”, que Moraes Jardim diz ter utilizado, o mapa apenas reproduzia em grande parte a cartografia do período colonial e do período logo após a Independência. Um olhar mais atento ao mapa de Moraes Jardim nos remete ao clássico mapa de Goiás, “organizado pelo Brigadeiro Raimundo José da Cunha Mattos, Governador das Armas de Goyaz, para acompanhar os seus Itinerários escritos em 1826 e publicados no ano de 1836”. (Cf. neste GUIA p. 121) (Figura 21)

Por sinal, o próprio Cunha Matos, em relação à localização dos elementos em seu mapa, faz a seguinte ressalva:

[...] as matérias mais importantes da geografia do interior do Brasil e aquelas em que mais se anda às apalpadelas, são as Latitudes e Longitudes dos lugares. Eu tenho motivos sobejos para afirmar que nas Minas Gerais e em Goiás fizeram-se mui poucas observações astronômicas, e que a cerca das Longitudes, tudo é obscuridade, pois que o mesmo Barão de Eschwege, na sua obra excelente sobre o Brasil, e na qual apresenta uma larga tabela de Latitudes, não se atreveu a marcar as Longitudes, prova de conhecer que há incerteza completa a respeito de todas as que aparecem nos escritos dos historiadores. Eu possuo uma larga coleção de Longitudes e Latitudes dos lugares do interior do Brasil; e tive a desgraça de não encontrar dois pontos em que se conformassem. As mesmas marchas que eu fiz, as distâncias que havia de lugar a lugar, e os rumos a que respectivamente demoravam, mostraram-me os erros dos astrônomos jesuítas Diogo Soares e Domingos Capazzi; ou para melhor dizer, eu fiquei entendendo que estes jesuítas não fizeram observações astronômicas de Goiás.⁸⁴

Discordamos da severidade do julgamento de Cunha Matos, pois as Latitudes e Longitudes levantadas pelos padres matemáticos nos Sertões eram do conhecimento de seletos grupos que desenvolviam as discussões para o Tratado de Madrid e, portanto, a representação do “Mapa das Cortes”, que consolidou muitos dos dados levantados por eles e que foi usado como base para esse tratado dos limites não pode servir de referência para avaliar os conhecimentos geográficos ou cartográficos dos portugueses naquele período. Algumas coordenadas eram conhecidas com razoável aproximação, mas não eram divulgadas por motivos estratégicos.⁸⁵

Em relação à dívida que o mapa de Moraes Jardim tinha para com os mapas mais antigos, também Taunay, em sua memória sobre a contribuição de Goiás à “Exposição Nacional do Rio de Janeiro” de 1875, espécie de preparatória para a participação do Brasil na Exposição Universal da Filadélfia em 1876, confirma



(Figura 22)

essa perspectiva ao comentar sobre a Carta da Província de Goyaz, organizada pelo capitão de engenheiros, Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim, que estava exposta naquele evento:

[...] refundindo diversos mapas corográficos, cujo mais importante e copioso em informações é incontestavelmente a Carta Plana da Província de Goyaz e dos julgados do Araxá e Desemboque, levantada pelo eminente marechal Cunha Mattos e publicada em 1830. Aproveitando o conhecimento exato que tinha das distâncias e povoados, retificando posições astronômicas, consultando todas as fontes de séria indicação, corrigiu o Dr. Jardim muitos erros, preencheu muitas lacunas e apresentou um documento consciencioso, digno de si e de grande valor para os que se aplicam à geografia do Brasil.⁸⁶

Coincidentemente, a lagoa que Morize afirma ser uma “ficção que deve desaparecer da geografia de Goiás”,⁸⁷ bem como a localização errada da Serra dos Cristaes, também

consta no mapa de Cunha Matos. Tudo isso confirma que, no limiar do século XX, os mapas de Goiás ainda eram devedores de informações de uma cartografia do período colonial e início do Império, o que só vem realçar o fato de que no período da Comissão, Goiás não tinha sido ainda alcançado pelas técnicas modernas de cartografia e, portanto, tinha poucas observações astronômicas.

Contudo, não demorou muito para que os levantamentos promovidos pela Comissão chegassem à cartografia de Goiás. Poucos anos depois – 1902 – é publicada a “Carta do Estado de Goyaz”, organizada pelo agrimensor e importante matemático, Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, fruto de árduas viagens pelo estado quando trabalhava para os Correios e Telégrafos. Segundo seu filho, “à medida que percorria o estado, colhia dados sobre suas características geográficas. Isto lhe permitiu elaborar a ‘Carta do Estado de Goyaz’, o primeiro documento dessa natureza de que se tem notícia”.⁸⁸ O mapa se encontra neste GUIA na página 211. (Figura 22)

É possível constatar que os erros topográficos citados pela Comissão foram corrigidos por Francisco Azevedo, cuja influência dos trabalhos da Comissão Exploradora do Planalto Central pode ser também percebida pelo fato de, no mapa, constar o quadrilátero com os dizeres: “DISTRICTO FEDERAL”. Além disso, é sabido que as pesquisas do professor Francisco Azevedo eram conhecidas pelo Observatório Astronômico do Rio de Janeiro. De fato, recebeu uma homenagem desta instituição pelas mãos de Henrique Morize que, na ocasião, já havia substituído Luiz Cruls na direção do Observatório Nacional. Portanto, é possível supor que tenha acessado os resultados



dos levantamentos cartográficos das Comissões que ficaram naquela instituição.

2. A cartografia da Comissão de Estudos da Nova Capital da União

É fato que as duas Comissões chefiadas por Luiz Cruls tinham tarefas muito mais complexas do que, simplesmente, a produção de mapas da região do Planalto Central prevista para se tornar o novo distrito federal. Contudo, do ponto de vista estritamente cartográfico, enquanto a primeira Comissão estava envolvida em estabelecer o perímetro do novo distrito federal, como vimos acima, a segunda Comissão, cujos trabalhos de campo se desenvolveram de julho de 1894 a dezembro de 1895, empreendeu “os estudos necessários para fixar o local destinado à nova capital da União”.⁸⁹ Para a correta fixação geográfica e cartográfica do “local” da nova capital, as “Instruções” previam: “proceder-se-á também ao levantamento topográfico da zona demarcada, cobrindo com uma rede de triângulos a área de 14.400 quilômetros, e com maiores detalhes, mormente sob o ponto de vista do nivelamento, do local escolhido para a futura capital, cujas coordenadas astronômicas, serão determinadas pelos processos mais rigorosos”.⁹⁰

Não entraremos em detalhes técnicos sobre a importância da Triangulação para a cartografia em geral. Baste lembrar que, segundo o próprio Luiz Cruls, o trabalho de Triangulação é o “único processo rigoroso para, não só levantar a planta topográfica da zona, como também para fixação definitiva da posição dos quatro vértices que devem encerrar uma área de 14.400 quilômetros quadrados”.⁹¹ O zelo na Triangulação do quadrilátero chegou ao requinte de se promover ensaios. Foi Henrique Morize que, ao chegar a Pirenópolis, a fim de “providenciar sobre a remoção do material da comissão”⁹² para o Acampamento central, isto depois de ter terminado a viagem de reconhecimento de sua turma (dezembro/1894), resolveu “exercitar os ajudantes na medição dos triângulos geodésicos, utilizando para isto, os três sinais geodésicos dos morros do Frota, Santa Bárbara e Boa Vista”.⁹³ Mais tarde vai se juntar a ele Celestino Alves Bastos: “conforme novas ordens recebidas ocupei-me, durante o resto do mês de outubro, novembro e parte do de dezembro [...] com os da triangulação de ensaio”. Comentamos esse fato para mostrar a seriedade com que eram produzidos os dados para a cartografia.

Diante da complexidade da tarefa, não é de se estranhar o fato de os trabalhos de campo desta Comissão terem durado 18 meses e, ressalte-se, não terem sido terminados, como relata Luiz Cruls, por “não ter o Congresso Nacional concedido a necessária verba para continuação dos nossos trabalhos”.⁹⁴ Hoje, por meio de GPS, cuja geolocalização é dada com a ajuda de satélites, não se tem a devida noção de como é demorado e complexo o trabalho de Triangulação de uma região, “não só pela dificuldade que se encontra na conveniente escolha dos vértices dos triângulos e

construção dos respectivos sinais geodésicos, ainda mais em região onde nenhum recurso se encontra no que diz respeito a semelhantes trabalhos, como também pelos extraordinários cuidados que exige a medição dos ângulos, para a qual deve se dispor de numeroso pessoal e material apropriado”.⁹⁵

Infelizmente, o trabalho de Triangulação não foi executado como planejado. Foi feito “apenas a parte que diz respeito ao reconhecimento para escolha do terreno apropriado à medição de uma base e à colocação dos primeiros sinais geodésicos”.⁹⁶ O Relatório indica onde Henrique Morize mandou colocar esses “sinais” para dar início à Triangulação: “mandei construir pelo Sr. Capitão Chartier um sinal geodésico de 1ª ordem no alto do Acampamento, e em seguida um outro de igual ordem, próximo às cabeceiras do Rodeador, num chapadão de 1.300 metros de altitude, de onde se avista o 1º, assim como um vasto horizonte”.⁹⁷

Logo de início, o Relatório Parcial da segunda Comissão deixa transparecer que o clima político, em relação à aceitação dos trabalhos da Comissão, havia mudado. Luiz Cruls comenta: “a soma de trabalhos executados em 18 meses, em região muitas vezes falta de recursos, encontrando dificuldades sem número, nem por isso deixou de ser considerável, sendo apenas para lastimar que não havendo verba consignada no orçamento vigente para os nossos trabalhos, fosse o governo obrigado a mandar suspendê-los”.⁹⁸

Diante da dificuldade de recursos para os trabalhos da Comissão de Estudos da Nova Capital da União, a atitude de Luiz Cruls foi enérgica. Sugeriu que o Congresso se manifestasse formalmente a respeito dos trabalhos relativos à construção da nova capital, até porque os estudos que a Comissão desenvolvia estavam diretamente ligados a uma determinação constitucional prevista no art. 3º e, portanto, não era simplesmente um projeto deste ou daquele governo, mas do Estado brasileiro. Assim, “caso não fosse julgada digna de ser realizada, [...] melhor [seria] abandonar de vez a ideia; caso, porém, os membros do Congresso a considerassem merecedora de realização, torna-se indispensável conceder-se anualmente a verba necessária para o custeio dos estudos”.⁹⁹ E conclui seu argumento: “nada mais prejudicial, [...] do que uma interrupção em trabalhos como estes de que está incumbida esta Comissão, não só sob o ponto de vista econômico como técnico”.¹⁰⁰ Aí se manifesta uma das facetas da personalidade de Luiz Cruls: zelo para com os resultados técnicos dos estudos bem como a consciência de que os trabalhos não deveriam ser mais dispendiosos que o necessário.

Durante os trabalhos da primeira Comissão – Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil – excetuando o observatório do acampamento do vértice Sudoeste da turma chefiada por Luiz Cruls, que havia sido “encomendado em Pirenópolis”,¹⁰¹ todos os outros eram observatórios extremamente improvisados.¹⁰² Nesta Comissão, “para maior conveniência dos trabalhos, tanto sob o ponto de vista econômico como técnico, resolvemos mandar acampar todo o pessoal em um ponto central da região demarcada, em torno



(Figura 23)

do qual se pudessem, com maior vantagem, estender os trabalhos”.¹⁰³ Os mapas da Comissão identificam esse “ponto central” como o “Acampamento”. O engenheiro Celestino Bastos comenta que “a 15 de dezembro [1894], por determinação vossa [Luiz Cruls], segui para a fazenda ou larga do Sr. Francisco Alexandrino Lobo, situada em o chapadão entre o córrego do Brejo e o Ribeirão Gama, a fim de fazer construir alguns ranchos para o abrigo do pessoal e material da Comissão que aí se reuniria para, desse local como centro, continuar os trabalhos de campo logo que começasse a estação favorável”.¹⁰⁴ (Figura 23)

Serviria como “ponto de encontro a todo o pessoal, por estar no centro do distrito federal e oferecer larga pastagem aos animais da tropa da comissão”.¹⁰⁵ A estrutura, que compreendia “ranchos, em número suficiente a fim de servirem de moradia para o pessoal, e poder-se guardar convenientemente o numeroso material”,¹⁰⁶ parece ter impressionado bastante os moradores da região, pois apareceram críticas em jornais do Rio de Janeiro “manifestando receio de que o Governo da União pudesse se apossar daqueles terrenos”.¹⁰⁷ Luiz Cruls precisou manifestar-se publicamente, garantindo aos donos que o governo não tomaria nenhuma decisão “sem prévio acordo e indenização aos competentes donos”.¹⁰⁸ (Figura 24)

Nos trabalhos da primeira Comissão, fizemos referência à importância que Luiz Cruls dava à linha telegráfica para a determinação das Longitudes, considerando-a um “processo rigoroso”.¹⁰⁹ Na Comissão de Estudos da Nova Capital da União, a necessidade “indispensável de se dispor de uma linha telegráfica, que unisse a zona demarcada com a rede geral já existente, com o fim de determinar, e com o necessário rigor, a Longitude de um dos pontos da mesma zona”,¹¹⁰ fez com que o Congresso Nacional consignasse verba para se estender a linha telegráfica de Morrinhos até Pirenópolis, passando por Bella Vista, hoje Ipameri. Contudo, Luiz Cruls objeta que “seria muito mais vantajoso para a precisão dos trabalhos, que se estendesse a linha de Bella Vista [Ipameri], para Bonfim [Silvania] e daí até Santa Luzia [Luziânia]”.¹¹¹

Além da Triangulação do perímetro do quadrilátero e da escolha do local específico para a construção

Figura 24 - Acampamento - “ponto de encontro a todo o pessoal, por estar no centro do distrito federal e oferecer larga pastagem aos animais da tropa da comissão”. Atualmente está na área do Parque Nacional de Brasília. Acervo - MAST.





da nova capital, há outro grupo de estudos que estará diretamente ligado aos mapas produzidos por essa Comissão. Devido à perspectiva da iminente construção da nova capital, a Comissão esteve envolvida com estudos que viabilizassem vias de acesso à região demarcada que, naquele período, eram os rios e as estradas de ferro. Portanto, os dados úteis à cartografia produzidos pela segunda Comissão abrangem região muito mais extensa que a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. Pela primeira vez na história da cartografia brasileira, vastas extensões do Sertão serão alcançadas pelo levantamento mais preciso das Longitudes e Latitudes.

A operacionalização dos trabalhos da Comissão de Estudos da Nova Capital da União seguirá a mesma metodologia da primeira Comissão, ou seja, a criação de grupos de trabalhos, neste caso cinco turmas, com tarefas bem específicas, as quais, depois de percorrerem o itinerário previamente estabelecido, irão até alguma localidade próxima ao quadrilátero conforme “Instrução”, sendo que “com a reunião das diversas turmas nesta cidade última [Pirenópolis] ficaram elas dissolvidas”.¹¹²

Contudo, diferentemente do planejamento anterior, quando a Comissão Exploradora dividiu-se em grupos após chegar ao Planalto Central, Luiz Cruls decidiu que as Turmas seriam divididas no Rio de Janeiro e partiriam dali para seus itinerários previamente definidos.

Essa estratégia tinha em vista promover estudos para a construção de vias de acesso ao novo distrito federal como indicado nas instruções para a Comissão de Estudos da Nova Capital da União. Ali se atribuía à Comissão: “o reconhecimento da ligação por vias férreas e mistas (ferro-fluviais), que unam o ponto escolhido para a nova capital ao litoral da República”.¹¹³

Popularmente, costumamos dizer que em time que ganha não se mexe. Luiz Cruls levou isso em conta, pois todos os chefes das turmas desta Comissão participaram dos trabalhos da primeira, profissionais cuja competência técnica para a nova missão estava plena-

mente comprovada e nos quais tinha plena confiança.

À 1ª Turma, cuja chefia estava a cargo de Henrique Morize, coube fazer o levantamento do rio São Francisco, e da “ligação deste rio com o Planalto Central, pela navegação de um de seus afluentes ou por uma via-férrea, que aproveitasse o maior trecho navegável que fosse prático utilizar”.¹¹⁴ Segundo Cruls: “enquanto não houver alguma estrada de ferro ligando diretamente a futura capital federal com a Bahia, o sistema de comunicação mais econômico e rápido será utilizar-se das condições de navegabilidade do Rio São Francisco”.¹¹⁵ A turma partiu dia 14 de agosto de 1894.¹¹⁶ Do Rio de Janeiro até a Bahia, foram de navio. Dali, pegaram um trem até a última estação da Estrada de Ferro Bahia-São Francisco, quando prosseguiram a cavalo até Juazeiro, “cabeça da linha de navegação da Companhia Viação Central do Brasil, que ali tem seu escritório e oficina”.¹¹⁷ A respeito da navegação do rio São Francisco, após entrevista aos usuários, a opinião que encontraram não foi “infelizmente favorável”.¹¹⁸ Chegaram ao Acampamento central dia 16 de novembro de 1894. (Figura 25)

A turma chefiada por Henrique Morize procedeu ao reconhecimento de 372 quilômetros, iniciando na “vila de São Romão, sobre o São Francisco [...] à Fazenda Palmital na margem esquerda do Rio Preto”,¹¹⁹ trecho do qual, informa: “levantei o itinerário percorrido que se acha já desenhado com a topografia e o perfil longitudinal”.¹²⁰ No seu relatório encontramos a seguinte conclusão:

*Entendo, pois, que se o Governo e o Congresso estão decididos a ligar o Planalto Central com o litoral por uma comunicação econômica, deve se procurar levar avante o projeto do prolongamento da Central da Bahia e construir a via-férrea de São Romão a um ponto ainda por determinar – por depender da escolha definitiva do local da futura Capital da União – porém não muito distante da cidade de Santa Luzia, numa extensão total provável, segundo nosso reconhecimento, de 450 quilômetros.*¹²¹

Figura 25 – Imagem rara do “Vapor” que a turma de Henrique Morize tomou: “Depois de três dias de penosíssima navegação, encontramos com alívio o ‘Matta Machado’ que, apesar de ter naquela época pouco mais de 2 anos de serviço, necessitava entretanto de um concerto geral”. Construído com casco achatado para evitar que encalhasse nos bancos de areia, o ‘Matta Machado’ era um dos maiores e mais velozes vapores da frota da Viação Bahiana. Acervo – Arquivo Público Mineiro.





Apesar do grande número de dados levantados por essa turma, não encontramos no Relatório Parcial da Comissão nenhum mapa produzido a partir desses estudos. Os caminhamentos e perfis longitudinais, certamente, seriam publicados se houvesse um Relatório conclusivo, como o foi na primeira Comissão.

Os trabalhos da 2ª Turma, cuja chefia coube a Hastimphilo de Moura, abrangia o estudo do território desde Sabará, Minas Gerais, “a partir da última estação do prolongamento da Estrada de Ferro Central”,¹²² até a cidade de Formosa em Goiás. Em Sabará, ponto de partida, procederam “diariamente observações com o sextante e com todos os demais instrumentos que vinham a cargo da turma”.¹²³ Nota-se o constante zelo em relação às determinações das Latitudes bem como à elaboração dos mapas urbanos das cidades por onde passaram. Contudo, daquelas que já tinham seus mapas urbanos, “limitei-me a trazer uma cópia”.¹²⁴

Nos quarenta e dois dias de viagem entre Sabará e Formosa, todo feito em lombo de mula e com guias da região, “em geral era péssimo o caminho, quase sempre reduzido a simples trilho, que por mais de uma vez apagou-se sob os nossos pés, e nos impossibilitaria de prosseguir a viagem se não tivéssemos precaução de tomar guias, sempre que nos era possível”.¹²⁵ A missão do grupo esteve por um fio quando “os tropeiros, amedrontados com as notícias que a cada passo nos davam de febres más, seca e fome que havíamos de encontrar e sofrer, realizaram um plano de fuga com toda a tropa”.¹²⁶ Segundo o chefe da turma, Hastimphilo de Moura, o motim “felizmente abortou por causa das providências prontas e enérgicas que tomei”.¹²⁷ De Formosa seguiram para Pirenópolis quando “desprezando as duas estradas já conhecidas, empreendi espontaneamente seguir um termo médio, a despeito da falta de informações precisas sobre o caminho, e assim tracei com o caminhamento um novo itinerário”.¹²⁸ No total essa turma percorreu, de Sabará a Pirenópolis, 1.019 quilômetros.

Apesar da enorme coleta de informações úteis para o estudo de vias de acesso para o novo distrito federal, bem como o zelo no cálculo das Latitudes pela observação do sol,¹²⁹ não percebemos o uso daquelas informações nos mapas produzidos pela Comissão, a não ser os levantamentos feitos no final da viagem, entre Formosa e Pirenópolis. É justo ressaltar que com o término dos trabalhos de campo da Comissão de Estudos da Nova Capital da União antes do fim dos estudos previstos e o abandono do projeto de construção de uma nova capital no interior, promovido pelo Governo do Presidente Prudente de Moraes, os dados levantados para um possível mapa da região do entorno do quadrilátero do novo distrito federal a ser publicado no Relatório Final, perderam a relevância. Nem ao menos sabemos se foram usados para alguma revisão cartográfica regional, como ocorreu com a “Carta do Estado de Goyaz”, elaborada por Francisco Ferreira dos Santos Azevedo que, ao publicá-la em 1902, usou as informações da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil.

Os trabalhos da 3ª Turma, chefiada por Celestino Alves Bastos, tinham como objetivo estudar o ca-

minho que partia da estação Itapeccerica, ponto final da Estrada de Ferro Oeste de Minas, cujo ramal havia sido aberto há poucos anos, em 1891, e seguir até a cidade de Santa Luzia, dentro do escopo de estudar possíveis ligações do novo distrito federal no Planalto Central com o litoral.¹³⁰

Logo de início, os trabalhos começaram marcados por dificuldades, pois os quatro soldados – “praças” – da Guarda Nacional que acompanhavam a turma foram dispensados. O motivo: “além do mau procedimento que duas delas tinham tido durante os dias que estiveram em serviço, se mostraram incapazes de desempenharem os misteres para que vinham. Apresentei-as, pois, à autoridade policial do lugar requisitando dar-lhes destino conveniente, no que fui prontamente atendido”.¹³¹

Pela leitura do Relatório de Celestino Bastos é possível depreender que, dentro do período de quarenta e dois dias de viagem, entre a cidade de Formiga e Santa Luzia,¹³² também essa turma procedeu a

“[...] observações diárias para [...] a determinação da Latitude dos diversos pousos e lugares mais importantes”,¹³³ as quais foram “feitas e registradas em cadernetas”.¹³⁴ Além disso, pelo fato de passarem por diversas povoações, aldeias, arraiais e vilas, foram escolhidos os mais importantes núcleos populacionais para “levantar ligeiramente as plantas”.¹³⁵

Apesar de em sua caminhada exploratória ter recolhido importantes informações para a cartografia, de fato, os mapas publicados pela Comissão de Estudos da Nova Capital da União não levaram em conta as Latitudes observadas por essa turma. Somos da opinião de que, caso os trabalhos fossem terminados e um Relatório conclusivo fosse publicado, certamente todos os cálculos astronômicos seriam consolidados em um “Atlas”, como o que foi publicado pela Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil.

Mas, apesar de os trabalhos da turma não terem sido utilizados, é importante ressaltar que Celestino Alves Bastos, depois de ter terminado as atribuições da turma, executou outros importantes estudos de campo relacionados à cartografia, cujo resultado pode ser visto na “Planta do Distrito Federal mostrando o adiantamento dos trabalhos topográficos realizados até fins do ano de 1895”. (Cf. neste GUIA p. 261). Referimo-nos às ordens para “seguir para as cabeceiras do Rio Descoberto a fim de proceder ao levantamento e nivelamento delas e desse rio e seus afluentes até o ribeirão Guariroba”.¹³⁶

Os trabalhos da 4ª Turma, esta chefiada por Alípio Gama, também estavam relacionados ao estudo de possíveis caminhos em direção ao perímetro do novo distrito federal em um roteiro semelhante ao da turma chefiada por Celestino Alves Bastos, pois também foi de trem até a última estação da Estrada de Ferro Oeste de Minas e tinha como ponto de chegada a cidade de Santa Luzia. Contudo, seguia um itinerário distinto, mas que, exatamente por isso, exigiu muito mais atenção “a fim de evitar, tomando o rumo geral de Noroeste, seguir a mesma zona que ia percorrendo”¹³⁷ a outra turma.



Fato pitoresco que vale a pena comentar diz respeito à estratégia para que os animais de carga a serem comprados não fossem vendidos a preços inflacionados. Para evitar isso, a turma

*[...] estacionou em São João Del Rei para que a presença [...] em outros lugares em que pretendíamos comprar ou alugar os animais não deixasse perceber àqueles de que poderíamos obtê-los a necessidade que tínhamos de condução e isto lhes despertasse a ideia de grandes lucros ou mesmo a ganância de que se é vítima em casos tais.*¹³⁸

De todas as turmas, foi essa que, em seu Relatório, apresentou mais informações técnicas a respeito dos procedimentos para a leitura dos astros, a fim de determinar a Latitude e Longitude, coordenadas essenciais à cartografia. Do ponto de vista do conteúdo, comparado ao das outras turmas, Alípio Gama elaborou um Relatório que tem as características de um Relatório conclusivo. Ele mesmo tem consciência disso ao comentar: “para não avolumar este relatório que, de acordo com as instruções ultimamente recebidas, tenho procurado resumir o mais possível, não reproduzirei aqui os cálculos feitos [...]”.¹³⁹ As informações técnicas são de uma clareza e didatismo tais, que conseguimos entender, por exemplo, como era usado e calibrado o podômetro; como era calculado o azimute, como se determinava a Longitude de um lugar específico etc.

As determinações astronômicas começaram de fato em São João Del Rey, onde “fazia-se, diariamente [...] algumas observações da hora e outras de Latitude”.¹⁴⁰ Todo o trajeto da viagem, em um total de 605 quilômetros, desde seu ponto inicial no arraial do Paradão, à margem do rio São Francisco, em Minas Gerais, até a cidade de Santa Luzia,¹⁴¹ foi “retificado em Latitude por observações astronômicas que procurei fazer em todos os pontos principais do itinerário, sempre que o estado do céu m’o permitia”.¹⁴² Algumas vezes, chegaram a ficar mais tempo em alguns povoados, “esperando que o tempo, sempre encoberto, permitisse algumas observações para a Latitude”,¹⁴³ às vezes, “renunciando a fazer aquelas observações”.¹⁴⁴

Para medir a Longitude,

*[...] a turma dispunha de um cronômetro de tempo médio cuja marcha havia sido previamente estudada no observatório astronômico. Este cronômetro levava a hora do Rio, e, sem pretender grande rigor naquelas coordenadas, me contentava com a Longitude que obteria pela comparação d’aquela hora, que levava, com a hora local que para isto eu deveria observar ao chegar ao ponto inicial do deslocamento.*¹⁴⁵

Informação importante a respeito da cartografia foi dada por Alípio Gama quando, não confiando mais no relógio que trouxe com a referência do Rio de Janeiro, devido às “trepidações dos trens”, recorreu à “Comissão Geográfica e Geológica de Minas Gerais”.¹⁴⁶ Somos informados de que em Minas – estamos falando do ano de 1895 – já “tinha determinado por meio da Triangulação feita, as coordenadas de alguns triângulos da rede e de um dos quais me utilizei”.¹⁴⁷ Alípio Gama foi informado que esse trabalho

de Triangulação, “infelizmente não havia explorado ainda a região em que ficam os pontos que poderiam servir de origem ao meu levantamento”.¹⁴⁸ Contudo, de forma muito astuta, solicitou à Comissão Geográfica e Geológica de Minas Gerais, uma cópia da

*[...] planta de um trecho da Estrada de Ferro Oeste de Minas na qual figuram não só um dos sinais geodésicos dessa comissão, o do Morro Grande, cujas coordenadas geográficas estavam já determinadas com uma precisão muito suficiente pela Triangulação, como também vários pontos da Oeste por que eu deveria passar que poderiam servir de origem ao meu levantamento.*¹⁴⁹

Podemos concluir que essas coordenadas geográficas foram úteis para dar maior precisão à determinação de novas Longitudes e Latitudes a serem determinadas, pois se, por um lado, não deram a “Longitude exata do ponto inicial do meu levantamento, por outro, deram, aproximadamente, a posição que este ponto deveria ocupar relativamente à Longitude do mapa geral de nossos caminhamentos”.¹⁵⁰

Em Paracatu, Alípio Gama reclama que esteve com dificuldade de determinar as coordenadas geográficas “porque então conservava ainda, restos de uma paralisia proveniente da mordedura de uma cobra nas margens do Rio Paracatu, e isto me impossibilitava então de manejar o instrumento com firmeza”.¹⁵¹

Em relação aos mapas urbanos das cidades pelas quais passaram, ou seja, arraial de São Francisco, cidade de Abaeté, arraial da Moradinha, vila de Alegres e cidade de Paracatu, “todas essas plantas foram as primeiras que tiveram, mesmo as das cidades de Abaeté e Paracatu, nunca haviam sido levantadas”.¹⁵²

Dos levantamentos promovidos por essa turma, pode-se concluir que o grande problema enfrentado nos caminhamentos foi em relação aos erros de Longitude dos mapas utilizados como referência. Em certa parte da viagem, Alípio Gama constata:

*[...] contava, de acordo com o estudo que tinha feito do meu itinerário, nos mapas por que me guiava, ter de atravessar as serras do Tigre e do Capacete. Ao chegar à cidade de Abaeté, verifiquei que estas duas grandes elevações do terreno ficam muito mais a Oeste do que eu esperava encontrá-las seguindo aqueles mapas.*¹⁵³

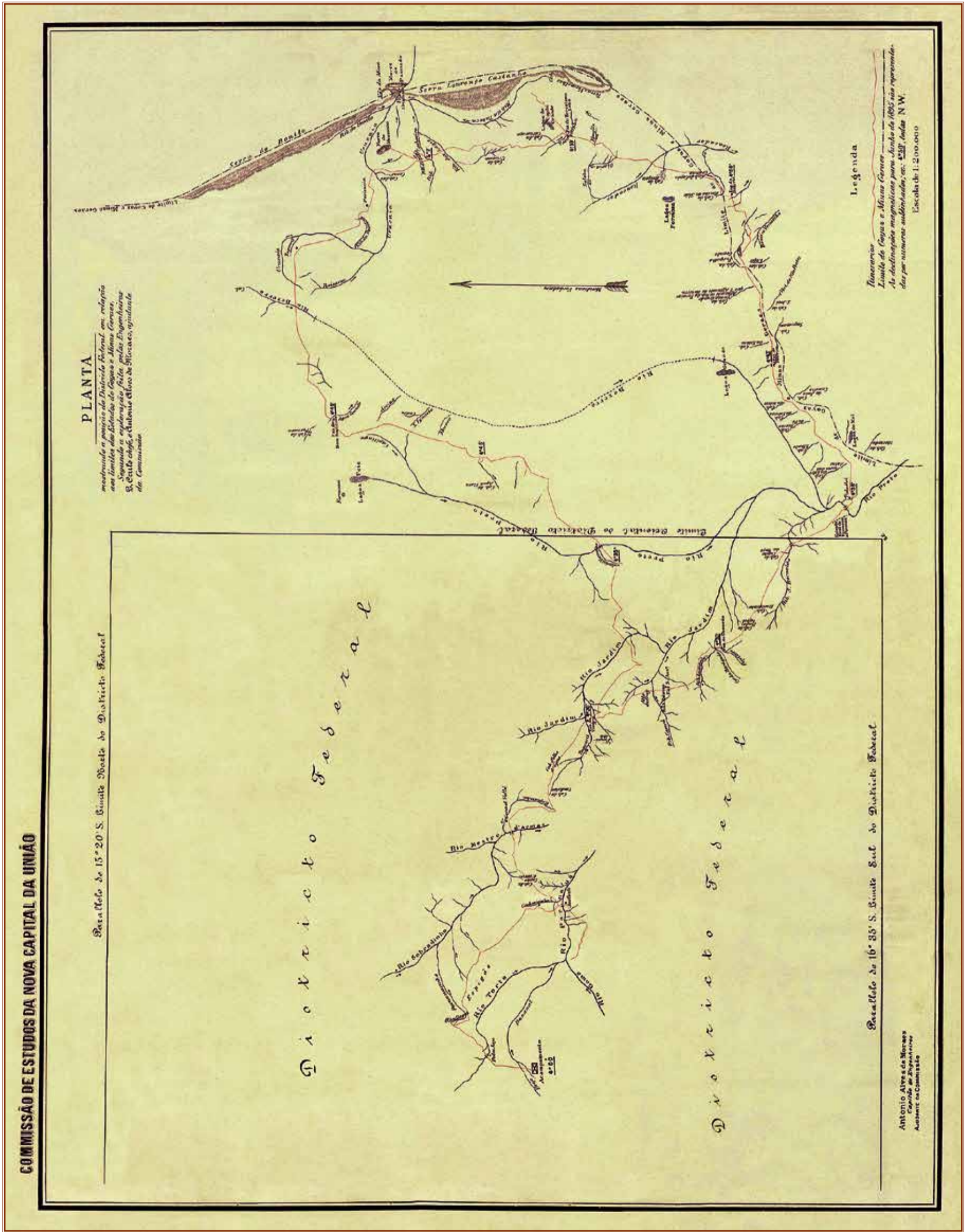
E conclui, referindo-se às duas serras que ambas estão afastadas “para as bandas do Oeste, e não ao Norte, como figuram em alguns mapas”.¹⁵⁴

Em relação à finalidade da viagem, ou seja, estudos visando à ligação do Planalto Central com o litoral, os estudos dessa turma sugerem que “não deverá ser feita pela região que atravessei; [...] esta região é em grande parte muito acidentada”,¹⁵⁵ e, assim, “muitos aterros, cortes grandes, pontes, etc. tornariam a construção d’essa estrada por aí muito pouco barata”.¹⁵⁶

Os trabalhos da 5ª Turma, chefiada por Luiz Cruls, seguiram um caminho em parte conhecido na primeira Comissão: Uberaba a Pirenópolis. Contudo, diferentemente de todas as outras quatro turmas, cuja viagem exploratória em direção ao perímetro do novo distrito federal visava ao estudo de possíveis vias ligando o litoral ao Planalto Central, seguiu



(Figura 26)





um caminho mais direto de Uberaba a Pirenópolis, passando por Morrinhos. Acreditamos que o motivo de não ter seguido uma rota mais exploratória em direção ao perímetro do quadrilátero seja pelo fato de estar “levando [...] o resto do pessoal e todo o material científico”.¹⁵⁷

Do ponto de vista da cartografia, o enorme conjunto de determinações de Latitude e Longitude levantado pelas cinco turmas não refletiu proporcionalmente em produção cartográfica, pelo menos se formos levar em conta os quatro mapas publicados pela Comissão no Relatório Parcial publicado em 1896. Nem por um momento isso significa dizer que não houve a intenção de que aqueles dados fossem utilizados para a confecção de mapas. O próprio Celestino Bastos informa que, ao terminar os trabalhos de sua turma, ocupou-se “com trabalhos de escritório”. E registrou: “Assim desenhei toda a parte de caminhamento por mim feito, em planta e perfil, e calculei todas as Latitudes observadas”.¹⁵⁸ Portanto, informações para a produção de uma cartografia mais rica, certamente havia.

Acreditamos que o término prematuro dos trabalhos da Comissão de Estudos da Nova Capital da União relegou ao esquecimento aqueles levantamentos tão importantes para a cartografia do interior do Brasil.

Dois outros trabalhos desenvolvidos pela Comissão, após a chegada das cinco turmas no quadrilátero do novo distrito federal, motivaram a publicação dos quatro mapas do Relatório Parcial. Vamos conhecê-los.

Estudos exploratórios que realmente redundaram em mapas

Da análise dos trabalhos das cinco turmas, em comparação com os mapas que efetivamente encontramos no Relatório Parcial da Comissão de Estudos da Nova Capital da União, concluímos que os dados coletados não incidiram na publicação de nenhum mapa.

Ao mesmo tempo, a constatação por meio da leitura dos relatórios das turmas, de que foi acumulado enorme volume de informações para a cartografia, úteis para a precária cartografia do interior do Brasil no final do século XIX, nos leva a perguntar se foram utilizados na cartografia regional em algum outro momento.

É uma pergunta retórica, pois essa questão foge ao escopo desse artigo, mas mereceria uma pesquisa à parte para sabermos se os trabalhos ficaram perdidos dentro das gavetas após o término dos estudos da Comissão de Estudos da Nova Capital da União ou, de fato, foram utilizados na cartografia de Minas e Goiás, regiões por onde as cinco turmas exploraram. O que podemos dizer, com certeza, é que, pelo menos no que tange às regiões distantes do quadrilátero, visitadas por estas turmas, os dados não foram utilizados na cartografia produzida por essa Comissão, cujo relatório ficou apenas na condição de “Relatório Parcial”.

Se os trabalhos das cinco turmas não redundaram em mapas no Relatório Parcial, quais trabalhos da Comissão geraram os quatro mapas que foram publicados?

O primeiro desses trabalhos exploratórios foi o que resultou diretamente na publicação da **“Planta mostrando a posição do distrito federal em relação aos limites dos Estados de Goiás e Minas Gerais”**. (Figura 26)

Durante o mês de junho de 1895, Luiz Cruls, Antonio Alves Moraes, capitão dos engenheiros e Auguste François Marie Glaziou, botânico, fizeram levantamento recolhendo “informações [...] com o fim de reconhecer qual a posição do distrito federal em relação aos limites dos estados de Goiás e Minas Gerais”.¹⁵⁹ A viagem exploratória foi motivada porque havia chegado ao Congresso Nacional um projeto de lei que “determinava o deslocamento da área demarcada para leste até os limites do estado de Goiás com o de Minas Gerais”.¹⁶⁰

O mapa foi feito por um dos participantes do grupo, o engenheiro Antonio Alves de Moraes. Não está graduado, mas, curiosamente, tomando como referência o Meridiano do Rio de Janeiro e iniciando a contagem a partir do “Acampamento”, apresenta a declinação magnética de vários pontos específicos do trajeto percorrido. Das Latitudes, apresenta a correspondente ao limite Sul e Norte do quadrilátero.

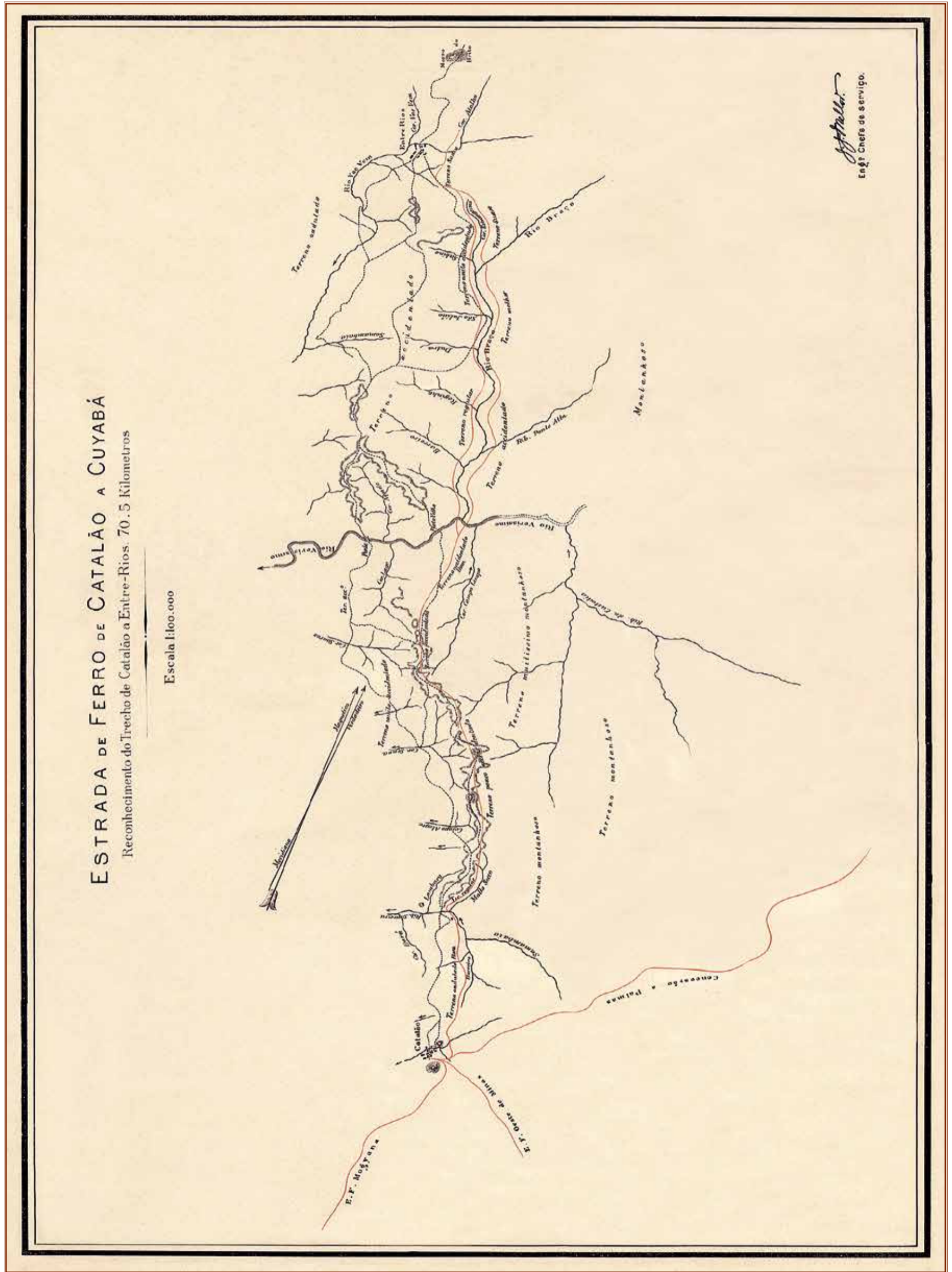
Os estudos levaram à conclusão de que “os limites entre dois estados, afastam-se à cerca de 55 quilômetros do lado oriental do distrito federal, inclinando-se em seguida, de modo a passar muito perto do vértice Sudeste”,¹⁶¹ e que, nessas condições,

*[...] parece pouco acertado o deslocamento da área, não só porque necessitará uma nova demarcação, que tomará tempo e será dispendiosa, como também porque ela trará como consequência perder o retângulo demarcado toda a pitoresca zona vizinha dos Pireneus, como águas ótimas, em troca de uma zona, péssima pelo lado da salubridade e banhada por águas salobras.*¹⁶²

O segundo desses trabalhos resultou na publicação de dois mapas: **“Estrada de Ferro de Catalão a Cuyabá – Reconhecimento do trecho de Catalão a Entre Rios – 70,5 quilômetros”** e **“Comissão de E. de F. de Catalão a Cuyabá – conjunto traçado de catalão a Goyaz em relação às outras estradas existentes e concedidas”**. Esses estudos foram realizados visando “proceder ao reconhecimento da região compreendida entre Catalão, Goiás e Cuiabá [...] a fim de estudar as suas condições topográficas e reunir dados que possam servir de base [...]”¹⁶³ para a construção da estrada de ferro de Catalão a Cuiabá. Como era atribuição da Comissão de Estudos da Nova Capital da União ligar essa futura estrada de ferro ao novo distrito federal, e isso só seria possível se a Comissão conhecesse o traçado dessa futura estrada, Luiz Cruls solicitou que o governo confiasse também à mesma Comissão os estudos dessa futura estrada de ferro.¹⁶⁴ Era sua convicção de que “a mudança da capital só poder-se-á tornar uma realidade, depois de construída a parte desta Estrada que une a



(Figura 27)





cidade de Catalão ao ponto escolhido para a mesma capital, por meio de um ramal”.¹⁶⁵

Era tão estratégica esta estrada que, mesmo após o Congresso não prever no orçamento os créditos necessários à continuação dos estudos da segunda Comissão, o Poder Executivo liberou créditos extraordinários para que se desse, pelo menos, o prosseguimento dos “trabalhos de reconhecimento da Estrada de Ferro de Catalão a Cuiabá”,¹⁶⁶ atitude que Cruls reputou como “solução altamente patriótica”.¹⁶⁷

Entretanto, pensando a partir da logística necessária à construção da nova capital, Cruls sugeriu que “melhores condições, sob o ponto de vista do desenvolvimento, apresentará a Estrada de Catalão a Palmas, cujo traçado atravessa a zona demarcada, encurtando ainda mais o traçado e tornando até desnecessária a construção de um ramal”¹⁶⁸ em direção ao novo distrito federal. Cruls chega mesmo a ressaltar que tudo ficaria mais fácil com uma ideia que ele já tinha apresentado no Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil: o projeto de uma estrada de ferro de traçado direto, “perfeitamente realizável, ainda que de execução onerosa”.¹⁶⁹

Apesar de as “Instruções” indicarem que os estudos deveriam proceder de Catalão até Cuiabá, de fato, o trecho estudado compreendeu apenas a região de Catalão à cidade de Goiás, perfazendo uma distância de 453,5 quilômetros, ou 68,7 léguas de 6.600 metros, cujo traçado final da estrada de ferro, segundo suas sugestões, seria no máximo “excedida pelo traçado em 8%”.¹⁷⁰ Do ponto de vista da cartografia, as “Instruções a respeito de como deveriam seguir os trabalhos de construção da Estrada de Ferro Catalão a Cuiabá”, assinada pelo já então eminente escritor brasileiro, Machado de Assis, Diretor Geral da Viação,¹⁷¹ exigiu “a determinação da Longitude e Latitude dos principais pontos e declinação magnética”.¹⁷²

Curiosamente, de todo o trajeto de reconhecimento entre Catalão e Goiás, trabalho executado sob a chefia do engenheiro James João Mellor, auxiliado pelos “intrépidos e distintos colegas”¹⁷³ engenheiros, Colin Freitas Broad e José Contreiras Martins, somente foi publicado o mapa: **“Estrada de Ferro de Catalão a Cuyabá – Reconhecimento do trecho de Catalão a Entre Rios – 70,5 quilômetros”**. (Figura 27)

O Relatório de James João Mellor não indica os motivos pelos quais o mapa foi feito apenas desse trecho. Supomos que, como o Relatório era Parcial, apenas convinha mostrar exemplos do trabalho que estava sendo executado. De fato, no final do relatório de seus trabalhos, Jaime João Mellor afirma: “estas são ligeiras informações que vos posso prestar presentemente, conforme o vosso pedido, aguardando momento mais oportuno para enviar-vos juntamente com as plantas e projetos desenhados, um relatório mais detalhado sobre o serviço a nosso cargo”.¹⁷⁴

Elaborado na escala 1:100.000, apresenta o relevo e a hidrografia da região explorada. Para caracterizar o relevo, o mapa usa uma enorme lista de qualificativos: “terreno ondulado bom”; “terreno regular”; “terreno pouco acidentado”; “terreno acidentado”;

“terreno muito acidentado”; “terreno suave”; “terreno melhor”; “terreno muitíssimo montanhoso”; “terreno montanhoso”. Supomos que todas essas adjetivações ao relevo serão úteis, juntamente com os “mapas dos caminhamentos” executados, os quais não constam no relatório, para o projeto da estrada de ferro.

Apesar de não apresentar legenda para indicar o significado das linhas, interpretamos que a “linha vermelha” indica o melhor traçado para a estrada de ferro. De fato, no lado esquerdo, uma “linha vermelha” é identificada como “E. F. Oeste de Minas”. A linha pontilhada parece indicar duas informações: o caminhamento feito pela equipe, bem como o traçado da “estrada de rodagem” que, segundo o Relatório, às vezes era aproveitada pela equipe. De fato, no traçado pontilhado mais ao norte consta uma ponte, dando a entender que às vezes caminhavam nessa estrada e às vezes, paralelo a ela. Entretanto, no final do trecho para Entre-Rios, há tantas linhas pontilhadas que não sabemos mais se refere-se a outras “estradas de rodagem” da região ou a caminhos percorridos pela equipe. O mapa não está graduado. O Relatório, contudo, afirma que os “dados topográficos foram levantados mediante bússolas, podômetros, barômetro, Fortin e três aneróides”.¹⁷⁵

O segundo mapa que faz referência aos estudos dessa estrada de ferro tem por título **“Comissão de E. de F. de Catalão a Cuyabá – conjunto traçado de catalão a Goyaz em relação às outras estradas existentes e concedidas”**. (Figura 28)

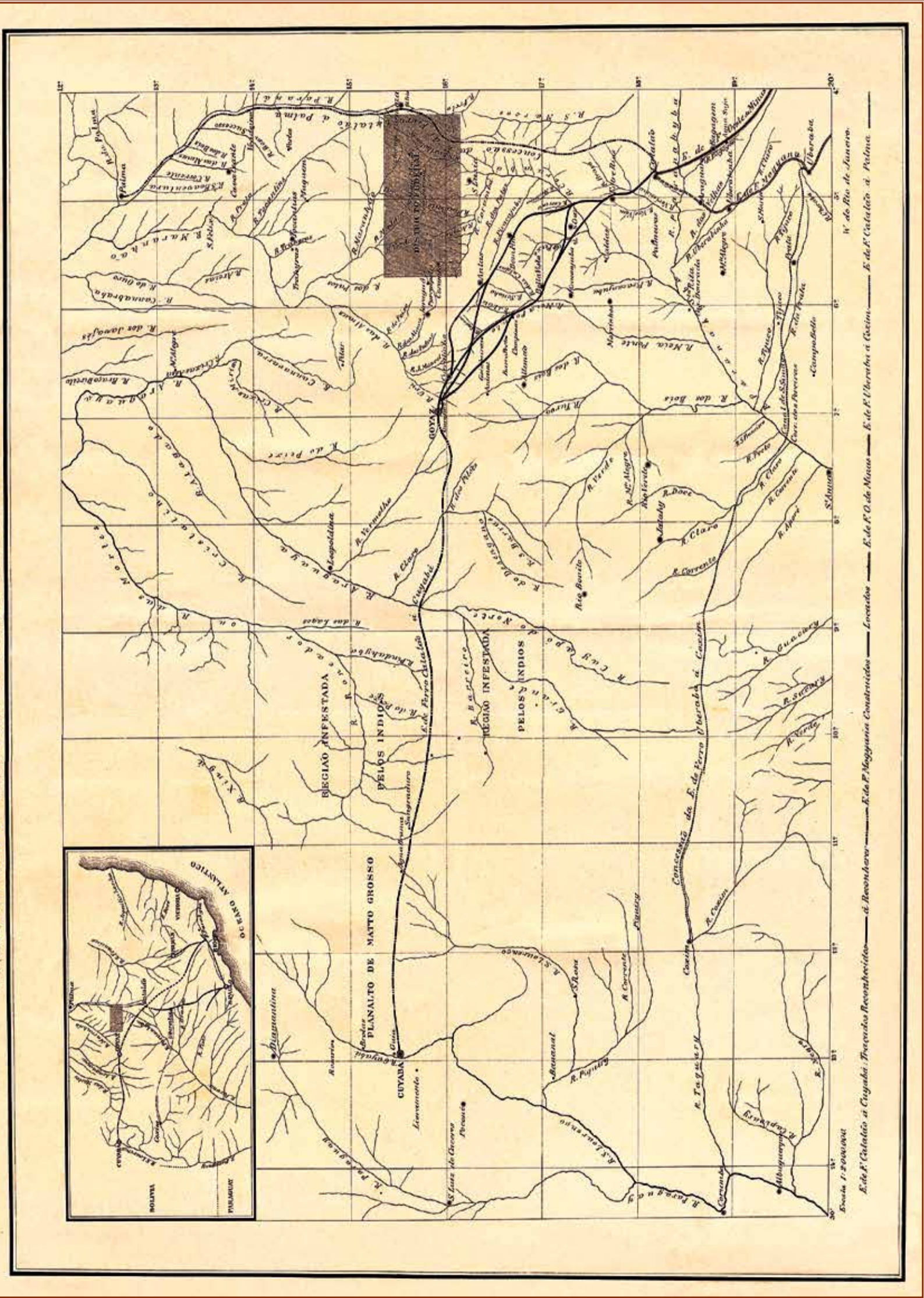
Privilegiando a representação hidrográfica, apresenta os “Traçados Reconhecidos”, “Traçados a Reconhecer”, “E. de F. Mogyana Construídos”, “Traçados Locados”, “Estrada de F. O de Minas”, “E. de F. Uberaba à Coxim” e “E. de F. Catalão à Palma”. Infelizmente, não há indicação de autor, o que dificulta uma análise mais direta do contexto de produção. No entanto, como os trabalhos de “Reconhecimento” estavam a cargo do engenheiro James João Mellor, pode-se deduzir, com razoável probabilidade, que este mapa também foi produzido pela equipe dele. Devido à presença do quadrilátero do futuro distrito federal, bem como a indicação de Latitude e Longitude a partir do Meridiano do Rio de Janeiro, acreditamos que o mapa quer apresentar aos leitores do Relatório Parcial uma visada geral das estradas de ferro já construídas e as novas estradas de ferro propostas, mostrando que todas passam próximas ao território da futura capital brasileira.

Havia, na época, severas críticas à construção de uma capital em um sertão inóspito. O mapa parece responder a essas críticas ao sugerir que a região escolhida será facilmente ligada com o restante do território brasileiro, como o demonstra a caixa na lateral superior esquerda ao apresentar as conexões do novo distrito federal com o litoral. A visão mais abrangente do quadrilátero do futuro distrito federal em relação ao território nacional sugere que a construção da nova capital será elemento que motivará a integração do território que compreende a fronteira Oeste – Bolívia, Paraguai – com o litoral Atlântico. Essa perspectiva já foi aventada quando, no início do Relatório Parcial, Luiz Cruls afirma: “tenho a mais absoluta convicção de que a mudança da capital [...]



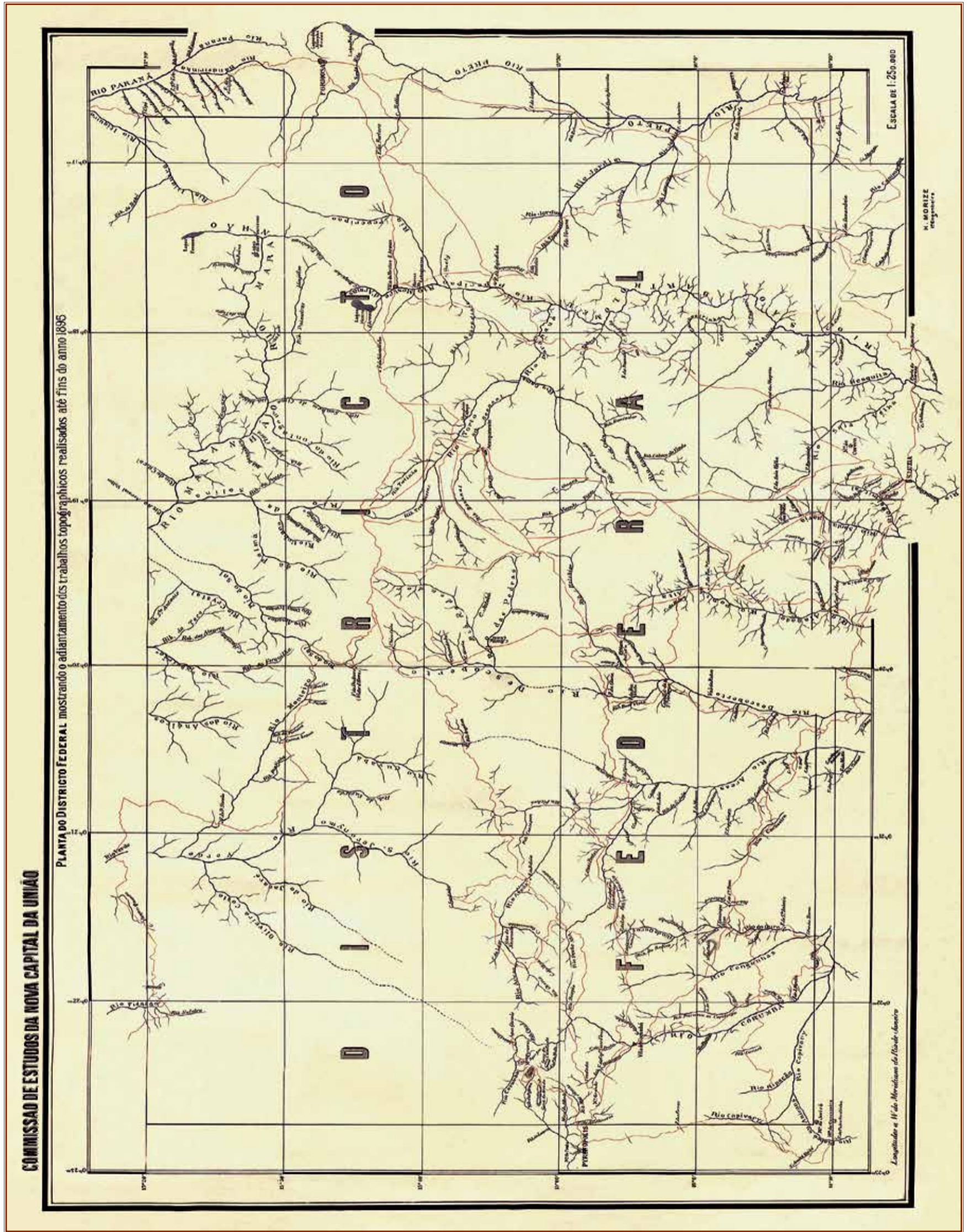
(Figura 28)

COMISSÃO
 DE E. DE F. DE CATALÃO A CUYABÁ.
 CONJUNTO DO TRAÇADO DE CATALÃO A GOYAZ EM RELAÇÃO AS OUTRAS ESTRADAS EXISTENTES E CONCEDIDAS.





(Figura 29)





resultará para o Brasil, sua prosperidade e desenvolvimento futuro, as mais benéficas consequências, que atualmente ninguém pode avaliar”.¹⁷⁶

Por fim, temos o mapa **“Planta do Districto Federal – mostrando o adiantamento dos trabalhos topográficos realizados até fins do ano 1895”**. (Figura 29)

Esse mapa representa a consolidação de exaustivos estudos de localização e direção do sistema hidrográfico do quadrilátero bem como topográficos, “pois a topografia do distrito está quase totalmente levantada”.¹⁷⁷ Diferente da intenção inicial de complementar os dados topográficos com os trabalhos de Triangulação, tendo em vista ser a “Triangulação uma necessidade indeclinável para fixar os pontos obrigados do terreno e chegar a um trabalho de conjunto na altura dos fins da Comissão”,¹⁷⁸ o que concretamente concluiu Henrique Morize foi que a ausência da Triangulação privou “o serviço do caráter de precisão que lhe é indispensável”.¹⁷⁹

Independente do grau de exigência técnica do chefe de geodésia, de fato foi possível produzir o mapa da região do Planalto Central entre as cidades de Pirenópolis, Formosa e Santa Luzia, até então jamais elaborado, “com cuja publicação só tivemos em vista mostrar o adiantamento dos levantamentos executados durante o ano de 1895, assim como dar ideia do sistema hidrográfico da região demarcada”.¹⁸⁰

Os dados consolidados para delinear essa representação cartográfica não foi fruto de nenhuma turma específica. Foi produzido pela consolidação de diversos estudos de reconhecimento da região, levados adiante pelos membros da Comissão:

*Uma vez que a verba de que pudemos dispor no corrente ano [1895] para o serviço, longe de permitir o trabalho de triangulada, [...] coube-me de novo a tarefa de dirigir os trabalhos, o que fiz distribuindo todo o pessoal em serviço de reconhecimento.*¹⁸¹

A falta de condições financeiras, até mesmo para os trabalhos topográficos, estava chegando ao limite, “sendo até difícil acudir às despesas necessárias nos trabalhos de campo, com animais e camaradas em número suficiente. Os animais não têm tido o menor descanso e, [...] a necessidade absoluta de prover a tropa de animais de reforço foi em grande parte uma das dificuldades financeiras por que passou a Comissão este ano [de 1895]”.¹⁸²

Em todo o Relatório Parcial da Comissão de Estudos da Nova Capital da União, a questão da Triangulação e a falta de financiamento para executá-la foi um tema recorrente. É nesse contexto que, apesar de todo o levantamento topográfico realizado até aquele momento (1895), Morize lamentava o atraso nos trabalhos de Triangulação. Segundo ele, a

*[...] triangulada é uma necessidade indeclinável para fixar os pontos obrigados do terreno e chegar a um trabalho de conjunto na altura dos fins da Comissão, e ainda que nossos trabalhos não estejam de forma alguma atrasados, pois a topografia do distrito está quase totalmente levantada, sua ausência priva o serviço do caráter de precisão que lhe é indispensável.*¹⁸³

De qualquer forma, no final de 1895,

*[...] estando levantada na escala de 1:100.000 a quase totalidade da área do distrito federal, estou empregando o pessoal que havia concluído seus trabalhos de escritório, em estudar minuciosamente as regiões que por sua natureza possam melhor prestar-se à fundação da futura capital.*¹⁸⁴

Aqui cabe uma pergunta importante para nosso estudo sobre a cartografia dessa Comissão. Se a Triangulação é tão importante para a exata cartografia a ser produzida, com a função de dar informações adequadas para a construção da cidade-capital e dos caminhos em direção a ela, em que pé ficaram exatamente os trabalhos de Triangulação da Comissão de Estudos da Nova Capital da União, já que as atividades de campo foram suspensas por falta de orçamento? É Luiz Cruls que, em uma “Observação” no final do Relatório Parcial, nos responde. Em relação a todos os trabalhos que envolvem o processo de Triangulação, foi feita “apenas a parte que diz respeito ao reconhecimento para escolha do terreno apropriado à medição de uma base e à colocação dos primeiros sinais geodésicos”.¹⁸⁵ Esse trabalho inicial da Triangulação foi executado por Henrique Morize que escolheu “um sinal geodésico de 1ª ordem no alto do Acampamento, e em seguida um outro de igual ordem próximo às cabeceiras do Rodeador, num chapadão de 1.300m de altitude. [...] Foi neste chapadão que escolhi o lugar da futura base que terá cerca de 3 quilômetros de comprimento”.¹⁸⁶

Por isso, faz importante ressalva, em relação à produção cartográfica: “os levantamentos topográficos, que deram lugar à organização deste mapa [refere-se à Planta do Districto Federal, mostrando o adiantamento dos trabalhos topográficos realizados até fins do ano de 1895] não estão baseados, por enquanto, sobre nenhuma Triangulação”.¹⁸⁷ E completa: “somente os futuros trabalhos permitirão retificar e completar o referido mapa [...] em que várias lacunas ainda subsistem, principalmente na região Norte da zona, onde o traçado de alguns rios e respectivos afluentes terá de sofrer ligeiras modificações”.¹⁸⁸ Foi lamentável esse resultado para a cartografia, porque, segundo Henrique Morize, se “outros empecilhos de força maior não perturbarem a marcha dos trabalhos, poderemos no final do ano de 1896, apresentar todos os dados para a escolha definitiva do local da nova capital”.¹⁸⁹ Isso não foi possível porque os trabalhos de campo terminaram no final do ano de 1895.

Como vimos acima, apesar de estar bem adiantado o levantamento topográfico do distrito federal para a produção de um mapa na escala 1:100.000, infelizmente a suspensão, ainda que temporária, dos trabalhos de campo, veio atrasar a completa conclusão desse trabalho. Por isso, o mapa publicado no Relatório Parcial de 1896, **“Planta do Districto Federal - mostrando o adiantamento dos trabalhos topográficos realizados até fins do ano de 1895”**, no qual se percebe uma maior importância e detalhamento dado ao rico sistema hidrográfico do novo distrito federal, foi produzido na escala de 1:250.000.



A elaboração do mapa esteve a cargo de Henrique Morize, coordenador do serviço geodésico e, portanto, o responsável pela Triangulação do perímetro do novo distrito federal. O mapa está graduado e a Longitude é indicada a contar do Meridiano do Rio de Janeiro. Por sinal, todos os mapas das duas Comissões usam como meridiano de referência o Meridiano do Rio Janeiro. Como dissemos anteriormente, acreditamos que essa escolha se justifique pelo fato de não estar ainda consolidado internacionalmente o uso de um único meridiano de referência e, além disso, a Comissão tinha levado relógios com a hora do Rio de Janeiro,¹⁹⁰ medida a partir do Observatório Nacional. Além da hidrografia, há a preocupação em situar as fazendas e povoados do quadrilátero, bem como os caminhos que interligam esses elementos.

Do ponto de vista da escolha do lugar para a nova capital, apesar de o trabalho de campo ter terminado antes do previsto, Luiz Cruls conclui no Relatório Parcial:

Sob o ponto de vista da qualidade, abundância d'água, natureza e topografia do terreno, salubridade e condições climatológicas, é provável que esta escolha se fixe definitivamente quer na região compreendida entre os rios Gama e Torto, quer no vale do Rio Descoberto.¹⁹¹

Saltemos, à frente, 60 anos, a fim de refletir sobre essa conclusão de Luiz Cruls.

A competência técnica dos resultados da Comissão de Estudos da Nova Capital da União, cujos trabalhos de campo, por falta de recursos, findaram em dezembro de 1895, foi confirmada mais tarde, quando, no dia 15 de abril de 1955, outra Comissão, agora nomeada Comissão de Localização da Nova Capital Federal, cuja chefia cabia ao militar José Pessoa e que também estudava esse mesmo tema, tendo diante de si a proposta de cinco lugares diferentes para a construção da nova capital, aprovou a escolha do “Sítio Castanho” para a construção da nova capital do Brasil:

“Eram exatamente onze horas. Os membros da Comissão de Localização da Nova Capital Federal, de pé e com uma salva de palmas, aprovam a escolha do chamado SÍTIO CASTANHO, situado a Sudeste da cidade de Planaltina, no Estado de Goiás”.¹⁹²

O “Sítio Castanho” era exatamente “a região compreendida entre os rios Gama e Torto”,¹⁹³ lugar sugerido pela antiga Comissão, 60 anos antes.

No final de 1955 foi eleito para a Presidência da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira e a capital foi construída e inaugurada... Mas, isso já é outra história.

NOTAS

1. CRULS, Luiz. Relatório Parcial apresentado ao Exm. Sr. Dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires, Rio de Janeiro, Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. 12.
2. CRULS, Luiz. Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil: relatório Cruls. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1947, p. 17-18.
3. _____. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1947, p. 17-18.
4. MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. Cruls e a Astronomia na Missão Cruls. In: Missão Cruls, uma trajetória para o futuro. Brasília: Editora Animatógrafo, 2010, p. 51.
5. _____. Brasília, Editora Animatógrafo, 2010, p. 65.
6. CRULS, Luiz. Relatório Cruls: Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 18.
7. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 18.
8. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 18.
9. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 18.
10. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 18.
11. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 37.
12. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 59.
13. VARNHAGEN, Francisco Adolfo. A questão da capital: marítima ou no interior? Brasília: Thesaurus, 1978.
14. MARQUES, Jarbas Silva. O Movimento Mudancista. In: Missão Cruls uma trajetória para o futuro, Brasília: Editora Animatógrafo, 2010, p. 69.
- 14b. O mapa se encontra na publicação: PIMENTEL, Antonio Martins de Azevedo. A nova capital federal e planalto central do Brasil. Brasília: Thesaurus, 1985.
15. VARNHAGEN, Francisco Adolfo. A questão da capital: marítima ou no interior? Brasília: Thesaurus, 1978, p. 7.
16. CRULS, Luiz. Relatório Cruls: Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 89.
17. MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. Cruls e a Astronomia na Missão Cruls. In: Missão Cruls uma trajetória para o futuro. Brasília: Editora Animatógrafo, 2010, p. 68.
18. CRULS, Luiz. Relatório Parcial apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires. Rio de Janeiro, Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. 1-9.
19. CRULS, Luiz. Relatório Cruls: Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 73.
20. MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. Cruls e a Astronomia na Missão Cruls. In: Missão Cruls uma trajetória para o futuro. Brasília: Editora Animatógrafo, 2010, p. 69.
21. CRULS, Luiz. Relatório Cruls: Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 69.
22. MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. Cruls e a Astronomia na Missão Cruls. In: Missão Cruls uma trajetória para o futuro. Brasília: Editora Animatógrafo, 2010, p. 67.
23. CRULS, Luiz. Relatório Cruls: Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 63.
24. MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. Cruls e a Astronomia na Missão Cruls. In: Missão Cruls uma trajetória para o futuro. Brasília: Editora Animatógrafo, 2010, p. 67.
25. CRULS, Luiz. Relatório Cruls: Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 77.
26. VERGARA, Moema de Rezende. A Comissão Cruls e o Projeto de Mudança da Capital Federal na Primeira República. In: SENRA, Nelson de Castro (Org.). Veredas de Brasília: as expedições geográficas em busca de um sonho. Rio de Janeiro, IBGE, 2010, p. 41.
27. CRULS, Luiz. Mudança da Capital da União; resposta ao Dr. Domingos Jaguaribe. Rio de Janeiro: Typ. Alex Villela, 1896, p. 13.



28. CRULS, Luiz. Relatório Cruls: Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 77.
29. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 81.
30. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 172.
31. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 33.
32. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 172.
33. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 154.
34. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 155.
35. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 154.
36. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 155.
37. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 101.
38. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 101.
39. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 195. A tabela com o resultado dessas medições se encontra na p. 225 e 232.
40. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 158.
41. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 157.
42. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 101.
43. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 159.
44. CRULS, Luiz. Atlas dos Itinerários, Perfis Longitudinais e da Zona Demarcada. H. Rio de Janeiro: Lombaerts & c., Impressores do Observatório, 1894, p. 7.
45. _____. Rio de Janeiro: Lombaerts & c., Impressores do Observatório, 1894, p. 7.
46. Cf. CRULS, Luiz. Relatório Cruls: Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 77.
47. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 77.
48. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 154.
49. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 81.
50. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 155.
51. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 154.
- 52a. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 81.
- 52b. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 93.
53. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 93.
54. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 171-172.
55. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 172.
56. Cf. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 97.
57. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 81.
- 58a. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 156.
- 58b. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 97.
59. Hoje, não existe mais. O morro foi retirado numa das reformas urbanas promovidas no Rio de Janeiro. Esta realizada em 1921, no mandato do Prefeito Carlos Sampaio.
60. MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. Cruls e a Astronomia na Missão Cruls. In: Missão Cruls uma trajetória para o futuro. Brasília: Animatógrafo, 2010, p. 53.
61. CRULS, Luiz. Relatório Cruls: Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 77.
62. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 169.
63. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 187.
64. Cf. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 55.
65. VERGARA, Moema de Rezende. A Comissão Cruls e o Projeto de Mudança da Capital Federal na Primeira República. In: SENRA, Nelson de Castro (Org.) Veredas de Brasília: as expedições geográficas em busca de um sonho. Rio de Janeiro, IBGE, 2010, p. 41.
66. VARNHAGEN, Francisco Adolfo. A questão da capital: marítima ou no interior? Thesaurus, Brasília, 1978, p. 7.
67. CRULS, Luiz. Relatório Cruls: Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 297.
68. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 297.
69. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 299.
70. Cf. VIEIRA JÚNIOR, Wilson. Nos sertões cerrados de Brasília: a cartografia como argumento para releitura da história do Distrito Federal. III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Ouro Preto, 2009.
71. CRULS, Luiz. Relatório Cruls: Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 69.
72. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 173.
73. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 173.
74. Cf. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 294.
75. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 294.
76. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 297.
77. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 173.
78. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 173.
79. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 155.
80. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 155.
81. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 155.
82. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 173.
83. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 156.
84. MATTOS, Raimundo José da Cunha. Itinerário ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás, seguido de huma descrição chorographica de Goiás, e dos roteiros desta província as de Mato Grosso e São Paulo. Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Constitucional de J. Vilaleneuve E. C. Tomo I e II, 1836.
85. Cf. ADONIAS, Isa. Mapas e Planos Manuscritos relativos ao Brasil colonial conservados no Ministério das Relações Exteriores (1500-1822). Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação, Rio de Janeiro, 1960, p. 35.
86. TAUNAY, Visconde de. Goyaz. Goiânia: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2004. p. 76.
87. CRULS, Luiz. Relatório Cruls: Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 155.
88. MACIEL, Viviane Barros. Da Corte à Província, do Império à República, do Colégio Pedro II ao Liceu de Goiás: dinâmicas de circulação e apropriação da matemática escolar no Brasil, 1856-1918. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande. 2012. p. 126. Disponível em: <<http://www.edumat.ufms.br/gestor/titan.php?target=openFile&fileId=147>>. Acesso em: 9 ago. 2013.
89. CRULS, Luiz. Relatório Parcial apresentado ao exm. Sr. Dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires. Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. 7.
90. _____. Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. 8.
91. _____. Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. 11.
92. _____. Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. A-7.
93. _____. Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. A-7.
94. _____. Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. 4.
95. _____. Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. 11.
96. _____. Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. 1-9.
97. _____. Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. A-9.
98. _____. Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. 5.
99. _____. Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. 4.
100. _____. Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. 4.
101. CRULS, Luiz. Relatório Cruls: Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 97.
102. Cf. _____. Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 154.
103. CRULS, Luiz. Relatório Parcial apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires. Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. 12.
104. CRULS, Luiz. Relatório Cruls: Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. B-5.
105. CRULS, Luiz. Relatório Parcial apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires. Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. A-7.
106. _____. Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. 13.
107. _____. Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. 13.



108. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. 13.
109. Cf. CRULS, Luiz. Relatório Cruls: Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. 101.
110. CRULS, Luiz. Relatório Parcial apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires. Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. 19.
111. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. 19.
112. CRULS, Luiz. Relatório Cruls: Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. B-5.
113. CRULS, Luiz. Relatório Parcial apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires. Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. 8.
114. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. A-4.
115. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. 18.
116. Cf. ____ . ____ . Rio de Janeiro, Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. A-3.
117. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. A-3.
118. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. A-3.
119. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. A-6.
120. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. A-6.
121. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. A-5.
122. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. 10.
123. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. C-3.
124. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. C-3.
125. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. C-7.
126. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. C-4.
127. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. C-4.
128. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. C-7.
129. Cf. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. C-3.
130. Cf. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. 8.
131. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. B-3.
132. Cf. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. B-4.
133. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. B-5.
134. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. B-5.
135. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. B-4.
136. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. B-5.
137. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. D-5.
138. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. D-6.
139. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. D-15.
140. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. D-6.
141. Cf. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. D-8.
142. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. D-6.
143. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. D-32.
144. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. D-32.
145. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. D-17.
146. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. D-17.
147. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. D-17.
148. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. D-17.
149. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. D-17.
150. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. D-18.
151. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. D-22.
152. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. D-26.
153. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. D-28.
154. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. D-29.
155. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. D-42.
156. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. D-42.
157. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. 10.
158. CRULS, Luiz. Relatório Cruls: Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, Brasília, DF: Senado Federal, 2003, p. B-5.
159. CRULS, Luiz. Relatório Parcial apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires. Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. 15.
160. ____ . ____ . CRULS, Luiz. Relatório Parcial apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires. Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. 14.
161. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. 17.
162. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. 14.
163. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. 9.
164. Cf. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. 18.
165. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. 3.
166. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. 5.
167. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. 5.
168. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. 4.
169. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. 4.
170. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. I-8.
171. Um departamento da Secretaria da Indústria, Viação e Obras Públicas. Machado de Assis assumiu como Diretor Geral da Viação em 1892.
172. CRULS, Luiz. Relatório Parcial apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires. Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. 9.
173. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. I-8.
174. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. I-8.
175. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. I-3.
176. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. III.
177. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. A-9.
178. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. A-9.
179. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. A-9.
180. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. 1-9.
181. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. A-9.
182. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. A-8.
183. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. A-9.
184. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. A-9.
185. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. 1-9.
186. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. A-9.
187. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. 1-9.
188. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. 1-9.
189. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. A-10.
190. Cf. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. D-17.
191. ____ . ____ . Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. 12.
192. Ata da Comissão de Localização da Nova Capital Federal. Coleção Brasília, Serviço de Documentação da Presidência da República, Rio de Janeiro, 1960. p. 653.
193. CRULS, Luiz. Relatório Parcial apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires. Rio de Janeiro: Typ. Lith. C. Schmidt, 1896, p. 12.



CASA ALTAMIRO DE MOURA PACHECO Academia Goiana de Letras Goiânia/GO

NOVO DISTRITO FEDERAL Planta Índice Cadastral

Este mapa foi elaborado a partir de vários outros mapas individuais de fazendas, no contexto dos trabalhos da Comissão de Cooperação para Mudança da Capital Federal, presidida por Altamiro de Moura Pacheco e serviu para ajudar no desenvolvimento das atividades fins dessa Comissão: as desapropriações. As primeiras e principais desapropriações foram feitas por essa Comissão.¹

A Comissão foi instituída pelo Governador de Goiás, Juca Ludovico, por meio do Decreto n. 1258, de 5 de outubro de 1955, por solicitação do Marechal José Pessoa, presidente da Comissão de Localização da Nova Capital Federal. Os membros foram empossados em 8 de outubro de 1955.

A instauração da Comissão foi iniciativa de grupos políticos ligados ao governo de Goiás, a fim de colaborar e controlar a desapropriação de terras em vista da construção da capital federal em terras goianas. Por isso, foi também conhecida como “Comissão Goiana de Desapropriação”. A causa direta de sua instauração foi a recusa do Presidente da República, Café Filho, que assumira o cargo após o suicídio de Getúlio Vargas, em declarar a área escolhida pela Comissão de Localização da Nova Capital como de utilidade pública para fins de desapropriação, tendo em vista a criação do novo Distrito Federal no Planalto Central do Brasil.

No mapa, consta que é a “sexta edição, completada e corrigida em setembro de 1958 na base de fotografias aéreas” com o visto do Secretário do Diretório Regional Zoaroastro Artiaga. A elaboração cartográfica esteve a cargo de Janusz Gerulewicz e Jofre Mozart Parada.

O mapa “Novo Distrito Federal – Planta Índice Cadastral” detalha os limites das fazendas que estavam em terras do novo Distrito Federal e foi montado a partir de mapas individuais das fazendas, elaborados por Jofre Mozart Parada no período em que exercia a chefia da Sub-Comissão Técnica da Comissão de Cooperação no processo de desapropriações, bem como a partir de mapas que ficavam nos cartórios de Planaltina, Formosa e Luziânia.¹

Após o exame jurídico da documentação que permitia estabelecer o histórico dos imóveis, era necessário verificar os limites, medindo-lhes as respectivas áreas. Para isso, foram elaborados vários mapas individuais das fazendas. Muitos desses mapas individuais, produzidos pela Comissão de Cooperação para Mudança da Capital Federal, foram elaborados a partir de mapas de fazendas que já se encontravam em cartórios dos Municípios de Formosa, Planaltina e Luziânia, como também com base nos registros paroquiais “quando os fazendeiros [eram] convocados a declarar oralmente as terras aos vigários das paróquias de Santa Luzia e Formosa, em conformidade com exigências da Lei de Terras de 1850”.²

O Arquivo Público do Distrito Federal já digitalizou os mapas das fazendas que se encontravam no Fórum da Co-

marca de Planaltina/Goiás e se encontram na Coleção “Documentos Goyaz”, à disposição dos pesquisadores.

Posteriormente, os mapas individuais foram consolidados por Jofre Mozart Parada no mapa aqui apresentado, em que enquadra as fazendas no território do Distrito Federal. Ressalte-se que “Parada só pôde chegar a esta elaboração da planta final, após utilizar trabalhos cartográficos já realizados pelo DERGO, e com subsídio das fotografias aéreas providenciadas pela extinta Comissão de Localização da nova Capital”.³

Segundo Altamiro de Moura Pacheco, presidente da Comissão de Cooperação para Mudança da Capital Federal o mapa foi apresentado pela primeira vez em setembro de 1958: “em 1958, a 30 de setembro, passei às mãos do Sr. Governador de Goiás um dossiê de cada fazenda do Distrito Federal, contendo estudos completos da documentação, um mapa de suas divisas, além do mapa geral, elaborado pelo engenheiro Joffre Mozart Parada. Depois, viajando para o Rio, levei o original do mapa geral e o entreguei ao Dr. Israel Pinheiro que, na minha presença, o confiou ao Dr. Sigismundo de Araújo Melo a fim de ser impresso”.⁴

Como sabemos que a construção da nova capital havia iniciado em novembro de 1956, este mapa datado de setembro de 1958 representa uma espécie de consolidação dos trabalhos realizados pela Comissão de Cooperação para Mudança da Capital Federal cujas atividades findaram em 1958 e, até hoje, é muito usado nos estudos das confusas questões fundiárias no Distrito Federal.

Referências:

- 1 – SILVA, Elias Manoel da. O primeiro mapa do Distrito Federal no Planalto Central do Brasil – Um ilustre desconhecido. 3º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Belo Horizonte/MG, 2016.
- 2 – VIEIRA JÚNIOR, Wilson. Nos sertões cerrados de Brasília: a cartografia como argumento para releitura da história do Distrito Federal. III Simpósio Luso-brasileiro de Cartografia Histórica. Ouro Preto/MG, 2009. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseum/crch/vieira_jr_nos-sertoes-cerrados-de-brasilia-a-cartografia-como-argumento.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2013.
- 3 – FARIAS, Darcy Dornelas de. Terras no Distrito Federal: experiências com desapropriações em Goiás: 1955-1958. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação do Departamento de História, Universidade de Brasília, 2006.
- 4 – PACHECO, Altamiro de Moura. Primórdios de Brasília. Gráfica Editora Líder, Goiânia, s/d.
- 5 – BARBO, Lenora de Castro. Preexistências de Brasília: reconstruir o território para construir a memória. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2010.

Fonte – Acervo Altamiro de Moura Pacheco

Medidas – 100 cm × 60 cm

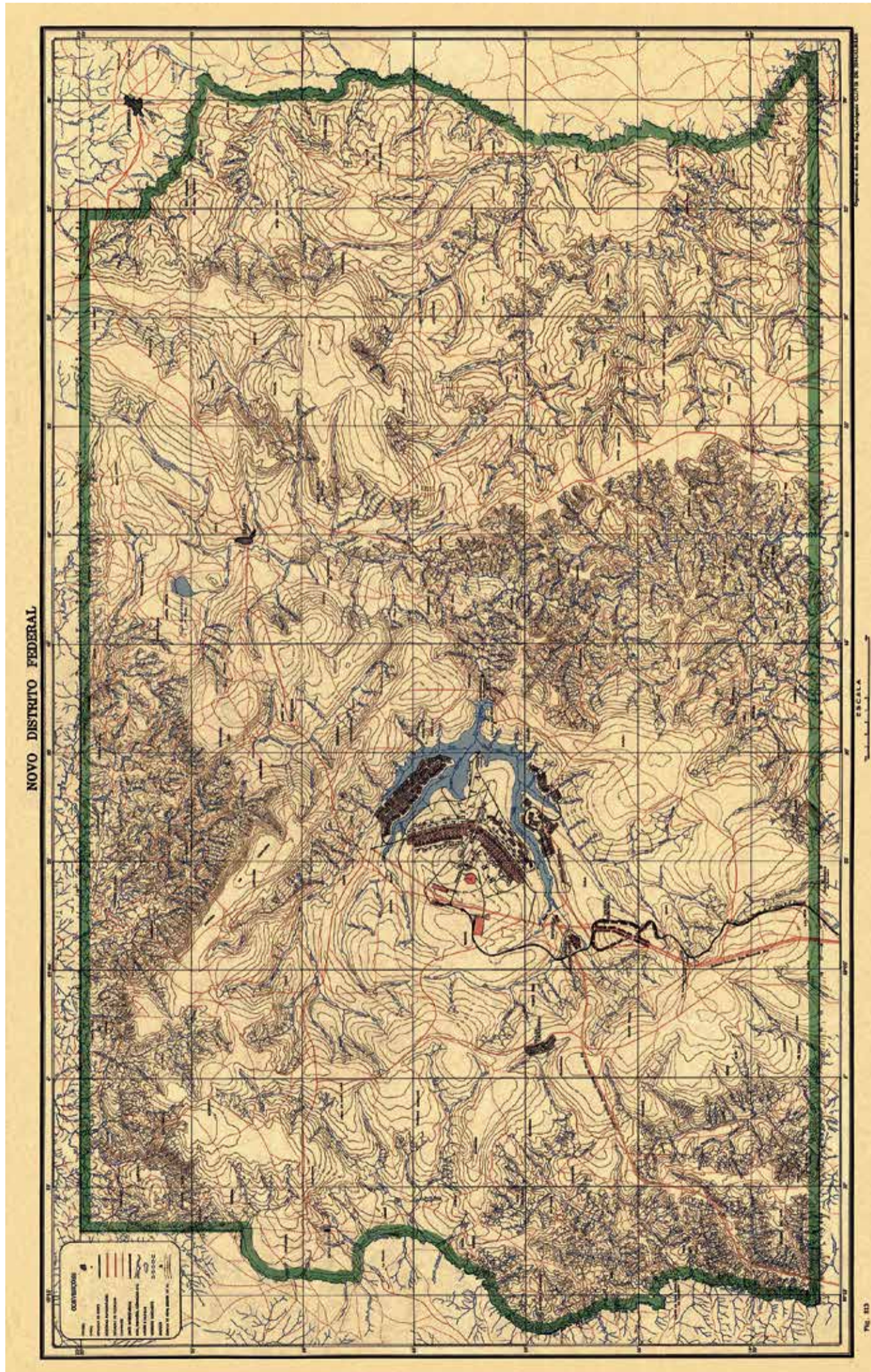
Data – 1958

Localização – Academia Goiana de Letras – Casa Altamiro de Moura Pacheco



IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

NOVO DISTRITO FEDERAL





IBGE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

NOVO DISTRITO FEDERAL

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) esteve constantemente presente no processo de estudos da região do Planalto Central onde mais tarde viria a ser construída a nova capital do Brasil. É certo que a proposta de mudança da capital vem de antes da criação do IBGE. Contudo, é fato que, na longa história da mudança da capital para o Planalto Central, desde 1936 o IBGE, em vários documentos preciosos à história do Brasil, defendeu a mudança, e tão logo a Constituição democrática de 1946 retomou a mudança como preceito constitucional, envolveu-se diretamente nos estudos técnicos voltados a esse fim.¹

Já em 1947, promoveu duas expedições geográficas no âmbito do Conselho Nacional de Geografia, um dos órgãos máximos do IBGE, dando conteúdo científico à Comissão dirigida pelo General Djalma Polli Coelho, incumbida da localização de um sítio para a nova capital. Naquela ocasião, geógrafos notáveis se fizeram presentes: Antonio Teixeira Guerra, Christovam Leite de Castro, Dora Amarante Romariz, Eugênia Zambelli Gonçalves, Fábio de Macedo Soares Guimarães, José Veríssimo da Costa Pereira, Lindalvo Bezerra dos Santos, Lúcio de Castro Soares, Marília Galvão, Ney Strauch, Nilo e Lysia Bernardes, Orlando Valverde, Speridião Faissol e Walter Alberto Egler, entre vários outros. Todos, eles e elas, notáveis profissionais do IBGE que valeram-se da orientação científica de Francis Ruellan e de Leo Waibel, geógrafos estrangeiros associados ao Conselho Nacional de Geografia.¹

Em um terceiro momento, em 1955 e 1956, quando a Comissão incumbida de estudar um local para construção da nova capital, Comissão esta que continuava os trabalhos iniciados pelo General Djalma Polli Coelho, pelo General Aguinaldo Caiado de Castro e então era dirigida pelo Marechal José Pessoa, o IBGE esteve presente com Fábio de Macedo Soares Guimarães, então Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia, e com o eminente cientista Allyrio Huguency de Mattos. Suas ações foram decisivas, até pela retomada do realizado no passado recente.¹

Finalmente, em 1959, quando já iniciara a construção de Brasília, o IBGE fez o censo na futura capital, por meio do qual levantou dados sobre a população, entre vários outros elementos pesquisados. Os resultados dessas pesquisas permitem hoje traçar acurado retrato histórico da chegada dos operários que construíram Brasília, fixando residência nos arredores da capital, nas então chamadas “cidades-satélites”. Foi nesse mesmo contexto que, em 1958, o IBGE produziu o mapa aqui apresentado: “Novo Distrito Federal” com o sítio geral e a representação do Plano Piloto.

O mapa foi executado pelo cartógrafo do Conselho Nacional de Geografia Clóvis de Magalhães, nascido em Formosa que, ao lado de Planaltina e de Luziânia, cederam terras de seus municípios para a criação do Distrito Federal. Clóvis Magalhães provinha de família tradicional de meados do século XIX instalada em uma das primitivas

fazendas preexistentes ao Distrito Federal, a enorme Brejo ou Torto, a margem do córrego do Torto. O mapa de Clóvis Magalhães é considerado por alguns o “primeiro mapa” do Distrito Federal.¹

De rica representação técnica e informacional, discordamos, entretanto, da informação veiculada na publicação do IBGE¹ de que este seria o “primeiro mapa do Distrito Federal, tendo em vista que, em 30 de setembro de 1958, o presidente da Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal, Altamiro de Moura Pacheco, entregava ao governador de Goiás, Juca Ludovico, um mapa do novo Distrito Federal (Cf. neste GUIA p. 266) elaborado por Joffre Mozart Parada – engenheiro chefe da Subcomissão Técnica da referida Comissão. O mapa elaborado por Joffre Mozart Parada tinha sido elaborado a partir de folhas cartográficas na escala 1:100.000 confeccionadas pela Seção de Aerofotogrametria do Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás (DERGO) e de fotografias aéreas, na escala aproximada de 1:25.000, solicitadas à empresa Geofoto S.A. do Rio de Janeiro.² De fato, encontramos referência à documentação cartográfica empregada no mapa de Clóvis Magalhães em caixa-texto na carta impressa em sete cores no Serviço Gráfico do IBGE, elaborada por encomenda do escritório de Goiás no Rio de Janeiro.¹ Essas informações não constam no exemplar reproduzido neste GUIA p. 268, digitalizado a partir do mapa publicado no “Atlas do Brasil – Geral e Regional”, organizado pela divisão de geografia do Conselho Nacional de Geografia.

No mapa impresso no Serviço Gráfico do IBGE, consta a seguinte informação: “A documentação cartográfica empregada na organização da Carta do Novo Distrito Federal foi obtida em colaboração com [segue o nome de várias instituições, entre elas]: Comissão de Cooperação da Mudança da Capital – mapas, informações, nomenclaturas etc.”.¹ Portanto, o mapa de Joffre Mozart Parada antecedeu ao de Clóvis Magalhães, sendo usado como subsídio pelo engenheiro do IBGE.

Contudo, se de um lado o mapa de Clóvis Magalhães não é anterior ao de Joffre Mozart Parada, é, entretanto, correto afirmar que o de Clóvis Magalhães foi o primeiro mapa “impresso” do novo Distrito Federal.³ No livro, “Primórdios de Brasília”, de Altamiro de Moura Pacheco, presidente da Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal, o autor manifesta certa mágoa em relação ao descaso para com o mapa do novo Distrito Federal entregue pela comissão goiana. Relata que “em 1958, a 30 de setembro, passei às mãos do Sr. Governador de Goiás um dossiê de cada fazenda do Distrito Federal, contendo estudos completos da documentação, um mapa de suas divisas, além do mapa geral, elaborado pelo engenheiro Joffre Mozart Parada. Depois, viajando para o Rio, levei o original do mapa geral e o entreguei ao Dr. Israel Pinheiro que, na minha presença, o confiou ao Dr. Sigismundo de Araújo Melo a fim de ser impresso. A impressão, de fato foi feita, mas, lamentavelmente, o Sr. Clóvis Magalhães subtraiu e substituiu, pelo seu, o nome do ilustre autor, retirando as lindes das respectivas fazendas”.¹

Discussões e mágoas à parte, o certo é que o mapa elaborado pelo “engenheiro cartógrafo Clóvis Magalhães”, o primeiro mapa “impresso” do novo Distrito Federal e que, portanto, adquiriu grande divulgação, empregou, além das informações do mapa de Joffre Mozart Parada, documen-



tação cartográfica do Conselho Nacional de Geografia, da Empresa J. Donald Belcher, Geofoto S.A., da Novacap e também, como afirmamos acima, da Comissão de Cooperação da Mudança da Capital.¹ Dessa forma, não consideramos adequada a afirmação de Altamiro de Moura Pacheco de que “Clóvis Magalhães subtraiu e substituiu, pelo seu, o nome do ilustre autor”. O “ilustre autor” a que Altamiro de Moura Pacheco se refere é Jofre Mozart Parada. Na verdade, ambos os mapas usaram algumas mesmas fontes, e o de Clóvis Magalhães, além delas, contou também com informações do mapa de Jofre Mozart Parada, confirmando que o primeiro mapa elaborado do Distrito Federal foi de fato o da Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital.³

O mapa foi impresso em sete cores no Serviço Gráfico do IBGE, por encomenda do escritório de Goiás no Rio, na escala 1:100 000, e foi entregue solenemente ao Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira.¹

Referências:

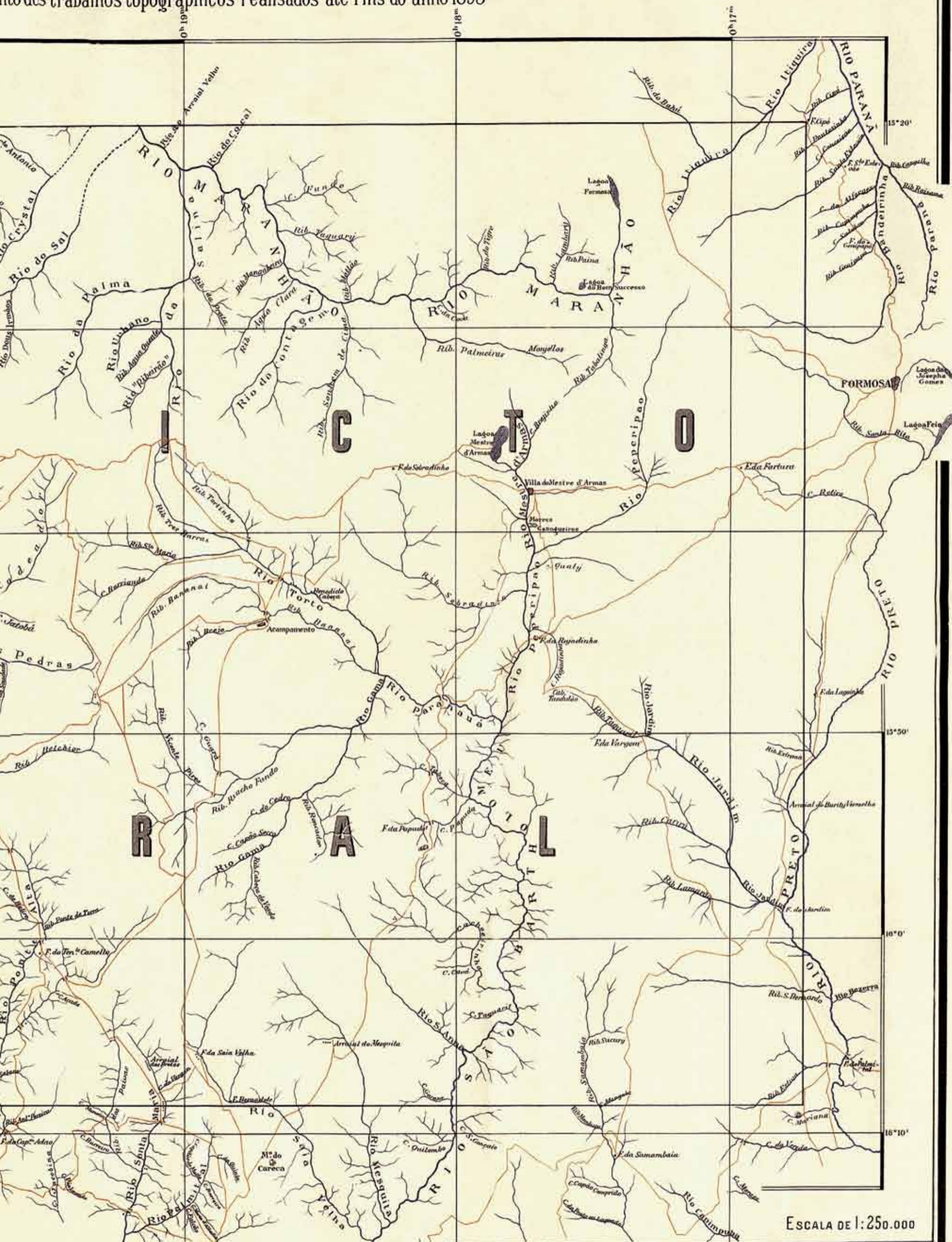
- 1 - SENRA, Nelson de Castro (Org.). Veredas de Brasília: as expedições geográficas em busca de um sonho. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2010.
- 2 - PACHECO, Altamiro de Moura. Primórdios de Brasília. Gráfica Editora Líder, Goiânia, s/d.
- 3 - SILVA, Elias Manoel da. O primeiro mapa do Distrito Federal no Planalto Central do Brasil. Um ilustre desconhecido. 3º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Belo Horizonte/MG, 2016.

**Fonte - IBGE, “Atlas do Brasil - Geral e Regional”.
Organizado pela Divisão de Geografia do Conselho
Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1960.**

Medidas - 49 cm × 31 cm

Data - 1960

**Localização - Colado no final da publicação do IBGE:
“Atlas do Brasil - Geral e Regional”. Organizado
pela Divisão de Geografia do Conselho Nacional de
Geografia, Rio de Janeiro, 1960.**



ESCALA DE 1:250.000



PETÍPE DAS LEGOAS

